



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES (CEAM)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

José Floriano Pereira Lima Filho

QUESTÕES ESTRATÉGICAS NA RELAÇÃO JAPÃO-CHINA

**UMA ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA DA COOPERAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO PRAGMÁTICO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E SEUS
ANTECEDENTES**

Brasília, Brasil

Junho, 2017

José Floriano Pereira Lima Filho

Questões estratégicas na relação Japão-China

Uma análise qualitativa sobre a Economia Política da Cooperação, Desenvolvimento Pragmático após a Segunda Guerra Mundial e seus Antecedentes

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Lytton Leite Guimarães

Brasília, Brasil
Junho, 2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Lima Filho, José Floriano Pereira.

Questões estratégicas na relação Japão-China. Uma análise qualitativa sobre a Economia Política da Cooperação, Desenvolvimento Pragmático após a Segunda Guerra Mundial e seus Antecedentes/ José Floriano Pereira Lima Filho. – UnB. Brasília, 2017.

343 f.

Orientador: Lytton Leite Guimarães

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Inclui Anexos e Referências Bibliográficas

1. Japão. 2. China. 3. Cooperação Internacional. 4. Conflito. 5. Energia primária. 6. Arsenal Nuclear. 7. Guerra Fria. 8. Diplomacia Econômica. 9. Comércio Internacional. I Lima Filho, José Floriano Pereira. II Universidade de Brasília - PPGDSCI. III. Título

José Floriano Pereira Lima Filho

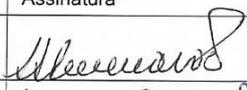
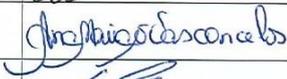
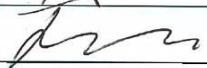
Questões estratégicas na relação Japão-China

Uma análise qualitativa sobre a Economia Política da Cooperação, Desenvolvimento Pragmático após a Segunda Guerra Mundial e seus Antecedentes

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

Brasília, 30 de junho de 2017.

Banca Examinadora:

Nome	Função	Assinatura
Professor Doutor LYTTON LEITE GUIMARAES	Membro Interno vinculado ao programa (Presidente) Fundação Universidade de Brasília	
Professora Doutora ANA MARIA NOGALES VASCONCELOS	Membro Interno vinculado ao programa Departamento de Estatística	
Professor Doutor EIITI SATO	Membro Interno não vinculado ao programa Instituto de Relações Internacionais	
Professor Doutor ALEXANDRE RATSUO UEHARA	Membro Externo não vinculado ao programa Universidade de São Paulo	
Professor Doutor JOSE WALTER NUNES	Membro Interno vinculado ao programa (Suplente) Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares	

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Graças ao professor Lytton Leite Guimarães, decano no estudo de questões asiáticas no Brasil, que generosamente aceitou assumir o papel de orientador em face da mudança de meu objeto de pesquisa, este trabalho pôde seguir adiante. Os também professores da Universidade de Brasília Eiiti Sato, Ronan Alves Pereira e Ana Maria Nogales Vasconcelos contribuíram muito com comentários e críticas durante a banca de qualificação do doutorando. E também os professores José Walter Nunes e Alexandre Ratsuo Uehara, por terem aceitado compor a banca final de defesa da tese.

Dois estágios, nos Estados Unidos no segundo semestre de 2015, e no Japão no segundo semestre de 2016, só foram possíveis graças à anuência dos professores Deborah Brautigam, da Faculdade de Estudos Internacionais Avançados (*School of Advanced International Studies*) da Universidade *Johns Hopkins*, em Washington DC, diretora dos Programas China-África e de Desenvolvimento Internacional, e Hiroyuki Hoshiro, do Instituto de Ciências Sociais (*“Shaken”*) da Universidade de Tóquio, especializado na história da diplomacia japonesa.

Na Faculdade de Estudos Internacionais Avançados da Universidade *Johns Hopkins* também cabem os devidos agradecimentos aos professores que gentilmente me autorizaram a assistir às suas aulas como ouvinte: Pieter Bottelier (*“China’s Reforms and Changing Role in the Global Economy”*), Kent Calder (*“Asian Energy Security”*), David Lampton (*“Contemporary Chinese Politics”*), Ling Chen (*“China’s Political Economy in Transition”*), Arthur J. Alexander (*“Introduction to the Japanese Economy”*), Kent Calder e Eunjung Lim (*“The Japanese and Korean Political Economies in Comparative Perspective”*) e Monica Baumgarten de Bolle (*“Financial Crisis, Emerging Markets, and Policy Dilemmas”*).

Ainda em Washington DC, Elisavietta Ritchie, Clyde Farnsworth e Alex Ritchie me fizeram sentir na casa deles como se estivesse na minha própria, em meio a uma segunda família.

Seria difícil nominar um a um todos os outros professores e funcionários que de maneira mais ou menos direta, ajudaram-me nas tarefas de recolher informações, documentos, acessar bases de dados e a entender linhas de raciocínios relevantes para meus estudos. Entre os que gostaria de destacar encontram-se o diretor do Instituto de Pesquisa da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) em Tóquio, Kitano Naohiro, e a bibliotecária

Ishikawa-san, cuja diligência na excelente biblioteca do *Shaken*, também inspirou minha diuturna dedicação à pesquisa que levei a cabo. Sem o incansável apoio e orientações do administrador Yasushi Niwa, não teria conseguido o aproveitamento que tive na minha pesquisa e o acesso a excelentes estruturas físicas de salas, auditórios, e bibliotecas com ricos acervos que foram extremamente importantes para a consecução deste trabalho. Com o embaixador do Japão no Brasil, Kunio Umeda, tive proveitosa entrevista no dia 20 de maio de 2016 durante almoço na embaixada japonesa em Brasília.

Graças ao estágio de pesquisa, também foi possível ao doutorando realizar viagem a Pequim para participar do *Global Forum on Energy Security 2016* (<http://www.iags.org/GFES2016.pdf>), organizado pela Academia Chinesa de Ciências Sociais (*Chinese Academy of Social Sciences - CASS*), pelo Conselho de Segurança Energética dos Estados Unidos (*United States Energy Security Council - USESC*), pelo Instituto de Análise da Segurança Global (*Institute for the Analysis of Global Security - IAGS*), e pelo Comitê do Fundo para Energia da China (*China Energy Fund Committee – CEFC*). Tendo em vista as visitas de trabalho que o pesquisador já havia realizado anteriormente a diferentes cidades da China, a oportunidade foi enormemente potencializada para coleta de mais informações e realização de entrevistas e conversas de grande serventia ao presente trabalho. Meus agradecimentos especiais ao Dr. Qiang Liu, pesquisador da CASS e secretário geral do evento, não só pelo convite para minha participação, mas também por ter intermediado e traduzido entrevista com o professor Zhang Jifeng, do Instituto de Estudos Japoneses da CASS, a quem também sou grato pelo diálogo e pela documentação que me forneceu.

A pesquisa no Japão foi possível graças a uma bolsa de pesquisa, após processo seletivo internacional da Fundação Japão, que também abre as portas aos bolsistas de sua biblioteca no bairro de Yotsuya, em Tóquio. A simpatia e eficiência de Aya Miyazaki ajudaram sobremaneira na volta à cidade na qual havia morado e estudado 25 anos antes. Após sua saída para completar um curso de doutorado, foi brilhantemente substituída pela Tomoko Namatame. Cabe ressaltar também que antes de seguir para o Japão, Cecília Suzuki, da Fundação Japão em São Paulo, também foi extremamente solícita e competente nas informações sobre as bolsas de pesquisa disponíveis. E ainda, meus agradecimentos à Cecília e à Fundação Japão pelo convite para redigir e publicar o artigo “Uma síntese sobre o expansionismo geopolítico japonês e sua relação com o ‘triângulo do petróleo’”¹. Destaco

¹ - Disponível em <http://fjisp.org.br/artigo/floriano_filho/>.

igualmente o apoio da professora de língua japonesa na Universidade de Brasília, Kyoko Sekino, e novamente do professor Eiiti Sato no processo de candidatura à bolsa da Fundação Japão.

Não se pode dizer que a conquista daquela bolsa de pesquisa tenha sido algo corriqueiro, particularmente na busca de um professor orientador no Japão. Durante viagem a Tóquio em 2015, tive proveitosa conversa com o professor Hiroyasu Uemura, da Universidade Nacional de Yokohama, não só sobre a economia política das instituições, mas também sobre a possibilidade de orientação em uma instituição acadêmica japonesa. Ele me repassou o contato do economista Song Lei, professor associado na Universidade de Pequim, cujo doutorado foi concluído na Universidade de Nagoya. Quando, também em 2015, participei de um workshop na Universidade de Tsinghua, fui pessoalmente ao escritório do professor Song Lei, que me aconselhou a entrar em contato o professor Gregory Noble, na Universidade de Tóquio. Poucas horas depois de enviar mensagem ao professor Noble, recebi resposta me aconselhando a contatar o professor Hiroyuki Hoshiro, que por fim me aceitou como pesquisador visitante no *Shaken*.

Também cabe outro agradecimento à Fundação Japão pelo subsídio de viagem concedido ao pesquisador para apresentar trabalho sobre o andamento de sua tese de doutorado durante a XX Conferência Internacional “*Roads through Asia*” da Sociedade de Estudos Asiáticos da Universidade de Harvard, realizada naquela universidade nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2017 (<http://projects.iq.harvard.edu/heasconference/home>). O pesquisador enfocou no artigo selecionado aspectos das estratégias de cooperação do Japão para o desenvolvimento da China a partir do final da II Guerra Mundial.

Na Universidade de Brasília dirijo especiais agradecimentos aos professores do PPGDSCI e aos do Programa de Língua Japonesa. Em especial aos professores Fausto Pinheiro Pereira e Yuki Mukai, por terem permitido que eu participasse de suas aulas antes de viajar para o Japão. Também ao professor Ricardo Azevedo Araújo, do departamento de Economia, por ter autorizado que eu assistisse às suas aulas sobre modelos econômicos. Retornando ao Brasil, pude contar com a ajuda dos bibliotecários da UnB na localização de artigos que também auxiliaram na redação desta tese.

Minha família me garantiu o carinho e conforto mental e espiritual para prosseguir nesta jornada. **A todos a minha sincera gratidão.**

Wherever there is business to do, we shall do it (...). So far as possible, we must first of all trade with the socialist and people's democratic countries; at the same time we will also trade with capitalist countries.

(Mao Tse-tung).

In view of the critical situation in natural resources, energy resources included, it was desirable for the two countries to establish long-term and stable ties of cooperation in this domain, including the joint exploitation of petroleum and coal.

(Hua Guofeng e Ohira Masayoshi, em comunicado conjunto).

RESUMO

Eventos históricos, dados empíricos e a análise qualitativa assistida por computador de centenas de artigos publicados principalmente em veículos chineses e japoneses realizada nesta tese indicam que prevaleceram o pragmatismo e a escolha racional na relação entre Japão e China após a Segunda Guerra Mundial. Mudanças paradigmáticas ocorridas mesmo antes daquele conflito permitiram um engajamento sino-japonês que também foi condicionado por triangulações com outros países, em especial com os Estados Unidos e a ex-União Soviética. A pesquisa desenvolvida identificou questões estratégicas que poderiam ter evitado o aprofundamento da relação, como os armamentos nucleares em Okinawa; a Guerra do Vietnã e outros conflitos no Sudeste Asiático durante a Guerra Fria; a confrontação midiática e discursiva; os ataques ao militarismo e ao hegemonismo; as disputas envolvendo Taiwan e ilhas no mar da China. Mas prevaleceu a complementariedade de interesses e necessidades vitais para o desenvolvimento e crescimento econômico como no caso das indústrias siderúrgica e de petroquímica. As transformações estruturais e institucionais levadas a cabo na China, que trocou o modelo de economia comunista pela livre alocação de mercado, foram fundamentais para o engajamento do Japão, que já havia enfrentado suas próprias mudanças paradigmáticas a partir do século XIX. A diplomacia econômica e energética do Japão foi auxiliada por empréstimos concessionais em ienes que complementaram outros fluxos financeiros na relação comercial e de investimento na China. A corrente de comércio entre os dois países se tornou uma das principais do mundo e o PIB da China e do Japão estão entre os três maiores entre todos os países. O padrão de desenvolvimento japonês antes dos anos 90 também foi considerado como modelo na estratégia da China, que se tornou a nação com a maior corrente de comércio no mundo, um dos países que mais atraem investimento direto estrangeiro e o maior consumidor de energia do planeta. O pragmatismo reinante na relação sino-japonesa propiciou enormes ganhos econômicos mútuos, mas não eliminou desafios geopolíticos e ambientais enfrentados pelas duas maiores economias da Ásia.

Palavras-chave: relações econômicas e diplomáticas sino-japonesas, transformação paradigmática, empréstimos de ienes, Guerra Fria, Ameaças Nucleares na Ásia-Pacífico, energia primária (petróleo, carvão, gás).

ABSTRACT

Historical events, empirical data and the computer-assisted qualitative analysis of hundreds of articles published mainly in Chinese and Japanese newspapers done for this thesis indicate that pragmatism and rational choice prevailed in the relationship between Japan and China after World War II. Paradigmatic changes that occurred even before that conflict allowed for Sino-Japanese engagement, which was also conditioned by triangulations with other countries, especially the United States and the former Soviet Union. The research developed identified strategic issues that could have prevented further deepening of the relationship, such as the nuclear weapons in Okinawa; the Vietnam War and other conflicts in Southeast Asia during the Cold War; media and discursive confrontation; attacks on militarism and hegemony; the disputes involving Taiwan and Chinese Sea islands. But the complementarity of interests and vital necessities for the development and economic growth such as in the case of steel and petrochemical industries prevailed. The structural and institutional transformations carried out in China, which shifted from a communist economy to a free market allocation model, were crucial for the engagement of Japan, which had already faced its own paradigm shifts since the nineteenth century. Japan's economic and energy diplomacy was aided by concessional yen loans that complemented other financial flows in the trade and investment relationship in China. The current trade between the two countries has become one of the largest in the world, and the GDP of China and Japan are among the top three among all countries. The Japanese growth path before the 1990s was also considered as a model in China's development strategy, which is the nation with the largest current of trade in the world, one of the countries that most attract foreign direct investment, and the largest consumer of energy on the planet. The prevailing pragmatism in the Sino-Japanese relationship has resulted in enormous mutual economic gains, but it has not eliminated geopolitical and environmental challenges faced by the two largest economies in Asia.

Keywords: Sino-Japanese economic and diplomatic relations, paradigm transformation, yen loans, Cold War, Nuclear Threats in Asia-Pacific, primary energy (oil, coal, gas).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 Império Japonês de 1870 a 1942	56
Figura 2.2 Atividades Industriais e Minerais nas Coreias do Norte e do Sul, 1972	58
Figura 3.1 Técnicos Militares dos EUA trabalhando em Okinawa em abril de 1962 em míssil de cruzeiro <i>Mace B</i> contendo Ogiva Nuclear W28 de 1 megaton	75
Figura 3.2 Mapeamento da Codificação Paradoxal quanto à Cooperação entre Japão e China	78
Figura 3.3 Matriz de Codificação em três períodos para análise qualitativa assistida por computador	80
Figura 4.1 Ligações Organizacionais entre a China e o Japão (Junho de 1967)	84
Figura 4.2 Mapeamento da Codificação Racional quanto à Cooperação entre Japão e China	96
Figura 4.3 Principais Campos de Petróleo da China	98
Figura 4.4 China: Combustíveis, Geração Elétrica, Minerais e Metais	103
Figura 4.5 Mapa Georreferenciado de alguns dos principais projetos da fase inicial da ODA japonesa para a China	113
Figura 5.1 Capitalismo politizado como Ordem Econômica Transformadora, na visão de Nee e Opper	123
Figura 5.2 Renda per capita e Zonas Econômicas Especiais da China a partir de 1980	144
Figura 5.3 Evolução das Zonas Econômicas Especiais na China	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Exemplos de Fenômenos conexos ao Desenvolvimento Econômico e Social apresentados por Chenery	30
Tabela 3.1 Comércio Internacional da PRC, U\$ Milhões (1950-1958)	64
Tabela 4.1 Comércio entre Japão e China, U\$ Milhares (1975 a 1979)	101
Tabela 5.1 Transformações na Estrutura (%) da Economia da China (1970-2004)	125
Tabela 5.2 Categorias de Empresas Privadas ou Privatizadas (Total ou Parcialmente) na China	136
Tabela 5.3 Número de Trabalhadores por tipo de Empresa e por Zona Urbana ou Rural	138
Tabela 5.4 Exemplos de Reformas que transformaram o Modelo Socioeconômico na China	148
Tabela 6.1 Destinos do IED Japonês por períodos, U\$ (1985 a 2015)	164
Tabela 6.2 Evolução dos Salários Nominais Mensais – China, Indonésia, Filipinas, Tailândia e Vietnã, U\$ (2002 a 2013)	168
Tabela 7.1 Variáveis e Fenômenos selecionados no processo de desenvolvimento do Japão e da China	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 Estudantes Chineses que foram e voltaram para treinamento na União Soviética	65
Gráfico 4.1 Composição das Exportações Chinesas para o Japão, 1962	89
Gráfico 4.2 Eventos selecionados e Corrente de Comércio entre Japão e China antes da Normalização, U\$	91
Gráfico 4.3 Empréstimos de ODA japonesa para projetos na China (por ordem de valores)	111
Gráfico 4.4 Exportação e/ou Importação de Combustíveis (% sobre o total exportado ou importado em países selecionados, 1962-2015)	114
Gráfico 5.1 Crescimento do PIB na China, U\$ correntes	117
Gráfico 5.2 Produção Bruta Industrial na China por categoria de Empresa	140
Gráfico 6.1 Fluxo e Corrente de Comércio entre China e Japão, U\$ (1950 a 2016)	153
Gráfico 6.2 Eventos selecionados e Corrente de Comércio entre Japão e China, U\$ (1972 e 2000)	155
Gráfico 6.3 Comércio da China e do Japão com o resto do mundo, U\$ bilhões (1957 a 2016)	157
Gráfico 6.4 Eventos selecionados e Corrente de Comércio entre Japão e China entre 2001 e 2016, U\$	159
Gráfico 6.5 Composição das Exportações Chinesas para o Japão, 2015	162
Gráfico 6.6 Saídas e Entradas de IED de e para a China, Hong Kong e Japão, e do Japão para países selecionados, U\$ (1970 a 2015)	166
Gráfico 6.7 Empréstimos Concessionais, Cooperação Técnica e Subvenções do Japão para a China, U\$ Milhões (1979 a 2015)	179
Gráfico 6.8 Empréstimos Concessionais, Cooperação Técnica	

e Subvenções do Japão para a China em comparação a outros fluxos financeiros oficiais e privados, U\$ Milhões (1979 a 2015)	180
Gráfico 6.9 Afinidade dos Japoneses em relação à China (1978 a 2006)	184
Gráfico 6.10 ODA Bilateral e Multilateral da China para outros países e créditos para Exportadores Preferenciais, U\$ Bilhões (2001 a 2015)	185

LISTA DE SIGLAS

CI	Cooperação Internacional
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CJV	<i>Cooperative joint venture</i>
CTN	Corporação Transnacional
CAQDAS	<i>Computer Assisted/Aided Qualitative Data Analysis</i>
DPI	Direitos de Propriedade Intelectual
EMV	Empreendimento em Municípios e Vilarejos
EE	Empresa estatal
EDR	Empréstimo de difícil recuperação (<i>Nonperforming loan</i>)
EJV	<i>Equity joint venture</i>
F&A	Fusão e aquisição
FBIS	<i>Foreign Broadcast Information Service</i>
FIE	<i>Foreign-invested enterprise</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
JBIC	Banco do Japão para Cooperação Internacional (<i>Japan Bank for International Cooperation</i>)
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional (<i>Japanese International Cooperation Agency</i>)
JV	Joint venture
PCC	Partido Comunista Chinês
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média empresa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (<i>United Nations Development Program</i>)
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>)
ODA	<i>Official Development Assistance</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio

PPP	<i>Purchasing power parity</i>
RMB	Renminbi
SEZ	<i>Special Economic Zone (Zona Econômica Especial)</i>
TFP	Total factor productivity
TVE	<i>Township and village enterprise</i>
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
WFIE	<i>Wholly owned foreign-invested enterprise</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	22
1.1 Objetivos do estudo – Importância e Contribuições esperadas	22
1.2 Considerações Teóricas	27
1.3 Considerações Metodológicas	33
1.4 Organização.....	38
1.5 Visão Panorâmica.....	40
2 IMPERIALISMO, CONFLITOS E MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS NA RELAÇÃO JAPÃO-CHINA ANTES E DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	48
2.1 Expansionismo territorial japonês – <i>lebensraum</i> e recursos naturais.....	54
2.2 Recursos naturais ultramarinos, comércio e conflitos com a China antes da Segunda Guerra Mundial	59
3 TRIANGULAÇÕES E REVERSÕES DE POLÍTICAS DO JAPÃO E DA CHINA NA GUERRA FRIA.....	62
3.1 Cooperação Sino-Soviética	63
3.2 Cooperação EUA-Japão	65
3.3 Desenvolvimento econômico e comercial japonês.....	70
3.4 Ameaças nucleares	73
3.5 A longa marcha midiática na Guerra Fria, uma Análise de Conteúdo	75
4 ENGAJAMENTO, TURBULÊNCIAS E PROGRESSOS	82
4.1 O comércio como instrumento político antes da aproximação diplomática.....	82
4.2 As crises do petróleo e o papel dos EUA e terceiros países na diplomacia econômica Nipo-Chinesa.....	92
4.3 A indústria petroquímica chinesa, o aço e o engajamento do Japão	96
4.4 Empréstimos em iene para energia, infraestrutura, indústrias e comércio	106
5 REFORMAS (<i>TIZHI GAIGE</i>) E NOVOS PARADIGMAS PRAGMÁTICOS – O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS	116
5.1 Institucionalidades transfiguradas	120
5.2 Reformas fiscal e bancária.....	126
5.3 A virada de Lewis?.....	130
5.4 Ascensão e transformação do modelo das SOEs e TVEs	133
5.5 Zonas Econômicas Especiais e Investimento Direto Estrangeiro	141

6	COMÉRCIO, INVESTIMENTOS E <i>SOFT POWER</i> , NA TRANSFORMAÇÃO DE PARADIGMAS DE JAPÃO E CHINA.....	150
6.1	O ingresso da China na OMC e as cadeias produtivas.....	154
6.2	Iniciativa privada, Investimento Direto e comércio do Japão e da China.....	161
6.3	A Cooperação Internacional Japonesa como Política de Estado para diplomacia econômica e <i>soft power</i>	170
6.4	A cooperação japonesa para a China em face da expansão comercial e do IED	175
6.5	Fim de novos empréstimos em ienes e questões de segurança.....	181
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS	195
	ANEXO 1 Empréstimos em ienes para projetos de infraestrutura na china financiados com a ODA japonesa, JPY Milhões	207
	ANEXO 2 Artigos selecionados na base de dados FBIS publicados em jornais e agências de notícias a partir de 1966.....	224
	ANEXO 3 Seleção de Documentos estratégicos sobre a relação Japão-China publicados por Jain	331

*Europe was the past, the US is the present, and a
China-dominated Asia is the future of the global
economy.*
Martin Wolf²

APRESENTAÇÃO

Esta tese encerra um ciclo iniciado em 1991, quando o doutorando foi, por um ano e meio, estudante-pesquisador nas Universidades de Tsukuba e Hitotsubahi, no Japão. O tema da pesquisa era a chamada “sociedade da informação”, que talvez só tenha relação indireta, por meio da “progressão tecnológica”, com o objeto de estudo atual – a cooperação e empréstimos japoneses como ferramenta de diplomacia econômico-energética na relação com a China e seus impactos na segurança de recursos naturais. Mas sem aquela experiência, provavelmente não teria sido possível retornar ao Japão em 2016 para realizar a pesquisa que possibilitou colocar no prumo o eixo desta tese de doutorado.

Originalmente, a proposta de pesquisa para ingresso em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCI, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, era a cooperação triangular entre Brasil, Japão e Moçambique. O Projeto ProSavana pretende criar uma área de produção agrícola no norte do país africano ao longo da estrada de ferro que, ao atravessar também o Malawi, vai interligar gigantescas reservas de carvão ao porto de Nacala.

Naquela altura, após coleta bibliográfica, foram realizadas entrevistas no Brasil, *e-mails* trocados com interlocutores no Japão e na África, e viagens à África do Sul e a Moçambique. O artigo “*Soft Power* na África” foi selecionado para apresentação na III Conferência Internacional do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, realizada nos dias 19 e 20 de novembro de 2014. Entretanto, especialmente pelo fato do ProSavana ainda estar longe de sua conclusão, dificultando a coleta de dados, concluiu-se que, no estágio em que se encontrava o projeto, a pesquisa enfrentaria enormes obstáculos para servir a uma tese de doutorado.

Saíram Brasil e Moçambique da pesquisa. Permaneceu o Japão e entrou a China, que

² - Financial Times, 22 de setembro de 2003.

já havia sido visitada em diferentes ocasiões pelo doutorando na condição de jornalista e pesquisador. Os dois países, hoje locomotivas regionais e mundiais de crescimento e/ou desenvolvimento econômico, têm uma relação milenar de cooperação e conflitos em diferentes setores, que evoluiu e se transformou ao longo do tempo na medida em que as realidades locais e os contextos internacionais também mudaram. Um desses setores, particularmente relevante para esta pesquisa, é a exploração e comércio de recursos naturais com destaque para os energéticos como petróleo, gás natural e carvão. Como a presença da China na África cresceu exponencialmente nas últimas décadas e o Japão também tem interesses geopolíticos e comerciais no continente, o tema inicialmente escolhido, de uma forma ou de outra, abriu novos horizontes e reflexões quanto à atual pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

1.1 OBJETIVOS DO ESTUDO – IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

Apesar do Japão e da China constituírem duas das três maiores economias mundiais, ao lado da superpotência militar que instaurou a *Pax Americana* ainda vigente na Ásia, a escassez de Programas de Estudos Asiáticos na América Latina não tem auxiliado suficientemente na compreensão mais aprofundada daquelas sofisticadas realidades socioeconômicas e geopolíticas que ganham crescente importância global.

Ainda que o interesse tenha crescido especialmente a partir dos anos 80, em virtude do vertiginoso crescimento do Japão, e dos anos 90, por conta do desempenho econômico chinês sem paralelo na história, ainda não são muitas as publicações acadêmicas em língua portuguesa ou espanhola que tratam dos processos e modelos de desenvolvimento daqueles países, especialmente a partir dos anos pós-guerra. Menos ainda, as de caráter multidisciplinar. Mesmo em língua inglesa, não são abundantes as revistas acadêmicas dedicadas à influência que o Japão teve sobre a China por meio da cooperação internacional como extensão de sua política externa, incluindo empréstimos concessionais, transferência tecnológica e capacitação técnica. E ainda, por meio de investimentos de corporações transnacionais, do comércio internacional e de modelos asiáticos de desenvolvimento.

Resulta que algumas ideias ou teorias mais propaladas na Ásia nem sempre se tornam plenamente conhecidas fora daquela região. Entre elas cabe destacar, por exemplo, as de Akamatsu Kaname, que concebeu a “teoria dos gansos voadores” a partir de análise estatística de séries históricas no setor do comércio; Kojima Kiyoshi, que a combinou com modelos neoclássicos, propondo uma teoria de desenvolvimento econômico por meio do Investimento Direto Estrangeiro com base nas vantagens comparativas de David Ricardo; Ipei Yamazawa, que escreveu sobre o modelo japonês de desenvolvimento econômico e comércio internacional; Song Lei³, que escreveu sobre o modelo de desenvolvimento comprimido no contexto da absorção tecnológica e do processo de *catch up*; Rajendra Kumar Jain, que publicou livros sobre a economia política da relação entre Japão e China no pós-

³ - Entrevistado pessoalmente pelo autor em 17 de agosto de 2015 na Faculdade de Governo da Universidade de Pequim. Contato posterior mantido pelo email <slei@pku.edu.cn>.

guerra; ou Kaoru Sugihara, que explorou, entre outros temas, como o Japão financia a importação de petróleo do Oriente Médio com a exportação de produtos com maior valor agregado como veículos e eletroeletrônicos para países de renda mais alta.

Com maior circulação no Ocidente, pelo fato de serem professores em universidades dos Estados Unidos ou terem realizado estudos de pós-graduação em países ocidentais, estão os trabalhos de Chae-Jin Lee, que também publicou livros sobre a economia política da relação entre Japão e China no pós-guerra; e de Terutomo Ozawa, que também escreveu e ensina sobre modelos de desenvolvimento, especialmente do Japão; e Tsukasa Takamine, que estudou especificamente a cooperação japonesa para a China e seus antecedentes com ênfase nos anos 90.

Japão e China são parte de um pequeno grupo de países europeus e asiáticos que conseguiram manter durante vários anos altos índices de crescimento econômico. Além deles, Alemanha, Finlândia, Coreia, Malásia, Tailândia, Taiwan e Cingapura cresceram rapidamente por duas décadas ou mais, entre 1955 e 1997. Mas apenas a China continuou crescendo a taxas acima dos dois dígitos a partir dos anos 2000. Como explica Yusuf (2010), uma das estratégias para tal desempenho foi o crescimento impulsionado pelas exportações. O destaque foi o foco nas indústrias de eletroeletrônicos, têxteis, transportes e máquinas e equipamentos. Yusuf e outros defendem que o modelo de crescimento baseado em exportações ainda não acabou, mas no atual estágio vem-se exaurindo para um grande número de países. O investimento em infraestrutura, responsável por parte considerável do crescimento, era em grande medida proveniente de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (*Official Development Assistance* ou ODA) e Investimento Estrangeiro Direto (IED).

Tão logo a China iniciou sua “política de portas abertas” no fim dos anos 70, o Japão começou a fornecer empréstimos com juros abaixo de mercado, assistência técnica e doações em dinheiro, que se tornaram, de longe, o maior programa de cooperação internacional dos japoneses no mundo durante décadas. Centenas de projetos foram financiados e planejados com assessoria e capital do Japão durante quase 30 anos. Causa surpresa a muitos a dimensão das grandiosas obras de infraestrutura, como ferrovias, portos, aeroportos, barragens de hidroelétricas e outras, construídas em regiões estratégicas da China com tais recursos. Também foram construídos hospitais e escolas no contexto de projetos aprovados com recursos financeiros e humanos japoneses. Pesquisas científico-tecnológicas, realizadas em setores como o do meio-ambiente. Segundo Takamine, tais fluxos de capital financeiro e

humano, teriam aberto as portas para o aumento do comércio bilateral e do investimento direto em operações industriais no país vizinho. Para diferentes observadores como o próprio Takamine, a cooperação e os investimentos japoneses na China parecem contraditórios à primeira vista, tendo em vista a notória hostilidade histórico-política entre as duas maiores nações asiáticas que nos séculos XIX e XX protagonizaram duas guerras sino-japonesas sangrentas e de grandes proporções antes do início da Segunda Grande Guerra, com marcas profundas e de dolorosas memórias que geram controvérsias diplomáticas ainda hoje.

Dado o histórico belicoso das duas maiores economias da Ásia, o estouro da bolha japonesa, as atuais disputas econômicas globais, inclusive por recursos naturais, com reflexos militares, alguns acadêmicos como o próprio Takamine (2006) consideram paradoxal que o Japão tenha emprestado tanto dinheiro para que a economia chinesa desse um salto de desenvolvimento, ajudando a transformar o seu inimigo da Segunda Guerra Mundial no gigante que é hoje. O pragmatismo e a inevitabilidade geopolítica pelo compartilhamento de um mesmo mar territorial e seus recursos naturais, parecem ter prevalecido. Mas o tema ainda não foi suficientemente analisado e para muitos é desconhecido, talvez pelas suscetibilidades existentes ainda hoje na relação entre os dois países ou talvez para não realçar a fragilidade imposta pela escassez de recursos naturais do Japão, que motivou uma diplomacia econômico-energética bastante ativa, sofisticada e de alcance global daquele país.

País de números superlativos, a China é o maior do mundo em população, produção e consumo energético, parque industrial, comércio internacional e Produto Interno Bruto pelo critério de paridade de poder de compra, além de contar com uma das maiores produções agrícolas e de trabalhadores rurais do planeta. Considerando as implicações dessas dimensões para o mundo, é fundamental para qualquer país, ainda mais para uma região como a América Latina, que vem estreitando rapidamente as relações com os chineses, entender o processo de crescimento e desenvolvimento, de reformas e transformação socioeconômica daquele país asiático. E de como seu modelo de desenvolvimento foi influenciado e interagiu com o japonês, que vivenciou, décadas antes, alguns dos desafios que a China enfrentou posteriormente.

Tomando como referência temporal o período entre 1979 e 2008, durante o qual o Japão forneceu empréstimos concessionais⁴ à China, um dos aspectos que esta tese se propõe

⁴ - Empréstimos concessionais normalmente possuem períodos de carência e de pagamento maiores, e taxas

a investigar são as reformas e transformações incorridas na China e a adoção de um sistema que alguns sociólogos chamam de “capitalismo politizado” e outros, de “capitalismo com características chinesas”, entre outras denominações. Quando a China ainda estava no meio de reformas importantes sem a convicção se elas gerariam os resultados esperados, nem todos detectaram nas características do modelo econômico chinês um capitalismo integral. Mesmo que fosse classificado pelos parâmetros desenvolvimentistas ao modo das economias do Japão ou da Coreia, por exemplo. Kristof (1993), jornalista do *New York Times*, propôs uma outra denominação – “leninismo de mercado”, no qual nem o materialismo alastrado ou a corrupção endêmica se restringiam aos novos ricos.

Um dos vários divisores de águas, por exemplo, foi o ano de 1998, quando o governo chinês, liderado pelo Partido Comunista da China, decidiu levar a cabo uma primeira onda de privatizações de centenas de pequenas e médias empresas estatais. Esta iniciativa colocou o sistema econômico chinês, independentemente do que se possa dizer da estrutura política autocrática, rumo a um modelo de mercado no qual as firmas (empresas privadas) e o capital financeiro passaram a exercer papel cada vez mais central na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico do país. Uma das contribuições do trabalho aqui proposto seria o de aportar um olhar multidisciplinar de um pesquisador brasileiro sobre tema pouco explorado na América Latina.

Mas esta tese também pretende oferecer outras contribuições no entendimento de questões estratégicas, como no campo da energia e da geopolítica, em torno do estudo de caso ainda pouco explorado internacionalmente sobre essa cooperação, que ajuda a compreender vários aspectos não só da relação bilateral entre Japão e China, mas também sobre vínculos triangulares correlatos.

Primeiramente, vai investigar os antecedentes motivadores de tal engajamento, tentando responder à pergunta básica de pesquisa sobre o que levou a tal acontecimento? Para tanto, vai-se procurar aquilatar os canais de interação sino-japonês. O papel do comércio e da diplomacia econômico-energética do Japão na China durante a Guerra Fria, no contexto de eventos políticos domésticos nos dois países parece ser um caminho natural

de juros mais baixas do que as praticadas pelo mercado financeiro internacional. Eles costumam ser utilizados como um dos instrumentos de política externa para influenciar decisões político-econômicas de governos estrangeiros, facilitar a exportação de matérias-primas dos países tomadores de empréstimo ou favorecer a contratação de grandes grupos empresariais oriundos do país emprestador, por exemplo. Para autores como Chen et al. (2013) este tipo de ferramenta seria um *soft-hard power* com vistas a atrair determinados comportamentos por parte do receptor do empréstimo.

para o início da investigação. Quanto às triangulações, pretende-se examinar as conexões e interesses sobretudo com Estados Unidos e com a extinta União Soviética, principais polos da Guerra Fria que tiveram relações históricas definidoras e transformadoras com aqueles países asiáticos.

Outra contribuição pretendida é a de investigar até que ponto tal cooperação teve relevância para o processo de desenvolvimento chinês e os possíveis paralelos e distinções entre os dois modelos de desenvolvimento. E se esse engajamento teve alguma interferência sobre a ruptura de paradigma chinês, em que, tão logo Deng Xiaoping assumiu o centro do poder, passou de um modelo baseado em comunas agrícolas e planejamento econômico totalmente centralizado para, gradualmente, outro que começou a alocar aos cidadãos a responsabilidade pela gestão dos excedentes produtivos e pelos lucros obtidos como fruto de seus respectivos esforços. Neste sentido, pretende-se esclarecer a relação entre a “política de portas abertas”, que induziu o processo de transformação da política econômica chinesa, e o aprofundamento dos investimentos japoneses em setores estratégicos chineses. E compreender como foi possível o aprofundamento comercial entre os dois países ter-se iniciado muito antes do reatamento das relações diplomáticas sino-japonesas em 1972 e quando ainda se assinava o tratado de São Francisco em 1952, que devolveu ao Japão a soberania sobre sua política externa.

Entretanto, não será objetivo desta pesquisa tentar demonstrar se a cooperação japonesa foi ou não responsável pelo “*takeoff*”⁵ da economia chinesa, até mesmo porque estudos estatísticos como o de Easterly (2006) apontam que este fenômeno se deu antes de 1975 e também porque os recursos transferidos pelo Japão representaram uma fração inferior a 1,5% em média do orçamento nacional da China a cada ano. Não se almeja tampouco pesquisar, por exemplo, a efetividade da cooperação japonesa como investigada por Feasel (2015) ou as controvérsias entre as argumentações de Bauer (1972), Easterly e outros críticos da cooperação internacional por sua alegada ineficácia, e as de outros que defendem seus efeitos como Burnside e Dollar (2000), que trataram da efetividade em face de condicionalidades como boa governança, Stiglitz (2002), Stern (2002) ou Sachs (2014).

Finalmente, quer-se investigar se há relação entre fenômenos históricos, políticos e econômicos do expansionismo japonês anterior à Segunda Guerra Mundial e a natureza do

⁵ - Easterly adota a definição de “*takeoff*” como sendo a mudança única entre crescimento zero do PIB para um crescimento positivo sustentado.

engajamento que tornou possível ao Japão planejar e executar obras de infraestrutura de tamanha dimensão na China em tão curto espaço de tempo. E ainda, por que foi necessário ao Japão substituir o interesse comercial em recursos energéticos da China, como petróleo e carvão, pelo comércio baseado nos termos de troca favoráveis decorrentes da inicial vantagem tecnológica japonesa? Caberia, nesse sentido compreender as vantagens comparativas que diferenciaram o Japão na relação de cooperação com a China, em relação a concorrentes internacionais como Estados Unidos e Europa. Mas também os eventos que fragilizaram a economia japonesa, fazendo com que o governo daquele país buscasse alternativas energéticas em um mercado internacional subvertido após as crises do petróleo dos anos 70.

Sabe-se que o Japão não foi o único país a oferecer assistência técnica e recursos financeiros à China. Antes dele, assim que os guerrilheiros de Mao Zedong tomaram o poder, a União Soviética de Stálin era a principal referência e apoiador político e financeiro do nascente regime. A outra força hegemônica da Guerra Fria, os Estados Unidos tinham sido aliados dos Chineses durante a Segunda Guerra Mundial contra as aguerridas forças militares do Japão e viviam um momento de transição em sua política externa. Portanto, seria importante também saber por que houve a ruptura sino-soviética e a China decidiu retomar relações diplomáticas com os EUA, apesar de permanecerem em campos ideológicos distintos no cenário internacional.

1.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Tendo em vista a duração de praticamente três décadas de empréstimos japoneses para o desenvolvimento da China, diversos modelos e teorias poderiam ser aplicados ao presente estudo, considerando também as diferentes fases da relação bilateral. A demarcação de tais períodos, ainda que não seja exata, é importante para refletir a respeito das circunstâncias políticas, econômicas e sociais que contextualizaram o engajamento de ambos os países em processos de rupturas paradigmáticas. Em particular da China, que sofreu profundas transformações em seu modelo econômico ao longo desse período.

Em relação ao Japão, se o presente estudo objetivasse simplesmente tratar de relações bilaterais entre esses países e consideradas as bombas nucleares colocadas pelos norte-americanos em Okinawa, por exemplo, a análise no campo das Relações Internacionais

poderia ser realizada pelo prisma da corrente realista. Já as delegações informais ou diplomacia cidadã construída a partir dos anos 50 para aprofundar relações comerciais sino-japonesas poderiam ser observadas pelo viés construtivista. Entretanto, o foco desta pesquisa são as rupturas paradigmáticas e o pragmatismo adotado pelos dois países em questão para, não só superar suas tradicionais rivalidades e tensões históricas, como também permitir a transformação dos respectivos modelos econômicos.

No tocante à cooperação japonesa como um todo, Sato e Asano (2008, p. 112-113) argumentam que as explicações para tal esforço econômico-diplomático podem ser agrupadas em três principais correntes teóricas, observadas eventuais sobreposições entre si: realismo, liberalismo e mercantilismo. Enquanto o realismo enfatizaria os interesses geopolíticos (território, poder e soberania) e de alianças político-diplomáticas, o liberalismo teria uma visão mais abstrata e idealista, propugnando valores altruístas e basilares para a sociedade internacional como democracia, direitos humanos e erradicação da pobreza. Já a corrente mercantilista se concentraria nos próprios interesses econômicos do Japão, como o comércio (incluindo as importações de recursos naturais) e os investimentos. Desta forma, a legislação da ODA de 1992 teria sido uma mudança de norma liberal na política japonesa, enquanto a lei de 2003 teria implementado uma mudança realista-mercantilista segundo os autores.

Desde os anos 70, quando a descolonização da África ainda não havia terminado, o debate sobre cooperação internacional (*foreign aid*) dividia opiniões e diferentes estudos tentavam provar a eficácia ou ineficácia de doações, empréstimos subsidiados, cooperação técnica a países pobres ou em desenvolvimento. No contexto de abordagens construtivistas, diferentes estratégias foram montadas para tentar aprimorar um sistema que tenta amalgamar o ordenamento mundial em um planeta repleto de desigualdades, assimetrias e conflitos.

Nesse ambiente, os repasses líquidos da cooperação japonesa, que foi a maior do mundo entre os anos de 1991 a 2001 (MURPHY; WELSH, 2008, p. 200), foi alvo de um discurso crítico, alegando que o auxílio do Japão serve como ferramenta de uma política mercantilista. Mas Sato e Asano observam que, ao dar tratamento estatístico aos dados, nem sempre a realidade se conforma com o discurso oficial ou visões acadêmicas, e até mesmo com os princípios estabelecidos na legislação japonesa de ajuda externa.

Tradicionalmente, as pesquisas sobre a ODA japonesa eram eminentemente descritivas. Não costumava haver a construção de modelos para testes estatísticos que

fizessem o cruzamento entre variáveis econômicas e os dados oficiais de ODA. Entretanto, o ressurgimento e propagação de métodos quantitativos nas ciências sociais norte-americanas começaram a mudar essa tendência na pesquisa sobre ODA japonesa a partir do final dos anos 1980.

Os achados em tais estudos indicam que a cooperação japonesa vem tradicionalmente privilegiando projetos para o desenvolvimento econômico e social em áreas como comércio, energia, saúde e educação em comparação a projetos voltados para a segurança internacional, por exemplo. Outra característica marcante da cooperação japonesa vem sendo a concentração de projetos voltados para o desenvolvimento regional, em contraste com políticas de cooperação mais desconcentradas de outros países que compõem a Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (*Development Assistance Committee* ou DAC), talvez refletindo o legado do período colonial e as características socioeconômicas dos vizinhos assistidos. Ainda assim, destaca-se a capilaridade da atuação da política de cooperação japonesa em praticamente uma centena de países do mundo.

Para diferentes estudiosos do assunto como Takamine (2006), a cooperação e os investimentos japoneses na China são a princípio paradoxais, tendo em vista sua conflituosa relação histórico-política. Apesar do pragmatismo existencial, marcadamente no caso japonês, e da geopolítica global terem gerado contextos explicativos da colaboração, as duas principais economias asiáticas protagonizaram nos séculos XIX e XX guerras sangrentas com marcas profundas, de dolorosas memórias, que provocam acirrados debates e até ameaças diplomáticas ainda hoje. O entendimento deste aparente paradoxo é uma das principais indagações a que esta tese se propõe a explorar.

Para tanto, o objeto de estudo desta pesquisa extrapola a pura análise da cooperação japonesa em geral e se volta também para a busca de esclarecimentos sobre possíveis influências que o engajamento bilateral teve no processo de desenvolvimento da China, cujo caso é eivado de peculiaridades como observaremos amiúde.

Como observa Chenery (1979, p. 55),

a análise baseada apenas na experiência de países individuais restringe a escolha da política àquilo que já foi tentado. No entanto, a análise que ignora grande parte da história passada – que é característica da teoria neoclássica e dos modelos de planejamento – tende a omitir importantes restrições políticas. Portanto é necessária uma certa consolidação e extensão dessas abordagens para definir um conjunto de fenômenos que devem ser levados em consideração na teoria e na

política de desenvolvimento.⁶

Partindo dessa premissa de consolidação entre a experiência de países individuais e eventos históricos, Chenery elaborou a tabela 1.1 contendo alguns fenômenos que surgiram a partir da implementação de políticas de desenvolvimento, atrelando-os a evidências empíricas e proposições teóricas que os tentam explicar.

TABELA 1.1 EXEMPLOS DE FENÔMENOS CONEXOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL APRESENTADOS POR CHENERY

Fenômenos	Evidência Empírica	Proposição teórica
Desenvolvimento equilibrado	Mudanças padrão na demanda, produção, comércio e emprego; Clark (1940), Kuznets (1957), Chenery (1960)	Teorias do crescimento balanceado; Nurkse (1953,1957); Lewis (1955); Taylor (1969)
Piora na distribuição de renda	Curva em “U”; Kuznets (1955); Adelman-Morris (1973); Ahluwalia (1976)	Modelos de distribuição; Bacha-Taylor (1976); Williamson (1976)
Dualismo econômico	Países para estudo de caso: Japão, Taiwan, Coreia, Índia, Filipinas, Brasil, Quênia e outros	Teorias de economia dual; Lewis (1954); Fei-Ranis (1964) Kelley-Williamson-Cheetham (1972)
Crescimento limitado pelo comércio	Países para estudo de caso: Israel, Paquistão, Índia, Grécia, Argentina, Colômbia, Turquia e outros.	Modelos de <i>Two-gap</i> : Chenery-Bruno (1962); McKinnon (1964) Modelos de Comércio e Crescimento: Findlay (1970); Bruno (1976)
Efeitos de escala	Engineering evidence: Haldi (1960) Evidência entre países: Chenery-Taylor (1968)	Crescimento desequilibrado: Rosenstein-Rodan (1943); Scitovsky (1959); Chenery (1959)
Fases de desenvolvimento		Pontos de virada: Lewis (1954); <i>Takeoff</i> : Rostow (1956) Fases: Chenery-Strout (1966); Taylor (1971)

Fonte: Chenery (1979, p. 57).

A multidisciplinaridade calcada em proposições teóricas como a “do Investimento Direto Estrangeiro” e em modelos como o “de Lewis” auxiliam na compreensão das endogenias e exogenias que caracterizaram as transformações experimentadas no Japão e na

⁶ - Analysis based only on the experience of individual countries restricts the choice of policy to what has already been tried. However, analysis that ignores much of past history-which is characteristic of both neoclassical theory and planning models-tends to omit important policy constraints. Some consolidation and extension of these approaches is therefore needed to define a set of phenomena that should be taken into account in development theory and policy.

China. Do ponto de vista teórico, o conceito de Zona Franca, por exemplo, responsável pela atração maciça de IED para a China, baseia-se no modelo de Heckscher-Ohlin, que é uma expansão da teoria do livre comércio baseada na vantagem comparativa ricardiana. Ainda hoje é comum o modelo de zona de livre comércio, utilizado tanto em países de economia avançada como nos em desenvolvimento. Esse modelo foi adotado por vários países e impulsionaram o crescimento acelerado de um grupo em particular ao longo de décadas. Analistas consideraram esse fenômeno, quando aplicado aos casos do Japão e da China como “milagre” de crescimento econômico e de redução da pobreza, no contexto de políticas públicas norteadas por decisões estrategicamente e pragmaticamente planejadas e executadas.

No caso do desenvolvimento econômico e social da China, Mody e Wang (1997, p.1) analisaram em estudo para o Banco Mundial as causas do crescimento industrial naquele país e concluíram que:

Embora características específicas do setor - o grau de especialização e competição - tivessem alguma influência sobre o crescimento, grande parte da ação veio de influências específicas da região e *spillovers* regionais. As influências regionais incluíram políticas de portas abertas e zonas econômicas especiais que atraíram com êxito investimentos de chineses no exterior para locais específicos. Os pontos fortes regionais existentes, especialmente o capital humano de alta qualidade e a infraestrutura, também contribuíram para o crescimento. Nossos resultados iluminam a interação entre as condições propícias ao crescimento - por exemplo, a contribuição do conhecimento estrangeiro é muito reforçada pelo capital humano disponível. A China fez um uso criterioso das vantagens do atraso visando áreas menos desenvolvidas e menos oneradas pelo legado das instituições existentes, embora tenha sido afortunado, a este respeito, que as regiões atrasadas estivessem na proximidade de Hong Kong e Taiwan.⁷

No contexto do novo estruturalismo econômico, Lin (2010) argumenta que a fase de desenvolvimento dominada pelo aproveitamento da abundante mão de obra barata envolvendo migrações massivas, vem sendo rapidamente substituída na China pela mudança do paradigma tecnológico, acompanhado pela renovação das infraestruturas material e regulatória:

⁷ - *Although industry-specific features — the degree of specialization and competition — had some influence on growth, much of the action came from region-specific influences and regional spillovers. Regional influences included the open-door policies and special economic zones that successfully attracted investments from overseas Chinese to particular locations. Existing regional strengths, especially high-quality human capital and infrastructure, also contributed to growth. Our results illuminate the interplay between conditions conducive for growth — for example, the contribution of foreign expertise is greatly enhanced by available human capital. China made judicious use of the advantages of backwardness by targeting areas that were less developed and less encumbered by the legacy of existing institutions, although it was fortunate in this regard that the backward regions were in close proximity to Hong Kong and Taiwan.*

Para explorar o potencial desencadeado pela nova tecnologia e indústria e reduzir os custos de transação e compartilhar riscos requer inovações, bem como melhorias na infraestrutura dura de uma economia, como redes de energia e rodovias e sua superestrutura. A superestrutura consiste em elementos como crenças, o quadro jurídico, as instituições financeiras e o sistema educativo (LEWIS, 1954; KUZNETS, 1966; NORTH, 1981; LIN, 2010).⁸

LIN também enfatiza outro fator extremamente relevante no caso de países com economias menos avançadas – o uso do estágio menos avançado de desenvolvimento em benefício próprio. Isto seria possível pelo “empréstimo” de tecnologias, indústrias e modelos institucionais já testados em países mais desenvolvidos, permitindo o fenômeno do “*leapfrogging*”. O ex-economista-chefe do Banco Mundial explica que se um país em desenvolvimento souber tirar proveito de seu atraso tecnológico, industrial e institucional, pode crescer a taxas anuais muito maiores do que a de países com alto PIB per capita durante décadas antes da distância entre essas economias se estreitar. Esta foi uma das cinco principais características⁹ apontadas pelo estudo da Comissão para Crescimento e Desenvolvimento do Banco Mundial publicado em 2008.

Entretanto, com o objetivo de compreender a evolução das transformações comumente associadas a um processo gradualista, proposições teóricas no campo do institucionalismo ou da sociologia econômica como as de Victor Nee e Sonja Opper também possuem grande valia para este estudo. O entendimento sobre as reformas políticas e econômicas lideradas por lideranças governamentais e algumas rupturas paradigmáticas que as antecederam, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, compuseram a modernização institucional doméstica e no contexto internacional, que criou um ambiente tributário e financeiro de estímulo à concorrência e inovação por parte das firmas. Um dos paralelos que se pode traçar quanto ao itinerário de desenvolvimento do Japão e da China, é o papel indutor do Estado no estímulo à economia de mercado, acelerando o processo de crescimento econômico e dinamizando o caldo de cultura que germina a criação de emprego e renda.

⁸ - *To exploit the potential unleashed by new technology and industry, and to reduce the transaction costs and share risks requires innovations as well as improvements in an economy's hard infrastructure, such as power and road networks, and its soft infrastructure. Soft infrastructure consists of such elements as belief, the legal framework, financial institutions, and the education system*

⁹ - As outras quatro são estabilidade macroeconômica, altas taxas de poupança e investimento, sistema de mercado, e governos capazes, confiáveis e dedicados. Lin e Monga (2010a) mostram que os três primeiros elementos são consequência do aproveitamento das próprias vantagens comparativas da economia no desenvolvimento de indústrias a cada estágio de seu desenvolvimento, e as duas outras são condições para que a economia aproveite suas vantagens comparativas nos países em desenvolvimento.

Considerando tais reformas e a natureza multidisciplinar do presente estudo, são particularmente relevantes para o enquadramento teórico-metodológico desta pesquisa conceitos e linhas teóricas no campo da geopolítica e comércio internacional, especialmente no contexto asiático. Da mesma forma, será necessário analisar algumas formulações relativas ao chamado *soft power*, não só como proposto por Nye (1990), mas também como desenvolvido por Chen e outros (2013).

1.3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Tendo em vista objeto específico e as perguntas propostas nesta tese, e ainda a documentação encontrada principalmente ao longo de dois estágios do curso de doutorado, optou-se pela prioridade à análise qualitativa quanto à metodologia empregada. Especialmente com fulcro na coleção composta por reportagens, notas e artigos publicados entre 1966 e 1996 em veículos noticiosos asiáticos (principalmente japoneses e chineses) como *Kyodo*, *Nihon Keizai*, *Zaikai Tembo*, *Xinghua* (anteriormente NCNA), *Renmin Ribao*, e também no *Moscovo Mezhdunarodnaya Zhizn*. Esse período reflete a gradual atenuação pós-Guerra Fria de fricções ideológicas e confrontos militares e ilustra algumas das transformações estruturais e institucionais que ocorreram no modelo de desenvolvimento econômico da China.

O acesso a tal material foi obtido graças às bases de dados estruturadas que o doutorando consultou no sistema da biblioteca da Universidade de Tóquio. Durante o período de aproximadamente quatro meses em que permaneceu como pesquisador visitante no Instituto de Ciência Social (*Institute of Social Science* ou ISS) daquela universidade, foi recolhido farto material de pesquisa em base de artigos traduzidos para a língua inglesa e compilados pelo Serviço de Informação de Transmissão Estrangeira (*Foreign Broadcast Information Service* ou FBIS). Tal serviço foi posto sob o encargo da Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* ou CIA) por meio da Lei de Segurança Nacional dos EUA (*US National Security Act*) de 1947 para monitorar agências de rádio e imprensa, especialmente em questões estratégicas de vários países escolhidos no mundo. Anteriormente, o serviço era chamado de Serviço de Monitoramento de Difusão Estrangeira (*Foreign Broadcast Monitoring Service* ou FBMS), criado em fevereiro de 1941 pelo presidente Roosevelt, e colocado inicialmente sob a supervisão da Comissão Federal de

Comunicações.

Quase um ano antes do estágio na Universidade de Tóquio, foram de fundamental importância as entrevistas preparatórias em Tóquio com o professor Hiroyasu Uemura¹⁰, da Universidade de Yokohama, sobre variedade de capitalismos na Ásia e desindustrialização, e com os professores Tetsushi Sonobe¹¹, vice-presidente do Instituto Nacional de Pós-Graduação em Estudos de Políticas Públicas (*National Graduate Institute for Policy Studies* ou GRIPS) e Keiichi Tsunekawa, do mesmo instituto, sobre questões estratégicas da relação entre Japão e China. Outra entrevista preparatória fundamental que possibilitou a realização do estágio no ano seguinte foi com o professor Song Lei, da Faculdade de Governo e diretor do Instituto de Ciência Política na Universidade de Pequim, que concluiu seu doutorado na Universidade de Nagoya, sobre o conceito de “desenvolvimento comprimido” pelo salto tecnológico e cadeias produtivas na Ásia.

Em função da grande quantidade de material noticioso recolhido durante o período de pesquisa, em um total de 2.617 páginas, cada qual podendo ter mais de um artigo, reportagem ou notas impressas, decidiu-se utilizar a análise qualitativa assistida por computador. Como se pretendia criar mapas de codificação a partir da sistematização dos termos contidos nos textos, foi escolhido o programa MAXQDA¹². Ele é um entre vários *softwares* utilizados para pesquisas baseadas em métodos mistos e de análise qualitativa assistidos por computador. Estas ferramentas podem ser empregadas na análise de textos e imagens em pesquisas acadêmicas ou empresariais. Denominadas análises de dados qualitativos auxiliados por computador (*Computer Assisted/Aided Qualitative Data Analysis* ou CAQDAS), eles facilitam tarefas como análise de transcrição, codificação e interpretação de texto, visualização por mapas ou matrizes de codificações ou categorizações, abstrações recursivas¹³, análise de conteúdo, análise de discurso e metodologia indutiva baseada em dados (*grounded theory*).

A vantagem deste tipo de programa é “auxiliar o processo de análise de conteúdo, à

¹⁰ - Reunião realizada em Tóquio no dia 03 de agosto de 2015 e posterior conversação mantida pelo email <huemura@symphony.plala.or.jp>.

¹¹ - Reunião realizada em Tóquio no dia 06 de agosto de 2015 e posterior conversação mantida pelo email <sonobete@grips.ac.jp>.

¹² - Desenvolvido originalmente pelo professor Dr. Udo Kuckartz, do Departamento de Educação da Universidade de Marburgo, Alemanha.

¹³ - Técnica qualitativa comumente utilizada na análise de dados de entrevistas. O processo passa por distintas etapas, incluindo a compactação dos dados em temas e códigos, identificação de padrões e verificação de validade. Fonte: Universidade de Bournemouth. Resumo disponível em <<http://eprints.bournemouth.ac.uk/21367/1/ISBN%20978-1-85899-296-9.pdf>>.

medida que, além da economia de tempo e custos, fornece a possibilidade de explorar os dados em seu âmbito mais amplo. Somando-se a isto, esses *softwares* não impõem uma abordagem metodológica, deixando que o pesquisador selecione e aplique diferentes estratégias” (GIBBS, 2009; TEIXEIRA & BECKER, 2001; SAILLARD, 2011 *apud* NODARI et al., 2014).

A escolha do referido programa se deveu a distintos fatores: a) o fato da versão gratuita para testes permitir um extenso período de uso da versão integral do sistema; b) a sua intuitividade, dispensando o dispêndio de tempo excessivo para o aprendizado sobre como utilizá-lo; c) a possibilidade de codificação entrelaçada de termos destacados nos textos; d) a pesquisa por meio de busca dinâmica e visualização simultânea de documentos e parágrafos na mesma tela, facilitando o cotejamento e análise; e) a facilidade para criação da matriz e dos mapas de codificação, incluídos neste trabalho; e f) a inclusão automática de elemento visual quantitativo definido pela largura das linhas de conexão em função do número de ocorrências de cada termo nos documentos codificados.

O pesquisador definiu com base nas aulas assistidas e farto material bibliográfico recolhido uma série de termos ou códigos para referenciar a sistematização estruturada com auxílio do referido programa de computador. A ferramenta facilitou a elaboração da matriz (Figura 3.3) e dos mapeamentos de codificação exibidos nas Figuras 3.2 e 4.2, que por sua vez ajudaram a ilustrar e a identificar questões paradoxais de um lado e, por outro, condicionantes, determinantes e iniciativas de cooperação e engajamento entre Japão e China. Uma vez que os documentos obtidos estão originalmente na língua inglesa, os códigos do mapeamento e da matriz também foram gerados na mesma língua para permitir o processo de busca de termos e seu processamento. Assim, por exemplo, os códigos utilizados para o mapeamento paradoxal incluíram expressões como “Nixon visits China”, “media, discourse war”, “hegemony”, “US imperialism & militarism”, “nukes”, “Vietnam war” e “Taiwan”. O mapeamento racional ou pragmático incluiu um número bem maior de expressões, tais como “Trade”, “Oil, primary energy and other minerals”, “yen loans”, “Middle East, Arabs”, “US-Japan-China triangle”, “Treaty of Peace and Friendship”, “global energy, oil crisis and global economy” e “Chinese modernization and industrialization”. A espessura das linhas de conexão entre esses termos denota o número de vezes em que eles foram contabilizados para fins da análise qualitativa.

A codificação e categorização computadorizada facilitou sobremaneira a ilustração

de fenômenos na relação estratégica entre Japão e China e a identificação de questões como as ogivas nucleares em Okinawa e aspectos relativos ao petróleo, ao gás, a outros recursos minerais e ao comércio, que dificilmente teriam sido analisados devidamente apenas com base na revisão de literatura. Após, por meio de codificação preliminar, ter havido identificação da centralidade da questão energética, entre outras, o pesquisador decidiu dividir a análise em três períodos temporais: 1966 (ano de início da base de dados) até 1973 (primeira grande crise do petróleo); 1974 a 1979 (segunda grande crise do petróleo); e 1980 a 1996 (último ano de disponibilidade do material recolhido). O pesquisador agrupou uma seleção de artigos da coleção no Anexo 2 deste trabalho.

Do ponto de vista histórico, empírico, teórico e conceitual, esse trabalho de codificação e categorização teria sido bastante limitado se não fossem as aulas sobre China e Japão a que o doutorando assistiu como aluno ouvinte na Faculdade de Assuntos Internacionais Avançados (*School of Advanced International Studies* ou SAIS), da Universidade Johns Hopkins em Washington DC. Por meio delas foi possível compreender uma série de definições, conceitos, argumentações, atores e fenômenos atinentes ao Japão, à China, à relação entre ambos e entre eles e terceiros países. Merecem destaque particular as disciplinas que discutiram as reformas, a política e o governo da China; a questão energética na Ásia, e economia política do Japão. Elas foram complementadas por cursos a distância da Universidade de Hong Kong de Ciência e Tecnologia, por meio da plataforma *Coursera*, sobre economia política da China com os professores David Zweig e Albert Park, que ofereceram extenso material bibliográfico.

Tal bibliografia complementou as bases de dados e o vasto referencial literário aos quais o pesquisador já havia tido livre acesso no sistema de bibliotecas da Universidade Johns Hopkins, que é interligado aos das bibliotecas das principais universidades dos EUA, e da Universidade de Tóquio, onde além da biblioteca central, foi possível pesquisar livros, artigos e documentos em bibliotecas específicas do ISS, do Instituto de Economia, do Instituto de Estudos Asiáticos e da Faculdade de Direito e Letras. O acesso irrestrito a tal referencial permitiu realizar as revisões e análises bibliográficas contidas neste estudo. Um desses materiais é a coleção de documentos publicada por Rajendra Kumar Jain inicialmente em 1977 e depois, em edição revisada e atualizada, em 1981. Eles são traduções para o inglês de acordos, cartas, discursos, reportagens e comunicados estratégicos da relação entre Japão e China entre 1951 e 1980. O pesquisador agrupou uma pequena seleção desses documentos

no Anexo 3 desta tese.

O processo de revisão bibliográfica teve como um dos eixos centrais um estudo de caso que reúne aspectos paradoxais e racionais, e que não é plenamente entendido e nem sequer largamente difundido internacionalmente – a cooperação do Japão para o desenvolvimento chinês. A análise histórico-indutiva será utilizada com o fito de compreender a transformação desta relação asiática fundamental na formação de cadeias regionais e globais de valor, tendo como um de seus pilares o comércio de petróleo, carvão e gás para obtenção da segurança energética necessária ao desenvolvimento econômico de ambos os países.

Durante os estágios nos EUA e no Japão, o pesquisador também realizou, além das já mencionadas acima, entrevistas semiestruturadas pessoalmente. Três delas foram aproveitadas nesta tese – com os professores Song Lei, da Universidade de Pequim, e Ming Wan, da Universidade George Mason, e com o especialista em energia Ken Koyama, Instituto da Economia Energética do Japão. O pesquisador também realizou outras entrevistas em Tóquio, em Pequim e em Washington DC para fins de compreensão de contextos e temas específicos que não necessariamente constaram explicitamente deste trabalho.

Subsidiariamente, o pesquisador utilizou metodologia indutiva baseada em dados primários de bases do Banco Mundial (*World Bank Open Data*), FMI (*IMF Data*), OCDE (OECD.Stat), ONU (Comtrade), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério das Relações Exteriores do Japão (MOFA), JICA (*Japan International Cooperation Agency*)¹⁴, Observatório da Complexidade Econômica do MIT, CIA (*Central Intelligence Agency*), Universidades da Califórnia em Davis e de Groningen (*FRED Economic Data*) e *People's Education Press* da China.

O mapa georreferenciado sobre os principais projetos de infraestrutura da primeira fase de cooperação japonesa para a China (Figura 4.5) foi produzido pelo autor com base nos dados da JICA utilizando a ferramenta *Google My Maps*. A lista completa dos projetos financiados pelo Japão, também com dados da JICA, compõe o Anexo 1 desta pesquisa. Os mapas dos recursos energéticos e minerais na China e nas Coreias são da biblioteca Perry-

¹⁴ - O Ministério das Relações Exteriores do Japão (MOFA) publica regularmente documentos oficiais sobre a ODA com comentários sobre os países receptores, chegando a fornecer números detalhados em nível de projeto. A Agência Japonesa para Cooperação Internacional (JICA), além de publicar relatórios frequentes, tem um Centro de Pesquisa próprio que realiza estudos sobre casos específicos de cooperação.

Castañeda de mapas da Universidade do Texas e são de domínio público¹⁵. Outras fontes de mapas utilizados aqui foram a Enciclopédia Britânica, à qual o pesquisador tem livre acesso como jornalista especializado, e o Atlas educacional alemão *Diercke International*.¹⁶ A foto exibida na Figura 3.1 é do Arquivo de Segurança Nacional dos EUA¹⁷, na Universidade George Washington, e foi oficialmente desclassificada pelo governo dos EUA em dezembro de 2015, embora o fato tivesse sido revelado anos antes.

O pesquisador também armazenou e classificou grande quantidade de documentários sobre China e Japão que não aparecem explicitamente nesta tese, mas que auxiliaram sobremaneira no entendimento de várias questões históricas e diferentes narrativas envolvendo os contextos históricos e geopolíticos nos quais os dois países se inseriam, antes e depois da Segunda Grande Guerra. Têm especial relevância os episódios da série de documentários “*People’s Century: 1900 – 1999*”¹⁸ envolvendo China e Japão, produzidos pela *Public Broadcasting System (PBS)* e pela *British Broadcasting Corporation (BBC)*, e “*The Pacific Century: The Emergence of Modern Pacific Asia*”¹⁹, da PBS.

1.4 ORGANIZAÇÃO

Esta tese tem, além deste capítulo introdutório, outros seis. O segundo trata do expansionismo japonês a partir da Restauração Meiji, que impulsionou a industrialização e a militarização japonesa. Tal transformação só foi possível após profundas reformas sociais, culturais, políticas e econômicas. Um dos fatores motivadores para a mudança foi não só o chamado *gaiatsu* (pressões externas), mas a necessidade de acesso a recursos naturais e energéticos indisponíveis na quantidade necessária para o salto econômico do país. Ele também trata da relação de colonização japonesa na China, na tentativa de esclarecer vínculos históricos, comerciais, estratégicos entre os dois países anteriores à Segunda Guerra Sino-Japonesa e à Segunda Grande Guerra.

O terceiro capítulo explora as inesperadas alianças que as duas principais nações asiáticas fizeram no pós-guerra. O Japão, com o antes arquirrival que passou a força de

¹⁵ - Conforme explicação disponível em <http://www.lib.utexas.edu/usage_statement.html>.

¹⁶ - Termos de uso conforme a cláusula disponível em <http://www.diercke.com/agb.xtp#punkt_10>.

¹⁷ - Termos de uso e reprodução disponíveis em <<http://nsarchive.gwu.edu/nsa/terms.htm>>.

¹⁸ - Os episódios estão disponíveis em <<http://www.pbs.org/wgbh/peoplescentury/episodes/>>.

¹⁹ - A série foi transformada em telecurso por Frank B. Gibney e Mark Borthwick e está disponível em <<http://www.pacificcentury.org/videos>>.

ocupação e, posteriormente, força de proteção com arsenal nuclear. A China, que em 1949 transformou sua economia de mercado em modelo de alocação centralizada, formando um pacto sino-soviético até os anos 1960 e também se tornando uma das poucas potências nucleares do mundo. Nos subcapítulos se inicia a análise qualitativa da coleção de artigos do FBIS, ilustrando não só questões estratégicas como a ameaça nuclear, mas também a guerra midiática travada entre os polos do espectro ideológico da Guerra-Fria. O mapa de codificação dessa análise indica rivalidades que só paradoxalmente levariam a acreditar em alguma possibilidade de estreitamento de relações bilaterais.

O quarto capítulo apresenta o comércio e a necessidade de acesso a recursos energéticos, sobretudo a partir das duas crises do petróleo nos anos 70, como duas das forças pragmáticas que, racionalmente, conduziram setores políticos e econômicos dos dois países a um gradual entrosamento. A frustração de metas inicialmente estabelecidas devido a dificuldades políticas e econômicas foram compensadas ao longo do tempo pela transfiguração de expectativas e de modelos de interação. Operações financeiras se converteram em componentes cada vez mais relevantes das relações comerciais. A crise da implantação na China de plantas industriais siderúrgicas e petroquímicas levou os japoneses a montarem consórcios empresariais e financeiros para equacionar os problemas de caixa dos chineses, evitando prejuízos maiores, tanto econômicos quanto políticos. Os empréstimos em ienes voltados na primeira etapa sobretudo para a construção de infraestrutura fizeram parte desse equacionamento, mas também serviram de preparação para a intensificação do comércio de bens como carvão e soja, e do investimento direto do Japão na China ao longo de décadas.

O quinto capítulo mostra que o aprofundamento da relação bilateral só foi possível porque o governo chinês iniciou uma série de reformas, transformando completamente o sistema econômico do país rumo a um modelo baseado em princípios de mercado. Ao mesmo tempo em que mudavam modelos de dentro para fora, as instituições chinesas começaram rapidamente a se engajar com o sistema internacional por meio do ingresso em organizações como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual. Lucro, concorrência, maior equilíbrio entre oferta e demanda passaram a conviver cada vez mais com o antigo modelo baseado empreendimentos públicos ou comunitários nas cidades e nos campos. As transformações determinaram mudanças sociais abruptas na medida em que a mão de obra camponesa foi

sendo absorvida aos milhões em novas megalópoles construídas e aumentavam a qualidade de vida e os salários na China. A transformação foi acelerada por reformas tributária e fiscal. Os investimentos estrangeiros foram atraídos por variados modelos de Zonas Econômicas Especiais que aproveitaram o capital e o *know how* de países que já haviam superado estágios anteriores de desenvolvimento.

O sexto capítulo aprofunda a análise sobre o progresso do investimento e o comércio do Japão na China, colocando-o no contexto da evolução econômico-comercial da região e das cadeias produtivas que a caracterizam no bojo da progressão tecnológica. Também explica a cooperação internacional como parte da estratégia de diplomacia econômica e *soft power* do Japão, bem como explora aspectos relevantes e distintivos da cooperação japonesa na China. E explora brevemente uma nova realidade, mesmo antes de novos empréstimos em ienes terminado, na qual Japão e China passaram a competir pelo acesso a recursos naturais e energéticos em outros continentes.

Nas considerações finais o autor tenta extrair os principais resultados obtidos a partir da pesquisa realizada tendo em vista os objetivos propostos e as contribuições inicialmente esperadas.

1.5 VISÃO PANORÂMICA

A China é uma das duas maiores economias do mundo. Apenas treze anos após sua adesão à Organização Mundial do Comércio em 2001, o país ultrapassou os EUA para se tornar a nação com o maior fluxo de comércio global de mercadorias. Entre 1989 e 2016 os chineses alcançaram um crescimento econômico médio de 9,82%, que atingiu o pico no primeiro trimestre de 1993, com 15,4%, e o menor índice no último trimestre de 1990, com 3,80%²⁰. Isto permitiu ao país tirar cerca de 500 milhões de pessoas da pobreza²¹ (MALIK, 2013, p. 12) e tornar os chineses os maiores consumidores de energia no mundo. Também fez com que o Índice de Desenvolvimento Humano da China crescesse de 0.407 em 1980 para 0.699 em 2012 (MALIK, 2013, p. 64). No campo militar, o país tem atualmente o segundo maior orçamento do mundo, um dos maiores arsenais nucleares, além de ser o único país a contar com uma estação espacial exclusiva.

²⁰-Instituto Nacional de Estatísticas da China *apud* *Trading Economics* (<http://www.tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual>).

²¹ - Chen e Ravallion (2013), utilizando a linha de pobreza em US\$1,25.

Mas no início dos anos 70, quando o Japão era a estrela do crescimento econômico global, e Nixon tinha realizado a primeira visita de um presidente dos Estados Unidos à China de Mao Zedong, os chineses ainda lidavam com a situação caótica deixada pelo Grande Salto para Frente²², e pela Revolução Cultural²³ radicalizada pela Gangue dos Quatro. Naquela época dificilmente alguém se arriscaria a prever o que ocorreu na Ásia durante os quarenta anos seguintes.

Na altura em que Deng Xiaoping retornou ao centro do poder após dez anos de exílio e em que os primeiros-ministros Takeo Miki e seu sucessor Takeo Fukuda foram substituídos por Masayoshi Ohira, Japão e China possuíam várias complementaridades econômicas. A tecnologia industrial japonesa já era uma das mais avançadas do mundo, garantindo-lhe favoráveis termos de troca²⁴ e, conseqüentemente, continuados superávits comerciais. O Japão já havia conseguido substituir em grande medida sua dependência do carvão pelo petróleo como principal fonte energética, e das indústrias intensivas em energia, como siderurgia, cimento e alumínio para menos intensivas como a automotiva, a tecnologia de informação e a de eletroeletrônicos.

A narrativa que costuma circular a respeito da economia japonesa no período do pós-

²² - Entre 1958 e 1960 Mao Zedong lançou uma campanha de modernização da China para alcançar os níveis de desenvolvimento de nações como Inglaterra e França, algo que o Japão já havia conseguido antes mesmo da Segunda Grande Guerra graças à Restauração Meiji. Alegando que o país deveria tornar-se socialmente igualitário, acelerou a coletivização do campo e a industrialização urbana. As comunidades deveriam produzir seus próprios alimentos, roupas, calçados, ferramentas, tendo seus próprios moinhos, lavanderias comunitárias, postos de saúde, escolas e centrais elétricas. Pretendia-se aumentar a superfície cultivada, batendo-se sucessivos recordes de produção agrícola, que em boa parte era recolhida pelo governo para pagar dívidas pela tecnologia e indústrias importadas da União Soviética. Como não queriam frustrar as lideranças comunistas, era comum que agricultores declarassem produções acima da realidade. Ficavam, como consequência, sem ter o que comer muitas vezes, levando à fome maciça no país. Estima-se que mais de 30 milhões de pessoas morreram como resultado. Agravou ainda mais a situação o fato de que a população também foi orientada a fabricar aço para ajudar no esforço de industrialização do país. Além de desvirtuar o foco da produção agrícola, o aço fabricado em fundo de quintal era de má qualidade, inservível para os propósitos pretendidos. Nessa altura, segundo (TAKAMINE, 2006), a normalização das relações diplomáticas entre Japão e China ainda era impedida pelos EUA, embora o comércio entre os dois países continuasse crescendo.

²³ - Contestado dentro de seu próprio círculo de poder em função da mortandade após o Grande Salto para a Frente, Mao incitou os jovens a criarem a Guarda Vermelha. Eram militares, camponeses, estudantes, filiados ao Partido Comunista Chinês ou ocupantes de cargos no governo, que se organizavam em comitês revolucionários e desfilavam com o Livro Vermelho contendo citações de Mao. Atacavam todos os suspeitos de deslealdade ao regime e ao pensamento Maoísta, especialmente intelectuais e burocratas. Um dos principais atingidos em meio ao caos que causou centenas de milhares de mortes foi o ensino superior, tendo sido praticamente desativado. Oficialmente, o processo foi encerrado durante o IX Congresso do Partido Comunista Chinês em abril de 1969. Mas várias de suas práticas, estimuladas pela Gangue dos Quatro em que despontava a terceira esposa de Mao, Jiang Qing, continuaram até a morte do líder chinês, em 1976.

²⁴ - O cálculo dos “termos de troca” mede a razão entre preços de exportação e de importação dos países. Nações que se especializam em setores produtivos nos quais possuem maiores vantagens comparativas inatas ou desenvolvidas endogenamente tendem a apresentar melhores termos de troca (eg. GALLARDO, 2005).

guerra é de quatro décadas de “milagre econômico” de crescimento elevado, seguido por uma recessão prolongada chamada de “as duas décadas perdidas” iniciadas em 1990. Na verdade, esse rico período de profundas transformações é caracterizado por um intrincado processo de mudanças sociais, culturais e políticas.

Os acelerados crescimento e desenvolvimento econômicos, após o término da ocupação norte-americana decretado pelo Tratado de São Francisco, permitiram ao Japão superar em poucas décadas a destruição da Segunda Guerra Mundial e estabelecer um sistema financeiro sofisticado. Corporações japonesas, no contexto da política econômica que Chalmers Johnson chamou de “Estado Desenvolvimentista”, eram orientadas por agências governamentais como o antigo *Tsusun-sho*, o Ministério do Comércio Internacional e Indústria (*Ministry of International Trade and Industry* ou MITI). Assim, implantou-se no país do Sol Nascente o que Calder (1993) chamou de “capitalismo estratégico”, guiado por corporações industriais e de serviços engendradas no sistema financeiro – um sofisticado sistema econômico conhecido internacionalmente como *keiretsu*.

Essas corporações privadas submetidas a um modelo econômico fortemente influenciado pelo Estado, também se enquadravam no mecanismo do Banco Central japonês conhecido por “*window guidance*” (SUZUKI, 1987; WERNER, 2002), pelo qual empréstimos em larga escala eram estimulados e liberados para determinados segmentos produtivos da economia. Essas empresas demonstravam grande interesse em investir no exterior, conquistando novos mercados para seus produtos e gerando mais divisas que o país necessitava para continuar importando os recursos dos quais não dispunha.

Tanto durante, quanto anos após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu a ocupação norte-americana no Japão até a vigência do Tratado de São Francisco em 1952, os japoneses se viram impedidos de continuar recebendo os recursos naturais supridos anteriormente pela exploração e importação de *commodities* coreanas e, principalmente, chinesas décadas antes da Segunda Grande Guerra. O comércio de energia, de minerais como o ferro, e de outros recursos naturais era, e continua a ser, fundamental para o Japão, que, provisoriamente sem acesso ao mercado chinês, havia-se tornado dependente especialmente das custosas importações dos EUA e, mais tarde, no caso do petróleo e do gás, do Oriente Médio.

A vizinha e convulsionada China, inimiga desde antes da Segunda Guerra, então exportadora líquida de petróleo, de carvão (cujas reservas chinesas estão entre as maiores do

mundo), de minério de ferro e de *commodities* como madeira, soja e outros produtos agrícolas, necessitava de capital financeiro e acesso a tecnologias modernas. Sobretudo depois da ruptura com a União Soviética, que se desenhou a partir da morte de Joseph Stalin em 1953 e se mostrou cada vez mais nítida com as negativas russas de repasse de tecnologia nuclear, finalmente levou à suspensão da ajuda técnico-financeira em 1960. Para evitar a escalada de distúrbios sociais e garantir um crescimento econômico necessário à criação de empregos e salários e à manutenção do Partido Comunista da China no poder, os chineses precisavam de investidores estrangeiros mesmo antes da Política de Portas Abertas iniciada em 1979.

As relações diplomáticas entre o Japão e a China foram oficialmente restabelecidas em 1972. Porém, missões comerciais bilaterais já vinham se intensificando vários anos antes, apesar de narrativas extremamente ásperas divulgadas sobretudo em jornais, agências de notícias e emissoras de rádio durante a Guerra Fria.

Os embargos petrolíferos árabes nos anos 70 que se seguiram à Guerra do *Yom Kippur* no Oriente Médio causaram profundas perturbações na ordem global. A nova dinâmica foi especialmente difícil para a manutenção da segurança energética japonesa e desafiadora para sua diplomacia econômica, a quem cabia utilizar ferramentas principalmente de negociação comercial na ausência da iniciativa militar que fora abandonada após a Segunda Guerra. Fortemente dependente das importações de recursos naturais, cerca de metade das importações do Japão são compostas de produtos energéticos. A maior parte, petróleo. Era o início do que Sugihara (1993) chamou de “triângulo do petróleo”, pelo qual o déficit comercial japonês provocado pela importação de petróleo do Oriente Médio era compensado pelas exportações de produtos japoneses manufaturados para os EUA e Europa, que por sua vez recebiam petrodólares pela venda de armas e outros produtos manufaturados ao Oriente Médio.

No final dos anos 60 e início dos anos 70 o petróleo chegou a representar cerca de 70% do consumo primário de energia do Japão (CALDWELL, 1981: 123). Mais tarde, à custa de investimentos em setores industriais menos intensivos em energia e do uso da energia nuclear, essa dependência foi reduzida para o nível atual de cerca de 50%. Um terceiro dado estatístico também é importante para compreender o profundo impacto da crise do petróleo para o Japão: entre 70% e 80% do petróleo consumido pelo país a partir dos anos 70 é importado do Oriente Médio (*THE INSTITUTE OF ENERGY ECONOMICS*, 2016:

166). Essa região continua a ser, de longe, o fornecedor mais importante de petróleo para o Japão.

Por isso, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (*Official Development Assistance* ou ODA), que consiste basicamente no tripé formado por empréstimos concessionais, assistência técnica e doações, já havia se tornado um dos principais instrumentos da política externa japonesa. Ela cresceu em importância na elaboração de políticas para obtenção de recursos naturais e, conseqüentemente, para garantir sua segurança energética e até alimentar, uma vez que os japoneses importam mais de 70% dos alimentos que consomem.

Dentro da Ásia, a Indonésia já era um importante exportador de petróleo para o Japão, após o Tratado de São Francisco e se tornou, antes da China assumir tal papel, o maior receptor de empréstimos japoneses em ienes, que se iniciaram para aquele país em 1966. Inicialmente, o dinheiro veio como empréstimos para *commodities*, usado para a compra de máquinas industriais e agrícolas, e certos produtos estratégicos, como fertilizantes e pesticidas. Mais tarde, a partir do início dos anos 70, quando o aumento dos preços do petróleo favoreceu a economia da Indonésia, os empréstimos para *commodities* foram substituídos por empréstimos para desenvolvimento de projetos, voltados a obras de infraestrutura como estradas, usinas de energia e abastecimento de água. A valorização do iene nos mercados internacionais empurrados pelos termos de troca (e o conseqüente saldo positivo no balanço de pagamentos) mais tarde beneficiou Japão novamente.

Em relação à China, a turbulência política que marcou os anos de Mao Zedong no poder até sua morte em 1976 atrasou a assinatura de um tratado de paz e um primeiro acordo comercial de longo prazo (*Long-Term Trade Agreement ou LTTA*) com o Japão.

Os dois acordos foram finalmente assinados em 1978, quando a situação global, os alinhamentos regionais e as políticas do governo pós-Mao haviam mudado significativamente. Desde então, o comércio entre os dois países cresceu continuamente e vertiginosamente. Nos dias de hoje constitui uma das maiores relações comerciais bilaterais do mundo.

Bem antes de Deng Xiaoping iniciar a Política de Portas Abertas no fim dos anos 70, a China vinha recebendo assistência técnica do Japão, que incluiu, por exemplo, a compra sob a modalidade *turnkey*²⁵ de plantas industriais para produção têxtil e de fertilizantes. O

²⁵ - A modalidade *turnkey* normalmente envolve uma licitação na qual a empresa é contratada para construir a indústria e entregá-la em condições de pleno funcionamento, com prévia definição do preço do serviço e do prazo de entrega.

Japão também vendeu equipamentos e tecnologias para a construção da maior siderúrgica chinesa à época, a Baoshan Ferro e Aço (*Baoshan Iron and Steel*, mais tarde conhecida simplesmente como *Baosteel*) e para mais de uma dezena de grandes projetos petroquímicos e de indústria carvoeira na China. Em 1979, também em função de tais projetos, começou oficialmente o programa de ODA entre os dois países.

Por quase 30 anos o governo japonês emprestou, atualizando-se a taxa de câmbio, o equivalente a U\$33,164 bilhões, e se transformou no maior fornecedor de recursos públicos para o desenvolvimento da China. O dinheiro foi usado para financiar mais de duzentos projetos de infraestrutura de médio e grande porte em várias regiões da China, incluindo ferrovias, estradas, portos, aeroportos e barragens para esgoto, além de projetos ambientais, de saúde e de educação. Nas primeiras fases desses empréstimos, houve a vinculação direta a importações japonesas de carvão e petróleo da China, cujos valores a serem importados foram especificados no LTTA assinado em 1978. Vários desses projetos, dadas suas gigantescas dimensões, levaram múltiplos anos e fases até a conclusão, sendo que nos estágios avançados, era comum a progressão para as parcerias público-privadas.

A primeira fase dos empréstimos foi carreada pelo Fundo de Cooperação Econômica Externa (*Overseas Economic Cooperation Fund* ou OECF) e pelo Banco de Exportação e Importação do Japão (*Japan Export-Import Bank* ou JEXIM) até 1999, quando as duas instituições foram consolidadas no Banco do Japão para Cooperação Internacional (*Japan Bank for International Cooperation* ou JBIC). Os projetos financiados incluíram obras gigantescas, normalmente para escoamento da produção de carvão chinês, como a construção da linha férrea Pequim-Qinhuangdao, a eletrificação e colocação de trilhos da ferrovia Hengyang-Guangzhou, a expansão do porto de Qinhuangdao, a construção do porto de Shijiusuo, a hidrelétrica de Wuqiangxi, e a construção da ferrovia Shijiusuo-Yanzhou. Outras três fases com duração de cinco anos, cada, se seguiram até 2001, quando os empréstimos em ienes para a China começaram a ser desembolsados anualmente pelo JBIC.

Excetuando os empréstimos para obtenção de recursos naturais e contabilizando diferentes fases de projetos gigantescos como projetos em si mesmo, atinge-se um total de mais de 360 projetos entre 1980 e 2007. O número em si e os valores já referidos denotam a magnitude do programa bilateral. Tendo em conta os efeitos multiplicadores que tais empréstimos tiveram no Investimento Estrangeiro Direto (IED) e do comércio entre Japão e China, não parece exagero afirmar que Japão teve um papel relevante na modernização e

transformação institucional da China, realizando, por caminhos não previstos inicialmente, uma das principais aspirações de Mao – o crescimento econômico e o desenvolvimento da China para torná-la novamente uma das principais economias do mundo. Novos empréstimos concessionais japoneses para a China só foram interrompidos em 2008, quando Pequim sediou os primeiros Jogos Olímpicos realizados no país.

É fundamental ressaltar que na fase inicial do programa de ODA para a China, os empréstimos foram direcionados sobretudo para a construção de infraestrutura com vistas à exportação de carvão e petróleo chineses para o Japão. Como observado por Lee (1984), o programa fazia parte do esforço da diplomacia econômica japonesa para diversificar suas fontes de fornecimento energético.

Mais adiante, a China, ainda que continuasse a ser um destacado produtor de energia primária no mundo, suas demandas internas cresceram tanto que também se tornou um importador líquido de energia. Por outro lado, na medida em que as disputas comerciais entre EUA e Japão resultaram na supervalorização do iene por meio do Acordo Plaza²⁶, o foco japonês na China foi redirecionado para projetos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e para o comércio de bens e serviços, incluindo financiamentos, consultorias e projetos ambientais.

A relação Japão-China se tornou cada vez mais politizada com atuação direta do Partido Liberal Democrático do Japão (LDP). Tentou-se usar a ODA como ferramenta de influência (*soft power*) no processo de decisão política da China para favorecimento dos interesses diplomáticos japoneses. Na ausência de uma autonomia militar, restringida pelo artigo 9 da Constituição japonesa, os empréstimos em ienes e as negociações que os precederam, transformaram-se em canal de negociação para tentar ajudar na resolução de conflitos comerciais, militares, ambientais ou relativos a disputas por recursos naturais.

Com o término dos empréstimos em ienes – principal componente da ODA japonesa para a China –, embora prossigam algumas atividades de assistência técnica, e tendo em vista as crescentes demandas chinesa e japonesa por recursos naturais e energéticos, canais de negociação e de *soft power* continuam existindo entre os dois países, especialmente com relação a cadeias industriais de valor, regionais e globais, ao mesmo tempo em que se

²⁶ - Assinado em setembro de 1985 pelos cinco países mais ricos da época (Estados Unidos, Japão, França, Reino Unido e Alemanha Ocidental), o acordo foi assinado no Hotel Plaza de Nova Iorque. Ele selou o compromisso do Japão e dos outros países de aumentarem o valor de seus câmbios para tentar reduzir os gigantescos déficits comerciais dos Estados Unidos, especialmente em relação aos japoneses. O acordo não alcançou os resultados esperados de reequilíbrio financeiro global.

intensificam tensões na relação bilateral na medida em que as duas economias se tornam mais concorrentes do que complementares, o que se reflete de forma direta no resultado da balança comercial dos dois gigantes asiáticos.

2 IMPERIALISMO, CONFLITOS E MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS NA RELAÇÃO JAPÃO-CHINA ANTES E DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Após a restauração Meiji²⁷, que derrubou o shogunato japonês em 1868, impuseram-se como prioridades máximas a segurança e a defesa nacionais. A política nacionalista de *fukoku kyohei* (“enriquecer o país, fortalecer o exército”) enfatizou os objetivos do Japão de desenvolver economicamente o país para alcançar as potências ocidentais e aumentar sua força militar para garantir sua existência como nação independente (LIMA FILHO, 2017).

Essa decisão ocorreu depois que o Japão se sentiu ameaçado especialmente com a investida da marinha dos EUA no arquipélago que tinha conseguido se manter isolado (*sakoku* ou 鎖国) por cerca de duzentos e trinta anos. Naquela altura, em meados do século XIX, os tradicionais impérios europeus já não estavam sós na dominação de novos territórios e mercados na Ásia. Quase um século antes do ataque a Pearl Harbor, o Japão teve um encontro decisivo com os Estados Unidos por meio do Comodoro Matthew Perry, da marinha norte-americana, já no final do shogunato (*bakufu*) Tokugawa, que coincidiu com os últimos anos do período Edo (*bakumatsu* ou 幕末). Em face da dominância colonial europeia sobre a Ásia, sobretudo da Inglaterra e da França, cabia ao militar estadunidense proteger e facilitar as rotas de comércio marítimo entre os Estados Unidos e o continente asiático, sobretudo com a China.

Uma necessidade premente para os navios militares e da marinha mercante norte-americana, muito superiores em tecnologia militar quando comparados ao arsenal japonês, eram os postos de abastecimento de combustível. Naquela altura, o carvão ainda era a principal fonte de energia para as fornalhas que alimentavam os motores dos navios. O governo japonês só permitia aos comerciantes do país conduzirem intercâmbio comercial com a China e com a Holanda²⁸. Em 1853, quando o único porto do Japão aberto aos estrangeiros era o de Nagasaki, Perry ancorou em Uruga, antiga cidade portuária na Baía de

²⁷ - As lutas feudais do Japão atingiram o ápice na Batalha de Sekigahara em 1600, quando o poder central foi entregue a Tokugawa Iaesu. Oficialmente o shogunato Tokugawa foi encerrado em 1868, após a Guerra Boshin. Como desfecho foi restaurada a figura do imperador como símbolo central do poder nacional, na pessoa do então jovem Meijiten'nō.

²⁸ - Em 13 de novembro de 1852 o presidente dos EUA, Millard Fillmore, endereçou carta ao Imperador do Japão solicitando a abertura do comércio também aos norte-americanos. Na verdade, quem a recebeu foi o xogum Tokugawa Ieyoshi. Disponível em <http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/fillmore_perry_letters.pdf>. Acesso em: 04 abril 2017.

Tóquio, ameaçando recorrer ao confronto bélico caso o Japão não se abrisse ao comércio também com os EUA. Na política internacional esse tipo de pressão ficou conhecido como “gunboat diplomacy”.

As ameaças surtiram efeito e, no ano seguinte, foi assinada a Convenção de Kanagawa, pela qual o Japão concordou em abastecer navios norte-americanos e em receber permanentemente um cônsul dos EUA em território japonês. Foram impostas aos japoneses tarifas assimétricas no comércio, um tipo de acordo conhecido internacionalmente como “tratado iníquo”, que os chineses já haviam experimentado com impérios europeus anteriormente.

Um dos fatores que levou à aquiescência por parte dos japoneses foi a promessa dos norte-americanos de que o ópio comercializado pelos ingleses na China, que corroía a moral e os cofres da dinastia Qing²⁹, não chegariam ao Japão. Segundo Wakabayashi (2000, p. 64), tendo visto o retalhamento territorial e imposições comerciais desfavoráveis à China, era uma prioridade japonesa evitar que o narcótico, também utilizado como medicamento, chegasse de forma descontrolada ao solo nipônico. O novo cônsul norte-americano no Japão, Townsend Harris, argumentou que a única forma de evitar que os ingleses introduzissem o ópio em território japonês seria assinando o Tratado Harris, também conhecido como Tratado de Amizade e Comércio. Pelo documento, o Japão concordava em abrir ao comércio, além dos portos de Shimoda e Hakodate, os de Kanagawa, Nagasaki, Niigata e Hyogo³⁰.

Profundamente hierarquizada, a sociedade japonesa viu sua soberania colocada em risco. Ainda mais quando viajantes japoneses como os da Missão Iwakura³¹ foram aos Estados Unidos e à Europa aprender sobre costumes, sobre a economia política e sobre as tecnologias ocidentais, e passaram pela China. Chocados com o que viram, iniciaram uma reforma educacional, com a criação de universidades públicas e ensino de línguas estrangeiras. Estudantes foram enviados a universidades de países ocidentais com economias avançadas para absorver conhecimentos de ponta, como na *University College* em Londres

²⁹ - Última dinastia imperial chinesa sucedida pela República da China, que durou de 1912 a 1949 e cujo primeiro presidente foi Sun Yat-sen, posteriormente substituído pelo general Chiang Kai-shek.

³⁰ - Rines (1920, v. 26, p. 727).

³¹ - A missão diplomática foi iniciada em 1871 por um grupo de oligarcas do período Meiji, tendo como um dos principais objetivos fortalecer o estudo de engenharia no Japão. Eles permaneceram nos EUA de 15/01/1872 a 06/08/1872 e depois seguiram para a Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Rússia, Suécia e Itália (NISH, 1998).

e na Universidade de Cambridge (KOYAMA, 2004).

Oligarcas, intelectuais e estudantes perceberam claramente a exploração que o imperialismo ocidental impusera à anteriormente admirada civilização milenar do país vizinho. Criou-se no shogunato Tokugawa³² uma cisão entre os que argumentavam a favor da abertura ao Ocidente e os que defendiam a expulsão dos *gaikokujin*. Os daimiôs feudais se colocaram contra a política de portas abertas ao comércio internacional com nações imperialistas, notadamente Inglaterra, França, Holanda e EUA. Foi lançada a campanha *sonnō jōi*, ou 尊皇攘夷, de reverência ao Imperador e expulsão dos “bárbaros”.

Após uma guerra civil, o novo governo japonês da chamada restauração Meiji iniciou ampla modernização econômico-militar, investindo em industrialização, infraestrutura de transportes e telecomunicações, e absorção tecnológica. Institucionalmente, a administração Meiji iniciou uma série de reformas para modernizar estruturas arcaicas baseadas especialmente em tradições feudais e agrárias do país. Feudos foram substituídos por prefeituras em 1871. Foram realizadas, ainda que de maneira preliminar, reformas agrária e tributária em 1873, uma Constituição Imperial foi promulgada em 1889 e o Parlamento Imperial foi inaugurado em 1890, semeando o início de um sistema mais representativo da sociedade. O sistema de classe social, no qual os guerreiros samurais figuravam como um dos principais arquétipos, foi abolido em 1873.

A partir da década de 1880, o comércio exterior se estabeleceu como importante política da administração Meiji. O ministério das Finanças conduzido por Matsukata Masayoshi, que permaneceu no cargo entre 1881 e 1892, cortou gastos públicos, incentivou a iniciativa privada, criou obstáculos às importações e procurou valorizar as *commodities* japonesas exportáveis. Entre 1880 e 1885, o total das exportações japonesas aumentou de ¥ 28,4 milhões para ¥ 36,7 milhões (JANSEN, 1989, p. 758-759). Ainda que sendo um volume insignificante, deu início a importante virada na política econômica. As exportações do Japão para a Coreia aumentaram mais de 90% entre meados da década de 1880 e início da década de 1890, sendo que as exportações japonesas consistiam especialmente em fios de algodão, peças e outros itens manufaturados. O capitalismo japonês começava a florescer atrelado aos mercados vizinhos em formação.

³² - As lutas feudais do Japão atingiram o ápice na Batalha de Sekigahara em 1600, quando o poder central foi entregue a Tokugawa Iaesu. Oficialmente o shogunato Tokugawa foi encerrado em 1868, após a Guerra Boshin. Como desfecho foi restaurada a figura do imperador como símbolo central do poder nacional, na pessoa do então jovem Meijiten'nō.

Os lemas do governo, baseado em antigo dizer chinês, passaram a ser "enriquecer a Nação, fortalecendo as Forças Armadas" (*fukoku kyohei*), substituindo o lema *sonnō jōi*, e o desenvolvimento com participação direta do Estado no processo industrial (*shokusan kogyo*) (YOSHIDA, 2010, p. 34). Curiosamente, como em 1887 ainda não estavam plenamente estruturadas as conhecidas empresas japonesas de comércio (*trading companies* ou *sōgō shōsha*) 90% do transporte comercial, entre importação de equipamentos industriais modernos e a exportação de *commodities* japonesas como tecidos de seda para pagar pelas importações, ficou a cargo de empresas estrangeiras.

Segundo Tohata (1964, p. 41-59 *apud* YOSHIDA, 2010) o setor público desempenhou quatro principais papéis quanto à industrialização no período Meiji: provisão de capital para o seu financiamento, incentivando a criação de bancos privados e emissão de obrigações e empréstimos; aquisição de tecnologia moderna inicialmente pela contratação de especialistas estrangeiros; fundação de indústrias estatais com incentivo também à criação de empresas privadas; e desenvolvimento de recursos humanos. Como explica Crawcour (1997, p. 109–110 *apud* ELBAUM, 2007) as administrações central e locais do governo Meiji haviam herdado um regime tributário que lhes garantia uma alta arrecadação para os padrões médios de uma sociedade pré-industrial. De 1880 a 1920, apenas as despesas administrativas consumiram 14% do PIB, sendo a maior parte do orçamento nacional destinado a gastos militares, que, nas três décadas após 1890 consumiram, respectivamente, 34%, 48% e 41% do total arrecadado.

Akamatsu (1962), proponente do conhecido “modelo do voo dos gansos selvagens”³³, ao examinar o processo de desenvolvimento econômico e industrial da Ásia, especialmente aquele pelo qual passou o Japão, identificou sete estágios. Mesmo reconhecendo que não se tratavam de fases estanques ou desconexas, a etapa inicial se daria pelo desenvolvimento da indústria asiática por meio do intercâmbio com produtos industriais da Europa ocidental. A partir daí haveria a tendência de desmantelamento do artesanato nativo, o fluxo de capital e técnicas provenientes de economias mais avançadas, inclusive para a construção de estradas

³³ - O modelo do voo dos gansos selvagens, em formato de V invertido, é metaforicamente aplicado por Akamatsu a três curvas de séries temporais (cerca de 1870 até a Segunda Grande Guerra) para importação, produção doméstica e exportação japonesas de fios de algodão, tecidos de algodão, máquinas de fiação e tecelagem, e outras máquinas e equipamentos. O comportamento das curvas denota um padrão observado em relação aos bens manufaturados de países menos avançados. Esse padrão de desenvolvimento industrial não contabiliza o período durante o qual os países menos avançados se encontram na fase de uma economia autossuficiente fechada ou durante os quais não há comércio internacional significativo com um país vizinho, uma vez que as suas estruturas econômicas são homogêneas entre si.

de ferro e rodovias, como foi o caso das ferrovias que os britânicos construíram no Japão. Posteriormente, entra o capital estrangeiro para investimento em indústrias modernas, inclusive para processamento de matérias-primas. A formação de poupança doméstica permite que o capital nativo comece a operar as próprias indústrias de processamento, gerando diferenças entre os consumidores de produtos importados e nacionais, enquanto a estrutura de importação se desloca dos bens de consumo para os bens de capital. Na fase seguinte, as indústrias locais começam a fabricar produtos internamente, independente da disponibilidade doméstica de matérias-primas. Os bens de capital por ela demandados são importados com capital proveniente de mercados financeiros internacionais e da exportação de produtos primários. Na última etapa de industrialização, os países em desenvolvimento conseguem não só exportar bens de consumo manufaturados, mas também produzir ao menos alguns bens de capital.

A fabricação de aço foi uma das indústrias pioneiras no processo de modernização japonesa e passou por distintas fases. Como parte de sua política de desenvolvimento industrial (*shokusan kogyo*) a cargo do Ministério da Indústria (*Kobusho*), o governo decidiu construir a siderúrgica estatal Yawata com a tecnologia mais avançada na época. Foi escolhida uma tecnologia da Alemanha e contratados engenheiros daquele país para a construção e operação, assim como já havia acontecido no caso de outra siderúrgica construída anteriormente em Kamaishi. A primeira parte da siderúrgica começou a operar em 1901, mas a produção ficou aquém do esperado e teve que ser paralisada devido a problemas com o forno de coque, o que foi solucionado posteriormente com novos investimentos públicos na fabricação de outro forno apropriado. A produção foi retomada em 1904 e o aço produzido por essa planta respondeu por cerca de 80% da produção de todo o restante da era Meiji³⁴ (IIDA, 1980, p. 47-48 *apud* YOSHIDA, 2010).

Esse modelo de aceleração no processo de transferência tecnológica pela absorção de *know-how* estrangeiro já havia sido utilizado mesmo antes do período Meiji. Entre os anos 1850 e 1860 o shogunato Tokugawa construiu o estaleiro Yokosuka e a fábrica de tecidos Kagoshima, tendo sido todas as instalações e equipamentos importados, bem como engenheiros e mão de obra qualificada vinda do exterior (UCHIDA, 1986, p. 173 *apud* YOSHIDA, 2010). É o tipo de exportação que mais tarde ficaria conhecido como *turnkey*³⁵

³⁴ - A chamada era Meiji, relativa ao Imperador Meiji, durou quarenta e cinco anos, de 3 de fevereiro de 1867 a 30 de julho de 1912.

³⁵ - *Turnkey* é considerada uma forma de ingresso ou investimento em mercado externo. O contrato

e que o Japão iria utilizar na sua relação comercial com a China mais de um século depois.

Morck e Nakamura (2007) examinaram essa política carreada pelo governo japonês ao tratar da privatização em massa de empresas estatais (*State-Owned Enterprises* ou SOEs) no final do século XIX. Para Easterly (2006), ferrenho crítico da cooperação internacional por meio de empréstimos e ajuda financeira e da teoria do *takeoff*³⁶, o Japão foi o único caso de país de economia avançada com alto PIB *per capita* em que funcionou o chamado *big push*³⁷. O governo Meiji capitalizou e subsidiou várias SOEs, causando uma crise fiscal no país. Buscando corrigir as finanças públicas, o Japão iniciou um intenso processo de privatização. O estado privatizou vinte e seis grandes empresas estatais em 1896. O modelo era a mina de Takashima, nacionalizada em 1874, e depois vendida a seu gerente, o comerciante e político Meiji Shojiro Goto, em 1875. (MORCK; NAKAMURA, 2007) Famílias oligárquicas assumiram as estatais, consolidando-as nos chamados *zaibatsu* – grandes grupos piramidais diversificados de empresas de capital aberto. A partir daí o país passou a ter um elevado crescimento econômico. Rostow (1956, p. 31) estimou que a decolagem japonesa tenha se completado no máximo em 1914, ou pelo menos alcançado as condições para tanto, ainda em meados dos anos de 1890.

Isso não significou a interrupção dos investimentos do Estado na economia. O papel do governo na formação de capital continuou relevante. De 1897 até o *boom* do investimento privado durante a Primeira Guerra Mundial, o governo foi responsável por 30 a 40% de todo o investimento de capital no país. Os recursos financeiros foram concentrados nas indústrias estratégicas de base e de engenharia, e nas ferrovias, que contribuíram decisivamente para o

normalmente prevê que o comprador pague o fornecedor estrangeiro pelo planejamento, construção das instalações e treinamento de pessoal. É uma forma da empresa estrangeira exportar seus processos e tecnologias para outros países. Projetos industriais com tecnologias complexas de produção costumam usar projetos de *turnkey* como uma estratégia de entrada, especialmente em países nos quais faltem recursos humanos qualificados e as oportunidades de investimento estrangeiro direto são limitadas. Por outro lado, tais projetos apresentam o risco de vazamento de segredos industriais e de aquisições indesejadas.

³⁶ - Na criticada teoria de estágios de desenvolvimento dos países de Rostow (1959) o *takeoff* (decolagem) seria a terceira fase do processo para se atingir o auto crescimento sustentável, após as fases de sociedade tradicional e preparação. A decolagem, segundo o economista, demandaria o aumento da taxa de investimento produtivo de cerca de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional ou produto nacional líquido; o desenvolvimento de um ou mais setores industriais substanciais, com alta taxa de crescimento; e a existência ou emergência de um quadro político, social e institucional que explore os impulsos de expansão no setor moderno e dê ao crescimento um caráter contínuo.

³⁷ - O modelo do “*Big Push*” foi proposto pelo economista polonês Rosenstein-Rodan (1943). Ele argumenta que um desenvolvimento acelerado requer um rápido crescimento de setores industriais estratégicos. O governo teria um papel especial nessa coordenação, incluindo os excedentes de mão-de-obra na agricultura para escapar da “armadilha do salário médio”. Morck e Nakamura (2007) aplicaram ideias desse modelo ao caso das privatizações no período Meiji e do crescimento econômico japonês.

desenvolvimento da indústria moderna no Japão. A velocidade de crescimento econômico não foi constante entre 1885 e 1920, mas manteve uma tendência de aceleração (DUUS, 1989, p. 387-388).

2.1 EXPANSIONISMO TERRITORIAL JAPONÊS – *LEBENSRAUM* E RECURSOS NATURAIS

Por um lado, com base na tese nacionalista, o início do expansionismo imperial japonês decorreu da ameaça de domínio por parte das nações imperialistas ocidentais que para alguns analistas seria uma forma de *gaiatsu*³⁸. Por outro, havia a necessidade de se garantir o acesso a recursos naturais – minerais, energéticos e alimentares –, para a sobrevivência do próprio “espaço vital” (*lebensraum*³⁹) japonês de acordo com a tese do determinismo econômico.

Tal *lebensraum*, porém, que também buscava a estabilidade no acesso a recursos naturais indisponíveis no território japonês, começara bem antes da Segunda Guerra Mundial. Sucedeu-se o processo centrífugo de dominação territorial, começando por ilhas do oceano Pacífico que circundavam o arquipélago japonês, e que, mais adiante, chegaria ao principal vizinho japonês – a China.

Enquanto ainda se desenrolava a industrialização e impulso tecnológico, o Japão já havia atingido um novo patamar de desenvolvimento econômico-militar, permitindo o início da conquista de novos territórios após violentas guerras. Na perspectiva nacionalista e geopolítica, uma das explicações propostas para as guerras que mais tarde o Japão iria travar com a China (1894-5) e com a Rússia (1904-5) teria sido impedir que a Coreia, tradicionalmente submetida à condição de vassalagem à China, fosse usada por outra potência imperialista que ocupasse partes colonizadas do território chinês, utilizando-a como plataforma de ameaça à segurança do Japão.

Após a Primeira Guerra Sino-Japonesa⁴⁰, uma declaração formal japonesa de

³⁸ - “Gaiatsu” é uma pressão externa, ou uma pressão que um país exerce sobre outro. Para o professor Kent Calder a política externa japonesa, que mistura estratégia, hesitação e pragmatismo, é definida por uma natureza de Estado reativo (“reactive State”), refletindo amplamente as pressões e demandas externas que influenciam mudanças políticas no país (CALDER, 1988, p. 518).

³⁹ - Expressão criada pelo geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel no campo da geografia política que se refere ao “espaço vital” ou território para sobrevivência, aplicadas ao colonialismo agrário patrocinado pela Alemanha e outros países. As ideias de Ratzel influenciaram os controversos conceitos de “determinismo ambiental” e “darwinismo social”, que embasaram aspectos de polêmicas teorias sobre eugenia, por exemplo.

⁴⁰ - Embora a guerra travada entre Japão e China no fim do século XIX tenha ficado conhecida no Ocidente

soberania ocorreu em 1879 em relação às ilhas Ryukyu, sob objeção da China (MAN-HOUNG; LIN, 2006). O Tratado de Shimonoseki⁴¹ de 1895 fragilizou ainda mais a já debilitada dinastia *Qing*, que, para pagar as reparações da guerra, viu-se submetida a uma dívida pública pela primeira vez. Os chineses ratificaram não só a ocupação das ilhas, mas também cederam Taiwan e as ilhas Pescadores, que se tornaram colônias japonesas naquele mesmo ano. E ainda, o estratégico *Port Arthur*, na valiosa província chinesa de Liaodong. No entanto, a Intervenção Tripla de Alemanha, França e Rússia obrigou o Japão a devolver a península de Liaodong à China. O confronto antecipou a guerra que o Japão iria travar dez anos mais tarde com a Rússia.

Não era a primeira vez que os japoneses aportavam em Taiwan, até então sob domínio chinês. Entre os séculos XII e XV eles já haviam tomado parte do arquipélago (LI; MOLINA, 2014). A ocupação, quase trinta anos depois da modernizadora Restauração Meiji de 1868, perdurou por cerca de cinco décadas, até o final da Segunda Guerra Mundial. Outras ilhas, como Iwo Jima e Bonin também foram anexadas, dando início à chamada doutrina expansionista que caracterizou a Restauração Meiji.

Taiwan teve papel pioneiro na campanha de acultramento ou japonização, conhecida na língua japonesa como *kominka*, cuja primeira etapa era colonizar por meio do ensino da língua (*kokugo undō*). Em seguida vinham o programa de troca de nomes próprios chineses por japoneses (*kaiseimei*) e o sistema de “voluntariado” (*shiganhei seidō*), pelo qual os taiwaneses juravam lealdade ao imperador, inclusive para fins de guerra, alistando-se no exército imperial japonês (CHING, 2001, p. 92).

Essa profunda transformação cultural foi acompanhada pela obrigatoriedade do ensino primário e por grandes obras de infraestrutura como rodovias, ferrovias e sistema sanitário. A forte base educacional facilitou a industrialização da ilha, servindo de padrão para a expansão territorial do império japonês. A quantidade disponível de recursos minerais

como “Primeira Guerra Sino-Japonesa”, o primeiro conflito Sino-Japonês sobre o qual há registro histórico ocorreu em solo coreano de 660 a 663 e ficou conhecido como a Batalha de Baekgang ou Haksukinoe, em japonês. Ela foi travada entre as forças de restauração de Baekje, um dos reinados feudais da Coreia, e seu aliado, o exército japonês da era Yamato, contra as forças aliadas de Silla (outro reinado feudal coreano) com exércitos da dinastia Tang na antiga China, que venceram o conflito. Posteriormente, também houve as invasões mongóis no Japão durante o século XIII; as invasões de Toyotomi Hideyoshi na Coreia no final do século XVI e as sucessivas batalhas com as forças Ming; a Guerra Sino-Japonesa (1894-5); e o conflito iniciado em 1931 e escalado até o fim da Segunda Guerra Mundial (OGURA, 2015, p. 188).

⁴¹ - A posição geográfica de Shimonoseki, cidade portuária com Estreito de mesmo nome e próximo ao Estreito das ilhas de Tsushima, entre o Japão e a Coreia do Sul, teve importância histórica. Especialmente com o bombardeio de Shimonoseki por exércitos imperiais do Ocidente em 1864.

no arquipélago taiwanês, que incluíam volumes limitados de petróleo, carvão, gás natural, prata, cobre e mármore não era suficiente para atender à demanda do complexo militar-industrial do Japão, que crescia na medida em que se acelerava a modernização e industrialização do país.

FIGURA 2.1 IMPÉRIO JAPONÊS DE 1870 A 1942



Fonte: Enciclopédia Britânica (1998). Disponível em < <https://www.britannica.com/topic/history-of-Japan>>. Acesso em: 27 novembro 2016.

A partir da perspectiva nacionalista é razoável se argumentar que o modelo de

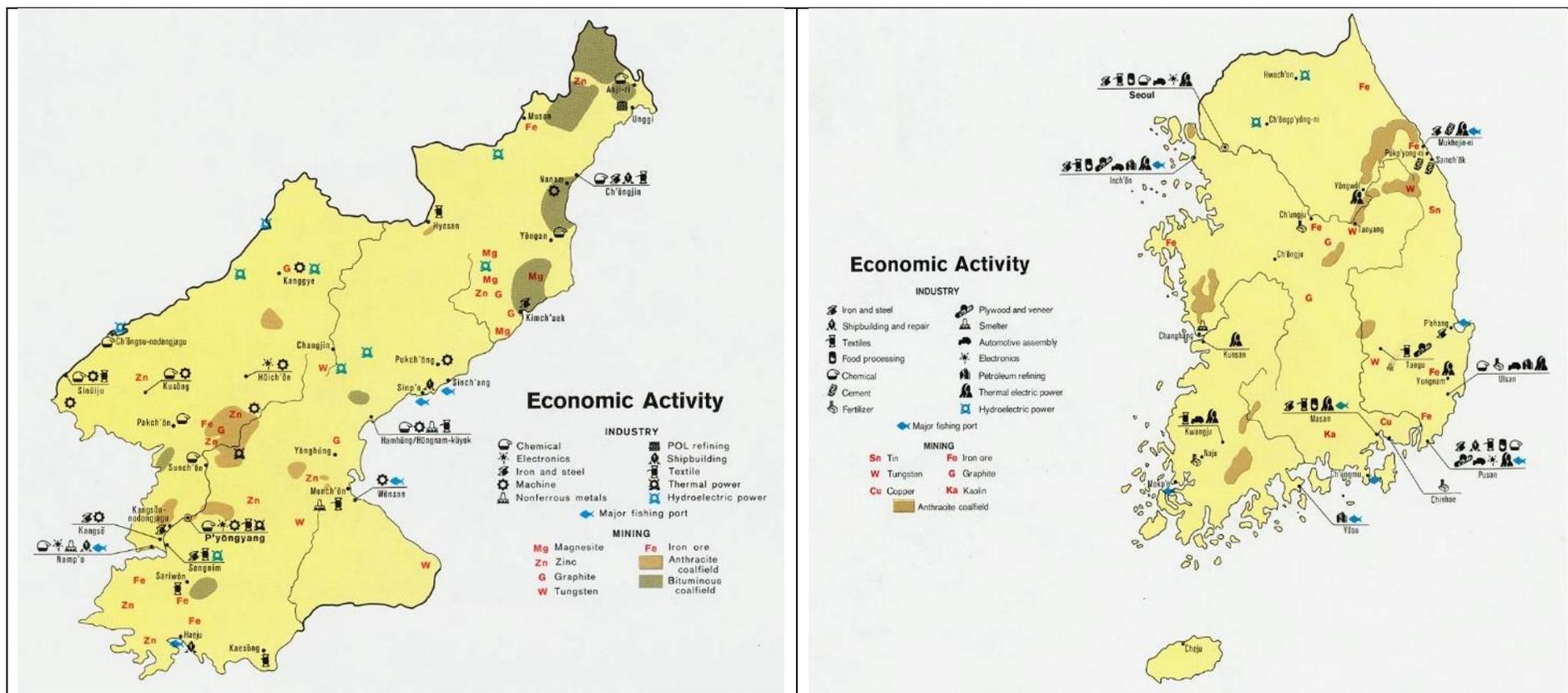
colonização desenvolvido pelos japoneses em Taiwan tenha servido de padrão para o expansionismo na Ásia continental em direção aos próprios territórios de civilizações com as quais o Japão possuía relações econômicas e culturais milenares. Tendo em vista o desenvolvimento da infraestrutura e de atividades econômicas que permitissem a exploração e industrialização de recursos naturais extraterritoriais, a segurança militar também passou, com especial ênfase a partir de 1905, a ser estrategicamente acoplada às seguranças alimentar e energética, em especial na Coreia e na China⁴².

Em agosto de 1910, o ministro da Guerra Terauchi Masatake se tornou o primeiro governador-geral da Coreia após a assinatura de um tratado dispondo sobre a anexação da península que revogou tratados anteriores, também considerados desiguais pelos coreanos. Assim, removia-se, nas palavras de um conselheiro geopolítico prussiano, o major Klemens Meckel, a adaga apontada para o coração japonês (DUUS, 1976, p. 125). A ocupação japonesa da Coreia, que interrompeu sua relação de suserania de oito séculos com a China, garantiu aos japoneses, além do acesso às produções agrícolas que ajudavam a alimentar a população japonesa, contar com reservas de carvão e minério de ferro tão necessárias ao crescimento industrial e militar do Japão da era Meiji.

Taiwan e Coreia foram plataformas fundamentais para o expansionismo japonês após a Primeira Guerra Sino-Japonesa terminada em 1895. Mas o potencial do desenvolvimento de recursos naturais e atividades econômicas foi tremendamente ampliado após a guerra entre os impérios do Japão e da Rússia entre 1904 e 1905. Mukden, hoje denominada Shenyang – capital da província chinesa de Liaoning –, foi um dos palcos da guerra na qual o Japão, surpreendentemente, derrotou o exército imperial russo. Ao final, o Tratado de Portsmouth, mediado por Theodore Roosevelt, garantiu aos japoneses, além das ilhas Sakalinas e do reconhecimento do domínio japonês sobre a Coreia, a posse e uso da linha férrea entre Changchun e Lüshun. Changchun, capital e maior cidade da província de Jilin, no nordeste chinês, é contemporaneamente conhecida como a Detroit da China por conta da sua pujante indústria automobilística. Ao lado dos EUA e da Ucrânia, tem uma das maiores plantações de milho do mundo. Além disso, consideradas as necessidades

⁴² - Esse aspecto é ricamente documentado com imagens e grande quantidade de informações na série de documentários da PBS “The Pacific Century: The Emergence of Modern Pacific Asia”, que foi transformada em telecurso por Frank B. Gibney e Mark Borthwick e está disponível em <<http://www.pacificcentury.org/videos>>. Outra série filmográfica realizada pela PBS e BBC que documenta fatos de grande relevância histórica envolvendo China e Japão é “People’s Century: 1900 – 1999”, cujos episódios estão disponíveis em <<http://www.pbs.org/wgbh/peoplescentury/episodes/>>.

FIGURA 2.2 ATIVIDADES INDUSTRIAIS E MINERAIS NAS COREIAS DO NORTE (ESQUERDA) E DO SUL (DIREITA), 1972



Fonte: Coleção de Mapas da Biblioteca Perry-Castañeda, na Universidade do Texas em Austin. Disponíveis em <https://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/north_korea_econ_1972.jpg> e <https://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/south_korea_econ_1973.jpg>. Acesso em: 27 novembro 2016.

energéticas do Japão, é rica em petróleo e carvão, e detentora de uma rede férrea construída entre o fim do século XIX e início do XX, tornando-se um estratégico corredor logístico entre várias partes do nordeste asiático. No outro extremo da ferrovia, na ponta da Península de Liaodong, encontrava-se o porto de Lüshun, chamado Porto Arthur quando ainda estava sob o domínio russo.

A vitória na guerra contra os russos também garantiu ao destacamento de Kwantung, maior e mais prestigiado agrupamento do exército imperial japonês, o domínio sobre um grande território ao redor da Ferrovia da Manchúria do Sul que fora entregue pelos chineses à Rússia sob o regime de concessão em um dos vários “tratados iníquos” que a China assinou com diferentes impérios coloniais ao longo do século XIX. A região, então sob o domínio japonês, viria nos anos 30 a constituir uma considerável parte do estado fantoche de Manchukuo.

2.2 RECURSOS NATURAIS ULTRAMARINOS, COMÉRCIO E CONFLITOS COM A CHINA ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Se Taiwan e Coreia foram colônias modelos nas quais o império japonês testou e desenvolveu pioneiramente várias de suas políticas de dominação socioeconômica, a Manchúria, na rica região nordestina da China, representou um dos ápices entre todas as relações coloniais no Extremo Oriente. Não só pela sofisticação político-cultural do domínio, mas também pelo relevante papel que aquela região chinesa representou como fonte de suprimento de *commodities* fundamentais para o Japão, como carvão, madeira e soja. A conquista daquela região foi um dos principais pilares da Doutrina de Expansão para o Norte (*Hokushin-ron*), que colocavam a Manchúria, berço da dinastia *Qing*, e a Sibéria sob a esfera japonesa de influência. Em 1929, 5,1% do minério de ferro consumido pelo Japão era proveniente de seu próprio território, 38,8% eram produzidos na Coreia e na Manchúria e 56,1% eram importados, especialmente das minas de Johor e Terengganu, na Malásia (*INSTITUTE OF PACIFIC RELATIONS, AMERICAN COUNCIL, 1932*).

O "incidente de Mukden", também conhecido como “incidente da Manchúria”, serviu de pretexto para o Exército japonês invadir a região antes do alastramento da Segunda Guerra Sino-Japonesa, que oficialmente começou a partir de 1937, e da Segunda Guerra Mundial, quando os dois países também se enfrentaram. A pequena bomba que, por

sabotagem, o tenente Suemori Kawamoto detonou em setembro de 1931 perto da estrada de ferro da Manchúria do Sul foi a desculpa para a ocupação de toda a região por parte do Exército Imperial Japonês. Os dissidentes chineses foram responsabilizados pelo ato “terrorista” e o estado fantoche de Manchukuo foi estabelecido seis meses depois. O Relatório Lytton de 1932, elaborado pelo Reino Unido, denunciou o estratagema que isolou o Japão diplomaticamente, causando sua saída da Liga das Nações em 1933. Insatisfeitos com a qualidade abaixo do esperado do minério de ferro e do carvão na Manchúria, os militares começaram a ocupar também o norte da China onde os minérios eram considerados superiores (DUUS, 1989, p. 303).

Mesmo antes da ocupação da Manchúria, o comércio entre Japão e China crescia rapidamente. As exportações médias anuais para os chineses passaram de 38,2 milhões de ienes entre 1898 e 1902 para 409,5 milhões de ienes entre 1924 a 1926. O aumento extraordinário, segundo Takahashi (1933, p. 169), deveu-se principalmente aos privilégios imperiais do Japão em matéria de direitos aduaneiros e extraterritoriais. Ele argumenta que o desenvolvimento das indústrias japonesas foi motivado em grande medida pelos baixos salários no Japão e pelo aumento das exportações para a China.

Mas o desenvolvimento industrial da China nos anos 1930 retirou gradativamente a competitividade em preço e qualidade dos produtos japoneses. As indústrias chinesas já estavam produzindo fios de algodão, tecidos, farinha, palitos de fósforo, seda bruta, açúcar refinado, óleos, cerveja, papel, couro, lenços, sabão, artigos de toalete, velas de cera, vidros, cigarros, cimento, laços de fita, artigos de ferro esmaltado, comida enlatada, guarda-chuvas, roupas de tricô, toalhas, chapéus e outros. A China estava passando pelo estágio que o Japão havia atravessado nos anos de pós-restauração Meiji (TAKAHASHI, 1933, p. 171). Vários artigos japoneses não conseguiram concorrer com os fabricados pelos chineses e saíram do mercado. Por outro lado, o nível tecnológico dos produtos japoneses ainda não concorria com os oriundos da Inglaterra e dos EUA. O resultado foi uma gradual corrosão do mercado chinês para as exportações japonesas desses produtos, cuja quase metade dependia da demanda chinesa.

Esse quadro agravou a situação financeira japonesa, que enfrentou entre os anos de 1930 a 1932 a pior recessão econômica da história moderna. Segundo Ohno (2006, p. 126), o abalo na economia se deveu, primeiro, a fatores internos, uma vez que o governo liderado pelo Partido Minsei (julho de 1929 a abril de 1931) adotou deliberadamente uma política

deflacionária para expurgar bancos e empresas vulneráveis, preparando o país para o retorno ao padrão ouro do período pré-guerra, ou seja, taxa de câmbio fixa com valorização real. Externamente, o colapso de Wall Street em outubro de 1929 e a subsequente Grande Depressão na economia mundial tiveram um severo impacto sobre a economia japonesa.

Um dos remédios adotados foi o aumento de tarifas protecionistas, subsídios e empréstimos a juros moderados, que além de não resolverem o problema das indústrias nascentes, criaram pressões inflacionárias. Com o recrudescimento da guerra entre Japão e China, durante a qual várias atrocidades foram cometidas, incluindo durante a Segunda Guerra Mundial, e após a guerra civil chinesa com a chegada do Partido Comunista ao centro do poder, só a partir da década de 50, grupos dos dois países iriam iniciar uma lenta e tortuosa reaproximação.

3 TRIANGULAÇÕES E REVERSÕES DE POLÍTICAS DO JAPÃO E DA CHINA NA GUERRA FRIA

Como as narrativas sobre a Segunda Guerra Mundial tendem a ser elaboradas a partir das perspectivas literárias, filmográficas e videográficas norte-americanas ou europeias, os ferozes combates e as mortes que ocorreram nos confrontos sino-japoneses, e em diferentes palcos da região Ásia-Pacífico, não receberam cobertura proporcional e análise tão aprofundada e divulgada quanto os acontecimentos na Europa devastada pela guerra e tão pouco quanto ao papel internacional das forças militares dos EUA. Pode-se argumentar que não foi dito o suficiente sobre as relações entre Japão e China antes, durante e após a guerra civil chinesa entre o partido nacionalista Kuomintang de Chiang Kai-shek e o Exército Popular de Libertação.

Quando as forças de Mao finalmente ganharam em 1949, e o generalíssimo recuou para Taiwan, nasceu a República Popular da China (*Popular Republic of China* ou PRC), que se tornou um país comunista de poucos aliados. O modelo baseado na economia de mercado da antiga República Chinesa foi substituído pela implantação de comunas agrícolas e pelo expurgo das atividades consideradas burguesas, que foram assumidas e reformadas por lideranças do agora dominante Partido Comunista Chinês.

O Japão por sua vez, tendo assinado seu instrumento de rendição após ter sido o único país do mundo a sofrer bombardeio nuclear, foi ocupado por forças aliadas lideradas pelos Estados Unidos em 1945. Esta situação perdurou até 1952, quando o Tratado de São Francisco entrou em vigor depois de ter sido assinado no ano anterior sem a participação da PRC ou da República da China, mais conhecida como Taiwan.

O primeiro premier chinês Zhou Enlai denunciou o tratado como um instrumento para reativação do militarismo japonês. Além disso, como sendo “um tratado de hostilidade contra a China e a União Soviética, uma ameaça para a Ásia e uma preparação para uma nova guerra de agressão”⁴³. Os danos humanos e materiais na guerra entre Japão e China ocasionaram a perda de “mais de 10 milhões de vidas e a destruição e queima de bens no valor de pelo menos 50.000 milhões de dólares”⁴⁴.

Como a política externa japonesa durante a ocupação dos Estados Unidos ainda

⁴³ - Trecho da declaração de Zhou Enlai sobre o Tratado de Paz de São Francisco, em 18 de setembro de 1951 (JAIN, 1981: 209).

⁴⁴ - Renmin Ribao (*People's Daily* ou Diário do Povo), 10 de maio 1960, como traduzido do artigo *China Reconstructs*, Junho de 1960, Suplemento 7 (*apud* JAIN, 1981: 3).

estava subordinada ao Comandante Supremo das Potências Aliadas (*Supreme Commander for the Allied Powers* ou SCAP), o general de cinco estrelas Douglas MacArthur, era proibitivo estabelecer relações diplomáticas e econômicas oficiais com um país comunista como a China, sem contar o fato da beligerância recíproca decorrente dos escombros de uma guerra devastadora nos quais os dois países haviam-se enfrentado.

3.1 COOPERAÇÃO SINO-SOVIÉTICA

As prioridades e possibilidades da política externa chinesa apontavam em outra direção. Em fevereiro de 1950 o governo Chinês, já sob o comando de Mao Zedong e seus aliados do Partido Comunista, assinou o tratado de cooperação com a União Soviética. Depois entrou diretamente em um dos principais conflitos da Guerra Fria, a Guerra da Coreia, lutando ao lado do exército comunista da Coreia do Norte.

O Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Auxílio Mútuo foi assinado apenas dois meses depois da viagem de Mao Zedong a Moscou para encontrar Joseph Stalin. O líder revolucionário chinês buscava o apoio político necessário para um estado comunista recém-formado que pretendia romper o isolamento internacional e as condições materiais que permitissem fazer girar a roda do desenvolvimento econômico da China.

Até então os Estados Unidos consideravam a China um grande mercado para as corporações transnacionais norte-americanas e um potencial aliado militar por terem lutado do mesmo lado durante a Segunda Guerra Mundial, enfrentando o Eixo do qual fazia parte o Japão. Diante do novo cenário ideológico e geopolítico regional, os líderes da ocupação no Japão mudaram sua estratégia, passando a considerar os japoneses seus maiores aliados na região.

O tratado incluía a prestação de assistência financeira e de conhecimentos técnicos soviéticos para ajudar a PRC a se industrializar e se modernizar tecnológica e militarmente, materializando e potencializando o primeiro Plano Quinquenal da China. O Plano foi executado de 1953 a 1957 e recebeu a assistência de milhares de engenheiros, cientistas e técnicos da União Soviética. Moscou também forneceu empréstimos e equipamentos para projetos industriais estratégicos na China, particularmente nos setores siderúrgico, minerador (carvão, ferro, cobre, bauxita) e de tornos mecânicos⁴⁵. O governo chinês também

⁴⁵ - Central Intelligence Agency (1959).

enviou a Moscou e outras cidades milhares de estudantes para aprender diferentes áreas de conhecimento. Naquela fase as importações industriais chinesas dependiam principalmente da União Soviética.

TABELA 3.1 COMÉRCIO INTERNACIONAL DA PRC 1950-1958 (U\$ MILHÕES^A)

Bloco Comercial	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958 ^b
União Soviética	320	750	965	1.170	1.275	1.705	1.460	1.290	1.515
Satélites Europeus	25	225	350	395	465	555	585	610	645
Subtotal	345	975	1.315	1.565	1.740	2.260	2.045	1.900	2.160
% Δ		182,6	34,9	19,0	11,2	29,9	-9,5	-7,1	13,7
Outros países	865	920	580	750	625	800	1.090	1.140	1.300
% Δ		6,4	-37,0	29,3	-16,7	28,0	36,3	4,6	14,0
Total	1.210	1.895	1.895	2.315	2.365	3.060	3.135	3.040	3.460

Fontes: a – Com base em dados do governo chinês (*apud* CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1959); b – Dados preliminares.

Durante boa parte da década de 50 a China se tornou o principal parceiro comercial da União Soviética, ainda que em 1957 a Alemanha Oriental tivesse ultrapassado os chineses. O comércio com o bloco soviético durante a maior parte daquela década continuou crescendo, o que também foi o caso do comércio da PRC com outros países do mundo. À medida em que se aproximou o final da década, o comércio com o bloco soviético também apresentou perdas relativas, acompanhando a deterioração das relações entre União Soviética e PRC.

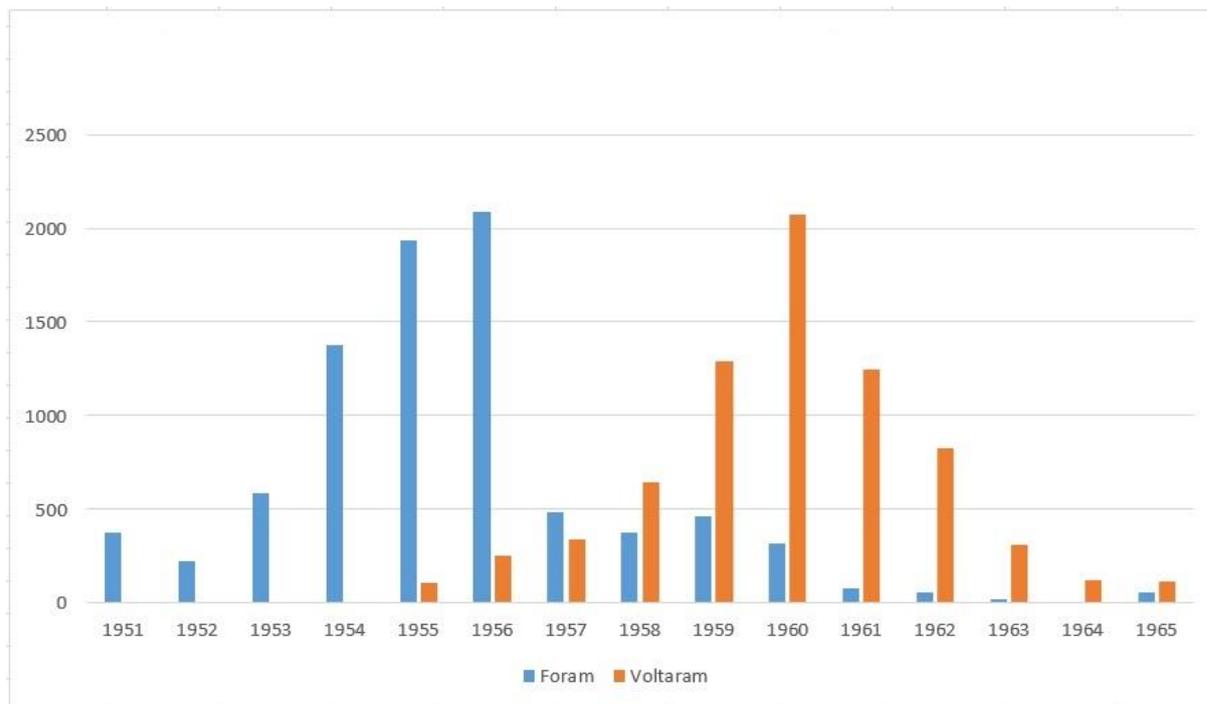
De 1950 a 1957 os chineses acumularam um déficit comercial com os soviéticos de U\$ 781 milhões. No mesmo período a União Soviética aprovou empréstimos aos chineses de U\$ 1,325 bilhão. Uma parcela relevante dos recursos foi direcionada para 211 instalações industriais contratadas aos soviéticos. No ano seguinte ao início do Segundo Plano Quinquenal, de 1958 a 1962, 67 desses projetos já estavam parcial ou totalmente acabados⁴⁶.

A demanda da China por recursos humanos não se limitava a técnicos e engenheiros industriais da União Soviética. O fato daquele país ter decidido ingressar na Guerra da Coreia levou os chineses a buscar também a assistência de estrategistas e assessores militares russos.

⁴⁶ - Idem.

Essa dependência só foi reduzida quando os chineses enviados para cursos na Rússia começaram a retornar.

GRÁFICO 3.1 ESTUDANTES CHINESES QUE FORAM E VOLTARAM PARA TREINAMENTO NA UNIÃO SOVIÉTICA



Fonte: Chinese Educational Achievement (1949-1983) (Pequim: People's Education Press, 1995).

3.2 COOPERAÇÃO EUA-JAPÃO

O Tratado Sino-Soviético foi interpretado por vizinhos asiáticos e também do outro lado do Oceano Pacífico como uma aliança militar contra o Japão, o que agravou a tensão bilateral com a China, conforme ressaltado por Takamine (2006, p. 29). Não tardou uma resposta por meio do Tratado de Segurança Mútua entre norte-americanos e japoneses (*Treaty of Mutual Cooperation and Security between the United States and Japan* ou 日本国とアメリカ合衆国との間の相互協力及び安全保障条約) assinado no mesmo dia do Tratado de São Francisco e, em junho de 1970, prorrogado indefinidamente.

A assinatura inicial do tratado se deu no contexto de uma Guerra Fria, com as duas Coreias destroçadas e em situação famélica, lutando pela vida ou morte. Estrategistas militares dos Estados Unidos já haviam chegado à Indochina Francesa, que mais tarde se

tornaria o mortífero e controverso campo de batalha da guerra do Vietnã. Pressionado pelos EUA, que contavam com o apoio de destacadas lideranças políticas japonesas, o governo japonês se viu instado a assinar um tratado de paz com a República da China em Taipei em 28 de abril de 1952, ao invés de buscar interlocução com o ainda recente governo comunista da PRC. Naquele mesmo dia entraram em vigor os Tratados de São Francisco e de Segurança Mútua entre os EUA e o Japão. Em Taiwan, que havia sido uma das principais colônias do império japonês na Ásia antes da derrota na Segunda Guerra Mundial, também havia forças políticas domésticas contrárias aos vencedores comunistas da guerra civil chinesa pressionando por um tratado entre Japão e Taiwan.

Uma revisão do Tratado de Segurança entre os EUA e o Japão foi assinada em Washington DC em 1960 entre o presidente Dwight D. Eisenhower e o primeiro-ministro Nobusuke Kishi, líder do conservador Partido Liberal Democrata (*Liberal Democratic Party* ou LDP) que continua como principal partido político do Japão ainda hoje.

Parlamentares do Partido Socialista do Japão tentaram impedir à força a ratificação do novo tratado alegando que seu artigo 6 feria a soberania japonesa ao ceder aproximadamente um quinto da ilha de Okinawa para a instalação de bases militares dos EUA que também continuam em operação atualmente. Em meio à crise interna, Kishi, que se havia livrado do expurgo de ex-colaboradores do esforço de guerra japonês, renunciou ao cargo, mas o LDP permaneceu no poder e o Japão pôde concentrar seus recursos humanos e financeiros no desenvolvimento do país por meio de um crescimento econômico acelerado, ao invés de despendê-los em grandes gastos militares necessários diante da intrincada e belicosa geopolítica asiática.

Essa política ficou conhecida como doutrina Yoshida, baseada nos princípios do diplomata e político Shigeru Yoshida. Depois de meses de prisão a partir de 1945, acusado de crimes de guerra pela liderança que teve nas políticas imperialistas do Japão, foi eleito primeiro-ministro em 1946 e, depois, em 1948.

Nessa altura o governo dos Estados Unidos já tinha reconhecido que era necessário reverter o processo de democratização imposto pelo General Douglas MacArthur, que mais adiante iria revelar suas pretensões de se eleger presidente dos EUA. Ele já havia liderado tropas contra o ataque japonês nas Filipinas, e se tornara Comandante Supremo das Forças Aliadas de ocupação do Japão. MacArthur determinou a reforma da constituição japonesa, instituindo uma comissão para realizar o trabalho. Entre as alterações estava a criminalização

da guerra para resolução de conflitos internacionais no famoso artigo 9, garantias de igualdade de tratamento às mulheres, incluindo o direito ao voto e a liberdade de expressão e a associação sindical. Outra mudança estrutural imposta pelo comando de ocupação foi a determinação de que o governo adquirisse grandes propriedades de terra para serem redistribuídas a agricultores, que até então eram meros arrendatários e constituíam praticamente metade da população japonesa.

A situação socioeconômica precária, na qual faltavam empregos e até comida, e a drástica ruptura das tradições e valores japoneses trouxe resultados inesperados. Crescentes manifestações sindicais e estudantis cobravam cada vez mais direitos, chegando a paralisar atividades econômicas no país por meio de greves e protestos organizados. Segundo o *establishment* norte-americano, grupos considerados comunistas ameaçavam subverter o sistema político-econômico japonês em um modelo marxista ou até anarquista. Esse temor se fazia ainda mais presente na medida em que no país vizinho, a China, a guerra civil deixava cada vez mais claro o avanço do movimento comunista liderado por Mao Zedong.

Com a vitória dos comunistas chineses selada ao triunfal discurso de Mao ladeado por seus companheiros declarando o nascimento de uma nova China, a situação sócio-política japonesa continuava caótica. Mesmo com a assinatura dos tratados entre EUA e Japão após a ocupação e devolução da soberania para que voltassem a planejar e executar suas próprias políticas externa e de desenvolvimento. Grupos políticos disputavam espaços de poder em meio à turbulência social do país que ainda se recuperava da devastação da guerra. De um lado, tradicionais grupos de visão econômica liberal apoiados pelo empresariado que formavam a base do LDP tinham conseguido se reorganizar.

De outro, o Partido Comunista Japonês (*Japanese Communist Party* ou JCP), paradoxalmente recolocado na legalidade pelas forças de ocupação dos Estados Unidos, e movimentos ligados ao JCP e ao Partido Socialista do Japão (*Japan Socialist Party* ou JSP, que em 1996 mudou seu nome para Partido Social Democrata (*Social Democratic Party* ou SDP). Estes últimos cultivavam alianças que se estendiam à União Soviética e à China, causando apreensão na luta por “corações e mentes”⁴⁷ que teve impacto mundial nos anos

⁴⁷ - A expressão “corações e mentes” se tornou o título de um documentário sobre a guerra do Vietnã em alusão à frase pronunciada pelo ex-presidente dos EUA, Lyndon Johnson, em 04/05/1965, – “*We must be ready to fight in Vietnam, but the ultimate victory will depend upon the hearts and the minds of the people who actually live out there.*” O documentário é considerado o primeiro a apresentar uma visão extremamente crítica na participação dos EUA na guerra do Vietnã. Como esclarece Dickinson (2009), o discurso de Johnson não foi a primeira ou a última vez que a expressão foi utilizada.

subsequentes. Na medida em que movimentos comunistas se alastravam por diferentes regiões da Ásia, os norte-americanos enxergavam nas corporações e banqueiros japoneses os seus principais aliados anticomunistas asiáticos. Afinal, o Japão era considerado o único local no continente que os Estados Unidos poderiam utilizar como plataforma para projetar seu poder na região, onde o governo norte-americano temia pelo chamado “efeito dominó”⁴⁸.

Um interlocutor com acesso privilegiado ao governo sediado em Washington DC foi Nobusuke Kishi, ex-alto funcionário do governo japonês em *Manchukuo* e ministro de Comércio e de Indústria e Munições durante a Segunda Guerra Mundial. Ele se tornou primeiro-ministro quando os Estados Unidos e o Japão em 1957 ainda negociavam a ratificação do Tratado de Segurança Mútua que havia sido assinado pela primeira vez em 1952. Kishi era líder da ala conservadora do LDP que teve atuação destacada nas relações diplomáticas entre o Japão e Taiwan. Anticomunista convicto, ele acabou tendo que reconhecer mais tarde a necessidade de uma relação mais próxima com a PRC. Diante dos violentos protestos que se seguiram à ratificação em 1960 do Tratado de Segurança, Kishi teve que renunciar ao cargo de primeiro-ministro.

Era um período extremamente conturbado. Milhões de japoneses, militares e civis, que haviam ajudado a colonizar países asiáticos tomados principalmente dos centenários impérios europeus, haviam retornado ao solo pátrio. Muitos agora lutavam com suas próprias consciências para superar as atrocidades cometidas durante vários conflitos armados e ocupações territoriais. Ao mesmo tempo, buscavam alternativas de sobrevivência para si e suas famílias em meio a uma economia destrocada.

Na tentativa de ajudar a manter a situação sob o controle de grupos conservadores como o de Kishi e também para obter informações estratégicas, agentes da Agência Central de Inteligência dos EUA (*Central Intelligence Agency* ou CIA) financiaram políticos do LDP nos anos 50 e 60. Os pagamentos foram inicialmente autorizados pelo próprio presidente Dwight Eisenhower e posteriormente por outros quatro presidentes norte-americanos, o que

⁴⁸ - Em 1954, ao se referir ao risco do controle comunista na Indochina (que deu origem ao Vietnã, Laos e Cambodia) durante uma entrevista coletiva de imprensa, o presidente dos EUA, general Dwight D. Eisenhower descreveu o princípio do dominó (LEESON; DEAN, 2009). Mais tarde o princípio ficaria mais conhecido como teoria do dominó, pela qual se o Vietnã fosse dominado pelo comunismo, vários outros países do sudeste asiático e de outros continentes seguiriam o exemplo, formando um efeito em cadeia. A teoria também foi utilizada em discursos gravados ou em entrevistas para redes noticiosas pelos presidentes John Fitzgerald Kennedy, Lyndon B. Johnson e Richard Nixon para justificar os crescentes investimentos militares norte-americanos.

possibilitou consolidar um sistema de partido único no Japão durante a Guerra Fria (WEINER, 2007, p. 120).

O partido político que se tornou grande beneficiário desse modelo foi justamente o LDP, que tinha em seu grupo integrantes considerados não apenas conservadores, mas que os meios de comunicação chineses comumente chamavam de “militaristas” e “reacionários”. Suas políticas anti-Pequim foram várias vezes radicalmente orientadas em favor de Taiwan por pressão de círculos empresariais (*zaikai*), que não necessariamente tinham um consenso sobre a questão da China.

Como ressaltado por Lee (1976, p. 14), houve uma “simbiose intrínseca e penetrante” entre os principais círculos empresariais e o LDP. Isto se deu de maneira mais visível com as “quatro grandes” associações empresariais – *Keidanren* (Federação de Organizações Econômicas), *Keizai Dōyūkai* (Comitê de Desenvolvimento Econômico do Japão), *Nisshō* (Câmara de Comércio e Indústria do Japão) e *Nikkeiren* (Federação das Organizações de Empregadores).

Lee argumenta que integrantes dessas poderosas associações atuaram como conselheiros do Ministério de Relações Exteriores. Outros, como o influente presidente da *Keidanren*, Uemura Kogorō, “juntaram-se aos representantes pró-Taiwan do LDP no Parlamento para organizar o Comitê de Cooperação Japão-China (República da China ou Taiwan) e para patrocinar várias atividades anti-Pequim”. Além disso, facções do LDP mantiveram estreitas relações financeiras e políticas com os principais complexos industriais e comerciais do Japão, conhecidos internacionalmente como *zaibatsu*. Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo, Itochii, e Marubeni-Iida “tiveram um envolvimento econômico fundamental em Formosa”.

O tratado Japão-Taiwan, considerado mais polêmico dentro do LDP do que a própria normalização diplomática japonesa-soviética, tornou-se um grande obstáculo para a normalização da relação sino-japonesa até 1972, quando foi definitivamente anulado. Só então, naquele mesmo ano, foi emitido o Comunicado Conjunto que formalizou o restabelecimento das relações diplomáticas com a PRC. Mas a virulência da Revolução Cultural chinesa e a falta de estruturas econômico-institucionais na China não permitiram que a relação bilateral se aprofundasse imediatamente.

O “Sistema 1955” (55年体制 ou *gojūgonen taisei*), que vigorou entre aquele ano e 1993, reconfigurou o modelo partidário do Japão. O JSP, dividido desde 1951, foi

reunificado. Já os dois partidos conservadores, o Partido Democrático do Japão (*Japan Democratic Party* ou JDP), criado por Hatoyama Ichiro para se opor ao governo do então primeiro-ministro Yoshida Shigeru, e o Partido Liberal (*Liberal Party* ou LP) foram fundidos no poderoso LDP em novembro de 1955. O LDP tinha cerca de duas vezes mais assentos do que o partido da oposição, o JSP, de viés antimilitarista. O JSP foi um grande defensor do reestabelecimento de relações diplomáticas com a PRC e da abolição do tratado de paz com Taiwan. Também defendeu o assento exclusivo da República Popular da China nas Nações Unidas. Mas isto só veio a ocorrer em 1971, após a votação da proposta de representação exclusiva da República Popular da China ter sido colocada em votação 21 vezes. O sufrágio histórico teve 76 votos a favor, incluindo o da União Soviética e o da maioria dos países europeus, e 35 contra, incluindo o dos EUA e o do Japão. “Ainda assim, o JSP, tal como o LDP, sofreu de uma intensa clivagem intrapartidária sobre a questão chinesa, especialmente durante a Revolução Cultural. Além disso, não pôde ajustar sua política radical à tendência moderada dos eleitores japoneses ou à rápida mudança dos ambientes políticos externos” (LEE, 1976, p. 64).

Apesar dos conflitos políticos, o pragmatismo social e econômico começava a se impor tendo em vista as possibilidades de ganhos mútuos na relação Japão-China e as políticas globais dos EUA e da URSS durante a Guerra Fria, que criavam várias triangulações entre países ao redor do mundo. Do ponto de vista japonês, as *commodities* chinesas eram bem mais baratas do que as importações de petróleo e seus derivados, além dos produtos alimentícios importados dos EUA. Na perspectiva chinesa, era importante romper o isolamento internacional, criando alternativas à dependência dos soviéticos. Ainda que a fria relação entre os dois países não permitisse uma comparação precisa dos termos troca⁴⁹, o governo do Japão tinha amplo conhecimento, graças ao período colonial, do mercado, da cultura e dos preços chineses.

3.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMERCIAL JAPONÊS

Certamente, não era só no campo da geopolítica que os eventos no Extremo Oriente

⁴⁹ - Também conhecida como termos de intercâmbio, a expressão termos de troca (TDT) se refere à relação entre o valor das importações e o valor das exportações de um país no comércio internacional durante determinado período. A equação utilizada para seu cálculo é $TDT = VE / VI$, onde **VE** é o valor das importações e **VI**, das importações.

se desenrolavam. Por um lado, os norte-americanos já haviam iniciado em 1946 um amplo programa de ajuda humanitária e econômica para um Japão em ruínas após a Segunda Guerra Mundial⁵⁰. Segundo cálculos de Serafino, Tarnoff e Nanto (2006), entre doações e empréstimos, os EUA destinaram U\$15,2 bilhões ao Japão em valores de 2005, ou U\$2,2 bilhões em valores da época. O total equivale a aproximadamente metade do que o governo norte-americano transferiu para a reconstrução da Alemanha Ocidental após a Segunda Grande Guerra. Com a anuência dos Estados Unidos, o Japão também pôde reconstruir sua indústria, primeiramente pela via armamentista. Ao ingressar no lucrativo comércio exportador de armas e veículos militares para a guerra da Coreia, iniciou a reversão do quadro de desemprego, fome e rebelião que assolava o território japonês, ameaçando sua recuperação econômica (DOR-NER; ESPAR; PAGNAMENTA, 1996).

Começava ali a retomada de um desenvolvimento econômico que os japoneses haviam implementado com disciplina antes da guerra, especialmente na Coreia, na Manchúria e em Taiwan. Regiões vastas e ricas, nos dois primeiros casos, ou estratégicas, no terceiro, onde imperialistas japoneses exploravam recursos naturais cruciais para o crescimento da economia, entre os quais figuravam quatro fundamentais para o desenvolvimento com crescimento econômico – madeira; produtos agrícolas, especialmente a soja; ferro para produção de aço; e carvão.

Destruído após a segunda guerra mundial e único país na história da humanidade a sofrer bombardeio nuclear, os japoneses precisaram reinventar estruturas socioeconômicas milenares, incluindo, por exemplo, a reforma agrária, que também foi levada a cabo na China, ainda que em contextos bem distintos. Outra base do desenvolvimento japonês foi a massificação da educação de qualidade desde a tenra infância até o ensino terciário para produção nativa de ciência e tecnologia que garantisse independência com relação a produtos importados e, eventualmente, possibilitasse a exportação de bens e serviços nacionais com alto teor tecnológico, o que de fato ocorreu.

Não só os *zaibatsu*, mas também o *keiretsu* foram duas das estruturas econômico-

⁵⁰ - Segundo o relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso norte-americano, do total repassado pelos EUA para o Japão entre 1945 e 1952, 77% foram doações e 23%, empréstimos. Do total de 2,2 bilhões de dólares, cerca 655 milhões, ou quase um terço, foi destinado à recuperação econômica (materiais industriais, como maquinário e insumos; petróleo e derivados; e transportes, veículos e equipamentos correlatos). A maior parte do auxílio financeiro restante foi para equipamentos agrícolas e alimentos. Montantes menores foram carregados para gastos com suprimentos médico-sanitários, educação e roupas. Ao final do processo de auxílio, o Japão quitou uma dívida de 490 milhões de dólares.

financeiro-empresariais que serviram de inspiração para os chamados tigres asiáticos e para a China. A primeira diz respeito às maiores corporações industriais e bancárias japonesas que monopolizaram a economia do país sobretudo a partir do período Meiji (iniciado em 1868 com a desfeudalização japonesa) até o fim da Segunda Grande Guerra, quando a ocupação dos Estados Unidos foi aos poucos forçando a extinção de várias dessas estruturas. A produção econômica era comandada por conglomerados familiares com grande rigidez organizativa e, conseqüentemente, alta capacidade produtiva.

Tais corporações formaram o principal pilar do que passou a ser informalmente alcunhado de *Japan Inc.*, sobretudo a partir do boom econômico japonês dos anos 80. Os empresários ocidentais perceberam como o governo japonês trabalhava em sintonia com o mundo dos negócios.

Normalmente de origem familiar, essas corporações são caracterizadas inicialmente pelo processo produtivo verticalizado (dominando as várias fases da fabricação de produtos), que nas reformas durante e pós-guerra também se horizontalizaram (atuando em vários segmentos produtivos por meio de redes de associação). Ainda que com abrangência distinta da que possuíam anteriormente, alguns *zaibatsu* conseguiram se adaptar a novos modelos de negócio e sobreviver. Eles incluem corporações como Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo, Nomura, Furukawa e Kawasaki. Já o *keiretsu* é a integração e associação entre grupos de empresas ligadas a essas principais corporações transnacionais japonesas e o sistema financeiro japonês internacionalizado de forma horizontalizada, que permitiu a tais grupos econômicos expandirem seus negócios globalmente.

Além de atuar no setor produtivo, esses *zaibatsu*, especialmente a Mitsui e a Mitsubishi, criaram empresas de comércio internacional, as *sogo shosha* (総合商社), que também atuavam no setor financeiro. A logística terrestre era baseada sobretudo em linhas férreas, como a do sul da Manchúria que, ligando 25 cidades, foi construída pela Rússia imperial como parte da rede férrea da China Oriental e entregue aos japoneses depois que estes venceram a guerra contra os russos em 1905 (JANSEN, 1975, p. 83-84). Em torno da linha férrea os japoneses obtiveram uma área de concessão de 250 quilômetros quadrados com reservas carboníferas, linhas de transmissão elétrica e armazéns para suprimentos comerciais.

Seguindo a lógica e experiência desenvolvimentista do período anterior à Segunda Mundial, pelo menos três dos quatro pilares da colonização japonesa na China – carvão, aço

e agricultura – foram fundamentais para a primeira fase da reconstrução econômica do Japão após 1945. Tendo em vista as limitações geográficas (arquipélago montanhoso), climáticas e territoriais, esses pilares eram estratégicos para a indústria de transformação japonesa, cuja primeira fase se concentrou no ferro para produção de aço e no carvão. O comércio internacional foi a saída para suprir o insumo energético indispensável para o funcionamento da indústria de base e, posteriormente, de bens de consumo que renascia no Japão. A indústria naval não só absorveu a oferta de aço japonês, como forneceu os navios que iriam exportar os produtos eletrônicos, automotivos e outros que fizeram a fama dos japoneses nas décadas seguintes. Entretanto, tendo em vista os interesses intrínsecos e extrínsecos da Guerra Fria, os norte-americanos impuseram várias restrições ao comércio entre Japão e China anteriormente ao Tratado de São Francisco.

3.4 AMEAÇAS NUCLEARES

Anos após os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, o espectro nuclear ainda assombrava os principais atores da Guerra Fria de maneira imprevisível. Em novembro de 1958, o marechal Chen Yi, ex-comandante do então recém-criado quarto exército durante a guerra sino-japonesa, que serviu como ministro das Relações Exteriores da China de 1958 a 1972, emitiu uma declaração sobre a revisão do Tratado de Segurança EUA-Japão, acusando os EUA de transformarem o Japão em sua base militar permanente. O primeiro passo, segundo o marechal, seria fazer com que o Japão assumisse a obrigação de defender as bases militares dos EUA em nome da defesa mútua. Em um segundo momento, a área de defesa mútua seria estendida ao Pacífico Ocidental. O terceiro passo seria o de envolver o Japão em uma guerra nuclear quando a oportunidade surgisse. (JAIN, 1981, p. 225).

A ameaça se mostrou mais evidente quando a China lançou em 1954 um bombardeio de artilharia contra a ilha de Jinmen em Taiwan, a partir da costa chinesa, provocando a Primeira Crise do Estreito de Taiwan de 1954-1955⁵¹. Os EUA, prometendo defender o governo de Chiang Kai-shek, ameaçaram a PRC com um ataque nuclear (SHEN; XI, 2015, p. 210).

O primeiro passo no desenvolvimento de armas nucleares por parte da China

⁵¹ - Após a primeira, houve uma segunda crise do Estreito de Taiwan em 1958, quando a PRC bombardeou as ilhas de Kinmen e as vizinhas Ilhas Matsu. Em 1995-1996 aconteceu a terceira crise do Estreito de Taiwan, quando uma série de "testes" de mísseis foram conduzidos pela PRC nas águas que cercam Taiwan.

aconteceu quando Nikita Khrushchev, então Primeiro Secretário do Partido Comunista da União Soviética visitou o país em 1954 e prometeu apoio à pesquisa da energia nuclear chinesa. No ano seguinte, não só a China, mas vários países da Europa Oriental começaram a obter ajuda da URSS para desenvolver seus próprios programas. Entre 1955 e 1958, seis acordos foram assinados para promover a ciência nuclear, a indústria e o programa de armas da China. Os chineses, por sua vez, ricos em diferentes tipos de minérios, começaram a exportar urânio para a União Soviética⁵².

Quando Khrushchev disse a Zhou Enlai, em 1958, que não poderia mais transferir tecnologia militar por conta de um acordo soviético de controle de armas com os Estados Unidos e a Inglaterra, os esforços chineses tinham progredido demasiadamente para simplesmente serem abandonados. Os chineses decidiram seguir adiante com o teste apesar da divisão sino-soviética no início dos anos 60, mas graças à ajuda inicial de Moscou. A bomba chinesa de fabricação própria, um dispositivo de implosão-fissão de 22 kilotons fabricado com urânio-235, foi detonada em outubro de 1964 na região desértica de Lop Nor em Xinjiang, tornando a China a quinta potência nuclear do mundo na época.

Duas semanas antes da explosão, durante uma visita ao Parlamento Japonês e respondendo a uma pergunta do político Aiichiro Fujiyama, Khrushchev afirmou que os chineses tinham a capacidade de realizá-la devido à grande quantidade de informações e tecnologias que haviam sido transferidas pela União Soviética⁵³. Agora que os soviéticos tinham interrompido a assistência tecnológica e financeira à China, o politburo de Mao se viu em uma situação de isolamento geopolítico. Era fundamental retomar o acesso a tecnologias mais avançadas para que o país pudesse atingir os estágios seguintes de desenvolvimento, a fim de alcançar e superar, primeiro o Reino Unido e, depois, os EUA em vários setores industriais. Os objetivos da China não eram simplesmente econômicos, mas também visavam a alcançar um equilíbrio mais justo do poder diplomático e de segurança na região, reformulando o *status quo* por meio de intensas negociações diplomáticas, *soft power*, ação militar e pesadas narrativas midiáticas.

Os EUA e o Japão não se mantiveram paralisados, apenas assistindo a tais eventos se desenrolarem irrestritamente. De acordo com Mitchell (2012), “já em 1954 os EUA trouxeram bombardeiros F-100 armados com bomba de hidrogênio para a sua principal base

⁵² - Jersild (2013), disponível em www.wilsoncenter.org/publication/sharing-the-bomb-among-friends-the-dilemmas-sino-soviet-strategic-cooperation#_ftnref23. Acesso em: 11 janeiro 2017.

⁵³ - (SHEN; XI, 2015: 230)

aérea no Pacífico, a de Kadena em Okinawa – a primeira de milhares de armas nucleares que iriam ser colocadas na ilha”. Fotografias de armas nucleares dos EUA em Okinawa estão disponíveis nos Arquivos Nacionais em Washington DC desde 1990, embora os fatos e documentos relacionados tenham sido oficialmente desclassificados pelo governo dos EUA somente em 2015.

Durante os anos 60, os temores de escalada nuclear seguidos por uma hecatombe eram palpáveis. Na medida em que aumentavam as tensões entre Washington e Moscou envolvendo

mísseis

cubanos, o

Pentágono

também elevou

a Condição de

Defesa do país

(DEFCON) ao

nível dois, o que

significariam

apenas 15

minutos para a

declaração de

guerra nuclear e

subsequente

lançamento dos

mísseis de

Okinawa.

FIGURA 3.1 TÉCNICOS MILITARES DOS EUA TRABALHANDO EM OKINAWA EM ABRIL DE 1962 EM MÍSSEL DE CRUZEIRO MACE B CONTENDO OGIVA NUCLEAR W28 DE 1 MEGATON.



Fonte: National Security Archive, EUA. Publicada no Japan Times em 20/02/2016.

3.5 A LONGA MARCHA MIDIÁTICA NA GUERRA FRIA, UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Essas tensões e conflitos não se travavam apenas em terrenos de combate físico. Utilizando ferramentas de *software* para isolar, sistematizar (por meio da nomeação e atribuição de códigos), ativar e recuperar códigos, e utilizando processos de codificação, é possível identificar e quantificar a construção de narrativas com acusações contra, por

exemplo, o “imperialismo norte-americano”, o “hegemonismo” e o “militarismo japonês”. A análise qualitativa assistida por computador de dezenas de artigos noticiosos e de editoriais publicados nos meios de comunicação asiáticos entre 1966 e 1996, traduzidos para a língua inglesa e compilados pelo Serviço de Informação de Transmissão Estrangeira (*Foreign Broadcast Information Service* ou FBIS), demonstra que alguns dos mais ferozes ataques de retórica vieram de agências de notícias e jornais chineses e vietnamitas.

A metodologia qualitativa adotada nesta tese facilita o trabalho de análise e expõe informações e evidências nem sempre disponíveis ou suficientemente exploradas em livros e outros materiais de pesquisa. Elas também ilustram de maneira viva, muitas vezes influenciadas pelo calor do momento, exemplos de debates levados a cabo por jornalistas, editorialistas, especialistas, ideólogos ou agentes de governos. À Agência de Notícias da Nova China (*New China News Agency* ou NCNA)⁵⁴, que posteriormente ficou mais conhecida internacionalmente como agência de notícias Xinhua, por exemplo, cabia transmitir opiniões e as interpretações dos fatos a partir da perspectiva oficial do governo chinês.

Uma ilustração dessas tensões intelectuais foi o editorial do Diário do Povo⁵⁵ intitulado “Os esquemas criminais dos reacionários norte-americanos e japoneses”, publicado pela NCNA em 28 de novembro de 1969. Depois de acusar os “imperialistas norte-americanos” de recompensar o Japão com pedaços de Taiwan, Coreia e Indochina, condena a chamada “nova política asiática” de Nixon. No mesmo dia, o veículo de imprensa publicou o “Embuste da devolução de Okinawa”, no qual “o imperialismo dos EUA” é condenado pela ocupação de Okinawa.

O imperialismo dos EUA vem ocupando a Okinawa do Japão desde a Segunda Guerra Mundial, transformando-a em uma importante base para agressão no Pacífico ocidental. As bases militares em Okinawa foram e estão sendo usadas pelo imperialismo dos EUA para cometer todos os crimes de guerra e agressão. Os bombardeiros B-52 norte-americanos que bombardearam desnecessariamente o Vietnã saíram das bases de Okinawa.⁵⁶

⁵⁴ - NCNA (*New China News Agency*) Pequim era o nome da agência oficial de notícias antes de passar a ser internacionalmente conhecida como Xinhua, a maior da China.

⁵⁵ - O Diário do Povo (*The People's Daily*), criado em junho de 1948, é o jornal oficial do Partido Comunista da China e o maior grupo jornalístico do país. Durante o período da Revolução Cultural foi das raras fontes de informação sobre as intenções e políticas do governo chinês. Os editoriais do jornal são normalmente considerados pelo público doméstico e internacional como palavra do governo.

⁵⁶ - *U.S. imperialism has occupied Japan's Okinawa ever since the Second World War, turning it into an important base for aggression in the western Pacific. The military bases in Okinawa were and are being used by US imperialism to commit all crimes of war and aggression. US B-52 bombers which wantonly bombed*

O mesmo editorial indica claramente não só que o governo chinês estava ciente da colocação de armas nucleares em Okinawa, mas também alertou para o uso do Japão como um “capataz para suprimir a luta nacional do povo asiático”, o que denominou de complô dos “imperialistas norte-americanos:

Assim como as bases nucleares foram instaladas em Okinawa, elas também podem ser instaladas em outras partes do Japão, incluindo o território japonês propriamente dito. (...) um alto funcionário japonês divulgou que os Estados Unidos haviam pedido ao Japão que concordasse com a entrada de submarinos nucleares norte-americanos equipados com mísseis Polaris nos portos japoneses como “condição mínima” para a devolução de Okinawa ao Japão.⁵⁷

Leitura pormenorizada do mesmo editorial apresenta evidências de que não eram apenas os serviços de inteligência dos EUA que monitoravam a China, o Japão e outros países. A China também acompanhava meticulosamente o noticiário dos EUA e selecionava qualquer detalhe que pudesse ser utilizado tanto para a guerra narrativa quanto para o processo de tomada de decisão política. Isso fica claro quando o editorial do *People's Daily* cita um artigo do *Washington Post* datado de 23 de novembro de 1968, mencionando um acordo entre Nixon e [o primeiro-ministro Eisaku] Sato pelo qual “os Estados Unidos poderiam instalar armas nucleares em Okinawa depois de 1972”. Também mencionou outro artigo do *Los Angeles Times*, aparentemente publicado no mesmo dia, afirmando que o acordo aprovou “a ação imediata dos EUA (...) sem esperar pela permissão do Japão”.

A sistematização computadorizada dessas expressões, facilitada pelo estudo e leitura prévia da bibliografia correlata, permitiu a absorção mais aprofundada das notas, reportagens e artigos coletados na base de dados do FBIS. Tendo em vista o período extremamente conflituoso da Guerra Fria compreendendo particularmente as décadas de 60 e 70, foi possível converter no mapa 3.2, denominado neste trabalho de mapeamento paradoxal (em vista da teórica inviabilidade de cooperação sino-japonesa), o sistema de códigos refletindo a conturbada relação entre os blocos capitalista e comunista nos quais se inseriam os modelos político-econômicos do Japão e da China. Como se observa nos tracejados abaixo (cuja

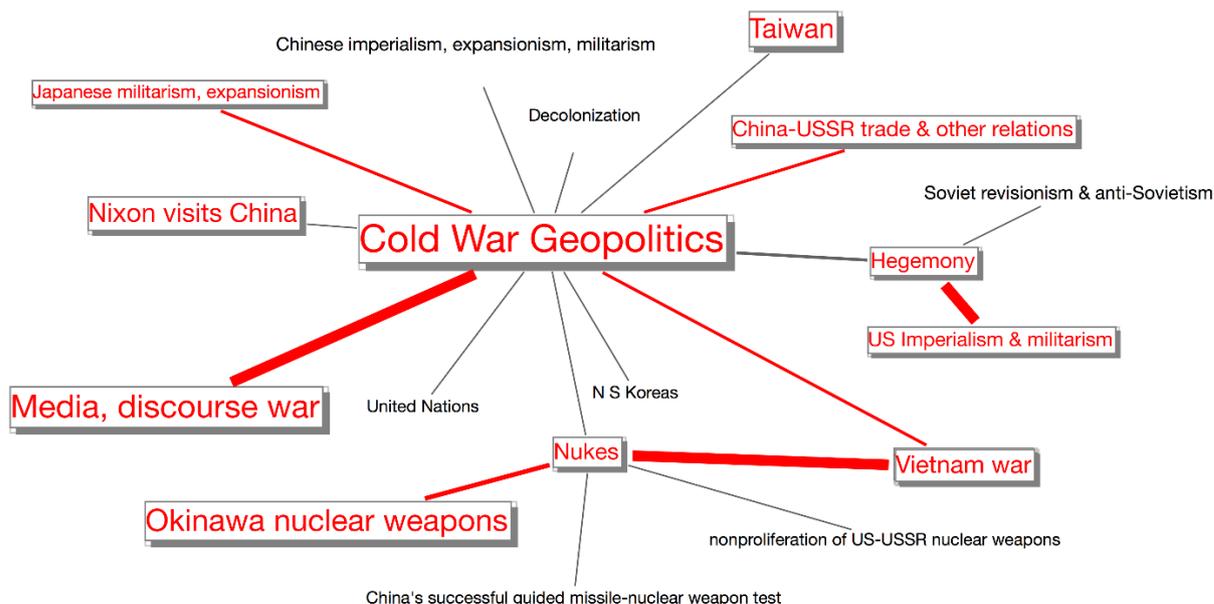
Vietnam took off from Okinawa bases.

⁵⁷ - *Since nuclear bases can be set up in Okinawa, they can also be set up in any other parts of Japan, including Japan proper. (...) a high ranking Japanese official disclosed that the United States had asked Japan to agree to the entry of U.S. nuclear submarines equipped with Polaris missiles into Japanese ports as the 'minimum condition' for the return of Okinawa to Japan.*

largura denota a incidência de vezes em que os termos convencionados são mencionados), expressões como guerra discursiva, hegemonia, imperialismo, militarismo, guerra do Vietnam, armamentos nucleares, comércio sino-soviético são mencionadas repetidas vezes. Essas frequentes ocorrências não descartam necessariamente a relevância de outras expressões presentes no mapeamento para a interpretação dos fenômenos acontecidos em diferentes momentos, possivelmente refletindo interesses de segmentos governamentais, políticos e econômicos.

Da maneira como utilizada neste trabalho, a representação codificada apenas indica possibilidades de análise interpretativa. A leitura atenta dos textos apresenta maiores condições de aquilatação de eventos e vinculações relacionais. Tomem-se, por exemplo, os casos das expressões “Taiwan” e “testes nucleares na China”. Foram termos que não ocorreram nos textos específicos selecionados a partir de filtragem preliminar na base de dados. Entretanto, tendo em vista as leituras complementares de artigos, livros e documentos consultados, sabe-se que tiveram profundo impacto na relação sino-japonesa. Desta forma, os artigos utilizados para a análise qualitativa aqui efetuada têm caráter complementar e não absoluto.

FIGURA 3.2 MAPEAMENTO DA CODIFICAÇÃO PARADOXAL QUANTO À COOPERAÇÃO ENTRE JAPÃO E CHINA



Fonte: Base de dados de artigos selecionados do FBIS, codificada pelo autor. Mapa impresso em 08/02/2017 com uso do MaxQDA.

Anteriormente àquele mapeamento, foi construída uma matriz de codificação (Figura 3.3) das expressões que o autor precisou convencionar em inglês para permitir a utilização da ferramenta de busca do programa de computador, uma vez que os artigos da base de dados também foram publicados naquela língua. A divisão em três períodos levou em conta as rupturas paradigmáticas provocadas pelas crises do petróleo e seus consequentes impactos econômicos a partir da dependência daquela fonte energética. A matriz evidencia que além dos energéticos, outros minerais como por exemplo o de ferro também mereceram destaque nas publicações analisadas. A “Baía de Bohai” e a “Bacia de Tarim”, vinculadas à exploração petrolífera, foram duas expressões que ocorreram frequentemente no material analisado como denota a dimensão dos pequenos quadrados formados na intersecção entre a lista de códigos e os períodos entre os quais os artigos, notas e reportagens foram divididos.

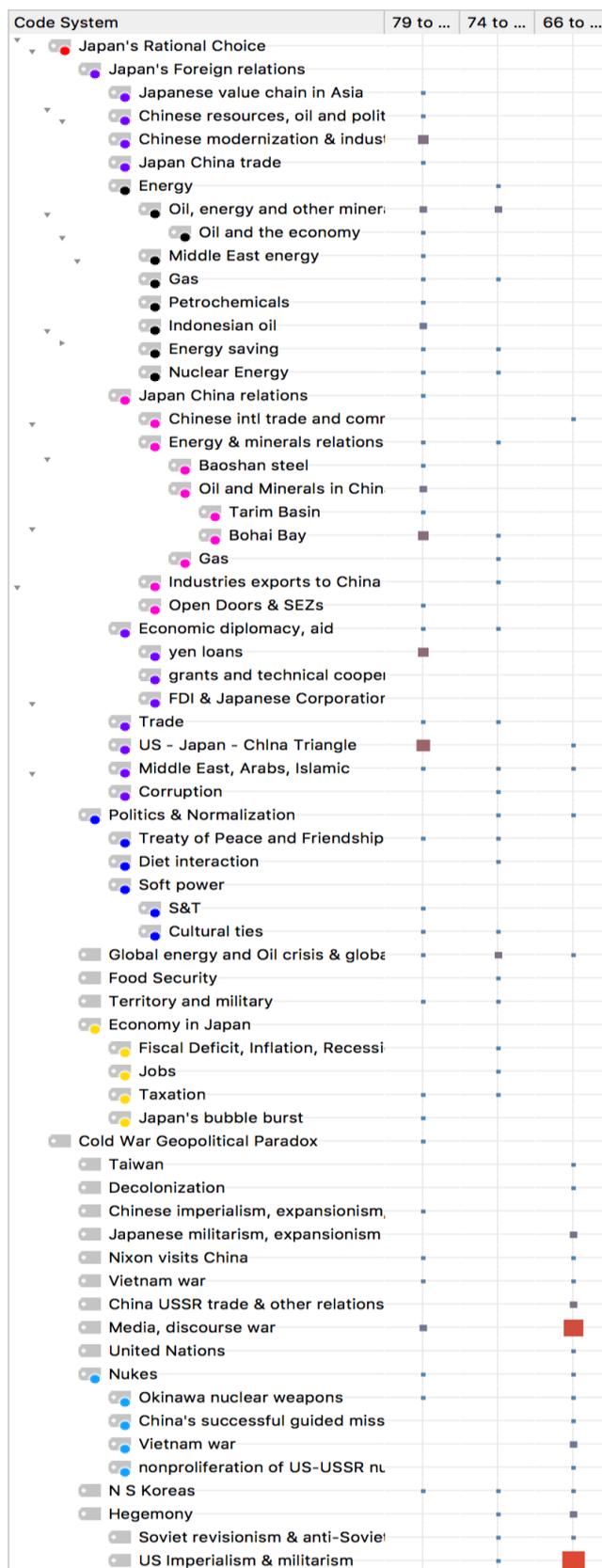
No terceiro período, compreendido entre 1979 (após a segunda crise de petróleo) e 1996 (último ano de publicações disponíveis), outros códigos que se destacam conforme se verifica na matriz abaixo são especialmente a “modernização da China”, os “empréstimos em iene” e o “triângulo comercial EUA-Japão-China”.

O “hegemonismo” é outro código em nossa análise qualitativa facilmente extraído da coleção de artigos de notícias analisados. Esse era um termo particularmente importante para a assinatura do acordo de normalização das relações sino-japonesas, uma vez que uma cláusula anti-hegemônica era uma condição importante requerida pelo governo chinês para assinar o Comunicado de 1972, que restabeleceu oficialmente as relações diplomáticas com o Japão.

Os negociadores chineses também requereram que uma cláusula “anti-hegemônica” fosse incluída no Tratado de Paz e Amizade (*Peace and Friendship Treaty* ou PFT) de 1978, no qual o Japão reconheceu o governo da República Popular da China como o único representante oficial chinês em fóruns internacionais e, sobretudo, reiterou que Taiwan era parte inalienável do território da China. O reconhecimento da soberania chinesa sobre Taiwan pelos japoneses, ex-colonizadores do arquipélago, foi crucial para o prosseguimento das negociações econômico-diplomáticas sino-japonesas.

O texto final do tratado, que precedeu a normalização das relações entre EUA e China por apenas quatro meses e meio, foi antecedido por várias rodadas de negociação até que ambos os lados encontrassem uma linguagem comum. Como diz Bedeski (1983, p. 4), que chamou o acordo de “frágil entente” por ter envolvido na tensão sino-soviética agentes que

FIGURA 3.3 MATRIZ DE CODIFICAÇÃO EM TRÊS PERÍODOS PARA ANÁLISE QUALITATIVA



Fonte: Base de dados de artigos selecionados do FBIS codificada pelo autor. Matriz impressa em 08/02/2017 com uso do MaxQDA.

antes observavam a deteriorada relação a distância:

‘Hegemonia’ se tornou um termo ligado às polêmicas antissoviéticas, de modo que o Japão poderia se tornar alvo da ira da URSS, ao aceitar a terminologia utilizada pela PRC. O Japão tinha escassas razões para se juntar à frente unida antissoviética da China e demoraria anos antes de assinar um tratado contendo tal cláusula.

Mas ao analisar a publicação do noticiário que antecedeu a visita de Nixon a Mao, podemos observar claramente que os chineses não estavam apenas acusando a União Soviética de hegemonismo, mas também argumentando que a URSS estava agindo em conjunto com os EUA com vistas à dominação global. Em 3 de novembro de 1966, a NCNA Pequim publicou o artigo “A viagem de ‘paz’ de Johnson termina, a guerra continua”, que avalia a participação do Presidente Lyndon B. Johnson na conferência de Manila. A agência de notícias denuncia a viagem como uma distração da “agressão dos EUA no Vietnã”, e cita uma aliança utilitarista entre as duas maiores potências nucleares:

Enquanto o imperialismo norte-americano e o grupo dirigente revisionista soviético se regozijavam por sua perfeita colaboração, eles receberam um golpe contundente com o bem-sucedido teste de mísseis guiados com armas nucleares da China, um golpe que parece um raio dos céus logo após a conferência de Manila e bem quando Johnson iniciava sua turnê asiática.

4 ENGAJAMENTO, TURBULÊNCIAS E PROGRESSOS

4.1 O COMÉRCIO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO ANTES DA APROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA

Após a devolução da soberania japonesa por parte dos EUA, o comércio bilateral entre Japão e China se tornou um elemento tangível e pragmático da relação, mesmo que ainda em volume muito inferior ao que viria a se tornar décadas depois. Antes da Segunda Guerra Mundial, eles haviam sido parceiros comerciais importantes, compartilhavam aspectos culturais e, mesmo que imposta por interesses imperialistas, uma história colonial que desenvolveu relevantes vínculos econômicos entre corporações japonesas e chinesas até praticamente o desfecho da Segunda Grande Guerra. Especialmente na Manchúria, que forneceu ao Japão matérias-primas e mão-de-obra abundantes e mais baratas. Antes da Segunda Grande Guerra por exemplo, o então presidente da Nissan, Yoshisuke Aikawa, já havia criado uma enorme subsidiária na Manchúria, a Manchū Jidōsha Seizō KK (JACOBS, 2015, p. 91).

Nos anos 30 a China era o maior mercado para as exportações japonesas no mundo e, como fonte para as importações japonesas, só ficava atrás dos Estados Unidos e da Coreia em termos de volume total. A indústria japonesa era muito dependente de matérias-primas da China. De 1934 a 1936, a China continental forneceu 34% das importações japonesas de minério de ferro, 38,6% de sal e 68,4% de carvão, 71,3% de soja e 100% de óleo de tungue⁵⁸. De 1930 a 1939, o comércio da China tornou-se cada vez mais importante para a economia do Japão, representando 21% das exportações totais do Japão e 12,4% de suas importações anuais totais (JAN, 1969, p. 900; LENG, 1958, p. 39 *apud* JAIN, 1981).

Já nos anos 50, grupos de japoneses que haviam participado daquele período anterior a 1939, começaram a estabelecer vários canais de comunicação, incluindo por meio de partidos políticos e círculos empresariais, com os respectivos homólogos chineses. A “diplomacia popular”, que compreendeu intercâmbios culturais, visitas mútuas, declarações conjuntas e manifestações políticas, enviava uma mensagem de que nem sempre os interesses do governo são coincidentes com os da sociedade.

⁵⁸ - Tungue é uma árvore nativa do sul da China, Burma e norte do Vietnã que pode chegar a 20 metros de altura. O óleo de tungue é retirado das sementes para ser utilizado em lamparinas, como um ingrediente na pintura e para envernizar e calafetar madeira.

O Partido Comunista Chinês (*Communist Party of China* ou CPC), central para o exercício do poder sendo o único do país, aproveitou a oportunidade e estabeleceu uma série de conexões entre os departamentos governamentais, particularmente através de seu Departamento de Relações Exteriores com organizações japonesas (LEE, 1976, p. 79), como representado na Figura 4.1. Existem variadas características constitutivas dos vínculos organizacionais estabelecidos entre instituições sino-japonesas que merecem destaque. Um atributo genérico observado de plano é o fato das instituições chinesas serem governamentais, enquanto as do Japão representarem diferentes setores empresariais e da sociedade civil, como livrarias, agências de viagem, associações culturais ou político-ideológicas.

Esse tipo de entrelaçamento é explicável tendo em vista não só a dificuldade de negociação direta entre os respectivos governos pela ausência ainda de um tratado de paz que aplainasse questões como Taiwan ou os riscos de hegemonismo e militarização no Pacífico, mas também a condicionante político-partidária que opunha o regime liberal democrata no poder em Tóquio ao regime comunista de Pequim. Quanto ao hegemonismo, cabe destacar a curiosa, mas não surpreendente conexão entre os comitês de solidariedade afro-asiáticos, uma vez que os embates para descolonização naqueles continentes eram parte integrante dos movimentos marxista-leninistas internacionalizados.

Outro aspecto merecedor de atenção é a participação de instituições voltadas ao setor de comunicação impressa ou por radiodifusão, como no caso de agências noticiosas tal qual a Xinghua. Esse tipo de vinculação sugere o estabelecimento de canais para engajamento em processos de construção narrativo-ideológicas com vistas, possivelmente, à infiltração almejando ocupação de espaços de poder. Essas disputas também envolviam a liderança de grupos feministas que pudessem aliciar novos integrantes a causas disruptivas das condições em que tais segmentos sociais se encontravam.

Parece evidente, portanto, que a decisão de aprofundar a relação comercial sino-japonesa nem sempre partia do lado capitalista. Já em 5 de março de 1949, durante a segunda sessão plenária do 7º Comitê Central do CPC, Mao Zedong havia relatado uma abordagem muito pragmática para alcançar as altas prioridades da modernização e industrialização da China:

FIGURA 4.1 LIGAÇÕES ORGANIZACIONAIS ENTRE A CHINA E O JAPÃO (JUNHO DE 1967)



Fonte: Lee (1976, p. 76). **Legendas:** CCP = *Chinese Communist Party* (Partido Comunista Chinês); CAPIT = *Chinese Association for Promotion of International Trade* (Associação Chinesa para Promoção do Comércio Internacional); CPAFFC = *Chinese People’s Association for Friendship with Foreign Countries* (Associação do Povo Chinês para Amizade com Países Estrangeiros); CJFA = *China-Japan Friendship Association* (Associação de Amizade Japão-China); JCFA = *Japan-China Friendship Association* (Associação de Amizade Japão-China); JCP = *Japan Communist Party* (Partido Comunista do Japão); Tōhō Tsūshinsha = Dissidência do Serviço de Imprensa do Japão; Sōhyō = *General Council of Trade Unions* (Conselho Geral para Sindicatos).

Quanto a fazer negócios com estrangeiros, não há dúvida. Onde quer que haja negócios a fazer, vamos fazê-lo e já começamos; os empresários de vários países capitalistas estão competindo por esses negócios. Na medida do possível, devemos antes de tudo negociar com os países socialistas e democráticos do povo; ao mesmo tempo, também negociaremos com países capitalistas (MAO, 1961: 371).⁵⁹

A necessidade de buscar alternativas de comércio internacional aumentou no início de 1949, depois que o exército comunista chinês começou a marchar para o sul do Vale do rio Yangtze quando cresceu a ameaça dos EUA e de suas forças aliadas na península coreana. A retaliação do governo norte-americano veio logo em seguida com a publicação de uma lista de controle das exportações para a China. A lista incluía bens exportáveis classificados como I-A, os estratégicos (de utilidade militar direta), e I-B (bens de capital de uso genérico). Como observado por Huang (2001), as licenças para os itens I-A eram sempre negadas. Já para os itens I-B, só eram concedidas após a confirmação de que seriam utilizados apenas para fins civis.

O embargo não era uma restrição específica dos EUA em relação à China. Em novembro de 1949, os norte-americanos e seus aliados formaram o Comitê Coordenador para Controle de Exportações Multilaterais (*Coordinating Committee for Multilateral Exports Control* ou COCOM) para exercer o controle estratégico do comércio com o bloco sino-soviético. O governo dos EUA procurou desde o início de 1950 incorporar o controle comercial da China no âmbito do COCOM, expandindo a lista de embargo para a China.

Quando eclodiu a Guerra da Coreia em 29 de junho de 1950, o Departamento de Estado exigiu que as empresas petrolíferas Caltex (subsidiária da Chevron que atua na Ásia) e Stanvac (também operadora na Ásia que em meados dos anos 50 foi absorvida pela Mobil, que por sua vez foi fundida com a *Exxon* ou *Esso*) interrompessem suas vendas de petróleo e derivados para a China, considerando-os produtos estratégicos, categoria na qual não se enquadravam até então. Menos de um mês depois o Departamento de Estado revogou todas as licenças de exportação de todos os produtos, exceto os considerados não estratégicos.

Quando as tropas chinesas entraram abertamente na Guerra da Coreia, o cerco comercial se fechou e todas as licenças foram revogadas. A medida determinava que “todas as pessoas e empresas que desejassem exportar qualquer mercadoria para a China

⁵⁹ - *As for doing business with foreigners, there is no question; wherever there is business to do, we shall do it and we have already started; the businessmen of several capitalist countries are competing for such business. So far as possible, we must first of all trade with the socialist and people's democratic countries; at the same time we will also trade with capitalist countries.*

continental, Hong Kong e Macau deveriam apresentar pedido de licença de exportação”⁶⁰, o que na prática congelou tais exportações. O governo chinês retaliou confiscando as propriedades norte-americanas na China.

A situação abriu uma possibilidade de trocas comerciais entre China e Japão. O comércio bilateral total em 1950 era de apenas U\$ 4,7 milhões e consistia basicamente em exportações chinesas de feijão, carvão, ferro e sal para o Japão, e exportações japonesas de aço, motores e bombas de sucção para a China (BURNS, 2000, p. 38). Quatro acordos de comércio privado assinados entre os dois países nos anos 50 aumentaram significativamente o valor que atingiu em 1956 U\$ 151 milhões.

O primeiro deles, considerado semioficial pelos chineses, foi assinado em junho de 1952. Em seguida, foram assinados outros três acordos de comércio privado (29 de outubro de 1953, 4 de maio de 1955 e 5 de março 1958). Os três primeiros previram um total de trocas comerciais de 30 milhões de libras esterlinas de cada lado, mas não foram integralmente cumpridos. A taxa de execução do primeiro acordo foi de apenas 5,05%; a do segundo, de até 38,8%; e a do terceiro, de até 75,12%.⁶¹ Dificilmente tais acordos teriam sido assinados se não fossem pelas redes estabelecidas entre grupos político-ideológicos ou com vinculações sindicais ou semigovernamentais como identificadas na Figura 4.1.

O acordo de 1958 previa um total de 35 milhões de libras esterlinas, mas nem chegou a ser implementado, pois foi prejudicado pelo embargo do COCOM, o referido Comitê para Controle das Exportações. Como observado por Leng (*apud* Jain, 1981, p. 29), a maioria das exportações japonesas da categoria I-A estavam na lista de embargo e, portanto, não podiam ser vendidas livremente à China comunista em troca de importações da categoria “A” como minério de ferro, carvão e soja. Isto não só reduziu o volume total de comércio total, mas também impossibilitou que o Japão obtivesse matérias primas essenciais em grandes quantidades provenientes do grande vizinho asiático.

Outras complicações diplomáticas, como o incidente da bandeira em Nagasaki⁶²,

⁶⁰ - *US Department of Commerce* (1950: 673 *apud* HUANG, 2001).

⁶¹ - *Renmin Ribao*, 16 de outubro de 1956 *apud* Jain (1981: 29).

⁶² - O incidente da bandeira de Nagasaki ocorreu em maio de 1958, quando dois jovens japoneses anticomunistas derrubaram uma bandeira chinesa em uma feira filatélica em uma loja de departamentos de Nagasaki. Embora fosse visto como um incidente menor, ele coincidiu com uma viagem oficial a Taiwan pelo primeiro-ministro Nobusuke Kishi, que, por ter sido diretor do Conselho de Assuntos Gerais de Manchukuo e ministro do Comércio e Indústria no gabinete de guerra de Tojo Hideki, era considerado criminoso de guerra classe A pelos chineses (QUANSHENG, 1996: 123), o que motivou uma redução temporária no comércio bilateral.

assim como a preferência do governo Dwight Eisenhower por Taiwan em detrimento da PRC, com apoio do governo japonês, também impediram que as negociações comerciais bilaterais progredissem tão rapidamente.

Só nos anos 60, quando as relações sino-soviéticas continuaram a se deteriorar, as relações comerciais sino-japonesas começaram a regenerar gradualmente, graças também à cooperação do LDP. Dois mecanismos utilizados para operacionalizar essas reconexões. Em primeiro lugar foi estruturado o chamado Comércio LT⁶³ – tipo de comércio semigovernamental baseado inicialmente em acordos de cinco anos que, posteriormente, foram substituídos por acordos anuais. Além desse, foi estabelecido o comércio de amizade, promovido por empresas privadas japonesas e pelo governo chinês, incluindo a troca de bens sem o uso de moeda tendo em vista a escassez de disponibilidade financeira na China, e o intercâmbio de pessoal, pagamentos com carência e diferidos e empréstimos com médio prazo de pagamento para que os chineses pudessem comprar fábricas industriais inteiras do Japão (LEE, 1976, p. 143).

O comércio da amizade baseou-se nos “Três Princípios de Comércio” que Zhou Enlai, primeiro-ministro que assumiu com a chegada do CPC ao poder, enunciou em 1960, de forma a permitir “(1) o garantido por meio de acordo oficial entre os dois governos; (2) o apoiado por acordos não-governamentais e contratos entre empresas privadas japonesas e corporações chinesas apropriadas; (3) o concebido especificamente para atender às necessidades de pequenas empresas japonesas inteiramente dependentes de matérias-primas chinesas”.⁶⁴

Em 1960 o comércio sino-japonês caiu vertiginosamente para U\$23 milhões, recuperando-se no ano seguinte para U\$47,55 milhões e para U\$84,84 milhões em 1962. Esse salto aconteceu em grande medida graças a um acentuado acréscimo na venda de aço e derivados para a China. Os japoneses também autorizaram o pagamento a crédito pelas exportações de materiais siderúrgicos e fertilizantes em maio de 1962. O Banco de Exportação e Importação do Japão⁶⁵ financiou ainda as exportações de indústrias têxteis e

⁶³ - Em setembro de 1962, o burocrata do Ministério da Fazenda Ikeda Hayato tornou-se primeiro-ministro após a renúncia de Kishi Nobusuke sobre a controversa renovação do Tratado de Segurança Mútua EUA-Japão. Uma delegação japonesa informal viajou para a China e concordou com o governo chinês em retomar o comércio bilateral após extensas negociações. A delegação foi liderada por Matsumura Kenzo, um dos políticos mais pró-PRC do LDP. O comércio LT corresponde às iniciais dos dois signatários, Liao Chengzhi e Takasaki Tatsunosuke (TAKAMINE, 2006: 38).

⁶⁴ - (TAKAMINE, 2006: 37).

⁶⁵ - O *Exim Bank* foi fundido em outubro de 1999 com o Fundo de Cooperação Econômica Externa (*Overseas*

de fertilizantes sob o regime de *turnkey* para a China, fundamentais ao país depois que a assistência soviética foi interrompida.

Essa retomada gradual do comércio sino-japonês ainda estava longe de ser tranquila em meio a disputas que envolviam não só aspectos comerciais, mas também de relações diplomáticas envolvendo a situação de Taiwan. O Serviço Internacional da NCNA Pequim divulgou em 25 de dezembro de 1969 um editorial do Diário do Povo sobre as relações comerciais do Japão com os Taiwaneses, informando que a balança comercial entre os dois países no primeiro semestre de 1969 havia ultrapassado U\$ 760 milhões e que o Japão já era o principal parceiro comercial de Taiwan há anos, mesmo em comparação aos EUA. O editorial acusou os japoneses de estarem fazendo um dumping de produtos no arquipélago Taiwanês:

Na última década ou mais commodities japonesas inundaram Taiwan. O capital monopolista japonês, através da criação de bancos, investimentos e empréstimos e através de outras atividades, intensificou a sua penetração nos domínios financeiro, bancário, industrial e empresarial de Taiwan. Hoje, em Taiwan, há mais de 260 empresas de capital japonês. As commodities japonesas praticamente monopolizaram o mercado de Taiwan. O Japão também tenta fazer uso de seus "empréstimos" para a gangue de bandidos de Chiang Kai-shek para controlar ainda mais a produção industrial e agrícola de Taiwan⁶⁶.

Uma década depois, o comércio ainda figurava como prioridade máxima nas relações bilaterais, mas ambos os países continuavam administrando negociações intermináveis. Para que a China satisfizesse as demandas japonesas de milho e, especialmente, de carvão, por exemplo, seria necessária uma normalização diplomática, como explicou Zhou Enlai a Hiuga Hōsai, presidente da Sumitomo Metal Industry, em 1971. Os dois se encontraram durante reunião entre os principais líderes da PRC e uma delegação de empresários de Kansai, região onde estão localizadas as províncias de Nara, Wakayama, Quioto, Osaka, Hyogo e Shiga (LEE, 1976, p. 173). Como se vê no Gráfico 4.1, quase metade das exportações chinesas para o Japão nos anos 60 era constituída pelo complexo da soja. Outros produtos como sal, nozes, pescados e legumes compunham um conjunto de *commodities* ou matérias-

Economic Cooperation Fund ou OECF) para criar o Banco do Japão para Cooperação Internacional (*Japan Bank for International Cooperation* ou JBIC), que após a promulgação de uma lei de 2007, tornou-se a ala internacional da Corporação de Finanças do Japão (*Japan Finance Corporation* ou JFC), de propriedade integral do Estado japonês. A JFC, por sua vez, é administrada pelo Ministério das Finanças.

⁶⁶ - *In the past decade or more Japanese commodities have flooded Taiwan. Japanese monopoly capital, by means of setting up banks, making investments and loans and through other activities, has stepped up its penetration into the financial, banking, industrial and business fields of Taiwan. In Taiwan today, there are more than 260 firms of Japanese capital. Japanese commodities have practically monopolized the Taiwan market. Japan also attempts to make use of its "loans" to the Chiang Kai-shek bandit gang to further control the industrial and agricultural production of Taiwan.*

GRÁFICO 4.1 COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES CHINESAS PARA O JAPÃO, 1962



Fonte: Observatório da Complexidade Econômica, MIT, com tradução do autor. Disponível em http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/sitc/export/chn/jpn/show/1962/. Acesso em: 05 maio 2017.

primas com baixo valor agregado que favorecia os termos de troca do Japão em detrimento da composição de exportações chinesas.

As conexões entre comércio e política eram uma característica visível na relação Japão-China, embora os dois mundos nem sempre caminhassem no mesmo diapasão. Enquanto as tentativas de melhorar o comércio bilateral alcançaram êxitos limitados, a relação política se deteriorou progressivamente depois que Satō Eisaku assumiu o cargo de primeiro-ministro em 1964. Sua visita a Taiwan em 1967 e sua política de apoio àquelas ilhas ao invés da PRC para representar a China na Organização das Nações Unidas, secundando a posição dos EUA, não ajudaram nas relações diplomáticas entre os dois países. Especialmente durante uma época em que a guerra de Vietnam estava sendo ferozmente lutada com envolvimento direto dos EUA e da China.

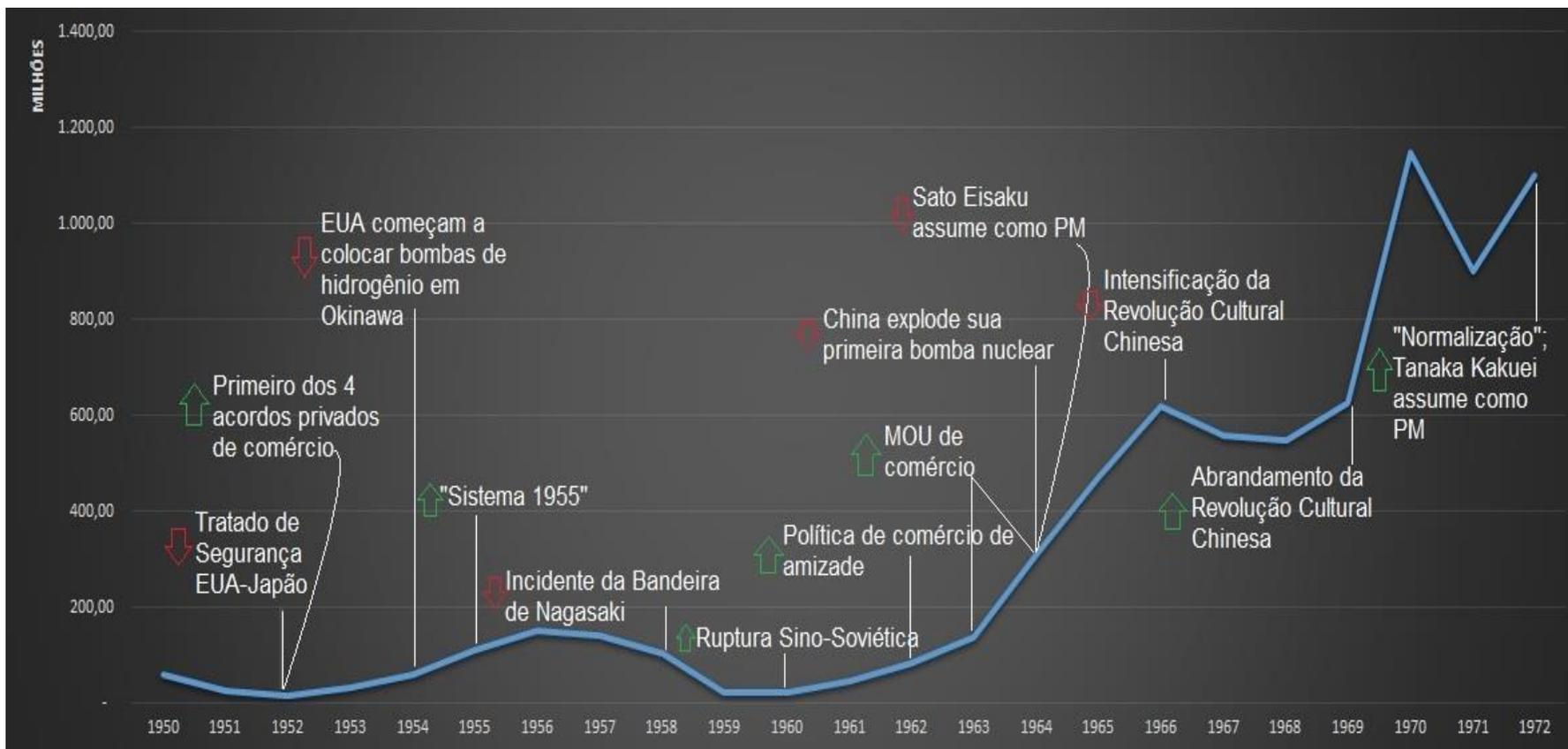
O editorial de “*The People’s Daily*” intitulado “*Nixon, Sato plot joint aggression in Asia*” (Nixon, Sato planejam agressão conjunta na Ásia), publicado pela NCNA Pequim em 28 de novembro de 1969, não perdoou Sato depois dele ter assinado um comunicado conjunto com Nixon em Washington DC:

Sato teve a impudência de clamar que o território sagrado da província de Taiwan era “um fator importante para a segurança do Japão”, e que a Coreia era “essencial para a própria segurança do Japão”. Chegou a declarar que os reacionários japoneses também desempenhariam um “papel” na agressão contra a região Indochinesa.⁶⁷

Como se percebe no Gráfico 4.2, eventos valorados como teoricamente negativos para a relação comercial sino-japonesa não necessariamente afetaram o fluxo de trocas entre os dois países. É o caso, por exemplo, da colocação das bombas de hidrogênio em Okinawa pelos EUA a partir de 1954, que não teve efeito deletério imediato sobre o crescimento da corrente de comércio entre Japão e China. Mesmo quando o governo chinês realizou seu primeiro teste nuclear em 1964 e o político japonês pró-Taiwan Sato Eisaku assumiu como Primeiro Ministro, o fluxo comercial continuou evoluindo positivamente. Já o aumento do isolacionismo chinês com a radicalização da Revolução Cultural em 1966 parece ter contribuído para a redução do comércio bilateral. Por outro lado, o abrandamento revolucionário e a substituição de Sato Eisaku por Tanaka Kakuei indicam uma influência no sentido contrário.

⁶⁷ - *Sato had the impudence to clamor that China’s sacred territory of Taiwan Province was ‘a most important factor for the security of Japan,’ and that Korea was ‘essential to Japan’s own security.’ He even declared that the Japanese reactionaries would also play a ‘role’ in the aggression against the Indo-Chinese region.*

GRÁFICO 4.2 EVENTOS SELECIONADOS E CORRENTE DE COMÉRCIO ENTRE JAPÃO E CHINA ANTES DA NORMALIZAÇÃO, U\$



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados sobre a corrente de comércio baseados em Lee (1984, p. 4 e 18).

Diante da difícil situação política, a China decidiu aumentar a barreira comercial em 1970, quando o primeiro-ministro Zhou Enlai anunciou que a China deixaria de negociar com: a) empresas japonesas que estimulassem a rivalidade entre as duas Coreias ou que apoiassem o projeto de Taiwan para “reconquistar” a China; b) fornecedores de armas para a guerra dos EUA na Indochina; e c) *joint ventures* ou subsidiárias de empresas norte-americanas. As novas condições foram de maneira geral respeitadas pelas empresas industriais e comerciais japonesas (LEE, 1984, p. 8). A situação política teve considerável melhora quando o primeiro-ministro pró-Taiwan, Sato Eisaku, renunciou, sendo substituído por Tanaka Kakuei, pró-PRC, em julho de 1972.

Quando restabeleceram as relações diplomáticas em 1972, Japão e China tinham economias complementares entre si. O Japão, recuperado dos principais efeitos destruidores da Segunda Guerra Mundial, detinha tecnologias avançadas para a época e escassez de recursos naturais. A China, por sua vez, era rica em recursos minerais e energéticos, mas uma atrasada base tecnológico-industrial e grandes dificuldades de financiamento doméstico e internacional.

O restabelecimento das relações diplomáticas entre Japão e China em 1972, em plena década dos dois grandes choques do petróleo, foi um dos principais acontecimentos do século XX.

Entretanto, o derramamento de sangue da Guerra Fria, as reiteradas ameaças nucleares e as narrativas ideológicas em vários campos de batalha em todo o mundo e nos meios de comunicação continuaram a ser assacadas diariamente.

4.2 AS CRISES DO PETRÓLEO E O PAPEL DOS EUA E TERCEIROS PAÍSES NA DIPLOMACIA ECONÔMICA NIPO-CHINESA

Um ano após Japão e China terem assinado um comunicado de aproximação diplomática, o mundo enfrentou uma de suas piores crises petrolíferas. A Quarta Guerra Árabe-Israelense⁶⁸ começou no dia mais sagrado do calendário judaico em outubro de 1973,

⁶⁸ - Antes da Guerra de Yom Kippur houve 1) a chamada Guerra da Independência (1947-49), travada contra o Líbano e a Síria no norte; Iraque e Jordânia no leste; Egito, auxiliado por contingentes do Sudão, no sul; e palestinos e voluntários dos países árabes dentro do que mais tarde se tornaria o Estado de Israel; 2) a Guerra dos Seis Dias (junho de 1967), na qual Israel lançou ataques aéreos preventivos contra campos de aviação do Egito, após a mobilização das forças egípcias ao longo da fronteira israelense na Península do Sinai, com forças sírias e jordanianas também ajudando o Egito; e 3) a Guerra de Desgaste (1968-70), em que o Egito, determinado a recuperar a Península do Sinai, usou artilharia pesada contra posições israelenses ao longo da

e ficou conhecida como a Guerra de *Yom Kippur*. Após a derrota dos árabes, os Seis do Golfo⁶⁹ aumentaram o preço do petróleo bruto da marca saudita e anunciaram cortes na produção. No dia seguinte, os ministros de petróleo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) concordaram em cortar as exportações e embargaram "estados hostis e imperialistas", incluindo o Japão e os EUA, onde Nixon havia pedido ao Congresso uma apropriação de U\$ 2,2 bilhões em ajuda de emergência para Israel.

Antes dessa guerra árabe-israelense específica, uma série de outros eventos ocorreram no Oriente Médio e nos EUA, o maior produtor de petróleo do mundo durante a maior parte dos anos 70 e 80 (apesar de ter atingido o pico nos anos 70), e um dos maiores produtores mundiais ainda hoje. Integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), como o Iraque e a Líbia, nacionalizaram partes de empresas que operavam nos seus territórios, como a *Occidental Petroleum*, Esso, Líbia-Sirte, Mobil, Shell, Gelsenberg, Texaco, SoCal, *Libyan-American* (ARCO), e *Grace*, na Líbia; e partes da Exxon e da Mobil, no Iraque.

A lógica do suprimento de petróleo do mundo havia sido subvertida. O problema para o Japão foi que, durante os anos 70, do seu petróleo importado mundialmente, o percentual oriundo do Médio Oriente nunca foi inferior a 75%. Variou de 84,61% em 1970 a 75,92% em 1979, o que não representava os piores índices de dependência histórica tendo em vista que o percentual de todo o petróleo que o Japão importava mundialmente em 1965, 88,30%⁷⁰ eram provenientes daquela região. O que realmente mudou naquele período foi a percepção estrangeira sobre o primeiro país asiático a se industrializar e a aderir ao clube das nações com economia de mercado mais avançadas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Após as dificuldades advindas das crises do petróleo, a imagem internacional a respeito do Japão mudou de "superestado econômico para país pobre em recursos naturais" (CALDWELL, 1981, p. 5).

Apesar do profundo impacto econômico causado pelas crises do petróleo, outro evento internacional no início dos anos 70 representou para o Japão um alerta ainda maior sobre como a ordem internacional estava sofrendo rápidas transformações. Em agosto de 1971, o governo japonês foi surpreendido com a "Nova Política Econômica" dos Estados

Linha Bar-Lev, usando aviões MiG e outros equipamentos militares soviéticos.

⁶⁹ - Irã, Iraque, Abu Dhabi, Kuwait, Arábia Saudita e Catar.

⁷⁰ - Números calculados pelo autor com base nos dados publicados pelo Instituto de Economia de Energia do Japão (THE INSTITUTE OF ENERGY ECONOMICS, 2016, p. 166).

Unidos. Em meio à alta inflacionária nos EUA e uma corrida para a compra de ouro como garantia de investimentos, Richard Nixon terminou com a conversibilidade automática entre o dólar norte-americano e o ouro, substituindo o sistema de *Bretton Woods* por um regime no qual o dólar teria livre flutuação. A mudança provocou uma inesperada valorização do iene de quase 25% no ano seguinte. Em tese, era uma medida que tendia a favorecer a balança comercial deficitária dos EUA, especialmente em torno da prolongada disputa comercial envolvendo importações de têxteis do Japão – uma fricção agravada pelo embargo dos EUA à soja exportada para o Japão.

Ainda mais surpreendente para os japoneses foi o fato de, apesar de várias indicações desde 1967 da aproximação entre os EUA e a China⁷¹, o governo Nixon reverter sua política chinesa sem consultar primeiro seu principal aliado asiático. Os veículos chineses de comunicação ainda criticavam rispidamente as políticas asiáticas dos EUA, quando Kissinger foi ao Paquistão e, com a ajuda do presidente paquistanês Yahya Khan, se reuniu secretamente com Zhou Enlai em julho de 1971 para negociar a visita de Nixon à China no ano seguinte. Em 22 de janeiro de 1971, por exemplo, a NCNA Pequim publicou o artigo “O envolvimento dos EUA no Camboja amplia a guerra na Indochina”, em cujo oitavo parágrafo se lê:

Quanto à afirmação do imperialismo norte-americano de que todos os seus atos de agressão militar contra o Vietnã do Norte e do Sul, Laos e Camboja foram feitos para impulsionar o programa de ‘Vietnamização dos Estados Unidos’, apenas mostra que o ‘programa de Vietnamização’ é nada mais do que uma plataforma da administração Nixon para persistir e expandir a guerra de agressão contra o Vietnã e contra a Indochina.⁷²

Os russos também estavam prestando muita atenção a esses acontecimentos. Em 21 de setembro de 1971, o artigo de S. Yurkov, "Política de Pequim em relação aos países socialistas", publicado no *Mezhdunarodnaya Zhizn* de Moscou, afirmou que

⁷¹ - No final dos anos 60 Richard Nixon, apoiado na estratégia de política externa de Henry Kissinger no contexto da tensão entre União Soviética e China, adotou a chamada estratégia de duas pontas (“two-pronged strategy”), pela qual dizia aos chineses, primeiramente, que tinha um posicionamento rígido em relação à Rússia. E, em segundo lugar, que caso os interesses nacionais chineses estivessem em jogo, os EUA não apoiariam a intervenção em nenhum país (MOSS, 2017, p. 175).

⁷² - *As for U.S. imperialism's contention that all its acts of military aggression against North and South Viet Nam, Laos and Cambodia were meant for pushing the U.S. 'Vietnamization program,' it just goes to show that the 'Vietnamization program' so loudly trumpeted all the time by the Nixon administration is nothing but a signboard under which it tries to persist in and expand the war of aggression against Viet Nam and Indo-China.*

A visita de Zhou Enlai a Hanói, no início de 1971, foi concebida para demonstrar que, numa altura em que a invasão dos Laos por parte das tropas dos EUA-Saigon estava em curso e R. Nixon e outros líderes dos EUA ameaçavam a retomada dos bombardeamentos em massa do Vietnã do Norte e até mesmo incursões pelo território de Saigon à DRV (*Democratic Republic of Vietnam* ou República Democrática do Vietnam), a China não permaneceria indiferente no caso da implementação de tais ameaças.⁷³

Em meio a esse cenário internacional em rápida mudança, o presidente da Keidanren, Kogoro Uemura, ex-ministro do Comércio Internacional e da Indústria e presidente do Conselho do Petróleo, reconheceu que "o problema energético representava uma ameaça para a sustentação econômica do Japão" (CALDWELL, 1981, p. 171). Em pouco tempo, o Japão iniciou uma "diplomacia de recursos energéticos e minerais", que incluiu maior contato com os países produtores e empréstimos concessionais para os países do Oriente Médio.

A centralidade da questão energética tanto para o Japão quanto para a China foi amplamente identificada na análise qualitativa assistida por computador realizada nesta tese, como demonstrado no mapeamento da codificação ilustrado na Figura 4.2. A pesquisa identificou uma clara complementariedade de interesses entre os dois países. No caso do Japão, a expectativa era, primeiramente, de diversificar suas fontes de fornecimento petrolífero. Sobretudo de um país vizinho, tendo em vista o sensível contexto energético, econômico e geopolítico mundial, de forma a simplificar e baratear os custos logísticos. Esta alternativa mais próxima de casa pareceria ilógica no contexto atual, mas na época era considerada muito promissora. Ao invés de continuar importando petróleo na Ásia desproporcionalmente da corporação indonésia Petromina, que enfrentava dificuldades financeiras, passaria a comprá-lo em grandes volumes da China.

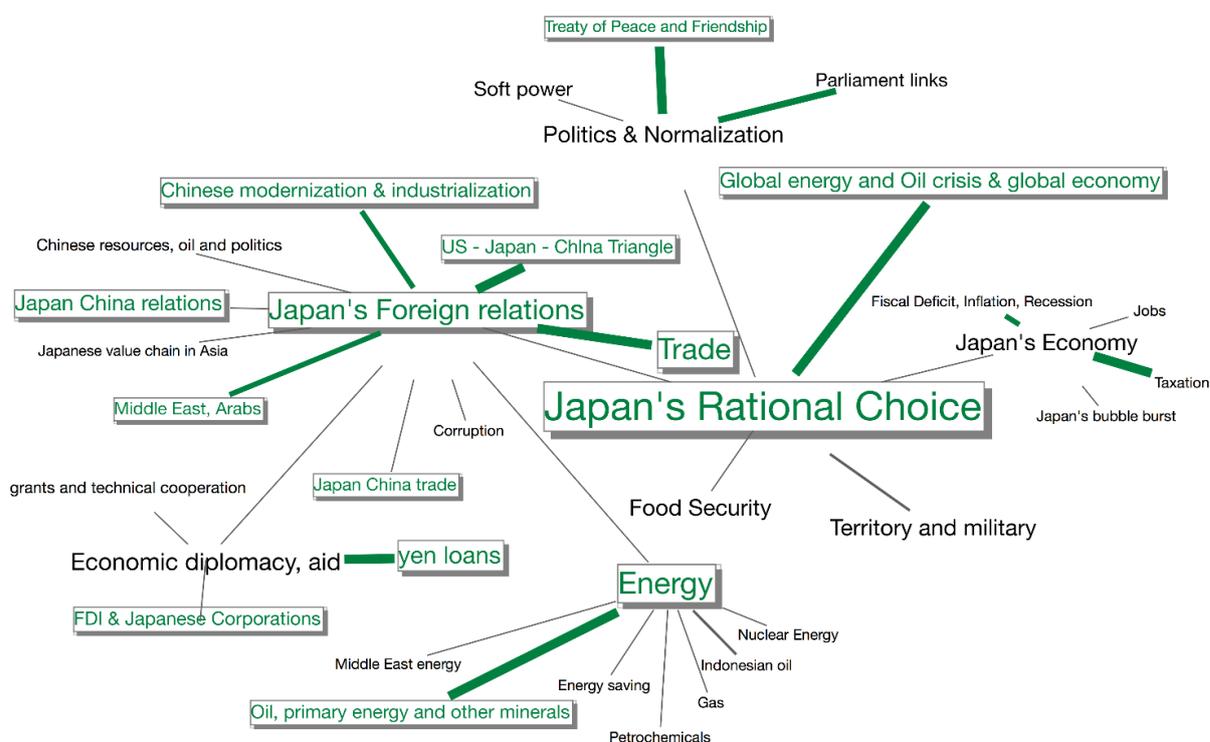
Interessava também aos japoneses exportar indústrias e serviços, favorecendo seu balanço de pagamentos na medida em que se acumulavam preocupações nos campos inflacionário, tributário e fiscal enquanto ia se formando a bolha econômica que estourou no início dos anos 90.

O mapeamento também ajudou a ilustrar o interesse chinês na exportação petrolífera,

⁷³ - *Chou En-lai's visit to Hanoi in early 1971 was designed to demonstrate that, at a time when the U.S.-Saigon troops' invasion of Laos was in progress and R. Nixon and other U.S. leaders were threatening a resumption of mass bombings of North Vietnam and even raids by Saigon ground on DRV territory, China would not remain indifferent in the event of the implementation of such threats.*

impondo um caráter de racionalidade à aproximação entre os dois países asiáticos. Os recursos obtidos com a venda de minerais energéticos poderiam ser utilizados na modernização sobretudo do parque industrial petroquímico e siderúrgico da China. A crise financeira causada pelo grande afã para atingir novos níveis de crescimento econômico também acelerou os esforços da diplomacia econômica japonesa que encontrou nos empréstimos concessionais em ienes uma saída para o impasse.

FIGURA 4.2 MAPEAMENTO DA CODIFICAÇÃO RACIONAL QUANTO À COOPERAÇÃO ENTRE JAPÃO E CHINA



Fonte: Base de dados de artigos selecionados do FBIS, codificada pelo autor. Mapa produzido em 08/02/2017 com uso do MAXQDA.

4.3 A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA CHINESA, O AÇO E O ENGAJAMENTO DO JAPÃO

Em 1960, a indústria petrolífera chinesa já havia alcançado consideráveis conquistas, levando em conta, por exemplo, a exploração e produção no campo petrolífero de Daqing, na província nordestina de Heilongjiang, localizado entre os rios Songhua e Nen. A produção do petróleo bruto da China em 1963, quando o governo da República Popular da China proclamou a autossuficiência da nação no fornecimento de petróleo, atingiu 6,48 milhões de

toneladas⁷⁴. No início de 1964, a China mudou seu foco de exploração de petróleo para Bohaiwan, descobrindo primeiro os campos de petróleo Shengli e Tagang. Mais tarde veio Liaohé, Huabei e Zhongyuan.

O 18 de agosto de 1984, o *Renmin Ribao* de Pequim (p.1) publicou em sua coluna “Fatos e Números” a reportagem “China se coloca entre os principais países produtores de petróleo”, no qual relatou:

A produção anual do petróleo bruto da China desde 1978 atingiu 104,05 milhões de toneladas. Atualmente, a produção diária de petróleo bruto está a ser mantida em 300.000 toneladas, que é mais ou menos a maior produção anual dos dias de pré-libertação (quando os comunistas chegaram ao poder em 1949). Através dos esforços dos últimos anos, a China saltou do 27º lugar na década de 1950 na produção mundial de petróleo para 17º em 1983 e agora está entre os principais países produtores de petróleo.⁷⁵

Esse crescimento não teria sido possível sem a transferência tecnológica e os investimentos estrangeiros também usados para perfuração *offshore* (em território marítimo), o que permitiu a abertura de novos campos em Bohai, Nanhai e Huanghai do Sul em cooperação com outros países. Em 1983, a China havia completado total ou parcialmente “a construção de 16 bases de produção de petróleo e gás, descobriu depósitos de petróleo e gás em 22 províncias, municípios e regiões autônomas e formou um sistema industrial relativamente integrado, incluindo prospecção geológica, exploração e construção de campos de petróleo e de gás, de refinarias de petróleo bruto, pesquisa científica e *design*”. O aumento foi de 680 vezes em relação a 1949, quando o país processava 80,41 milhões de toneladas de petróleo bruto. De importador de petróleo, a China se tornou um exportador capaz de produzir mais de 1.100 diferentes produtos petrolíferos em comparação a apenas 12 tipos em 1949⁷⁶.

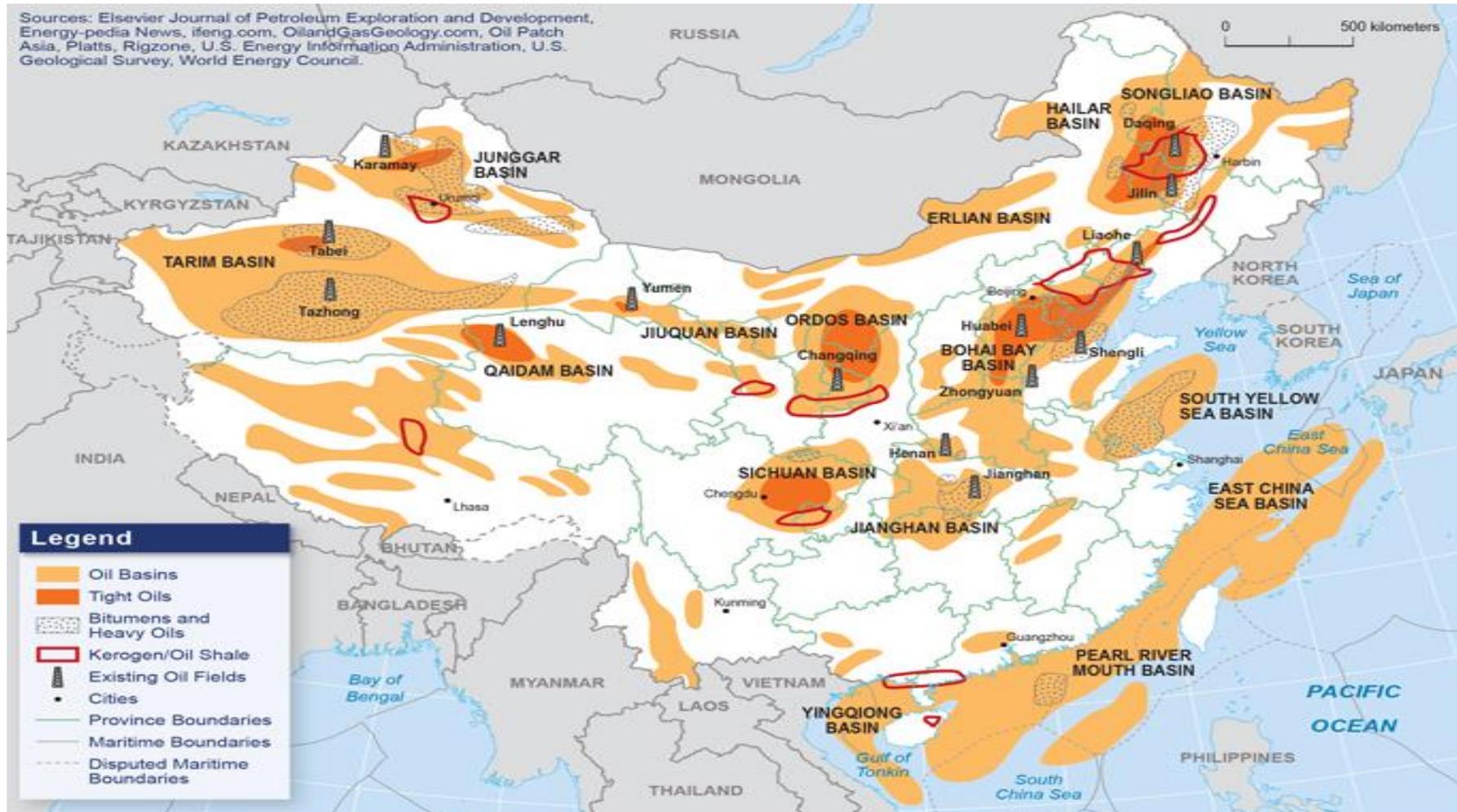
Graças a tais desenvolvimentos, a China passou a figurar entre os quatro maiores produtores de petróleo no mundo. Em 1979 a indústria de energia elétrica chinesa já consumia 16,4 milhões de toneladas de petróleo e derivados (MINISTÉRIO CHINÊS DE ENERGIA: 1991 *apud* YANG; YANG, 2012, p. 82). As crises do petróleo de 73/74 e de

⁷⁴ - BEIJING XINGHUA. China -- World's Seventh Largest Oil Producer. **Beijing Xinghua**, 6 ago. 1984.

⁷⁵ - *The annual output of China's crude oil since 1978 has reached 104.05 million tons. At present the daily output of crude oil is being maintained at 300,000 tons, which is more or less the highest annual output of pre liberation days. Through the efforts of the past years, China has jumped from 27th place in the 1950s in world petroleum production to 17th in 1983 and now ranks among the major oil producing countries.*

⁷⁶ - *Idem.*

FIGURA 4.3 PRINCIPAIS CAMPOS DE PETRÓLEO DA CHINA



Fontes: Carnegie Endowment for Peace (Elsevier Journal of Petroleum Exploration and Development, Energy-pedia News, ifeng.com, OilandGasGeology.com, Oil Patch Geological Survey, World Energy Council). Disponível em <<http://carnegieendowment.org/2014/05/06/china-s-oil-future-pub-55437>>. Acesso em 08 junho 2017.

78/79 provocaram o aumento de demanda internacional por petróleo. Ao mesmo tempo a economia chinesa, massacrada pelos deletérios impactos financeiros do Grande Salto e da Revolução Cultural, necessitava de divisas em moeda forte para levar adiante os planos de industrialização e crescimento econômico com modernização da infraestrutura do país. O governo iniciou um programa de substituição do petróleo pelo carvão para produção de energia elétrica, liberando consideráveis volumes petrolíferos para exportação.

A vontade de transformação chinesa já vinha germinando desde que Mao chegou ao poder em 1949. Em 1963, Zhou Enlai, primeiro *premier* da República Popular da China, e Nie Rongzhen, ex-marechal do Exército de Libertação Popular, haviam mencionado em conferências de ciência e tecnologia a necessidade da China realizar modernizações principalmente em quatro setores: agricultura, defesa nacional, indústria, e ciência e tecnologia (BRAMALL, 2009, p. 136). Embora Deng Xiaoping tivesse lançado oficialmente as quatro modernizações em dezembro de 1978, para marcar o início da era de reformas, muitas das propostas não saíram logo do papel.

Em outubro de 1976, o presidente Mao foi sucedido no PCC pelo primeiro-ministro Hua Guofeng, que aderiu ao slogan das “Quatro Modernizações”⁷⁷ de Zhou Enlai. No início de 1977, porém, a China precisava de capital e tecnologia para seus ambiciosos programas econômicos. Abandonada a ênfase na autossuficiência, que era uma das principais abordagens de Mao para o esforço de desenvolvimento chinês, os líderes empresariais japoneses foram convidados de volta a Pequim, e o vice-presidente Inayama⁷⁸, da Keidanren, pôde reencaminhar sua proposta de longo prazo para as relações comerciais entre os dois países (LEE, 1984, p. 20).

Em 1972, já na condição de presidente da *New Japan Steel*, Inayama havia liderado uma delegação japonesa à China para propor a importação de petróleo bruto ao Primeiro-Ministro Zhou Enlai. A diversificação das fontes de importação, como explica Koyama⁷⁹ (2001, p. 127), não era o único objetivo da proposta japonesa. A delegação de líderes empresariais e de representantes do governo também pretendia transformar a visita em ato

⁷⁷ - O programa "Quatro Modernizações" foi apresentado pelo primeiro-ministro Zhou Enlai no Terceiro Congresso Nacional Popular em 21 e 22 de dezembro de 1964. Seu objetivo era fortalecer os campos da agricultura, indústria, defesa nacional, e ciência e tecnologia na China.

⁷⁸ - Inayama Yoshihiro foi vice-presidente da Keidanren (Federação Japonesa de Organizações Econômicas) e presidente da *Nippon Steel Corporation*.

⁷⁹ - Entrevistado pessoalmente pelo autor em 15 de setembro de 2016 na sede do Instituto da Economia Energética do Japão, em Tóquio.

simbólico da amizade entre os dois países, após o restabelecimento proforma de relações diplomáticas, e garantir suprimentos de petróleo com baixo teor de enxofre em função dos problemas ambientais enfrentados pelo Japão naquela altura com a poluição do ar. O teor de enxofre do petróleo bruto de Daqing era baixo, em torno de 0,1%. Para tornar possíveis as negociações foram criados dois consórcios no Japão específicos para esse comércio com a China⁸⁰.

Entre 1973 e 1977 elas negociaram anualmente com a Sinochem⁸¹ os volumes e preços das importações chinesas de petróleo bruto. Um dos critérios para definição do preço do petróleo chinês foi atrelá-lo ao de Minas, o concorrente indonésio com teor de enxofre também baixo. O volume aumentou de um milhão de toneladas em 1973 para 7,8 milhões de toneladas em 1975. Mas começara a cair nos anos seguintes devido à decrescente demanda pelas geradoras de eletricidade. Havia ainda um debate interno entre líderes chineses sobre se o país deveria ou não aprofundar relações econômicas com países capitalistas como o Japão (KOYAMA, 2001, p. 128).

O consenso japonês sobre iniciar qualquer grande compromisso econômico com a China só foi alcançado depois que os chineses introduziram sua Política de Reforma e Liberalização a partir de 1978. Amplamente conhecido como "Política de Portas Abertas" ou "Socialismo com características chinesas", foi iniciado por Deng Xiaoping após a Revolução Cultural e a "Gangue dos Quatro" ter sido expurgada da esfera pública, sendo gradualmente adotados princípios da economia de mercado.

O Tratado Comercial de Longo Prazo (*Long Term Trade Agreement* ou LTTA), assinado em fevereiro de 1978 entre as duas das três maiores economias mundiais, aconteceu justamente entre as duas grandes crises do petróleo nos anos 70. E abriu caminho para uma nova etapa de cooperação entre ex-inimigos de guerras, apesar das cíclicas e históricas desavenças costumeiramente retratadas pelos veículos internacionais de comunicação e

⁸⁰ - As duas organizações eram a *Kokusai Sekiyu*, fundada em março de 1973, formada por seis empresas petrolíferas "japonesas" (incluindo Idemitsu e Kyodo Oil), nove companhias de energia e seis siderúrgicas (incluindo a própria *New Japan Steel*, *Sumitomo Metals*, *Kawasaki Steel* e *Kobe Steel*). A segunda foi a Conferência de Importadores do Petróleo Chinês no Japão (*Importers' Conference of Chinese Petroleum in Japan* ou ICCPJ), criada em julho de 1974. A ICCPJ era composta por 17 companhias petrolíferas, incluindo *Nippon Oil* e *Toa Nenryo Kogyo*, e nove corporações de comércio internacional, incluindo a *Mitsubishi Corp.*, a *Mitsui Corp.*, a *Sumitomo Corp.* e a *Itochu Corp.*

⁸¹ - Fundada em 1950 com sede em Pequim, a Sinochem é um conglomerado que fabrica e vende produtos derivados do petróleo na indústria química e de fertilizantes. É um dos principais grupos econômicos administrados pela SASAC (*State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council*), com investimentos e operações em diversos países.

analisadas, nem sempre de maneira pública, em meios diplomáticos, políticos e acadêmicos. Logo no ano seguinte à assinatura do acordo houve uma expansão das exportações nos dois sentidos do comércio bilateral. Como observado na Tabela 4.1, no período de 1975 a 1979, os combustíveis já representavam mais de 40% das exportações chinesas para o Japão, que já não eram mais dominadas pelas *commodities* agrícolas como nos anos 60. No sentido inverso, os manufaturados metálicos, que chegaram a quase 60% das exportações japonesas em 1977, atingiram um volume superior a 47% em 1979. Máquinas e equipamentos chegaram a totalizar um montante superior a 30%.

TABELA 4.1 COMÉRCIO ENTRE JAPÃO E CHINA DE 1975 A 1979 (U\$, MILHARES)

Exportações da China para o Japão 75 - 79										
	1975	%	1976	%	1977	%	1978	%	1979	%
Alimentos	202.038	13,2	247.471	18,1	252.416	16,3	361.525	17,8	432.087	14,6
Matérias-primas	248.286	16,2	249.187	18,2	281.014	18,2	371.914	18,3	550.398	18,6
Combustíveis	763.609	49,9	591.469	43,1	684.518	44,2	818.718	40,3	1.188.771	40,2
Manufaturados	306.353	20,0	276.167	20,1	319.962	20,7	467.887	23,0	770.747	26,1
Outros	10.790	0,7	6.621	0,5	9.389	0,6	10.248	0,5	12.832	0,4
TOTAL	1.531.076		1.370.915		1.547.299		2.030.292		2.954.835	
Exportações do Japão para a China 75 - 79										
	1975	%	1976	%	1977	%	1978	%	1979	%
Manufaturados leves	185.627	8,2	184.140	11,1	239.607	12,4	271.000	8,9	306.711	8,3
Manufaturados Químicos	452.795	20,0	205.021	12,3	342.952	17,7	419.597	13,8	459.614	12,4
Manufaturados metálicos	890.171	39,4	866.694	52,2	1.105.660	57,0	1.688.842	55,4	1.747.972	47,3
Máquinas e Equipamentos	695.890	30,8	392.685	23,6	217.344	11,2	636.921	20,9	1.124.593	30,4
Outros	34.094	1,5	13.241	0,8	33.080	1,7	32.389	1,1	59.780	1,6
TOTAL	2.258.577		1.661.781		1.938.643		3.048.749		3.698.670	
SUPERÁVIT PARA O JAPÃO										
	727.501		290.866		391.344		1.018.457		743.835	

Fonte: Jain (1981, p. 155-156), com acréscimo do cálculo do superávit pelo autor.

Um dos componentes cruciais do LTTA foi o compromisso assumido pela China de vender ao Japão carvão e petróleo, permitindo aos japoneses dar continuidade à sua estratégia de segurança energética, parte da própria política de segurança nacional do Japão. Isto possibilitou uma nova tentativa de estabilizar fluxo de comércio de petróleo, visto que

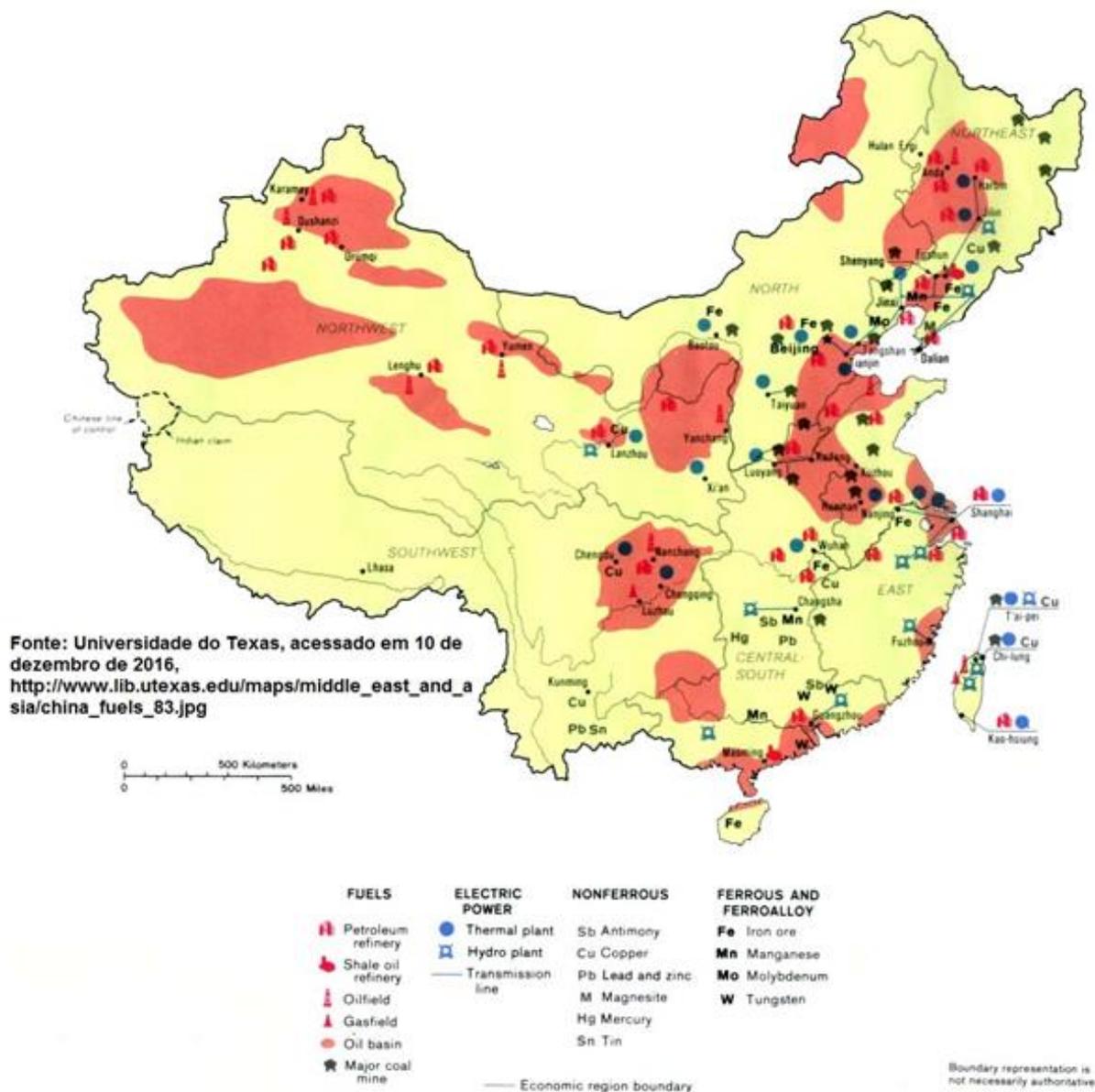
o LTTA previu um contrato com metas de exportação a serem atingidas entre 1978 a 1985. Mas os volumes exportados se mantiveram em níveis médios abaixo do desejado pelos japoneses – entre 8 e 9 milhões de toneladas por ano. Ainda assim, sem contar os países do Oriente Médio, os chineses se mantiveram ao longo de anos como os maiores exportadores de petróleo para o Japão. Em anos de pico, como em 1990, o volume chegou a 15,5 milhões. Em 1993 a China se tornou importadora líquida de petróleo bruto e derivados. Em 1999 as exportações de petróleo bruto para o Japão cessaram temporariamente.

A partir do pós-guerra, a estratégia japonesa de reconstrução econômica dependia como sempre da importação de recursos naturais, sobretudo energéticos, não disponíveis no país. Ela passou por pelo menos sete fases⁸² até os dias atuais, desde a retomada da soberania japonesa em 1952, após a assinatura do Tratado de São Francisco. A partir de sua vigência foi encerrada a ocupação do Japão, que começou logo após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, liderado pelo Comandante Supremo das Forças Aliadas (*Supreme Commander of the Allied Powers* ou SCAP), representando os Estados Unidos. A compreensão sobre tais tratados forçosamente impõe também o entendimento sobre os eventos e as forças domésticas e internacionais que os conduziram, especialmente aqueles que contribuíram de forma mais determinante para tal processo.

O LTTA assinado em fevereiro de 1978 previa exportações de tecnologia japonesa e plantas industriais, materiais de construção, máquinas e equipamentos. Foram oferecidas generosas condições de pagamento aos chineses, que se comprometeram a exportar quantidades pré-estabelecidas de petróleo bruto e carvão para o Japão. O acordo comercial fixou o valor total das exportações de cada parte durante oito anos em cerca de US\$ 10 bilhões, fixando quantidades anuais de petróleo bruto, carvão coque (combustível) e carvão mineral a serem exportados nos primeiros cinco anos pela China para o Japão. Como ilustrado na Figura 4.4, uma área na qual os negociadores chineses e japoneses depositavam grandes esperanças de produção petrolífera para exportação era a Baía de Bohai, no nordeste da China. Para aproveitar o potencial das reservas locais foram instaladas também naquela região tanto refinarias para petróleo, como para o óleo de xisto.

⁸² - As sete fases da segurança energética japonesa compreendem as estratégias: do carvão e aço; inversão do petróleo como fonte energética primária e carvão como secundária; alternativas ao petróleo; diversificação energética; conservação energética pós-crise do petróleo; reservas petrolíferas; e o modelo de desenvolvimento 3E (*energy, environment, economy*), que recebeu um S (de *security*) mais recentemente, após o desastre nuclear de Fukushima.

FIGURA 4.4 CHINA: COMBUSTÍVEIS, GERAÇÃO ELÉTRICA, MINERAIS E METAIS



Fonte: Universidade do Texas. Disponível em http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/china_fuels_83.jpg. Acesso em: 10 dezembro 2016.

Antes de assinar o LTTA, as refinarias japonesas hesitaram em comprar petróleo chinês devido ao seu alto conteúdo de parafina, mas a nova ordem mundial do petróleo alterou tradicionais perspectivas e estratégias. No caso da política para a China adotada pelo Japão, a mudança estratégica incluiu o financiamento da construção de refinarias dedicadas ao petróleo chinês, vários projetos petroquímicos e um projeto bilateral de desenvolvimento na Baía de Bohai a um custo de dois bilhões de dólares (CALDWELL, 1981, p. 507).

Obviamente, o Japão não tinha um monopólio sobre o mercado chinês. A Coreia do

Norte e Comunidade Económica Europeia (CEE) também tinham assinado um LTТА com a China, que buscava tirar partido da concorrência internacional para obter melhores condições de empréstimos. Mesmo assim, Alemanha Ocidental, França e Grã-Bretanha se queixavam que a elevada valorização do iene causava prejuízos em seus negócios. Os Estados Unidos, por outro lado, por considerarem a China como “nação socialista” e não como “país em desenvolvimento” para fins de classificação dos créditos de exportação na OCDE, impunham condicionalidades a linhas de crédito para financiamento. Isto reduzia as possibilidades chinesas de acesso a recursos financeiros nos mercados internacionais.

Ainda assim, tendo em vista a concorrência entre corporações transnacionais por novos mercados, empresas norte-americanas continuavam disputando com o Japão as vendas de alta tecnologia para a China (BEDESKI, 1983, p. 92-93). Um dos diferenciais japoneses, entretanto, era o fato de que, no final da década de 1970, aquele país já possuía um superávit comercial com quase todos os seus principais parceiros comerciais, com exceção dos países produtores de petróleo, provocando um significativo impacto no padrão do comércio mundial (SUGIHARA, 1993, p. 8). Esses excedentes continuaram crescendo nos anos 80 e 90 graças à estratégia japonesa de produzir e exportar produtos de boa qualidade e inovadores por menores preços e melhores especificações do que a dos concorrentes internacionais, particularmente em setores de forte demanda como máquinas de escritório, equipamentos no setor de tecnologia da informação e processamento de dados, equipamentos e suprimentos eletroeletrônicos e produtos químicos e farmacêuticos.

Como observado por Burns (2000), o acordo de comércio entre Japão e China

incorporou uma visão audaciosa da parceria econômica baseada em três pressupostos fundamentais: a capacidade da China manter altos níveis de exportação energética e a capacidade do Japão para absorvê-la; uma contínua alta demanda chinesa por importações tecnológicas e de capital do Japão; e a viabilidade das estruturas institucionais domésticas chinesas destinadas a promover a rápida industrialização no continente, bem como a capacidade do Japão para continuar as exportações de plantas completas para apoiar essa corrida industrial.

Uma enorme fábrica de aço em Baoshan, uma cidade próxima a Xangai, foi o primeiro projeto sino-japonês no âmbito do LTТА. A maior siderúrgica japonesa, a *Shin Nihon Seitetsu*, concordou em prestar assistência tecnológica para a construção de uma planta com capacidade anual de produção de 6 milhões de toneladas. Era o maior projeto industrial entre os 74 contratos do LTТА assinados em 1978 com o Japão. Entretanto, as

metas chinesas de exportação de petróleo bruto, especialmente produzidas em outros projetos de campos petrolíferos sino-japoneses na baía de Bohai, que deveriam pagar pelas exportações japonesas de plantas industriais, não estavam sendo alcançadas. Graves problemas inflacionários e de déficit orçamentário agravaram o quadro, fazendo com que a China suspendesse o projeto da Baoshan além de vários outros projetos industriais. A confirmação dessas decisões gerariam perdas financeiras, econômicas e políticas potencialmente enormes para o Japão e outros países investidores (TAKAMINE, 2006, p. 51-52). As renegociações para tentar reverter a situação foram desgastantes para todos os envolvidos no processo.

Outro projeto que também passava por dificuldades naquela época era a exploração de petróleo em torno das ilhas Senkaku, conforme relatado em 17 de agosto de 1979 pela agência de notícias Kyodo⁸³ no artigo “Negociações sobre as Senkaku com a PRC enfrentam dificuldades”:

O Japão e a China não conseguem chegar a um acordo sobre o desenvolvimento conjunto de petróleo submarino em torno das ilhas Senkaku no Mar da China Oriental segundo fontes próximas do Ministério do Comércio Internacional e Indústria. (...) Não só o Japão, mas também a China e Taiwan reivindicam a propriedade do arquipélago Senkaku, chamado ilhas Diaoyu na China. (...) O Ministério das Relações Exteriores está pronto para abrir negociações com a China no desenvolvimento conjunto de petróleo *offshore* em torno das Ilhas Senkaku.⁸⁴

A mesma agência japonesa de notícias já havia publicado outro artigo em 27 de fevereiro de 1979 tratando de um problema da geopolítica regional que acontecia em paralelo às dificuldades econômicas – “Sunoda diz que a guerra de fronteira não afetou a posição da PRC sobre o comércio com o Japão”, descartando qualquer relação entre as renegociações de projetos e questões geopolíticas envolvendo a PRC e o Vietnã.

Houve boatos de que as negociações paralisadas para a construção de uma siderúrgica em Boashan, perto de Xangai, para exploração petrolífera em Bohai Bay e para outros projetos podem ter algo a ver com o conflito fronteiriço. A

⁸³ - A Kyodo é uma agência noticiosa sem fins lucrativos com sede em Tóquio. Criada em 1945, ela distribui suas notícias para praticamente todos os jornais, emissoras de rádio e TV do Japão. A *Kyodo News International*, criada em 1982 e com sede em Nova Iorque, tem seu noticiário voltado para publicações e programação internacional.

⁸⁴ - *Japan and China cannot reach an agreement easily on joint development of undersea oil around the Senkaku islands in the East China Sea, according to sources close to the Ministry of International Trade and Industry. (...) Not only Japan but also China as well Taiwan claim ownership of the Senkaku group, called Diaoyu Island in China. (...) The Foreign Ministry is ready to open talks soon with China on joint development of offshore oil around the Senkaku Islands.*

política geral de Pequim quanto às suas relações comerciais e econômicas com o Japão permanece inalterada, apesar do conflito sino-vietnamita, declarou [o ministro de Relações Exteriores do Japão, Sodao] Sunoda.⁸⁵

Um dos principais produtos vendidos para o Japão era justamente o petróleo, do qual a China se tornou grande exportadora nos anos 80, período em que o resultado desse comércio chegou a responder por até 25% das receitas externas chinesas (CHOW, 1990, 1992; KAEMPFER; MIN, 1985 *apud* CHOW, 2000). O pico aconteceu em 1986, quando foram exportados 34 milhões de toneladas de hidrocarbonetos. Em 1993 a China passou de exportador líquido para importador líquido de petróleo, iniciando um novo paradigma energético de escala mundial. No ano seguinte o país passou a importar não só petróleo, mas também Gás Natural Liquefeito (GNL) principalmente como combustíveis para usinas termoelétricas na costa leste da China, onde ocorriam os maiores índices de crescimento econômico do país. Isto porque produção de petróleo começou a estagnar em 1989, passando de 137 milhões de toneladas em 1988 para 124 milhões de toneladas em 1998, levando ao desenvolvimento de campos marítimos (CHOW, 2000, p. 81).

Vários desses campos marítimos foram explorados em conjunto com outros países, como revelou a agência noticiosa chinesa Zhongguo Xinwen She no artigo “China has achieved great success in promoting cooperation with foreign firms in the field of offshore oil exploitation”, publicada em 16 de outubro de 1984:

A China iniciou a cooperação com países estrangeiros na exploração de petróleo marítimo há 5 anos. (...) A China assinou 23 contratos com 31 empresas de 10 países para prospecção e exploração de recursos petrolíferos no Mar de Bohai, no Sul do Mar Amarelo, no estuário de Zhujjiang no Mar da China Meridional, no Golfo de Beibu e no Mar de Yingge. (...) A China assinou primeiro um contrato com o Japão para exploração conjunta dos campos petrolíferos marítimos de Chengbei em Bohai ocidental e no campo de petróleo no sul do Mar de Bohai.

4.4 EMPRÉSTIMOS EM IENE PARA ENERGIA, INFRAESTRUTURA, INDÚSTRIAS E COMÉRCIO

Enquanto no mesmo artigo Sunoda advertia que “os empresários americanos estavam

⁸⁵ - *There was talk that the stalled negotiations for construction of a steel mill in Baoshan, near Shanghai, oil exploration in Bohai Bay and other projects may have something to do with the border conflict. Beijing's basic policy toward its trade and economic relations with Japan remains unchanged despite the Sino-Vietnamese conflict, [Foreign Minister Sunao] Sunoda declared.*

se esforçando para ultrapassar o Japão no comércio com a China”, o banco japonês de Exportação e Importação (*ExIm Bank*) e a Corporação Japonesa Nacional de Petróleo (*Japanese National Oil Corporation*) ofereceram em 1979 um primeiro pacote de empréstimos no valor de ¥ 420 bilhões (ou U\$ 2,157 bilhões) para auxiliar na produção e exportação dos campos chineses de petróleo, carvão e gás natural até 1984.

Em novembro de 1983, o ministro Sosuke Uno, do MITI, e o presidente do Comitê chinês para o LTTA Japão-China, Liu Xiwen, tiveram um encontro em Tóquio. Os dois analisaram o andamento do comércio bilateral, como registrou a Xinghua em 16 de novembro de 1983, revisando para baixo as exportações chinesas de recursos energéticos:

Uno disse a Liu que a economia de Japão está recuperando e o óleo e o carvão ainda compõem dois terços de seu consumo de energia, assim que espera importar mais energia e outros recursos de seu vizinho China. (...) Os dois lados explicaram as condições de energia em seus próprios países e concordaram em rever o acordo sobre a exportação de carvão chinês para o Japão assinado em 23 de setembro de 1982. De acordo com a revisão, a China exportará de 3,8 a 4,2 milhões de toneladas de carvão para o Japão em 1984, pelo menos 1,8 milhões menos do que o montante originalmente estabelecido.⁸⁶

Também em 1984, e ainda em 1992 e 1996, foram acordados outros pacotes de empréstimo a serem desembolsados ao longo de vários anos. Naquele momento, o direcionamento dos recursos financeiros deixou de se concentrar apenas em *commodities* energéticas. Os empréstimos também foram carregados para portos, rodovias e centrais elétricas e, mais tarde, quando a economia chinesa já apresentava claros sinais de modernização industrial e das estruturas urbanas e rurais, para iniciar a promoção do investimento direto por parte de empresas privadas japonesas.

Mas quando eram negociados os termos do o primeiro empréstimo, as conversações se mostraram bastante difíceis, particularmente quanto às taxas de juros e de câmbio pretendidas pelos japoneses e barganhadas pelos chineses, como relatado no mesmo artigo da Xinghua de novembro de 1983:

Um progresso significativo nas negociações comerciais tem sido dificultado por discordâncias quanto aos termos do financiamento do Banco de Exportação-

⁸⁶ - *Uno told Liu Japan's economy is recovering and oil and coal still make up two thirds of its energy consumption, so it hopes to import more energy and other resources from its neighbor China. (...) The two sides explained the energy conditions in their own countries and agreed to revise the agreement on the export of Chinese coal to Japan signed on September 23, 1982. According to the revision, China will export 3.8 to 4.2 million tons of coal to Japan in 1984, at least 1.8 million less than the originally set amount.*

Importação do Japão e da Corporação Japonesa Nacional de Petróleo. Pequim se recusou a aceitar os empréstimos denominados em ienes japoneses e, em vez disso, exigiu empréstimos em dólares dos EUA que os chineses consideram menos propensos a perdas devido a flutuações cambiais. A China também expressou forte descontentamento quanto às taxas de juros dos empréstimos consorciados japoneses.⁸⁷

O artigo "Os bancos assinam um pacto de empréstimo de U\$ 8 bilhões com a PRC", publicado na *Kyodo* de Tóquio em 16 de agosto de 1979, indica que a taxa de câmbio foi resolvida, mas através de um arranjo consorciado sofisticado:

Trinta e um bancos comerciais japoneses, incluindo o Banco de Tóquio, estão oferecendo conjuntamente os empréstimos consorciados [à China], incluindo U\$ 6 bilhões em empréstimos de curto prazo e U\$ 2 bilhões em empréstimos de longo prazo. (...) Os empréstimos de curto prazo de seis meses, com participação de 31 bancos, cobram a taxa de juro padrão Eurodólar prevalente mais 0,25 por cento. O empréstimo de longo prazo de quatro anos e seis meses por parte de 22 bancos cobra um prêmio de 0,5 por cento sobre a taxa de juro Eurodólar. Os empréstimos foram basicamente acordados em maio para acelerar os quatro programas de modernização da China. Os embarques das exportações japonesas de plantas industriais para a China começarão no outono.⁸⁸

Brooks (1987, p. 26) defende que o financiamento japonês foi a chave para ressuscitar moribundos projetos de aço e petroquímica do início dos anos 80 que provavelmente nunca seriam construídos. O ritmo da modernização da China e a melhoria de suas estruturas de comunicação e transporte teria sido muito mais lenta sem a assistência do Japão.

Em paralelo ao tratado comercial, foi implementada também uma plataforma de cooperação pouco compreendida ou pouco conhecida internacionalmente, até mesmo entre estudiosos de questões asiáticas, considerada importante ferramenta para o desenvolvimento diplomático e logístico dessa relação comercial, e para a consecução de vários objetivos da política externa e estratégica japonesa (TAKAMINE, 2006, p. 104).

⁸⁷ - *Meaningful progress in the trade talks has been blocked by disagreement over terms for credit from the Export-Import Bank of Japan and Japanese national Oil Corporation. Beijing has refused to accept the Japanese yen-denominated loans and instead demanded loans in U.S. dollars which the Chinese consider less prone to losses due to currency fluctuations. China also expressed strong dissatisfaction over interest rates for Japanese syndicated loans.*

⁸⁸ - *Thirty one Japanese commercial banks including the Bank of Tokyo are jointly offering the syndicated loans [to China], comprising \$6 billion in short-term loans and \$2 billion in long-term loans. (...) "The six-month short-term loans, participated in by 31 banks, charges the prevailing standard Eurodollar interest rate plus 0.25 per cent. The four-year and six-month long-term loan by 22 banks charges a 0.5 per cent premium on the Eurodollar interest rate. The loans were basically agreed upon in May to expedite China's four modernization programs. Shipments of Japanese exports of plants to China will start in autumn.*

Eventos inesperados na política e na economia, como os decorrentes da chegada de Deng Xiaoping e seus colaboradores ao centro do poder na China, ainda estavam tomando corpo, dificultando o equacionamento da engenharia financeira em torno dos projetos bilaterais. Por outro lado, dada a precária infraestrutura que os chineses possuíam à época (uma situação completamente transformada em menos de vinte anos), impedindo o fluxo regular e em grandes volumes de exportação, o governo japonês começou a oferecer à China outro tipo de linha de crédito classificada como parte da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (*Official Development Assistance* ou ODA)⁸⁹, que também inclui doações, sobretudo para os setores de educação e saúde⁹⁰ e assistência técnica. Em dezembro de 1979 o primeiro-ministro japonês Masayoshi Ohira anunciou o primeiro pacote de ajuda que também serviu para tentar equacionar a crise na indústria de aço da China, um produto essencial para o processo de industrialização e urbanização no desenvolvimento de qualquer país.

Esses empréstimos concessionais, administrados inicialmente pelo Fundo de Cooperação Econômica no Exterior (*Overseas Economic Cooperation Fund* ou OECF) do Ministério das Relações Exteriores (MOFA), seguiram várias das condições fixadas nos empréstimos do ExIm japonês, exceto pelo fato de que seus períodos para início da devolução eram mais longos e possuíam um percentual mínimo de doação da ordem de 25%.

Em 1980 foi dado início aos desembolsos do acordo oficial entre Japão e China para cooperação técnico-financeira, cujo principal pilar eram empréstimos em ienes com juros abaixo do valor de mercado e com o componente de doação no montante repassado de pelo menos 25%⁹¹.

Esses recursos foram empregados principalmente em dezenas de grandes obras de infraestrutura em diferentes cidades e regiões da China. Foram construídos portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, hidroelétricas e várias outras obras de infraestrutura que possibilitaram o aumento e o escoamento da produção de bens exportáveis chineses, ao

⁸⁹ - A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) do Japão para a China começou em 1979 e desde aquele tempo até 01/02/2016, foram desembolsados cerca de 3,316 trilhões em empréstimos denominados em ienes (equivalentes a U\$ 27,343 bilhões); 157,2 bilhões de ienes (equivalentes a U\$ 1,296 bilhão) em subvenções; e 181,7 bilhões de ienes (equivalentes a U\$ 1,498 bilhão) em cooperação técnica. (Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Japão, disponível em <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/region/e_asia/china/>). Acesso em: 08 junho 2017. As conversões de ienes para dólar nesta nota de rodapé foram feitas por meio do site <<http://fxtop.com>>.

⁹⁰ - Recursos destinados em especial a hospitais e escolas.

⁹¹ - Tais características são condições necessárias para a operação de empréstimo ser enquadrada como cooperação oficial internacional de acordo com o conceito da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (*Development Assistance Committee* ou DAC) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

mesmo tempo em que serviram para industrializar, urbanizar e modernizar importantes partes da China, auxiliando no seu vertiginoso crescimento econômico.

Conforme explicado por Takamine (2006, p. 109), os empréstimos do ExIm e de ODA foram mantidos em contabilidades separadas, sem que pudessem ser misturados em nenhum dos projetos financiados. Enquanto os primeiros serviram aos interesses comerciais empresas privadas japonesas, os outros foram destinados na primeira fase a grandes projetos de construção de longo prazo na infraestrutura chinesa. O total de empréstimos concedidos pelo ExIm à China entre 1979 e 1999 atingiu ¥ 3,420 trilhões (equivalentes a U\$ 28,201 bilhões⁹²), superando o total da ODA de ¥ 2,688 trilhões no mesmo período. Os dois principais objetivos das operações de empréstimo no exterior do *ExIm Bank*, posteriormente incorporado ao Banco Japonês para Cooperação Internacional (*Japan Bank for International Cooperation* ou JBIC), eram a expansão do investimento e do comércio por empresas privadas japonesas no exterior e a garantia de estabilidade nas importações de recursos energéticos.

Se convertidos com base na taxa anual média de câmbio em 2010 divulgada na página da Receita Federal dos EUA⁹³, os empréstimos concessionais ao longo de 30 anos pelo governo japonês somariam o equivalente a U\$ 36,303 bilhões. Independentemente da taxa de câmbio utilizada, o Japão foi o maior agente provedor de ODA na história da China. O dinheiro foi usado para financiar mais de duzentos projetos de médio e grande porte em locais estratégicos na China, desde estradas de ferro, rodovias, portos, aeroportos e barragens, até, em fases posteriores, esgoto e atividades de proteção ambiental, de saúde e educacionais. Vários desses projetos, devido ao seu enorme tamanho, precisaram de vários anos e fases para serem concluídos.

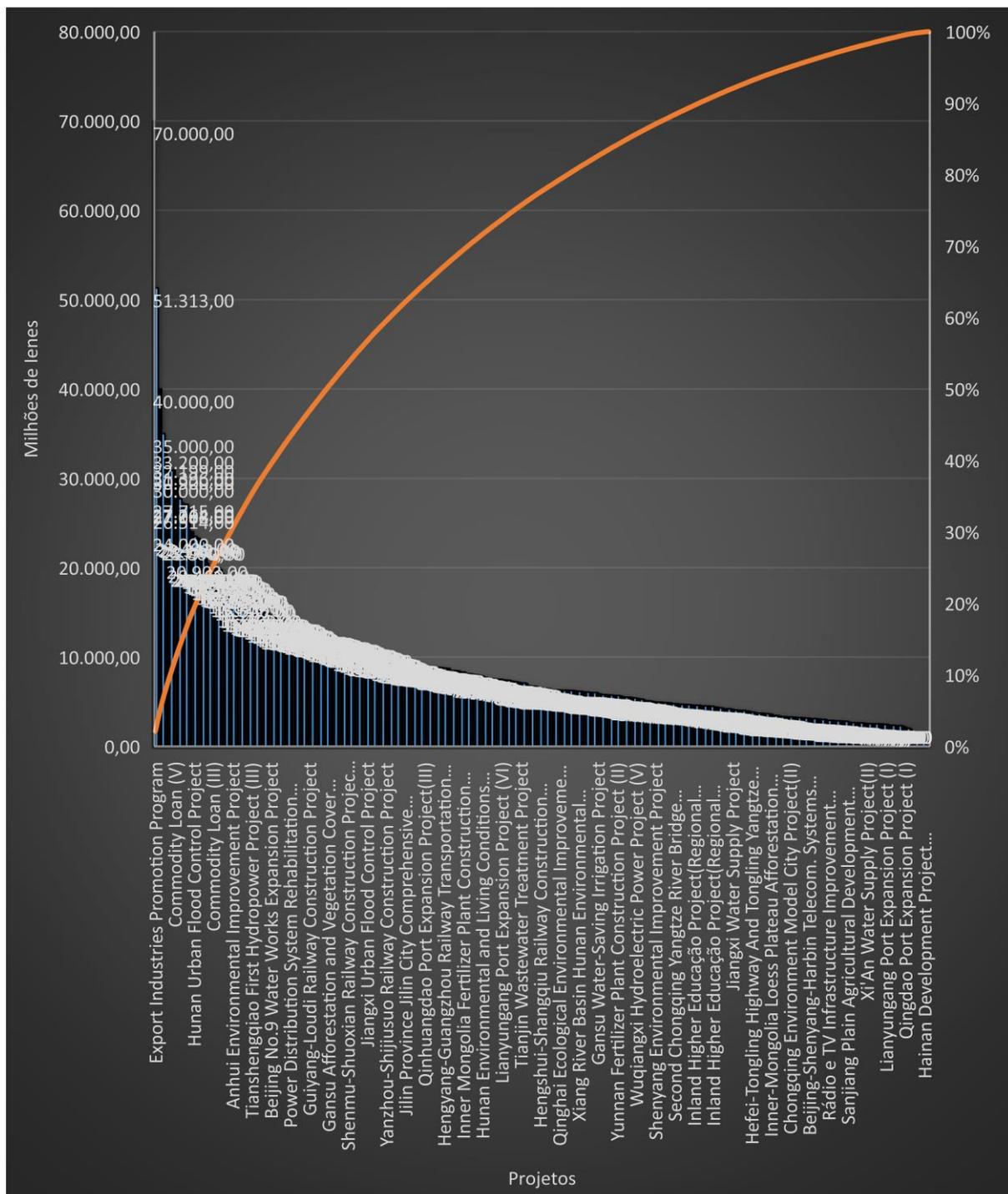
A lista completa dos projetos está contida no Anexo 1 deste trabalho, mas apenas para ressaltar alguns exemplos, o primeiro lote de empréstimos incluiu a construção da ferrovia Beijing-Qinhuangdao, a construção da via férrea, trilhos e eletrificação da ferrovia Hengyang-Guangzhou, a expansão do porto de Qinhuangdao, a construção do porto

⁹² - Conversão pela taxa do iene em 01/02/2016, data convencionada para uso neste trabalho que coincide com a data de atualização dos valores da ODA divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão na página <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/region/e_asia/china/>.

⁹³ - Dois anos após o fim dos empréstimos concessionais do Japão para a China, 2010 é o ano mais distante para o qual a página da Receita Federal dos EUA mostra a taxa média de câmbio anual. Disponível em <<https://www.irs.gov/individuals/international-taxpayers/yearly-average-currency-exchange-rates>>. Acesso em 20 janeiro 2017.

Shijiusuo e da hidrelétrica de Wuqiangxi e a construção da ferrovia Yanzhou-Shijiusuo. Três outras fases quinquenais se seguiram àquela primeira até 2001, a partir de quando os

GRÁFICO 4.3 EMPRÉSTIMOS DE ODA JAPONESA PARA PROJETOS NA CHINA (POR ODEM DE VALORES)



Fonte: JICA ODA Project Loan Data. Disponível em <<https://goo.gl/iATnsK>>. Acesso em: 02 março 2017.

empréstimos de ODA para a China começaram a ser desembolsados anualmente pelo JBIC. Todas essas fases incluíram vários projetos, o que por si só torna clara a magnitude do programa bilateral.

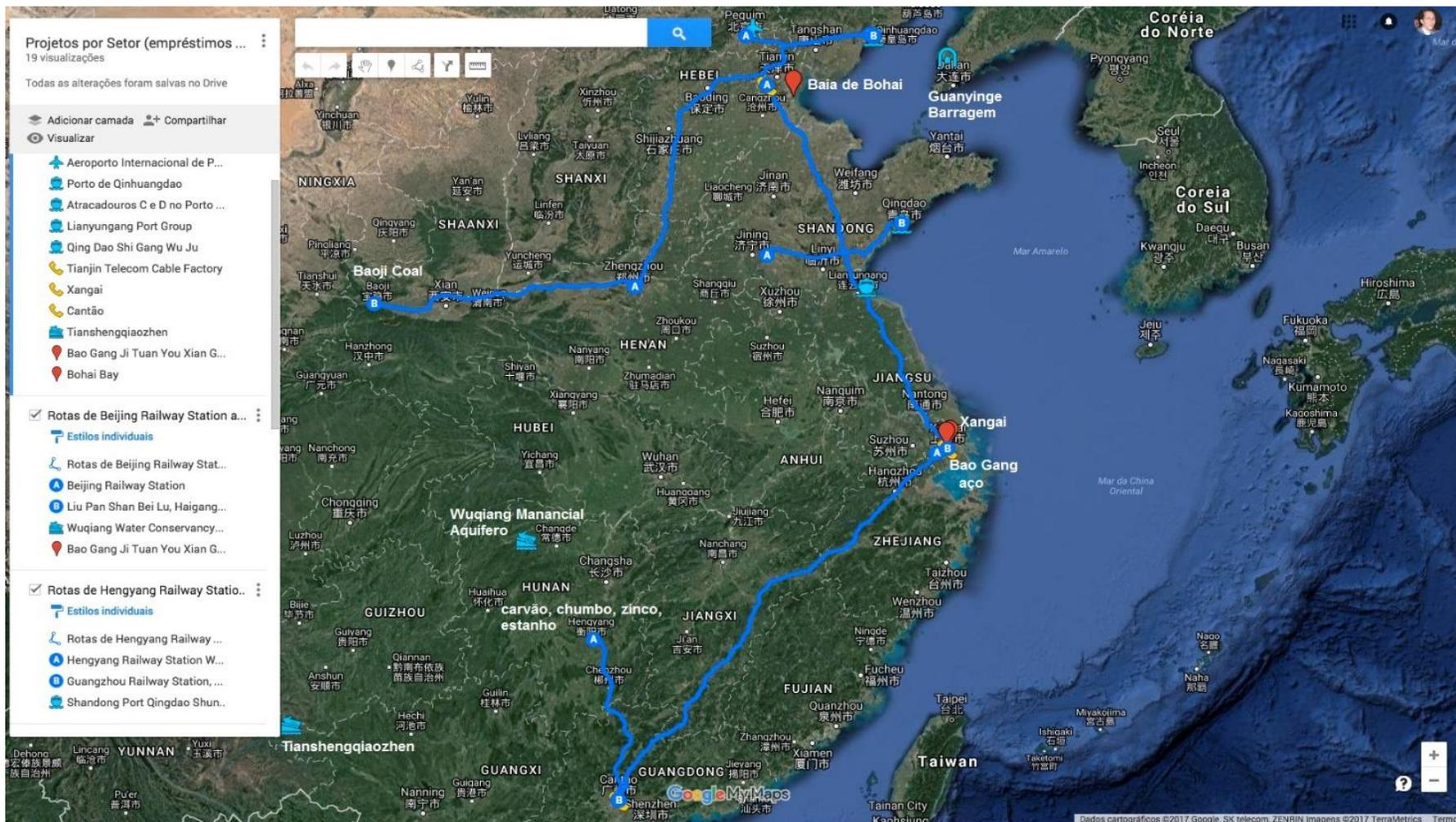
O mapeamento georreferenciado (Figura 4.5) dos principais projetos da primeira fase dos empréstimos de ODA para infraestrutura apresenta evidências de que inicialmente os recursos financeiros foram direcionados à integração entre campos ricos em recursos minerais, em especial carvão, chumbo, zinco e estanho, e centros exportadores na costa leste da China. São nítidas as ligações, por exemplo, entre minas produtoras de carvão, hidrelétricas para fornecimento de energia a essas produções e ferrovias partindo das minas e chegando a portos de grande calado. As obras financiadas com recursos japoneses também incluíram, além de ferrovias e hidrelétricas, portos, aeroportos, linhas de transmissão elétrica e sistemas de comunicação.

Do ponto de vista do Japão, ainda que o resultado das exportações chinesas de petróleo bruto não tivesse sido alcançado como previsto nos acordos assinados entre os dois governos, especialmente quando os chineses se tornaram um importador líquido de petróleo, houve outras formas de compensar o financiamento e investimentos japoneses realizados na China. A *Japan Inc.*, como passou a ser conhecido o grupo de corporações transnacionais japonesas que disputam mercados internacionais com apoio do aparato estatal, ainda poderia aproveitar seus termos de troca muito favoráveis para exportar produtos de valor agregado e importar *commodities* e componentes a serem utilizados em cadeias industriais, inserindo a China na cadeia de valor regional formada entre o Japão e o Sudeste Asiático. Desta forma, o arranjo permitiria a formação do triângulo de petróleo proposto por Sugihara (1993).

De fato, ocorreu que, em fase posterior, as exportações de energia provenientes da China foram substituídas por produtos mais intensivos em mão-de-obra, causando o declínio relativo no comércio de combustíveis como representado no gráfico 4.4 a partir dos anos 80 e a gradual reversão na década seguinte. Durante um período de tempo, tal termo de troca dominou a relação comercial sino-japonesa. E particularmente na década de 1990, o investimento direto estrangeiro se tornou uma característica importante da relação. Mas isto só foi possível graças às profundas transformações econômico-institucionais pelas quais passou a China, aproximando a economia do país de modelo de livre mercado que impulsionou o comércio e o investimento em várias partes do planeta.

Ao longo do tempo, foi-se intensificando o envolvimento do LDP no

FIGURA 4.5 MAPA GEORREFERENCIADO DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS PROJETOS DA FASE INICIAL DA ODA JAPONESA PARA A CHINA

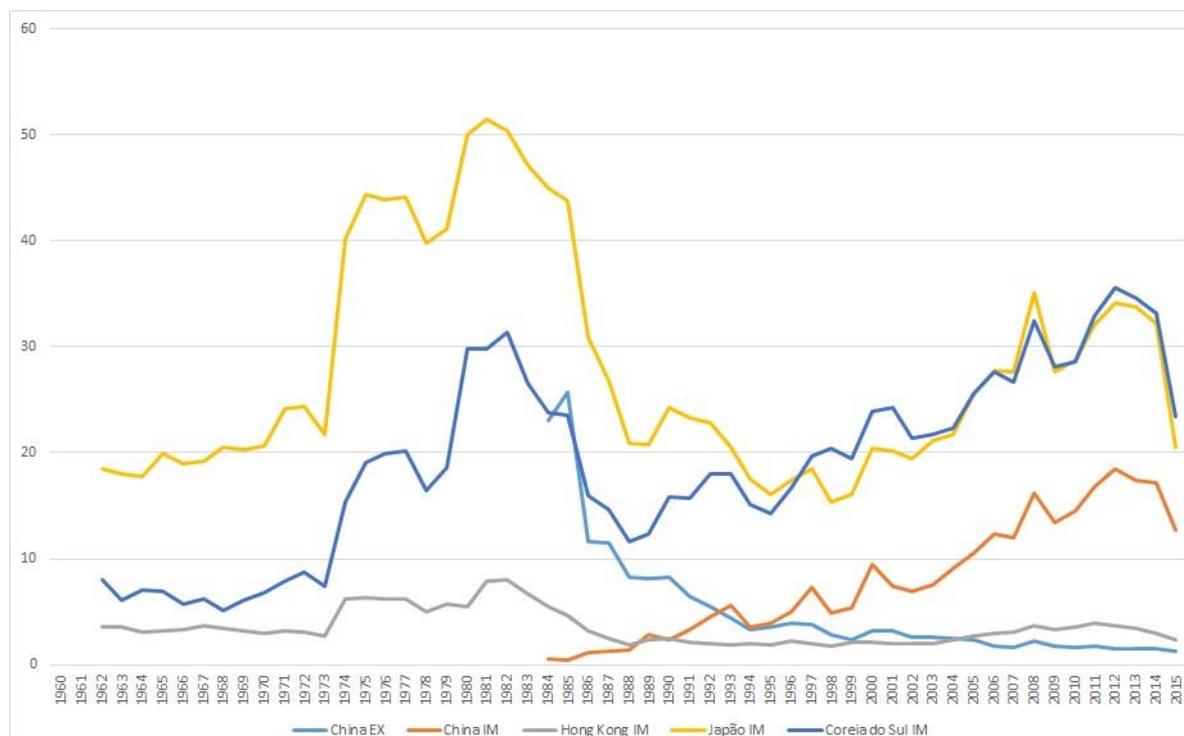


Fonte: Produzido pelo autor com a fermenta My Maps do Google com base na listagem de projetos concretizados pelo Japão conforme o Anexo 1 desta tese.

processo decisório sobre a ODA, que se transformou em uma importante ferramenta de *soft power* para as negociações diplomáticas e políticas japonesas. Na ausência de condições normais de soberania, devido ao artigo 9º da Constituição japonesa, os empréstimos do iene e as negociações que os precederam foram transformados num canal de negociação para tentar abordar questões comerciais, militares, ambientais e de segurança. Um funcionário do MITI ouvido pelo jornalista Naoki Aoki do *Tokyo Zaikai Tembo* para o artigo "Duas facções dentro da liderança chinesa têm seus olhos em 1,5 trilhão de ienes em dinheiro sino-japonês, inúmeros projetos ambientais, legado de Takeshita", publicado Em junho de 1995 (páginas 130-133):

a amizade sino-japonesa é apenas uma desculpa dada ao público japonês, um funcionário do MITI encarregado da ODA para a China, diz resignado. No final os políticos de ambos os países vão usar esse dinheiro para servir seus próprios interesses e garantir o fluxo de capitais.⁹⁴

GRÁFICO 4.4 EXPORTAÇÃO E/OU IMPORTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (% SOBRE O TOTAL EXPORTADO OU IMPORTADO EM PAÍSES SELECIONADOS, 1962-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/china>>. Acesso em: 03 abril 2017.

⁹⁴ - *Sino-Japanese friendship is just an excuse given to the Japanese public, an official in charge of Chinese ODA at MITI states resignedly. 'In the end politicians in both countries will use this money to serve their own interests and ensure capital flow'.*

Houve também outros dois componentes para formar um pacote tripartite estabelecendo relação, no mínimo indireta, com o comércio de energia. Um foi a cooperação técnica, que permitiu transferir a recursos humanos chineses conhecimento e tecnologia do Japão e de outros países de economia avançada, lançando sementes para reformas institucionais que aconteceram na China em décadas posteriores. Outro foram doações de recursos financeiros, sobretudo nos setores como educação e saúde⁹⁵.

⁹⁵ - Esses recursos foram direcionados especialmente para a construção de hospitais e escolas.

5 REFORMAS (*TIZHI GAIGE*) E NOVOS PARADIGMAS PRAGMÁTICOS – O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS

A economia chinesa espantou o mundo ao apresentar um crescimento do PIB a uma taxa média anual de 9,9% desde 1979, durante mais de três décadas seguidas, e do comércio internacional, de 16,3% durante aquele período. Foi um desempenho sem precedentes na história econômica mundial. Mesmo se comparado com outras doze economias⁹⁶ que cresceram a uma taxa média de 7% ao ano desde 1950, algo inédito antes do século XX (BANCO MUNDIAL, *COMMISSION ON GROWTH AND DEVELOPMENT*, 2008).

De 1978 a 2008, praticamente o mesmo período correspondente aos desembolsos concessionais japoneses, a economia da China cresceu a uma taxa média de cerca de 9,9% ao ano. A maior redução dos níveis de pobreza na história econômica, entretanto, não foi suficiente para minorar a desigualdade social, que cresceu rapidamente nas duas últimas décadas medida pelo índice Gini⁹⁷, ainda que não tenha chegado aos níveis de desigualdade no Brasil, por exemplo. Entre 1960 e 2015, o tamanho do Produto Interno Bruto chinês em dólares correntes (US\$) se multiplicou 185,29 vezes⁹⁸, segundo dados do Banco Mundial apresentados no Gráfico 5.1.

Ao buscar os motivos para o sucesso desse crescimento econômico é necessário elencar elementos chaves que auxiliaram ou até definiram esse processo transformador. Um deles foi copiar modelos regionais exitosos de desenvolvimento, começando pelo do Japão.

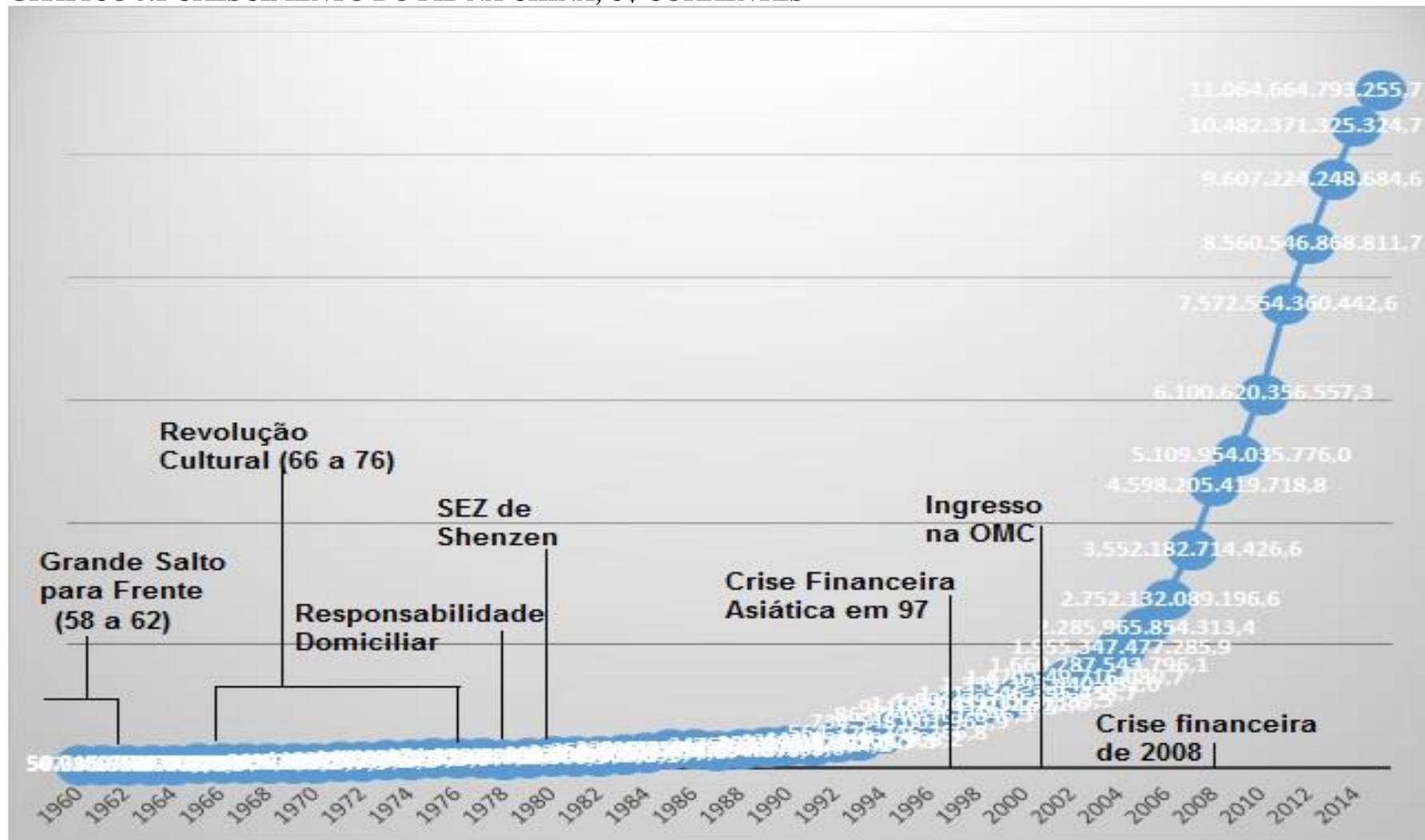
Além do Japão, outro exemplo que influenciou a modelagem da política desenvolvimentista chinesa no fim dos anos 70 foi Hong Kong. Na época ainda em mãos britânicas, a colônia que voltou ao domínio chinês apenas em 1997 já chamava a atenção pelo seu rápido crescimento e superação da pobreza, graças em boa parte ao aparato

⁹⁶ - As treze economias no mundo que conseguiram alcançar um crescimento médio do PIB de 7% a partir de 1950 foram Botswana, Brasil, China (República Popular da China), Hong Kong (reintegrada à China em 1997), Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Malta, Oman, Cingapura, Taiwan (República da China) e Tailândia. Essa taxa de crescimento faz uma economia praticamente dobrar de tamanho a cada década. Vários desses países não conseguiram manter as altas taxas de crescimento por muitos anos seguidos.

⁹⁷ - De acordo com relatório divulgado por Ma Jiantang, chefe do Instituto Nacional de Estatísticas chinês (*National Bureau of Statistics*), o coeficiente *Gini* da China cresceu de 0,3 no início dos anos 80 para mais de 0,45 no início dos anos 2000 e para 0,491 em 2008 (WHYTE, 2014). Ainda assim, um coeficiente que denota desigualdade inferior à do Brasil, de 0,51 em 2008. Segundo a publicação, a partir de 2009 a desigualdade chinesa teria diminuído gradualmente até atingir 0,47 em 2012 (o coeficiente *Gini* para os EUA, por exemplo, ficou em 0,411 em 2010). Mas em 2012, outra pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa para Finanças de Domicílios (*Survey and Research Centre for China Household Finance*) apresentou resultados totalmente discrepantes ao calcular em 0,61 o coeficiente *Gini* da China em 2010.

⁹⁸ - Em dólares correntes, o PIB chinês passou de US\$ 59.716.467.625,30 em 1960 para US\$ 11.064.664.793.255,70 em 2015.

GRÁFICO 5.1 CRESCIMENTO DO PIB NA CHINA, U\$ CORRENTES



Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&country=CHN>>. Acesso em: 07 abril 2017.

financeiro-comercial ali estruturado. Da mesma forma, a rival Taiwan, para onde fugiram os nacionalistas de Chiang Kai-shek, e a Coreia do Sul também chamavam a atenção por suas políticas industriais, econômicas e sociais voltadas para a exportação de produtos com alto valor tecnológico no momento em que o comércio mundial evoluía rapidamente. O crescimento acelerado nesses países provocou não só aumentos salariais da mão de obra, como também a gradual reidentificação e realocação desses trabalhadores em segmentos trabalhistas de maior prestígio intelectual e remuneratório.

Conforme a base de dados sobre pobreza do Banco Mundial, entre 1990 e 2013, 730,6 milhões de pessoas saíram da faixa de pobreza⁹⁹. Como consequência, a China foi o país que mais reduziu a extrema pobreza no mundo. Um estudo independente do Banco Mundial (CHEN; RAVALLION, 2007, p. 2) revelou que o número de extremamente pobres na China caiu às centenas de milhões, de 53% em 1981 para apenas 8% em 2001, dependendo da medição conceitual de pobreza que se utilize. O estudo mostrou que a redução da pobreza na China se concentrou na primeira metade dos anos 80, e que ela não foi territorialmente homogênea.

Assim como aconteceu no caso das transformações socioeconômicas pelas quais passaram o Japão e, depois, a Coreia, alguns autores qualificaram de “milagre” o feito do desenvolvimento chinês durante aquele período. Outros, como os especialistas que publicaram em 2008 o Relatório do Banco Mundial sobre Crescimento e Desenvolvimento preferem apontar políticas e estratégias específicas que conduzem ao crescimento econômico e, a partir daí, ao desenvolvimento social sustentável.

Elas incluem, por exemplo, **altos níveis de investimento** para transformação e melhoria, ao invés de simplesmente consumo, dos recursos. Não apenas os financeiros, mas também humanos e os recursos naturais disponíveis. E ainda: **transferência tecnológica**, uma vez que, dependendo do estágio de desenvolvimento e riqueza de uma sociedade, absorver conhecimento amadurecido é bem mais barato e menos arriscado do que investir na criação de tecnologia própria partindo do zero¹⁰⁰; **competitividade e mudança**

⁹⁹ - Levando-se em conta faixa de renda inferior a US\$ 1,90 por dia. Disponível em <<http://povertydata.worldbank.org/poverty/country/CHN>>. Acesso em: 07 abril 2017.

¹⁰⁰ - Tendo em vista o alto custo e o risco envolvido na inovação, vários países com grau menor ou moderado de desenvolvimento preferem direcionar seus recursos para C&T no aperfeiçoamento de tecnologias já disponíveis para tirarem proveito de sua defasagem educacional e tecnológica, acelerando seu processo de desenvolvimento e queimando etapas evolutivas em relação a países com economias amadurecidas e de alta renda per capita. Isto não significa cercar-lhes a possibilidade de inovar com vistas a garantir os direitos sobre os rendimentos da propriedade intelectual, que podem decorrer de marcas e patentes, mas também de valores agregados intelectuais menos dispendiosos, como por exemplo um *design* inovador.

estrutural, para substituir indústrias obsoletas por outras com maior valor agregado e menos poluentes; formalização e incremento da qualidade do **mercado de trabalho**; desenho de uma **política industrial** baseada nas vantagens comparativas do país, com a conseqüente **promoção de exportações**; uma **taxa de câmbio** que reflita as necessidades de crescimento econômico; **abertura aos fluxos de capital e ao mercado financeiro** por meio de regras claras que simplifiquem e barateiem processos e custos de transação; **estabilidade macroeconômica**; **poupança**; **desenvolvimento do setor financeiro**; **urbanização e investimento na área rural**; **igualdade de oportunidades** tendo por base o mérito pelo esforço e capacidade dos indivíduos; **desenvolvimento de regiões mais defasadas**; **uso racional do meio ambiente e das fontes energéticas**; além de um **governo capaz**, pela competência e aversão à corrupção.

No caso específico da China, acadêmicos como Lin (2009) também escolheram a desmistificação ao atribuir os resultados alcançados pela economia que caminha para se tornar a maior do mundo a decisões que a aproximam cada vez mais das regras de mercado.

As tentativas de modernização na indústria de base iniciadas com Mao Zedong não surtiram os efeitos desejados. Eles começaram a se materializar mais claramente com as estratégias implementadas a partir de 1979, logo após Deng Xiaoping assumir a liderança do Partido Comunista Chinês. Mas, como destaca Bramall (2009, p. 436), a administração de Mao deixou um legado que alavancou o desenvolvimento vindo posteriormente: um sistema de irrigação e uma rede de ferrovias bem desenvolvida, um universo considerável de trabalhadores escolarizados (com ensino básico e técnico), e especialmente a expansão de técnicas industriais obtidas com os programas de industrialização das zonas rurais dos anos 60 e 70. Desta forma, não foi por acaso que as áreas rurais com maior crescimento econômico depois de 1978 foram Jiangsu, Zhejiang e Guangdong, que tinham as melhores bases industriais em terras não urbanizadas.

Como lembra Cassidy (2002, p. 29) as mortes de Mao e do líder provisório Hua Guofeng, e a prisão da Gangue dos Quatro abriram caminho para o retorno de Deng Xiaoping ao centro do desnorteado cenário político e econômico da China naquela altura. Deng retomou o foco nas quatro modernizações (indústria, agricultura, ciência e tecnologia, e defesa) por meio da política de portas abertas, que para Wei (1996) teve duas principais motivações: o desastroso desempenho econômico chinês sob rígido planejamento central durante o período revolucionário e o exemplo do Japão e dos quatro tigres asiáticos –

sobretudo Hong Kong e Taiwan.

Cassidy divide em duas fases as políticas iniciais de reformas estruturais na China: de 1978 a 1984 e de 1984 a 1988. Durante a primeira, foi estabelecido um mercado livre para os produtos agrícolas, exceto cereais, que são commodities com valor no mercado internacional. As comunas – unidade básica do socialismo chinês – foram abolidas e substituídas por fazendas familiares sujeitas a uma liberdade limitada de mercado. Como consequência, os preços agrícolas aumentaram, mas se criou o incentivo à diversificação e à especialização de culturas. Com o objetivo de atrair investimento estrangeiro e tecnologia para promoção do desenvolvimento, foram criadas Zonas Econômicas Especiais (*Special Economic Zones* ou SEZ) após adoção da lei de *Joint Venture* de 1979. Na segunda fase o sistema de responsabilidade contratual foi colocado em prática, tributando certo percentual sobre o lucro das empresas. A lei de 1986 sobre investimento de empresas estrangeiras criou condições para a expansão das zonas especiais.

5.1 INSTITUCIONALIDADES TRANSFIGURADAS

A transição de uma economia comunista coletivizada e planejada centralizadamente para um “capitalismo planejado”, ou uma “economia socialista de mercado”, ou ainda, como preferem chamar Nee e Opper (2007) um “capitalismo politizado”¹⁰¹, não se deu sem traumas ou por um passe de mágica. O crescimento da produção industrial privada na China por parte de milhões de pequenos empreendedores demandou reformas e inovações institucionais que os permitiu transcender o sistema distributivo estatal. Isto lhes deu o controle sobre o acesso a recursos (financeiros, naturais e trabalhistas) anteriormente sob total domínio do Estado e sobre a distribuição, ainda que parcial, de suas produções, apesar da ausência de um arcabouço regulatório à época que garantisse segurança jurídica à produção industrial e às transações privadas. Antes mesmo de 2004, quando as empresas privadas receberam proteção constitucional, com os mesmos direitos das empresas estatais, e de 2007, quando foi aprovada a primeira lei de direitos de propriedade na China, o país já contava com 5,5 milhões de empresas privadas com mais de

¹⁰¹ - O “capitalismo politizado”, segundo os autores, designa sistemas econômicos nos quais atores estatais não só definem o desenho regulatório, como permanecem diretamente envolvidos na condução de transações no nível empresarial.

US\$ 1,3 trilhão de capital registrado e empregava cerca de 120 milhões de trabalhadores (*Annual Report of the Non-State-Owned Economy in China*, 2008, p. 76 *apud* NEE; OPPER, 2014, p. 267).

Um modelo que Huang (2008, p. 275) chamou de “capitalismo com características chinesas”, requalificando um sistema que Deng havia denominado em 1982 de “socialismo com características chinesas” (PONG, 2009, p. 411). Independentemente da denominação, Deng Xiaoping sintetizou o novo modelo durante momentos críticos dos protestos de Tiananmen em 19 de maio de 1989, quando o governo chinês decretou lei marcial,

A economia ainda é a base. Se não tivéssemos essa base econômica, os agricultores teriam se rebelado após dez dias de protestos estudantis – quanto mais depois de um mês inteiro. Mas, como as aldeias estão estáveis em todo o país, os trabalhadores também estão basicamente estáveis.

No setor acadêmico, por exemplo, os cientistas chineses tinham vivido décadas de isolamento em relação à comunidade científica internacional. As universidades estavam ultrapassadas e eram escassos os equipamentos científicos e conhecimentos sobre modelos contemporâneos de gestão. Um primeiro esforço de assistência técnica (UNDP, 1982) firmado entre o governo chinês e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) permitiu o envio de técnicos para treinamento no exterior, a criação de programas de intercâmbio acadêmico e de centros decisórios em departamentos governamentais chave, com base em princípios de mercado. Os principais recursos financeiros vieram de agências multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento.

Começava a se transformar o contexto que justificara a explicação weberiana para o fato da China não ter implantado em sua economia as regras do sistema capitalista¹⁰². Sucederam-se reformas institucionais, ainda que graduais e sob o controle firme do Estado dirigido pela Comissão Máxima do Politburo e pelo Comitê Central do Partido Comunista.

¹⁰² - No livro “A Religião da China: Confucionismo e Taoísmo”, publicado originalmente em alemão (*Konfuzianismus und Taoismus*) em 1915, Max Weber nota que as restrições quanto à propriedade privada da terra e o culto à ancestralidade vinculada a vilarejos, sem dar o devido destaque às cidades como centros comerciais, dificultariam o desenvolvimento chinês com o sistema capitalista. Na verdade, uma leitura mais atenta de suas ideias demonstra certo nível de relatividade quanto à predisposição dos chineses para o sistema capitalista, como se nota na passagem em que diz, “The Chinese in all probability would be quite capable, probably more capable than the Japanese, of assimilating capitalism which has technically and economically been fully developed in the modern culture area. It is obviously not a question of deeming the Chinese “naturally ungifted” for the demands of capitalism. But compared to the Occident, the varied conditions which externally favored the origin of capitalism in China did not suffice to create it” (WEBER, 1951, p. 248 *apud* HELGESEN; THOMSEN, 2007).

O próprio CPC experimentou profundas transformações para se adaptar às novas realidades. O sistema hierárquico de poder (“cadre system”) começou a ser reestruturado a partir dos anos 80. Foi criado um novo sistema de incentivo para apoiar a implementação de reformas e desenvolvimento. O antigo sistema de emprego vitalício foi substituído por outro com pré-requisitos para aposentadoria e foram estipulados idade e nível educacional adequados para os funcionários públicos. Líderes políticos foram colocados em conselhos consultivos para lhes garantir privilégios mesmo depois da aposentadoria – prática conhecida como *lixiu* (PONG, 2009, p. 160). Se preferirem, funcionários de alto escalão podem pedir demissão para criar empresas privadas ou trabalharem por conta própria, como consultores por exemplo. Com o crescimento da iniciativa privada no país, o partido também passou a aceitar extraoficialmente desde os anos 80 empresários em seus quadros. Mas foi no 80º aniversário do partido em 2001 que o presidente Jiang Zemin declarou que o CPC deveria formalizar a aceitação, o que demandou uma mudança constitucional (WOLF JR., 2001).

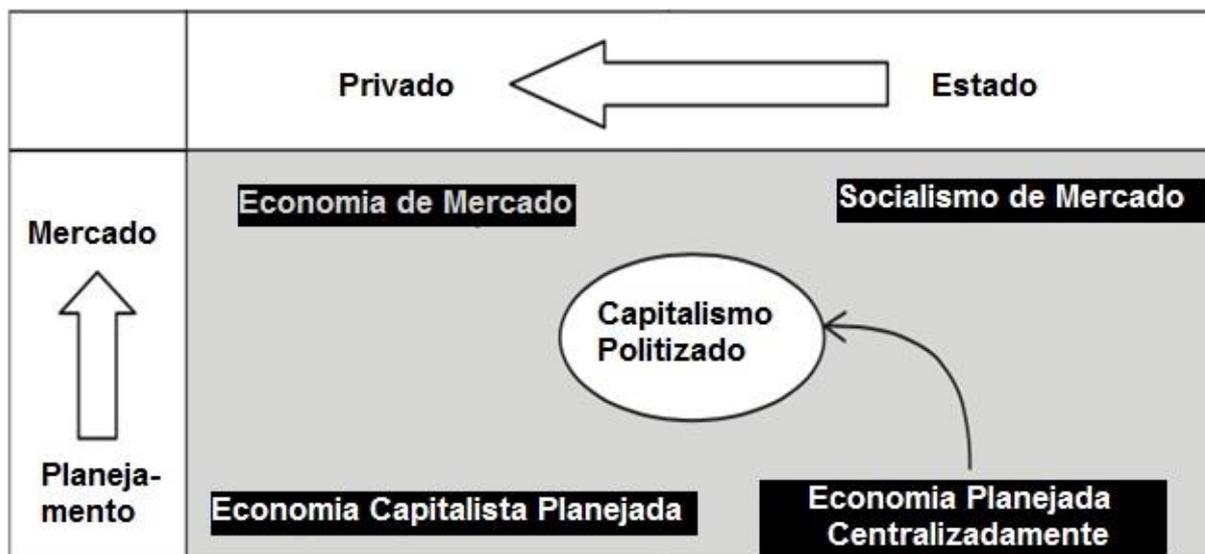
As consequências inesperadas dessa transformação deram origem à teoria da transição de mercado de Nee (1989), aplicada ao problema da transição de uma economia socialista redistributiva para um capitalismo de mercado, que no caso da China ele chamou de “capitalismo politizado”. A transformação acabou por retirar alguns dos privilégios das antigas elites, enquanto aqueles localizados nas camadas sociais mais baixas das antigas estruturas foram beneficiados¹⁰³. O indicador que mais evidenciou tal mudança foi a desigualdade medida pelo acesso a bens escassos, que diminuiu. Tal fenômeno acompanhou, por um lado, o fim da fixação dos salários e a liberdade para oferecê-los de acordo com o fluxo de transações, dando maior poder aos produtores, e por outro, a valorização do capital humano pelas forças de mercado, diminuindo a importância de lealdades políticas e aumentando a mobilidade social pelo empreendedorismo.

Embora a aproximação de uma economia de mercado tenha reduzido os custos transacionais ao criar maior racionalidade na alocação de recursos, as eficiências institucionais na China continuaram sub-ótimas por décadas tendo em vista fatores como a desigualdade socioeconômica entre cidadãos da cidade e de zonas rurais, a falta de controle sobre a proteção à propriedade intelectual e a corrupção. Por outro lado, tal discrepância abriu oportunidades rentistas e de crescimento acelerado baseado na exploração de mão de

¹⁰³ - Análises anteriores sobre tais efeitos foram formulados por Szelenyi e Konrad (1969), Szelenyi (1978) e Whyte (1986).

obra barata.

FIGURA 5.1 CAPITALISMO POLITIZADO COMO ORDEM ECONÔMICA TRANSFORMADORA, NA VISÃO DE NEE E OPPER



Fonte: Nee; Oppper (2007, p. 95)

Park (2017) entende que o sucesso das reformas liberalizantes chinesas que conduziram a um crescimento econômico sem paralelo na história contemporânea apesar das fragilidades institucionais do país decorreram de algumas características estruturais intrínsecas e do modo como as reformas foram realizadas. O gradualismo, segundo ele, suavizou a sensação de transformação. Embora a abertura de mercado durante a primeira fase de transição tenha provocado pressões inflacionárias na China, elas não foram tão severas quanto nos países do sistema soviético que também reformaram suas economias. No início dos anos 80 não havia excesso de moeda circulante na China e os preços praticados não eram tão defasados em relação aos valores de mercado. O dinheiro disponível era gasto com os poucos produtos resultantes do excedente doméstico para venda em mercado livre. Além disso, a China, partiu de uma estrutura econômica bastante simples e predominantemente agrária na qual a influência da produção industrial era pequena e localizada em relação ao tamanho do país, e onde os governos locais tinham muito mais autoridade do que em outros países.

As limitações ideológicas de segmentos conservadores contrários ao livre mercado e às privatizações foram superadas pelos incentivos ao crescimento econômico gerados pelas novas políticas que envolveram lideranças dos vários níveis administrativos no país,

chegando até os vilarejos. Ao invés de trazer pessoas de fora, criando resistências a novas estruturas de poder, líderes locais também foram utilizados na condução de novas empresas, tentando aproveitar suas capacidades. Estrategicamente, o governo Chinês, além de aproveitar suas vantagens comparativas, particularmente quanto à grande escala de trabalhadores dedicados recebendo baixos salários, primeiro iniciou a abertura do mercado para depois intensificar o processo de privatização na sequência de reformas. Enquanto crescia lentamente a participação do setor privado na economia e novas vagas de trabalho ainda não haviam sido criadas, o governo continuava subsidiando empresas para tentar evitar um quadro de desemprego ainda mais dramático. Assim, priorizou-se a competição ao invés da privatização e uma reforma que permitiu a coexistência de dois preços – um que continuou sendo estabelecido pelo Estado para a produção das cotas previamente planejadas e também definidas pelos agentes do governo, e outro para venda dos excedentes de produção a preços de mercado. A convivência simultânea desses dois preços é considerada um dos fatores que permitiu uma transição menos traumática da economia centralizada para outra com ênfase na livre alocação de recursos e concorrência.

Como explicado por Naughton (2007, p. 88),

Em meados da década de 1990, na maioria dos setores, uma nova fase de reforma econômica pôde ser iniciada. O foco das reformas passou a ser o fim do planejamento obrigatório e a criação regras e impostos uniformes para todos os setores da economia. O sistema dual de preços (...) foi eliminado e a maioria dos preços foi unificada pelo valor de mercado.

Para North (1990), o empreendedor individual é o agente da mudança, que responde às mudanças percebidas nos incentivos, provocadas por mudanças nos preços relativos ou preferências (gostos). A estabilidade é facilitada por restrições informais, que muitas vezes complementam restrições formais como padrões mais específicos de troca rotineira. As restrições informais muitas vezes persistem mesmo em face das mudanças nas restrições formais e nos preços relativos. No entanto, North acredita que a realidade material e os custos variáveis de aderir a algumas restrições informais acaba causando uma mudança incremental naquelas restrições informais. Mudanças nas restrições formais (incluindo as provocadas pela revolução) só são significativas se os constrangimentos informais as reforçam. North argumenta que as instituições fornecem um mecanismo para mudanças incrementais porque oferecem oportunidades para novos negócios e compromissos. Em um mundo sem concorrência perfeita caracterizado por informações assimétricas e retornos crescentes em

escala, “não só prevalecem os caminhos divergentes e o desempenho persistentemente pobre como percepções historicamente derivadas dos atores que moldam suas escolhas” (idem, p. 95-96).

A descoletivização da economia rural no início dos anos 80, conforme argumentado por Xu (2013), foi um dos mais significativos aspectos da transição chinesa para uma economia de mercado. Deng Xiaoping a denominou de “inovação”, sendo inegável sua relevância para o processo global de “reforma” rumo ao liberalismo econômico. A propriedade da terra continuou pertencendo ao Estado, mas os direitos de uso foram divididos entre agregados familiares e parcelas específicas passaram a ser geridas pelas próprias famílias. No chamado “sistema de responsabilidade domiciliar” elas passaram a ser

TABELA 5.1 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA (%) DA ECONOMIA DA CHINA, 1970–2004

	1970	1980	1985	1990	1995	2000	2004
Participação % no PIB							
Agricultura	40	30	28	27	20	16	15
Indústria	46	49	43	42	49	50	53
Serviços	13	21	29	31	31	33	32
Participação % no emprego							
Agricultura	81	69	62	60	52	50	47
Indústria	10	18	21	21	23	22	22
Serviços	9	13	17	19	25	28	31
Razão entre comércio e PIB							
	Nd	12	23	30	40	44	70
Exportações/PIB	Nd	6	9	16	21	23	36
Importações/PIB	Nd	6	14	14	19	21	34
Participação % das exportações							
Produtos primários	Nd	50	51	26	14	10	7
Alimentos	Nd	17	14	11	7	5	3
Participação % das importações							
Produtos primários	Nd	35	13	19	18	21	21
Alimentos	Nd	15	4	6	5	2	2
% da população rural	83	81	76	74	71	64	58

Fonte: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/009/ag088e/AG088E03.htm>>. Acesso em: 15 fevereiro 2017.

Nota: Nd = não disponível.

responsáveis pela venda de uma quota fixa de produção agrícola definida pelo Estado a preços predeterminados, mas poderiam manter ou vender todo o excedente de produção a preços acima da cota ou do valor médio de mercado.

A mudança aumentou os retornos sobre o esforço e o investimento de cada unidade familiar, incluindo maior eficiência técnica, gerando aumentos consideráveis da produção. À medida em que avançou o novo sistema, as famílias foram capazes de escolher as culturas agrícolas de maior retorno financeiro de acordo com preços orientados pela demanda de mercado, o que aumentou a eficiência alocativa. Melhores incentivos levaram a um maior uso de insumos e de investimento, inclusive em inovação. Devido ao papel crescente dos incentivos ao lucro, as famílias passaram a ser recompensadas pelos riscos assumidos, aumentando também em muitos casos os investimentos em novas tecnologias.

5.2 REFORMAS FISCAL E BANCÁRIA

Após a Revolução Cultural, se considerada dentro de um escopo menos abrangente de 1966 a 1969, as receitas tributárias se tornaram tão dispersas que, no final da década de 1970, o governo central estava com dificuldade de evitar a queda acentuada da arrecadação de impostos. O Ministério das Finanças foi mobilizado em torno de um novo planejamento tributário plurianual para recomposição dos cofres centrais. Na segunda metade dos anos 70 várias províncias também inauguraram novos modelos de repartição fiscal de modo a não perderem receitas locais. Nas literaturas ocidentais e orientais, institucionalmente, a reforma fiscal de 1980, ou seja, o equilíbrio fiscal, é considerada a mudança essencial que permitiu o sucesso das outras (LI, 2009). Ao mesmo tempo em que descentalizou a arrecadação tributária, também limitou as receitas de governos locais de forma que o governo local estabelecesse um controle meticuloso (SHIRK, 1993, p. 164 *apud* LI, 2009) sobre as novas receitas que foram criadas a partir da liberalização das produções agrícolas.

O sistema tributário pós-1980 é costumeiramente descrito como descentralizado por conta de sua diversificação. As leis fiscais previam uma certa variedade de tributos. A repartição das receitas deles provenientes foi negociada entre os governos central e locais, incluindo não só a arrecadação estimada, mas também os gastos orçamentários das províncias. Em caso de sobra, também eram calculadas as porções de distribuição entre o governo central e os governos locais. Caso fosse previsto um déficit, as negociações giravam em torno das quantias a serem subsidiadas pelo governo central (WONG; HEADY; WOO,

1995 apud LI, 2009).

O sistema tributário manteve o imposto sobre o valor agregado (IVA) que já existia desde as reformas estruturais iniciadas em 1979. Uma reforma feita em 1994 ampliou a abrangência do IVA também para a venda de bens, transformação e serviços de consertos, direcionando mais receitas para o governo central. Na verdade, a recentralização das receitas se iniciou naquele ano de 1994, fortalecendo a capacidade do governo central de redistribuí-las para províncias mais pobres. O percentual total de arrecadação destinada ao governo central subiu para 55% em relação aos 33% do ano anterior, enquanto a descentralização dos gastos permaneceu. A diferença entre arrecadação e gastos públicos locais continuaram a ser cobertos pelo governo central, que em 2007 custeou cerca de metade de todos eles (LI, 2009, p. 456).

Em 2016 o IVA foi implementado nacionalmente como único imposto indireto no país, substituindo o antigo imposto sobre empresas (*Business Tax* ou BT) e lançando as bases para um crescimento significativo da razão entre receitas e PIB. Com a mudança, a economia, antes baseada principalmente na disponibilidade de mão-de-obra e nas manufaturas, deslocou-se em direção a o setor de serviços, o que mais rapidamente tem crescido ao longo dos anos. Em 2015, pela primeira vez, este setor representou mais da metade do PIB chinês.

Uma externalidade almejada com a mudança é a de que os fabricantes de produtos com menor valor agregado reinvestam os impostos poupados na atualização tecnológica e de capacitação em pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de galgarem posições mais altas e sofisticadas na cadeia de valor, que é o conjunto de atividades encadeadas em uma firma para gerar valor em cada estágio da produção. Para Porter (1985, p. 39), a cadeia de valor permite um exame mais apropriado da vantagem competitiva do que o valor adicionado (preço de venda menos o custo das matérias-primas). Segundo ele, o conceito de valor adicionado distingue incorretamente as matérias-primas dos muitos outros insumos utilizados nas atividades de uma empresa. Além disso, não considera as ligações entre uma empresa e seus fornecedores, o que pode reduzir o custo ou aumentar a diferenciação do produto.

Além da expansão do IVA, também foi unificado o imposto sobre o rendimento das pessoas jurídicas, tanto nacionais como estrangeiras, reduzidas as tarifas de importação, aumentada a faixa de contribuição do imposto de renda das pessoas físicas e introduzido um

novo imposto sobre os combustíveis. A instabilidade macroeconômica foi evitada por meio de uma arrecadação mais racional de receitas, fazendo com que os gastos públicos também crescessem. As receitas orçamentárias globais aumentaram de menos de 10% do PIB em meados dos anos 90 para cerca de 20% do PIB nos últimos anos.

Sem as reformas fiscais, teria sido difícil levar a bom termo as reformas financeiras conduzidas pelo governo chinês. De mera alocação socialista de um fundo monetário, o sistema financeiro se transformou em fonte eficaz de financiamento da rápida expansão do investimento e consequente crescimento econômico durante as últimas décadas. O setor bancário mobilizou uma poupança nacional suficiente para satisfazer a elevada demanda de investimento por parte de empresas e dos governos locais.

Durante a transição econômica, o sistema bancário da China foi drasticamente transformado, bem como o papel que o governo exerce sobre ele. Foram abertas bolsas de valores em Xangai e Shenzhen, interligando empresas financeiras e mercados. As taxas de juro foram liberalizadas para permitir um maior nível de concorrência entre as instituições financeiras. Além disso, a governança dos bancos comerciais estatais foi reformada com a venda de ações a investidores estratégicos, tendo sido listados em bolsas nacionais e estrangeiras. As restrições de entrada nas instituições financeiras e os controles sobre o capital foram facilitados.

Tais medidas não decorriam apenas da necessidade de sanear e racionalizar o ambiente financeiro doméstico chinês. Também eram consequência de profundos desequilíbrios monetários internacionais, que já haviam provocado a crise asiática em 1987. Nos anos 90, a próxima vítima teria dimensões internacionais e sistêmicas bem maiores – a bolha da economia japonesa estourou, ocasionando décadas de estagnação econômica que perdura ainda hoje.

Como explicou Shimizu (2000), em termos de magnitude, os problemas do setor bancário japonês se manifestaram como um dos mais graves da depressão econômica japonesa nos anos 90. A desregulamentação financeira mundial entre 1980 e 1996 resultou em um ambiente muito competitivo, no qual 133 dos 181 países-membros do FMI experimentaram dificuldades do setor bancário que não se viam desde a Grande Depressão dos anos 1930 (LINDGREN; GARCIA; SAAL, 1996).

A bolha econômica japonesa foi motivada pela especulação financeira com um iene forte, baixas taxas de juros, liquidez excessiva e preços inflacionados. Shimizu argumenta

que as baixas taxas de juros reguladas facilitaram o aumento dos preços das ações e encorajaram ainda mais a expansão do mercado de capitais, reduzindo a demanda por empréstimos bancários de longo prazo pelas grandes empresas. Durante os anos 80, a única garantia que importava aos olhos dos banqueiros japoneses era a terra. O aumento dos preços dos terrenos ajudou a aumentar a capacidade de crédito de pequenas e médias empresas, e os empréstimos concedidos a elas aumentaram desproporcionalmente.

Bancos como o falido LTCB (*Long Term Credit Bank*) começaram a financiar sem averiguar adequadamente a solidez de empresas menores como no caso da japonesa EIE, descrito por Tett (2015, p. 31) e chegaram à enganosa conclusão de que o valor da terra só poderia aumentar. A sede do banco em Tóquio simplesmente desconsiderava as análises sobre o fluxo de caixa e sobre as taxas de retorno que eram elaboradas pelas subsidiárias nos EUA e em outros países, prosseguindo adiante com operações de crédito sem garantias reais.

De acordo com Tett, o problema subjacente que afetava bancos como o LTCB e o sistema financeiro japonês como um todo era a rejeição à necessidade de mudanças estruturais. Eles continuaram a financiar projetos insustentáveis apresentados por empresas apoiadas politicamente e, por vezes, envolvidas em negócios obscuros. Além disso, em muitos casos, sistemas de fiscalização foram abandonados em um contexto autorregulamentador que colocava nas mãos dos próprios agentes financiadores o controle sobre o empréstimo concedido.

Como argumenta Posen (2000, p. 6), os bancos japoneses repetiram suas tradicionais práticas de crédito com novos clientes e se recusaram a reduzir de tamanho, mesmo com a demanda por seus serviços ter diminuído, devido à grande quantidade de depósitos de poupadores japoneses parados nas contas.

Esse foi apenas um dos casos externos, mas de grande relevância pela dimensão e proximidade, que estimularam o governo chinês a implementar suas próprias reformas financeiras. Internamente, houve uma profunda divisão entre os economistas do Conselho de Estado da China sobre o rumo a seguir. Enquanto um grupo defendia o corte da taxa de juros o outro queria priorizar um ajuste fiscal, tomando medidas para reduzir o endividamento das empresas estatais e evitar o crescimento de uma bolha econômica. Prevaleceu o conselho de um dos economistas chineses enviado ao Japão de que não seria prudente alterar a taxa de juros e de que a economia necessitava de um crescimento seguro ao invés de estímulo monetário (BRAHM, 2002, p. 16).

O novo cenário financeiro na China foi um dos fatores que alavancou a sua disparada no comércio internacional, como se verá adiante, tendo sido uma de suas características econômicas mesmo antes de sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e proporcionando mais um impulso para o crescimento do PIB. Na ausência de uma Rodada de Doha bem-sucedida, vários acordos bilaterais e multilaterais de comércio livre foram firmados internacionalmente, particularmente na Ásia Oriental. A fim de facilitar seu comércio exterior, a China se tornou um dos maiores investidores diretos no mundo, o que também contribuiu para a internacionalização renminbi (RMB).

5.3 A VIRADA DE LEWIS?

Os estrategistas chineses rapidamente descobriram uma enorme vantagem comparativa que também alavancou o crescimento acelerado do país – a abundância de mão de obra barata, disponível às centenas de milhões em zonas rurais, uma vez que mais de 80% da população trabalhava na agricultura em 1978. Apesar dos processos migratórios massivos do campo para as cidades ao longo de décadas, em 2015 o setor agrícola ainda empregava 28,3% dos chineses¹⁰⁴, condicionados a um trabalho árduo e de constante aperfeiçoamento. Transformada em operariado e em classe média de um país onde o setor terciário se expandiu vertiginosamente, criou-se outra vantagem comparativa – um dos maiores mercados consumidores do mundo. Essa base competitiva foi aproveitada pelos formuladores de políticas públicas na China para implementarem uma série de medidas para continuar a atração de investidores externos e a expansão de sua base industrial. Os benefícios tributários, creditícios e fundiários, além de diferentes formas de subsídios e controle cambial continuaram a ser utilizados por diferentes níveis de governo além do federal. Assim se formou o chamado “preço China”, o qual, ao longo de décadas, dizimou cadeias produtivas inteiras ao redor do mundo e produziu reações protecionistas por parte de vários países ou blocos deles. Segundo o Ministério de Comércio da China, apenas na primeira metade de 2016, 17 países ingressaram na Organização Mundial do Comércio com 65 pedidos de investigação, incluindo 46 de antidumping e 13 casos de direitos

¹⁰⁴ - Dados da Organização Internacional do Trabalho e Banco Mundial, disponíveis em <http://data.worldbank.org/indicator/SL.AGR.EMPL.ZS?locations=CN>

compensatórios¹⁰⁵.

No campo trabalhista, o efeito da transição econômica foi o aparecimento de um massificado mercado informal (sem contrato de trabalho) em áreas urbanas, com uma enorme desigualdade entre residentes locais e migrantes, especialmente de áreas rurais. Uma das expressões básicas dessa diferença é a cobertura da seguridade social chinesa (*hukou*¹⁰⁶). Entre 1998 e 2002, a agressiva reforma do setor público por conta das privatizações desempregou cerca de 60 milhões de trabalhadores que se viram forçados a reingressar em funções produtivas por meio do setor informal (PARK; WU; DU, 2012). Wu e Cai (2006) analisaram dados do Ministério do Trabalho da China coletados em 66 cidades do país no fim de 2002 e estimaram que 45% do emprego urbano era informal. A partir de 2004, a demanda por posições de trabalho formal começou a arrefecer por conta do crescimento econômico. Em 2008 foi aprovada a lei trabalhista para contratação e o governo chinês iniciou uma política de formalização dos trabalhadores.

Na medida em que os investimentos iniciais foram constituindo massa crítica suficiente, os benefícios cumulativos da aglomeração de atividade econômica potencializaram seus efeitos. Quanto mais fabricantes transferiam suas linhas de produção para a China, maiores eram os benefícios para um número crescente de fornecedores que também foram para lá operar. Quando começaram a aumentar os salários no Sudeste, ao redor das várias SEZ na região do Cantão, empresas iniciaram a transferência de operações produtivas em direção ao oeste. Mas isto só se deu após uma grande quantidade de migrantes chineses do Oeste terem ido buscar melhores condições de vida nos novos centros industriais, um movimento que não cessou ainda nos dias atuais.

Centenas de milhões de agricultores chineses de baixa renda participaram desse processo migratório – uma das chaves para entender a estratégia de desenvolvimento chinês e o crescimento vertiginoso nas últimas décadas. Por conta de ter a maior população mundial e de seu perfil socioeconômico, a China, como nenhum outro país, pôde tirar vantagem da combinação, por um lado, do enorme contingente populacional concentrado em áreas rurais. No outro extremo, formaram-se aglomerados industriais orientados à economia de livre concorrência, vários deles utilizando tecnologia de ponta que agregam valor e atraem mão

¹⁰⁵ - Nan (2016).

¹⁰⁶ - *Hukou* é o sistema de registro domiciliar chinês, cujos primórdios remontam à dinastia Xia (2100 a 1600 BC). Tradicionalmente utilizado como ferramenta tributária e de controle social, mas contemporaneamente se associou a questões migratórias, uma vez que exclui trabalhadores migrantes do sistema de seguridade social oferecido nas cidades.

de obra barata e abundante.

É o chamado aspecto dual dos países em desenvolvimento, para o qual chamou atenção Lewis em sua obra seminal de 1954. Laureado com um Prêmio Nobel, ele explicou que os setores mais avançados da economia conduzem o processo de desenvolvimento e modernização com base na oferta abundante de mão de obra. Inicialmente estes trabalhadores atraídos aos centros urbanos e industriais aceitam de bom grado salários mais baixos, compatíveis com os rendimentos normalmente pagos nas áreas rurais. O setor modernizado e capitalista se aproveita deste lucro e inicia um processo de poupança e formação de capital que permite sua expansão.

Na medida em que o país se desenvolve, os trabalhadores rurais continuam sendo absorvidos pelos centros urbanos até o ponto de sua exaustão. A tendência a partir desse ponto de escassez da disponibilidade de mão de obra mais barata é que os salários comecem a aumentar, diminuindo a competitividade da produção doméstica e reduzindo a capacidade de expansão dos segmentos capitalistas. É o chamado “ponto da virada de Lewis” (*Lewis’ turning point*), que no caso da China, para economistas como Das e N’diaye (2013), seria alcançado até o ano de 2023, quando a população em idade economicamente ativa atingirá o pico e começará a declinar. A este fato, somam-se o aumento salarial dos trabalhadores migrantes e redução na disponibilidade de mão-de-obra barata.

O magnífico crescimento sem precedentes verificado na China durante as últimas décadas decorreu também da abundância de trabalhadores rurais de subsistência dispostos a receber salários que permitiram a acumulação de lucros por parte dos setores modernizados chineses. Tendo em vista não só o aumento da renda média chinesa, mas principalmente medidas governamentais como a política já flexibilizada do filho único e restrições à mobilidade entre as províncias pela limitação na cobertura de programas de saúde e previdência, a disponibilidade atual daquela mão de obra outrora excessivamente barata já não é mais tão abundante. Os agora trabalhadores urbanos, em busca de melhores condições trabalhistas e de vida, fazem greve e a pressão pelo aumento dos salários é frequente. O desafio é tentar equilibrar a oferta de salários atraentes para novos postos de trabalho, e a demanda de trabalhadores que, ao não conseguirem uma posição, ficam desempregados ou têm que se contentar com uma relação contratual de escassas garantias trabalhistas, ou até mesmo informal.

É por isso que diferentes estudos questionam se a China teria atingido seu ponto da

virada, o que na prática significaria a redução de seu crescimento econômico. Sendo um dos países que mais cresce no mundo, o efeito seria sentido nos quatro cantos do planeta. Para evitar que seus sistemas produtivos sejam mais duramente afetados pela nova realidade trabalhista, grandes corporações chinesas já começaram a transferir linhas de produção para países do sudeste asiático como Vietnã, Filipinas ou Camboja.

No debate sobre desenvolvimento econômico existem aspectos para os quais ainda não há consenso. Em relação a países do Leste Asiático, por exemplo, acadêmicos de diferentes correntes têm perspectivas distintas sobre se o rápido crescimento nesses outros países é resultado da acumulação de capital ou de ganhos de produtividade. Young (1995), Krugman (2000) e outros economistas concluíram que a Coreia do Sul e outros tigres asiáticos cresceram mais por investir pesadamente em bens de capital, como máquinas e fábricas do que pelo aumento da eficiência do trabalhador.

Já no caso da China, Hu e Khan (1997) concluíram que os ganhos de produtividade sustentaram mais de 42% do crescimento da China no período entre 1979 e 1994 e que a produtividade superou o investimento no início da década de 1990 como a maior fonte de crescimento. O resultado foi uma surpresa, tendo em vista a escala vertiginosa de investimentos de capital na China. Por outro lado, como alertam Todaro e Smith (2012), quando o rápido crescimento econômico da China começou no final de 1970 nas proximidades de Hong Kong, na fronteira com Shenzhen, onde está uma das principais Zonas Econômicas Especiais chinesas. A proximidade com um dos maiores centros financeiros do mundo facilitou o crescimento vertiginoso dos fluxos de capital por meio da ex-colônia britânica para o comércio e serviços de empresas famintas por recursos financeiros. Mas outro fluxo não nitidamente percebido por muitos foi o de ideias produtivas, possibilitou a anteriormente represada transferência de *know how*. Essa transferência de conhecimento é para alguns até mais relevante do que a mera remessa de capital que não necessariamente cria processos sustentáveis, podendo até gerar bolhas econômicas via processos especulativos.

5.4 ASCENÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO MODELO DAS SOES E TVES

Por mais de três décadas as empresas estatais chinesas (*State Owned Enterprises* ou SOEs) contribuíram decisivamente para a transformação do país em potência global na

fabricação de uma grande variedade de produtos comercializados internacionalmente. A tal ponto que o país passou a ser conhecido como “fábrica do mundo”. Inspiradas na origem no modelo soviético de desenvolvimento, as indústrias estatais lideraram o desenfreado ritmo de construção da infraestrutura na China, que em alguns casos, como na construção da SEZ de Shenzhen, também teve o auxílio do Exército de Libertação Popular (*People’s Liberation Army* ou PLA). Tornaram-se dominantes, especialmente em setores propensos a monopólios naturais, como telecomunicações e energia, e em setores estratégicos, como aço, carvão e bancário.

O desenvolvimento desse processo enfrentou múltiplos desafios. Em 1998, as empresas públicas e estatais representavam quase 50% da produção industrial. Em 2004, esse percentual havia caído para 38% da produção industrial. Posteriormente, em 2014, a participação das receitas totais captadas pelo setor estatal caiu para 23,4% (JEFFERSON, 2016). Mas hoje ainda são as maiores corporações da China.

Ao longo dos anos 80 essas indústrias fabricavam produtos que tinham pouco apelo comercial, seja pela baixa qualidade ou pela baixa demanda de um mercado sem emprego e renda que justificasse a existência de gigantes industriais a não ser para produzir estatísticas falaciosas de mão-de-obra empregada. O acúmulo desse modelo insustentável fez com que, no início da década de 1990, as estatais se vissem enterradas em enorme endividamento cruzado que ficou conhecido como *sanjiao zhai* ou “dívida triangular” (BRAHM, 2002, p. 38).

Premidas pela baixa liquidez, essas empresas estatais contraíram empréstimos de bancos e outras instituições financeiras. A falta de governança empresarial à época permitia que recursos fossem investidos em projetos inacabados ou sem planejamento adequado. Sem retorno dos investimentos os tomadores não conseguiam cumprir prazos de pagamento. De modo similar, várias estatais não conseguiam receber de distribuidores que possuíam clientes varejistas inadimplentes, provocando um efeito em cadeia. As dívidas com as estatais não eram normalmente vistas como prioritárias. Essa pirâmide ameaçava provocar uma crise nacional de crédito em 1993, pressionando o sistema bancário chinês logo nos estágios iniciais do processo de reformas econômicas.

O ex-primeiro ministro Zhu Rongji, escolhido cuidadosamente por Deng, estava convencido de que sem o equacionamento das dívidas não seria possível implementar a reforma dos sistemas fiscal e financeiro.

Tais transformações foram acompanhadas por um vasto processo de privatização desencadeado em meados dos anos 90, mas que guardou diferenças fundamentais em relação aos processos privatistas ocorridos no Leste Europeu e na América Latina. Talvez a principal delas tenha sido o fato do governo chinês ter decidido se desfazer das empresas menores e menos rentáveis (ou até deficitárias), mantendo sob seu controle grandes corporações que atuam em setores considerados geopolítica e economicamente estratégicos. As grandes estatais mantidas sob o controle nacional, além de se manterem na mão do Estado sob orientação do Partido Comunista Chinês, globalizaram-se. A sustentabilidade financeira, a lucratividade e a margem de retorno do investimento transformaram-se em variáveis importantes ou até decisivas de seus modelos de gestão. Mas essa transformação se deu de forma lenta, inclusive para não produzir impactos ainda maiores no mercado de trabalho.

Entre 1995 e 2001 o número de empresas de propriedade ou controladas pelo Estado caiu de 1,2 milhão para 468 mil, e o número de postos de trabalho no setor estatal urbano caiu de 36 milhões, ou de 59% para 32% do total de emprego urbano (*THE ECONOMIST*, 2011). Continuaram nas mãos do Estado chinês, por exemplo, as maiores corporações no setor petrolífero (*PetroChina*, *China National Offshore Oil Corporation*, *China National Petroleum Corporation*, *China National Refinery Corp* e *Sinopec*), de energia elétrica (*StateGrid*), de trens (*China Railway Corporation*, *CSR Corp* e *China CNR*), bancário (*ICBC* e *China Construction Bank*) e de telecomunicações (*China Mobile* e *China Unicom*).

O processo massificado de privatização e desnacionalização de empresas estatais em vários outros países em desenvolvimento teve méritos como modernizar tecnologias obsoletas ou retirar o comando das empresas das mãos de grupos políticos locais, reduzindo em tese tradicionais esquemas de corrupção. Mas em outros casos os processos privatistas não foram além da captura de patrimônio público, construído à custa de tributos e poupanças nacionais ao longo de vários anos ou décadas. Comparativamente a países da África ou da América Latina, onde o livre mercado passou a dominar o modelo econômico local atrelado ao sistema financeiro internacional, a retenção de grandes grupos econômicos locais em mãos chinesas deu a autonomia político-regulatória que Pequim necessitava para planejar e orientar o desenvolvimento da China com base em suas próprias estratégias de crescimento.

Durante as décadas de 1990 e 2000, as centenas de empresas estatais deficitárias de médio e pequeno porte foram privatizadas, abriram seus capitais em bolsa ou tiveram simplesmente suas atividades encerradas. Precisaram se adaptar a uma nova realidade em

que as indústrias leves, como as têxteis e fabricantes de outros bens de consumo teriam que ser produzidos não só para o mercado doméstico, no qual a sociedade pretendia melhorar seus padrões de vida. Também teriam que concorrer e conquistar mercados internacionais.

TABELA 5.2 CATEGORIAS DE EMPRESAS PRIVADAS OU PRIVATIZADAS (TOTAL OU PARCIALMENTE) NA CHINA

Categoria	Descrição	Exemplos
Grandes empresas controladas pelo Estado	Monopólios ou oligopólios. Ações minoritárias vendidas em bolsa	ICBC, China Construction Bank, China Mobile, China Unicom, China National Petroleum Corporation
<i>Joint Ventures</i>	Costumam envolver sócio estrangeiro que fornece tecnologia em troca de acesso a mercado	Shangai Volkswagen, Xian-Janssen (biomedicina), Denghai (agricultura), DHL- Sinotrans, Ameco (fabricação)
Empresas Privadas com alguma influência estatal	Normalmente em novos mercados sem empresas estatais. Recebem apoio de políticas públicas favoráveis, com barreiras à competição externa	BYD, Geely, Chery, Goldwind (energia eólica), Huawei
Empresas com capital aberto	Investidores incluem participação privada estrangeira, capital de risco, e governos de províncias e de cidades	Shangai Environment Group, Nanhai Development (meio-ambiente), Digital China (TI), China WLCSP (microprocessadores)

Fonte: *The Economist*, 03/09/2011, com dados da *McKinsey e Infinity Group* (tradução do autor). Disponível em <<http://www.economist.com/node/21528262>>. Acesso em: 12 janeiro 2017.

Em outra frente, o governo chinês também promoveu a industrialização das áreas rurais, estimulando a criação de Empresas Municipais e de Aldeias (*Township and Village Enterprises* ou TVEs). Após o processo de descoletivização de terras, milhões deixaram de realizar trabalho agrícola, criando um excedente de trabalhadores no campo que precisava de mão-de-obra mais qualificada.

Segundo Todaro e Smith (2012, p. 189), grande parte do crescimento da China entre a década de 1980 e início dos anos 1990 se deveu àquelas empresas de vilarejos rurais conhecidas na China como *xiang zhen qiye*, como consequência das mudanças ocorridas por dentro do processo produtivo-transformador. Foi desenvolvido um sistema semicooperativo de produção e de propriedade parcialmente municipal

Em nível municipal e de províncias, entre o fim dos anos 70 e meados dos anos 90 o CPC e os burocratas estimularam a criação de milhares de TVEs. Elas eram de propriedade tanto do governo local como de empresários privados em uma relação jurídica imprecisa e deslocaram os termos de troca para o setor industrial, expandindo seus benefícios para zonas ocidentais do país. Ainda assim, mais da metade da população trabalhava na agricultura em 2004. Os postos de trabalho nas TVE, que eram 28 milhões em 1978, chegaram a 142,7 milhões em 2005 como exibido na Tabela 5.3, com uma taxa média de crescimento anual entre 1978 e 2005 de 16,41%. A participação dessas empresas no PIB chinês aumentou de menos de 6% em 1978 para 26% em 1996 (NAUGHTON, 2007, p. 274).

Em meados da década de 1990, as TVEs compunham o setor de mais rápido crescimento econômico, com expansão de 30% ao ano. Entre 1985 e 1998, seu volume de produção cresceu mais de seis vezes em termos reais. Elas criaram 107 milhões de novos empregos entre 1978 e 1996. Os 142,7 milhões de trabalhadores que modelo de empresa empregava em 2005 equivaliam a 29,4% dos trabalhadores rurais e a 18,8% de toda a força de trabalho no país. Em 1996, 48% das exportações eram manufaturadas pelas TVEs, que se concentravam na zona costeira da China (PARK, 2017, módulo 1, aula 5).

As TVE se transformaram em uma das principais características dos novos modelos institucionais e de modos de produção desenhados pelos líderes chineses. Eles apostaram na experimentação local antes de lançar políticas nacionais e permitiram que as províncias desenvolvessem modelos e soluções de acordo com suas condicionantes específicas. As TVE passaram a coexistir com tradicionais organizações do planejamento central, mantendo quotas a preços fixos para compra e venda. Uma vez que as quotas eram alcançadas, vendedores ficavam livres para praticar o preço de acordo com as leis do mercado. Com isso os agentes econômicos tiveram tempo de se adaptar à nova realidade, simulando uma eficiência econômica alocativa, além incentivar a qualificação e eficiência produtiva entre as empresas. A implementação gradual e sistemática é tida como uma das principais marcas das reformas econômicas na China. Bem diferente do que se passou no Leste europeu, onde,

após a dissolução da União Soviética, o planejamento central foi abolido do dia para a noite em nações como Rússia e Polônia, ainda que outros países da região como Hungria e Eslovênia tenham optado por estratégias mais gradualistas.

TABELA 5.3 NÚMERO DE TRABALHADORES POR TIPO DE EMPRESA E POR ZONA

Ano	Total China	Total Rural	TVEs	SOEs	TVEs como % da China	TVEs como % rural	SOEs como % da China
1978	401.520.000	306.380.000	28.270.000	74.510.000	7	9,2	18,5
1980	423.610.000	318.360.000	30.000.000	80.190.000	7,1	9,4	18,9
1985	498.730.000	370.650.000	69.790.000	89.900.000	14	18,8	18
1989	553.290.000	409.390.000	93.670.000	101.080.000	16,9	22,9	18,3
1990	647.490.000	477.080.000	92.650.000	103.460.000	14,3	19,4	16
1991	654.910.000	480.260.000	96.090.000	106.640.000	14,7	20	16,3
1992	661.520.000	482.910.000	106.250.000	108.890.000	16,1	22	16,5
1993	668.080.000	485.460.000	123.450.000	109.200.000	18,5	25,4	16,3
1994	674.550.000	488.020.000	120.170.000	112.140.000	17,8	24,6	16,6
1995	680.650.000	490.250.000	128.620.000	112.610.000	18,9	26,2	16,5
1996	689.500.000	490.280.000	135.080.000	112.440.000	19,6	27,5	16,3
1997	698.200.000	490.390.000	130.500.000	110.440.000	18,7	26,6	15,8
1998	706.370.000	490.210.000	125.370.000	90.580.000	17,7	25,5	12,8
1999	713.940.000	489.820.000	127.040.000	85.720.000	17,8	25,9	12
2000	720.850.000	489.340.000	128.200.000	81.020.000	17,8	26,2	11,2
2001	730.250.000	490.850.000	130.860.000	76.400.000	17,9	26,6	10,5
2002	737.400.000	489.600.000	132.880.000	71.630.000	18	27,1	9,7
2003	744.320.000	487.930.000	135.730.000	68.760.000	18,2	27,8	9,2
2004	752.000.000	487.240.000	138.660.000	67.100.000	18,4	28,4	8,9
2005	758.250.000	484.940.000	142.720.000	64.880.000	18,8	29,4	8,5

Fonte: *China Statistical Yearbook* (2006), pp. 128–129 *apud* Pong (2009)

A relação entre SOEs e TVEs era complexa, envolvendo aspectos de concorrência e cooperação. Pelo lado da cooperação, por exemplo, engenheiros das empresas estatais eram contratados por aldeões ou por autoridades locais para ajudar no aprimoramento dos produtos manufaturados pelas TVEs. Diante da lenta reação das fábricas urbanas à reforma, os produtos das TVEs começaram a efetivamente competir com os das empresas estatais.

A partir de 1997 houve um leve declínio no número de trabalhadores empregados pelas TVEs, o que só foi revertido a partir de 1999. De acordo com McDonnell *apud* Pong (2009, p. 592), entre as possíveis causas de desaceleração das TVEs estão o desenvolvimento

do mercado e as reformas financeiras e bancárias, provocando o aumento da concorrência do setor privado e da redução das margens de lucro. Ainda na década de 90, quando a economia chinesa já havia se multiplicado por quatro em menos de vinte anos e a pobreza diminuído drasticamente, a maioria das TVEs foi privatizada.

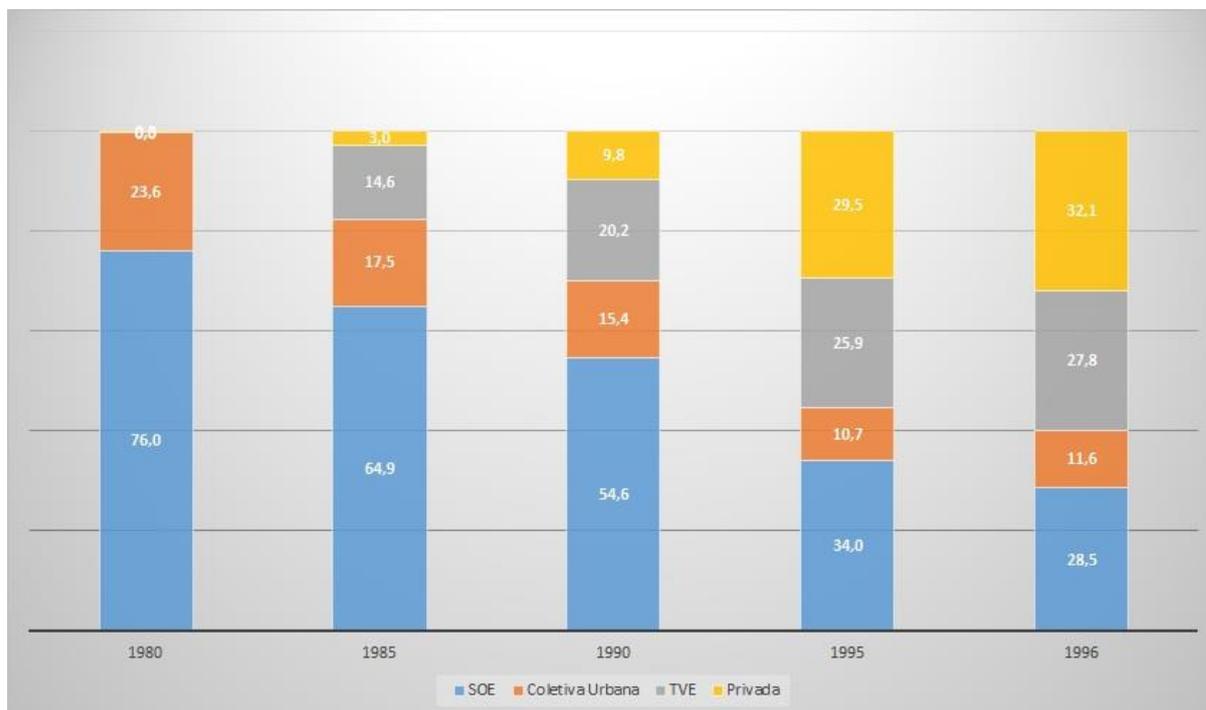
Como explica McDonnell,

Por um lado, as empresas estatais continuam a ter acesso preferencial ao financiamento em grande escala. Os principais bancos e os mercados acionários são muito mais abertos às SOEs do que às TVEs. Por outro lado, as empresas privadas e estrangeiras se tornaram mais importantes na China. Enquanto antes os empresários individuais precisavam da proteção governamental que as TVEs proporcionavam, agora estão cada vez mais dispostos a criar seus próprios negócios.

Se nas décadas de 80 e 90 eram as empresas estrangeiras que costumavam comprar firmas chinesas, especialmente a partir de 2003 foi a vez da China realizar investimentos estrangeiros em grande escala. Naquele ano foi criada a Comissão Administrativa para Supervisão de Ativos Estatais (*State-owned Assets Supervision and Administrative Commission* ou SASAC). Ela controla a gestão das grandes empresas, melhorando a governança e o planejamento de investimentos. Como explica Herrmann-Pillath *apud* Pong (2009, p. 495-496), muitas SOEs foram enquadradas em modelos internacionais de gestão corporativa, radicalmente reestruturadas, incluindo o enxugamento de mão-de-obra e pressionadas a gerar lucro. Em alguns setores, foi promovida a competição intra-SOE, ampliando-se o escopo de participação privada. Como resultado, a rentabilidade das empresas públicas da China aumentou. Atualmente, existe uma distinção entre as SOEs e as empresas controladas pelo Estado, nas quais este possui o controle acionário.

Muitas dessas empresas foram incentivadas pelo governo a investir em outros países, especialmente em setores estratégicos como o de energia. Assim como ocorreu com empresas estrangeiras que abriram operações na China, empresas estatais chinesas formaram *joint ventures* para comprar campos de petróleo, minas ou outras fontes de matérias-primas e empreendimentos no exterior. Orientadas a investir em determinados países e setores e estimuladas por meio de incentivos creditícios ou tributários oferecidos pelo Ministério do Comércio Exterior no contexto de uma estratégia global, as estatais chinesas passaram também a adquirir tecnologias-chaves, como por exemplo nos segmentos de tecnologia da informação, automobilístico e aeroespacial.

GRÁFICO 5.2 PRODUÇÃO BRUTA INDUSTRIAL NA CHINA POR CATEGORIA DE EMPRESA



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Park (2017) com dados de Jefferson e Singh (1999, p. 27). Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/489631468771852341/pdf/multi-page.pdf>>. Acesso em: 20 fevereiro 2017.

Além disso, em 2008 foi promulgada uma lei antimonopólio declarando os monopólios administrativos ilegais. Consideradas as corporações industriais, o papel dos setores privado e não estatal cresceu consideravelmente no 9º Plano Quinquenal, cobrindo os anos de 1995 a 2000. A participação do setor estatal no número total de empresas industriais (com vendas anuais superiores a 5 milhões de RMB) caiu de 39,2% em 1998 para 4,5% em 2010. A participação das empresas estatais nas exportações da China caiu de 57% em 1997 para 15%. O setor não estatal se tornou o maior gerador de produção (cerca de 70% do PIB), de emprego, o principal motor de crescimento econômico e o setor mais inovador (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 104).

Apesar das tentativas de reformar estruturalmente e tornar as estatais mais enxutas, elas ainda recebem tratamento preferencial do governo em relação às empresas privadas. O CPC as considera uma força-chave para permitir a internacionalização das empresas e dos produtos chineses. Portanto, ainda representam uma parcela considerável da produtividade chinesa. Mas, como fica claro no Gráfico 5.2, o setor privado ganhou grande espaço com as reformas econômicas e privatizações levadas a efeito. A partir do início das reformas a

participação da indústria estatal na produção industrial bruta caiu drasticamente. Em 1980, mais de 75% da produção industrial era fornecida por empresas estatais. Em 1995, o percentual já havia se reduzido para 34% e em 1996, para menos de 29% (JEFFERSON; SINGH, 1999).

Ao longo desse período, o controle estatal sobre os preços foi praticamente abandonado, mas não sobre as principais corporações estratégicas do país.

5.5 ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS E INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

Tendo em vista o objetivo de modernizar seu parque industrial e de fazer a economia crescer mais rapidamente, o politburo chinês começou a elaborar políticas econômicas que atraíssem tecnologias mais avançadas e capital em moedas fortes a partir do mercado internacional. Deng Xiaoping e seus aliados lançaram um programa de Portas Abertas na China moderna¹⁰⁷ que pudesse facilitar a entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no país.

Uma das peculiaridades do IED na China foi a proliferação das *jingji tequ*, as Zonas Econômicas Especiais (*Special Economic Zones* ou SEZ) de variados tipos. Uma legislação específica para investimento conjunto entre empresas chinesa e estrangeiras (*joint ventures*) prevendo benefícios tributários foi aprovada em 1979. O comércio, doméstico ou internacional, e os investimentos nessas áreas especiais independiam da autorização ou supervisão das autoridades de Pequim. Aos governos locais foi conferida autonomia para decidir sobre incentivos tributários e sobre a infraestrutura oferecida aos investidores estrangeiros.

As SEZs facilitaram a entrada de investimentos estrangeiros, inclusive pelo engajamento econômico com as economias capitalistas de antigos arquirrivais – Estados Unidos e Japão¹⁰⁸. Não tardou para que o país começasse a absorver conhecimento externo,

¹⁰⁷ - No final do século XIX a China havia sido vítima de um outro tipo de política de “Portas Abertas”. Em 1899 o secretário de Estado norte-americano John Hay enviou mensagens para os governos da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Japão e Rússia. Ele demandava os mesmos direitos de comércio com a China. Por mais de 40 anos foi essa a pedra angular da política externa dos EUA no Leste Asiático. Em 1900 EUA e Alemanha assinaram um acordo, aderido pelo Japão e pela Rússia, impedindo novas colonizações de território chinês para fins comerciais.

¹⁰⁸ - No caso dos EUA, além da óbvia dissensão ideológica entre os sistemas capitalista e comunista em plena Guerra Fria, que levou às guerras do Vietnã e da Coreia, e também por conta dela, os norte-americanos

tirando vantagem de seu atraso socioeconômico para saltar etapas no desenvolvimento tecnológico. Fortaleceram-se as políticas para o comércio internacional na medida em que também foram abertos novos canais para a atração de IED.

Em grande medida as SEZs foram financiadas pelo governo central. Além de subsídios diretos, cerca de 25.000 engenheiros e operários do Exército de Libertação Popular foram enviados para Shenzhen (KLEINBERG, 1990, p. 58 *apud* BRAMALL, 2009, p. 333). O investimento estrangeiro ajudou, mas dificilmente as zonas de exportação teriam saído do papel sem a construção pelo governo central da infraestrutura necessária.

As quatro primeiras zonas foram criadas em 1980 na costa sudeste da China, mais especificamente em Shenzhen, Zhuhai, e Shantou, na província de Guangdong, e em Xiamen, na província de Fujian. Paradoxalmente, a renda *per capita* nessa região, ainda que baixa para os padrões internacionais da época, era das mais altas na China. A localização, porém, foi o fator determinante, pois essas zonas eram próximas de Taiwan e das Regiões Administrativas Especiais¹⁰⁹ de Hong Kong e Macau, que representavam não só fontes de investimento, mas também centros com experiência no processo exportador com potencial de repasse dos seus conhecimentos.

Hong Kong, por exemplo, com desenvolvido centro financeiro internacional, abriga várias filiais de corporações com sede em outros países. Existem cerca de 1.000 empresas estrangeiras com sede regional em Hong Kong. Em determinado momento, possuía 256 dos Estados Unidos, 198 do Japão e 106 da China. Em alguns casos, o investimento originado em outros países pode ser apenas canalizado por meio de Hong Kong e aparecer nas estatísticas como investimento originário de lá. Sedes de corporações chinesas eventualmente enviam investimentos de volta para a China por intermédio de suas subsidiárias em Hong Kong ou até criam subsidiárias, por questões tributárias por exemplo, com esta finalidade – o chamado *roundtripping* (NAUGHTON, 2007, p. 415).

Antes pequenos vilarejos, como Shenzhen, se transformaram em megalópoles, atraindo milhões de migrantes que fixaram residência nas novas cidades ou passaram a

decretaram sanções econômicas contra a China entre 1949 e 1963 por conta das relações entre ela e a União Soviética. No caso do Japão, o choque é ainda mais direto e deixou marcas profundas na relação bilateral, tendo em vista as guerras travadas entre os dois países, que levaram a massacres como o de Nanjing e a ocupações territoriais como a da Manchúria.

¹⁰⁹ - Essas regiões têm certa autonomia política e econômica em relação ao governo central de Pequim, de acordo com o princípio “um país, dois sistemas”, proposto por Deng Xiaoping para que fosse assinado o acordo de término das concessões à Inglaterra e Portugal, respectivamente.

trabalhar sazonalmente nos novos polos de desenvolvimento. Em 1984, outras 14 cidades já antigas e maiores que simples vilarejos tiveram seus estatutos modificados para também se abrirem ao comércio e ao investimento estrangeiro.

Ainda em 1978 políticos de Guangdong, maior província exportadora da China¹¹⁰, começaram a fazer *lobby* para uma zona especial. A adesão de Pequim no ano seguinte, como explica Naughton (2007, p. 406), representou o compromisso do governo nacional com a liberalização comercial e de investimentos externos, ainda mais porque derrotou a resistência de conservadores dentro do próprio CCP, que enxergavam na nova política uma ameaça à soberania chinesa, que já havia sido agredida especialmente a partir do século XIX.

As zonas econômicas especiais da China são um tipo de Zona de Processamento de Exportação (*Export Processing Zone* ou EPZ). A primeira EPZ asiática foi inaugurada em Kaohsiung, Taiwan, em 1965. Na década de 1980 elas já eram 35 na Ásia, como a de Penang, na Malásia, que ajudou a inserir aquele país na cadeia de valor da indústria eletrônica asiática.

O tipo de incentivo que essas áreas costumam oferecer aos investidores é similar:

- a) Com relação aos aspectos alfandegários, isenção de imposto de importação para componentes e matérias-primas, e isenção do imposto de exportação e sobre valor agregado na saída do produto. Na prática essas áreas têm imunidade tributária em relação ao resto do país, como se fora dele estivessem;
- b) Isenção do imposto sobre a renda por um período de três a dez anos;
- c) Simplificação de procedimentos administrativos por meio de parcerias entre agências de licenciamento, redução ou eliminação de restrições à propriedade estrangeira e à contratação de cidadãos estrangeiros;
- d) Atribuição de personalidade jurídica da administração da SEZ como entidade comercial responsável pela construção da infraestrutura e fornecimento aos investidores estrangeiros, muitas vezes a uma taxa subsidiada, dos serviços comuns à zona especial.

¹¹⁰ - Em 2005 Guangdong respondia por 31% das exportações da China e por 38% das exportações de alta tecnologia. A razão entre comércio exterior e o PIB de Guangdong é considerado muito elevado – 178%, sendo semelhante à Malásia, que é de 175 %. O Baixo Yangtze, que cresce rapidamente, tem um índice em torno de 90%, pouco acima da média da Ásia Oriental, de 81%. O "resto da China" tem um índice de 23%, equivalente ao do Brasil. Ficam assim evidentes as profundas diferenças no grau de abertura e de dependência comercial entre as várias regiões da China (NAUGHTON, 2007, p. 397).

FIGURA 5.2 RENDA PER CAPTA E ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS DA CHINA A PARTIR DE 1980



Fonte: Diercke International Atlas (com tradução da legenda pelo autor). Disponível em <http://media.diercke.net/omeda/800/17570E_4_China_Wirtschaft.jpg>. Acesso em: 10 março 2017.

Uma das vantagens para os gestores de políticas públicas de governos asiáticos é que as SEZs conseguem promover a exportação das empresas (estrangeiras, domésticas ou joint ventures) operando em seus respectivos territórios, possibilitando a absorção de tecnologia mais avançada, gerando emprego e renda, e internalizando divisas, sem precisar subverter completamente a política de proteção aos fabricantes nacionais. Ainda que as SEZs chinesas partilhassem essas características básicas, elas possuíam outras que as diferenciavam das restantes, como apontado por Chan, Chen e Chin (1986 apud NAUGHTON, 2007) e Chu (1986 apud NAUGHTON, 2007).

No resto do continente os polos foram estruturados no contexto de economias de mercado, ainda que as políticas de industrialização por substituição de importações (*Import Substitution Industrialization* ou ISI) as protegessem da competição de mercados mundiais. As SEZ chinesas foram criadas dentro de um padrão econômico planejado e burocrático, determinando uma grande diferença de regras em relação às indústrias domésticas que não

se instalassem nesses polos. As SEZs foram em vários momentos utilizadas para experimentação de modelos como no caso dos projetos de construção em Shenzhen, onde foram permitidos sistemas flexíveis de salários sem limites para pagamentos de incentivos, bem como processos licitatórios.

Durante a segunda onda liberalizante a partir de meados dos anos 80, depois que o início do processo deu os primeiros resultados, 14 novas “Cidades Abertas” ou “Cidades Costeiras”, incluindo Xangai, foram estabelecidas e todas elas construíram Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (*Economic and Technological Development Zones* ou ETDZs)¹¹¹. Eram variações das SEZs que ofereciam vários incentivos similares, com a diferença básica de escala. Uma SEZ abrangente geralmente consiste em uma área muito maior (às vezes uma cidade inteira ou província) (ZENG, 2011, p. 10). Elas foram autorizadas e incentivadas a negociar agressivamente com potenciais investidores estrangeiros. Xangai, por exemplo, aprovou rapidamente um investimento da empresa norte-americana 3M para criação de uma subsidiária integral, ainda que naquele período não houvesse nenhuma legislação local para a propriedade estrangeira fora das SEZs.

O governo também concedeu incentivos substantivos às empresas nacionais chinesas que quisessem se instalar nas SEZ sem associação com empresas estrangeiras, ou seja, com propriedade de 100% do capital social. Isto facilitava uma absorção tecnológica autônoma ao tempo em que abria espaço para o desenvolvimento de tecnologias próprias. Essas empresas domésticas gozam de maior flexibilidade administrativa, taxas de imposto mais baixas (15% de imposto de renda ao invés de 30%) e acesso desburocratizado a mercados internacionais (NAUGHTON, 2007, p. 408).

A alíquota de imposto sobre o rendimento das empresas na China é de 33% (30% nacional mais 3% local). Enquanto empresas produtivas nas SEZs e ETDZs são tributadas em 15%, as cidades costeiras e zonas estabelecidas em províncias no interior podem definir a taxa de 24%. Mas as empresas que exportam mais de 70% da sua produção e aquelas definidas como sendo de “alta tecnologia” podem receber reduções adicionais, embora teoricamente, não inferiores a 10%. Dentro das zonas, e até fora delas dependendo do caso, as empresas podem ficar isentas de impostos durante os dois primeiros anos (NAUGHTON, 2007, p. 411).

Era uma mudança paradigmática monumental em um país que poucas décadas antes

¹¹¹ - Em abril de 2010 o total de ETDZs já havia subido para 69.

era considerado uma das referências mundiais de modelo comunista, que colaborara com preceitos Maoístas ao ideário Marxista-Leninista. Zeng (2011, p. 3) resume a experiência de liberalização econômica chinesa como gradualista com uma abordagem experimental, e forte comprometimento e pragmatismo das principais lideranças do Estado. Ele também destaca a autonomia institucional, as parcerias público-privadas, e continuada aprendizagem e atualização tecnológica.

Um dos momentos mais delicados para a credibilidade internacional do processo de liberalização ocorreu após os protestos estudantis na praça de Tiananmen em 1989. As estimativas oficiais divulgadas deram conta de um número entre 200 e 300 manifestantes mortos pelas forças do PLA. Uma mensagem ultrassecreta¹¹² da Agência de Segurança Nacional dos EUA (*National Security Agency* ou NSA) para a Secretaria de Estado desclassificada em 1993 registrou que o número de mortos poderia ter chegado a 500. Duas semanas depois dos distúrbios foi declarada lei marcial e o governo retomou o controle sobre a principal praça simbólica do país, onde se localiza entre outros prédios de relevância nacional o mausoléu de Mao Zedong, o Museu Nacional, o prédio do Legislativo (*Great Hall of the People*), nas proximidades da Cidade Proibida.

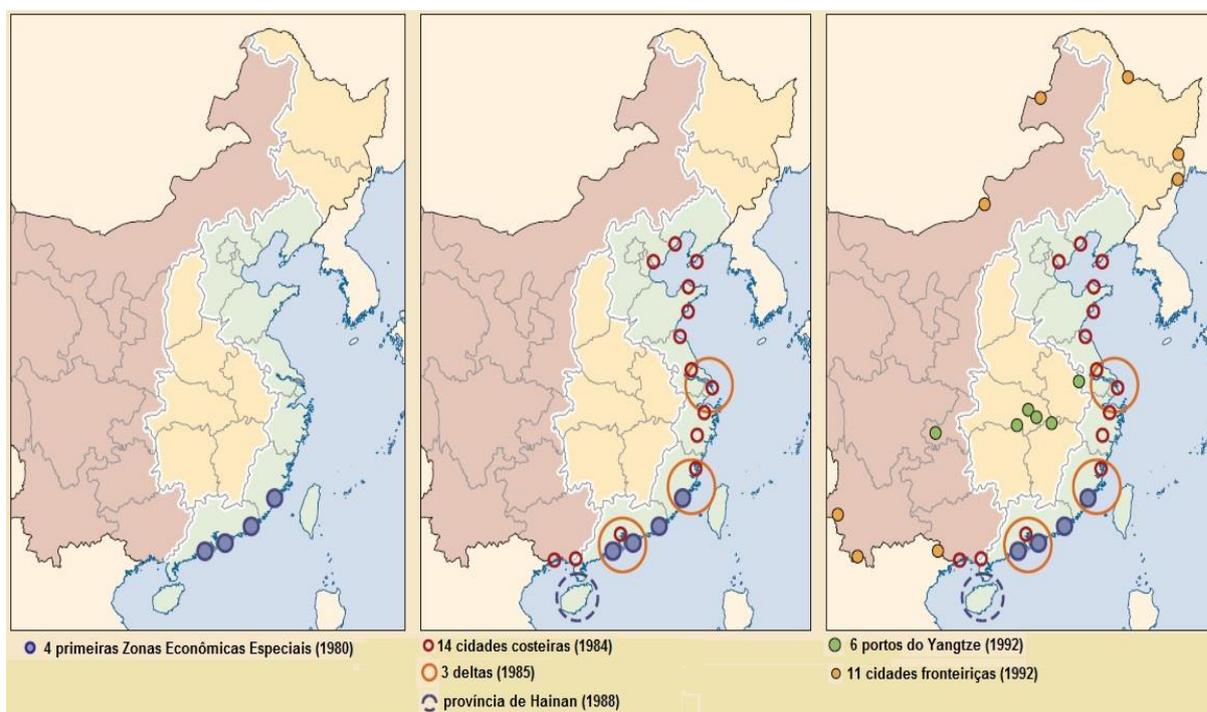
Deng Xiaoping, que já havia visitado a SEZ de Shenzhen em 1984 durante uma segunda onda de liberalização, retornou em 1992 para reforçar a mensagem do politburo que a liberalização econômica era não só irrevogável, mas que seria intensificada, como de fato ocorreu. De 8 de janeiro a 21 de fevereiro de 1992, Deng Xiaoping fez uma turnê ao sul da China que se tornou um marco. Ele visitou Wuchang, Shenzhen, Zhuhai e Xangai, nesta ordem. Os discursos que fez durante a viagem mais tarde se tornaram o pilar central do que passou a ser conhecida como a “Teoria de Deng Xiaoping”. Ela propugna princípios como a libertação de forças produtivas pela revolução e pela reforma; a necessidade de manter a simplicidade de “uma tarefa central com dois pontos básicos”; a coexistência do planejamento com forças de mercado, que, segundo tal base teórica, não são diferenças essenciais entre socialismo e capitalismo.

A importância das SEZs para a política econômica do governo ia muito além da dimensão simbólica, que em si própria já representava uma poderosa narrativa contra opositores internos e externos. As zonas especiais também serviram para testar modelos de

¹¹² - *Secretary's Morning Summary for June 1989*. Disponível em <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB16/documents/13-01.htm>>. Acesso em: 03 abril 2017.

produção e desenvolvimento que puderam ser aplicados ou evitados em outras partes da China. Os tipos de propriedade estrangeira, por exemplo, entre os quais se sobressaíram primeiro as *joint ventures*, modelo posteriormente superado pelas integralmente de propriedade de corporações sediadas no exterior, eram primeiro testados nas SEZs antes que fossem adotados em outras partes da China. Elas também serviram como canal de atração tecnológica e de investimento de empresários chineses residentes em locais como Hong Kong, Taiwan, Macau e Cingapura.

FIGURA 5.3 EVOLUÇÃO DAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS NA CHINA



Fonte: Relatório Mundial do Desenvolvimento (2009, p. 254), com modificações na legenda pelo autor. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5991>>. Acesso em: 10 março 2017.

A proliferação de novas zonas especiais se acelerou. Todo o território da ilha de Hainan foi transformado em SEZ em 1988. As de Zhuhai, Shantou e Xiamen foram enormemente expandidas. No início dos anos 90 foram estabelecidas outras ao longo do delta do Rio das Pérolas, em Guangdong, do delta do Rio Yangtze, em torno de Xangai, e em uma faixa costeira do Fujian, perto da SEZ de Xiamen. Mais de 160 milhões de pessoas passaram a residir nessas novas áreas. Em 2003 havia mais de 100 zonas de investimento reconhecidas pelo governo central, incluindo 53 zonas industriais de alta tecnologia e 15 zonas alfandegárias do tipo “porto seco”, nas quais as mercadorias podem ser legalmente armazenadas como se estivessem ainda fora do país. Um Programa de Desenvolvimento

Ocidental expandiu as ETDZs para o interior e todas as províncias chinesas passaram a ter pelo menos uma dessas zonas. Segundo dados do Ministério de Comércio da China (*Ministry of Commerce* ou MOFCOM), em 2006 havia 16.200 empresas instaladas nas ETDZs, sendo 11.600 de capital estrangeiro, ou cerca de 70% do total (CELINO, 2006, p. 94). Elas não incluem as Zonas de Desenvolvimento de Indústrias de Alta Tecnologia (*High-tech Industrial Development Zones* ou HTIDZ), que começaram a ser construídas em 1988 e que em 2006 eram 156 com receitas operacionais equivalentes a cerca de U\$ 4 trilhões (XINGHUA, 2017).

Esse novo e vigoroso universo de parques industriais e zonas especiais não só lançaram as bases de uma produção de bens sem paralelo no mundo, como transformaram a face econômica global da China. Antes um país isolado e ensimesmado em torno de ideologias radicais, passava agora uma forte mensagem liberalizante de que os investimentos interno e estrangeiro eram bem-vindos e que as restrições administrativas eram cada vez menores. Eles estabeleceram o terreno para o grande papel desempenhado pelo IED desde 1993. As SEZs personificaram grande parte do processo chinês de transformação.

TABELA 5.4 EXEMPLOS DE REFORMAS QUE TRANSFORMARAM O MODELO SOCIOECONÔMICO NA CHINA

Ano	Reforma
1978	TVEs chegam a 1.5M
1979	Responsabilidade Domiciliar
1979	Promulgada a Lei de Sociedades Sino-Estrangeiras
1980	Entrada no FMI, Banco Mundial, Organização Mundial de Propriedade Intelectual; 4 SEZs (Zhuhai, Xiamen, Shenzhen e Shantou)
1981	Reforma para retenção do excedente agrícola
1984	14 cidades litorâneas => “áreas abertas”
1985	TVEs chegam a 12M
1987	10o. Congresso do CPC – conferiu ao setor privado caráter suplementar na economia Lei determinando eleições diretas de líderes locais, implementada nacionalmente em 1998
1988	Regulamentações para proteção da propriedade privada e responsabilidade limitada
1990	Inauguração das Bolsas de Valores de Xangai e Shenzhen
1993	Reforma do Sistema Bancário
1994	Renminbi flutua; Área de Livre Comércio China-ASEAN; Reforma Tributária (unificação de impostos locais e estrangeiros); abertura nacional ao IED

1995-96	30% das TVEs entram em falência
1997	Crise Asiática - Lei dos preços pelo mercado (CPC ainda pode intervir)
1997	XV Congresso do PCC autoriza privatização de SOEs, que chega a 717 empresas
Dez, 2001	Ingresso na OMC
Out, 2004	Lei da Propriedade Privada
2008	Lei de Tributação sobre Corporações; Controle de preços praticamente abandonado

Fonte: Compilado pelo autor baseado principalmente de Naughton (2007) e Bramall (2009).

6 COMÉRCIO, INVESTIMENTOS E *SOFT POWER*, NA TRANSFORMAÇÃO DE PARADIGMAS DE JAPÃO E CHINA

Como ressaltado por Wan¹¹³ (2006) o comércio bilateral, os investimentos diretos e a cooperação assistencial prestada pelos japoneses à China são as faces mais visíveis da interação entre os dois países. Entre essas formas de interação econômica, a mais volumosa é a primeira, constituindo uma das maiores correntes comerciais de bens no mundo. De mero US\$ 1,04 bilhão em 1972, saltou para o pico de US\$ 366,77 bilhões em 2011 antes de retroagir para US\$ 270,38 bilhões em 2016¹¹⁴. Em termos relativos, é menos da metade da corrente de comércio entre China e EUA, tendo em vista o fenomenal crescimento do comércio exterior da China, que se transformou na “fábrica do mundo” e cujo total naquele ano superou tanto a corrente comercial dos EUA, quanto a da União Europeia. O total comercializado pela China com o Japão também é mais de US\$ 220 bilhões menor do que o com Hong Kong, o que não destoa do fato daquela região administrativa especial (RAE) da China, junto com Taiwan e Macau responderem por cerca de dois terços do comércio com os chineses.¹¹⁵

Mas em 1978, ano da assinatura do primeiro LTTA, os volumes eram muito diferentes, com a corrente de comércio sino-japonesa um pouco superior a cinco bilhões de dólares, tendo crescido em mais de um bilhão e meio de dólares no ano seguinte¹¹⁶. Os combustíveis respondiam por mais de 40% das exportações chinesas para o Japão, sendo seguidos pelas exportações de alimentos e matérias primas. Mais da metade das exportações japonesas para a China era composta por manufaturados metálicos, seguidos por máquinas e equipamentos, e manufaturados químicos, como detalhado na Tabela 2, no capítulo 4.

O primeiro acordo e outros três que se sucederam constituíram compromissos, ainda que não cumpridos integralmente, de uma nova era que se abriu na relação entre os dois países, desencadeando uma série de decisões políticas, econômicas e institucionais com

¹¹³ - Entrevistado pessoalmente pelo autor na Universidade George Mason, em Washington DC, em 29 de setembro de 2015.

¹¹⁴ - Dados da OECD disponíveis em <<http://stats.oecd.org/>>.

¹¹⁵ - Em 2016, o total de comércio de bens (exportações e importações com o resto do mundo) da China atingiu US\$ 3,685 trilhões, o dos EUA, US\$ 3,643 trilhões, o da União Europeia, US\$ 3,452 trilhões. No mesmo ano, o comércio entre China e Hong Kong, que está entre os maiores investidores no território chinês, chegou a US\$ 494,9 bilhões. (Fontes: OECD Stats, disponível em <<http://stats.oecd.org/>>; US Census, disponível em <<https://www.census.gov/foreign-trade/statistics/highlights/top/top1612yr.html>>; *EU Directorate General for Trade*, disponível em <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_122530.02.2017.pdf>; e *HKTDC Research*, disponível em <<http://china-trade-research.hktdc.com/business-news/article/Facts-and-Figures/Economic-and-Trade-Information-on-China/ff/en/1/1X000000/1X09PHBA.htm>>; PARK, 2017.)

¹¹⁶ - Em 1978, a corrente de comércio entre os dois países era de US\$ 5,079 bilhões e chegou a US\$ 6,653 bilhões no ano seguinte.

efeitos transformadores. As metamorfoses ocorreram nas duas sociedades, mas de maneira mais radical na China, uma vez que o Japão já havia galgado há décadas novos estágios de desenvolvimento econômico e nunca experimentara a tomada do poder central pelo regime comunista, ainda que tivesse corrido este risco no pós-guerra.

Por si só tais interesses já seriam de importância crucial para a análise da integração e desenvolvimento asiático no contexto de estruturas que décadas depois deixariam claro o binômio regionalização-globalização, por meio de cadeias de valor que serão mencionadas amiúde mais adiante neste trabalho. Considerado sob contexto social, político e econômico, o LTTA não deve ser analisado apenas sob a ótica de uma relação bilateral para fins puramente comerciais. Devem-se levar em conta também os esforços diplomáticos para fins econômicos amplos, energéticos ou de acesso a outros recursos naturais, além dos próprios interesses geopolíticos direcionados a questões militares e de segurança nacional.

Na análise dos fluxos comerciais entre Japão e China desde o pós-guerra até a contemporaneidade, vários aspectos merecem ser ressaltados. Na perspectiva de longo prazo, um dos mais relevantes é o fato do engajamento comercial ter começado, mesmo que de forma incipiente, não muitos anos após o fim das sangrentas batalhas entre os exércitos chineses e japoneses, e ainda antes do Tratado de São Francisco, de 1952, que devolveu ao Japão a sua soberania. Ao longo dos anos 50 e 60, a corrente de comércio se manteve abaixo de um bilhão de dólares e só superou esta marca em 1970 (US\$ 1,147 bilhão). A balança comercial continuou favorável à China até meados dos anos 60, quando o Japão começou a reverter o resultado. Os japoneses conseguiram manter uma balança positiva até 1980, um ano após a assinatura do LTTA, de Deng Xiaoping iniciar a sua política de “portas abertas” e do Japão começar a desembolsar os empréstimos concessionais para a China. A partir de 1981, quando pela primeira vez a corrente de comércio superou os US\$ 10 bilhões, o resultado foi positivo ora para um país, ora para outro ao longo dos anos 80.

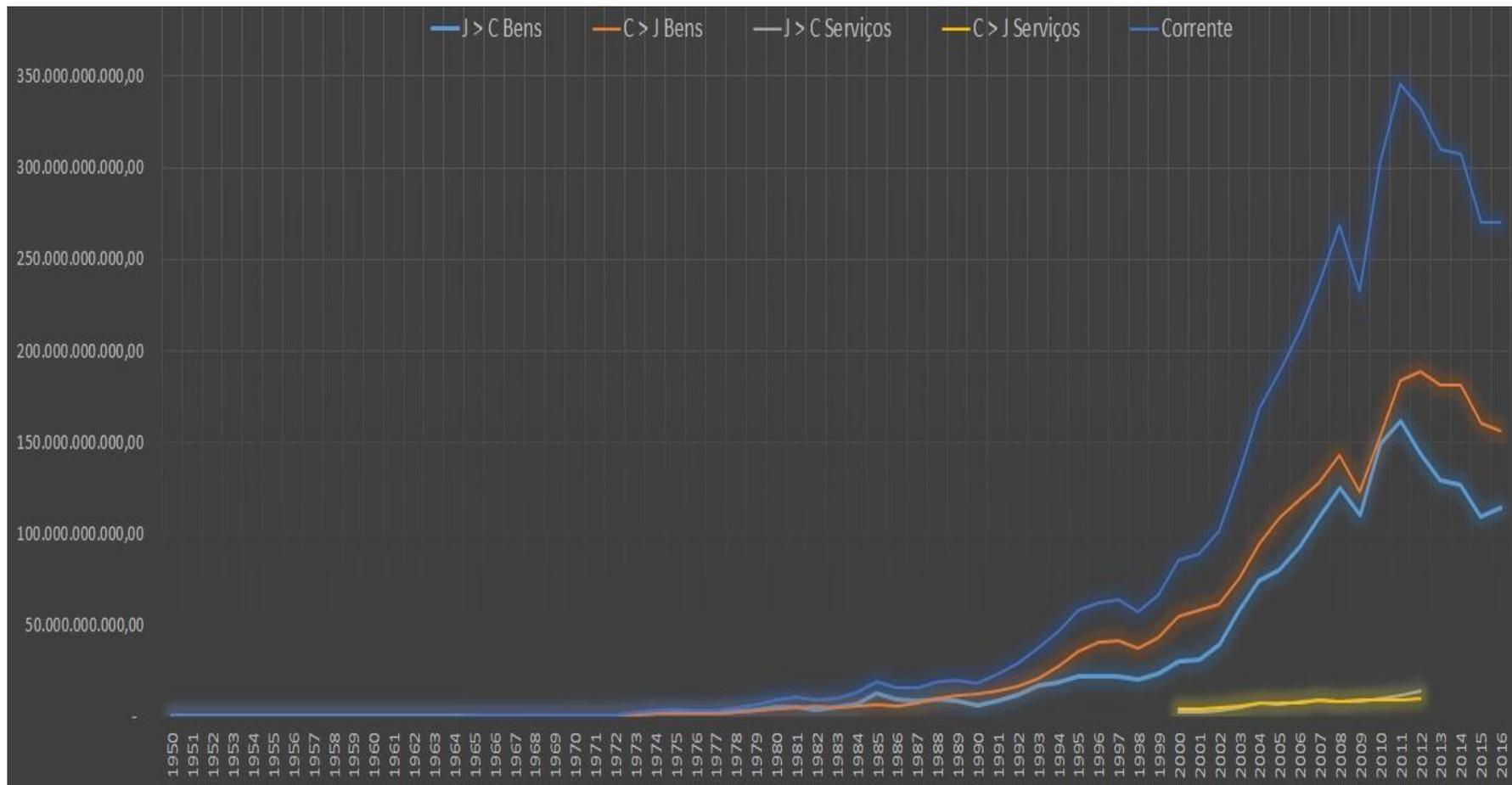
Um dos períodos mais ricos em termos de transformação econômica, política e social, sobretudo no caso da China, é o que se inicia logo após o reatamento oficial das relações diplomáticas, conhecido por “normalização”. No que diz respeito ao aprofundamento das relações comerciais entre os dois países, considera-se ter sido mais de direito do que de fato, uma vez que especialmente devido à Revolução Cultural e ao tumulto que marcou os últimos anos do governo liderado por Mao Zedong não foi possível adensar o engajamento político e econômico.

Com a reversão de políticas em 1978, o quadro começa a mudar radicalmente de forma acelerada, inclusive com o início do engajamento chinês a instituições internacionais. Em 1980 a China ingressou no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial (BM). Outra grande adesão à arquitetura do sistema econômico internacional, apesar dos corriqueiros artigos a respeito da pirataria e dos estereótipos quanto à qualidade duvidável dos produtos chineses, foi o ingresso no mesmo ano na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), com sede em Genebra. Entre 1979 e 1999, o comércio sino-japonês se multiplicou por quase dez vezes e a China começou a se tornar um importante destino dos investimentos diretos japoneses, como se verá a seguir, especialmente após a assinatura em 1988 do Acordo de Proteção e Promoção ao Investimento. A partir dos anos 90, década das principais transformações estruturais e paradigmáticas no modelo econômico e de algumas instituições chinesas, o déficit comercial do Japão passou a ser consistente. A década se iniciou com uma corrente de comércio de quase vinte bilhões de dólares e terminou acima dos US\$ 66 bilhões. É possível notar uma crescente exacerbação de um novo padrão iniciado no fim da década anterior.

Em 1992, a China era o quinto maior parceiro econômico do Japão e, logo no ano seguinte, superou Alemanha, Taiwan e Coreia do Sul, tornando-se o segundo maior, atrás apenas dos Estados Unidos, como notado por Deng (1997, p. 379). Surpreendentemente, embora Deng tenha tratado também de investimento direto e dos empréstimos concessionais, não mencionou nada a respeito do que inicialmente levou a estes – a segurança energética por meio do acesso a recursos energéticos.

Não é mera coincidência o fato de que a pujança financeira japonesa inicia um processo de reversão quando despenca o principal índice da bolsa de valores do Japão, o Nikkei, dando início ao estouro da bolha econômica do país. Na medida em que as indústrias chinesas vão gradualmente completando o processo de *catch-up* industrial, elevando a composição dos bens exportados ao lhes agregar valor tecnológico, os resultados favoráveis à China continuaram aumentando. A distância se estreita um pouco em 2010, um ano antes do acidente nuclear de Fukushima. Mas volta a apresentar um distanciamento logo no ano seguinte, a partir de quando a corrente de comércio começa a desacelerar, como se observa no Gráfico 6.1.

GRÁFICO 6.1 FLUXO E CORRENTE DE COMÉRCIO ENTRE CHINA E JAPÃO DE 1950 A 2016, U\$



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em dados de Lee (1984, p. 4 e 18), Jain (1981, p. 155-156), Takamine (2006, p. 101) e *UN Comtrade Database*. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 13 maio 2017.

A integração industrial entre os dois países por meio de investimentos diretos que também se deram em grande parte sob a forma de *joint ventures* também ajudou na reestruturação industrial chinesa, além de aprofundar a cadeia regional de valor. De acordo com uma pesquisa de 1995 realizada pelo ministério japonês de comércio exterior e indústria (*Ministry of International Trade and Industry* ou MITI, substituído em 2001 pelo ministério de Economia, Comércio e Indústria – *Ministry of Economy, Trade and Industry* ou METI), 29% da produção japonesa na China naquele ano foi exportada de volta para o Japão (BURNS, 2000, p. 43). Em virtude do rápido crescimento econômico, financeiro e industrial da China, o percentual diminuiu ao longo do tempo, na medida em que o desenvolvimento chinês passou a apresentar maiores oportunidades para consumo no próprio mercado de consumo doméstico e que as exportações do país se tornaram as maiores do mundo.

6.1 O INGRESSO DA CHINA NA OMC E AS CADEIAS PRODUTIVAS

Em dezembro de 2001, a China deu outro grande passo rumo à integração internacional ao aderir à Organização Mundial do Comércio (OMC). Os chineses já haviam solicitado a entrada na instituição desde sua criação em 1995, quando ela substituiu o GATT (*General Agreement on Trade and Tariffs*). Para ser aceita na instituição, a China cortou a média aritmética das tarifas de importação para 23% até 1996 e fez outro corte para 14% no ano em que foi confirmado seu ingresso. Nos anos 90 o comércio da China crescia a uma velocidade tão rápida que desde 1996 o país se tornou o principal alvo de campanhas internacionais *antidumping*. Observando-se apenas o lapso temporal representado no Gráfico 6.2, tem-se a impressão de uma disparada do comércio bilateral a partir de 1991, época em que se imaginava que a Guerra Fria tinha terminado junto com a União Soviética, e que foram abertas as bolsas de valores de Xangai e Shenzhen.

Não muito tempo após sua adesão à OMC, a China já tinha contra si cerca de 14% de todos os casos *antidumping* protocolados na instituição (GARNAUT; SONG, 2006, p. 66 e 152). No caso do Japão houve imposição de barreiras às importações de produtos agrícolas chineses em 2001. A China retaliou impondo barreiras tarifárias às importações de veículos e outros bens industrializados do Japão¹¹⁷. Se nos anos 90 o desempenho comercial da China

¹¹⁷ - *BBC's Japan Profile Timeline*. Disponível em www.bbc.com/news/world-asia-pacific-15219730

GRÁFICO 6.2 EVENTOS SELECIONADOS E CORRENTE DE COMÉRCIO ENTRE JAPÃO E CHINA ENTRE 1972 E 2000, U\$



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados sobre a corrente de comércio baseados para os anos de 1972 a 1974 em Lee (1984, p. 4 e 18), de 1975 a 1979 em Jain (1981, p. 155-156), de 1980 a 1987 em Takamine (2006, p. 101) e de 1988 a 2000 em *UN Comtrade Database*. Disponível em < <https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em 20 maio 2017.

Nota: Os dados sobre as SOEs são baseados em Gan, Guo e Xu (2013).

crescia rapidamente, nos anos 2000, após a entrada na OMC, o ritmo foi exponencial, tendo sido acompanhado pelo aumento substancial tanto da entrada quanto pela saída de investimento direto. Também foi um período no qual a intensificação da globalização chinesa se caracterizou por um grande número de consolidações ou novas reformas da arquitetura institucional que demonstram o grau de pragmatismo decisório do governo chinês na condução de suas políticas públicas.

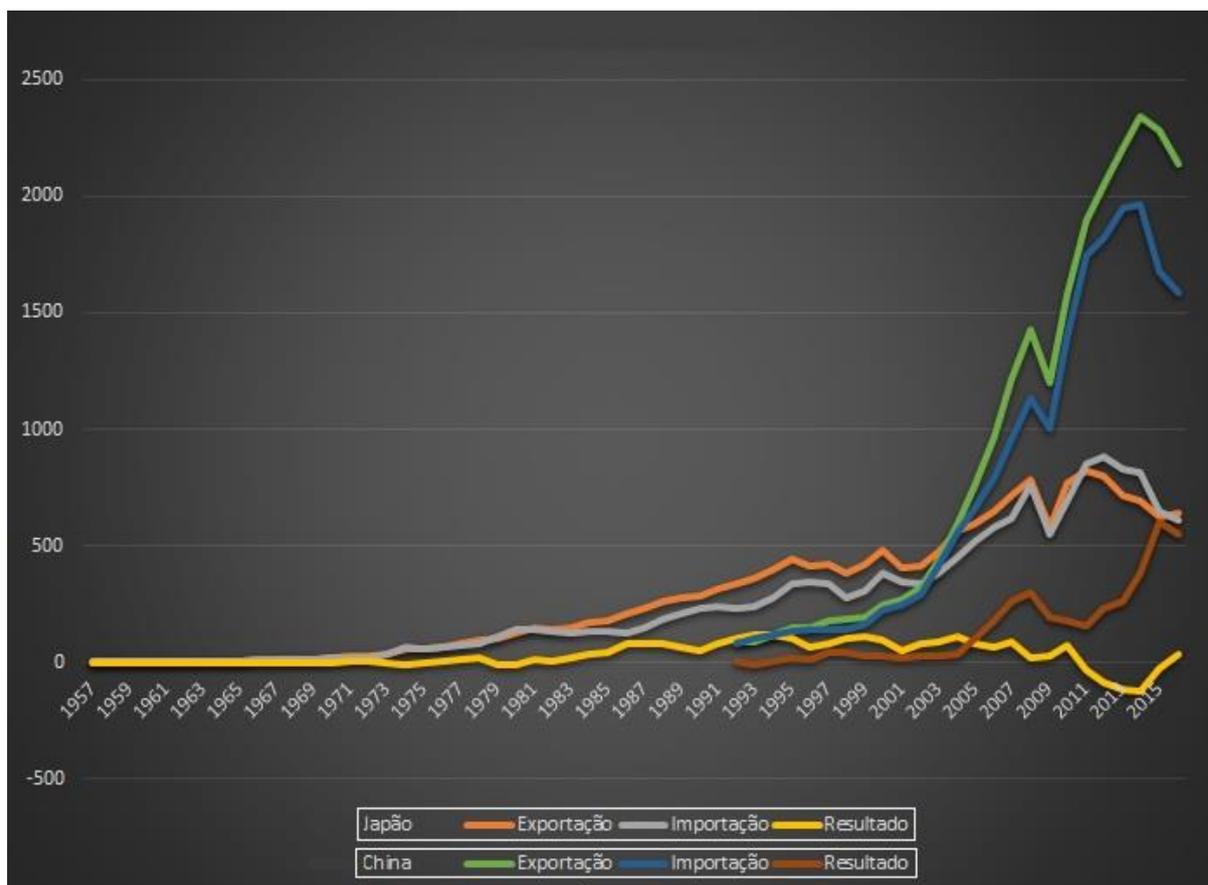
A aprovação da lei sobre propriedade privada em outubro de 2004 é apenas uma das várias reformas institucionais que melhoraram tanto o ambiente interno de negócios, quanto o contexto regulatório que permitiu às empresas chinesas, públicas e privadas, continuarem ganhando produtividade e competitividade no cenário internacional. A lei sobre tributação para corporações em 2008, bem como as mudanças no sistema financeiro, exploradas no capítulo 5 deste trabalho são outros exemplos de como o governo chinês buscou se adaptar às novas condições do poder socioeconômico doméstico, que continuava melhorando como reflexo do continuado crescimento do PIB *per capita*, e do cenário político-econômico internacional.

É importante ressaltar que não foi apenas em termos quantitativos que o comércio chinês mudou de patamar. A composição de suas exportações também foi totalmente alterada em relação a décadas anteriores. Na década de 60, como exibido no Gráfico 4.1, o chamado complexo da soja respondia por mais de 41% das exportações da China para o Japão. Em seguida vinham crustáceos e peixes em conserva (6,7%), sal (5,7%), carvão (5,4%) e nozes (5,2%). Nos anos 2000, como representado no Gráfico 6.5, o cenário era completamente distinto. Tendo uma composição diversificada e com alta agregação tecnológica, os eletroeletrônicos e motores passaram a dominar a pauta exportadora da China, com mais de um terço do total. A integração industrial e comercial sino-japonesa por meio do IED foi determinante na elevação do patamar da composição exportadora na qual produtos industrializados passaram a dominar a pauta do comércio bilateral. Em 2015, equipamentos transmissores, unidades de disco rígido e telefones respondiam, juntos, por mais de 19% do total exportado. Os produtos têxteis vêm em seguida. Depois, os químicos, estruturas metálicas e mobiliários. A título de exemplo, para que se tenha ideia do volume produzido e exportado pelo país, a China é a principal fabricante mundial de telas de cristal líquido, ainda que estas nem figurem entre as principais exportações do país.

Àquela altura, como representado no Gráfico 6.3, o comércio dos dois países com o

resto do mundo havia crescido enormemente, sendo que no caso da China houve um salto exponencial especialmente a partir do início dos anos 2000, período que coincide com o ingresso daquele país na OMC.

GRÁFICO 6.3 COMÉRCIO DA CHINA E DO JAPÃO COM O MUNDO DE 1957 A 2016, U\$ BILHÕES



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da OECD Stat. Disponível em: <[https:// http://stats.oecd.org](https://http://stats.oecd.org)>. Acesso em: 13 maio 2017.

Como se vê, produtos intensivos em energia antes exportados pela China foram crescentemente substituídos por outros mais intensivos em tecnologia e mão de obra mais qualificada.

O Governo chinês não se manteve distante ou imóvel enquanto tais movimentos ocorriam. Ele foi extremamente proativo, negociando com potenciais investidores externos que buscavam acesso a um mercado com mais de um bilhão de consumidores. Foi exigida transferência de tecnologia e conteúdo local, formadas parcerias público-privadas em troca do direito de ingresso no gigantesco mercado chinês.

Estudos realizados por Hout e Ghemawat (2010) mostram como o governo chinês implementou novas políticas para a absorção de capitais exógenos de diferentes indústrias intensivas em tecnologia, como transporte aéreo, geração de energia, transporte ferroviário de alta velocidade, tecnologia da informação e automóveis elétricos. A regulamentação imposta pelo Estado chinês cria limitações ao investimento de empresas estrangeiras, bem como seu acesso aos mercados da China. A cada momento tais regras, que já são complexas em si, podem ser alteradas, o que também vem gerando tensões com governos de outros países. A negativa na adesão a essas normas pode significar o impedimento de atuar no mercado de novas tecnologias que mais cresce no mundo, algo que nenhuma corporação de escala global deseja.

Essa pressão decorre do fato de que, apesar dos gigantes superávits comerciais da China com os EUA e com a União Europeia, os maiores lucros acabam ficando com as corporações transnacionais (CTNs) estrangeiras e algumas estatais chinesas de grande porte. 85% das exportações de alta tecnologia da China em 2008 foram realizadas por grupos estrangeiros. As exportações de telefones celulares e *laptops*, por exemplo, possuíam menos de 10% conteúdo tecnológico chinês naquele ano (HOUT; GHEMAWAT, 2010)¹¹⁸, levando o país a pagar cada vez mais *royalties* e diminuindo a fatia de mercado para empresas chinesas que contribuíssem com geração de renda e emprego e que tivessem o controle local sobre decisões estratégicas, financeiras e tecnológicas.

Esses resultados levaram o governo central em Pequim a estimular tecnologia e marcas nacionais, apostando na inovação e desenvolvimento de propriedade intelectual própria, especialmente a partir de 2006. Para chegar a tal ponto o governo chinês vem aumentando gradualmente os gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) tecnológico que era de 1,7% do PIB em 2010, almejando alcançar os 2,5% do PIB até 2020. A título de comparação, em 2010 os EUA investiram no setor 2,7% do PIB. Os recursos beneficiam projetos chineses que incluem setores como energia renovável e nuclear, purificação de água, nanotecnologia, física quântica, tecnologias da informação e aeroespacial, agricultura e saúde.

¹¹⁸ - Disponível em < <https://hbr.org/2010/12/china-vs-the-world-whose-technology-is-it>>. Acesso em: 18 maio 2017.

GRÁFICO 6.4 EVENTOS SELECIONADOS E CORRENTE DE COMÉRCIO ENTRE JAPÃO E CHINA ENTRE 2001 E 2016, U\$



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados sobre a corrente de comércio baseados na *UN Comtrade Database*.

Apesar de todos esses esforços, o estudo conduzido por Woo (1998) concluiu que a maioria do crescimento na China decorreu da realocação de tipos de trabalho, em especial da agricultura para outras atividades, e que o aumento da produtividade foi muito menor, rodando na casa dos 2% ao ano.

Esse desenvolvimento ajudou a transformar a relação entre os dois países, o que ficou ainda mais palpável em 2011, quando o PIB chinês ultrapassou oficialmente o do Japão, passando a ocupar a segunda posição no mundo. A superação da China em relação ao Japão como segunda maior economia mundial, por outro lado, foi acompanhada do aumento em investimentos militares em meio a uma retórica nacionalista difusa, que também vem aumentando em todo o Sudeste Asiático.

Se o crescimento comercial da China teve impacto mundial, não poderia deixar de ter tido também forte consequência regional. Esse resultado foi impulsionado de forma decisiva pelo Acordo de Livre Comércio assinado em 2004 entre China e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations* ou ASEAN¹¹⁹) que eliminou ou reduziu tarifas de importação entre as partes. Ao longo da década de 2000, o fluxo comercial da China com os países da ASEAN crescia rapidamente enquanto, em termos proporcionais, diminuía o do Japão. Como apontado por Pinto (2015, p. 94), os dados que embasam tal constatação representaram o aumento da centralidade produtiva e comercial chinesa na região, ainda que se possa descontar as triangulações comerciais pelas quais produtos e marcas japonesas são fabricadas ou montadas na cadeia produtiva que engloba vários desses países. É por conta dessas relações industriais e comerciais transfronteiriças que foi necessário estabelecer regras de origem no âmbito de diferentes instituições internacionais, inclusive para se determinar a incidência ou o nível de tarifas de importação.

Tal integração nas chamadas cadeias globais de valor, das quais a China passou a participar de maneira central, exigiu a adoção de novos parâmetros de mensuração do comércio internacional com metodologia específica para análise estatística. A OMC e a OCDE desenvolveram uma nova base de dados sobre o comércio de indicadores de valor agregado (*Trade in Value-Added* ou TiVA). Como parte do sistema internacional de estatísticas desde janeiro de 2013, ela tenta evitar a dupla contagem implícita nos fluxos

¹¹⁹ - A ASEAN é formada por 12 países: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia (formação original), e ainda, Brunei, Myanmar, Camboja, Laos e Vietnã. Foi constituída em agosto de 67 pela Declaração de Bangkok.

brutos correntes de comércio, ao contabilizar mais de uma vez o preço de componentes inseridos em fase anterior da cadeia industrial.

A nova dinâmica regional também foi responsável pela expansão significativa do IED na região como um todo e na China em particular. A começar pelo Japão (considerando-se apenas o caso asiático), cujo processo de expansão de investimentos no exterior é contabilizado pelas estatísticas da OCDE desde 1970. Como observa Cassidy (2002, p. 15), este seria o primeiro estágio na teoria de desenvolvimento por IED defendido por Ozawa (1992), baseado em Rostow (1959), Chenery (1979), Balassa (1990) e Porter (1990), que seria uma variação do ciclo de produtos apresentada por Vernon (1966). Estágios posteriores na análise de Ozawa incluem a) atração de IED, principalmente por meio de *joint ventures* em atividades de manufatura de mão-de-obra intensiva, criando vantagens comparativas e caracterizada por exportações intrafirmas das corporações transnacionais; b) transferência de competências e tecnologia entre empresas locais e multinacionais; c) reposicionamento de empreendedores e investidores locais em setores com valor agregado mais alto e com maior intensidade de capital, iniciando a transferência produtiva para economias de baixos salários para aproveitar esta vantagem comparativa; d) investimento do Estado na infraestrutura necessária – física, educacional, de saúde, de apoio à P&D e outros bens públicos para propiciar a intensidade de capital e escala da indústria.

6.2 INICIATIVA PRIVADA, INVESTIMENTO DIRETO E COMÉRCIO DO JAPÃO E DA CHINA

O novo modelo de desenvolvimento chinês que se iniciou a partir da chegada de Deng Xiaoping ao poder reorientou a política econômica no sentido da abertura ao capital internacional, por meio da implantação das SEZs com vistas a atrair não só o Investimento Direto Estrangeiro, mas também tecnologias mais avançadas. Transformações ainda mais profundas no modelo econômico chinês estavam por vir. Takamine, Wu, Shishido et al., (2003) defendem que a cooperação internacional prestada pelos japoneses contribuiu para tais mudanças.

A inspiração em modelos externos e também no modelo japonês não ocorreu puramente por meio da observação e entendimento a distância (WEI, 1996). Após a normalização do relacionamento diplomático entre os dois países, a China se transformou

em um dos destinos preferenciais do diversificado IED japonês, o que também serviu como modelo produtivo para futuros empreendedores chineses que iriam se estabelecer no país e no exterior a partir dos anos 80.

A busca por mão de obra mais barata, ainda que qualificada suficientemente para atender às demandas da produção e comercialização globalizada atraiu para a China os investimentos que no final dos anos 1980 a transformaram em *locus* do crescimento regional e mundial. Além da enorme disponibilidade de operariado qualificado a custo vantajoso, os investidores também estavam de olho em um mercado doméstico com centenas de milhões de consumidores efetivos e potenciais. No primeiro momento este último fator teve peso menor por conta dos baixos salários e das políticas governamentais que ainda não tinham amadurecido suficientemente. Entre os principais incentivos naquela altura estavam as facilidades para exportação a partir das várias zonas econômicas especiais, como concluído no estudo regressivo de Fung et al. (2002) sobre as determinantes para o IED japonês na China.

Levou tempo, porém, e muitas mudanças institucionais para alcançar um novo ambiente propício à expansão dos investimentos. O IED japonês demorou a vir para a China não só pela tradicional cautela das corporações do Japão. Também foram responsáveis antigas restrições chinesas a investimentos estrangeiros e as reformas institucionais na década de 80 que eram consideradas ainda insuficientes para criar as condições necessárias para os investimentos japoneses. Como consequência, entre 1985 e 1989, como exibido na Tabela 6.1, os investimentos japoneses totais contratados somavam U\$ 2,2 bilhões – menos de 6% do total do IED na China, e equivalente a 1,86% do total do IED japonês naquele período. Os investimentos japoneses na China aumentaram na década seguinte, quando alcançaram U\$17,2 bilhões, colocando o Japão entre os quatro maiores investidores na China, junto como Hong Kong/Macau, Estados Unidos e Taiwan.

Particularmente na década de 1990, que iniciou uma etapa mais sofisticada e com maior engajamento entre empresas e governos, o IED se tornou característica relevante no relacionamento entre os dois países asiáticos. O IED japonês na China continuou a crescer na década de 1990 em resposta a mudanças internas em ambos os países. No Japão, o iene foi realinhado em relação ao dólar após o estouro da bolha do índice Nikkei em 1989 e do mercado imobiliário em 1992. Esses eventos forçaram uma reestruturação econômica que levou várias empresas japonesas a investir mais fortemente no exterior. O iene mais forte

estimulou a produção fabril em mercados externos, e a perspectiva de uma oferta de mão de obra barata na China foi particularmente atrativa. Por outro lado, as melhorias no clima de investimento em território chinês serviram para tranquilizar os investidores japoneses. Um passo importante foi dado com a assinatura do Acordo de Proteção ao Investimento em agosto de 1988 durante a visita a Pequim do primeiro-ministro Takeshita Noburu.

TABELA 6.1 DESTINOS DO IED JAPONÊS POR PERÍODOS, 1985 A 2015, U\$

	1985 a 1989	1990 a 1999	2000 a 2009	2010 a 2015
China	2.286.000.000	17.236.055.000	44.206.391.000	60.626.134.000
Mundo	122.630.330.361	248.838.333.128	556.796.238.115	736.803.513.837
%	1,86	6,93	7,94	8,23

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados da OECD Stat.

O acordo conferiu às empresas japonesas o tratamento de nação mais favorecida, a garantia de compensação caso alguma empresa japonesa com investimentos na China fosse nacionalizada e assegurou isonomia de tratamento nacional (ou seja, os mesmos direitos aplicados às empresas estatais chinesas) para corporações japonesas investidoras na China. Na sequência deste acordo, a China e o Japão estabeleceram organizações de promoção de investimento. No Japão, a Organização de Promoção de Investimentos Japão-China foi oficialmente estabelecida em março de 1990, enquanto na China, o Comitê de Promoção de Investimentos da China-Japão foi criado em junho de 1990. Esses movimentos ajudaram a melhorar o ambiente de investimento na China e a elevar os níveis de confiança entre os japoneses investidores.

Nos anos 90 a China continuava a fornecer ao Japão matérias-primas e semielaborados e exportava quantidades crescentes de produtos ainda com baixo valor agregado, mas com cada vez maior nível de sofisticação em troca de financiamento e de alta tecnologia, de produtos e equipamentos, em meio à implementação de mudanças generalizadas nos mecanismos de governança, estruturas corporativas, relações trabalhistas e práticas de emprego no próprio Japão (HORN; CROSS, 2010, p. 2). As exportações japonesas mudaram em consonância com a transformação global das exportações da China. Elas foram de 49,5% de participação de produtos manufaturados em 1985 para 81,8%, em 1993 (SELDEN *apud* BURNS, 2000).

O lento ritmo inicial do IED para a China começou a se intensificar na medida em que os resultados foram se mostrando cada vez mais promissores. Entre 1985 e 2005 os

EUA-Canadá, Japão e União Europeia representaram 25% do IED acumulado na China. Os EUA foram o terceiro maior investidor após Hong Kong e Taiwan até 2002, a partir de quando os investimentos norte-americanos começaram a cair.

Os EUA foram o terceiro maior investidor na China (depois de Hong Kong e Taiwan) até 2002, a partir de quando começaram a decair. Para Naughton (p 413-414), “a julgar pela dimensão econômica e pela proximidade, é surpreendente que o investimento japonês na China não seja muito maior do que é. O PIB japonês é seis vezes maior do que o da Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong juntos, mas o investimento japonês na China é apenas um oitavo do total desses três”¹²⁰. Naughton argumenta que a prolongada estagnação econômica japonesa durante a década de 1990 seria a principal explicação para a quantidade limitada de investimento japonês na China, combinada com uma avaliação relativamente pessimista das perspectivas chinesas que prevaleceram nos círculos comerciais japoneses durante o final da década de 1990.

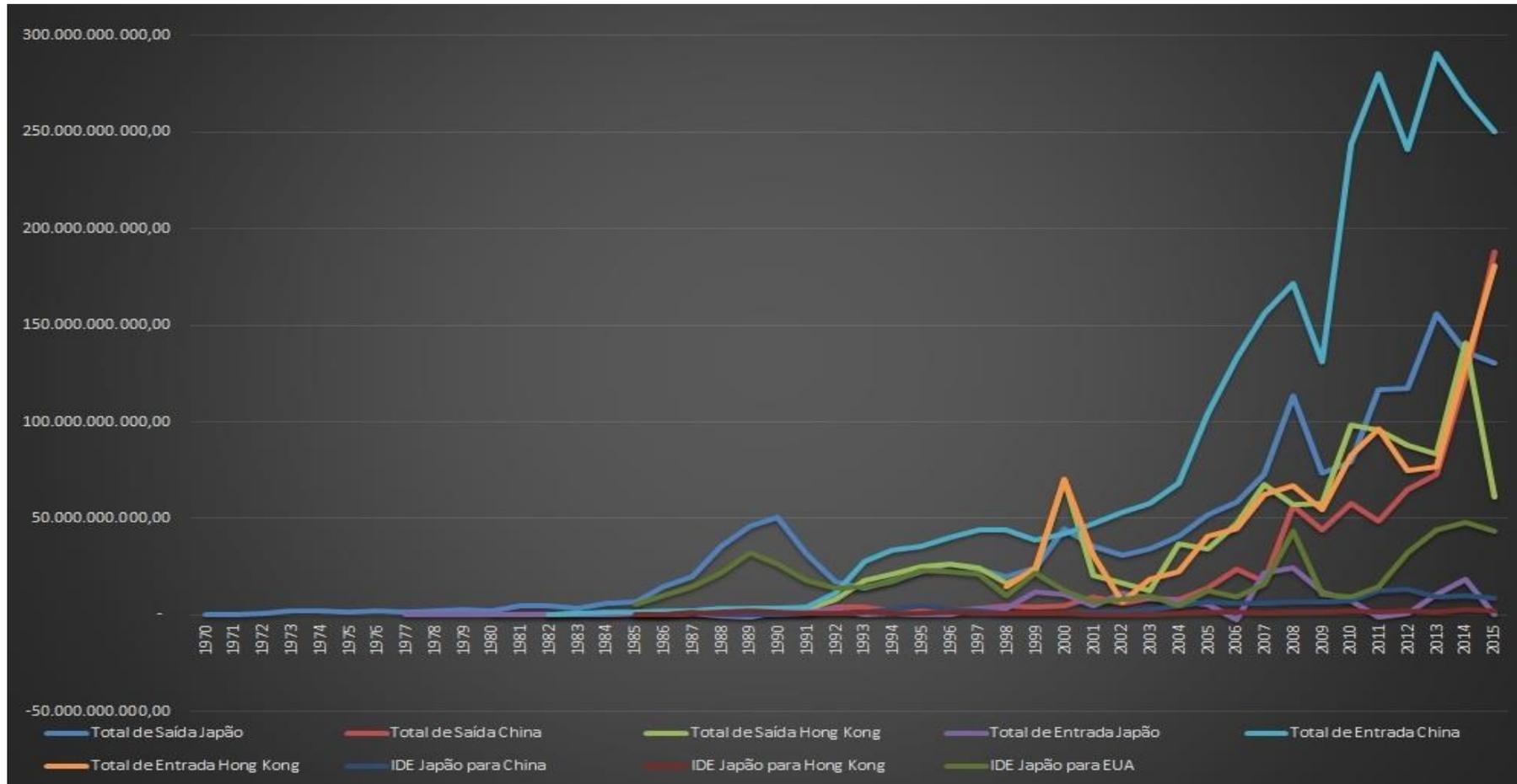
Yamagami¹²¹ discorda da explicação, argumentando que a quantidade de IED por si no referido período não representa de maneira cabal e abrangente o elemento mais representativo do nível de envolvimento japonês na economia da China. Ele acredita que a maciça assistência econômica entre os anos de 1980 e 2008, particularmente os empréstimos em ienes, e a transferência de tecnologia como no caso dos trem-bala são mais relevantes para uma análise aprofundada sobre a relação.

Em 2005, numa reversão de expectativas, o Japão investiu US\$ 6,5 bilhões na China, mais do que o dobro dos US\$ 3 bilhões dos Estados Unidos. Yamagami lembra que, como país estrangeiro, o Japão é atualmente o segundo maior investidor, atrás apenas de Cingapura. A China se tornou um dos três países que mais recebem IED no mundo, tendo recebido em 2015 um total de US\$ 249,8 bilhões. Ao longo dos anos essas posições e valores investidos têm sofrido variações devido a fatores que ele considera estratégicos como a desaceleração da economia chinesa, riscos políticos associados à China e o que ele considera falta de transparência.

¹²⁰ - “Judging by economic size and proximity, it is surprising that Japanese investment in China is not much larger than it is. Japan’s GDP is six times as big as those of Korea, Taiwan, and Hong Kong put together, but Japanese investment in China is only one-eighth the total of those three. The prolonged Japanese economic stagnation during the 1990s is the main explanation for the limited amount of Japanese investment in China, combined was relatively pessimistic appraisal of Chinese prospects that prevailed in Japanese commercial circles during the late 1990s.”

¹²¹ - Entrevista pelo autor por email a partir de 27/04/2017 com o embaixador Shingo Yamagami, diretor em exercício do Instituto de Relações Internacionais do Japão (*The Japan Institute for International Relations* ou JIIRA).

GRÁFICO 6.6 SAÍDAS E ENTRADAS DE IED DE E PARA CHINA, HONG KONG E JAPÃO, E DO JAPÃO PARA PAÍSES SELECIONADOS DE 1970 A 2015, U\$



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da OECD Stat. Disponível em: <[https:// http://stats.oecd.org](https://http://stats.oecd.org)>. Acesso em: 15 maio 2017.

Nota: As entradas de IED na China não incluem Hong Kong, que em 2015 recebeu U\$ 181,04 bilhões.

Corporações e associações japonesas, assim como de outros países de economia avançada costumam reclamar de problemas com a aplicação dos direitos de propriedade intelectual (DPI) na China. As leis e os regulamentos nacionais são considerados adequados pelos padrões internacionais, mas os governos locais em muitos casos não têm incentivo para fazer cumpri-los e podem atrair poderosos incentivos para violá-los. Segundo Naughton (2007) o complexo ambiente institucional chinês pode se tornar oneroso para os investidores estrangeiros, mas os padrões contratuais utilizados no IED vem sendo constantemente atualizados para permitir aos investidores estrangeiros um maior nível de controle.

Ainda assim, nos anos 2000 os investimentos japoneses na China continuaram aumentando, tanto em termos absolutos quanto relativos e chegaram a U\$44,2 bilhões até 2009, e a U\$60,6 bilhões entre 2010 e 2015. O capital japonês, juntamente com os investimentos provenientes na maior parte de financistas estrangeiros e chineses em Hong Kong e Macau, que também seguiam para os EUA e Taiwan, impulsionaram a reestruturação industrial no Japão e na China, além de contribuir para a reestruturação das relações comerciais sino-japonesas.

Outra variável dependente, entretanto, é crucial para a tomada de decisão dos países investidores – o valor do salário dos trabalhadores chineses. O mercurial crescimento econômico fez com que a renda per capita da China em 2008 chegasse a ser mais de cinco vezes maior do que era em 1978. O resultado significou para o período um crescimento três vezes maior do que a maioria dos países de baixa renda (TODARO; SMITH, 2012, p. 189), embora com altos custos ambientais e aumento da desigualdade social. Os salários chineses têm crescido em termos relativos e absolutos numa velocidade muito mais rápida do que em outros países do Sudeste Asiático, elevando o custo de produção no território chinês. Segundo dados da Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (*Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* ou ESCAP, *apud* PINTO, 2015), a produtividade média do trabalho na China cresceu 51,4%, entre 2008 e 2013. Muito menos do que a expansão dos salários concomitantemente à redução de incentivos fiscais na China.

Tal realidade tem provocado uma nova estratégia de localização das corporações transnacionais que operam em território chinês denominada *China plus one*. Muitas dessas empresas estrangeiras, especialmente norte-americanas, europeias, japonesas e coreanas, vêm transferindo parte de suas operações fabris para países da Associação de Nações do Sudeste Asiático, fronteiros com a China em busca de mão de obra mais barata, mantendo

parte de suas operações no território chinês para garantir os vínculos com o mercado consumidor chinês.

TABELA 6.2 EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS NOMINAIS MENSAIS, 2002-2013 (CHINA, INDONÉSIA, FILIPINAS, TAILÂNDIA E VIETNÃ, EM U\$)

Ano	China (1)	China (2)	Indonésia	Filipinas	Tailândia	Vietnã
2002	125	-	36	127	163	75
2003	141	-	37	127	166	87
2004	161	-	41	127	166	99
2005	187	-	42	128	176	114
2006	219	-	49	141	183	134
2007	273	-	92	141	189	162
2008	351	205	98	146	205	185
2009	393	222	132	151	202	145
2010	450	256	140	158	216	172
2011	539	317	150	163	234	212
2012	617	380	154	172	251	255
2013	692	440	186	179	275	279

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) *apud* Pinto (2015, p. 86).

Nota: China (1) = salários médios de trabalhadores urbanos de empresas estatais e públicas e China (2) = empresas privadas.

De acordo com Naughton (2007, p. 411-412) o IED destinado à China no início dos anos 80 era dominado por *joint ventures* contratuais e projetos de desenvolvimento conjunto. Os primeiros são associações flexíveis que podem ter curta duração, sendo particularmente úteis no setor de serviços. A divisão do lucro é livremente acordada entre as partes. Já os projetos conjuntos de desenvolvimento são uma forma de *joint venture* utilizada especificamente para exploração de petróleo.

As *joint ventures* com participação acionária (*equity joint ventures* ou EJV) foram estimuladas na China a partir da segunda metade dos anos 80 e se tornaram dominantes até o final da década seguinte. Acreditava-se que esse tipo de parceria facilitaria o compartilhamento de informações e tecnologia, mas na prática muitas delas não surtiram os resultados esperados. Enquanto a prioridade dos estrangeiros era o lucro e o crescimento das fatias de mercado, gerentes chineses estavam preocupados com a manutenção do emprego, especialmente entre as SOEs. À medida que a China evoluiu para uma economia de mercado, os investidores estrangeiros se sentiram mais confiantes em atuar de forma independente e as subsidiárias integrais passaram a ser o modelo dominante de investimento estrangeiro na

China.

Existem ainda outros fatores que passaram a se destacar com cada vez maior relevância no processo decisório de investidores, nacionais ou estrangeiros, e dos formuladores de políticas públicas. O relativo aumento da desigualdade é uma preocupação, em especial, destes últimos. Já a sustentabilidade do crescimento chinês, não só do ponto de vista financeiro, mas também ambiental, preocupa a todos, especialmente quando se leva em conta a matriz energética do país.

A principal fonte para geração de energia elétrica na China é o carvão, que em 2009 chegava a 71%, seguido pelo petróleo (19%), hidroeletricidade (6%), gás natural (3%) e nuclear (1%) (GARNAUT; FANG; SONG, 2013, p. 311-312). Com reservas petrolíferas comprovadas de 16 bilhões de barris (contra, por exemplo, 266 da Arábia Saudita), a vulnerabilidade do suprimento energético chinês se deve sobretudo à insustentabilidade ambiental do carvão (cujas reservas chinesas correspondem a quase metade do suprimento mundial), às flutuações no preço do petróleo, às ineficiências de geração elétrica no país e aos riscos de pirataria e eventuais bloqueios dos EUA em caso de ameaça a Taiwan nas rotas marítimas do estreito de Malaca, por onde passa cerca de 80% do petróleo importado pelos chineses.

A China se tornou importador líquido de petróleo em 1993 e, em 2005, já importava praticamente metade dos quase nove milhões de barris consumidos diariamente. Atualmente o país é um dos principais atores do cenário petrolífero mundial, tanto pelo lado da produção, quanto pelo lado do consumo. Em 2010, segundo relatório da Agência Internacional de Energia, com sede em Paris, a China ultrapassou os EUA para se tornar o maior consumidor de energia do mundo¹²².

Apesar de tais limitações quanto à disponibilidade doméstica de recursos energéticos, os chineses souberam desenhar estratégias eficazes de crescimento econômico duradouro. Um dos fatores que permitiu tal desempenho foi a adaptabilidade da matriz industrial, que deslocou gradualmente e parcialmente o eixo produtivo para complexos menos intensivos no uso de energia, algo que a indústria japonesa já havia feito décadas antes.

Além disso, a nova política de expansão global da China, que também começou a investir internacionalmente, não só para vender e fabricar suas marcas em ascensão, mas

¹²² - China overtakes the United States to become world's largest energy consumer. Disponível em <<https://www.iea.org/newsroom/news/2010/july/2010-07-20-.html>>. Acesso em: 26 maio 2017.

também para buscar acesso a matérias primas a preços competitivos no mundo. Isto fez com que em 2014 o IED da China em outros países se aproximasse do japonês e o ultrapassasse no ano seguinte, atingindo U\$ 187,8 bilhões, enquanto o do Japão teve uma queda anual e ficou em U\$ 130,7 bilhões.

6.3 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL JAPONESA COMO POLÍTICA DE ESTADO PARA DIPLOMACIA ECONÔMICA E *SOFT POWER*

Sem poderes constitucionais para reinstaurar seu próprio exército, o Japão começou a adotar a cooperação internacional (CI) como uma de suas principais ferramentas diplomáticas e de *soft power*¹²³ na relação com outros países. Desde que começou a prestar CI, tanto para reparar os danos de guerra e ocupação, como para se reintegrar à comunidade internacional agora sob liderança dos EUA que iniciavam sua Guerra Fria com a União Soviética, o Japão rapidamente se tornou o segundo maior fornecedor de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (*Official Development Assistance* ou ODA) no mundo, ficando atrás apenas dos estadunidenses. Este feito se seguiu à sua admissão no Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (*Development Assistance Committee* ou DAC), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), criado em 1961. Assim, tornou-se o único país asiático no círculo de "nações desenvolvidas", até que a Coreia do Sul também se juntou ao grupo em 1996. A ajuda bilateral externa japonesa, que ainda será tratada mais detidamente, chegou a ser a maior do mundo em 1989, e novamente durante dez anos, entre 1991 e 2001. Na história da ajuda externa do pós-guerra foi o único país a tirar os EUA da posição de maior fornecedor de cooperação internacional, pelo menos durante algum tempo.

O início formal da ODA japonesa coincide com a adesão do país ao Plano Colombo, em outubro de 1954. O Plano havia sido concebido em 1949 como um fundo multilateral para ajudar no combate a regimes comunistas no Sudeste Asiático. A adesão ao Plano foi uma tentativa do governo japonês de superar a desconfiança de outros países asiáticos após

¹²³ - Comparado à coação e ameaças do aparato policial e militar do *hard power* do Estado, o *soft power* tem a vantagem de criar preferências sem os custos financeiros e desgastes de imagem de uma confrontação física. O cientista político chinês Wang (1993) destaca ainda o caráter não monopolista (ao contrário do que normalmente ocorre quando exercido pelo Estado e por corporações estatais) e difuso (pode projetar-se sem necessariamente depender de suportes físicos) do *soft power*. Nye (2011) constatou a importância da informação e das instituições para o desenvolvimento de influências no século XXI e afirmou que somente os EUA teriam a capacidade de combinar recursos de *hard power* e *soft power* em nível global.

a violência praticada durante os anos de ocupação imperial. O principal financiador da organização foram os EUA, que ajudaram o Japão a quebrar a resistência daqueles que sofreram com a invasões nipônicas durante a Segunda Guerra Mundial.

Países do Sudeste e do Leste asiático se tornaram os principais beneficiários de empréstimos em ienes japoneses, de cooperação técnica e de doações. O governo do Japão, no entanto, principalmente através da sua Agência de Cooperação Internacional do Japão (*Japan International Cooperation Agency* ou JICA), é também um importante fornecedor de ajuda na África e na América Latina, incluindo o Brasil (um beneficiário do auxílio e, ao mesmo tempo, fornecedor de cooperação técnica, inclusive em parceria com o Japão, a países com necessidades ainda maiores de desenvolvimento).

Diante da vedação do envio de tropas militares ao exterior prevista no artigo nono da Constituição japonesa, o uso de empréstimos externos a juros baixos, da cooperação técnica e de doações financeiras e materiais se tornaram um dos principais pilares da diplomacia econômica japonesa no âmbito de sua política externa. Estes mecanismos também foram importantes para garantir sua segurança energético-econômica, baseada no comércio internacional de energia, por meio da importação de quase 90% das fontes primárias (petróleo, carvão e gás) imprescindíveis ao país. Só por meio da disponibilidade desses recursos naturais é que foi possível aos atores públicos e privados do Japão levar a cabo a sofisticada e intrincada política industrial que permitiu ao país alcançar os níveis de crescimento econômico do pós-guerra. A aquisição externa de recursos energéticos já representava monetariamente nos anos 50 cerca de metade de todas as importações realizadas pelo país. Esta proporção se mantém praticamente a mesma ainda hoje, embora os volumes financeiros tenham aumentado exponencialmente. O total de bens e serviços importados pelo Japão em 2013 chegou a quase um trilhão de dólares¹²⁴.

Como exposto na revisão de pares da OECD (2011, p. 53) sobre o Japão, dois ministérios diretamente envolvidos na aprovação dos empréstimos da JICA são o das Finanças e o da Economia, Comércio e Indústria (METI). Este último também tem papel estratégico na formação de parcerias público-privadas, embora seus investimentos sejam equivalentes a apenas cerca de 4% do total da ODA japonesa. Junto com o ministério das Relações Exteriores, que pela Carta da ODA tem a responsabilidade central pelo mecanismo,

¹²⁴ - Segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o total de bens e serviços importados pelo Japão em 2013 foi de US\$ 957,8 bilhões.

os três ministérios são responsáveis por cerca de 92% da ajuda oficial ao desenvolvimento do Japão. Outros ministérios lidam com montantes menores, envolvendo principalmente ações como cooperação técnica. Existem ainda agências que participam do sistema de cooperação, com destaque para a Japan External Trade Organization (JETRO), que responde ao METI.

Em outubro de 2008 foi criada a “Nova JICA”, como passou a ser conhecida. Ela resultou da incorporação de partes do antigo Banco do Japão para Cooperação Internacional (JBIC) que administravam os empréstimos em ienes. Também foram incorporadas responsabilidades por algumas doações antes administradas pelo Ministério das Relações Exteriores. Do foco em cooperação técnica, a JICA passou também a ter responsabilidade sobre os empréstimos em ienes e sobre as subvenções (OECD, 2011, p. 53-54):

A JICA agora gerencia mais dinheiro do que qualquer outra agência do DAC, e aproximadamente metade do Banco Mundial. A lógica da fusão era reduzir os custos administrativos ao longo do tempo e alcançar uma maior eficiência entre os três regimes da ODA do Japão. A fusão coloca o Japão numa posição melhor para melhorar tanto a eficiência como a eficácia do seu sistema de cooperação para o desenvolvimento.¹²⁵

Outra maneira dos responsáveis pela cooperação japonesa reagirem às críticas recebidas foi sofisticar e diversificar seus projetos em escala global. Aliados ocidentais do Japão, politicamente (mas não economicamente) avessos à China e à Rússia e às suas respectivas zonas de influência, pressionavam para que o Japão aumentasse suas contribuições internacionais fora da Ásia. Em japonês, pressões externas que conseguem influenciar políticas domésticas se chamam *gaiatsu*¹²⁶. O crescimento econômico-industrial do sudeste asiático facilitou a decisão de expandir os programas japoneses de ajuda para a África e América Latina.

Um grande número de pesquisadores, entretanto continuou a defender a tese de que

¹²⁵ - *JICA now manages more money than any other DAC member agency, and roughly half that of the World Bank. The rationale for the merger was to reduce administrative costs over time and to achieve greater efficiency among Japan's three ODA schemes. The merger puts Japan in a better position to improve both the efficiency and effectiveness of its development cooperation system.*

¹²⁶ - Como explica Uehara (2003), as pressões externas (*gaiatsu*) dos Estados Unidos, de países europeus e mesmo de asiáticos - com os quais os japoneses têm relações marcadas por rivalidade e desconfianças, quando não rancor - apontadas como importantes no entendimento da política externa japonesa, nos anos 1990, não explicam por que o Japão não desenvolveu uma política externa mais ativa. Isto tendo em vista que no pós-Guerra Fria, as pressões externas atuavam favoravelmente à ampliação da participação japonesa e não para sua contenção.

os principais objetivos da ajuda japonesa eram de potencializar seus próprios interesses comerciais e fortalecer a chamada diplomacia dos recursos naturais (sobretudo energéticos, mas também alimentares e minerais em geral). Tal crítica não se dirigiu apenas ao Japão. Como lembram Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (2003, p. 14), EUA, Canadá, Austrália, Alemanha e Japão vincularam sua política de cooperação a interesses empresariais domésticos. No caso japonês, estes foram determinantes desde o início. Ao longo do tempo, por orientação da CAD, houve uma gradual desvinculação entre recursos da cooperação e a compra de produtos e serviços de países ofertantes, o que se aplicou especialmente no caso do Japão.

Outros analistas enxergam a prioridade da vinculação com recursos da cooperação internacional a interesses relativos à segurança internacional. Um exemplo recorrentemente mencionado é o da ajuda japonesa ao Egito e à Turquia, dois aliados estratégicos dos EUA, tanto para conter a dissidência no Oriente Médio, como para limitar a zona de influência Russa, especialmente no caso do segundo país. Assim, a ODA também teria o papel de reforçar os pilares da aliança com os países da OCDE. Já a ODA para o Sudeste Asiático era colocada em um contexto mais amplo da Doutrina Fukuda¹²⁷, que enxergava no crescimento econômico e na estabilidade política regional, as principais condições para a segurança pacífica japonesa.

Segundo Sato e Asano (2008), os estudos quantitativos sobre a ODA japonesa podem ser classificados basicamente em três grupos distintos de acordo com o período de realização dos projetos de cooperação. Um primeiro grupo é composto por estudos que abrangem um único ano. Este tipo de estudo permite aos pesquisadores visualizar o padrão de distribuição da ajuda para análise de um determinado ano. Só que a natureza da pesquisa se limita a um caráter descritivo e sua conclusão não pode ser generalizada para outros períodos.

Um segundo grupo é composto por estudos de séries temporais, que permitem a generalização no período estudado, mas, dependendo do caso, podem não revelar a significância de determinadas variáveis independentes ao longo do tempo. Como lembram

127 - A Doutrina Fukuda foi exposta em 1977 em discurso do primeiro-ministro japonês, Takeo Fukuda. Durante um encontro dos países da ASEAN em Manila. Ele definiu o Japão, um ex-invasor imperialista regional, como um país comprometido com a paz que nunca se tornaria uma potência militar; que os japoneses iriam construir uma relação de confiança mútua com os países do Sudeste Asiático em áreas amplas, e que o Japão iria cooperar positivamente com a ASEAN e os seus países membros em seus próprios esforços, como um parceiro igual. A Doutrina Fukuda serve como base da diplomacia atual e futura do Japão para o resto da Ásia.

SATO e ASANO, algumas variáveis podem ser importantes no período da guerra fria, mas não ter a mesma relevância no pós-guerra fria.

Um terceiro grupo de pesquisa tenta equilibrar as vantagens e desvantagens dos dois projetos, comparando os padrões de distribuição de ajuda em dois períodos de vários anos.

CHAN foi um dos primeiros a empregar regressões estatísticas para a construção de um modelo de distribuição ODA japonesa (SATO; HIRATA, 2008, p. 114). O estudo do pesquisador analisou as distribuições de recursos para ODA japonesa em 1986, categorizando projetos em cada país beneficiário e, em seguida, testou-os em relação a oito variáveis independentes. Inicialmente, CHAN tinha a expectativa de confirmar estatisticamente a percepção até então popularizada de que a ajuda japonesa era motivada principalmente por interesses mercantilistas.

Das oito variáveis independentes, duas iniciais serviram para testar as explicações mercantilistas: (1) exportações japonesas para o país destinatário e (2) importações japonesas de combustíveis, minerais e metais do país beneficiário. CHAN também testou a correlação entre a ajuda e o (3) PIB do destinatário, mas não discutiu explicitamente esta variável como um teste do mercantilismo. (4) o PIB per capita do destinatário e (5) a extensão da militarização medida pela proporção da população nas forças armadas foram identificados como variáveis independentes para testar o humanitarismo na cooperação japonesa. (6) O contexto histórico de ter sido parte da “esfera de coprosperidade” do Japão durante a Segunda Guerra Mundial foi uma variável do tipo placebo para testar a explicação da cooperação japonesa com base na “reparação de guerra”. As outras duas variáveis — (7) adjacência a pontos de estrangulamento marítimo e (8) existência de base da OTAN — testaram as explicações geopolíticas.

A análise produzida por CHAN revelou que a correlação entre o PIB per capita e o montante da ajuda foi mais significativa no sentido inversamente proporcional, indicando que o humanitarismo para com países mais pobres teria sido o fator determinante da política de cooperação japonesa. Entretanto, seria importante aprofundar tal estudo para determinar, por exemplo, que proporções dos repasses foram como empréstimos e doações, e que efeito prático tais repasses produziram. Por outro lado, o grau de militarização não se mostrou significativamente relacionado com o montante do auxílio. A tendência de cooperação para os países do sudeste asiático também foi confirmada estatisticamente. No modelo de CHAN há indícios de que as variáveis independentes “principais parceiros comerciais do Japão” e

“países do Leste Asiático” estão fortemente correlacionadas. Mas, como alertam SATO e ASANO, havendo algum problema de multicolinearidade entre essas duas variáveis independentes, os resultados estatísticos podem ficar distorcidos.

No tocante à principal questão de pesquisa de CHAN, as duas variáveis mercantilistas (“exportação do Japão para o país tomador dos recursos” e “importação do Japão de combustíveis, minerais e metais do tomador”) não se mostraram significativamente correlacionados com o volume das doações ou empréstimos efetuados segundo o resultado da análise realizada pelo autor.

Os recursos financeiros para a ODA japonesa começaram a declinar a partir dos anos 2000, com a piora da dívida pública japonesa¹²⁸ que se agravou com a prolongada recessão econômica na década de 1990. As dificuldades econômicas aumentaram o descontentamento interno e vários setores da sociedade japonesa começaram a pressionar pela redução dos projetos de cooperação. Em 2003 o governo japonês reformulou as diretrizes de sua política de cooperação. Foi enfatizada a eficácia da ajuda e a orientação em torno dos interesses nacionais. Entre estes foi explicitamente mencionada a promoção da segurança humana e da interdependência econômica, que incluía ações de contraterrorismo, reconstrução de países desestruturados (como Afeganistão e Iraque), e a construção da paz (como no Nepal e Sri Lanka, por exemplo). Estas novas prioridades passaram a competir com objetivos tradicionais como direitos humanos, democracia e redução da pobreza.

6.4 A COOPERAÇÃO JAPONESA PARA A CHINA EM FACE DA EXPANSÃO COMERCIAL E DO IED

Talvez ainda menos notório que esses fatos foi o papel que teve o Japão, ex-inimigo mortal da China, no crescimento econômico e desenvolvimento do país. Primeiro, por meio de empréstimos em ienes, a partir de 1979. Desde aquele ano os japoneses se tornaram a maior fonte de assistência oficial para o desenvolvimento (ODA) da China, sobretudo por meio de empréstimos concessionais, cuja primeira parcela foi liberada em 1980. Em 1987, a China ultrapassou a Indonésia para se tornar o principal destino dos empréstimos líquidos em ienes e, desde 1993, virou líder em termos do total de fundos recebidos.

128 - A dívida pública do Japão é a maior do mundo industrializado com relação ao PIB. Ela atingiu um novo recorde em junho de 2012 ao chegar a 976,2 trilhões de ienes (US\$ 12,3 trilhões).

Uma maneira de se avaliar quantitativamente a contribuição da ODA japonesa para a industrialização da China é examinar a sua participação na formação de capital no contexto do orçamento nacional da China, que foi de 1,3% em média por ano durante o período entre 1980 e 2007. Embora não seja uma figura substancial do orçamento da despesa chinesa total, é uma contribuição relevante para a construção de capital interno.

No caso chinês, o Japão forneceu mais da metade da ajuda bilateral total que a China recebeu durante mais de 30 anos. Desde 1993, assumiu a liderança no total de assistência recebida (BURNS, 2000). Eles foram utilizados, sobretudo na primeira fase dos empréstimos em ienes, para a construção de grandes projetos de infraestrutura, como estradas e barragens, além de outras obras nos setores de transporte e energia. Em dezembro daquele ano, o primeiro-ministro japonês Masayoshi Ohira anunciou o primeiro pacote de ajuda para a indústria de aço da China, um produto essencial para o processo de industrialização e urbanização no desenvolvimento de qualquer país.

Estudos realizados em 1998 pelo JBIC mostraram, por exemplo, que os empréstimos em ienes foram empregados na construção de cerca de 35% (aproximadamente 4.600 km) de extensão ferroviária eletrificada da China na época, e para construir cerca de 13% dos grandes atracadouros de 10.000 toneladas nos portos chineses, que equivaleram a cerca de 470 atracadouros naquele ano (WU, 2008, p. 9).

Takamine (2006) entende que os empréstimos em ienes do Japão foram provavelmente um fator que contribuiu para o crescimento econômico da China e da crescente abertura econômica do país, por indiretamente apoiar o desenvolvimento de sua infraestrutura, o IED e o comércio. O autor segue uma lógica pela qual a contribuição para o desenvolvimento industrial e da infraestrutura chinesa atraiu e facilitou o ingresso de IED do Japão e de outros países para a China. Posteriormente, o IED teria incentivado a expansão e diversificação do comércio exterior da China. Finalmente, graças a essa diversificação, um desenvolvimento generalizado, principalmente econômico, teria sido alcançado, incorporando a economia chinesa no sistema econômico global baseado no mercado.

Como afirma Burns (2000),

Ao longo dos vinte anos desde que Deng abriu a China para o mundo exterior, o comércio sino-japonês sofreu significativa mudança qualitativa. Considerando que as exportações chinesas nos anos 70 se concentraram em matérias-primas como o petróleo e o carvão, nos anos 80, as exportações chinesas passaram para os têxteis, vestuário e outros produtos de mão-de-obra intensiva. O mercado japonês tem sido particularmente hospitaleiro para os têxteis chineses, uma vez

que o Japão não restringe as importações ao abrigo do Acordo Multinacional sobre Fibras^{129, 130}.

Uma maneira de se avaliar quantitativamente a contribuição da ODA japonesa para a industrialização da China é examinar a sua participação na formação de capital no contexto do orçamento nacional da China, que foi de 1,3% em média por ano durante o período entre 1990 e 1998. Se considerada a participação da ODA do Japão no mesmo período em relação somente ao orçamento chinês especificamente direcionado à infraestrutura, a média anual representou 10,4% (TAKAMINE, 2006, p. 94-95), o que não é desprezível, ainda mais consideradas as magnitudes e relevâncias estratégicas das obras realizadas. Mesmo que, em relação ao orçamento total da China, os valores tenham representado apenas uma pequena porção, eles representaram uma contribuição palpável não só para a construção de capital interno, como para o processo organizacional de impulsionamento da sua infraestrutura física.

Takamine explica que o foco da assistência japonesa para a China mudou em meados dos anos 90. Deixou de ser grandes obras de infraestrutura de transportes e comunicação, imprescindíveis para o desenvolvimento industrial, e se concentrou cada vez mais em obras voltadas para o meio ambiente. Na verdade, anos antes dos compromissos ecológicos assumidos por dezenas de países, inclusive o Japão, na Conferência Mundial do Meio Ambiente em 1992 no Rio de Janeiro, os japoneses já haviam iniciado projetos de assistência na China votados ao setor ambiental. Como nota Yoshimatsu (2010, p. 8), o primeiro empréstimo de iene neste setor começou em 1988 com projetos de desenvolvimento de gás em quatro cidades. Também foram construídas usinas de tratamento de água e esgoto em Pequim e, no final dos anos 90, aumentaram os projetos para utilização de gás em termoelétrica e para conter a poluição das fábricas. Projetos de arborização também foram custeados com subvenções japonesas. Mas, entre tantos projetos, Yoshimatsu destaca três em particular.

Um foi a construção do Centro de Amizade Sino-Japonesa para a Proteção Ambiental

¹²⁹ - O Acordo Multinacional sobre Fibras, que fixou cotas de exportação de têxteis dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, vigorou entre 1974 e 2004.

¹³⁰ - *Over the twenty years since Deng opened China to the outside world, Sino-Japanese trade has undergone significant qualitative change. Whereas Chinese exports in the 1970s focused on raw materials such as oil and coal, by the 1980s, Chinese exports moved into textiles, clothing, and other labor-intensive products. The Japanese market has been particularly hospitable to Chinese textiles as Japan does not restrict imports under the Multinational Fiber Agreement.*

na China proposto em 1988 pelo primeiro-ministro Noboru Takeshita ao homólogo chinês, Li Peng, em comemoração ao décimo aniversário do Tratado de Paz Japão-China. O centro foi inaugurado em 1996 e passou a conduzir pesquisas sobre políticas ambientais, além de atividades educacionais e avaliação e análise ecológica, com transferência de tecnologia japonesa. Um exemplo de pesquisa conjunta mencionada por Yoshimatsu foi sobre as tempestades de poeira e areia amarela em Pequim.

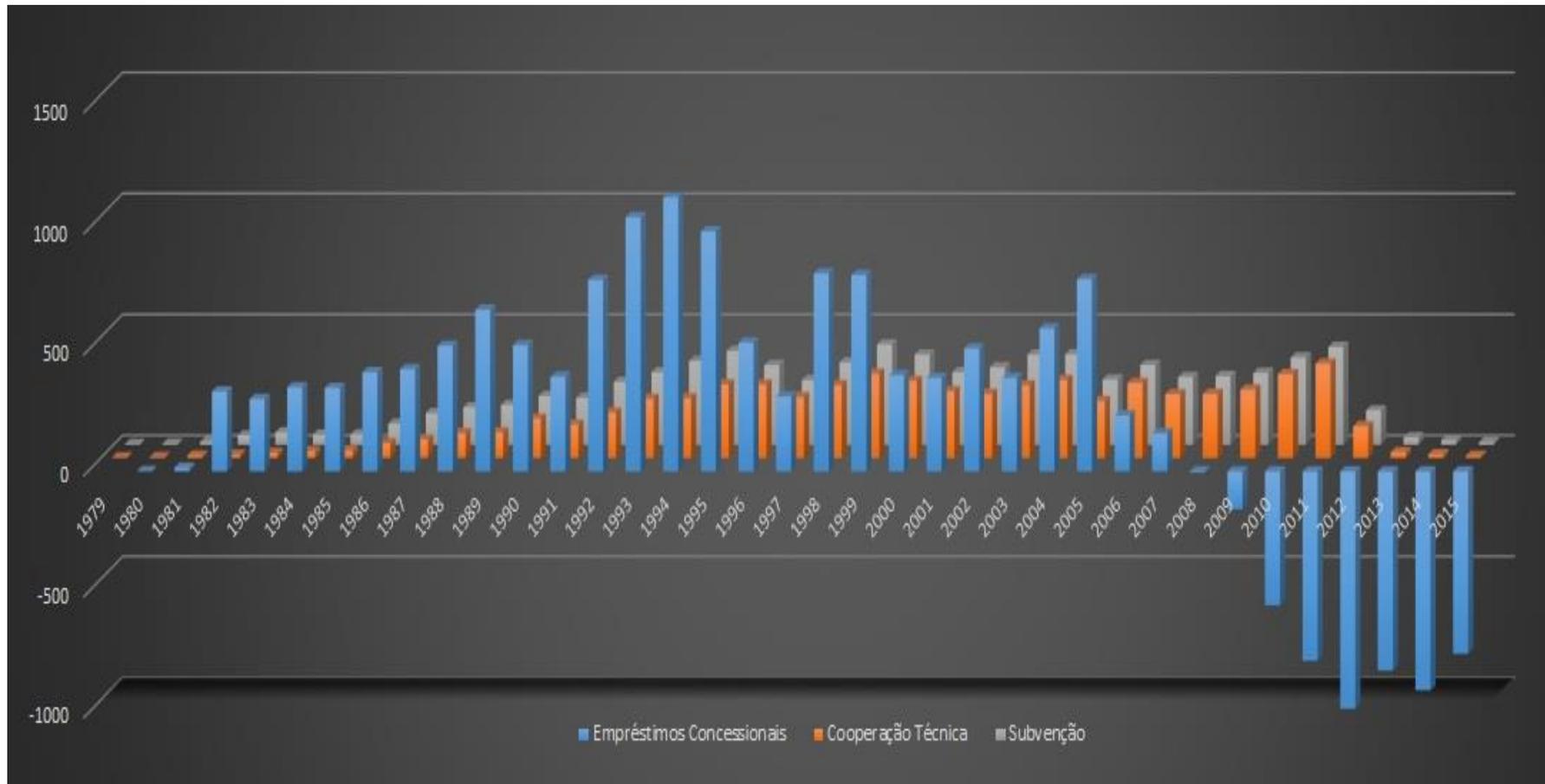
Outro projeto foi o das cidades-modelo em Chongqing, Dalian e Guiyang. Em 1997 os primeiros-ministros Ryutaro Hashimoto e Li Peng selaram acordos para aperfeiçoar a Rede de Informação Ambiental e desenvolver medidas de controle ambiental naquelas cidades, tendo como uma das prioridades o acesso à água e ao esgoto tratados. A JICA forneceu recursos humanos para levar adiante a cooperação bilateral.

Em nível subnacional, um exemplo efetivo foi a cooperação entre as cidades de Kitakyushu e Dalian, ocupada pelo exército japonês de 1905 a 1945. O acordo foi possível após a visita do conselheiro Song Jian a Kitakyushu em dezembro de 1993, na qual o prefeito Koichi Sueyoshi propôs um projeto piloto em Dalian. No ano seguinte ele foi selecionado pela Agência de Proteção Ambiental da China (*State Environmental Protection Administration* ou SEPA) como projeto prioritário. Hiroshima e Chongqing também colaboraram em nível subnacional com o envio de técnicos e projetos conjuntos de pesquisa sobre a chuva ácida.

Outro projeto destacado por Yoshimatsu foi o Fundo Obuchi, de 10 bilhões de ienes, para fortalecer o papel de organizações não governamentais do setor ambiental, proposto em 1999 pelo Primeiro-Ministro Keizo Obuchi. Em 2003 foram aprovados 43 projetos com valor total de 450 milhões de ienes.

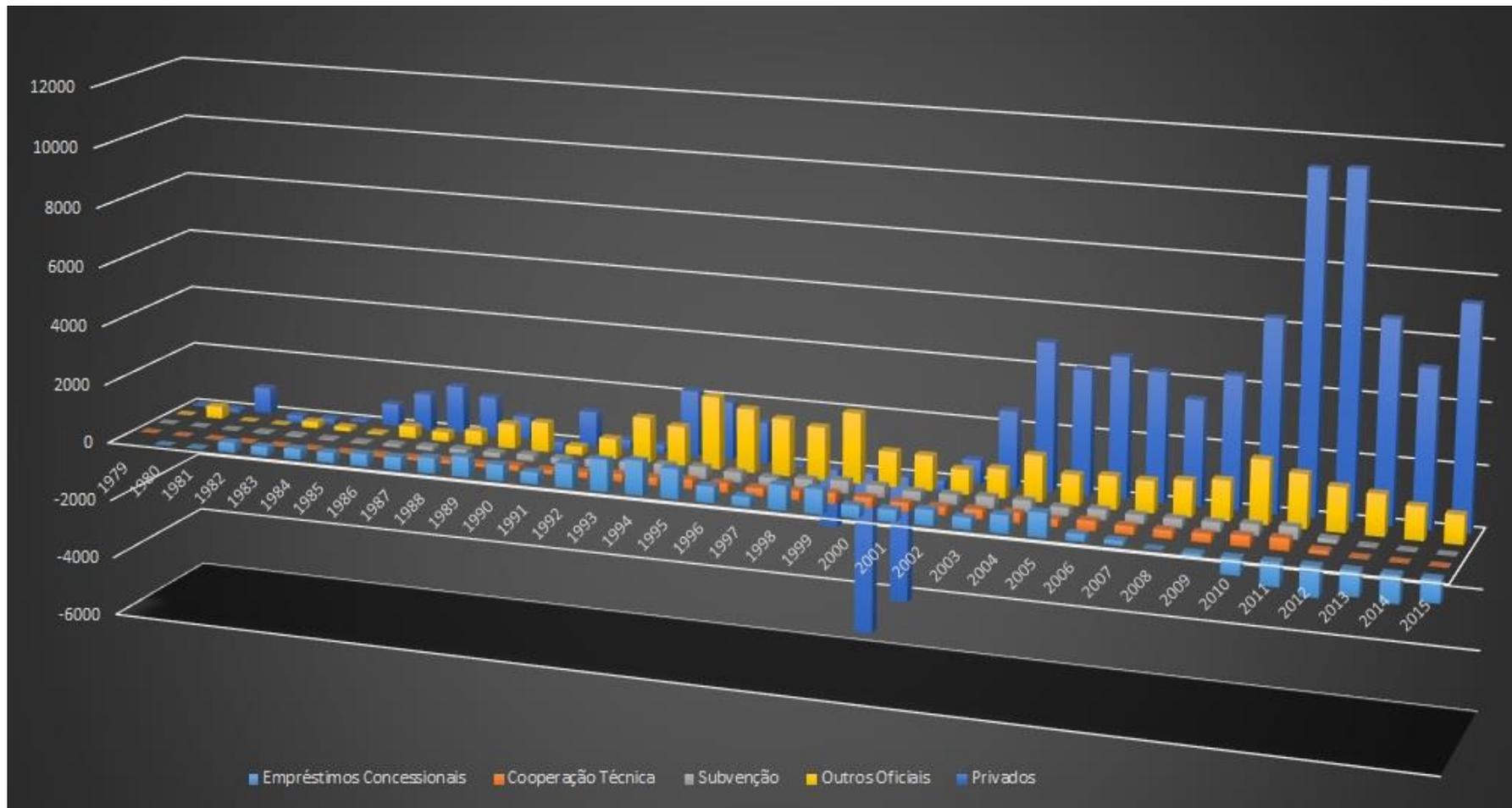
Ao fazerem uma análise multissetorial da cooperação do Japão tanto para a China quanto para a Indonésia, os dois maiores receptores de assistência japonesa até 2008, Shishido et al. (2003) concluíram que os efeitos da ODA japonesa, com ênfase na infraestrutura e crescimento econômico dos receptores, foram maiores do que os apontados por estudos anteriores do Banco Mundial. Eles concluíram que o IED japonês contribuiu substancialmente para catalisar a ODA japonesa.

GRÁFICO 6.7 EMPRÉSTIMOS CONCESSIONAIS, COOPERAÇÃO TÉCNICA E SUBENÇÕES DO JAPÃO PARA A CHINA, U\$ MILHÕES (1979 A 2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da OECD Stat. Disponível em: <[https:// http://stats.oecd.org](https://http://stats.oecd.org)>. Acesso em: 13 maio 2017.

GRÁFICO 6.8 EMPRÉSTIMOS CONCESSIONAIS, COOPERAÇÃO TÉCNICA E SUBENÇÕES DO JAPÃO PARA A CHINA EM COMPARAÇÃO A OUTROS FLUXOS FINANCEIROS OFICIAIS E PRIVADOS, U\$ MILHÕES (1979 A 2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da OECD Stat. Disponível em: <[https:// http://stats.oecd.org](https://http://stats.oecd.org)>. Acesso em: 13 maio 2017.

KOSACK e TOBIN (*apud* SELAYA; SUNESEN, 2012) argumentam que a cooperação e o IED são interdependentes. Eles alegam que créditos concessionais auxiliam principalmente o orçamento governamental, financiando investimentos em capital humano, enquanto o IED é uma decisão do setor privado afeta principalmente o capital físico. Mas as evidências empíricas apresentadas e os estudos realizados em torno dos empréstimos em ienes para a China não corroboram essa linha de raciocínio.

6.5 FIM DE NOVOS EMPRÉSTIMOS EM IENES E QUESTÕES DE SEGURANÇA

Apesar do crescimento e desenvolvimento vertiginosos que fizeram o PIB chinês ultrapassar o próprio PIB do Japão, o governo japonês não cortou seus empréstimos em ienes para a China imediatamente. Só depois de 2005, quando a economia chinesa continuou a crescer e os investimentos estrangeiros de várias fontes aumentou para níveis recordes, a quantidade de empréstimos em ienes japoneses começaram a ser cortados de maneira mais substancial. Em março de 2005, o governo japonês cortou esse tipo de empréstimo em mais de 11%, reduzindo-os para 85,9 bilhões de ienes. (WAN, 2006, p. 52).

Outros eventos políticos e econômicos que já haviam despontado ao longo das décadas anteriores, como a continuidade dos testes nucleares chineses, foram exacerbados ao longo dos anos 2000. Além da já mencionada disputa comercial entre Japão e China em 2001, houve novos protestos antijaponeses na China em 2005 por conta de livros escolares de história publicados no Japão ou a cúpula China-África em 2006, com promessas de empréstimos e investimentos também em setores energéticos, criando uma disputa com interesses japoneses no continente. E continuaram a crescer as tensões em torno dos limites do mar territorial pretendidos pelos dois países e por outros do sudeste asiático, sendo a disputa em torno das ilhas Senkaku-Diaoyu um dos pontos de contestação de maior visibilidade.

Por outro lado, apesar da vasta quantidade de projetos desenvolvidos no âmbito da cooperação japonesa para a China, não era incomum ouvir queixas de empresas chinesas e agências governamentais sobre os obstáculos impostos por corporações japonesas quanto para transferência de tecnologias avançadas, quando comparadas a norte-americanas e alemãs. Segundo Wan, os japoneses por sua vez reclamavam do baixo apreço que notavam

na China em relação a tecnologias japonesas e de regulamentos chineses que desestimulam a transferência tecnológica. Além disso, questões ainda sensíveis na relação política criaram um sentimento que estudiosos denominaram de tecnacionalismo. Um exemplo comumente citado foram as visitas ao templo Yasukuni¹³¹, inclusive pelo ex-Primeiro Ministro Junichiro Koizumi. Este tipo de atitude, que provocou o furor entre segmentos da sociedade organizada e lideranças da China, teria levado os chineses a avaliarem seriamente a utilização de tecnologias alemãs e francesas no seu sistema ferroviário ao invés da tecnologia japonesa adotada no *shinkansen*, o trem-bala do Japão. (DOLLA, 2015, p. 275-276). Ainda assim, a *Kawasaki Heavy Industries* conseguiu vencer concorrências para a implantação de alguns sistemas ferroviários na China, em vários casos em conjunto com a indústria chinesa *Nanche Sifang* (HOOD, 2007).

A partir de 2008, ano das Olimpíadas em Pequim, nenhum novo empréstimo concessional em ienes para a China foi desembolsado. Mas a discussão sobre a redução e encerramento de componentes da ODA japonesa foi controversa e começou mais de uma década antes. Em 30 de agosto de 1995, ano do quinquagésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, a agência japonesa de notícias Kyodo publicou o artigo “*Chinese Ambassador Terms Aid Cut 'Unwise'*”, no qual noticiava a decisão do governo do Japão, durante encontro entre o vice-chanceler japonês, Sadayuki Hayashi, e o embaixador chinês no Japão, Xu Dunxin, de cortar a maior parte das subvenções em protesto contra o novo teste nuclear da China:

Hayashi disse a Xu que o Japão congelará seus subsídios à China, exceto para fins humanitários, assistência em casos de desastre e assistência médica, para protestar contra os testes nucleares da China, conduzidos duas vezes, apesar das repetidas exigências do Japão para se absterem de testes. O Japão continuará congelando as concessões até que a China pare todos os testes de armas nucleares, disse Hayashi.¹³²

O Tratado de Segurança EUA-Japão ainda domina o aparato jurídico internacional de estabilidade militar na Ásia. Mas isso não foi suficiente para acalmar as crescentes tensões envolvendo China, Japão e outros países na região. Como Burns enfatiza, a reafirmação da

¹³¹ - Inaugurado em 1869 pelo imperador Meiji em homenagem aos que morreram durante a expansão do Império Japonês entre 1865 e 1951, o tempo Yasukuni passou a ser associado aos crimes de guerra cometidos pelo exército japonês, provocando controvérsias diplomáticas com a China, Coreias e Taiwan.

¹³² - *Hayashi told Xu that Japan will freeze its grants to China except for those for humanitarian purposes, disaster relief and medical assistance, to protest China's nuclear testing, conducted twice despite Japan's repeated demands to refrain from testing. Japan will continue to freeze the grants until China stops all nuclear weapons tests, Hayashi said.*

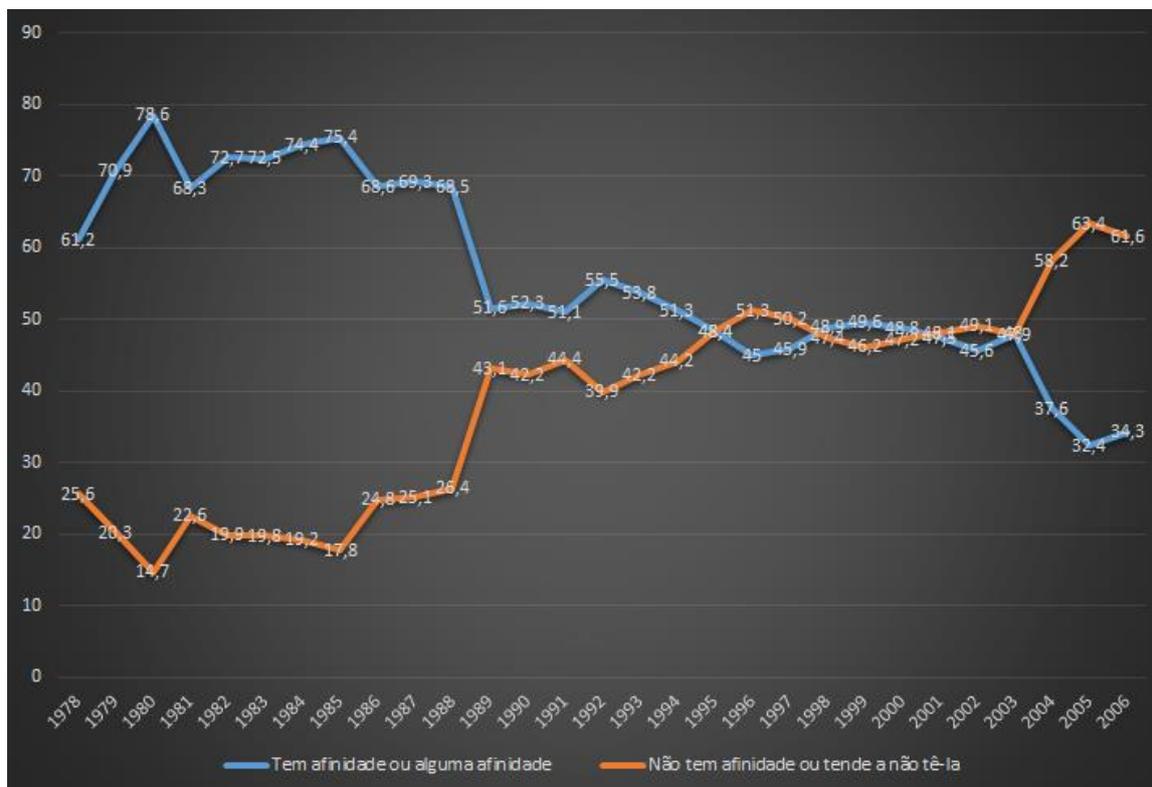
aliança foi formalizada em uma declaração conjunta pelo primeiro-ministro Ryutaro Hashimoto e o presidente Bill Clinton em 1996. “O governo chinês se opôs interpretando que o tratado tem a intenção de conter a China, permitindo a expansão inadequada das capacidades militares japonesas. Os líderes chineses também se opuseram à cooperação EUA-Japão na defesa antimísseis e ao aumento da despesa militar japonesa desde o final de 1980, que os chineses desconfiam ser direcionada a eles próprios”.

Coincidência ou não, em 1995 as percepções favoráveis e desfavoráveis da opinião pública no Japão em relação ao governo chinês se equipararam, como observado no Gráfico 6.9. No ano seguinte, pela primeira vez desde 1978, a percepção desfavorável foi majoritária, ainda que por pequena margem, entre os japoneses de acordo com pesquisa de opinião encomendada pelo Gabinete do Primeiro Ministro. A variação entre opiniões favoráveis e desfavoráveis continuou até 2003 e a partir de então, a visão da opinião negativa no Japão em relação à China disparou, denotando também o efeito da cobertura noticiosa negativa sobre a relação sino-japonesa.

O fim de novos empréstimos em ienes para a China em 2008, no entanto, não representa o término da ajuda japonesa para o desenvolvimento de seu vizinho, principal parceiro comercial e de investimento, e adversário tanto em nível regional, como global. Tendo entrado em outra fase da relação bilateral, a política de engajamento nipo-chinês tem continuado especialmente por meio da cooperação técnica.

Existe ainda outra vertente nesta análise que, embora possua implicações para ambos os países, extrapola tanto a relação bilateral quanto as relações multilaterais nos quais China e Japão estão engajados. Trata-se da ODA e créditos à exportação que a China fornece a terceiros países, o que vem chamando cada vez maior atenção da comunidade internacional, especialmente dos integrantes do DAC-OCDE. Strange et al. (2013), por exemplo, estimaram que os compromissos financeiros da China para a África representaram cerca de US \$ 75 bilhões em 1.673 projetos de 2000 a 2011.

GRÁFICO 6.9 AFINIDADE DOS JAPONESES EM RELAÇÃO À CHINA (1978 A 2006)



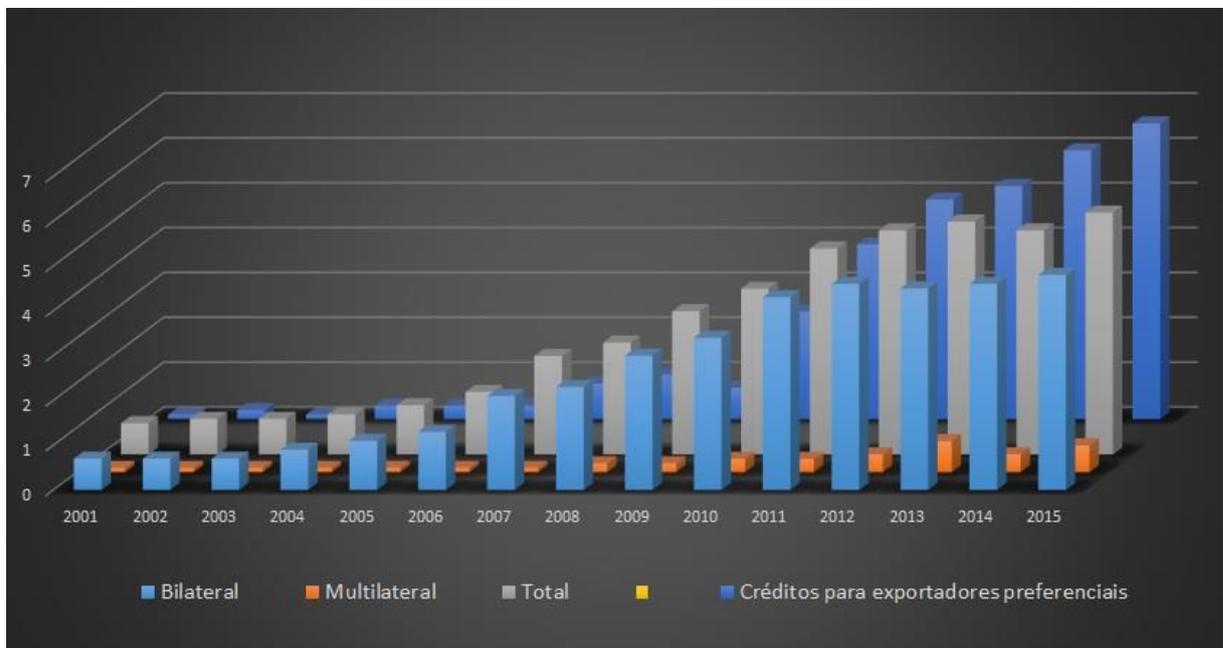
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Gabinete do Primeiro Ministro do Japão, no relatório, “*Gaiko ni kansuru Yoron Chosa [Public Opinion Poll on Foreign Policy & Diplomacy]*,” apud (KOTLER; SUGAWARA; YAMADA, 2006).

Instituições japonesas como a JICA vêm acompanhando de perto o crescimento desses fluxos financeiros e revisando sistematicamente as estimativas e metodologias de cálculo desses recursos. Ainda mais levando em conta os recursos energéticos e minerais que podem ser obtidos a custos competitivos no continente africano. Kitano¹³³ (2016) estimou os fluxos bilaterais (incluindo doações, empréstimos sem juros e empréstimos concessionais) e multilaterais da China para outros países entre 2001 e 2015, confrontando-os com os créditos para exportadores preferenciais¹³⁴. Em função de eventuais limitações de acesso às estatísticas chinesas, alguns pesquisadores começaram a constituir bases de dados que incluem reportagens e artigos publicados em veículos de comunicação, sendo o caso de trabalhos como os de Strange, William e Parks (2013) e Strange et al. (2013b).

¹³³ - Entrevistado pelo autor na sede do Instituto de Pesquisa da JICA em Tóquio no dia 10 de agosto de 2016.

¹³⁴ - Esses dados já levam em conta a atualização de estimativas divulgada em nota da JICA de 26 de maio de 2017. Disponível em < https://www.jica.go.jp/jica-ri/publication/other/175nbg000008yara-att/note_20170526.pdf>. Acesso em: 27 maio 2017.

GRÁFICO 6.10 ODA BILATERAL E MULTILATERAL DA CHINA PARA OUTROS PAÍSES, E CRÉDITOS PARA EXPORTADORES PREFERENCIAIS, U\$ BILHÕES (2001 A 2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados estimados por Kitano (2016), baseados nos Almanques anuais das Finanças e dos Bancos da China.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa indicam que apesar dos graves paradoxos geopolíticos e históricos na relação entre Japão e China, o pragmatismo motivado por interesses comuns que variaram em função dos períodos analisados parece ter prevalecido pela maior parte do tempo desde que foram assinados os acordos de Paz e de Comércio de Longo Prazo entre os dois países. Mas antes que se chegasse a tal ponto, como exposto anteriormente, foram necessárias a ruptura de paradigmas tradicionais e a adoção de novos modelos, não só econômicos, políticos e tecnológicos, mas também sociais e culturais, como enfatizado na Tabela 7.1. Obviamente que tais mudanças não se restringiram ao bilateralismo, mas, em realidade, a relação sino-japonesa foi afetada por triangulações com terceiros países.

No Japão, a Restauração Meiji retirou o país do isolamento em que se encontrava no século XIX e permitiu a modernização pela via concreta da industrialização, da infraestrutura e da urbanização do país. A predominância da sociedade agrária e castas feudais foi substituída na proporção em que estudantes e lideranças empresarias inocularam em solo japonês maneiras de pensar e agir que observaram e absorveram em suas viagens de prospecção e estudo a países colonizadores europeus e aos EUA. As colonizações japonesas, entre outras, de Taiwan, da península coreana e, em particular, de um vasto território da China após duas guerras sino-japonesas, deixaram marcas profundas e uma herança de influências e engajamentos que a história não conseguiu apagar.

Antes inimigo de guerra a ponto de ter sido o único alvo de armas nucleares na história, o Japão se tornou aliado dos EUA na luta para que o comunismo não se alastrasse pela Ásia. O Tratado de Segurança Mútua nipo-americano, que causou sérios distúrbios políticos no Japão, possibilitou a construção de uma base militar norte-americana em Okinawa que recepcionou ogivas e submarinos nucleares. Em algumas ocasiões estes artefatos estiveram próximos de serem acionados. A codificação assistida por computador realizada para a análise qualitativa deste trabalho indicou este como um dos aspectos em particular da militarização dos EUA e do Japão que mais preocupavam o governo chinês.

Da mesma forma, décadas depois das transformações no modelo japonês, a China precisou, especialmente a partir do final dos anos 70, sair de seu isolamento e romper novos paradigmas, como já haviam sido rompidos com a queda da dinastia *Qing* e com a implantação do regime comunista no país. A integração com outros países não era

exatamente uma novidade para o “Império do Meio”, cuja rota da seda o colocava em posição privilegiada na relação com diferentes nações. Mas a globalização que antes se caracterizara pela troca de mercadorias, passou a ter uma participação cada vez maior dos fluxos financeiros e informacionais intensificados com a implantação do sistema de *Bretton Woods* após a Segunda Guerra Mundial.

Os veículos de mídia, como analisado neste trabalho, cumpriram missão galvanizadora de ideias e de construção de narrativas agressivas e acusatórias. Seria quase impossível imaginar que ataques escritos tão hostis dariam espaço a alguma possibilidade de cooperação sino-japonesa. Mas os desdobramentos de eventos políticos como a visita que Richard Nixon fez a Mao Zedong em 1972 sobrepujaram o paradoxo entre desavenças e o aproveitamento das complementaridades entre as duas economias.

A codificação e categorização computadorizada neste trabalho possibilitou a identificação de outras questões estratégicas como as ogivas nucleares em Okinawa e aspectos relativos ao petróleo, ao gás, a outros recursos minerais e ao comércio, que também agregaram relevante valor ilustrativo à revisão de literatura realizada ao longo da tese. A matriz e os mapas de codificação, tanto pelo lado dos paradoxos, quanto pelo lado da racionalidade, ajudaram a visualizar as conexões que parecem ter colocado mais peso no prato da balança que tornou possível a construção de importantes obras de infraestrutura e de projetos que incluíram áreas como água e esgoto, poluição atmosférica, saúde e educação. Também auxiliaram a perceber os incentivos que as lideranças chinesas tinham para continuar o processo de reformas econômicas no sentido da livre alocação de recursos de acordo com a oferta e demanda do mercado.

A referida divisão da análise em três períodos temporais tomando como pontos de quebra as crises do petróleo (1966 a 1973; 1974 a 1979; e 1980 a 1996) permitiu produzir a matriz exibida na Figura 3.1, cuja codificação identifica temas geopolíticos e econômicos no primeiro período, tais como a triangulação EUA-Japão-China, os empréstimos em ienes, a modernização e industrialização da China e a Baía de Bohai. No segundo, petróleo, energia e outros minérios, e a crise mundial do petróleo. E no terceiro, militarismo e imperialismo norte-americano, e a guerra midiática e discursiva.

Além das questões geopolíticas triangulares, a investigação conduzida nesta pesquisa identificou que a necessidade de reativação do comércio bilateral no pós-guerra parece ter sido inicialmente condicionada, no lado japonês, pela necessidade de acesso a recursos

naturais – minerais, energéticos, alimentares – a preços mais competitivos e com logística mais racional e menos distante do que em relação aos Estados Unidos. No lado chinês, existia o imperativo da atração de capitais e de indústrias com tecnologias mais modernas para geração de emprego e renda. Elas garantiriam não só a continuidade dos esforços pragmáticos de modernização e industrialização desde que Mao Zedong chegou ao poder, como a reversão do isolamento na comunidade internacional após a ruptura com a União Soviética. Estava em jogo a própria permanência do Partido Comunista Chinês no centro decisório do poder, como continua ainda hoje.

As crises do petróleo nos anos 70 potencializaram a demanda japonesa, que, além de rever sua política estratégica para o Oriente Médio, também buscou alternativas de importação mais próximas além da Indonésia, uma tradicional fornecedora de petróleo. O volume da produção petrolífera e carbonífera chinesa superava com folga as necessidades domésticas nos anos 70. A expectativa em torno da produtividade de campos como o de *Daqing* criou junto ao governo e às corporações do Japão a perspectiva de que a demanda do país pudesse ser suplementada pelos vizinhos a um custo razoável e dentro das especificações de produto que interessavam aos japoneses. No outro sentido, indústrias japonesas intensificaram o fornecimento de máquinas, equipamentos e, em alguns casos, plantas inteiras como ocorrido nos setores têxtil e de fertilizantes. Um dos meios para tanto foi o financiamento das compras chinesas e a importação de volumes pré-fixados de petróleo que, em vários casos, acabaram não sendo exequíveis.

Só com a chegada de Deng Xiaoping ao poder, ele próprio com uma visão de mundo influenciada por suas experiências em países de economia mais avançada, e a reversão de políticas isolacionistas anteriores, foi possível iniciar uma guinada, ainda que sem ter certeza sobre os resultados, como que a tatear pedras no fundo do rio durante sua travessia¹³⁵.

O maior contrato com os chineses nos anos 70 foi fechado no setor siderúrgico, para financiamento e construção da *Baoshan Iron and Steel*. O aço era o grande elemento de industrialização e modernização da China por meio do qual Mao já havia sonhado em desbancar a liderança mundial dos Estados Unidos e da Inglaterra, mas que levou à ruína do Grande Salto para Frente da maneira, e pelos propósitos políticos, como foi feito. O fracasso

¹³⁵ - Como explica Vogel (2011) em relação às reformas implementadas na China, além da “teoria do gato” (não importa a cor do gato desde que ele cace o rato) e os dizeres de que “algumas pessoas podem enriquecer antes do que as outras”, também ficou conhecido o ditado “tateando as pedras ao atravessar o rio” em referência ao incentivo à experimentação e ao reconhecimento de que não seria possível esperar um acerto absoluto em todas as políticas adotadas, ainda que de forma gradual e cuidadosa.

no atingimento das metas chinesas de exportação de *commodities* energéticas gerou uma crise financeira que forçou a paralização não só daquele enorme projeto como de outros de grande porte em setores estratégicos como o petroquímico. Para não incorrerem em imensos prejuízos, consórcios empresariais japoneses apoiados pelo governo ofereceram novos empréstimos a baixo custo.

A cooperação oficial e as demais transferências de recursos que o Japão realizou para a China por quase trinta anos, até 2008, iniciaram-se a partir daquele quadro. Ao longo do processo, seus objetivos e aplicações variaram como se viu neste trabalho. É difícil deixar de reconhecer as implicações estratégicas que teve na relação entre os dois países, com efeitos que perduram ainda hoje, em particular no setor comercial. Igualmente, parece ser arriscada a afirmação de que a ODA japonesa teve um impacto determinante no processo de desenvolvimento chinês.

Nos debates entre realistas, construtivistas e estruturalistas, ou participantes de outras escolas de pensamento, costuma-se perguntar por que o governo japonês manteve os empréstimos concessionais para a China. Mesmo após o país ter realizado reformas estruturais que transformaram seu modelo de desenvolvimento, aproximando-o de uma economia de mercado, e fazendo com que seu PIB crescesse a ponto de ser um dos dois maiores do mundo, a ponto de ultrapassar o do Japão em 2010. E ainda, mesmo depois de a opinião pública japonesa e de ONGs se tornarem mais conscientes e críticas sobre os empréstimos a juros baixos, especialmente depois de eventos como os protestos na Praça de Tiananmen em 1989, os testes nucleares na década de 90, ou a escalada na disputa pelas ilhas Senkaku-Diaoyu.

Do ponto de vista do processo decisório japonês, uma das justificativas à opinião pública para a continuidade do programa bilateral é que, mesmo depois de tantas reformas e do crescimento vertiginoso ao longo de décadas, ainda perdurava na China o dualismo entre cidades e regiões com economias avançadas e outras em situação de baixo desenvolvimento, que normalmente caracteriza economias emergentes.

Alegando responsabilidades com relação à ordem global, a ODA japonesa ao longo do tempo trocou o financiamento de infraestrutura logística no país vizinho por setores considerados cruciais para a segurança nacional japonesa, como a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento de recursos humanos chineses, cruciais para as mais de quatro mil empresas japonesas instaladas na China. Ainda que o Japão não pudesse mais alegar a

importância de se manter a estreita relação com os chineses em função das importações de petróleo, as complementariedades comerciais e os interesses geopolíticos não recomendavam o afastamento.

Ao estabelecer um paralelo entre os processos de desenvolvimento dos dois países, analisando sob a perspectiva da longa duração, ou seja, considerando desde o século XIX, podemos encontrar similitudes primeiramente na necessidade de rupturas com paradigmas tradicionais e na adoção de decisões pragmáticas no tocante ao comércio e crescimento econômico. Outro paralelo que parece consistente é o processo de industrialização marcado por estágios ordenados, começando pelo investimento em indústrias de base, indústrias de transformação e o progressivo redirecionamento econômico para indústrias de bens duráveis, como eletroeletrônicos, tecnologia da informação e veículos – menos dependentes de energia e mais intensivas em tecnologia e capital. O método para o salto tecnológico de etapas no processo de pesquisa e desenvolvimento (“*leapfrogging*”) foi, em variados casos, a compra de tecnologias mais avançadas de outros países e posterior aperfeiçoamento com engenharia própria. Consequência desse processo foi o reforço de uma capacidade exportadora de produtos com cada vez maior valor agregado a custos mais competitivos internacionalmente. Isto permitiu a acumulação de grandes reservas de moeda forte que retroalimentou os sistemas internacionais de finanças e de comércio, como por exemplo pela compra de títulos do governo dos EUA, principal fiador da “Pax Asiática”.

A convergência parece ter-se rompido com o estouro da bolha japonesa após o colapso do índice Nikkei em 1991. Naquela década a China continuou impondo um ritmo intenso de reformas e, pode-se alegar, aquela debacle, a dissolução da União Soviética, além da crise asiática de 1997 e, em 1989, os protestos na Praça da Paz Celestial, foram eventos marcantes para tal aprofundamento. As transformações ocorriam de maneira tão diligente que o sociólogo e professor Thomas B. Gold (*apud* KRISTOF, 1993) afirmou no início dos anos 90 que “em vários sentidos, o que está acontecendo na China hoje é mais revolucionário do que o que fizeram os comunistas”. Depois que a China superou os EUA e se transformou na maior importadora de petróleo do mundo, também passou a utilizar o “*soft hard power*” financeiro, que parece ter um propósito mais pragmático no sentido de influenciar outros atores internacionais, ganhando acesso a fornecedores de matérias primas e a mercados para seus produtos – um contraste em relação à cooperação que realizou para ajudar na descolonização da África, por exemplo.

As evidências, dados e análises deste trabalho apontam para o processo de reformas na China como tendo facilitado a aproximação por parte do Japão, o que já havia começado de forma incipiente décadas antes da “política de portas abertas”. Desta forma, parece adequado afirmar que prevaleceu menos a conversão de um regime totalitário em autoritário ou a continuidade dos testes nucleares chineses, e mais a abertura econômica em direção a regras ditadas pelo mercado e o fortalecimento de instituições cada vez mais em compasso com o ordenamento internacional.

Diante da complexidade do assunto e do enorme volume de informações ainda dispersas, seria aconselhável que novos estudos pudessem aprofundar esta investigação. Embora pioneiro, ou talvez por isto mesmo, este trabalho não é exaustivo. Estudos futuros poderão contribuir para acrescentar conhecimento novo ao tema estudado e às relações entre os dois países. Também poderiam aprimorar e expandir a metodologia de análise qualitativa assistida por computador aqui utilizada com vistas a aprofundar os resultados obtidos.

TABELA 7.1 VARIÁVEIS E FENÔMENOS SELECIONADOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO JAPÃO E DA CHINA

Variáveis e Fenômenos selecionados	Japão	China
Ruptura de paradigmas	Restauração Meiji - Do isolamento ao expansionismo imperialista. Reformas institucionais durante e após a ocupação norte-americana.	Sistema de Responsabilidade Domiciliar. Criação das SEZs. TVEs viram <i>locus</i> do crescimento. Privatização das SOEs. Quase 95% dos bens industrializados são alocados a preços de mercado ¹³⁶ . Empresários admitidos no Partido Comunista. Implantou mercados de ações, TV por satélite (incluindo clips de música), escolas privadas, debates em programas de rádio e vendedoras da Avon.
Pragmatismo	Tratado de Segurança Mútua com os EUA em 1952. Bombas de hidrogênio em Okinawa pelo menos desde 1962.	Ruptura com a União Soviética nos anos 60 e normalização com Japão em 1972 e com os EUA em 1978.

¹³⁶ - Zweig (2017).

	Tratado de paz em 1978 com cláusula anti-hegemônica, reconhecimento de Taiwan como território inalienável da China e da China continental como representante oficial na ONU.	Ingresso em vários organismos internacionais a partir de 1980. Testes nucleares desde 1964. Reformas tributária e bancária.
Crescimento Econômico	Um dos maiores do mundo a partir dos anos 50 até início dos anos 90, quando estoura a bolha econômica, dando início à estagnação.	Maior crescimento econômico continuado da história.
Indústrias ou serviços pioneiros no início do pós-guerra	Siderurgia, Naval, Petroquímico, Armamentista, Comércio, Finanças	Siderurgia, Fertilizantes e Petroquímicos
Fator Total de Produtividade¹³⁷	De 0,652 em 1950 para 1,04 em 2014. ¹³⁸	De 0,540 em 1950 para 1,008 em 2014. ¹³⁹
Crédito doméstico para o setor privado¹⁴⁰	De 56,31% em 1960 para 181,56% em 2015. ¹⁴¹	De 51,17% em 1971 para 152,55% em 2015. ¹⁴²
Armadilha da renda baixa	PIB per capita passou de US\$ 478,99 em 1960 para US\$ 34.523,70 em 2015. ¹⁴³ Superação e ingresso no clube dos países ricos – G7 e OCDE.	PIB per capita passou de US\$ 89,52 em 1960 para US\$ 8.069,00 em 2015. ¹⁴⁴ Dualismo. Mais de 40% da população chinesa ainda empregada na agricultura. Maior população mundial.
Matérias primas e energia	Escassez. Dependência das importações, especialmente de petróleo e carvão para exportar.	Abundância e diversidade. É o 5º maior produtor de petróleo no mundo (mais de 4 milhões de barris/dia). Ainda assim, devido à alta demanda doméstica, tornou-

¹³⁷ - Fonte: Universidades da Califórnia em Davis e de Groningen, armazenadas no *FRED Economic Data* (Banco Central de St. Louis).

¹³⁸ - Disponível em < <https://fred.stlouisfed.org/series/RTFPNACNA632NRUG>>. Acesso em 26 maio 2017.

¹³⁹ - Disponível em < <https://fred.stlouisfed.org/series/RTFPNAJPA632NRUG>>. Acesso em 26 maio 2017.

¹⁴⁰ - Estes dados do Banco Mundial Recursos compreendem recursos financeiros fornecidos ao setor privado por empresas financeiras por meio de empréstimos, compras de títulos sem participação acionária e créditos comerciais com exigência de reembolso. Podem incluir também créditos provenientes de empresas públicas. As corporações financeiras incluem as autoridades monetárias e os bancos de depósitos bancários, bem como outras empresas financeiras, como empresas de leasing, de seguros, fundos de pensão e empresas de câmbio.

¹⁴¹ - Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador/FS.AST.PRVT.GD.ZS?locations=JP>>. Acesso em 25 maio 2017.

¹⁴² - Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador/FS.AST.PRVT.GD.ZS?locations=CN>>. Acesso em 25 maio 2017.

¹⁴³ - Dados do Banco Mundial. Disponíveis em <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CN-JP>>. Acesso em 25 maio 2017.

¹⁴⁴ - Dados do Banco Mundial. Disponíveis em <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CN>>. Acesso em 25 maio 2017.

		se importador em 1993. Maior produtor mundial de carvão.
Comércio Exterior (Gráficos 6.1 e 6.3)	A corrente de comércio Japão-China passou de U\$ 58,9 milhões em 1950 para U\$ 270,38 bilhões em 2016. A corrente de comércio do Japão com o mundo passou de U\$ 7,1 bilhões em 1957 para um pico de U\$ 1,68 trilhão em 2012 e atingiu U\$ 1,25 trilhão em 2016.	A corrente de comércio da China com o mundo passou de U\$ 165 bilhões em 1992 para um pico de U\$ 4,3 trilhões em 2014 e atingiu U\$ 3,7 trilhões em 2016.
ODA (Gráfico 6.8)	ODA do Japão para a China passou de U\$ 5,18 milhões em 1979 para U\$ 543,47 milhões em 2008 ¹⁴⁵ .	ODA da China para outros países passou de U\$ 0,7 milhão em 2001 para U\$ 5,4 milhões em 2015 ¹⁴⁶ .
IED¹⁴⁷	IED total para outros países passou de U\$ 355 milhões em 1970 para U\$ 130,7 bilhões em 2015. IED japonês para a China passou de U\$ 100 milhões em 1985 para U\$ 8,4 bilhões em 2015.	IED total em outros países passou de U\$ 44 milhões em 1982 para U\$ 187,8 bilhões em 2015. IED total recebido de outros países passou de U\$ 430 milhões em 1982 para U\$ 249,8 bilhões em 2015.
Progressão Tecnológica e Valor Agregado	8º país mais competitivo, com índice de 5,48 ¹⁴⁸ . Quarto lugar no índice de produtividade industrial global; 87,4% das exportações são industrializadas – U\$ 597,8 bilhões em 2014; 5.201 pesquisadores/milhão em 2013; ¹⁴⁹	28º país mais competitivo, com índice de 4,95 ¹⁵⁰ . Primeiro lugar no índice de produtividade industrial global; 93,8% das exportações são industrializadas – U\$ 2,197 trilhões em 2014; 1.089 pesquisadores/milhão em 2013; ¹⁵¹
Política	Dominância do Partido Liberal Democrata durante a maior parte do pós-guerra.	Partido único denominado comunista, mas apoiando crescentemente um modelo de mercado na economia.
Inserção na Ordem Mundial	Ingresso na OCDE em 1964. Participa de quase todos os relevantes organismos internacionais, incluindo o G7. O iene compõe a cesta de moedas do FMI.	Ingresso no BM, FMI, OMPI em 1980. Entrou na OMC em 2001. Participa da maioria dos organismos internacionais relevantes, incluindo o Conselho de Segurança da ONU. O yuan

¹⁴⁵ - OECD Stat.

¹⁴⁶ - Cálculo de Kitano (2016).

¹⁴⁷ - OECD Stat.

¹⁴⁸ - WEF (2016). O Fórum define competitividade como o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de uma economia, o que, por sua vez, determina o nível de prosperidade que o país pode alcançar

¹⁴⁹ - Giffi, Rodriguez e Gangula (2016).

¹⁵⁰ - WEF (2016).

¹⁵¹ - Giffi, Rodriguez e Gangula (2016).

		compõe a cesta de moedas do FMI.
Liberdade de Imprensa ¹⁵²	Imprensa considerada livre. 48º posição na lista mundial	Imprensa considerada como não tendo liberdade. 186º posição na lista mundial
Gastos Militares ¹⁵³	0,93% do PIB em 2015. Limitações impostas pelo artigo 9º. da Constituição não impedem investimento em aparato de defesa.	1,94% do PIB em 2015. 2º. Maior orçamento militar do mundo, porém menos da metade dos EUA. Possui arsenal nuclear.

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas fontes indicadas.

Nota: Os indicadores contidos nesta tabela não denotam necessariamente uma comparação. Servem apenas como referenciais de cada país que, eventualmente, em relação a algumas variáveis, pode-se estabelecer uma análise comparativa.

¹⁵² - *Freedom House* (2017, p. 25).

¹⁵³ - Fonte: Banco Mundial *Data*. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=CN-US-JP>>. Acesso em 04 junho 2017.

REFERÊNCIAS

- AKAMATSU, K. A historical pattern of economic growth in developing countries. **Journal of Developing Economies**, v. 1, n. 1, p. 3–25, 1962.
- ARTHUR, B.; KRUGMAN, P. Introduction to Development Economics. In: **Lectures on Development Economics**. [s.l: s.n.]. p. 1–13.
- AUSTIN JERSILD. **Sharing the Bomb among Friends: The Dilemmas of Sino-Soviet Strategic Cooperation | Wilson Center**. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/sharing-the-bomb-among-friends-the-dilemmas-sino-soviet-strategic-cooperation#_ftnref23>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- BALASSA, B. The process of industrial development and alternative development strategies. **Essays in international finance**, n. 141, 1990.
- BANCO MUNDIAL. **China 2030 -- Building a Modern, Harmonious, and Creative Society**. Washington, DC: The World Bank, 2013.
- BAUER, P. T. **Dissent on Development: studies and debates in development economics**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1972.
- BEDESKI, R. E. **The Fragile Entente: The 1978 Japan-China Peace Treaty in a Global Context**. Boulder, Colorado: Westview Press, Inc., 1983.
- BRAHM, L. **Zhu Rongji and the transformation of modern China**. Singapore: John Wiley & Sons, 2002.
- BRAMALL, C. **Chinese Economic Development**. New York: Routledge, 2009.
- BROOKS, W. L. **Japanese Economic Assistance to China**. Washington, DC: [s.n.].
- BURNS, K. G. China and Japan: Economic Partnership to Political Ends. In: KREPON, M.; GAGNÉ, C. (Eds.). **Economic Confidence Building and Regional Security, Report No. 36**. Washington, DC: Henry L. Stimson Center, 2000. p. 27–58.
- BURNSIDE, C.; DOLLAR, D. Aid, Policies, and Growth. **The American Economic Review**, v. 90, n. 4, p. 847–868, 2000.
- CALDER, K. Japanese Foreign Economic Policy: Explaining the Reactive State. **World Politics**, v. 40, n. 4, p. 517–541, 1988.
- CALDWELL, M. A. **Petroleum Politics in Japan: State and Industry in a Changing Policy Context**. [s.l.] The University of Wisconsin-Madison, 1981.
- CASSIDY, J. F. **Japanese Direct Investment in China**. 1. ed. New York: Routledge, 2002.
- CELINO, E. A. DE B. **As Zonas de Desenvolvimento Econômico como Instrumento de Políticas Públicas: o caso da China**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2006.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Economic Relations of Communist China with the USSR since 1950**. McLean, VA: [s.n.].
- CHAN, T.; CHEN, E. K. Y.; CHIN, S. China's Special Economic Zones: Ideology, Policy and Practice. In: JAO, Y. C.; LEUNG, C. K. (Eds.). **China's Special Economic Zones: Policies, Problems and Prospects**. Hong Kong: Oxford University Press, 1986. p. 87–104.
- CHEN, S.; RAVALLION, M. Absolute poverty measures for the developing world, 1981-2004. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 104, p. 16757–16762, 2007.
- CHEN, Z. et al. **The Power Strategy of Chinese Foreign Policy. Bringing Theoretical and Comparative Studies Together**: NFG Working Paper. Berlin: [s.n.].
- CHENERY, H. **Structural Change and Development Policy**. Washington, D.C.: Oxford University Press, 1979.
- CHING, L. T. S. **Becoming “Japanese”: Colonial Taiwan and the Politics of Identity Formation**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2001.

- CHOW, L. C. H. Market diversification of Chinese oil exports and its implications. **Economic Bulletin for Asia and the Pacific**, v. 41, n. 1/2, p. 41–51, 1990.
- CHOW, L. C. H. The changing role of oil in Chinese exports, 1974-1989. **China Quarterly**, n. 131, p. 750–765, 1992.
- CHOW, L. C. H. **Chinese Offshore Oil Production : Hopes and Reality**. Hong Kong: [s.n.]. Disponível em: <https://ir.lib.hiroshima-u.ac.jp/files/public/1/14352/20141016121122131502/JIDC_07_02_06_Chow.pdf>.
- CHU, D. K. Y. The Special Economic Zones and the Problem of Territorial Containment. In: JAO, Y. C.; LEUNG, C. K. (Eds.). . **China's Special Economic Zones: Policies, Problems and Prospects**. Hong Kong: Oxford University Press, 1986. p. 21–38.
- DAS, M.; N'DIAYE, P. M. **Chronicle of a Decline Foretold: Has China Reached the Lewis Turning Point?IMF Working Papers: IMF Working Paper**. Washington, DC: [s.n.]. Disponível em: <[http://elibrary.imf.org/view/IMF001/20245-9781475548242/20245-9781475548242.xml](http://elibrary.imf.org/view/IMF001/20245-9781475548242/20245-9781475548242/20245-9781475548242.xml)>.
- DEGNBOL-MARTINUSSEN, J.; ENGBERG-PEDERSEN, P. Aid. In: **Aid: Understanding International Development Cooperation**. Copenhagen: Zed Books Ltd, 2003. p. 1–24.
- DENG, Y. Chinese Relations with Japan: Implications for Asia-Pacific Regionalism. **Pacific Affairs**, v. 70, n. 3, p. 373–391, 1997.
- DICKINSON, E. A Bright Shining Slogan How “hearts and minds” came to be. **Foreign Policy**, n. Sept./Oct., 2009.
- DOLLA, V. S. **Science and Technology in Contemporary China: Interrogating Policies and Progress**. Delhi: Cambridge University Press, 2015.
- DOR-NER, Z.; ESPAR, D.; PAGNAMENTA, P. **Asia Rising** EUA e InglaterraPBS e BBC, , 1996. Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh/peoplescentury/>>
- DUUS, P. **The rise of modern Japan**. Boston: Houghton Mifflin, 1976.
- DUUS, P. **The Cambridge History of Japan: The Twentieth Century (Vol. 6)**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1989.
- EASTERLY, W. **The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good**. New York: The Penguin Press, 2006.
- ELBAUM, B. How Godzilla Ate Pittsburgh: The long rise of the Japanese iron and steel industry, 1900-1973. **Social Science Japan Journal**, v. 10, n. 2, p. 243–264, 2007.
- FEASEL, E. M. **Japan's Aid**. New York: Routledge, 2015.
- FREEDOM HOUSE. **Press Freedom's Dark Horizon: Freedom of the Press 2017**. Washington, DC: Freedom House, 2017.
- FUNG, K. C. et al. Determinants of U.S. and Japanese Foreign Direct Investment in China. **Journal of Comparative Economics**, v. 30, n. 3, p. 567–578, 2002.
- GAN, J.; GUO, Y.; XU, C. **China's Decentralized Privatization and Change of Control Rights**. Stanford: [s.n.].
- GARNAUT, R.; FANG, C.; SONG, L. (EDS.). **China: A New Model for Growth and Development**. Canberra: Australian National University, 2013.
- GARNAUT, R.; SONG, L. (EDS.). **The turning point for China's economic development**. Canberra: The Australian National University E Press and Asia Pacific Press, 2006.
- GIFFI, C. A.; RODRIGUEZ, M. D.; GANGULA, B. **Global Manufacturing Competitiveness Index**. London: Deloitte Touche Tohmatsu Limited, 2016.
- HELGESEN, G.; THOMSEN, S. R. **Politics, Culture and Self**. Copenhagen: NIAS Press, 2007.

HOOD, C. P. Bullets and Trains : Exporting Japan TM s Shinkansen to China and Taiwan. **The Asia-Pacific Journal**, v. 5, n. 1, p. 1–9, 2007.

HORN, S. A.; CROSS, A. R. (EDS.). **Japanese Multinationals in China**. New York: Routledge, 2010.

HOUT, T.; GHEMAWAT, P. China vs the World: Whose Technology Is It? **Harvard Business Review**, n. December, 2010.

HU, Z.; KHAN, M. S. **Why is China growing so fast?** **Economic Issues: Economic Issues**. Washington, DC: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3867499>>.

HUANG, K. American Business and the China trade embargo. **Essays in Economic and Business History**, v. 19, p. 33–48, 2001.

HUANG, Y. **Capitalism with Chinese Characteristics - Entrepreneurship and the State**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2008.

INSTITUTE OF PACIFIC RELATIONS; COUNCIL, A. **Iron and Steel in Japan and Manchuria Memorandum**, 1932. Disponível em: <www.jstor.org/stable/3024775>

JACOBS, A. J. **The New Domestic Automakers in the United States and Canada: History, Impacts, and Prospects**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2015.

JAIN, R. K. **China and Japan 1949-1980**. Oxford: Martin Robertson & Co. Ltd., 1981.

JAN, G. P. Japan's Trade with Communist China. **Asian Survey**, v. 9, n. 12, 1969.

JANSEN, M. B. **Japan and China, from War to Peace 1894-1972**. Chicago: Rand McNally College Publishing Company, 1975.

JANSEN, M. B. **The Cambridge History of Japan: The Nineteenth Century (Vol. 5)**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1989.

JEFFERSON, G. H. **State-Owned Enterprise in China: Reform, Performance, and Prospects**. Waltham, MA: [s.n.]. Disponível em: <http://www.brandeis.edu/departments/economics/RePEc/brd/doc/Brandeis_WP109.pdf>.

JEFFERSON, G. H.; SINGH, I. (EDS.). **Enterprise Reform in China: Ownership, Transition, and Performance**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

JR, J. S. N. The War on Soft Power. **Foreign Policy**, abr. 2011.

KAEMPFER, W. H.; MIN, H. M. J. The role of oil in China's economic development, growth, and internationalization. **Journal of Energy and Development**, v. 11, n. 1, p. 13–26, 1985.

KITANO, N. **Estimating China's Foreign Aid II: 2014 Update: Comparative Study on Development Cooperation Strategies**. Tokyo: [s.n.].

KOTLER, M. L.; SUGAWARA, N.; YAMADA, T. **Chinese & Japanese Public Opinion: Searching for Moral Security: CNA Seminar on Sino-Japanese Relations**. Washington, DC: [s.n.]. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjm_NGsnu3TAhWBS5AKHfI8DuIQFggjMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.jiaponline.org%2Fdocuments%2FFinalMoralSecurityPaperDec06.doc&usq=AFQjCNEip_-hIHnL-riVkvHxVIsum9S3jw&sig2=r>.

KOYAMA, K. **Japan's Energy Strategies towards the Middle East**. [s.l.] University of Dundee, 2001.

KOYAMA, N. **Japanese Students at Cambridge University in the Meiji Era, 1868-1912: Pioneers for the Modernization of Japan**. Morrisville, North Carolina: Lulu Press, Inc., 2004.

KRISTOF, N. D. China Sees “Market-Leninism” as Way to Future. **New York Times**, 6 set. 1993.

KUZNETS, S. S. **Modern Economic Growth: Rate, Structure, and Spread**. Yale: Yale

- University Press, 1966.
- LEE, C.-J. **Japan faces China: Political and Economic Relations in the Postwar Era**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1976.
- LEE, C.-J. **China and Japan: new economic diplomacy**. Stanford, Calif.: Hoover Institute Press, 1984.
- LEESON, P. T.; DEAN, A. M. The Democratic Domino Theory: An Empirical Investigation. **American Journal of Political Science**, v. 53, n. 3, p. 533–551, 2009.
- LENG, S. C. **Japan and Communist China**. Kyoto: Doshisha University Press, 1958.
- LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. **Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 22, p. 139–91, 1954.
- LI, C. L. **Economic Reform Since 1978: Fiscal Decentralization** Charles Scribner's Sons, , 2009. (Nota técnica).
- LI, X.; MOLINA, M. **Taiwan** ABC-CLIO, , 2014. (Nota técnica).
- LIMA FILHO, J. F. P. **Uma síntese sobre o expansionismo geopolítico japonês e sua relação com o “Triângulo do Petróleo”** Estudos Japoneses São Paulo Fundação Japão, , 2017.
- LIN, J. Y. **The China Miracle Demystified: Perspectives on Chinese Economic Growth**. Shanghai: [s.n.].
- LIN, J. Y.; MONGA, C. **The Growth Report and New Structural Economics Policy Research Working Paper: Policy Research Working Paper**. Washington, DC: [s.n.]. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/QCS1JO8Q10>>.
- LINDGREN, C.-J.; GARCIA, G. G.; SAAL, M. I. **Bank soundness and macroeconomic policy**. Washington, DC: International Monetary Fund, 1996.
- MAN-HOUNG, L.; LIN, B. M. The Ryukyus and Taiwan in the East Asian Seas : A Longue Duree Perspective. **The Asia-Pacific Journal**, v. 4, n. 10, 2006.
- MAO, Z. Report to the Second Plenary Session of the Seventh Central Committee of the Communist Party of China. In: **Selected Writings of Mao Tse-tung, vol. 4**. Peking: Foreign Languages Press, 1961. p. 361–75.
- MITCHELL, J. Okinawa's first nuclear missile men break silence. **The Japan Times**, 8 jul. 2012.
- MODY, A.; WANG, F.-Y. Explaining Industrial Growth in Coastal China: Economic Reforms ... and What Else? **The World Bank Economic Review**, v. 11, n. 2, p. 293–325, 1997.
- MORCK, R.; NAKAMURA, M. **Business Groups and the Big Push: Meiji Japan's Mass Privatization and Subsequent Growth** NBER Working Paper: NBER Working Paper. Cambridge, Mass.: [s.n.].
- MOSS, R. A. **Nixon's Back Channel to Moscow: Confidential Diplomacy and Détente**. Kentucky: University Press of Kentucky, 2017.
- MURPHY, A. M.; WELSH, B. (EDS.). **Legacy of Engagement in Southeast Asia**. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2008.
- NAN, Z. China suffers from increased protectionist measures. **ChinaDaily.com.cn**, 20 jul. 2016.
- NAUGHTON, B. **The Chinese economy: transitions and growth**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2007.
- NEE, V. A Theory of Market Transition: From Redistribution to Markets in State Socialism. **American Sociological Review**, v. 54, n. 5, p. 663, 1989.
- NEE, V.; OPPER, S. On politicized capitalism. In: **On capitalism**. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2007. p. 93–127.

- NEE, V.; OPPER, S. Markets and Institutional change in China. In: FAN, S. et al. (Eds.). . **The Oxford Companion to the Economics of China**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 536.
- NISH, I. **The Iwakura Mission in America and Europe**. Richmond, Surrey: Japan Library (Curzon Press Ltd), 1998.
- NODARI, F. et al. **Contribuição do Maxqda e do NVivo para a Realização da Análise de Conteúdo**: Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EPQ929.pdf>.
- NORTH, D. **Structure and Change in Economic History**. New York: W. W. Norton, 1981.
- NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.
- NYE, J. S. Soft Power. **Foreign policy**, n. 80, p. 153–171, 1990.
- OECD. **OECD Development Assistance Peer Review: Japan 2010**. Paris: [s.n.].
- OGURA, K. **Japan's Asian Diplomacy: a Legacy of Two Millennia**. Tokyo: International House of Japan, Inc., 2015.
- OHNO, K. **The Economic Development of Japan: the path traveled by Japan as a developing country**. Tokyo: National Graduate Institute for Policy Studies, 2006.
- OZAWA, T. Foreign direct investment and economic development. **Transnational Corporations**, v. I, n. 1, p. 27–54, 1992.
- PARK, A. **China's Economic Transformation Part 1: Economic Reform and Growth in China**Hong KongThe Hong Kong University of Science and Technology on Coursera, , 2017. Disponível em: <<https://www.coursera.org/learn/econtransform1/home/welcome>>
- PARK, A.; WU, Y.; DU, Y. **Informal Employment in Urban China: Measurement and Implications**. Washington, DC: [s.n.].
- PINTO, E. C. A integração econômica entre a China e o Vietnã: Estratégia China plus one, Investimentos e Cadeias Globais. In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B. DA; PINTO, E. C. (Eds.). . **China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. p. 594.
- PONG, D. **Encyclopedia of Modern China**. 1. ed. Detroit: Charles Scribner's Sons, 2009.
- PORTER, M. E. **Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance**. New York: The Free Press, 1985.
- PORTER, M. E. **Competitive Advantage of Nations**. New York: Free Press, 1990.
- POSEN, A. S. Introduction: Financial Similarities and Monetary Differences. In: MIKITANI, R.; POSEN, A. (Eds.). . **Japan's Financial Crisis and Its Parallels to U.S. Experience**. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 2000. p. 1–25.
- QUANSHENG, Z. **Interpreting Chinese Foreign Policy: The Micro-macro Linkage Approach**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- RINES, G. E. **Harris, Townsend**, 1920. (Nota técnica).
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. **Economic Journal**, v. 53, n. 210/211, p. 202–11, 1943.
- ROSTOW, W. W. The Take-Off Into Self-Sustained Growth. **The Economic Journal**, v. 66, n. 261, p. 25–48, 1956.
- ROSTOW, W. W. The Stages of Economic Growth. **The Economic History Review**, v. 12, n. 1, p. 1–16, 1959.
- SACHS, J. The Case for Aid. **Foreign Policy**, jan. 2014.
- SATO, Y.; ASANO, M. Humanitarian and Democratic Norms in Japan's ODA

Distributions. In: SATO, Y.; HIRATA, K. (Eds.). . **Norms, Interests, and Power in Japanese Foreign Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 279.

SATO, Y.; HIRATA, K. (EDS.). **Norms, Interests, and Power in Japanese Foreign Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

SELAYA, P.; SUNESEN, E. R. Does Foreign Aid Increase Foreign Direct Investment? **World Development**, v. 40, n. 11, p. 2155–2176, nov. 2012.

SERAFINO, N.; TARNOFF, C.; NANTO, D. K. **U.S. Occupation Assistance: Iraq, Germany and Japan Compared**. Washington, DC: [s.n.]. Disponível em: <<http://fas.org/sgp/crs/natsec/index.html>>.

SHEN, Z.; XI, Y. **Mao and the Sino–Soviet Partnership, 1945–1959: A New History**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2015.

SHIMIZU, Y. Convoy Regulation, Bank Management, and the Financial Crisis in Japan. In: MIKITANI, R.; POSEN, A. (Eds.). . **Japan’s Financial Crisis and Its Parallels to U.S. Experience**. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 2000. p. 57–99.

SHIRK, S. L. **The Political Logic of Economic Reform in China**. Berkeley: University of California Press, 1993.

SHISHIDO, S. et al. Japanese ODA to China and Indonesia in the Context of FDI: A Comparative Multisectoral Approach. **The Journal of Econometric Study of Northeast Asia**, v. 4, n. 2, p. 1–29, 2003.

STERN, N. Making the Case for Aid. In: **A Case for Aid: Building a Consensus for Development Assistance**. Washington, DC: World Bank, 2002.

STIGLITZ, J. Overseas Aid is Money Well Spent. **Financial Times**, 14 abr. 2002.

STRANGE, A. et al. **China’s Development Finance to Africa: A Media-Based Approach to Data Collection**: Working Paper. Washington, DC: [s.n.].

STRANGE, A. M. et al. **AidData’s Methodology for Tracking Underreported Financial Flows**. Washington, D.C.: [s.n.].

STRANGE, A. M.; WILLIAM, C.; PARKS, B. **China’s Development Finance to Africa: A Media-Based Approach to Data Collection**. Washington, DC: [s.n.]. Disponível em: <https://www.cgdev.org/sites/default/files/chinese-development-finance-africa_0.pdf>.

SUGIHARA, K. Japan, the Middle East and the world economy: a note on the oil triangle. In: SUGIHARA, K.; ALLAN, J. A. (Eds.). . **Japan in the contemporary Middle East**. London and New York: Routledge, 1993. p. 191.

SZELENYI, I. Social Inequalities in State Socialist Redistributive Economies. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 19, p. 63–87, 1978.

SZELENYI, I.; KONRAD, G. **Az új lakotelepek szociológiai problémái (Sociological problems of the new housing development)**. Budapest: Akadémiai Kiado, 1969.

TAKAHASHI, K. The Rise of Capitalism in Japan. **The Open Court**, v. 1933, n. 3, p. 164–180, 1933.

TAKAMINE, T. **Japan’s Development Aid to China**. New York: Routledge, 2006.

TETT, G. Money Madness. In: **Saving the Sun**. [s.l: s.n.]. v. 1.

THE INSTITUTE OF ENERGY ECONOMICS (ED.). **EDMC Handbook of Japan’s & World Energy & Economic Statistics**. Tokyo, Japan: The Energy Conservation Center, 2016.

THE WORLD BANK. **World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography**. Washington, DC: World Bank, 2009.

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic Development**. 11. ed. Boston: Addison-Wesley, 2012.

- TOHATA, S. **Nihon Sihonshugi no Keiseisha – Samazama no Keizai-Shutai (Those Who Formulated Japanese Capitalism: Numerous Economic Actors) (Japanese)**. [s.l.] Iwanami Shoten, 1964.
- UEHARA, A. R. **A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?** São Paulo: Annablume Editora, 2003.
- UNDP. **UNDP assistance requested by the Government of People’s Republic of China for the period 1982-1986**. Geneva: [s.n.].
- US DEPARTMENT OF COMMERCE. Report of the Department of Commerce. **Foreign Relations of the United States**, v. 6, 1950.
- VERNON, R. International Investment and International Trade in the Product Cycle. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 80, n. 2, p. 190–207, 1966.
- VOGEL, E. F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.
- WAKABAYASHI, B. T. From Peril to Profit: Opium in Late-Edo to Meiji Eyes. In: BROOK, T.; WAKABAYASHI, B. T. (Eds.). **Opium Regimes: China, Britain, and Japan, 1839-1952**. Oakland, CA: University of California Press, 2000. p. 456.
- WAN, M. **Sino-Japanese Relations: Interaction, Logic, and Transformation**. Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press, 2006.
- WANG, H. Zuowei Guojia Shili de Wenhua: Ruan Quanli (Culture as a national power: soft power). **Fudan Daxue Xuebao (Fudan University Journal)**, n. March, p. 23–28, 1993.
- WEBER, M. **The Religion of China: Confucianism and Taoism**. Glencoe, Ill: Free Press, 1951.
- WEF. **The Global Competitiveness Report 2016–2017**. [s.l: s.n.].
- WEI, S.-J. Foreign Direct Investment in China: Sources and Consequences. In: ITO, T.; O. KRUEGER, A. (Eds.). **Financial Deregulation and Integration in East Asia**. Chicago: University of Chicago Press, 1996. v. 5p. 77–105.
- WEINER, T. **Legacy of Ashes: The history of the CIA**. New York: Doubleday Broadway Publishing, 2007.
- WHYTE, M. K. Social Trends in China: The Triumph of Inequality. In: BARNETT, D.; CLOUGH, R. N. (Eds.). **Modernizing China: Post-Mao Reform and Development**. Boulder, Colorado: Westview Press, Inc., 1986. p. 103–123.
- WHYTE, M. K. Soaring Income Gaps: China in Comparative Perspective. **Daedalus**, v. 143, p. 39–52, 2014.
- WOLF JR., C. China’s Capitalists Join the Party. **New York Times**, 13 ago. 2001.
- WORLD BANK. COMMISSION ON GROWTH AND DEVELOPMENT. **Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development**. Washington, DC: World Bank, 2008.
- WU, Y.; CAI, F. China’s Urban Informal Employment: Scale and Characteristics. **China Labor Economics (zhongguo laodong jingjixue)**, p. 67–84, 2006.
- WU, Z. **Research on Japan’s ODA to China and its Contribution to China’s Development**: Project on the Chinese Economy. Kyoto: [s.n.].
- XINGHUA. More high-tech zones in China. **Xinghua**, 27 mar. 2017.
- XU, Z. The Political Economy of Decollectivization in China. **Monthly Review: an independent socialist magazine**, v. 65, n. 1, 2013.
- YANG, M.; YANG, F. **Negotiation in decentralization: case study of China’s carbon trading in the power sector**. New York City: Springer, 2012.
- YOSHIDA, K. Skills and Technological Development in the Early Stage of Industrialization – Implications from Japanese Experiences in the Meiji Era. **CICE Hiroshima University, Journal of International Cooperation in Education**, v. 13, n. 2, p. 31–47, 2010.

YOSHIMATSU, H. **Mutual Interests and Policy Networks : Sino-Japanese Cooperation in the Environment and Energy**: RCAPS Working Paper. Beppu-City, Oita: [s.n.].

YOUNG, A. The Tyranny of Numbers: confronting the statistical realities of the East Asian growth experience. **Quarterly Journal of Economics**, National Bureau of Economic Research Working Paper Series. v. 110, p. 641–680, 1995.

YUSUF, S. **The Past and Future of Export-led Growth**. Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/growth/past-and-future-export-led-growth>>. Acesso em: 21 maio. 2017.

ZENG, D. Z. **How Do Special Economic Zones and Industrial Clusters Drive China's Rapid Development ?Policy Research Working Paper**: Policy Research Working Paper. Washington, DC: World Bank, 2011. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/310891468018256346/pdf/WPS5583.pdf>>.

ZHU, X. Understanding China's Growth: Past, Present, and Future. **Journal of Economic Perspectives**, v. 26, n. 4, p. 103–124, 2012.

ZWEIG, D. **Chinese Politics Part 1: China and Political Science**Hong KongThe Hong Kong University of Science and Technology on Coursera, , 2017. Disponível em: <<https://www.coursera.org/learn/chinesepolitics1/home/welcome>>

GLOSSÁRIO SINTÉTICO

(Baseado especialmente em NAFZIGER, 2006, p. 737 a 758)

Ágio do mercado negro

Diferença entre o preço de uma mercadoria, moeda ou serviço nos mercados oficial e paralelo.

Ajuste Estrutural

Políticas de privatização, desregulamentação, livre flutuação de salários e preços, liberalização comercial e financeira, e reformas na agricultura, indústria, energia e educação sob o argumento, em particular do Banco Mundial e do FMI, de aumentar a eficiência produtiva, o equilíbrio macroeconômico e o crescimento econômico.

Argumentos para as indústrias nascentes

Justificaram no passado a proteção das indústrias dos EUA recém independentes e, no presente, dos países recém-industrializados.

ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático)

Organização internacional de 10 nações (Brunei, Burma, Cambodia, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Tailândia e Vietnam) que criaram uma área de livre comércio e têm papel fundamental na cadeia produtiva de companhias japonesas e chinesas.

Bens de Capital (Formação Bruta de Bens de Capital)

Máquinas, equipamentos ou edificações empregados na produção de outros bens.

Cadeia global de produção

Cadeia de valor agregado ou de divisão de trabalho organizada por corporações transnacionais sediadas normalmente em países do hemisfério norte para produção manufatureira.

Capital Humano

Parte da força de trabalho na qual se investiu em educação, treinamento e pesquisa com vistas ao aumento da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Seu estudo é ligado ao professor e prêmio Nobel de economia Theodore W. Schultz. Aplicada ao campo educacional, a ideia na visão dos críticos gerou uma concepção tecnicista sobre a organização da educação, transformando-a em “fator de produção” na visão neoclássica.

Commanding Heights

Principais setores econômicos normalmente controlados pelo Estado em países socialistas como indústria de base, metalurgia, indústria militar, mineração, combustíveis, transportes, bancos e comércio exterior.

Condicionalidades

Condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial para a concessão de empréstimos.

Conexões de bastidor

Relações entre empresas, terceirizadas ou não, que vendem peças a uma determinada firma, que levam em consideração a taxa de retorno de projetos industriais.

Crescimento balanceado

Alocação sincronizada de capital em grande variedade de setores industriais.

Destruição criativa

Uso da competição de mercado para aumentar a eficiência de novos produtores com menores custos que substituem produtores com custos mais elevados que vão à falência ou são absorvidas por outros. Termo consagrado por Joseph Schumpeter em seus estudos de inovação e desenvolvimento.

Economia dual

Comum em países de renda per capita baixa ou média, caracteriza-se pela convivência entre um setor agrícola de subsistência, com pouco ou nenhum capital financeiro, tecnologia ancestral e baixa produtividade marginal do trabalho, e um setor econômico moderno, com uso intensivo de capital e tecnologias de alto rendimento.

Economia sem fronteira Asiática

Cadeia produtiva de conhecimento e funções liderada pelo Japão, na qual atividades mais sofisticadas são alocadas ao Japão e aos tigres asiáticos, enquanto a produção e montagem menos sofisticadas são atribuídas a outros países asiáticos.

Elasticidade da demanda

Mede a reação dos consumidores em função da movimentação de preços de um bem ou serviço. Assim, por exemplo, a demanda de bens básicos como sal, arroz ou papel higiênico é pouco sensível à variação de preços.

Equilíbrio do balanço de pagamentos

Equilíbrio internacional na troca de bens e serviços ao longo do ciclo empresarial, com inflação, desemprego, tarifas e controle cambial excessivos.

Estoque de reserva

Acordo internacional entre governos de países produtores de *commodities* para formar reservas de armazenamento quando os preços estão baixos e vender quando estes sobem.

Fundos concessionais

Doações ou empréstimos com pelo menos 25% de doação.

Keiretsu

Grupos industriais japoneses organizados em torno de corporações financeiras, com produção verticalizada e integrada a cadeias de fornecimento por parte de empresas menores.

Lei de Engel

Na medida em que aumenta a renda, aumenta sua proporção nos gastos com produtos manufaturados e diminui com produtos primários.

Lei de Thirlwall

Ao invés de usar o pressuposto neoclássico tradicional de emprego contínuo e global, ela diz que o crescimento de “longo prazo” de um país é conduzido pela demanda e depende das elasticidades – renda das exportações e importações. O fator que limita determinadamente o crescimento de “longo prazo” (tempo suficiente para eliminar flutuações abruptas do PIB) de uma economia é a taxa de crescimento de longo prazo das suas exportações combinada com a elasticidade de longo prazo da demanda de importações com relação ao PIB. Essa limitação externa determina as taxas de crescimento sem deterioração do balanço de pagamentos.

Mercado comum

Integração regional que reduz ou elimina barreiras tarifárias entre os integrantes, e as mantém para não membros, além de, ao contrário de uma união aduaneira, permitir o fluxo de trabalhadores e de capital entre os participantes.

Método Hipotético-dedutivo

Proposto pelo filósofo austríaco Karl Popper, busca a eliminação dos erros de uma hipótese, testando a falsidade de uma proposição. Realizam-se experimentos que neguem as hipóteses iniciais para solução provisória de um problema, abrindo caminho para novas deduções e eliminação de tudo o que é falso. A partir daí o processo é renovado, dando origem a um novo problema.

Modelo de Feldman

Modelo soviético de 1928 que enfatizava o rápido investimento em bens de capital (máquinas que produzem máquinas) como forma de garantir o crescimento econômico de longo prazo.

Modelo de Harris-Todaro

Utiliza a expectativa de renda (salário vezes a probabilidade de obter emprego) para explicar por que a migração do campo para a cidade continua apesar do alto desemprego urbano.

Modelo de Solow

Baseado em teoria neoclássica que enfatiza a importância da poupança e da formação de capital para o crescimento econômico.

Nomenklatura

Sistema da burocracia soviética pelo qual o Partido Comunista controla o Estado pela indicação de gerentes no governo e empresas estatais.

Poupança líquida ajustada

Poupança bruta mais gastos com educação menos consumo de capital, degradação ambiental e perda de recursos naturais.

Seleção adversa

Informação assimétrica que geram empréstimos de custo elevado junto ao sistema financeiro, desperdiçando oportunidades de investimento.

Setor Informal

Parcela da economia urbana, especialmente presente em países menos desenvolvidos,

representada por indivíduos e famílias que normalmente recebem remunerações menores do que o salário mínimo e não possuem garantias trabalhistas e previdenciárias.

Tecnologia apropriada

Considera a cultura e as proporções de fatores dos países menos desenvolvidos (preços relativos do capital e trabalho).

Teorema de Coase

Quando os direitos de propriedade são bem definidos e protegidos, e os custos de transação não são proibitivos, os agentes econômicos organizam suas transações voluntariamente com vista a resultados eficientes e mutuamente benéficos.

Teoria Adelman-Morris de crescimento e desigualdade

Explica por que o desenvolvimento econômico em uma economia dual (com setores tradicionais e modernos) acontece por meio da desigualdade de renda do tipo da curva de Kuznets (formato de U invertido).

Termos de troca de commodities

Índice de preço das exportações dividido pelo índice de preços das importações.

Tigres asiáticos

Grupo das economias mais avançadas da Ásia, além do Japão e da China, cujo crescimento acelerado se iniciou principalmente a partir de 1975 e que inclui a Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong.

ANEXO 1 EMPRÉSTIMOS EM IENES PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA CHINA FINANCIADOS COM A ODA JAPONESA, JPY MILHÕES

PROJETO	SETOR	DATA	VALOR	JUROS	PRAZO	GRAÇA
Beijing-Qinhuangdao Railway Construction Project	Railway	Ferrovias	1980-04-30	2.500,00	3	30 10
Hengyang-Guangzhou Tracking And Electrification Project	Railway	Ferrovias	1980-04-30	3.320,00	3	30 10
Qinhuangdao Port Expansion Project	Porto	Porto	1980-04-30	4.915,00	3	30 10
Shijiusuo coal Port (Shandong) Construction Project	Porto	Porto	1980-04-30	7.085,00	3	30 10
Wuqiangxi Hydroelectric Power Project	Eletricidade	Eletricidade	1980-04-30	140,00	3	30 10
Yanzhou-Shijiusuo Railway Construction Project	Railway	Ferrovias	1980-04-30	10.100,00	3	30 10
Beijing-Qinhuangdao Railway Construction Project (II)	Railway	Ferrovias	1980-12-09	11.200,00	3	30 10
Qinhuangdao Port Expansion Project (II)	Porto	Porto	1980-12-09	13.770,00	3	30 10
Shijiusuo Port Construction Project (II)	Porto	Porto	1980-12-09	9.860,00	3	30 10
Yanzhou-Shijiusuo Railway Construction Project (II)	Railway	Ferrovias	1980-12-09	3.110,00	3	30 10
Commodity Loan	Commodities	Commodities	1981-12-18	40.000,00	3	30 10
Beijing-Qinhuangdao Railway Construction Project(III)	Railway	Ferrovias	1982-04-26	9.200,00	3	30 10
Commodity Loan (II)	Commodities	Commodities	1982-04-26	20.000,00	3	30 10
Qinhuangdao Port Expansion Project(III)	Porto	Porto	1982-04-26	9.100,00	3	30 10
Shijiusuo Port Construction Project(III)	Porto	Porto	1982-04-26	18.500,00	3	30 10
Yanzhou-Shijiusuo Railway Construction Project(III)	Railway	Ferrovias	1982-04-26	3.200,00	3	30 10
Beijing-Qinhuangdao Railway Construction Project(IV)	Railway	Ferrovias	1982-10-18	30.900,00	3	30 10
Commodity Loan (III)	Commodities	Commodities	1982-10-18	20.000,00	3	30 10
Shijiusuo Port Construction Project (IV)	Porto	Porto	1982-10-18	2.300,00	3	30 10
Yanzhou-Shijiusuo Railway Construction Project (IV)	Railway	Ferrovias	1982-10-18	11.800,00	3	30 10
Beijing-Qinhuangdao Railway Construction Project(V)	Railway	Ferrovias	1983-08-15	33.200,00	3	30 10
Commodity Loan (IV)	Commodities	Commodities	1983-08-15	19.100,00	3	30 10
Shijiusuo Port Construction Project(V)	Porto	Porto	1983-08-15	5.200,00	3	30 10
Yanzhou-Shijiusuo Railway Construction Project(V)	Railway	Ferrovias	1983-08-15	11.500,00	3	30 10
Commodity Loan (V)	Commodities	Commodities	1984-10-26	30.900,00	3	30 10
Hengyang-Guangzhou Transportation Reinforcement Project	Railway	Ferrovias	1984-10-26	10.192,00	3,25	30 10
Lianyungang Port Expansion Project (I)	Porto	Porto	1984-10-26	2.445,00	3,25	30 10
Qingdao Port Expansion Project (I)	Porto	Porto	1984-10-26	2.203,00	3,25	30 10
Qinhuangdao Port Cand D Berths Construction Project (I)	Porto	Porto	1984-10-26	4.631,00	3,25	30 10

Tianjin, Shanghai And Guangzhou Telecommunication Expansion Project(I)	Telecoms	1984-10-26	1.154,00	3,25	30	10
Tianshengqiao (Basuo) Hydroelectric Power Project (I)	Eletricidade	1984-10-26	12.400,00	3,25	30	10
Zhengzhou-Baoji Railway Electrification Project (I)	Ferrovias	1984-10-26	7.575,00	3,25	30	10
Hengyang-Guangzhou Railway Transportation Reinforcement Project (II)	Ferrovias	1985-08-27	26.822,00	3,5	30	10
Lianyungang Port Expansion Project (II)	Porto	1985-08-27	5.772,00	3,5	30	10
Qingdao Port Expansion Project (II)	Porto	1985-08-27	3.937,00	3,5	30	10
Qinhuangdao Port C And D Berths Construction Project (II)	Porto	1985-08-27	3.723,00	3,5	30	10
Tianjin, Shanghai And Guangzhou Telecommunication Expansion Project(II)	Telecoms	1985-08-27	9.235,00	3,5	30	10
Tianshengqiao (Basuo) Hydroelectric Power Project (II)	Eletricidade	1985-08-27	12.353,00	3,5	30	10
Zhengzhou-Baoji Railway Electrification Project (II)	Ferrovias	1985-08-27	13.258,00	3,5	30	10
Hengyang-Guangzhou Railway Transportation Reinforcement Project (II)	Ferrovias	1986-06-04	24.491,00	3,5	30	10
Lianyungang Port Expansion Project (III)	Porto	1986-06-04	11.085,00	3,5	30	10
Qingdao Port Expansion Project (III)	Porto	1986-06-04	2.620,00	3,5	30	10
Qinhuangdao Port Cand D Berths Construction Project (III)	Porto	1986-06-04	7.011,00	3,5	30	10
Tianjin, Shanghai And Guangzhou Telecommunication Expansion Project(III)	Telecoms	1986-06-04	7.916,00	3,5	30	10
Tianshengqiao (Basuo) Hydroelectric Power Project (III)	Eletricidade	1986-06-04	18.015,00	3,5	30	10
Zhenzhou-Baoji Railway Electrification Project (III)	Ferrovias	1986-06-04	9.462,00	3,5	30	10
Hengyang-Guangzhou Railway Transportation Reinforcement Project(IV)	Ferrovias	1987-07-06	8.789,00	3	30	10
Lianyungang Port Expansion Project (IV)	Porto	1987-07-06	11.911,00	3	30	10
Qindao Port Expansion Project (IV)	Porto	1987-07-06	8.683,00	3	30	10
Qinhuangdao Port C And D Berths Construction Project (IV)	Porto	1987-07-06	3.451,00	3	30	10
Tianjin-Shanghai-Guangzhou Telecommunication Expansion Project (IV)	Telecoms	1987-07-06	9.398,00	3	30	10
Tianshengqiao (Basuo) Hydroelectric Power Project (IV)	Eletricidade	1987-07-06	11.372,00	3	30	10
Zhengzhou-Baoji Railway Electrification Project(IV)	Ferrovias	1987-07-06	31.396,00	3	30	10
Beijing Sewage Treatment Plant Construction Project	Água e Esgoto Saneamento	1988-08-03	2.640,00	2,5	30	10
Beijing Subway Construction Project	Ferrovias	1988-08-03	2.510,00	2,5	30	10
Beijing Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	1988-08-03	10.614,00	2,5	30	10
Dadong-Qinhuangdao East Section Railway Construction Project	Ferrovias	1988-08-03	12.131,00	2,5	30	10
Export Industries Promotion Program	Ind. Exportação	1988-08-03	70.000,00	2,5	30	10
Guanyinge Multipurpose Dam Project	Barragem Multiuso	1988-08-03	2.846,00	2,5	30	10
Lianyungang Port Expansion Project (V)	Porto	1988-08-03	8.297,00	2,5	30	10

Qinhuangdao Port C And D Berths Construction Project (V)	Porto	1988-08-03	3.184,00	2,5	30	10
Qintao Port Expansion Project (V)	Porto	1988-08-03	13.043,00	2,5	30	10
State Economic Information System Project (Model Project)	Capacitação Administrativa	1988-08-03	880,00	2,5	30	10
Tianjin, Shanghai And Guangzhou Telecommunication Expansion Project (V)	Telecoms	1988-08-03	7.297,00	2,5	30	10
Tianshengqiao (Basuo) Hydroelectric Power Project (V)	Eletricidade	1988-08-03	4.000,00	2,5	30	10
Urban Gás Project	Gás	1988-08-03	6.059,00	2,5	30	10
Urban Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	1988-08-03	8.050,00	2,5	30	10
Wuqiangxi Hydroelectric Power Project	Eletricidade	1988-08-03	2.470,00	2,5	30	10
Zhenzhou-Baoji Railway Electrification Project (V)	Ferrovia	1988-08-03	7.500,00	2,5	30	10
Beijing Subway Construction Project (II)	Ferrovia	1989-05-23	1.490,00	2,5	30	10
Beijing Water Supply Project (II)	Água e Esgoto Saneamento	1989-05-23	4.866,00	2,5	30	10
Datong-Qinhuangtao Railway Construction Project (II)	Ferrovia	1989-05-23	6.279,00	2,5	30	10
Guanying Multipurpose Dam Project (II)	Barragem Multiuso	1989-05-23	8.934,00	2,5	30	10
Lianyungang Port Expansion Project (VI)	Porto	1989-05-23	7.490,00	2,5	30	10
Qingtao Port Expansion Project (VI)	Porto	1989-05-23	26.514,00	2,5	30	10
State Economic Information System Project (II)	Capacitação Administrativa	1989-05-23	2.890,00	2,5	30	10
Tianshengqiao Hydroelectric Power Project (VI)	Eletricidade	1989-05-23	19.235,00	2,5	30	10
Urban Gás Project (II)	Gás	1989-05-23	8.931,00	2,5	30	10
Urban Water Supply Project (II)	Água e Esgoto Saneamento	1989-05-23	4.530,00	2,5	30	10
Wuqiangxi Hydroelectric Power Project (II)	Eletricidade	1989-05-23	6.020,00	2,5	30	10
Guanying Multipurpose Dam Project (III)	Barragem Multiuso	1990-11-19	6.445,00	2,5	30	10
Huangshi Yangtze River Bridge Construction Project	Pontes	1990-11-19	3.700,00	2,5	30	10
Inner Mongolia Fertilizer Plant Construction Project (I)	Agricultura	1990-11-19	2.503,00	2,5	30	10
Second Wuhan Yangtze River Bridge Construction Project	Pontes	1990-11-19	4.760,00	2,5	30	10
Three Cities Water Supply Project (Tianjin, Hefei, Anshan)	Água e Esgoto Saneamento	1990-11-19	8.866,00	2,5	30	10
Weihe Fertilizer Plant Construction Project (I)	Agricultura	1990-11-19	4.504,00	2,5	30	10
Yunnan Fertilizer Plant Construction Project (I)	Agricultura	1990-11-19	2.633,00	2,5	30	10
Air Navigation And Air Traffic Control Modernization Project (I)	Aeroportos	1991-01-22	3.257,00	2,5	30	10
Hainan Development Project (Highway) (I)	Estradas	1991-01-22	7.100,00	2,5	30	10
Hainan Development Project (Telecommunication) (I)	Telecoms	1991-01-22	2.663,00	2,5	30	10
Nine Provinces And Cities Telecommunication Network Expansion Project(I)	Telecoms	1991-01-22	17.800,00	2,5	30	10

Shenmu-Shuoxian Railway Construction Project (I)	Ferrovias	1991-01-22	4.200,00	2,5	30	10
Shenzhen Dapeng Bay Yantian Port 1st Phase Project (I)	Porto	1991-01-22	7.613,00	2,5	30	10
Wuqiangxi Hydroelectric Power Project (III)	Eletricidade	1991-01-22	3.100,00	2,5	30	10
Baoji-Zhongwei Railway Construction Project (I)	Ferrovias	1991-03-28	5.572,00	2,5	30	10
Hengshui-Shangqiu Railway Construction Project (I)	Ferrovias	1991-03-28	5.695,00	2,5	30	10
Qingdao Development Project (Highway)	Estradas	1991-03-28	8.800,00	2,5	30	10
Qingdao Development Project (Telecommunication)	Telecoms	1991-03-28	4.034,00	2,5	30	10
Shisanling Pumped Storage Power Station Project	Eletricidade	1991-03-28	13.000,00	2,5	30	10
Wuhan-Tianhe Aerodrome Construction Project	Aeroportos	1991-03-28	6.279,00	2,5	30	10
9 Provinces And Cities Telecommunication Network Expansion Project (II)	Telecoms	1991-10-04	11.576,00	2,6	30	10
Air Navigation And Air Traffic Control Modernization Project (II)	Aeroportos	1991-10-04	7.850,00	2,6	30	10
Baoji-Zhongwei Railway Construction Project (II)	Ferrovias	1991-10-04	9.300,00	2,6	30	10
Beijing Subway Second Phase Construction Project (I)	Ferrovias	1991-10-04	3.281,00	2,6	30	10
Hainan Development Project (Haikou Port)	Porto	1991-10-04	2.589,00	2,6	30	10
Hainan Development Project (Highway) (II)	Estradas	1991-10-04	5.855,00	2,6	30	10
Hainan Development Project (Telecommunication) (II)	Telecoms	1991-10-04	920,00	2,6	30	10
Hefei-Tongling Highway And Tongling Yangtze River Highway Bridge Construction Project (I)	Pontes	1991-10-04	4.709,00	2,6	30	10
Hengshui-Shangqiu Railway Construction Project (II)	Ferrovias	1991-10-04	6.550,00	2,6	30	10
Inner Mongolia Fertilizer Plant Construction Project (II)	Agricultura	1991-10-04	6.092,00	2,6	30	10
Jiujiang Fertilizer Plant Construction Project (I)	Agricultura	1991-10-04	2.887,00	2,6	30	10
Luzhai Fertilizer Plant Construction Project (I)	Agricultura	1991-10-04	2.898,00	2,6	30	10
Nanning-Kunming Railway Construction Project (I)	Ferrovias	1991-10-04	5.461,00	2,6	30	10
Second Chongqing Yangtze River Bridge Construction Project	Pontes	1991-10-04	4.764,00	2,6	30	10
Shenmu-Shuoxian Railway Construction Project (II)	Ferrovias	1991-10-04	9.940,00	2,6	30	10
Shenzhen Dapeng Bay Yantian Port 1st Phase Project (II)	Porto	1991-10-04	3.691,00	2,6	30	10
Shijiu Port Second Phase Construction Project (I)	Porto	1991-10-04	2.506,00	2,6	30	10
Tianshengqiao First Hydropower Project (I)	Eletricidade	1991-10-04	4.367,00	2,6	30	10
Tongyu River Irrigation Development Project (I)	Irrigaçao e Controle de Enchentes	1991-10-04	4.018,00	2,6	30	10

Urban Water Supply Project (Xiamen, Chongqing, Kunming)	Água e Esgoto Saneamento	1991-10-04	10.403,00	2,6	30	10
Weihe Fertilizer Plant Construction Project (II)	Agricultura	1991-10-04	6.160,00	2,6	30	10
Wuqiangxi Hydroelectric Power Project (IV)	Eletricidade	1991-10-04	8.100,00	2,6	30	10
Yunnan Fertilizer Plant Construction Project (II)	Agricultura	1991-10-04	5.690,00	2,6	30	10
9 Provinces And Cities Telecommunication Network Expansion Project (III)	Telecoms	1992-10-15	14.358,00	2,6	30	10
Air Navigation And Air Traffic Control Modernization Project (III)	Aeroportos	1992-10-15	9.896,00	2,6	30	10
Baoji-Zhogwei Railway Construction Project (III)	Ferrovias	1992-10-15	12.901,00	2,6	30	10
Beijing Subway Second Phase Construction Project (II)	Ferrovias	1992-10-15	6.235,00	2,6	30	10
Beijing-Shenyang-Harbin Telecom. Systems Project (I)	Telecoms	1992-10-15	3.145,00	2,6	30	10
Hefei-Tongling Highway And Tongling Yangtze River Highway Bridge Construction Project (II)	Pontes	1992-10-15	3.894,00	2,6	30	10
Hengshui-Shangqiu Railway Construction Project (III)	Ferrovias	1992-10-15	4.951,00	2,6	30	10
Hubei Ezhou Thermal Power Plant Project (I)	Eletricidade	1992-10-15	4.000,00	2,6	30	10
Inner Mongolia Fertilizer Plant Construction Project (III)	Agricultura	1992-10-15	8.308,00	2,6	30	10
Jiujiang Fertilizer Plant Construction Project (II)	Agricultura	1992-10-15	8.713,00	2,6	30	10
Lianyungang Port Xugou Area First Phase Construction Project	Porto	1992-10-15	5.900,00	2,6	30	10
Luzhai Fertilizer Plant Construction Project (II)	Agricultura	1992-10-15	3.069,00	2,6	30	10
Nanning-Kunming Railway Construction Project (II)	Ferrovias	1992-10-15	9.904,00	2,6	30	10
Qinhuangdao Port E And F Berth Construction Project (I)	Porto	1992-10-15	3.418,00	2,6	30	10
Qiqihar Nenjiang River Highway Bridge Construction Project	Pontes	1992-10-15	2.100,00	2,6	30	10
Shenmu-Shuoxian Railway Construction Project (III)	Ferrovias	1992-10-15	1.231,00	2,6	30	10
Shenzhen Dapeng Bay Yantian Port 1St Phase Project (III)	Porto	1992-10-15	3.377,00	2,6	30	10
Shijiu Port Second Phase Construction Project (II)	Porto	1992-10-15	3.583,00	2,6	30	10
Tianshengqiao First Hydropower Project (II)	Eletricidade	1992-10-15	6.683,00	2,6	30	10
Weihe Fertilizer Plant Construction Project (III)	Agricultura	1992-10-15	16.262,00	2,6	30	10
Wuqiangxi Hydroelectric Power Project (V)	Eletricidade	1992-10-15	5.400,00	2,6	30	10
Baoji-Zhongwei Railway Construction Project (IV)	Ferrovias	1993-08-25	2.027,00	2,6	30	10
Beijing Capital Airport Terminal Area Expansion Project (I)	Aeroportos	1993-08-25	8.106,00	2,6	30	10
Beijing Subway Second Phase Construction Project (III)	Ferrovias	1993-08-25	3.819,00	2,6	30	10

Beijing-Shenyang-Harbin Telecommunication Systems Project (II)	Telecoms	1993-08-25	4.055,00	2,6	30	10
Fujian Province Zhang Quan Railway Construction Project	Ferrovias	1993-08-25	6.720,00	2,6	30	10
Hengshui-Shangqiu Railway Construction Project (IV)	Ferrovias	1993-08-25	6.407,00	2,6	30	10
Hubei Ezhou Thermal Power Plant Project (II)	Eletricidade	1993-08-25	12.431,00	2,6	30	10
Inner Mongolia Fertilizer Plant Construction Project (IV)	Agricultura	1993-08-25	4.509,00	2,6	30	10
Jiujiang Fertilizer Plant Construction Project (III)	Agricultura	1993-08-25	9.757,00	2,6	30	10
Luzhai Fertilizer Plant Construction Project (III)	Agricultura	1993-08-25	3.700,00	2,6	30	10
Nanning-Kunming Railway Construction Project (III)	Ferrovias	1993-08-25	23.342,00	2,6	30	10
Qingdao Development Project (Water Supply And Sewerage)	Água e Esgoto Saneamento	1993-08-25	2.513,00	2,6	30	10
Qinhuangdao Port 4th Stage Coal Terminal Construction Project (I)	Porto	1993-08-25	3.944,00	2,6	30	10
Shenmu-Shuoxian Railway Construction Project (IV)	Ferrovias	1993-08-25	11.614,00	2,6	30	10
Tianshengqiao First Hydropower Project (III)	Eletricidade	1993-08-25	16.647,00	2,6	30	10
Wengfu Fertilizer Plant Construction Project (I)	Agricultura	1993-08-25	8.820,00	2,6	30	10
Xi'An Water Supply Project (I)	Água e Esgoto Saneamento	1993-08-25	4.587,00	2,6	30	10
Yunnan Fertilizer Plant Construction Project (III)	Agricultura	1993-08-25	5.745,00	2,6	30	10
Beijing Subway Second Phase Construction Project(IV)	Ferrovias	1995-01-13	2.343,00	2,6	30	10
Dalian Port Dayao Bay First Phase Construction Project	Porto	1995-01-13	6.655,00	2,6	30	10
Hubei Ezhou Thermal Power Plant Project (III)	Eletricidade	1995-01-13	15.461,00	2,6	30	10
Jiangxi Jiujiang Thermal Power Plant Project (I)	Eletricidade	1995-01-13	12.030,00	2,6	30	10
Nanning-Kunming Railway Construction Project (IV)	Ferrovias	1995-01-13	18.989,00	2,6	30	10
Qinhuangdao Port 4Th Stage Coal Terminal Construction Project (II)	Porto	1995-01-13	7.178,00	2,6	30	10
Qinhuangdao Port E And F Berths Construction Project(II)	Porto	1995-01-13	3.041,00	2,6	30	10
Sanhe Thermal Power Plant Project (I)	Eletricidade	1995-01-13	10.948,00	2,6	30	10
Shanghai Baoshan Infrastructure Improvement Project (I)	Ind. Exportação	1995-01-13	14.393,00	2,6	30	10
Shanxi Hejin Thermal Power Plant Project(I)	Eletricidade	1995-01-13	10.948,00	2,6	30	10
State Economic Information System Project (I)	Capacitação Administrativa	1995-01-13	8.748,00	2,6	30	10
Tianjin No.3 Gas Works Project	Gás	1995-01-13	5.722,00	2,6	30	10
Tianshengqiao First Hydropower Project(IV)	Eletricidade	1995-01-13	12.903,00	2,6	30	10
Tongyu River Irrigation Development Project(II)	Irrigação e Controle de Enchentes	1995-01-13	7.517,00	2,6	30	10

Wengfu Fertilizer Plant Construction Project (II)	Agricultura	1995-01-13	3.466,00	2,6	30	10
Beijing Capital Airport Terminal Area Expansion Project (II)	Aeroportos	1995-11-02	13.435,00	2,3	30	10
Hainan Development Project (Yangpu Port)	Porto	1995-11-02	4.300,00	2,3	30	10
Jiangxi Jiujiang Thermal Power Plant Project (II)	Eletricidade	1995-11-02	17.570,00	2,3	30	10
Luzai Fertilizer Plant Construction Project (IV)	Agricultura	1995-11-02	606,00	2,3	30	10
Sanhe Thermal Power Plant Project (II)	Eletricidade	1995-11-02	13.652,00	2,3	30	10
Shanghai Baoshan Infrastructure Improvement Project(II)	Ind. Exportação	1995-11-02	16.606,00	2,3	30	10
Shanxi Hejin Thermal Power Plant Project (II)	Eletricidade	1995-11-02	13.652,00	2,3	30	10
Shuoxian-Huanghua Railway Construction Project (I)	Ferrovia	1995-11-02	27.715,00	2,3	30	10
State Economic Information System Project (II)	Capacitação Administrativa	1995-11-02	11.552,00	2,3	30	10
Xi'An Water Supply Project(II)	Água e Esgoto Saneamento	1995-11-02	2.552,00	2,1	30	10
Xi'An-Ankang Railway Construction Project (I)	Ferrovia	1995-11-02	19.789,00	2,3	30	10
Beijing Capital Airport Terminal Area Expansion Project(III)	Aeroportos	1996-12-26	8.459,00	2,3	30	10
Beijing No.9 Water Works Expansion Project	Água e Esgoto Saneamento	1996-12-26	14.680,00	2,1	30	10
Guangzhou-Kunming-Chengdu Optical Fiber Cable Construction Project	Telecoms	1996-12-26	5.349,00	2,3	30	10
Guiyang Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	1996-12-26	5.500,00	2,1	30	10
Guiyang-Loudi Railway Construction Project	Ferrovia	1996-12-26	12.932,00	2,3	30	10
Guiyang-Xinzhai Highway Construction Project	Estradas	1996-12-26	14.968,00	2,3	30	10
Hohhot And Baotou Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	1996-12-26	10.000,00	2,1	30	10
Hohhot Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	1996-12-26	5.446,00	2,1	30	10
Interior Regions Telecommunication Network Expansion Project	Telecoms	1996-12-26	15.003,00	2,3	30	10
Lanzhou Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	1996-12-26	7.700,00	2,1	30	10
Lanzhou Zhongchuan Airport Expansion Project	Aeroportos	1996-12-26	6.338,00	2,3	30	10
Lanzhou-Xining-Lhasa Optical Fiber Cable Construction Project	Telecoms	1996-12-26	3.046,00	2,3	30	10
Liaoning Baishi Reservoir Construction Project	Irrigação e Controle de Enchentes	1996-12-26	8.000,00	2,3	30	10
Liuzhou Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	1996-12-26	2.300,00	2,1	30	10
Qingdao Port Second Phase Expansion Project	Porto	1996-12-26	2.700,00	2,3	30	10
Sanjiang Plain Agricultural Development Program	Agricultura	1996-12-26	14.910,00	2,3	30	10

Sanjiang Plain Longtouqiao Reservoir Construction Project	Irrigação e Controle de Enchentes	1996-12-26	3.000,00	2,3	30	10
Shenyang Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	1996-12-26	5.000,00	2,1	30	10
Shouxian-Huanghua Railway Construction Project(II)	Ferrovias	1996-12-26	12.245,00	2,3	30	10
Urumuqi International Airport Expansion Project	Aeroportos	1996-12-26	4.890,00	2,3	30	10
Xi'An-Ankang Railway Construction Project(II)	Ferrovias	1996-12-26	2.526,00	2,3	30	10
Zhanjiang Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	1996-12-26	5.519,00	2,1	30	10
Benxi Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	1997-09-12	4.110,00	2,1	30	10
Dalian Water Supply System Rehabilitation Project	Água e Esgoto Saneamento	1997-09-12	5.500,00	2,1	30	10
Guiyang-Loudi Railway Construction Project(II)	Ferrovias	1997-09-12	17.028,00	2,3	30	10
Hohhot And Baotou Environmental Improvement Project(II)	Conservação Ambiental	1997-09-12	5.629,00	2,1	30	10
Huai River Henan Water Pollution Control Project	Conservação Ambiental	1997-09-12	4.945,00	2,1	30	10
Huanghua Port Construction Project	Porto	1997-09-12	15.400,00	2,3	30	10
Liuzhou Environmental Improvement Project(II)	Conservação Ambiental	1997-09-12	3.679,00	2,1	30	10
Sanjiang Plain Agricultural Development Program(II)	Agricultura	1997-09-12	2.792,00	2,3	30	10
Shaanxi Hancheng No.2 Thermal Power Plant Construction Project	Eletricidade	1997-09-12	35.000,00	2,3	30	10
Shanghai Pudong International Airport Construction Project	Aeroportos	1997-09-12	40.000,00	2,3	30	10
Shanxi Wangqu Thermal Power Plant Construction Project	Eletricidade	1997-09-12	30.000,00	2,3	30	10
Shouxian-Huanghua Railway Construction Project(III)	Ferrovias	1997-09-12	20.460,00	2,3	30	10
Xi'An-Ankang Railway Construction Project(III)	Ferrovias	1997-09-12	12.685,00	2,3	30	10
Xiang River Basin Hunan Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	1997-09-12	5.678,00	2,1	30	10
Benxi Environmental Improvement Project (II)	Conservação Ambiental	1998-12-25	3.237,00	0,75	40	10
Hangzhou-Quzhou Expressway Construction Project	Estradas	1998-12-25	30.000,00	1,8	30	10
Heilongjiang Songhua River Basin Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	1998-12-25	10.541,00	0,75	40	10
Henan Panshitou Reservoir Construction Project	Irrigação e Controle de Enchentes	1998-12-25	6.734,00	1,3 0,75	30 40	10 10

Huai River Henan Water Pollution Control Project (II)	Conservação Ambiental	1998-12-25	7.230,00	0,75	40	10
Hunan Yuanshui River Basin Hydropower Development Project	Eletricidade	1998-12-25	17.664,00	0,75	40	10
Jilin Song Liao River Basin Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	1998-12-25	12.800,00	0,75	40	10
Liuzhou Environmental Improvement Project(III)	Conservação Ambiental	1998-12-25	4.759,00	0,75	40	10
Power Distribution System Rehabilitation Project(Chongqing)	Transmissão Elétrica	1998-12-25	13.754,00	0,75	40	10
Shaanxi Hancheng No.2 Thermal Power Plant Construction Project(II)	Eletricidade	1998-12-25	22.970,00	1,8 0,75	30 40	10 10
Shandong Yantai Water Supply And Water Induced Management Project	Água e Esgoto Saneamento	1998-12-25	6.008,00	1,3	30	10
Shanxi Wangqu Thermal Power Plant Construction Project(II)	Eletricidade	1998-12-25	27.082,00	1,8	30	10
Wangqu-Laiyang Transmission And Substation Project	Transmissão Elétrica	1998-12-25	17.629,00	1,8	30	10
Wanxian-Liangping Highway Construction Project	Estradas	1998-12-25	20.000,00	1,8	30	10
Xiang River Basin Hunan Environmental Improvement Project(II)	Conservação Ambiental	1998-12-25	6.175,00	0,75	40	10
Benxi Environmental Improvement Project (III)	Conservação Ambiental	2000-03-28	1.160,00	0,75	40	10
Chengdu Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	2000-03-28	7.293,00	1,7	30	10
Chongqing Environment Model City Project	Conservação Ambiental	2000-03-28	4.412,00	0,75	40	10
Chongqing Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	2000-03-28	6.244,00	1,7	30	10
Dalian Environment Model City Project	Conservação Ambiental	2000-03-28	5.315,00	0,75	40	10
Guangxi Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	2000-03-28	3.641,00	1,7	30	10
Guiyang Environment Model City Project	Conservação Ambiental	2000-03-28	6.266,00	0,75	40	10
Hainan East Expressway Expansion Project	Estradas	2000-03-28	5.274,00	2,2	30	10

Harbin Electric Network Construction Project		Transmissão Elétrica	2000-03-28	6.070,00	2,2	30	10
Hubei Urban Flood Control Project		Irrigação e Controle de Enchentes	2000-03-28	13.000,00	0,75	40	10
Hunan Urban Flood Control Project		Irrigação e Controle de Enchentes	2000-03-28	24.000,00	0,75	40	10
Jiangxi Urban Flood Control Project		Irrigação e Controle de Enchentes	2000-03-28	11.000,00	0,75	40	10
Jiangxi Water Supply Project		Água e Esgoto Saneamento	2000-03-28	4.147,00	1,7	30	10
Kunming Water Supply Project		Água e Esgoto Saneamento	2000-03-28	20.903,00	1,7	30	10
Liangping-Changshou Construction Project	Highway	Estradas	2000-03-28	24.000,00	2,2	30	10
Suzhou Water Improvement Project	Environmental	Conservação Ambiental	2000-03-28	6.261,00	0,75	40	10
Xinxiang-Zhengzhou Construction Project	Highway	Estradas	2000-03-28	23.491,00	2,2	30	10
Yellow River Delta Development Project	Agricultural	Agricultura	2000-03-28	8.904,00	2,2	30	10
Zhejiang Sewage Treatment Project		Água e Esgoto Saneamento	2000-03-28	11.256,00	0,75	40	10
Beijing Urban Railway Construction Project		Ferrovia	2000-10-23	14.111,00	0,95	40	10
Xi'An Xianyang International Airport Terminal Expansion Project		Aeroportos	2000-10-23	3.091,00	0,95	40	10
Changsha Water Supply Project		Água e Esgoto Saneamento	2001-03-30	4.850,00	1,3	30	10
Chongqing Environment Model City Project(II)		Conservação Ambiental	2001-03-30	3.289,00	0,75	40	10
Chongqing Urban Railway Construction Project		Ferrovia	2001-03-30	27.108,00	0,75	40	10
Dalian Environment Model City Project(II)		Conservação Ambiental	2001-03-30	3.202,00	0,75	40	10
Dalian Water Supply And Wastewater Treatment Project		Água e Esgoto Saneamento	2001-03-30	3.309,00	0,75 1,3	40 30	10 10

Gansu Small-Sized Hydropower Project	Eletricidade	2001-03-30	6.543,00	0,75	40	10
Gansu Water-Saving Irrigation Project	Irrigação e Controle de Enchentes	2001-03-30	6.000,00	1,3	30	10
Guiyang Environment Model City Project(II)	Conservação Ambiental	2001-03-30	8.169,00	0,75	40	10
Heilongjiang Heihe-Bei'An Road Construction Project	Estradas	2001-03-30	12.608,00	1,8	30	10
Hubei Small-Sized Hydropower Project	Eletricidade	2001-03-30	9.152,00	0,75	40	10
Inner-Mongolia Loess Plateau Afforestation Project	Florestas	2001-03-30	3.600,00	0,75	40	10
Liaoning Television & Radio Infrastructure Improvement Project	Rádio e TV	2001-03-30	3.210,00	1,8	30	10
Shaanxi Loess Plateau Afforestation Project	Florestas	2001-03-30	4.200,00	0,75	40	10
Shandong Tai'An Pumped Storage Power Station Project	Eletricidade	2001-03-30	18.000,00	0,75	40	10
Shanxi Loess Plateau Afforestation Project	Florestas	2001-03-30	4.200,00	0,75	40	10
Shenyang Environmental Improvement Project(II)	Conservação Ambiental	2001-03-30	6.196,00	0,75	40	10
Shuoxian-Huanghua Railway Construction Project(IV)	Ferrovia	2001-03-30	11.581,00	1,8	30	10
Tangshan Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	2001-03-30	2.841,00	1,3	30	10
Tianjin Wastewater Treatment Project	Água e Esgoto Saneamento	2001-03-30	7.142,00	0,75 1,3	40 30	10 10
Wuhan Urban Railway Construction Project	Ferrovia	2001-03-30	2.894,00	0,75	40	10
Xinjiang Water-Saving Irrigation Project	Irrigação e Controle de Enchentes	2001-03-30	14.400,00	1,3	30	10
Yingkou Water Supply Project	Água e Esgoto Saneamento	2001-03-30	2.504,00	1,3	30	10
Zipingpu Multi-Purpose Dam Construction Project	Barragem Multiuso	2001-03-30	32.199,00	1,3 1,8	30	10
Anshan Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	2002-03-29	14.525,00	0,75	40	10
Beijing Environmental Improvement Project	Gás	2002-03-29	8.963,00	0,75	40	10
Chongqing Environmental Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2002-03-29	9.017,00	0,75	40	10

Chongqing Higher Educação Project	Educação	2002-03-29	4.683,00	0,75	40	10
Gansu Higher Educação Project	Educação	2002-03-29	4.665,00	0,75	40	10
Gansu Province Road Construction Project	Estradas	2002-03-29	20.013,00	2,2	30	10
Hunan Higher Educação Project	Educação	2002-03-29	4.682,00	0,75	40	10
Hunan Province Road Construction Project	Estradas	2002-03-29	23.000,00	2,2	30	10
Ningxia Afforestation and Vegetation Cover Project	Florestas	2002-03-29	7.977,00	0,75	40	10
Shaanxi Higher Educação Project	Educação	2002-03-29	6.021,00	0,75	40	10
Shanxi Xilongchi Pumped Storage Power Station Project	Eletricidade	2002-03-29	23.241,00	0,75	40	10
Sichuan Higher Educação Project	Educação	2002-03-29	6.131,00	0,75	40	10
Taiyuan Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	2002-03-29	14.144,00	0,75	40	10
Xi'an Environmental Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2002-03-29	9.764,00	0,75	40	10
Yunnan Higher Educação Project	Educação	2002-03-29	4.540,00	0,75	40	10
Anhui Environmental Improvement Project	Gás	2003-03-31	18.558,00	0,75	40	10
Gansu Afforestation and Vegetation Cover Project	Florestas	2003-03-31	12.400,00	0,75	40	10
Henan Environmental Improvement Project	Gás	2003-03-31	19.295,00	0,75	40	10
Hunan Environmental and Living Conditions Improvement Project	Infraestrutura comunitária cidade/campo	2003-03-31	7.882,00	0,75 2,2	40 30	10 10

Inland Higher Education Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conservation) Henan Province	Educação	2003-03-31	4.699,00	0,75 2,2	40 30	10 10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conservation) Guangxi Zhuang Autonomous Region	Educação	2003-03-31	4.606,00	0,75 2,2	40 30	10 10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conservation) Xijiang Uygur Autonomous Region	Educação	2003-03-31	4.598,00	0,75 2,2	40 30	10 10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conservation) Anhui Province	Educação	2003-03-31	4.478,00	0,75 2,2	40 30	10 10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conservation) Guizhou Province	Educação	2003-03-31	4.593,00	0,75 2,2	40 30	10 10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conservation) Jilin Province	Educação	2003-03-31	4.530,00	0,75 2,2	40 30	10 10
Inner Mongolia Afforestation and Vegetation Cover Project	Florestas	2003-03-31	15.000,00	0,75	40	10
Nanning Environmental Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2003-03-31	12.115,00	0,75	40	10
Yichang Environmental Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2003-03-31	8.460,00	2,2 0,75	30 40	10 10
Afforestation Project (Hubei Province)	Florestas	2004-03-31	7.536,00	0,75	40	10
Afforestation Project (Jiangxi Province)	Florestas	2004-03-31	7.507,00	0,75	40	10
Radio e TV Infrastructure Improvement Project (Anhui Province)	Rádio e TV	2004-03-31	3.301,00	0,75	40	12
Radio e TV Infrastructure Improvement Project (Jilin Province)	Rádio e TV	2004-03-31	4.375,00	0,75	40	12
Radio e TV Infrastructure Improvement Project (Jinan City, Shandong Province)	Rádio e TV	2004-03-31	2.914,00	0,75	40	12
Radio e TV Infrastructure Improvement Project (Ningxia Autonomous Region)	Rádio e TV	2004-03-31	4.250,00	0,75	40	12

Radio e TV Infrastructure Improvement Project (Qinghai Province)	Rádio e TV	2004-03-31	2.354,00	0,75	40	12
Radio e TV Infrastructure Improvement Project (Yunnan Province)	Rádio e TV	2004-03-31	3.008,00	0,75	40	12
Huhhot Environmental Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2004-03-31	9.747,00	0,75	40	10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conserveation) (Heilongjiang Province)	Educação	2004-03-31	4.972,00	1,5	30	10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conserveation) (Hubei Province)	Educação	2004-03-31	5.097,00	1,5	30	10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conserveation) (Jiangxi Province)	Educação	2004-03-31	4.872,00	1,5	30	10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conserveation) (Ningxia Hui Autonomous Region)	Educação	2004-03-31	2.636,00	1,5	30	10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conserveation) (Qinghai Province)	Educação	2004-03-31	2.812,00	1,5	30	10
Inland Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conserveation) (Shanxi Province)	Educação	2004-03-31	5.093,00	1,5	30	10
Public Health Project (Anhui Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	2.548,00	1,5	30	10
Public Health Project (Hebei Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	1.908,00	1,5	30	10
Public Health Project (Heilongjiang Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	2.288,00	1,5	30	10
Public Health Project (Henan Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	5.016,00	1,5	30	10
Public Health Project (Hubei Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	2.325,00	1,5	30	10
Public Health Project (Hunan Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	2.855,00	1,5	30	10

Public Health Project (Jiangxi Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	2.821,00	1,5	30	10
Public Health Project (Jilin Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	1.649,00	1,5	30	10
Public Health Project (Liaoning Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	2.366,00	1,5	30	10
Public Health Project (Shanxi Province)	Saúde Pública e Medicina	2004-03-31	2.442,00	1,5	30	10
Baotou Atmospheric Environmental Improvement Project	Gás	2005-03-30	8.469,00	0,75	40	10
Changsha Diversion Works and Water Quality Environmental Project	Água e Esgoto Saneamento	2005-03-30	19.964,00	1,5	30	10
Eco-environmental Construction and General Treatment Project of the Yangtze Upper Reaches in Sichuan Province	Florestas	2005-03-30	6.503,00	0,75	40	10
Guiyang Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	2005-03-30	12.140,00	0,75	40	10
Inland Higher Education Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, and Environmental Conservation) (Inner Mongolia Autonomous Region)	Educação	2005-03-30	5.073,00	1,5	30	10
Shaanxi Water Environment Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2005-03-30	27.264,00	1,5	30	10
Xinjiang Uygur Autonomous Region Yining City Comprehensive Environmental Renovation Project	Conservação Ambiental	2005-03-30	6.462,00	1,5	30	10
Guangxi Zhuang Autonomous Region Yulin City Water Environment Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2006-06-23	6.282,00	1,5	30	10
Guizhou Province Environment Improvement And Educação Project	Infraestrutura comunitária cidade/campo	2006-06-23	9.173,00	1,5	30	10
Heilongjiang Province Harbin City Water Environment Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2006-06-23	7.398,00	0,75	40	10
Henan Province Afforestation Project	Florestas	2006-06-23	7.434,00	0,75	40	10

Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, And Environmental Conservation) (Hainan Provinces)	Educação	2006-06-23	3.150,00	1,5	30	10
Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, And Environmental Conservation) (Hebei Provinces)	Educação	2006-06-23	5.775,00	1,5	30	10
Higher Educação Project (Regional Vitalization, Market Economy Reform Support, And Environmental Conservation) (Liaoning Provinces)	Educação	2006-06-23	5.775,00	1,5	30	10
Inner Mongolia Autonomous Region Hohhot City Atmospheric Environment Improvement Project	Conservação Ambiental	2006-06-23	7.400,00	0,75	40	10
Jilin Province Jilin City Comprehensive Environment Improvement Project	Conservação Ambiental	2006-06-23	9.711,00	0,75	40	10
Yunnan Province Kunming City Water Environment Improvement Project (I)	Água e Esgoto Saneamento	2006-06-23	12.700,00	0,75	40	10
Anhui Water Environmental Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2007-03-30	8.400,00	1,5	30	10
Inner Mongolia Huhhot Atmospheric Environmental Improvement Project II	Conservação Ambiental	2007-03-30	6.300,00	0,75	40	10
Jilin Afforestation Project	Florestas	2007-03-30	9.500,00	0,75	40	10
Ningxia Water Environmental Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2007-03-30	8.432,00	1,5	30	10
Sichuan Water Environmental Improvement Project	Água e Esgoto Saneamento	2007-03-30	6.300,00	1,5	30	10
Xingjiang Environmental Improvement Project I	Conservação Ambiental	2007-03-30	12.998,00	1,5	30	10
Yunnan Kunming Water Environmental Improvement Project(II)	Água e Esgoto Saneamento	2007-03-30	10.400,00	0,75	40	10
Anhui Municipal Solid Waste Treatment Project	Água e Esgoto Saneamento	2007-12-21	6.800,00	0,65	40	10
Gansu Province Lanzhou City Atmospheric Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	2007-12-21	7.400,00	0,65	40	10

Henan Province Nanyang City Environmental Improvement Project	Conservação Ambiental	2007-12-21	11.500,00	0,65	40	10
Hunan Municipal Solid Waste Treatment Project	Água e Esgoto Saneamento	2007-12-21	10.500,00	0,65	40	10
Qinghai Ecological Environmental Improvement Project	Florestas	2007-12-21	6.300,00	0,65	40	10
Xinjiang Environmental Improvement Project II	Conservação Ambiental	2007-12-21	3.802,00	1,4	25	7

TOTAL 3.316.486,00 (JPY)

Fonte: *JICA ODA Project Loan Data.* Disponível em https://www2.jica.go.jp/en/yen_loan/index.php/module/search?anken_name=&area1=3&area2=0&area3=0&country1=53&country2=0&country3=0§ion1=0§ion2=0§ion3=0&industry1=0&industry2=0&industry3=0&chotatsu_kubun=0&from_year=1978&to_year=2008&offset=>. Acesso em: 21 fevereiro 2017.

**ANEXO 2 ARTIGOS SELECIONADOS NA BASE DE DADOS FBIS
PUBLICADOS EM JORNAIS E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS A PARTIR
DE 1966**

DAILY REPORT

FRIDAY
4 NOVEMBER 1966

Foreign Radio Broadcasts

NO. 215 -- 1966

- I — MIDDLE EAST, AFRICA & WEST EUROPE
- II — USSR & EAST EUROPE
- III — FAR EAST
- IV — LATIN AMERICA

Foreign Broadcast Information Service

BBB 1

C O M M U N I S T C H I N A

INTERNATIONAL AFFAIRS

4 November 1966

JOHNSON'S 'PEACE' TRIP ENDS, WAR CONTINUES

Peking NCNA International Service in English 2214 GMT 3 November 1966--B

(Text) Peking, 3 November--By NCNA correspondent--U.S. President Lyndon Johnson returned to Washington yesterday after mustering the U.S. accomplices in the war of aggression against Vietnam at the Manila conference, which planned the intensification of this war. He engaged in more than two weeks of activities in the satellite countries and regions.

Under the banner of "peace," Johnson's Far East trip was in fact designed to expand the U.S. war of aggression in Vietnam. The trip was made against the background of intensified U.S.-Soviet intrigue for the big conspiracy of a Far Eastern Munich. Fearing that further defeats suffered by U.S. imperialism in the battlefield of Vietnam would shatter its fond dream of Soviet-U.S. collaboration for world domination, the Soviet revisionist leading group has tried in a thousand and one ways to bring an end to the Vietnamese people's struggle of resistance against U.S. aggression and for national salvation.

On the eve of Johnson's trip to the Far East, Soviet Foreign Minister Gromyko slipped into the White House through the back door. Johnson, who had "never felt more encouraged" after his talk with Gromyko, threw out at the Manila conference a new Soviet-inspired trick of so-called withdrawing troops in six months, which in fact demanded the surrender of the Vietnamese people.

A Washington POST dispatch frankly admitted that "the Philippine President (Marcos) also confirmed reports that the withdrawal timetable was contrived at the suggestion of Soviet Foreign Minister Andrey A. Gromyko." Even the New York TIMES and other U.S. papers had to point out that, according to this move jointly plotted by the United States and the Soviet Union, Hanoi would first of all have to submit, whereas the United States was not bound by any commitment.

This is far from everything, however. At the time of the Manila conference, the CPSU leading group raised a hue and cry for a "pause in bombing" and "peaceful settlement." At the same time, it was disclosed by Western sources that a certain East European country had suggested a political "partition," with the 17th parallel as the boundary line between the "two Vietnams."

The communique of the Manila conference wrote in black and white that, until "reunification is achieved" in Vietnam, the "partition brought about by the Geneva agreements of 1954 . . . will be respected." What a singular "coincidence!" It is known to all that the 1954 Geneva agreements have long been torn to pieces by U.S. imperialist aggression. U.S. imperialism and Soviet revisionism completely disregarded the four-point stand of the DRV and the five-part statement of the NLFV by calling for "partition." What is this if not an attempt to legalize the U.S. war of aggression in Vietnam, to recognize the United States as the victor in the war, and to destroy overnight the great achievements scored by the Vietnamese people after years of bloodshed and sacrifices in their struggle against U.S. aggression and for national salvation, and their approaching final victory?

In their duet, U.S. imperialism and Soviet revision have sung the tune of "peace" almost to its shrillest pitch. But in the eyes of the broad masses of the world, this is nothing but a deceptive trick and a smokescreen for the United States to further expand the war. In fact, Johnson's trip itself is a signal for continued expansion of the war of aggression by U.S. imperialism.

Before and after Johnson's trip, U.S. imperialism adopted a series of measures to expand the war, such as increased military appropriations, stepped-up recruitment, U.S. Congressional authorization to Johnson to call up the reserve force at any time, and so forth. At the same time, U.S. Defense Secretary McNamara himself went to South Vietnam to conduct war deployment.

At the time of the Manila conference, the United States continued to send reinforcements to South Vietnam. The number of U.S. aggressor troops there has now reached 336,000. The United States not only continued to bomb North Vietnam wantonly but was also actively preparing for a ground attack on it. The Saigon puppet regime admitted that the U.S.-puppet forces had worked out a "plan of action" for a landing in the north.

In order to expand the war, Johnson bitterly criticized at the Manila conference the U.S. lackies for failing to provide more troops for the aggressive war in Vietnam. Westmoreland, head of the U.S. aggressor troops in Vietnam, declared that more troops, both from the "allied" nations and the United States, should be sent to South Vietnam. No wonder the Manila CHRONICLE pointed out that the communique of the Manila conference had actually given "the go signal for escalation of the war!"

That U.S. imperialism is meeting with ever {?more} serious difficulties both at home and abroad with regard to its aggressive war in Vietnam is evident from the fact that on the eve of the mid-term U.S. Congressional election, when campaigning has reached a white-hot stage, Johnson had to make a long voyage across the ocean and take risks to visit the battlefield in South Vietnam and U.S. lackies in the war, while working desperately for the two-way U.S. tactics of war and "peace talks" in the U.S. policy of aggression against Vietnam and trying his utmost to buy more cannonfodder.

While U.S. imperialism and the Soviet revisionist leading group were gloating over their perfect collaboration, they were dealt a telling blow by China's successful guided missile-nuclear weapon test, a blow which feel like a bolt from the blue just after the Manila conference and just when Johnson had started on his Asian tour. Even Western news agencies admitted that this had pushed the Manila conference and Johnson's Far Eastern tour far into the background.

Everywhere in his Far Eastern trip, the U.S. President met with protests and demonstrations and was just like a rat scampering through the street and being chased by all passers-by. Everywhere he was called a "modern Hitler." This is in sharp contrast to the servility of the Soviet revisionist leading group toward him.

Chairman Mao has said that "the imperialists will never lay down their butcher knives; they will never become Buddhas." He was also said: "Make trouble, fail, make trouble again, fail again. . . till their doom; that is the logic of the imperialists and all reactionaries the world over in dealing with the people's cause, and they will never go against this logic." Be it deception or war, the aggressive nature of U.S. imperialism will never change, nor can it escape its fated doom.

U.S., USSR SPUR COLLUSION FOR NUCLEAR PACT

Peking NCNA International Service in English 2121 GMT 3 November 1966--W

(Text) Peking, 3 November--The United States and the Soviet Union are stepping up their collusion in the United Nations for conclusion of a treaty on so-called nonproliferation of nuclear weapons following China's successful guided missile-nuclear weapon test, New York reports revealed.

Under the joint manipulation of the United States and the Soviet Union, the Political Committee of the U.N. General Assembly hastily adopted a resolution yesterday which "urgently appeals to all states . . . to take all necessary steps to facilitate and achieve at the earliest possible time the conclusion of a treaty on nonproliferation of nuclear weapons" and "to refrain from any actions conducive to proliferation of nuclear weapons, or which might hamper the conclusion of an agreement on nonproliferation of nuclear weapons."

The draft resolution was originally placed before the U.N. General Assembly by Soviet Foreign Minister A.A. Gromyko on 23 September. It was acclaimed by the United States, Britain, and other Western imperialist powers which joined in and became its sponsors. The draft resolution was adopted yesterday at the Political Committee with 19 countries absent, one vote against, and one abstention. It will be put to the vote at the U.N. General Assembly.

Albanian delegate Halim Budo spoke against the draft resolution before it was put to the vote in the Political Committee. He sternly exposed and condemned the Soviet Union and the United States for hatching the scheme in collusion. Budo pointed out that, both in hatching this resolution jointly and in trying to bring about a nonproliferation treaty, the United States and the Soviet Union were seeking to maintain their own nuclear monopoly so as to carry on with their nuclear blackmail and nuclear threat against the people of all countries.

Budo stressed: "It is not proliferation, but the policy of world hegemony of the United States and those who support it which is the root cause of the present serious situation." The possession of nuclear weapons by peace-loving countries would reduce the possibility of blackmail and threat by the United States and the Soviet Union, he pointed out.

He warmly praised the Chinese people's latest successful nuclear missile test as a "shattering blow" to the U.S.-Soviet nuclear monopoly and as a "signal victory for the forces of peace in the world." He reaffirmed the Albanian Government's support for the Chinese Government's stand for the complete prohibition and thorough destruction of nuclear weapons.

Before and after the voting, the U.S. and Soviet delegates spoke separately in praise of the resolution. Soviet delegate Fedorenko preached that "a new and significant effort be made" to conclude a nonproliferation treaty in the end. He boasted that this "would tightly shut the door to any actions that might lead to the spread of nuclear arms."

The Political Committee of the U.N. General Assembly began its debate on the question of nuclear disarmament on 20 October. From the very outset, Soviet delegate Fedorenko emphatically expressed Soviet eagerness to strike a deal with the United States on the question of nonproliferation of nuclear weapons.

In his 20 October speech, he repeatedly stressed that this problem "has all the prerequisites for solution at this time" and "there are no insurmountable difficulties" for its solution.

The Soviet delegate's stand of betraying the interests of the revolutionary people of the world has won the praise of the delegates of the United States and other Western countries. U.S. delegate Goldberg lauded Fedorenko's speech as a "constructive statement" and expressed "optimism" over the prospects of concluding a nonproliferation treaty.

STUDENTS EXPELLED BY USSR HAILED IN PEKING

Peking NCNA International Service in English 1806 GMT 3 November 1966--W

(Text) Peking, 3 November--Many thousands of revolutionary masses and Red Guards crowded Peking railway station on 2 November and gave the Chinese students returning from the Soviet Union a tremendous welcome. The Soviet Government unjustifiably took a unilateral decision to suspend their studies and ordered them to leave the Soviet Union within a set time.

Singing "The East Is Red" and reading aloud quotations from Chairman Mao Tse-tung, the welcomers heartily greeted the 65 returned students and voiced strong protests against the Soviet Government's shameful anti-China action in driving away all Chinese students studying in the Soviet Union.

Peking railway station was decorated with numerous red flags. Beating drums and gongs, workers, army men and revolutionary cadres of Peking, and Red Guards and revolutionary students and teachers from both Peking and other parts of the country, held aloft portraits of Chairman Mao and waved red-covered "Quotations From Chairman Mao Tse-tung" as they greeted the glorious return of the antirevisionist fighters. Stormy shouts of "Long live Chairman Mao!" and "Down with modern revisionism!" shook the station as the train pulled in.

Holding high portraits of Chairman Mao and a huge streamer inscribed with "Long live our most respected and beloved leader Chairman Mao!" the returned students marched through the human corridor formed by the welcoming crowds and acknowledged their rousing greetings.

A meeting was immediately held in the station, beginning with all participants reading in unison the following quotations from Chairman Mao Tse-tung: "We should support whatever the enemy opposes and oppose whatever the enemy supports," and "it is revisionism to negate the basic principles of Marxism and to negate its universal truth. Revisionism is one form of bourgeois ideology. The revisionists deny the differences between socialism and capitalism, between the dictatorship of the proletariat and the dictatorship of the bourgeoisie. What they advocate is in fact not the socialist line but the capitalist line."

Then, amid tumultuous applause and ovations, representatives of the Red Guards in the capital presented Red Guard arm bands to all the returned antirevisionist fighters. Tuan Lo-fu, vice minister of higher education, and Sun Man-ling, representative of the returned students, spoke at the meeting.

Tuan Lo-fu first extended a warm welcome to all the Chinese students whom the Soviet Government had unjustifiably ordered to leave and who had triumphantly returned to the side of the great leader Chairman Mao. He praised them as "glorious antirevisionist fighters who have triumphantly returned from the front of struggle against revisionism."

He then said: "The Soviet Government's unjustifiable action in driving away all Chinese students studying in the Soviet Union is a grave incident violating the Sino-Soviet cultural cooperation agreement, causing further deterioration in the relations between the two countries, and unleashing a new worldwide anti-China upsurge. In this connection, we express our great indignation and lodge the strongest protest."

The Soviet revisionist leading clique was afraid that the Chinese students might propagate the great thought of Mao Tse-tung among the youth and other Soviet people, he said, adding: "They regarded the Chinese students as a thorn in their side. They were very much afraid of you and bitterly hated you. Eventually, using shameful means, they have now driven you home. Once again this exposes their features as renegades who oppose China, communism, the people, and revolution."

He quoted Chairman Mao's statement: "It is bad...if a person, a political party, an army, or a school is not attacked by the enemy, for in that case it would definitely mean that we have sunk to the level of the enemy. It is good if we are attacked by the enemy, since it proves that we have drawn a clear line of demarcation between the enemy and ourselves. It is still better if the enemy attacks us wildly and paints us as utterly black and without a single virtue. It demonstrates that we have not only drawn a clear line of demarcation between the enemy and ourselves but achieved a great deal in our work."

Tuan Lo-fu then commented: "The fact that the Soviet revisionist leading clique hate you and have driven you away shows that you have acted correctly and well and that you have made achievements in the struggle against revisionism. Your activities against modern revisionism in the Soviet Union have the praise and support of all the Chinese people and also the support of the revolutionary people throughout the world."

Vice Minister Tuan Lo-fu added that he hoped the returned students would plunge into the vigorous, unprecedented, great proletarian cultural revolution, personally initiated and led by the great leader Chairman Mao, and play an active part in it.

Representing the returned students, Sun Man-ling was loudly acclaimed and applauded when he spoke. He said that the 65 sons and daughters of the Chinese nation were unreasonable ordered back to their motherland by the leading clique of Soviet revisionists, and now they had returned triumphantly to the center of the world revolution, to the side of Chairman Mao, the Reddest of Red suns glowing in our hearts. He declared: "Let us shout aloud: Long live our great and most respected and beloved leader Chairman Mao; long life, long long life to you!"

He continued: "The great welcome we are being accorded by our best people and by many foreign friends stirs deep emotion. There are thousands and tens of thousands of words we might say, but they can be summed up in the one sentence: Long live our great and most respected and beloved leader, Chairman Mao!"

Sun Man-ling read out a statement by all the Chinese students who had been studying in the Soviet Union, denouncing in strongly indignant terms the unilateral and unreasonable decision of the leading clique of the Soviet revisionists in ordering them all back.

The statement described the unreasonable decision of the Soviet Government in ordering all the Chinese students to suspend their studies and leave the Soviet Union within a set time limit as a new anti-China step taken by the leading clique of Soviet revisionists, a new crime of theirs to undermine the relations between China and the Soviet Union and the friendship between the peoples of the two countries. Every one of the Chinese students in the Soviet Union was very angry about it and had lodged the strongest protest.

In their statement the Chinese students also voiced firm support for the 22 October note of protest of the Chinese Foreign Ministry to the Soviet Embassy in China.

The statement stressed that the real reason prompting the leading clique of Soviet revisionists to drive away the Chinese students was their fear of dissemination of Mao Tse-tung's thought in the Soviet Union by Chinese students, their fear that their anti-China lies would be exploded, their fear that the Chinese students would impart the truth to the Soviet people about China's great cultural revolution, and their fear of the friendship with the Soviet people built up and developed by the Chinese students. In short, the leading clique of Soviet revisionists were afraid of the people, afraid of the truth, and afraid of revolution.

The statement continued: "We must sternly tell you Soviet revisionist gentlemen that you can drive us out, but you absolutely cannot drive out Mao Tse-tung's thought, for it has deeply penetrated into the hearts of the Soviet people, nor can you drive out the friendship towards the Chinese people which is in the hearts of the Soviet people."

The statement warned the leading clique of Soviet revisionists that by their anti-China actions they are simply exposing further their renegade features. The wilder their anti-China activities, the sooner they will meet with defeat.

The statement declared: "We are profoundly convinced that the day will come when the Soviet people, nurtured by the great Lenin, will rise up in mighty rebellion against the Soviet revisionists and throw Soviet revisionism into the garbage heap of history."

The statement concluded by saying: "We shall adhere to Comrade Lin Piao's directions and study Chairman Mao's books, follow his teachings, and act according to his instructions. We shall learn from the people of the motherland and from the revolutionary youth. We shall throw ourselves body and soul into the task of socialist construction and the seething torrent of the great proletarian cultural revolution so that we can give all we have to the socialist revolution and the socialist construction of our motherland."

Both speeches were punctuated with enthusiastic applause. Holding up clenched fists, the crowd shouted: "We most strongly protest against the shameful anti-China action of the CPSU leadership!"

The crowd also shouted: "We most strongly protest against the Soviet Government's base action in worsening relations between China and the Soviet Union!" "Let us carry the struggle against modern revisionism, at the center of which is the CPSU leadership, through to the end!" "Let us hold high the great red banner of Mao Tse-tung's thought and heroically forge ahead!" and "Long live Chairman Mao, the great teacher, the great leader, the great supreme commander, and the great helmsman!"

Foreign friends in Peking from more than 30 countries in the five continents also greeted the returned Chinese students at the railway station. They held up placards with slogans in English, French, and Japanese, reading: "We most strongly protest the Soviet Government's unjustifiable action in driving out the Chinese students studying in the Soviet Union!" "Down with the Soviet revisionist leading clique!" and "Long live the great and invincible thought of Mao Tse-tung!" Many foreign friends enthusiastically shook hands with returned Chinese students and embraced them.

Among the welcomers at the railway station were Wu Yu-hsun, vice president of the Chinese Academy of Sciences; Wang Kun-lun, vice mayor of Peking; Yu Chan, director of the Soviet Union and East European Affairs Department of the Foreign Ministry; and representatives of the Commission for Cultural Relations With Foreign Countries and the All-China Students Federation.

Also present at the station were representatives of the three former members of the staff of the Chinese Embassy in the Soviet Union and two other Chinese whose recall the Soviet Government had unreasonably demanded of the Chinese Government in June 1963 on the excuse that they had distributed published official documents of the CCP Central Committee, and representatives of the Chinese students who were seriously injured in the Soviet Government's barbarous suppression of the March 1965 anti-U.S. demonstration in Moscow by students from Asia, Africa, and Latin America.

JAPAN'S TAIWAN INTERESTS AID 2-CHINAS PLOT

Peking NCCA International Service in English 1657 GMT 3 November 1966--W

(Text) Peking, 3 November--With the connivance of U.S. imperialism, the reactionary Sato government of Japan, hand in glove with the Chiang Kai-shek gang in Taiwan, is stepping up its political, economic, and cultural invasion of that island.

Over the past few years, the Sato government has been engaged in a desperate political invasion of Taiwan, under the signboard of "rapprochement, solidarity, and cooperation." In 1964, soon after he came into power, Sato began clamoring that "to whom Taiwan belongs is not decided yet," and "there actually exists two administrations--the Peking administration and the Taiwan administration." He has consistently followed in the steps of the United States in order to create "two Chinas."

This year, Japan and the United States have even held special conferences to discuss common tactics for pushing their "two Chinas" plot. In the United Nations, Japan's Foreign Minister Etsusaburo Shiina played up the hackneyed theme of "two Chinas."

The ringleaders of Japan's monopolies were even more outspoken. They made a great noise about the so-called "talk of reconquering Taiwan," alleging that Taiwan is a "breakwater" to Japan, that it should never be "give up," that the Taiwan issue affects Japan's "security and safety," that "Taiwan's status cannot be considered apart from Japan," and so forth.

With this in mind, the Sato administration has been stepping up its "rapprochement" with the Chiang gang in Taiwan, and has sent to Taiwan, one after another, Nobusuke Kishi, an old anti-China hand; Mitsujiro Ishii, one-time executioner of the Chinese people; and Kitchiro Sato, a boss of the Mitsui Zaibatsu, to hold secret talks with Chiang Kai-shek. It made a big show of "rapprochement" with the Chiang gang by sending "delegations to China" and its "peace corps." It also sent out military missions and naval units to call on Taiwan on so-called "good-will missions" and, acting in the service of the United States, it knocked together "the northeast Asia military alliance," which functions as an accomplice of U.S. imperialism in its encirclement of China and its invasion of Asia.

In addition, in an attempt to reoccupy China's territory of Taiwan, the Sato government incited Chinese traitors who have fled from Taiwan to Japan to concoct the so-called "independence of Taiwan."

Together with U.S. imperialism, the Sato administration has been energetically organizing the economic invasion of Taiwan by Japanese monopoly capital, under the pretext of "investments" and "technical cooperation," in order to gain control of Taiwan's economic lifeline. In 1964 the Sato government gave the Chiang gang a 150 million U.S. dollar loan as its "big investment" in its economic invasion of Taiwan. In this way, Japanese monopoly capital has been able to penetrate every branch of Taiwan's economy. Statistics show that up to June 1965, as many as 43 Japanese monopoly capital concerns set up factories in Taiwan and another 80 or so had made their way into Taiwan enterprises in the name of "cooperation."

Going a step further in its collaboration at the beginning of this year, the Sato government concluded a so-called industrial loan agreement with the Chiang Kai-shek gang which involved loans amounting to 40 million U.S. dollars. In this way the Sato government, in conjunction with the United States, took 12 branches of Taiwan's industry under their control, including chemical fertilizers, hydroelectric power, and engines.

In partnership with the United States the Japanese Yawata Steel Co. and the Fuji Iron and Steel Co. set up an iron and steel plant in Taiwan to make semifinished products. In addition, Japan's Mitsubishi "cooperated" with a view to plundering Taiwan's resources, Japanese iron and steel companies have sent personnel to places around Hualien in Taiwan to prospect for copper.

Taiwan's export trade, too, has come under the control of Japan and the United States. The Chiang Kai-shek gang's newspaper, CHENG HSIN HSIN WEN PAO, complained on 23 October that because 3,000 Taiwan firms have connections with Japan, Taiwan's exports goods are "controlled and held in subjection" by Japan, and "their prices are subject to exploitation."

The Japanese journal ECONOMIST made no attempt to conceal this obvious economic aggression when it said: "To the Japanese economy, which badly needs expansion into overseas markets, the market of Taiwan is the nearest and most stable one. Taiwan can also be made a base for which to expand into other overseas markets."

Hand in hand with its political and economic aggression in Taiwan, the Sato government has carried out cultural aggression. With erotic films, songs and dance troupes books and phonograph records as media it engages in corrupting the minds and national consciousness of compatriots in Taiwan.

According to Taiwan papers, in 1965 alone 510 copies of more than 100 Japanese films, including many preoccupied with crime, gangsterism, and eroticism, were shown in the towns and countryside of Taiwan, dominating Taiwan's film market. As a result of this invasion by Japanese films, as early as 1958 more than 50 private film studios in Taiwan went bankrupt and many actors were driven to beggary and actresses into prostitution.

The Sato government has thus shown that it is bent on antagonizing the Chinese people. It is following the U.S. line of concocting "two Chinas." It is deliberately pursuing the aim of occupying China's territory of Taiwan once again, and, furthermore, of carrying on expansion on the China mainland and throughout all Asia. But in all this, it will meet with nothing but disaster. By thus harnessing himself to the U.S. imperialist war chariot, Sato will end up as a sacrifice on the altar of U.S. imperialism.

ATOMIC MISSILE TEST SHOCKS JAPAN RIGHTISTS

Peking NCNA International Service in English 2155 GMT 2 November 1966--W

(Text) Peking, 2 November--China's tremendous success in its guided missile-nuclear weapon test has shocked Japan's bourgeois political circles and press, according to Tokyo reports. The Sato government has been thrown into a panic, while the Japanese bourgeois press has cried out in alarm.

A 28 October AP dispatch from Tokyo said that Japanese officials had "reacted with shock" to the news of China's successful nuclear missile test. The Sato cabinet and the Japanese Foreign Office called a series of meetings the same day to study the implications of China's new test.

In a statement on the morning of 28 October, Kinya Nizeki, director of the Information and Culture Bureau of the Japanese Foreign Office, admitted that China's successful test was "unexpected." Kiichi Aichi, chief cabinet secretary, and Eikichi Kambayashiyama, director of the Defense Agency, spoke one after the other, pretending to be indifferent to the matter and declaring that this was something "not unexpected." But a 28 October report of KYODO belied this assumed composure of the Sato government as "an evidence of great fear at heart."

The Japanese bourgeois press has cried out that this great achievement by China has "shocked the world," "aroused worldwide reactions" and "caused the greatest repercussions in the world." On 28 October, all major bourgeois papers in Tokyo gave front page prominence in boldfaced headlines to this world-shaking news. Many commentaries have been given by newspapers and the radio in the past few days.

Commenting on the significance of the event, the Japanese capitalist press was compelled to admit that the success of China's latest test "has changed the whole situation on the international chessboard" and is therefore "epoch-making."

MAINICHI SHIMBUN said in an editorial on 29 October that China's new victory "has greatly shaken the political situation of Asia and the world."

The Japanese press pointed out that this was also a heavy blow to the schemes of U.S. imperialism to extend its aggression. A KYODO dispatch from Washington on 31 October said: "The United States is having greater anxiety diplomatically because of China's success in launching a guided missile with a nuclear warhead." The KYODO dispatch pointed out that the test took place immediately after the Manila conference in which Johnson took part and that this had "the biggest impact on the U.S. authorities" and was a warning to Johnson's "ambitious" plans for expanding aggression in Asia. ASAHI SHIMBUN in a commentary also declared that China's success had given "anxiety" to the United States.

The Japanese capitalist press also pointed out that the Chinese test was a blow to the conspiracy of U.S.-Soviet collaboration for world domination. A KYODO correspondent quoted well-informed Washington sources as saying that the successful test had broken the U.S.-Soviet nuclear monopoly.

It was universally pointed out in all these press commentaries that the rate of development of China's science and technology is exceptionally fast. TOKYO SHIMBUN admitted that such a development rate is "beyond all predictions made so far." It added that such rapid success in guided missile-nuclear weapon testing has had a "great impact" on the capitalist world.

LAOTIAN PATRIOT COMMANDER CABLES GREETINGS

Peking NCNA International Service in English 1737 GMT 3 November 1966--W

(Text) Peking, 3 November--Lin Piao, vice premier and minister of national defense, has received a message from Khamtay Siphandone, commander in chief of the Laotian People's Liberation Army, warmly greeting China's successful guided missile-nuclear weapon test.

"This great victory by the great Chinese people and the Chinese People's Liberation Army, who are armed with Mao Tse-tung's thought," the message said, "is a very great encouragement to the people of all countries struggling for national liberation and to the Laotian people and their army. The Laotian people and their army regard this great victory as a victory in their own struggle of resistance to U.S. aggression and for national salvation, and for the final victory of the Laotian revolution."

The message pointed out: "This great victory gained by the Chinese people proves that imperialism, especially U.S. imperialism, is feeble and will certainly meet inevitable failure."

The message expressed the deep conviction that the Chinese people and the Chinese People's Liberation Army will score even greater victories in socialist construction and in building the national defense under the wise leadership of Chairman Mao Tse-tung and the Chinese Communist Party.

RUMANIAN ARCHITECTS PAYING VISIT TO PEKING

Peking NCNA International Service in English 1740 GMT 29 October 1966--W

(Text) Peking, 29 October--The Rumanian architects Mircea Bercozici and Balan Cornel arrived here yesterday on a visit in accordance with the 1966-1967 executive plan of the Sino-Rumanian agreement on cultural cooperation.

CCC 1

C O M M U N I S T C H I N A

NATIONAL AFFAIRS

4 November 1966

REPORTAGE ON PEKING CULTURAL REVOLUTION RALLY

Peking NCNA International Service in English 1950 GMT 3 November 1966--W

(Excerpts) Peking, 3 November--Our great leader Chairman Mao Tse-tung today received revolutionary students and teachers and Red Guards who have come to Peking to exchange revolutionary experiences, encouraging them to carry the great proletarian cultural revolution through to the end. More than 2 million pathbreakers in the cultural revolution and critics of the old world, holding high red banners and portraits of Chairman Mao, attended the rally on the decorated Tienanmen Square and hailed the victory of the proletarian revolutionary line represented by Chairman Mao.

Chairman Mao, the great teacher, leader, supreme commander, and helmsman, appeared on the rostrum in an olive-green military uniform at 1010. The band struck up the tune "The East Is Red" and from the huge, crowded square there burst forth thunderous cheers of "Long live Chairman Mao, a long, long life to him!"

Like a million sunflowers turning their faces to the sun, the young Red Guards eagerly watched every step taken by their dear supreme commander as he mounted the rostrum. There was great elation, the crowds cheered and rigorously waved their red-covered booklets of "Quotations From Chairman Mao Tse-tung" and, in the bright sunshine, the whole square became a sea of rolling glistening red waves.

The most respected and beloved Chairman Mao kept smiling and waving to the young revolutionary fighters, as if praising their courageous revolutionary spirit and congratulating them on their successful criticism of the reactionary bourgeois line, which is characterized by lack of confidence in the masses, and as if encouraging them to go forward and carry the great proletarian cultural revolution through to its conclusion.

In Chairman Mao's company, reviewing the great army of the cultural revolution, were his close comrade in arms Comrade Lin Piao and other leading comrades of the party Central Committee and various departments including Chou En-lai, Tao Chu, Chen Po-ta, Teng Hsiao-ping, Liu Shao-chi, Chu Te, Li Fu-chun, Chen Yun, Soong Ching-ling, Tung Pi-wu, Chen I, Ho Lung, Tan Chen-lin, Hsu Hsiang-chien, Li Hsueh-feng, Hsieh Fu-chih, Liu Ning-i, Hsiao Hua, Yang Cheng-wu, Chiang Ching, Liu Chih-Chien, Chang Chun-chiao, and Wu Te.

Amid a resounding ovation, Comrade Chen Po-ta, member of the Standing Committee of the Political Bureau of the CCP Central Committee and leader of the cultural revolution group under the Central Committee, made the announcement: "Today our great teacher, great leader, great supreme commander and great helmsman Chairman Mao is receiving students from other parts of the country to Peking."

Then Comrade Lin Piao spoke.

The mass parade started immediately after Comrade Lin Piao addressed the rally. The great continents of the cultural revolution formed by the Red Guards and revolutionary teachers and students marched through Tienanmen Square in high spirits for the review by the great leader Chairman Mao.

Time and again thunderous shouts of "Long live Chairman Mao! Long life, long life to Chairman Mao!" burst out among the cheering paraders throughout the parade. Their constant cries of "Long live Chairman Mao" expressed their boundless love for, esteem for, and confidence in Chairman Mao, and the fulfillment of their duty to the revolutionary masses in the places they came from. "When you see your beloved leader, please shout 'Long live Chairman Mao' for all of us and wish him longevity," was the unfailing injunction the Red Guards received when they left for the capital.

The Red Guards have undertaken unswervingly to keep to the guidance of the invincible thought of Mao Tse-tung, criticize the reactionary bourgeois line, and defend the proletarian line represented by Chairman Mao, and in this way carry the great proletarian cultural revolution through to the very end.

During the parade which lasted seven hours, on nine occasions Chairman Mao and his close comrade in arms Comrade Lin Piao made their way to the east and west corners of the rostrum, waving to the young revolutionary fighters. Standard bearers of the Red Guards returned the salute by vigorously waving the banners they carried. Every time Chairman Mao greeted the gathering, the happy atmosphere in the square mounted.

Among this great army of the cultural revolution, there were revolutionary young people from the birthplace of Chairman Mao and revolutionary successors from Yenan, once the center of the Chinese revolution. There were also revolutionary students of various minority nationalities from the Inner Mongolian grasslands, the valleys of the Tianshan mountains and along the Kinsha river, and sons and daughters of the emancipated serfs from the plateau of Tibet.

Joyfully, revolutionary students and teachers of military institutes and schools of the Chinese People's Liberation Army, together with young revolutionary fighters from all parts of the country, marched through Tienanmen Square to be reviewed by the great leader Chairman Mao and his close comrade in arms Lin Piao. Among them were students and teachers of a military school of the air force who had just come from a political study camp at the revolutionary center of Yenan.

At Yangchialing, where Chairman Mao lived, and at the site of the "seventh congress of the party" in Yenan, they restudied the brilliant history of the party and the PLA, and gained a deeper understanding that the proletarian revolutionary line represented by Chairman Mao is the source and the fundamental guarantee for the victory of the revolution.

Today, when they saw Chairman Mao in person, many of them composed poems or messages of resolution on the spot, making a pledge to Chairman Mao that they would always follow the proletarian revolutionary line represented by him, and struggle all their lives to carry the revolution right to the end!

Tens of thousands of Red Guards and revolutionary students and teachers from Shanghai recalled: "Since the first party congress held in Shanghai, Chairman Mao has always represented the correct line within the party. The proletarian revolutionary line represented by Chairman Mao was, is, and will always be the greatest guarantee for the victory of the revolution."

They pointed out: "When we salute Chairman Mao, we salute victory."

"We will always carry aloft the great red banner of Mao Tse-tung's thought, advancing along the line pointed out by Chairman Mao, and fight hard and boldly for ever greater victories in the great proletarian cultural revolution."

Young revolutionary fighters from the town of Tsun-i, a site of historic importance in the story of the Chinese revolution, called out continuously, as they marched through Tienanmen Square, "Long live the victory of the proletarian revolutionary line represented by Chairman Mao!" and "Long life, long life to Chairman Mao!"

One of them said: "Chairman Mao's leading position in the party was established at the Tsun-i conference, during the Long March. Under the leadership of Chairman Mao's correct line, our revolution has prospered with every passing day. During the current great proletarian cultural revolution, too, the proletarian revolutionary line headed by Chairman Mao has defeated the bourgeois reactionary line and has won a great victory." In his diary he wrote down this vow: "I will diligently study Chairman Mao's books, follow his teachings, act according to his instructions, safeguard the proletarian revolutionary line represented by Chairman Mao even, if need be, at the cost of my life, and, following Chairman Mao, I will make revolution all my life."

Many young Overseas Chinese who recently returned from Indonesia took part in the parade, showing the profound love of the Overseas Chinese for the motherland and for Chairman Mao. Out of their desire to return to the embrace of the motherland and to the side of their beloved and respected leader Chairman Mao, they underwent all types of maltreatment and persecution at the hands of the reactionary Indonesian authorities. The foulest thing the reactionary Indonesian authorities did to them was to try to make them give up their copies of Chairman Mao's works to be burned. But they drew infinite strength from the works of Chairman Mao. They said they would rather die than give up Mao Tse-tung's thought. They carried on an unyielding fight against the Indonesian reactionaries and held onto Chairman Mao's works at the risk of their lives.

Today, they proudly waved with the red-covered copies of "Quotations From Chairman Mao Tse-tung" which their compatriots at home had given them. With a deep sense of pride, they declared their determination to study and apply Mao Tse-tung's thought all their lives. "Whoever attempts to stage a restoration of capitalism in China is attempting to drive us Overseas Chinese back to our past sufferings and helplessness. And this we will never tolerate," they emphasized.

Among the leading members of various quarters present at the rally were: Teng Ying-chao, Liao Cheng-chih, Chang Ting-cheng, Hsiao Ching-kuang, Teng Tzu-hui, Chang Yun-i, Yang Hsiu-feng, Chien Ying, Hsu Kuang-ta, Tseng Shan, Chao Erh-lu, Lu Cheng-tsao, Wang Shu-sheng, Chang Ching-wu, Hsieh Chuch-tsai, Yang Yung, Chang Tsung-hsun, Li Tao, Chen Chi-han, Chen Man-yuan, Li Chih-min, Liu Lan-po, Su Chen-hua, Liao Han-sheng, Chen Cheng-jen, Liu Chien-hsun, Chao I-min, Kung Yuan, Fang I, Chang Ai-ping, Yao I-lin, Li Tien-yu, Wang Hsin-ting, Hsu Li-ching, Yuan Tzu-chin, Fu Chung, Chiu Hui-tsao, Chang Chih-ming, Li Tso-peng, Wu Fa-hsien, Yu Li-chin, Wu Ke-hua, Chen Jen-chi,

Li Shou-hsuan, Tsui Tien-min, Huang Chih-yung, Chen Shih-chu, Tan Fu-jen, Chiang Wen, Huang Wen-ming, Li Chen, Cheng Wei-shan, Fu Chung-pi, Huang Tso-chen, Li Tien-huan, Tsai Shun-li, Kung Shih-chuan, Chung Chih-ping, Chou Shih-ti, Yang Chih-cheng, Tan Kuan-san, Fu Chiu-tao, Wang Hung-kun, Hu Chih, Hsieh Tang-chung,

Wang Li, Kuan Feng, Chi Pen-yu, Mu Hsin, Yao Wen-yuan, Kuo Mo-jo, Yang Ming-hsuan, Cheng Chien, Chang Chih-chung, Ngapo Ngawang-jigme, Chou Yung-hsin, Chi Peng-fei, Yu Chiu-li, Ku Mu, Yang Chi-ching, Chiang I-chen, Liu Kuang-hui, Hui Chung-chuan, Hsu Te-heng, Kao Wen-hua, Lu Tung, Hsu Chin-chiang, Tuan Chun-i, Liu Chieh, Wu Jung-feng, Wang Cheng, Chiu Chuang-cheng, Wang Ping-chang, Chung Tzu-yun, Kang Shih-en,

Li Ssu-kuang, Kuang Fu-chao, Liu Yu-min, Lai Chi-fa, Chiang Kuang-zai, Chien Chih-kuang, Kung Hsiang-chen, Hsu Yun-pei, Sun Ta-kuang, Chu Hsueh-fan, Yuan Pao-hua, Wu Po, Sha Chien-li, Chen Kuo-tung, Wang Lei, Lin Hai-yun, Hsiao Wang-tung, Chang Hsi-jo, Chu Tu-nan, Hsieh Fu-min, Hsueh Mu-chiao, Hu Li-chiao, Wang Tung-hsing, Tseng Ti, Li Jen-lin, Hsieh Yu-fa, Wang Ping, Sun Cheng, Chiang Hsueh-pia, Tang Ping-chu, Liu Tsu-chun, Ma Chun-ku, Wang Tao-i, Tsao I-ou, Kao Chung-min, Tsai Ting-kai, Shen Yen-ping, Li Te-chuan, Hsieh Hsueh-kung, Su Chien-i, Kao Yang-wen, Ma Li, and Ting Kuo-yu.

Foreign friends present on the occasion were: Anna Louise Strong (America), R.D. Senanayake and his wife (Ceylon), Djawoto (Indonesia), Nguyen Minh Phuong (South Vietnam), Robert Williams and his wife (America), Koussakana Prosper (Congo Brazzaville), Da Cruz (Angola), Rewi Alley (New Zealand), Sachio Kanazawa (Japan), Josh Horn (Britain), Gotfred Appel (Denmark), and V. Garvin (America).

Text of Lin Piao Speech

Peking MCNA International Service in English 1335 GMT 3 November 1966--W

(Text) Peking, 3 November--Following is the text of the speech delivered by Comrade Lin Piao at the Peking mass rally today, during which the great leader Chairman Mao Tse-tung and his close comrade in arms Comrade Lin Piao and other responsible comrades of the CCP Central Committee received 2 million revolutionary students and teachers and Red Guards from all parts of the country: students, comrades, and Red Guard fighters:

With boundless love and infinite loyalty for our great leader, Chairman Mao, you have come to Peking in the new nationwide upsurge of the great proletarian cultural revolution, to see Chairman Mao and exchange revolutionary experience. On behalf of Chairman Mao and the Central Committee of the party, I extend my warmest welcome to you!

Chairman Mao is very glad to receive you today. This is the sixth time in two months or more, including National Day, that Chairman Mao has received revolutionary students and teachers from all parts of the country. Chairman Mao, the greatest of proletarian revolutionaries, is always in the midst of the masses, has full confidence in them, shares weal and woe with them, and wholeheartedly supports the revolutionary mass movement. Chairman Mao has set the most glorious example for all comrades in our party and for the younger generation.

The present situation of the great proletarian cultural revolution is excellent! With each passing day, the gigantic, vigorous mass movement is developing depth. A tremendous change has taken place in the whole face of society and the mental outlook of the people. The great thought of Mao Tse-tung has become more extensively disseminated and it has gone deeper into the hearts of the people. As a result of Chairman Mao's call "to take firm hold of the revolution and stimulate production," the great cultural revolution has been promoting the revolutionization of people's thinking and spurring very rapid development in industry and agriculture and in science and technology.

The recent successful test in the launching of a guided missile with a nuclear warhead is a great victory for Mao Tse-tung's thought, a great victory for the proletarian cultural revolution!

The 11th plenary session of the Eighth Central Committee of the CCP announced the victory of the proletarian revolutionary line represented by Chairman Mao and the bankruptcy of the bourgeois reactionary line. In the past two months, the correct line of Chairman Mao has been put before the broad masses and has been grasped by them, and criticisms have been made of the erroneous line. The broad masses have really translated into action Chairman Mao's call to "concern yourselves with affairs of state." This is an extremely fine thing. It is an important guarantee that the great proletarian cultural revolution will be carried through to the end.

Chairman Mao Tse-tung's line is one of letting the masses educate themselves and emancipate themselves. It is the line of putting "daring" above everything else and of daring to trust the masses, daring to rely on them, and daring boldly to mobilize them. It is the application and a new development in the great cultural revolution of the party's mass line. It is the line of the great proletarian cultural revolution.

The bourgeois line is one of opposing the mass line, of opposing the education and emancipation of the masses by themselves, of repressing the masses and opposing the revolution. This bourgeois reactionary line does not direct the spearhead of its struggle against the small handful of persons within the party who are in authority and are taking the capitalists road and all the monsters and demons in society, but against the revolutionary masses. It uses various ways and means to incite one group among the masses to struggle against another group, and incite one set of students to struggle against another set.

The proletarian revolutionary line of Chairman Mao Tse-tung is as incompatible with the bourgeois reactionary line as fire is to water. Only by thoroughly criticizing the bourgeois reactionary line and eradicating its influence can the line of Chairman Mao Tse-tung be carried out correctly, completely, and thoroughly.

Under the guidance of Chairman Mao's correct line, the broad revolutionary masses of our country have created the new experience of developing extensive democracy under the dictatorship of the proletariat. By this extensive democracy, the party is fearlessly permitting the broad masses to use the media of free airing of views, big-character posters, great debates and extensive contacts, to criticize and supervise the party and government leading institutions and leaders at all levels.

At the same time, it is providing the people with full democratic rights along the principles of the Paris Commune. Without such extensive democracy, it would be impossible to initiate a genuine great proletarian cultural revolution, stage a great revolution in the depths of people's souls, carry out the great proletarian cultural revolution thoroughly and completely, eradicate the roots of revisionism, consolidate the dictatorship of the proletariat and guarantee the advance of our country along the road of socialism and communism. This extensive democracy is a new form of combining Mao Tse-tung's thought with the broad masses, a new form of mass self-education. It is a new contribution by Chairman Mao to Marxist-Leninist theory on proletarian revolution and the dictatorship of the proletariat.

International historical experience of the dictatorship of the proletariat has demonstrated that without carrying out a thoroughgoing, great proletarian cultural revolution of this kind, without practising such extensive democracy, the dictatorship of the proletariat grows weaker and degenerates, capitalism uses various forms to stage a comeback, and the exploiting classes once again ride on the backs of the people.

It is not only essential to practise such extensive democracy thoroughly as between the leadership and the masses, but it is also absolutely necessary to carry it out thoroughly among the masses themselves and between all sections of the masses. Unless there is such extensive democracy among the masses themselves, unless they become good at mutual consultation, unless they become good at listening to dissenting views, unless they become good at presenting facts and reasoning things out, unless they become good at using their brains and pondering over problems, the masses cannot possibly educate and emancipate themselves, achieve the purpose of developing the ranks of the left, uniting the great majority and isolating the handful of bourgeois rightists, and carry out to the full the line of the great proletarian cultural revolution put forward by our great teacher, Chairman Mao.

Chairman Mao supports comrades going around on foot exchanging revolutionary experience, the advantages of which are widespread contact with the masses, contact with all aspects of the life of society, and a deeper understanding of class struggle in socialist society. It provides better opportunities to learn from the workers and the peasants and to propagate Mao Tse-tung's thought on an even broader scale. All this is very useful for the revolutionary teachers and students in carrying further their comprehension of Mao Tse-tung's thought and the correct line of Chairman Mao. Of course, this kind of traveling around on foot for the exchange of revolutionary experience needs to be planned, organized, and prepared.

The Central Committee of the party believes that, having had the experience of the last few months, the great proletarian cultural revolution will make still better progress and attain still greater successes! March forward under the great banner of Mao Tse-tung's thought! Long live the victory of the line of Chairman Mao Tse-tung! Long live the victory of the great proletarian cultural revolution! Long live the Chinese Communist Party! Long live Chairman Mao; long, long life to him!

LIBERATION ARMY DAILY STRESSES 'COLLECTIVE'

Peking NCNA Domestic Service in Chinese 1821 GMT 2 November 1966--B

(Text) Peking, 2 November--LIBERATION ARMY DAILY of 3 November carries an editorial: "More on Upholding the Word 'Collective.'" The full text follows:

The great proletarian cultural revolution initiated and led personally by our great leader, Chairman Mao, is a pioneering event unprecedented in the international communist movement and in world history. This great revolution, carried out mainly in the sphere of ideology, is basically a revolution aimed at destroying the thousands of years' old concept of private ownership and establishing the concept of socialist collective ownership. Based upon Chairman Mao's teachings, Comrade Lin Biao time and again instructed us to vigorously uphold the word "collective," the ideas about working for the revolution and for the people so as to form a communist world outlook of wholeheartedly serving the "collective." Comrade Lin Biao's instructions are of great and far-reaching significance.

The ideas, customs, habits, political viewpoints, juridical viewpoints, artistic viewpoints, and so forth, all belong to the realm of social ideology. Generally speaking, all these are called culture. Why is it necessary to carry on a cultural revolution in the socialist period? This is because the economic base of the society has undergone a fundamental change. The fundamental principle of Marxism-Leninism and Mao Tse-tung's thought is: The spirit comes from material things, social ideology comes from the existence of the society; the economic base of a society comes from the ownership system of society. Having a double nature, social ideology, meanwhile, has great influence and effect on the existence of society. In our country socialist transformation of the means of production has been realized and the socialist collective economy established. Since the economic base has changed, the superstructure--ideology--must be changed in keeping with its economic base. Otherwise, the socialist ownership system will not be consolidated, the new social productive force will not be developed, and the revolutionary achievement already scored will be lost; the revisionist rule and capitalist restoration will be emerge, thus making our country retrogress to the old road of colonial and semicolonial, feudal and semifeudal rule.

What is the target for the proletarian revolution to overthrow? What is it that the proletariat must win over? Politically, we must overthrow the bourgeois rule and establish the proletarian dictatorship. Economically, we must abolish private ownership of landlords and capitalists to gradually transform individual ownership into socialist collective ownership. Ideologically, we must destroy the concept of private ownership to establish the concept of socialist collective ownership. After gaining political power, the proletariat must carry through to the end socialist revolution in the fields of ideology and culture, in addition to economy. In history, every ruling class had to establish the ideological rule which would represent the interests of its own class. Having seized political power, the proletariat has the power and necessity to establish an ideology representing the interests of the proletariat and of the working people. This is to say: with the rule of Marxism-Leninism, we must shatter the old ideas, old culture, old customs, and old habits of the exploiting classes, and all ideologies formed on the basis private ownership system. Only by so doing can we further consolidate the proletarian dictatorship and develop the socialist economy to create conditions for the gradual transition to communism.

What is the substance of all the old ideas, old culture, old customs, and old habits? In one word, it is the concept of private ownership. It is the world "self." There has been one thing in common in the human societies--class societies--during the past thousands of years since culture came into being. It was the private ownership system. All types of the old culture uphold private ownership and serve it.

In establishing and consolidating collective ownership, we must destroy the old culture and the varieties of private ownership concepts. The concept of private ownership is the root of capitalism and revisionism. The more thoroughly the private ownership concept is destroyed, the more solidly will proletarian political power become and the more rapidly will socialist economy progress.

The new ideas, new culture, new customs, and new habits of the proletariat can be expressed in terms of one word--"collective." To consolidate the collective ownership and to build socialism and communism. We must advocate the concept on working wholeheartedly for the collective, upholding the word "collective."

The new society requires new people to build it. From a certain angle we can say that communism is selfless and is only for the collective. We must cultivate and mold the communist new people. Such new people are Chang Ssu-te, Norman Bethune, Liu Hu-lan, and Lei Feng, and these are the people from whom Chairman Mao calls on us to learn. These people are noble men, pure men, moral men, men who have left vulgarity behind, and men who are useful to the people.

Without an iota of selfishness, they work wholeheartedly, completely, and in a thoroughgoing way for the people. Only with the emergence of large numbers of the new communists can socialist revolution and socialist construction be victoriously carried on and communism be gradually attained.

We can achieve nothing without destruction. To establish the "collective," the "self" must be destroyed. The people's thinking is a reflection of existence and it has contradictions, struggles, and a class nature. In the socialist period, the class struggle between proletariat and bourgeoisie and the struggle between the two roads--socialism and capitalism--will inevitably be reflected in the mind of all of us. When tackling a matter, every one of us will certainly face and have to answer this question: Am I doing it for the people or for myself, am I for the collective or for the individual, and am I for the public or for my self? Whether one is for the "collective" or for "self" is a matter of different psychology between the two classes--proletariat and bourgeoisie, a matter of different ideology between the two classes, and a matter of different world outlook between two classes.

When a battle is waged between two armies, one must defeat the other. It is true that if we do not work for the "collective", we must work for ourselves. If one works only for oneself, one will strive only for the individual fame, profit, power, position and for showing off. One thinks only of one's own unit and forgets the "collective," forgets the people, the 700 million Chinese people and the 3 billion world people. Such a man has in his mind only "self," and his world outlook is a "self-outlook." He looks at the world from the basis of "self," and looks upon everything from the bourgeois stand. Without destroying, conquering, or toppling such a bourgeois "self-outlook", it will be impossible to establish the proletarian world outlook to serve Chinese people and people of the whole world.

To destroy the private ownership concept, which lasted for thousands of years, to eradicate the ideology of all the exploiting classes, and to establish our own ideology, we the proletariat must vigorously study Chairman Mao's works to establish the supremacy of Mao Tse-tung's thought. Mao Tse-tung's thought is present-day Marxism-Leninism at its highest level, the ideological system of present-day communism, and a concentrated expression of proletarian ideas. It is only Mao Tse-tung's thought that can truly represent the new ideas in opposition to all the old ideas. Mao Tse-tung's thought is diametrically opposite to the concept of private ownership and to the ideology of all exploiting classes. His thought is the most powerful ideological weapon for remolding people's souls.

Under the nurture of the great thought of Mao Tse-tung, large numbers of the collective-minded new communists are growing up and emerging. Lei Feng, Ouyang Hai, Wang Chieh, Chiao Yu-lu, Mai Hsien-te, Liu Ying-chun, and Tsai Yung-hsiang all are examples of such a type of man. Various advanced figures of the "Good Eight Company," "Tough Sixth Company," "Red Ninth Company," and the heroes of the No. 32,111 drilling team all are examples of such a type of man.

In the whole army, in various localities of the whole country, and in different branches of work, there have been many communist heroes who have defied all hardships and death and are working not for fame or profit, but wholeheartedly for the people and revolution. This is the pride of our times and the hope of the communist new world in the future.

Chairman Mao has said: "Among all things in the world man is most precious." In building socialism and communism we depend on man. In doing all kinds of work we give prominence to the human factor with man as the center. In taking a firm hold of the superstructure, of the ideology, and of the great proletarian cultural revolution, what we have to do is to work on men. That is to say, we must do the political ideological work, we must educate, remold, and arm men with Mao Tse-tung's thought.

In building the army and in constructing the country, we are different from the modern revisionists who make lopsided efforts in the material realm, in mechanization, and modernization. But we chiefly work on human ideological revolutionization. We use ideological revolutionization as a command to activate the mechanization and modernization. Imbuing the whole party, whole army, and people of the whole country with Mao Tse-tung's thought to promote human ideological revolutionization and to unify the people's thought and actions is the fundamental orientation and task of our political work.

Under the circumstances in which the great proletarian cultural revolution and the socialist revolution are developing in width and depth, the question of whether working for "collective" or for "self" has come to be more and more prominent and it has posed itself sharply before everyone of us.

Destroying "self" to establish "collective" is a key to remolding one's world outlook. To vigorously destroy the word "self" and establish the word "collective," it is necessary for us to creatively study and apply Chairman Mao's works, especially the "three much-read articles." The "three much-read articles" are the compulsory course for us to remold the world outlook. Every cadre and every fighter is required to study these three articles as maxims in compliance with Comrade Lin Biao's instructions. As Comrade Lin Biao instructed, every comrade must work as a motivating force of the revolution and do his best to make contributions to the people, and, at the same time, we should make ourselves the target of the revolution, to constantly conducting self-criticism and making revolution against ourselves.

We must have a high degree of revolutionary consciousness to emancipate ourselves from the word "self," from the one-sidedness of individualism and sectarianism. By so doing we will be genuine, perfect communists and selfless, proletarian revolutionary fighters. Our young comrades should do so. Our old comrades should also do so. They must work hard and faithfully in service of the "collective" in order to set an example for the next generation.

In the new stage of the drive for creative study and application of Chairman Mao's works within our army, let us hold still higher the red banner of Mao Tse-tung's thought to utterly destroy the word "self" of the bourgeoisie and vigorously establish the word "collective" of the proletariat, and march forward energetically along the road of building our revolutionized army!

The crowd also shouted: "We most strongly protest against the Soviet Government's base action in worsening relations between China and the Soviet Union!" "Let us carry the struggle against modern revisionism, at the center of which is the CPSU leadership, through to the end!" "Let us hold high the great red banner of Mao Tse-tung's thought and heroically forge ahead!" and "Long live Chairman Mao, the great teacher, the great leader, the great supreme commander, and the great helmsman!"

Foreign friends in Peking from more than 30 countries in the five continents also greeted the returned Chinese students at the railway station. They held up placards with slogans in English, French, and Japanese, reading: "We most strongly protest the Soviet Government's unjustifiable action in driving out the Chinese students studying in the Soviet Union!" "Down with the Soviet revisionist leading clique!" and "Long live the great and invincible thought of Mao Tse-tung!" Many foreign friends enthusiastically shook hands with returned Chinese students and embraced them.

Among the welcomers at the railway station were Wu Yu-hsun, vice president of the Chinese Academy of Sciences; Wang Kun-lun, vice mayor of Peking; Yu Chan, director of the Soviet Union and East European Affairs Department of the Foreign Ministry; and representatives of the Commission for Cultural Relations With Foreign Countries and the All-China Students Federation.

Also present at the station were representatives of the three former members of the staff of the Chinese Embassy in the Soviet Union and two other Chinese whose recall the Soviet Government had unreasonably demanded of the Chinese Government in June 1963 on the excuse that they had distributed published official documents of the CCP Central Committee, and representatives of the Chinese students who were seriously injured in the Soviet Government's barbarous suppression of the March 1965 anti-U.S. demonstration in Moscow by students from Asia, Africa, and Latin America.

JAPAN'S TAIWAN INTERESTS AID 2-CHINAS PLOT

Peking NCNA International Service in English 1657 GMT 3 November 1966--W

(Text) Peking, 3 November--With the connivance of U.S. imperialism, the reactionary Sato government of Japan, hand in glove with the Chiang Kai-shek gang in Taiwan, is stepping up its political, economic, and cultural invasion of that island.

Over the past few years, the Sato government has been engaged in a desperate political invasion of Taiwan, under the signboard of "rapprochement, solidarity, and cooperation." In 1964, soon after he came into power, Sato began clamoring that "to whom Taiwan belongs is not decided yet," and "there actually exists two administrations--the Peking administration and the Taiwan administration." He has consistently followed in the steps of the United States in order to create "two Chinas."

This year, Japan and the United States have even held special conferences to discuss common tactics for pushing their "two Chinas" plot. In the United Nations, Japan's Foreign Minister Etsusaburo Shiina played up the hackneyed theme of "two Chinas."

The ringleaders of Japan's monopolies were even more outspoken. They made a great noise about the so-called "talk of reconquering Taiwan," alleging that Taiwan is a "breakwater" to Japan, that it should never be "give up," that the Taiwan issue affects Japan's "security and safety," that "Taiwan's status cannot be considered apart from Japan," and so forth.

NIXON, SATO PLOT JOINT AGGRESSION IN ASIA

PEOPLE'S DAILY Editorial

Peking NCNA International Service in English 0359 GMT 28 Nov 69 B

[Text] Peking, November twentyeighth (HSINHUA)--The "PEOPLE'S DAILY" today carries an editorial entitled: "The Criminal Schemes of the U.S.-Japanese Reactionaries." The editorial reads in full as follows:

Eisaku Sato, chieftain of the reactionary Japanese Government, in a trip to Washington recently, conducted secret talks with Nixon and issued a "joint communique" afterwards. These talks have brought the military collusion between the U.S. and Japanese reactionaries to a new stage, that is, in the counter-revolutionary global strategy of U.S. imperialism, Japanese reaction has been raised to play the role of the gendarme in Asia and has become the fugleman in opposition to the Chinese people, the Korean people, the Vietnamese people and all the peoples of Asia. U.S. imperialism and Japanese reaction are further reinforcing their military alliance and stepping up their planning and preparations for a new war of aggression. This is a new trend which merits the serious attention of the Asian people.

The ostensible aim of Sato's recent visit to the United States was to conduct negotiations on the so-called question of "the return of Okinawa." Actually, however, this is entirely a fraud.

According to the U.S.-Japan joint communique, what the United States prepares to "return" to Japan is merely the "administrative rights" over Okinawa, while the U.S. military bases on that island will remain intact in the hands of the United States. As military rule is still in the hands of the United States, the so-called "administrative rights" are merely empty talk. The U.S. Armed Forces there can interfere at any time in the administration in the name of military needs while the administration can remain subordinated to the military rule.

At the same time, the United States categorically has not made any definite commitment on the question of removing the nuclear weapons installed on its bases in Okinawa. Moreover, the joint communique contains an implication, couched in ambiguous terms, to the effect that the United States will continue to install nuclear weapons on Okinawa. This, in fact, means that the United States will be allowed to keep its nuclear bases on Okinawa indefinitely. Now, if the United States can still freely use the military bases on Okinawa and keep nuclear weapons there after the island is "returned" to Japan and becomes a part of Japan proper, why, then, can't the United States do the same in the whole of Japan?

So it can be seen that the result of the U.S.-Japan talks is not the turning of Okinawa into part of Japan proper but the "Okinawanization" of Japan proper. This is a shameless sellout by Eisaku Sato of the state sovereignty and national interests of Japan and a monstrous mockery of the Japanese people's just demand for the unconditional recovery of Okinawa!

The aim of Nixon and Sato in taking such pains to play a variety of tricks on the question of "the return of Okinawa" is to cover up the criminal activities of the U.S. and Japanese reactionaries in stepping up their military collusion.

At the same time, U.S. imperialism also purposely wants to give Sato a little political capital in form so that the Japanese reactionaries can carry out arms expansion and war preparations with a free hand and strain themselves to serve the U.S. imperialist policy of aggression.

In the joint communique, Nixon and Sato declared in undisguised terms that they "highly valued the role" played by the U.S.-Japan "security treaty" in the suppression of the Japanese people and in the aggression against Asia and that they would "firmly maintain the treaty."

Sato had the impudence to clamour that China's sacred territory of Taiwan Province was "a most important factor for the security of Japan," and that Korea was "essential to Japan's own security." He even declared that the Japanese reactionaries would also play a "role" in the aggression against the Indo-Chinese region.

In this way, the Japanese reactionaries have unscrupulously proclaimed that they not only want to fasten Japan more tightly to the war chariot of U.S. imperialism but also openly direct the spearhead of their aggression against China, Korea, Vietnam and Indo-China and, when necessary, are ready to take the field themselves for military adventure.

U.S. imperialism, on its part, agrees to give as a reward to the Japanese reactionaries a share in such areas as Taiwan, South Korea and Indo-China under its forcible occupation. This is a monstrous and extremely vicious conspiracy jointly engineered by the U.S. and Japanese reactionaries.

The Japanese reactionaries have long harboured the design to seize the Chinese territory of Taiwan Province. As a result of U.S. imperialist backing, they have become ever more unbridled and undisguised in carrying out conspiratorial activities in this respect.

Simultaneous with Sato's visit to the United States, Nobusuke Kishi, ex-prime minister of Japan and a war criminal class A, openly and swaggeringly intruded into Taiwan. While one of these two brothers was howling about Taiwan being "a most important factor" for the security of Japan, the other was ranting about Japan's desire to strengthen "amity and cooperation" with the Chiang Kai-shek bandit gang and to support the latter in its so-called "counter-offensive against the mainland."

Their tune is entirely the same as the hullabaloo of the old Japanese militarists about China's three northeastern provinces being the "lifeline" of Japan's security and about "Sino-Japanese co-operation." Clear as daylight has become the Japanese reactionaries' wolfish ambition to obstruct by force of arms the Chinese people's liberation of Taiwan and to support the Chiang Kai-shek bandit gang's attempt to make inroads into the mainland in exchange for their annexation of Taiwan. This is a frantic provocation against the 700 million Chinese people. We Chinese people must on no account treat it casually.

It is an important component part of Nixon's so-called "new Asia policy" for U.S. imperialism to step up its efforts to raise Japanese reaction to the position of the gendarme in Asia. Since U.S. imperialism has landed itself in an impasse as a result of the ceaseless bankruptcy it has suffered in its policy of aggression against Asia, it has become more and more anxious to unleash Japanese militarism and make it serve as the fugleman for U.S. aggression in Asia.

Nixon has time and again stressed that the Japanese reactionaries should play "a leading role", "a key role" in Asia, with a view to establishing a new aggressive military alliance with Japan as its backbone and the United States as its back-stage manager, so as to realize the scheme of making Asians fight Asians.

With inflated economic strength, Japanese monopoly capital is vainly hoping to use U.S. imperialism as the mainstay for accelerating the revival of militarism, engaging in aggression and expansion in a big way, re-establishing its colonial sphere of influence in Asia and realizing its old dream of a "greater East Asia co-prosperity sphere." Sato's clamour that Japan would "make further active contributions" to the counter-revolutionary undertaking of aggression in Asia is a full disclosure of this rabid ambition of Japanese militarism.

The great leader Chairman Mao has pointed out: "The time is not far off when all the aggressors in the world will be buried together with their running dogs. There is no escape for them."

While Eisaku Sato has shouted wildly that after the "return" of Okinawa, Japan will enter a so-called "new Pacific era" in which it will rule supreme in the Asian and Pacific region, Nobusuke Kishi howled for creating a "new Asia" of the nineteen seventies. They are truly blinded by their presumptuous self-conceit and overweening ambition!

The present era is one in which imperialism is heading for total collapse and socialism is advancing towards world-wide victory. The great socialist China stands firm as a rock in the East of the world. The revolutionary movement of the Asian peoples is surging forward wave upon wave. Whatever U.S. imperialism and Japanese reaction may do to stir up trouble in the Asian and Pacific region, they can in no way avert their inevitable doom nor can they topple the sky!

As to the modern revisionist attempt to use the military alliance of the U.S. and Japanese reactionaries to oppose and isolate China, put out the flames of the Vietnamese people's war against U.S. aggression and for national salvation, and undermine the Korean people's cause of reunifying their motherland, the modern revisionists can only reveal more clearly their features as the enemy of the people of Asia and the rest of the world.

The Chinese people are determined to liberate Taiwan. They resolutely support the Japanese people's patriotic anti-U.S. struggle, the struggles of the Korean, Vietnamese, Laotian, Cambodian and other Asian peoples against U.S. imperialism and its running dogs. By uniting to wage firm struggles, the Asian peoples will certainly be able to completely smash the criminal schemes of the U.S. and Japanese reactionaries to intensify military collusion and engineer a new war of aggression.

Should U.S. imperialism and any of its accomplices dare to play with fire, they will definitely be reduced to ashes by the raging flames of the revolution of the Asian peoples!

'Return of Okinawa' Swindle

Peking NCHA International Service in English 0630 GMT 28 Nov 69 B

[Text] Peking, November twentyeighth (HSINHUA correspondent)--After long and careful planning, the U.S. and Japanese reactionaries recently played up the "return of Okinawa" swindle through the Nixon-Sato talks. What lies behind this swindle is that U.S. imperialism wants to turn Japan proper into an Okinawa, turn the whole of Japan into a nuclear base to be used by it freely and make the Japanese reactionaries serve as the U.S. shock force in opposing China and the people of other Asian countries. This is a grave step taken by U.S. imperialism and Japanese militarism to step up their military collusion and implement frenziedly their policy of war and aggression in Asia.

U.S. imperialism has occupied Japan's Okinawa ever since the Second World War, turning it into an important base for aggression in the Western Pacific. The military bases in Okinawa were and are being used by U.S. imperialism to commit all crimes of war and aggression. U.S. B-52 bombers which wantonly bombed Vietnam took off from Okinawa bases. The Japanese people have launched waves of powerful anti-U.S. movement demanding the unconditional return of Okinawa and are resolved to drive the U.S. pirates out of Japan. To deceive the Japanese people and the world public, calm down the Japanese people's anti-U.S. feeling and cover up their military collusion and war preparations, the U.S. and Japanese reactionaries have plotted over a long period the "return of Okinawa" swindle. In fact, U.S. imperialism never intends to give up this important base for aggression. It has been stepping up the construction of military bases on the very island even when U.S. and Japanese reactionaries spread the word about the "return of Okinawa" to Japan.

U.S. Defence Department officials had stated unreservedly: "It is important for us to retain the 'free use' of Okinawa." During his talks with Sato, Nixon expressed equivocally the intention to return the "administrative right" over Okinawa to Japan by 1972, while the U.S. nuclear bases on Okinawa will remain intact and U.S. imperialism may use these bases freely for wars of aggression. This completely laid bare the deceit in the "return of Okinawa."

This swindle is intended to cover up a sinister plot. The fact that Okinawa becomes in formality part of the Japanese territory means that U.S. imperialism can openly set up nuclear bases on Japanese territory, and since nuclear bases can be set up in Okinawa, they can also be set up in any other parts of Japan, including Japan proper. When the U.S. and Japanese reactionaries began to make contact with each other in January this year over the "return of Okinawa," a high ranking Japanese official disclosed that the United States had asked Japan to agree to the entry of U.S. nuclear submarines equipped with Polaris missiles into Japanese ports as the "minimum condition" for the return of Okinawa to Japan.

In early February, Japanese Foreign Minister Kiichi Aichi said in the Diet that Japan "might agree" to this. The U.S. paper "Washington POST" admitted on November 23 that according to the agreement reached between Nixon and Sato, the United States "might deploy nuclear weapons from Okinawa after 1972," and the agreement "marks a sharp cut into Japan's no-nuclear weapons position." Another U.S. paper, the "Los Angeles TIMES," disclosed that Sato had made a traitorous secret bargain with Nixon in the United States by approving "immediate U.S. action" for aggression "from bases in Japan" "without waiting for permission from Japan."

From all this one can see clearly that the "return of Okinawa" by U.S. imperialism is merely a gesture. Its real purpose is to turn Japan into a U.S. nuclear base, tighten U.S. military control over Japan, tie Japan more tightly to its war chariot and make the Japanese militarist forces act as a cat's paw in any U.S. war of aggression.

Furthermore, the U.S. and Japanese reactionaries also attempt to use the "return of Okinawa" swindle to pave the way for the Japanese militarists to send troops abroad. After Okinawa has become Japan's territory in appearance, the Japanese reactionaries can station troops in Okinawa in the name of defending Japan's territory, thereby setting up "joint defence" with the U.S. imperialist forces of aggression. The U.S. bases on Okinawa are U.S. imperialist means for linking up its aggressive military treaties with the Chiang Kai-shek clique and the Pak Chong-hui clique.

In applying the Japan-U.S. "security treaty" to Okinawa, the U.S. and Japanese reactionaries will let Japan send troops to Okinawa and have Japan linked to those aggressive military treaties. This is not only a step further in rigging up a new aggressive military alliance with the United States as the wire puller and with Japan playing the major role, but also means that Japanese aggressive troops can join any war of aggression launched by the United States under the sign-board of "defending Japan's security."

It was reported that under the direction of U.S. imperialism, the Japanese "Defense Agency" had mapped out a draft "Okinawa defense plan" for sending troops to Okinawa. Eisaku Sato in his recent mad outcries in Washington included China's sacred territory Taiwan, South Korea and even Indo-China in Japan's sphere of influence.

The U.S. and Japanese reactionaries plan to have Japan send troops abroad means that Japan will play the role of the Asian gendarme in the service of U.S. imperialism for suppressing the Asian people's national liberation struggle. This is the essence of the U.S. imperialist plan to have Japan play the "leading role" in Asia.

The Japanese militarist forces have been speeding up their armament drive under the pretext of working for the "return of Okinawa," but in essence they are catering to the needs of U.S. imperialism. The reactionary Sato government tried to make others believe that Japan would be completely independent after Okinawa is "returned" to her and should build up a so-called "independent defense." A fourth armament plan is now being drafted by the Japanese "Defense Agency" giving preliminary consideration to the "return of Okinawa." It is disclosed that the scope of this armament plan will be more than two times that of the third armament plan, laying emphasis on strengthening the naval and air forces, particularly the navy, and on arming the Japanese forces with offensive weapons including nuclear weapons.

Sato had already pledged to his U.S. master in Washington that Japan would "assume greater responsibility" in U.S. imperialism's military adventures and "carry out such international responsibilities and role as would be commensurate with Japan's national strength."

These facts fully prove that the so-called "unification of Okinawa with Japan proper" shamelessly propagated by the reactionary Sato government is nothing but the "Okinawanization" of Japan proper. As the number one running dog of U.S. imperialism in Asia, the Japanese militarist forces are full of ambition and are itching to stretch their tentacles into other Asian countries.

However, history is merciless. U.S. imperialism and Japanese militarism, the enemies of the Asian people, have been beaten by the latter. Their attempt to mount an attack on the Asian people by making use of their close military collusion is as futile as mayflies plotting to topple the giant tree. Today, the destiny of Asia is decided by the Asian people and not by the U.S.-Japanese reactionaries or any other reactionary forces.

Persisting in being hostile to the Asian people, the U.S.-Japanese reactionaries are only heading for their own doom. The Chinese people, together with other Asian people, will wage resolute struggles to thoroughly smash the new plots of aggression and war of the U.S.-Japanese reactionaries.

Japan as 'Asian Gendarme'

Peking NCNA Domestic Service in Chinese 1310 GMT 26 Nov 69 B

[Article: "Confession of an 'Asian Gendarme'" by a commentary group of Peking No 2 machine tool plant, appearing in the Worker-Peasant-Soldier Battlefield column]

[Text] Peking, 26 November--The joint communique on the talks held between Nixon, the chieftain of U.S. imperialism, and Sato, premier of the reactionary Japanese Government, published in Washington on 21 November, is an excellent negative example.

In the communique, the United States and Japanese reactionaries voluntarily confess that they are stepping up their military collaboration in a vain attempt to concoct new plots of aggression in Asia. The joint communique has enabled the people of the world, especially the people of Asian countries, to see more clearly that U.S. imperialism, the "international gendarme," which is aggressive in nature, is frantically using the Japanese militarist forces to play the role of "Asian gendarme" in order to pull U.S. chestnuts out of the fire, while the Japanese reactionaries, with U.S. imperialist backing, vainly attempt to resurrect their dream of a "greater East Asia co-prosperity sphere."

This new military collaboration between U.S. and Japanese reactionaries is a product of what Nixon called his "new Asian policy." Facing the dilemma of ending the war of aggression in Vietnam and the storms of great revolutionary struggles of Asian people to win national independence and liberation after he assumed office, Nixon dished up this "new policy" which means using Asians to attack Asians. He brazenly intends to use Japanese militarist forces as a substitute for U.S. imperialism and as the vanguard force. This heinous plot is in complete harmony with the aggressive expansionist ambitions of the reactionary Sato government.

After dishing up his "new policy," Nixon, in the tones of a master, wanted the Japanese reactionaries to take up the "role of leadership" in Asia and make "active contributions." Feeling both flattered and dubious, Sato went so far as to forget himself and also clamor for playing a so-called "major role in the question of stabilizing the situation in Asia," while the expansion of military forces at home is being accelerated in preparation for war.

This time, the master and the slave were in even more harmonious accord in Washington and their savage features have been stripped of their masks. Nixon hollered that currently the "cooperation" between U.S. imperialism and Japanese reactionaries decides "whether peace, prosperity and progress can be realized in the Pacific area" (Note: This should be read as slavery, exploitation, and war of aggression.) He wanted the Japanese reactionaries to "play the key role" in "the months and years of the last third of the century."

The traitorous Sato, who is friendly to the United States, subserviently expressed over and over again that the pace would be quickened in order to follow U.S. imperialism's policies of aggression and war. With greed blinding his better judgement, he proclaimed that Japan has "entered the 'new Pacific era' of making contributions toward the peace and prosperity of the Pacific-Asia area and the world." He stressed that in the activities to commit aggression against Asia, U.S. imperialism and Japanese reactionaries must not only "mutually cooperate," but also "play their own roles." Even before the ghost of Tojo has completely dissipated, Sato has brought forth another plan for the "greater East Asia co-prosperity sphere," which has undergone a face-lifting.

Backed and abetted by his master, U.S. imperialism, Sato most nakedly sent forth in Washington a frantic and clamorous call for aggression. He rabidly attacked China's foreign policy and openly placed Korea and China's territory Taiwan into Japan's sphere of influence. He said that the "security" of the Pak Chong-hui puppet regime in Korea "is essential to Japan's own security," and "the maintenance of peace and security in the Taiwan area was also a most important factor for the security of Japan."

He harshly clamored that the Japanese reactionary government is determined to discharge "its international obligations and play the role commensurate with the ability of the country." This is a naked revelation showing the direction in which the spearhead of the intensified military collaboration between U.S. and Japanese reactionaries is pointing. It is admitting the true meaning and significance of "peace," "progress," and "prosperity" which come from the lips of Nixon and Sato.

When Sato visited Washington to call on his master, Nixon, he also sent his own brother, Nobusuke Kishi, a first class war criminal, to Taiwan to secretly plot for mutual collaboration with the Chiang Kai-shek bandit gang which has long ago been discarded by the Chinese people. This is absolutely not a spontaneous event.

The 700 million Chinese cannot brook Sato's aggressive ambitions to loyally follow U.S. imperialism in a vain attempt to have a finger in the sacred territory of China. It absolutely cannot be tolerated! The same ignoble end which came to Tojo awaits anyone who is determined to be antagonistic against the people of China and Asia.

In order to cover up their new conspiracy to commit aggression in Asia and divert the attention of the people of Japan and the world, Sato and Nixon spread a despicable political smokescreen and created the big fraud of "return" to Japan of "administrative rights" over Okinawa in 1972. They made a big fuss over this with affected seriousness. Actually, the truth is that not only did Sato agree to let U.S. imperialism continue to indefinitely keep the nuclear base it has established on Okinawa, but that U.S. imperialism could continue to use this base for carrying out wars of aggression. Furthermore, he expressed the intention to "firmly maintain" the notorious and humiliating "security treaty" after its expiration in June 1970.

Today, with U.S. military bases all over the Japanese islands, and with U.S. imperialism able to freely use these bases as it wishes, the entire territory of Japan has become a vital military base for aggression in Asia. The main reason why U.S. imperialism is so stubborn in refusing to get out of Okinawa, this important strategic position in the Pacific, is precisely what U.S. Senator Inouye revealed to Congress on 19 November--that is, it is for "utilizing this island" as a "frontline position" against China in an attempt to carry out its criminal conspiracy of opposition against China, against Communism, and against the people.

However, "the Japanese people are a great people. They absolutely will not permit U.S. imperialism to ride on their backs over a long period of time." On the eve of Sato's visit to the United States, 100,000 people in Naha, Okinawa, staged a protest demonstration, while on the mainland of Japan more than 1 million people staged protest strikes and more than 700,000 people held protest rallies.

When Sato slipped out of Tokyo, he was trapped in the angry anti-U.S. torrents of the Japanese people. He was forced to rely on tens of thousands of police to protect him and then stole away from his official residence to the airport in a helicopter, clambering aboard the plane bound for the United States.

Today the people of Japan and the world are becoming more and more aware. Regardless of what conspiracies are being hatched by the collusion of the likes of Sato and U.S. imperialism, they will inevitably end in complete failure.

Kishi Visit to Taiwan

Peking NCNA International Service in English 2144 GMT 26 Nov 69 B

[Text] Peking, November 26 (HSINHUA)--When the chieftain of U.S. imperialism Nixon and the head of the reactionary Japanese Government Eisaku Sato were plotting in Washington for closer military collaboration, Sato's brother Nobusuke Kishi, former Japanese premier and war criminal of the first category, sneaked to Taiwan with a handful of reactionary Japanese politicians to step up their collusion with the Chiang Kai-shek bandit gang in carrying out counterrevolutionary conspiratorial activities, according to reports from Taipei.

Talking wildly in Taiwan, Nobusuke Kishi slandered the great People's Republic of China and clamoured for closer "friendship and co-operation" with the Chiang Kai-shek bandit gang. He declared that in the 1970's Japan "must make contributions to Asia" as "a politically leading country." In this outburst of reactionary clamours, he admitted that his words conformed to the "decisive guidelines" envisaged in the Nixon-Sato talks for Japan's "new role" in the 1970's. This revealed the intransigent attitude of the Japanese militarist forces in serving their U.S. boss' policy of aggression and war and their ambition to dominate Asia.

It was revealed that in their secret talks with the Chiang bandit gang, Nobusuke Kishi and company asked the Chiang gang to "protect" the ownership of Japanese industries in Taiwan, sign an "agreement on rent" and facilitate Japanese economic infiltration into Taiwan in the name of "technical co-operation." This exposed the criminal attempt of the Sato government to tighten its control over Taiwan.

After their secret talks in Taiwan for all-round Japan-Chiang collusion, Kishi and company and the Chiang Kai-shek bandit gang issued a "joint statement." It openly clamoured for the formation of a so-called "mutual coordination and co-operation system" with the Pak Chong-hui puppet clique and other running dogs of U.S. imperialism in Asia and truculently declared that Japan and Chiang would "co-operate" with these running dogs of U.S. imperialism for "a come-back to the mainland."

Under the direction of U.S. imperialism, the Japanese reactionaries have stubbornly set themselves against the Chinese people and the people of Asia and carried out reckless provocations. Dreaming again of a "great East Asia co-prosperity sphere," they are blinded by their own inordinate ambition. However, he who plays with fire gets burned. If Eisaku Sato dares to take the old road of Hideki Tojo, he will only come to an even more tragic end.

Anti-Sato Demonstrations

Peking NCPA International Service in English 0149 GMT 28 Nov 69 B

[Text] Peking, November twentyseventh (HSINHUA) -- More than 600,000 people in 80 cities throughout Japan staged large-scale rallies and demonstrations yesterday in protest against the traitorous act of Japanese Prime Minister Sato in Washington in coming into closer military collaboration with the U.S. imperialist chieftain Nixon, according to a TOHO News Agency report. The demonstrators voiced their determination to carry the struggle against the U.S.-Japanese reactionaries through to the end.

Yesterday evening, about 20,000 workers, students, youth and women in Okinawa held a rally at a park in Naha city in protest against the U.S.-Japan "joint communique" issued by Nixon and Sato. Above the rostrum were the slogans: "Smash the U.S.-Japan joint communique which ignores the demands of the peoples of Okinawa Prefecture!" and "Overthrow the Sato government!"

Braving biting cold wind, the people who were furious at the policy of war of the U.S.-Japanese reactionaries and at Sato's traitorous act rushed to the rally site.

Representatives who spoke at the rally unanimously and strongly condemned the plot of the U.S.-Japanese reactionaries to join hands for wars of aggression in Asia.

A resolution adopted by the rally said: "We furiously protest against the U.S.-Japan joint communique aimed at imposing a joint military rule on the Okinawan people by the U.S.-Japanese reactionaries!"

After the rally, the participants demonstrated through the downtown area of Naha city, shouting loudly: "Smash the Japan-U.S. security treaty!" "Dismantle the U.S. military bases!" and other slogans.

On the same day, Tokyo workers, students and citizens numbering more than 10,000 held separate rallies at Kamata Park, Hibiya Park, Shimizudani Park and Shiba Park and marched through the downtown areas of Tokyo from afternoon to night.

Speaking at the rally held in Kamata Park, a worker representative sternly condemned the Nixon-Sato "joint communique" and said that in order to carry on joint aggression against Asia, the U.S.-Japanese reactionaries are reinforcing the military bases on Okinawa and in the whole of Japan and are stepping up the revival of Japanese militarism and arms expansion. "We should take concrete action to smash the U.S.-Japanese reactionaries' intrigue of aggression and war."

A manifesto adopted at the rally held at Hibiya Park yesterday evening declared that the Japanese people will never allow the U.S.-Japanese reactionaries to realize their scheme to rule the Asian people jointly. The manifesto said that the Japanese people will carry on their struggle till they have smashed the Japan-U.S. "security treaty."

Both when he left and returned to Tokyo from his Washington trip, Sato met with powerful anti-U.S. rallies and demonstrations held by the Japanese people. Prior to Sato's departure for Washington, the Japanese people surrounded the airport and blocked the passage from his official residence to the airport. He had to sneak into the airport through a helicopter and left for Washington in a very unbecoming manner. On his return to Tokyo from his trip of homage to Washington, he was again "greeted" with shouts of protest from the Japanese people at the airport. He was compelled to hide in a helicopter again under heavy police guard and fly back to his official residence.

After attending the rally in Hibiya Park, over 10,000 workers demonstrated in the street in front of the Prime Minister's official residence. Defying reactionary police threats, they shook their fists at the building and shouted "Smash the U.S.-Japan joint communique!" and "Down with the Sato government!" Their angry roars drove fear into the heart of Sato who dared not show up.

LI HSIEN-NIEN HEADS DELEGATION TO ALBANIA

Peking NCNA International Service in English 2240 GMT 27 Nov 69 B

[Text] Peking, November twentyseventh (HSINHUA)--The Chinese party and government delegation with Li Hsien-nien, member of the Political Bureau of the Central Committee of the Chinese Communist Party and vice-premier of the State Council, as the head, and Li Te-sheng, alternate member of the Political Bureau of the party Central Committee, member of the Military Commission of the party Central Committee and chairman of the Revolutionary Committee of Anhwei Province, as the deputy head, left Peking for Tirana by special plane on November 25 to attend the celebrations of the 25th anniversary of the liberation and the victory of the people's revolution of Albania.

Members of the delegation are: Keng Piao, member of the party Central Committee and Chinese ambassador to Albania (already in Tirana); Chang Ta-chih, member of the party Central Committee and commander of the artillery of the Chinese People's Liberation Army; Li Chiang, member of the party Central Committee and vice-minister of foreign trade; and Wang Hsiu-chen, member of the party Central Committee, textile worker and leading member of the Shanghai Municipal Revolutionary Committee.

Seeing the delegation off at the airport were: Chou En-lai, Standing Committee member of the Political Bureau of the Central Committee of the Communist Party of China and premier of the State Council; Kang Sheng, Standing Committee member of the Political Bureau of the Party Central Committee; Wu Fa-hsien, Yao Wen-yuan, Huang Yung-sheng and Hsieh Fu-shih, members of the Political Bureau of the party Central Committee; Chi Teng-kuei, alternate member of the Political Bureau of the party Central Committee; Wang Hsin-ting, Kuang Jen-hung, Wu Te and Wu Jui-lin, members of the party Central Committee; and leading members of the departments concerned, including Chiao Kuan-hua, Ma Wen-po, Chen Te-hò, Shen Chien, Yang Yu-heng, Chu Ta-cheng, Lin Hai-yun, Wang An-chu, Sung Chen-hsien, Hsien Huai-te, Liu Ta-yu, Feng Hsi-ku, Yin Wen, Wu Hsien-wen and Ting Kuo-yu. Khorxhi Robo, Albanian ambassador to China, was also present at the airport.



DAILY REPORT

Monday
29 December 1969
No 250



Daily Report

29 Dec 69
No 250

CONTENTS

	COMMUNIST CHINA	I.
INTERNATIONAL AFFAIRS		A 1-10
	ASIA & PACIFIC	II.
NORTH KOREA		D 1-5
LAOS		I 1-4
NORTH VIETNAM		K 1-5
SOUTH VIETNAM		L 1-5
	SOVIET UNION	III.
INTERNATIONAL AFFAIRS		A 1-19
DOMESTIC AFFAIRS		B 1-2
	EASTERN EUROPE	IV.
CZECHOSLOVAKIA		D 1-10
EAST GERMANY		E 1
YUGOSLAVIA		I 1-5
	MIDDLE EAST & AFRICA	V.
WEST AFRICA		W 1-2
	LATIN AMERICA & WESTERN EUROPE	VI.
VENEZUELA		K 1
CARIBBEAN		N 1

CHAIRMAN MAO TSETUNG BECOMES 76 YEARS OLD

No Official Celebrations

Tokyo KYODO English 0518 GMT 26 Dec 69 T

[Excerpts] Peking Dec 26 KYODO--By Kimihiko Iwasaki, KYODO staff correspondent-- Chinese Communist Party Chairman Mao Tse-tung marked his 76th birthday Friday, but there were no official celebrations planned here for the occasion.

Both Radio Peking and the PEOPLE'S DAILY carried news supplements on the Chairman's birthday under banner headlines and on a new upsurge of movements in the capital area for putting Mao's quotations into action, thus celebrating the occasion only in an indirect manner.

Diplomatic sources said Mao himself had banned all official functions for the occasion this year. Posters paying tribute to the Chairman were hardly visible in Peking's streets Friday.

However, all indications were that Mao Tse-tung is in good health. But, with the spread of the great cultural revolution's messages to all corners of the Chinese continent, Mao himself seems to be cutting down on his direct contact with peasants and Red Guards.

The number of his instructions to the party has also dropped sharply, it is said. The last such instruction was carried by the PEOPLE'S DAILY on November 20.

Message From DRV Leaders

Hanoi VNA International Service in English 0300 GMT 26 Dec 69 B

[Text] Hanoi VNA December 26--President Ton Duc Thang, president of the Democratic Republic of Vietnam, and Le Duan, first secretary of the Vietnam Workers Party Central Committee, today sent a joint message to Chairman Mao Tsetung, chairman of the Central Committee of the Chinese Communist Party, greeting his 76th birthday. The message read:

On the occasion of your 76th birthday, on behalf of the Vietnamese people, the Vietnam Workers Party and the D.R.V.N. Government and in our own names, we wish to convey to you our warmest congratulations.

We wish you the best of health and longevity to lead the brotherly Chinese Communist Party and people to still greater victories in their socialist construction and the great proletarian cultural revolution.

May the militant solidarity and fraternal friendship between the Vietnamese and Chinese parties and peoples consolidate with every passing day.

Message From South Vietnam

LIBERATION PRESS AGENCY (Clandestine) in English to East Europe and the Far East
1539 GMT 25 Dec 69 B

[Text] South Vietnam December 25-GPA--Lawyer Nguyen Huu Tho, president of the Presidium of the South Vietnam National Front for Liberation's Central Committee and of the Advisory Council of the R.S.V.N. P.R.G., and architect Huynh Tan Phat, president of the R.S.V.N. Provisional Revolutionary Government, yesterday sent a message of greetings to Chairman Mao Tsetung of the Communist Party of China, on the occasion of the latter's 76th birthday tomorrow.

I. 29 Dec 69

A 2

COMMUNIST CHINA
INTERNATIONAL AFFAIRS

The two presidents wished Chairman Mao Tsetung the best of health and great success in leading the Communist Party of China and the Chinese people in building a powerful, prosperous and happy People's Republic of China, in contributing to the struggle of the people the world against U.S. -led imperialism, new and old colonialism, for national independence, democracy, peace and social progress.

UGANDA PRESIDENT OBOTE ESCAPES ASSASSINATION

Peking NCNA International Service in English 1404 GMT 25 Dec 69 B

[Text] Peking, December twentyfifth (HSINHUA)--President Milton Obote of Uganda recently met with an attempt of assassination on his life made by the imperialists and reactionaries in Kampala, capital of Uganda, but he escaped safely, according to a report from Kampala.

It was reported that President Milton Obote attended an annual convention of the ruling Uganda People's Congress at the stadium conference hall on the night of December 19. As he left the meeting place, he was shot at and slightly wounded in the face by an assassin.

The Uganda Government has declared a state of emergency throughout the country.

Message From Chou En-lai

Peking NCNA International Service in English 1406 GMT 25 Dec 69 B

[Text] Peking, December twentyfifth (HSINHUA)--Chou En-lai, premier of the State Council of the People's Republic of China, sent a message yesterday to Apollo Milton Obote, president of the Republic of Uganda, expressing sympathy for his safe escape from an attempt on his life made by the imperialists and reactionaries. The message reads in full as follows:

His Excellency Apollo Milton Obote, president of the Republic of Uganda, Kampala

The Chinese people and government express great indignation at the crime of the imperialists and reactionaries who resorted to despicable means in making an attempt on Your Excellency's life and at the same time are deeply gratified at Your Excellency's safe escape. Please accept the cordial regards of the Chinese people and government.

By making attempts on the life of the leaders of African countries, the imperialists and reactionaries can never save themselves from their doomed defeat, nor can they ever obstruct the African people's victorious advance.

May Your Excellency recover your health at an early date. May the Republic of Uganda win new victories under Your Excellency's leadership.

Chou En-lai, premier of the State Council of the People's Republic of China, December 24, 1969.

KANG SHENG RECEIVES AUSTRALIAN CP LEADER HILL

Peking NCNA International Service in English 1359 GMT 26 Dec 69 B

[Text] Peking, December twentysixth (HSINHUA)--Comrade Kang Sheng, member of the Standing Committee of the Political Bureau of the Central Committee of the Chinese Communist Party, today met and had a cordial, friendly talk with Comrade E.F. Hill, chairman of the Australian Communist Party (Marxist-Leninist).

Later, Comrade Kang Sheng gave a dinner in honour of Comrade E.F. Hill and Comrade C.J. McCaffrey. Present on both occasions were Comrades Teng Ying-chao and Tsao I-ou, members of the Central Committee of the Chinese Communist Party, Comrade Kuo Yu-feng, alternate member of the party Central Committee, and leading comrades of the departments concerned.

PEOPLE'S DAILY ARTICLE WARNS JAPAN ON TAIWAN POLICIES

Peking NCNA Domestic Service in Chinese 1132 GMT 25 Dec 69 B

[Text] Peking, December twentyfifth (HSINHUA)--The "PEOPLE'S DAILY" today carried an article entitled "The Japanese Reactionaries Can Quit Daydreaming," strongly denouncing the Japanese reactionaries for their wild ambition in attempting to reoccupy our sacred territory Taiwan Province. The article, written by Chang Kung, reads in part as follows:

In the joint communique on his talks with U.S. imperialist boss Nixon, Eisaku Sato, chieftain of the Japanese reactionaries, flagrantly claimed that China's sacred territory of Taiwan Province was "a most important factor for the security of Japan." In his speech at the Japanese Diet on December 1, he asserted once again that the "security" of Taiwan was allegedly "a matter of serious concern" to the "security" of Japan. This is an undisguised war clamour of the Japanese reactionaries who are directing the spearhead of aggression against China in an attempt by force of arms to prevent the Chinese people from liberating Taiwan; it is a rabid provocation against the Chinese people!

Such utterances of the Japanese reactionaries are nothing new to the Chinese people. When the Japanese militarists, from Giichi Tanaka to Hideki Tojo, unleashed aggression against China, they all resorted to such gangster logic. The places where the Japanese militarists wanted to stretch their tentacles of aggression were invariably alleged as being necessary for the "security" of Japan.

The great leader Chairman Mao teaches us: "When we say imperialism is ferocious, we mean that its nature will never change, that the imperialists will never lay down their butcher knives, that they will never become Buddhas, till their doom." The Chinese people who have experiences in protracted struggles against imperialism have long seen through the aggressive nature of Japanese militarism and have been keeping a high vigilance against it.

The Japanese militarist forces have never reconciled themselves to the fact that they had been driven out of our territory Taiwan and had to return Taiwan to China. They have been dreaming of occupying Taiwan again one day. Way back during the Shigeru Yoshida and Nobusuke Kishi cabinets, the Japanese authorities had raised a hue and cry that "it is not yet decided to whom Taiwan belongs." Shigeru Yoshida blustered that he "will never let the Chinese communists occupy Taiwan."

Nobusuke Kishi clamoured that Japan would spare no effort to prevent Taiwan "from being taken by the communists." The recent hullabaloo of Eisaku Sato was entirely in the same strain with that of Shigeru Yoshida and Nobusuke Kishi.

To realize their aggressive ambition of occupying our territory, the Japanese reactionaries have been striving to separate Taiwan from China by a thousand and one ways. They have been straining themselves to coordinate with U.S. imperialism in the criminal plot of creating "two Chinas." At the U.N. General Assembly session every year, the Japanese reactionaries have feverishly followed U.S. imperialism to obstruct the restoration to China of its legitimate place in the United Nations, and to preserve in the United Nations the political corpse of the Chiang Kai-shek bandit gang which has long been spurned by the Chinese people. At the same time, they are secretly plotting an "independent Taiwan" in order to create conditions for its annexation.

The Japanese reactionaries have unscrupulously carried out expansion and penetration into Taiwan in order to realize their scheme of grabbing it step by step. According to statistics, from 1964 to the first half of 1969, the trade balance between Japan and Taiwan exceeded the figure of 760 million U.S. dollars in favor of Japan. In 1968, Japanese exports to Taiwan were three times Japanese imports from Taiwan. In import and export trade with Taiwan, Japan has long occupied first place, standing even above the United States. In the Japanese-Chiang meeting on plans for cooperation held this year, the Japanese side further compelled the Chiang gang to relax import controls and to grant Japan most favored treatment in the matter of tariffs and so forth, thus giving a green light for the further dumping of Japanese goods in Taiwan.

In the past decade or more Japanese commodities have flooded Taiwan. Japanese monopoly capital, by means of setting up banks, making investments and loans and through other activities, has stepped up its penetration into the financial, banking, industrial and business fields of Taiwan. In Taiwan today, there are more than 260 firms of Japanese capital. Japanese commodities have practically monopolized the Taiwan market. Japan also attempts to make use of its "loans" to the Chiang Kai-shek bandit gang to further control the industrial and agricultural production of Taiwan. Soon after Eisaku Sato took office, a loan of 150 million U.S. dollars in Japanese currency was granted to the Chiang Kai-shek bandit gang. Last month, the Japanese monopoly group again granted it a loan of 250 million U.S. dollars in Japanese currency.

Moreover, Japan also took a direct part in Taiwan's various "construction" projects in the name of so-called "technical cooperation." According to statistics, the number of enterprises in Taiwan under the "technical cooperation" between Japan and the Chiang gang has now reached 172. The scope of "cooperation" is very large, expanding from non-government production fields to production of military supplies. Under the banner of "cooperation," large batches of Japanese "technicians" have gone deep into every part of Taiwan to carry out their activities. The economic expansion of the Japanese reactionaries into Taiwan has made the Chiang Kai-shek bandit gang increasingly dependent on Japan. The Japanese reactionaries have been striving not only to control the Chiang Kai-shek bandit gang economically, but also to bring it under their dictate politically.

The intensified manoeuvres of aggression against China's territory of Taiwan Province by the Japanese reactionaries have a profound international background. Especially since Nixon came to power, in order to push through its so-called "new Asian policy," U.S. imperialism which finds itself in an impassive has become anxious to have the Japanese reactionaries share the "important responsibilities" of and play a "key role" in the U.S. aggression in Asia. With a view to encouraging the Japanese reactionaries to serve its policy of aggression in Asia, U.S. imperialism has consented, as a reward, to the Japanese reactionaries having a hand in such places as Taiwan and South Korea under its occupation. In order to oppose socialist China, social-imperialism has also spared no effort to instigate the U.S. and Japanese reactionaries to direct the spearhead of aggression against China.

Supported by U.S. imperialism and social-imperialism, the Japanese reactionaries have become overbearingly arrogant. While he was visiting the United States, Eisaku Sato sent his brother, Nobusuke Kishi, accompanied by a number of reactionary politicians, to Taiwan for conspiratorial activities there. The brothers echoed each other and repeatedly made wild anti-China clamours. This fully reveals the ferocious features of the Japanese reactionaries who are colluding with U.S. imperialism and social-imperialism to oppose the Chinese people with ever increasing intensity.

However, no matter how painstakingly the Japanese reactionaries may try, their ambitions to reoccupy our territory Taiwan can never succeed. We must warn the Japanese reactionaries: Taiwan is China's sacred territory and the Chinese people are determined to liberate Taiwan. Any attempt to lay hands on Taiwan is sheer daydreaming! A handful of Japanese militarists who vainly attempt to prevent the Chinese people from liberating Taiwan are just like mayflies trying to topple a giant tree! They have overrated themselves! The 700 million Chinese people armed with Mao Tsetung thought are not to be bullied! We shall bash on the head and throw into the Pacific anyone who dares to prevent the Chinese people from liberating Taiwan and who dares to embark on an aggressive venture against China!

REVIVAL OF JAPANESE MILITARISM DENOUNCED

Peking NCNA International Service in English 2018 GMT 26 Dec 69 B

[Text] Peking, December twentysixth (HSINHUA correspondent)--The Japanese reactionaries, energetically fostered and instigated by U.S. imperialism, are speeding up the revival of militarism. Their activities have developed from relying mainly on U.S. imperialism in carrying out economic infiltration abroad to making use of Japan-U.S. military collusion to vigorously carry out expansion abroad so as to realize their scheme of playing the role of the gendarme in Asia, suppressing the national liberation struggle of the Asian peoples and opposing great socialist China.

The U.S. imperialists, now at the end of their tether, are eager to let loose Japanese militarism, which they have fostered, for it to act as their chief accomplice in their so-called "new Asian policy." The Japanese reactionaries, now beset with numerous difficulties, try to rebuild their own strength and lord it over Asia again by relying on U.S. imperialism.

The military and political chieftains of the reactionary Sato government and bigwigs of Japanese monopoly capital have of late indulged in shameless clamours and boasts, such as that Japan has already become a "big economic power" in the world, that it should be "a country leading the world," and that it has entered into a "new era in the Pacific," and so forth. With much ambition and arrogance, this handful of reactionaries are frantically trumpeting for armament expansion and war preparations. They are indeed blinded by their presumptuous self-deceit and overweening ambition!

These Japanese reactionaries, who lust for military aggression, have blatantly advocated and plotted to stretch their claws of military aggression abroad. Referring to the stepped-up military collaboration between Japan and the United States, Eisaku Sato, prime minister of the reactionary Japanese Government, said undisguisedly in October that Japan's "sphere of defence" will "expand rapidly" and that this has made it "necessary" for Japan to step up arms expansion and war preparations to an extent "corresponding to the nation's strength."

In early October, Nobusuke Kishi, the arch war criminal who is Sato's brother, also made a barefaced outcry for a revision of Japan's constitution so that Japan "may exert its military role overseas." Echoing each other, the Sato brothers are indulging again in the fond dream of the "Greater East Asia Co-Prospersity Sphere."

The so-called "Defence Agency" of the reactionary Sato government is drawing up the fourth five-year military expansion plan in accordance with this aggressive design in an attempt to build up an "offensive" force of aggression for combat duties abroad. Kishi Arita, director-general of the "Defence Agency," has "instructed" the "Defence Agency" to "build up speedily" a system for unleashing a war of aggression and strengthen the navy "as quickly as possible." This shows up the Japanese militarist forces as still infatuated with the gun-boat policy and attempting to revive the "Imperial navy."

The fourth military expansion plan which is more than two times the scale of the third plan not only calls for strengthening the navy and air force, but also wildly aims at nuclear armament.

To prepare the way for dispatching troops abroad to unleash a war of aggression, the Japanese reactionaries plan to send troops to Okinawa, strengthen the Japanese military bases near Okinawa, carry out large-scale military training and exercises and then send troops for aggression abroad under the signboard of "United Nations police force" or "armed civilians."

To overcome the difficulty in military recruitment, the Japanese reactionaries clamoured loudly for a compulsory "conscription system." "Defence Agency" Director-General Arita declared not long ago at the "defence production committee" of the Japanese monopoly capital groups his intention to increase the number of "reserve officers" from the present 30,000 to 100,000, who undergo military training at fixed period every year and will be enrolled into the Japanese armed forces in time of emergency.

Last summer, Naka Funada, president of the Japan-U.S. "security treaty" investigation council of the ruling Liberal Democratic Party and former director-general of the "Defence Agency," arrogantly put forth a "plan" for forming a so-called "territorial army" of one million men. All this fully exposed the ferocious features of the Japanese reactionaries in attempting to carry out aggression abroad.

At the same time, the Japanese reactionaries have gradually extended their influence into the sphere of influence of U.S. imperialism in Asia in the form of helping the latter out of its predicament. Japan has ranked first in her exports to South Korea, Thailand, Singapore, Taiwan and other places, surpassing that of U.S. and British imperialism, and had favourable balances every year, turning these places into markets for dumping her commodities.

Japan also exported capital on a large scale to South Korea, Thailand, Indonesia, Taiwan and other places in the form of investment, "aid" and loans, increasing daily in particular her direct investment. Through direct investment, Japanese monopoly capital not only dumped Japanese commodities abroad, but also plundered the natural resources and ruthlessly exploited the cheap labour there.

This year, the reactionary Sato government loosened restrictions on investments abroad and took other measures to encourage monopoly capital to make more direct investment abroad, particularly investment in developing the mining resources. Facts have proved that the Japanese reactionaries have now elbowed their way into the ranks of biggest plunderers and exploiters in the capitalist world.

The Japanese reactionaries have gradually gained control over some countries and regions in Southeast Asia not only economically but also politically and militarily. They are trying to rig up a counter-revolutionary alliance in West Pacific with the United States as the boss and Japan as the mainstay and make the alliance a tool for the U.S. and Japanese reactionaries to carry out their anti-China, anti-communist and anti-people policy in Asia, turning these countries and regions into Japan's sphere of influence at the same time. This is the essence of the "Asian and Pacific sphere" which Japanese Prime Minister Eisaku Sato tried hard to set up not long after he came into office.

Recently, Eisaku Sato outrageously included Korea and the Taiwan Province of China in Japan's sphere of influence and expressed his intention to stretch the claws of aggression into Indochina. Chieftains of Japanese monopoly capital repeatedly raved that the Malacca Strait between Indonesia and Malaya is Japan's "life line" and troops will be dispatched for its "defence."

The frenzied expansion abroad and preparations for military adventures by the Japanese reactionaries are definitely not a display of their strength but precisely a reflection of their weakness.

After World War Two, Japanese monopoly capital, under the protection and support of U.S. imperialism, made a fortune in the U.S. imperialist wars of aggression against Korea and Vietnam and has swollen up immensely. In recent years, the various monopoly capital groups of Japan made huge investments in equipment to expand productive capacity, while stepping up monopolization and concentration in the heavy and chemical industries which are the bases of the munition industry. In course of this, they established and strengthened their own munition industry system, bringing about a huge development in this industry.

At the same time, hundreds of retired high-ranking military officers who were formerly fascist militarymen have been employed as advisers or directors of the companies of the big munition magnates. Thus a reactionary group with monopoly capital and reactionary militarymen colluding with each other was formed in Japan. It is an extremely reactionary force in accelerating the revival of militarism in Japan.

Because the various Japanese monopoly capitalist groups have blindly increased their production installations which will be put into operation gradually in the coming years, Japan's economy is facing the sharp contradictions between expansion of equipment and acute shortage of material resources and between the increase in industrial production capacity and the limitation of markets. Furthermore, in the situation of imperialism heading for total collapse, U.S. imperialism which is beset with economic deterioration will undoubtedly shift its difficulties onto Japan which is relying more and more on it.

Trying desperately to free themselves from the insurmountable difficulties, to find outlet for their superfluous production capacity and to retain their raw material supplying markets, the Japanese reactionaries will assuredly proceed further on the criminal road of militarization of its national economy and expansion abroad. The various Japanese monopoly capitalist groups are making desperate efforts to develop and expand their atomic energy, missile, aviation, electronic computers, "marine development" and other industrial departments with the aim to set up an enormous munition industrial system centering around these departments and to push the militarization of the national economy to a higher degree.

However, in their attempt to overcome economic difficulties through arms expansion, war preparations and military adventure, the Japanese reactionaries are only drinking poison to quench their thirst and accelerating their own doom. This has long been borne out by the historical experience in World War Two.

The re-embarkation of the Japanese reactionaries on the old road of militarism of Hideki Tojo's has aroused strong opposition from the people of Japan as well as the whole Asia. The just patriotic anti-U.S. struggle waged by the daily awakening Japanese people with ever greater vehemence has been dealing telling blows at the U.S.-Japanese reactionaries on their policy of war and aggression. The Japanese people will never allow the U.S.-Japanese reactionaries to realize their scheme of new military collusions and the revival of militarism.

The struggles against U.S. imperialism and its running dogs launched by the people in various Asian countries is developing vigorously. They will certainly smash militantly a comeback of Japanese militarism. Indulging in the fond dream of lording over Asia once again, the disciples of Hideki Tojo will, like the grasshopper in the fable which wanted to stop the chariot without taking a proper measure of its own strength, be completely crushed by the wheel of history.

SATO, NIXON CONCOCT FRAUD ON 'RETURN OF OKINAWA'

Peking NCNA Domestic Service in Chinese 1313 GMT 21 Dec 69 B

[Article from worker-peasant-soldier battlefield column: "Lay bare the U.S.-Japanese reactionaries' fraud of the 'return of Okinawa,'" by Chien Feng, ("vanguard") of a certain PLA Nanking unit, originally carried in the 21 December PEOPLE'S DAILY]

[Text] After returning to Japan from his trip to the United States, chieftain of the Japanese reactionary government Eisaku Sato made preposterous statements about the dirty deal which he and Nixon had carried out regarding the "return of Okinawa." He had the impudence to say that he had "accomplished" a "mission of significance" by having "Okinawa returned to the fatherland--a matter long awaited by the whole nation" of Japan. In reality, however, is it just as Sato has prated?

As everyone knows, since its occupation of Okinawa, U.S. imperialism has turned this island into a large stronghold of aggression with its spearhead directed at China and other Asian countries. U.S. imperialism has built over 100 military bases and installed many missiles and nuclear weapons on Okinawa. It is from these Okinawan bases that U.S. imperialism sends out large numbers of warships and B-52 bombers for its aggressive war in Vietnam. At present, U.S. imperialism continues the unchecked expansion of its aggressive bases on this island. It is evident that U.S. imperialism will never unconditionally return Okinawa to Japan.

According to the U.S.-Japan "joint communique," what the United States agrees to "return" to Japan is only the "administrative rights" over Okinawa, while the military bases on Okinawa and the control of military activities will still remain in the hands of the United States, which, on the excuse of military requirements, can interfere in the administration and expand its military rule at any time. In reality, the Sato-Nixon talks have not only failed to solve the problem of returning Okinawa intact to Japan, but on the contrary, have "legalized" the U.S. imperialist aggressive activities of indefinite and forced occupation of military bases and the exercise of military rule on Okinawa.

Deceiving the Japanese people, Sato has said that the "return of Okinawan administrative rights" by the United States will be carried out "in such a way that there will be no nuclear weapons on this island as is in the case of the Japanese mainland." In the U.S.-Japan "joint communique," however, the United States makes no clear-cut promise for the removal of its nuclear weapons installed on Okinawa. Further, the communique proclaims that the return of the administrative rights over Okinawa will not hinder the United States' aggressive activities in Asia.

Time and again, Sato has expressed that in the future, should the United States find it necessary to use its military bases, including those on Okinawa, for its aggressive war requirements, the Japanese Government will take a "forward looking" attitude and act for the convenience of U.S. imperialism. That is to say, U.S. imperialism can in fact have free use of its military bases on all Japanese soil to carry out its aggressive wars.

The U.S.-Japan "joint communique" states that the "return of the administrative rights over Okinawa" will be realized in 1972. Nonetheless, it is also stated that at that time if the U.S. aggressive war in Vietnam has not been concluded, the United States and Japan will "fully consult" with each other again. U.S. imperialism is used to playing tricks. With the inclusion of the above-mentioned condition, it will be able to fabricate various pretexts to ask for a high price and play tricks on the question of the "return of the administrative rights over Okinawa" in order that it may carry on its aggression against Vietnam or launch new aggressive wars.

It can be clearly seen from the above that the "return of Okinawa" as vociferously propagated by Sato is purely a deceptive trick. Under the signboard of the "return of Okinawa," U.S.-Japanese reactionaries are attempting to strengthen their military collusion and carry out counterrevolutionary activities against the Chinese people and other peoples in Asia.

U.S. imperialism uses the "return of Okinawa" deal to instigate the Japanese reactionaries so that the latter will undertake greater "tasks" in respect to aggression in Asia.

On the other hand, the ambitious Japanese reactionaries vainly hope to depend upon U.S. imperialism as their backing and play the role of the leading character of aggression in Asia in order to reestablish Japan's domination in this part of the world. Such being the case, the Sato reactionary government is stepping up military expansion and war preparations under the pretext of "defending Okinawa."

Sato has used high-sounding words to describe the "return of Okinawa." Apparently, the purpose is to hoodwink the Japanese people in order to moderate their struggle against the U.S.-Japan military alliance. He also attempts to use the "return of Okinawa" as political capital to gain more electoral votes in the Diet so that he may remain as prime minister and stabilize the reactionary rule of Japanese monopoly capital.

However, the U.S.-Japanese reactionaries' plot to deceive the Japanese people with the "return of the administrative rights over Okinawa" will never work. In its forced occupation of Okinawa, U.S. imperialism has carried out cruel colonial rule and trampled on the land and people, bringing serious disasters to the 1 million Okinawan people. For this reason, the Okinawa people as well as the people on the Japanese mainland have carried out a protracted struggle against the U.S.-Japanese reactionaries to take back Okinawa. What they want is the unconditional return of Okinawa from the U.S. imperialists' cruel control and the complete removal of U.S. imperialists' nuclear and all other military bases from the island. The deal of the "return of the administrative rights over Okinawa" which Sato has concluded with Nixon behind the back of the Japanese people is diametrically oppose to the will of the Japanese people. This is a shameless sellout of the sacred sovereignty of the Japanese people.

Our great leader Chairman Mao pointed out: "The Japanese are a great people. They will never let U.S. imperialism ride roughshod over them." By working hand in glove with U.S. imperialism and social-imperialism and stepping up military collusion with them in encroaching upon other Asian countries, the Japanese reactionaries will, no doubt, bring grave disasters to the Japanese people. These counterrevolutionary activities will further educate the Japanese people in a negative way and will ignite their struggle against U.S.-Japanese reactionaries on an even larger scale. Should the U.S.-Japanese reactionaries obstinately cling to their own course and dare to launch an aggressive war in Asia, they will undoubtedly be burned to ashes by the raging revolutionary flames of the peoples of Japan and other countries in Asia.

BRIEFS

RAILWAY DELEGATION'S RETURN--Peking, December 27--The Chinese Government railway delegation headed by Kuo Lu, vice-minister of railways, returned to Peking by air this afternoon after taking part in the China-Tanzania-Zambia negotiations on the construction of the Tanzania-Zambia Railway and paying friendly visits to Zambia and Tanzania. Welcoming the delegation at the airport were leading members of the Foreign Ministry, the Commission for Economic Relations with Foreign Countries and the Ministry of Railways, including Chi Peng-fei, Hsieh Huai-Te, Yang Chieh and Han Wei-min. Present at the airport were P. Ngoma, ambassador of Zambia to China, and S. Salim, charge d'affaires ad interim of the Tanzanian Embassy in China.
[Text] (Peking NCNA International English 1628 GMT 27 Dec 69 B)

FOREIGN MINISTRY STATEMENT ON LAOTIAN SITUATION

Peking NCHA International Service in English 1836 GMT 26 Mar 70 B

[Text] Peking, March 26 (HSINHUA)--The Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China issued a statement today expressing firm support for the just statement issued by the spokesman of the Central Committee of the Laotian Patriotic Front on March 21 strongly condemning the intensified expansion of the war of aggression against Laos by U.S. imperialism and the reactionaries of Thailand. The statement reads in full as follows:

On March 21, 1970, the spokesman of the Central Committee of the Laotian Patriotic Front issued a statement, strongly condemning the criminal acts of U.S. imperialism stepping up the expansion of its war of aggression against Laos and of the reactionary authorities of Thailand flagrantly sending more accomplice troops into Laos in the service of the United States. The Chinese Government and people firmly support this just statement of the Laotian Patriotic Front.

While intensifying its wanton bombing of Laotian territory, U.S. imperialism has ceaselessly introduced Thai accomplice troops into the battlefield of its war of aggression against Laos to step up attacks on the Laotian people's liberated areas in coordination with the Laotian rightist troops. This is a grave military adventure and war escalation.

U.S. imperialism has already suffered disastrous defeat in its war of aggression against Viet Nam. The Nixon government is now resorting to the intensification of its war of aggression against Laos as an important measure to coordinate with the "Vietnamization" of its war of aggression against Vietnam. This is an important component of its criminal scheme in nakedly intensifying its aggression and intervention in Indo-China.

The numerous crimes committed by U.S. imperialism in Laos and the rest of Indo-China fully prove that it will never change its aggressive nature and designs. U.S. imperialism is the root cause of all aggression, intervention and subversion in Indo-China and the implacable enemy of the Indo-Chinese peoples.

The Chinese Government and people are closely watching the development of the whole series of grave events in which U.S. imperialism is stepping up intervention and the expansion of its war of aggression in Laos, Cambodia and other parts of Southeast Asia. Laos is China's close neighbour. Sharing weal and woe, the Chinese and Laotian peoples have common interests, and the Chinese people absolutely will not sit idly by while U.S. imperialism acts wantonly in Laos. Serving as [a] willing accomplice of U.S. imperialism, the reactionary authorities of Thailand will definitely come to no good end either.

The Chinese Government and people will, as always, firmly support the Laotian people in their just struggle against the invasion of Laos by U.S. imperialism and the reactionaries of Thailand and firmly support them in carrying to the end the war against U.S. aggression and for national salvation.

U.S. PLOTS IN CAMBODIA REFLECTED BY COUP D'ETAT

Peking NCNA International Service in English 2128 GMT 26 Mar 70 B

[Text] Peking, March 26 (HSINHUA correspondent)--U.S. imperialism has plotted day and night for a long time to undermine Cambodia's national sovereignty, independence, neutrality and territorial integrity. The recent coup d'etat launched by the Cambodian right-wing clique at U.S. imperialism's machination against the Head of State Samdech Norodom Sihanouk is a glaring big exposure of its ferocious features.

Pursuing a policy of aggression and war in Asia, U.S. imperialism has always regarded the Kingdom of Cambodia, which followed a policy of peace and neutrality, as a stumbling block. In order to remove this "obstacle", it has resorted to many sinister tactics and carried out unscrupulously interference, aggression and subversion against Cambodia in a vain attempt to turn her into a U.S. base for aggression and a U.S. colony. In the past decade and more, all the masters of the White House, despite their regular changes, from Eisenhower, Kennedy, Johnson to Nixon, followed the same policy of aggression and subversion against Cambodia.

As early as at the end of 1958, special agent of the U.S. Central Intelligence Agency Ngo Trong Hieu colluded with Cambodian traitor Sam Sary and held a meeting in Bangkok, capital of Thailand, to plot a coup d'etat in Cambodia and the assassination of Samdech Norodom Sihanouk. However the coup d'etat aborted because their conspiracy was exposed. In January 1959, a "diplomat" of the U.S. Embassy in Cambodia Victor Matsui again plotted with Ngo Trong Hieu and colluded with Sam Sary and two other Cambodian traitors, Sen Ngoc Thanh and Chhuon Mochulpich, in an attempt to launch an armed rebellion in Siem Reap Province, working both from outside and from within. But their plot was discovered by the Royal Government of Cambodia and the rebellion was frustrated.

Refusing to give up its evil intent after the failure of this attempted rebellion, U.S. imperialism hired lackeys in August 1959 to engineer the explosion incident in the Cambodian Royal Palace. In August 1962, the Royal Government of Cambodia broke a U.S. espionage case. Among the six arrested, four were Americans including the "secretary" of the head of the U.S. "Military Advisory Group" in Cambodia. In May 1963, U.S. imperialism and its lackeys again shipped in high explosives from Saigon in an attempt to create another sinister incident of explosion in order to murder Samdech Norodom Sihanouk.

After the Cambodian traitors who conducted subversive and rebellious activities under U.S. imperialist instruction fled from the country, they were kept, paid and provided with weapons, ammunition and radios by the United States which organized the so-called "Free Khmer Committee". These traitors to the Cambodian nation on the one hand developed traitorous armed forces in Thailand and South Viet Nam and organized so-called "Free Khmer troops", seeking for a chance to launch an armed invasion; while on the other hand they recruited bandits in Cambodia to collect information and create disorder through assassination, kidnaping, robbery, etc. and used them as a force to subvert the Kingdom of Cambodia from within. At the same time, the United States and its lackeys set up the so-called "free Khmer" radio in South Viet Nam and Thailand to conduct subversive propaganda on a big scale.

Moreover, since 1956, U.S. imperialism has continuously instructed its henchmen in South Viet Nam and Thailand to violate the airspace and territory of Cambodia, [and] undermine the national independence, neutrality and territorial integrity of the Kingdom of Cambodia. In 1958, U.S. imperialism ordered more than 1,000 South Vietnamese puppet troops to intrude into Stung Treng Province of Cambodia. Since 1962, U.S. imperialism has, in league with the South Vietnamese puppet clique and the reactionary authorities of Thailand, stepped up armed provocations and aggression against Cambodia. According to incomplete figures, from 1962 to 1969, about 7,000 intrusions into Cambodian territory were made by the troops of the United States and its Saigon puppet clique and as a result 1,000 Cambodian inhabitants were killed or wounded.

The sanguinary crimes committed by U.S. imperialism and its lackeys in carrying out aggression and subversion against the Kingdom of Cambodia, and in massacring the Cambodian people have aroused tremendous indignation among the Cambodian people. To safeguard their national sovereignty, independence and territorial integrity, the Cambodian people who are not afraid of brute force fought back again and against the sinister activities of U.S. imperialism. The masses in the capital of Phnom Penh and other places in Cambodia have held many mammoth anti-U.S. demonstrations. At the end of 1963, the Royal Government of Cambodia announced the refusal of all U.S. "aid" and drove out the U.S. "Military Advisory Group". In May 1965, Cambodia declared the severance of diplomatic relations with the United States, formally closing the U.S. Embassy in Cambodia which had done everything evil.

But, U.S. imperialism is not reconciled to its defeat. Since Nixon came into power, he has unscrupulously resorted to counter-revolutionary dual tactics against Cambodia. Under the pretense of "U.S. recognition of the sovereignty, independence, neutrality and territorial integrity of the Kingdom of Cambodia within its present boundary", he restored diplomatic relations with Cambodia in July last year, four years after their severance. Since then U.S. imperialism has resorted to more insidious and cunning tactics to subvert and undermine Cambodia.

Two months after the resumption of U.S.-Cambodian diplomatic relations, Samdech Norodom Sihanouk, head of state of Cambodia, said: "The Americans have come to sabotage the unity of Cambodia because there are U.S. intelligence officers among them... The United States attempts to inveigle the Lon Nol government into becoming its representative, make it oppose me and cause me to step down or die". Recently, U.S. imperialism even took the opportunity when Samdech Sihanouk was abroad to instigate the rightist group of Cambodia to stage the coup d'etat against Samdech Norodom Sihanouk, head of state of Cambodia. All these facts show clearly that U.S. imperialism is the most ferocious enemy of the Cambodian people and the arch-criminal in sabotaging Cambodia's national sovereignty, independence, neutrality and territorial integrity.

The great leader Chairman Mao has said, "The oppressed peoples and nations must not pin their hopes for liberation on the 'sensibleness' of imperialism and its lackeys. They will only triumph by strengthening their unity and persevering in their struggle." The Cambodian people who have gone through a long struggle against U.S. imperialism and its lackeys will certainly surmount all difficulties in their struggle, frustrate the aggressive schemes of U.S. imperialism and win final victory in safeguarding the national sovereignty, independence, neutrality and territorial integrity of the country.

JAPAN'S BUDGET BARES EXPANSIONIST, MILITARY AIMS

Peking NCNA International Service in English 0249 GMT 27 Mar 70 B

[Text] Peking, March 26 (HSINHUA correspondent)--Japan's budget for fiscal 1970 passed recently by the Diet under the pressure of the reactionary Sato government indicates that the Japanese reactionaries, acting with all efforts as the fugleman for U.S. imperialism in its aggression in Asia, are attempting to carry out expansion and aggression abroad on a large scale. This fact warrants high vigilance.

The reactionary Sato government has provided in the budget a financial guarantee for the implementation of the Japan-U.S. "joint communique" issued last November. Therefore, the outstanding feature of the budget is to accelerate the revival of militarism in Japan. The direct military expenditure in the budget reaches 560,500 million Japanese yen, an increase of 17.7 percent over the previous fiscal year and a record high in the post-war years. This has in fact laid the foundation and determined the orientation for carrying out the coming fourth arms expansion plan which is unprecedented in scale.

The reactionary Sato government is to use this large sum of money to buy offensive weapons such as planes and warships to arm its "Self-Defence Forces." Particularly noteworthy is the expansion of the air and naval forces and the building of warships on a scale 30 percent larger than last year. The military expenditure for fiscal 1970 is in fact much larger, taking into account such expenses under the cloak of "civilian use" as the building of air navigation installations, airports, seaports, highways, air-defence facilities and pilot schools.

Eager to possess nuclear weapons, the Japanese reactionaries will speed up the development of guided missiles and nuclear weapons in the new fiscal year. The expenditure of the "Defence Agency" for research on and manufacturing of weapons under the new budget is set at 10,600 million yen, an increase of 21 percent over the 1969 budget. The expenditure of the Agency of Science and Technology in charge of the development of guided missile nuclear weapons increases by 35.6 percent, totalling 60,100 million yen, 80 percent of which, as disclosed by the Japanese press, is to be used in the development of atomic energy and rockets. Besides, other departments also increase their budget expenditures for the research on rockets, planes and electronic weapons and on so-called "ocean development."

As U.S. imperialism is in the grip of increasingly serious financial and economic difficulties, the reactionary Sato government has appropriated large sums in fiscal 1970 for the maintenance of U.S. imperialism's aggressive bases in Japan proper and Okinawa under the cloak of "recovery of Okinawa." The expenses for the Prime Minister's office, for instance, exceed 33,000 million yen in the new budget, an increase of more than 10,200 million yen as compared with the previous budget. They include administrative expenses for building an airport, highways and other facilities aimed at strengthening the aggressive base of Okinawa. In the budgets of the Ministry of Autonomy and other departments, large sums are also to be used directly or indirectly for the maintenance of the U.S. aggressive bases.

One of the key-points stressed by the Japanese militarist forces in their present arms drive is to gather cannon-fodder and raise the morale of the "Self-Defence Force." Besides increasing the number of personnel in the naval and air forces and the "Reserve Self-Defence Force" which will be called to active service in case of war, the reactionary Sato government has laid stress on strengthening fascist militarist propaganda and tried to lure more youth into serving as cannon-fodder for the U.S. - Japanese reactionaries by improving the food, housing and clothing of the "Self-Defence Force" and establishing a new rank in the armed forces.

All these measures for arms expansion and war preparations have been taken by the reactionary Sato government to meet the needs of Japanese militarism in sending troops abroad for wars of aggression. The director of [the] Legislative Bureau bluntly admitted on March 3 during interpellation at the budget committee of the House of Councillors that Japan will dispatch [the] "Self-Defence Force" to South Korea under the name of "protecting" the lives and property of Japanese nationals and Japan's interests in South Korea.

The sharp rise of expenses in the new budget for external economic expansion reflects the ambitious designs and eagerness of Japanese monopoly capital to grab overseas resources and markets. The expenses for "economic cooperation" and "overseas technical cooperation" of the Ministry of Foreign Affairs record an increase of 18.6 and 17.4 percent respectively over the 1969 budget.

Noteworthy in the new budget is the increase of "gratis aid" most of which will be provided for the running dogs of U.S. imperialism in South Viet Nam. In fiscal 1970, Japan will supply the Nguyen Van Thieu-Nguyen Cao Ky clique with 600 million yen worth of "gratis aid" which is more than double the figure of 260 million yen in the previous fiscal year. This is iron-clad proof that the Japanese reactionaries are serving as an accomplice of U.S. imperialism in the "Vietnamization" of the war of aggression in Viet Nam.

In his "administrative policy speech" on February 14, Eisaku Sato blatantly set Asia as Japan's target of aggression in the 1970's, laying stress on the so-called "development of Asia." Thus Japanese monopoly will export a huge amount of capital and dump its goods in Southeast Asia this year.

The anti-people and counterrevolutionary nature of the new budget is also manifested in other expenses. Apart from spendings on arms expansion and war preparations, the number of personnel of such state apparatus as the Ministry of Justice, the court and the police will be increased so as to deal with the mounting patriotic anti-U.S. struggle of the Japanese people.

At the same time, large sums will be allocated in the national budget and the plan of treasury loans and investments to boost the Japanese economy. But no budgetary measures have been taken to meet the growing demand for price reduction. On the contrary, in order to gather financial resources, the Sato government will continue to fleece the Japanese people ruthlessly. The income from taxes in fiscal 1970 will increase by 1,229,700 million yen, or more than 20 percent higher than that in fiscal 1969.

I. 22 Jan 71

COMMUNIST CHINA
INTERNATIONAL AFFAIRS

A 1

U.S. INVOLVEMENT IN CAMBODIA WIDENS WAR IN INDOCHINA

Peking NCNA International Service in English 0041 GMT 22 Jan 71 B

[Text] Peking, January 22 (HSINHUA)--The "PEOPLE'S DAILY" today carries a Commentator's article under the title "Resolutely Check U.S. Imperialism's Crime of Expanding Aggression in Indo-China". The article reads in full as follows:

In the past few days, U.S. imperialism flagrantly dispatched aircraft, warships and ground "advisors" to give direct support to the reactionary Lon Nol troops and the South Vietnamese puppet troops in their rabid counter-attacks against the Cambodian People's Liberation Armed Forces in the area southwest of Phnom Penh. This was another grave step taken by U.S. imperialism for directly invading Cambodia and deliberately expanding the Indo-Chinese war.

Samdech Norodom Sihanouk, head of state of Cambodia, and the Central Committee of the National United Front of Cambodia and the Royal Government of National Union of Cambodia issued statements on January 19 and 20, strongly protesting against the new aggressive crimes committed by U.S. imperialism and appealing to the governments and people of various countries in the world to take effective measures in solidarity with the Cambodian people's struggle against the U.S. imperialist aggression.

The Foreign Ministry of the Democratic Republic of Viet Nam issued a statement on January 19 vehemently denouncing U.S. imperialism for its crime of intensifying the war of aggression in Indo-China. We firmly support the just stand taken by Samdech Norodom Sihanouk, the Central Committee of the National United Front of Cambodia, the Royal Government of National Union of Cambodia and the Democratic Republic of Viet Nam and strongly condemn U.S. imperialism for its new crimes of carrying out direct armed aggression against Cambodia and expanding its war of aggression in Indo-China.

U.S. imperialism's dispatch of aircraft and military personnel to invade Cambodia was a long premeditated move. During the recent period, U.S. imperialism has kept multiplying its war activities in its aggression against Indo-China. It has repeatedly called out pirate aircraft to step up bombing in the Democratic Republic of Viet Nam and the liberated areas of Laos. It has sent more Thai puppet troops to launch "nibbling" attacks on the Laotian liberated areas in collaboration with the troops of the rightist forces in Laos. It has moved a large number of South Vietnamese puppet troops into Cambodia to attack the Cambodian People's Liberation Armed Forces. Laird, U.S. imperialist chieftain in charge of war, barged into Saigon not long ago for the very purpose of giving a shove to the criminal plan of expanding the aggression against Indo-China.

To whitewash its acts of aggression, U.S. imperialism had the impudence to say that the United States was merely conducting "air activities" in Cambodia to safeguard "the security of U.S. forces in South Vietnam", and that its bombings against the Democratic Republic of Viet Nam and the liberated zone in Laos were meant for further implementing the "Vietnamization program". Such sophistry is most absurd. The fact that the United States dispatched its aircraft, warships and military personnel to launch ground attacks on the Cambodian People's Liberation Armed Forces in conjunction with its puppet troops was a flagrant case of direct armed aggression and war "escalation".

The assertion about safeguarding "the security of U.S. forces in South Vietnam" was all the more gangster's logic. If such an excuse can be accepted, is it not likely that U.S. imperialism may embark on more frenzied military adventures under similar excuses?

As for U.S. imperialism's contention that all its acts of military aggression against North and South Viet Nam, Laos and Cambodia were meant for pushing the U.S. "Vietnamization program," it just goes to show that the "Vietnamization program" so loudly trumpeted all the time by the Nixon administration is nothing but a signboard under which it tries to persist in and expand the war of aggression against Viet Nam and Indo-China. Now people can see clearly that Nixon simply does not hope [for] the war in Indo-China to be "over"; instead, he is racking his brains to drag on and expand this war of aggression.

However, no matter what excuses it may create, no matter what new military adventures it may embark on, and no matter to what an extent it may expand the war of aggression against Cambodia and Indo-China, the Nixon administration definitely cannot save U.S. imperialism and its lackeys from failure. Though directly dispatching troops to invade Cambodia, the Nixon administration failed last year to stamp out the first spark of the Cambodian people's war of resistance against U.S. aggression and for national salvation. Today when this single spark has started a prairie fire, it is certain that U.S. imperialism will not be able to achieve its objective of turning the tables in Cambodia.

The great leader Chairman Mao has pointed out: "All reactionary forces on the verge of extinction invariably conduct desperate struggles." Now the U.S. imperialists have not only dispatched a great number of South Vietnamese puppet troops to back up the reactionary Lon Nol clique but [they have] also taken the field personally again to prop up the two unworthy running dogs. This is but an illustration that U.S. imperialism and its lackeys are finding their going tougher and tougher in Indo-China. In face of the three united and militant peoples in Indo-China, U.S. imperialism will only meet with ignominious defeats for all its desperate adventures.

SOUTH VIETNAM LIBERATION FORCES ACHIEVE NEW SUCCESS

Peking NCNA International Service in English 1645 GMT 21 Jan 71 B

[Text] Hanoi, January 21 (HSINHUA)--A commando unit of the South Viet Nam People's Liberation Armed Forces in Binh Dinh Province on January 7 attacked the U.S. strategic logistic base at Dec Son, west of Qui Nhon, and destroyed an enemy munition depot area, according to the South Viet Nam GIAI PHONG PRESS AGENCY.

Early in the morning of that day, fighters of the unit broke through a more than 100-metre-wide enemy defence composed of 13 lines of barbed wire entanglements and fiercely attacked and destroyed the enemy depot area. Explosions and a big fire continued for 17 hours. The flames could be seen 10 kilometres away and the explosions shook Qui Nhon city.

Preliminary statistics showed that the People's Liberation Armed Forces destroyed 13 depots, 10 barracks, over 20,000 tons of shells of various calibres and 30 military cars, and wiped out over 100 American, puppet and satellite troops guarding the area.

RGNUC FOREIGN MINISTER GIVES BANQUET FOR ENVOYS TO PRC

Peking NCNA International Service in English 1700 GMT 21 Jan 71 B

[Text] Peking, January 21 (HSINHUA)--Sarin Chhak, foreign minister of the Royal Government of National Union of Cambodia, this evening gave a banquet in honour of heads of diplomatic missions of various countries in China. Chinese Vice-Foreign Minister Han Nien-lung and others also attended.

Also present were other ministers of the Royal Government of National Union of Cambodia who are now in Peking.

RALLY IN JAPAN SUPPORTS OKINAWAN ANTI-U.S. STRUGGLE

Peking NCNA International Service in English 0736 GMT 22 Jan 71 B

[Text] Peking, January 22 (HSINHUA)--150 Japanese workers, peasants, fishermen and people of other circles held a meeting at Shimonoseki city on January 19 to resolutely support the just patriotic struggle against U.S. imperialism waged by the people of Okinawa prefecture and indignantly denounced the U.S. and Japanese reactionaries' frenzied suppression of the Okinawan people, according to a Tokyo report. The participants pledged themselves to coordinate with the patriotic anti-U.S. struggle in Okinawa and further promote the struggle against U.S. imperialism and Japanese militarism.

Speaking at the meeting, representatives of various circles pointed out that the heroic struggle waged by the Okinawan people against U.S. aggressors is an outbreak of the anti-U.S. indignation cherished by the Okinawan people, who suffered a great deal of oppression and ill treatment under the U.S. military rule in the 25 years since the Second World War, and it is a just struggle for national independence.

Tsuguo Takaichi, standing member of the Western Yamaguchi Prefectural Committee of the Japanese Communist Party (Left), in his speech denounced the U.S. and Japanese reactionaries for reviving Japanese militarism and intensifying armaments expansion and war preparations. He pointed out that the Japanese reactionaries subordinate to U.S. imperialism are now in an impasse politically and economically, while the strength of the Japanese people is growing daily. The just patriotic anti-U.S. struggle of the Japanese people is progressing speedily; the mass movement for Japan-China friendship and restoration of Japan-China diplomatic relations and the mass struggle against the revival of Japanese militarism are surging more vigorously than ever.

Takaichi expressed the determination to integrate Marxism-Leninism-Mao Tse-tung Thought with the concrete practice of the Japanese revolution, [to] mobilise the people of various strata to form a broad anti-U.S. united front and to seize final victory of the Japanese revolution.

The meeting adopted a resolution in support of the Okinawan people's just patriotic anti-U.S. struggle. The resolution said that the patriotic struggle against U.S. imperialism waged successively by the people of Koza city, Kunigami village and Misato village is a heavy blow to the U.S. and Japanese reactionaries. The resolution denounced the U.S. and Japanese reactionaries for attempting to unleash a new war of aggression in Asia and playing the swindle of the "reversion of Okinawa". It also condemned the Miyamoto revisionist clique's capitulationist line.

TV. 22 Jan 71

J A P A N

SATO, AICHI ADDRESS OPENING SESSION OF DIET

Sato Speech

Tokyo JOAK-TV in Japanese 0404 GMT, 22 Jan 71 T

[Administrative policy speech by Prime Minister Eisaku Sato at the 65th Diet session on 22 January--live]

[Excerpts] I have been responsible for the government since the fall of 1964, and I have done my very utmost for the development of the national prospects and the elevation of the people's livelihood. At the start of the new year, I feel the burden of my responsibilities very strongly. At this occasion of the opening of the 65th session of the national Diet, I should like to take a look at the situation at home and abroad and to set forth my views concerning the basic policies of my cabinet.

In the 1960's, our country, thanks to the favorable international surroundings and the hard work and efforts of our people, was able to accomplish historic progress, such as a remarkable economic development and the realization of full employment. Again, with the backing of a growing national strength, the promotion of a positive diplomacy for peace has brought us a greatly enhanced international status. However, at the same time, because a high-density society unprecedented in the world has evolved, many problems of a modern society such as prices and environmental pollution have also come into being. I believe that the 1970's is the time when these difficult problems can be solved, that we can make even more secure the foundation of peace, prosperity, and welfare, and that we can bring about a balanced growth of the economy and society.

The prosperity and development of the postwar economy of Japan were achieved in a favorable environment where the liberalization and expansion of world trade continued. During this time, international contacts and interchange in commodities, capital, technology, and in all other fields have increased. Our government has, in the past year or two, endeavored to reduce the number of commodities under residual import restrictions and we intend to reduce this number to below 40 by the end of September this year, thereby bringing them to a level comparable with that of the European countries. Our country intends to cooperate positively in such international efforts as are made through GATT and OECD for the expansion of the world economy.

This fundamental understanding also applies unchanged to the field of international politics. I believe that the only way for Japan to live in the international community is to dedicate itself to internationalism. The reason we should deny a narrow egocentric policy and strive to take the path of mutual cooperation in international society is the lesson we have learned in our past history. I believe that we should today, a quarter of a century after the end of the war and with the remarkable repletion in our national strength, again fully recognize this point. The fundamental principles of our foreign policy to protect freedom, to dedicate ourselves to peace, and to promote international cooperation are in themselves the essence of internationalism.

In order to maintain our security and the prosperity of our economy, and to quietly live in peace under these fundamental principles, our relations with the United States are of the utmost importance. It goes without saying that the effects of developments in Japan-U.S. relations on our people's livelihood are greater than those of our relations with any other country. In spite of the fluid situation at home and abroad, it is quite unforeseeable that this fact should change in the future.

We have had as one of our major goals the achievement of the highest world standards in the economic sphere, and in the sphere of modern technology. The United States is also exerting its utmost efforts to achieve even higher development. This friendly relationship of competition between our two countries is today contributing greatly toward stabilizing the people's livelihood through world peace and the expansion of the world's economy.

I firmly believe that the Japan-U.S. textile negotiations, which have recently become an important issue between the two countries, will eventually reach an appropriate settlement based on a spirit of reciprocity and mutual concession, and with a view toward promoting a free economy and the expansion of world trade.

Our relationship with China has been historically and geographically extremely close. Because this problem not only concerns the long-range peace of the Far East and the easing of tensions but is also deeply related to our country's national interest, we must approach it with special circumspection.

The most difficult aspect of the China problem lies in the fact that the Government of the Republic of China in Taipei and the Government of the People's Republic of China in Peking are both claiming sovereignty over the whole of China.

In 1952, we concluded the Sino-Japanese Peace Treaty with the Government of the Republic of China, and we have had warm, amicable, and friendly relations with it ever since.

On the other hand, it is our sincere wish to positively promote our interchange with mainland China, and to improve our interchange with mainland China, and to improve our relations with it. The fundamental basis for stabilizing Sino-Japanese relations is without doubt the mutual understanding of the two peoples. To this end, for the purpose of dissolving the unnatural situation between our country and mainland China, our government, from the long-term point of view, is prepared to make various contacts on the governmental level, and strongly hopes for increased interchange in such matters as the expansion of private trade and the smooth exchange of press reporters. At the same time, it is our hope that efforts to meet us halfway will also be made by the Government of the People's Republic of China.

Our government has been taking every opportunity to appeal for the settlement of the problem of the return of the northern territories, and we will continue to present the just claim of our people and are determined to realize their return as soon as possible. The relation between Japan and the Soviet Union has become even closer in recent years, and acting in concert in the field of international politics as well as in trade and economic matters, we have cooperated toward the easing of international tensions and the securing of peace. I believe that we must settle the northern territories issue through negotiation, and must conclude a Japan-Soviet peace treaty, in order to further deepen the friendly relations between our two countries. I intend to continue negotiating patiently, with the strong support of all our people.

I also intend to positively promote cooperation with the developing countries from the standpoint of internationalism, so as to contribute toward the self-reliance and the true development of the recipient country, while taking into consideration its situation and desires.

Now, this is the year when the long-awaited agreement for the reversion of Okinawa is to be signed. Preparations between Japan and the United States are progressing smoothly.

The participation of the people of Okinawa in the national Diet has already been accomplished, and the government is determined to make a special effort for the smooth return of the administrative rights at the earliest possible time next year so that we may warmly welcome our fellow countrymen from Okinawa.

Finally, I would like to make a special appeal to each one of you. In a society such as ours, which is oriented toward mass information, we are apt to become irritated even in our everyday life because of the rapid tempo of change. There are those who look upon the peaceful democratic society as lukewarm and who are eager to change the present situation impetuously, and there are even those who try to take extreme measures. However, I believe that a high degree of perseverance, patience, and effort is necessary to continue the maintenance of peace. When we consider our national strength and our international environment, I believe that, as a nation in the prime of life, now is the time that we should continue our steady efforts in all fields of domestic and foreign policy.

Furthermore, based on the determined spirit of our people to protect our country, we are steadfastly upholding our position of a nation dedicated to peace, adjusting its defense capability to a level suitable to the national strength and situation, and which adheres to the principle that all international relations should be determined by peaceful negotiations. This may even be called a grand experiment in the history of mankind. It is my conviction that the maintenance of peace depends solely on the will of the people. I sincerely hope that each one of you will firmly bear in mind the importance of this and that each of you will exert renewed strength for this lofty purpose.

Aichi Speech

Tokyo JOAK-TV in Japanese 0347 GMT 22 Jan 71 T

[Foreign policy speech by Foreign Minister Kiichi Aichi at the 65th Diet session on 22 January--live]

[Excerpts] I wish to state my views on our basic policies in foreign affairs and the important measures of current concern.

First, looking at the recent trend of international affairs, signs can be seen that, although slowly, the world is moving toward peace and stability. In the state of affairs of so-called multipolarization in international politics, the countries which have important weight in international affairs are taking the attitude of trying to solve outstanding issues between them through negotiation, while on the one hand continuing their competition and on the other hand avoiding direct confrontation. For instance, the United States and the Soviet Union are continuing their Strategic Arms Limitation Talks, in Europe a series of East-West talks including the West-Germany-Soviet Union treaty negotiations have been progressing, and, between the Soviet Union and Communist China, the Peking talks with the border issue as one of the central topics are still under way. The conflict of strength between the major powers, by means other than war, is still severe, and the possibility of local disputes cannot yet be ruled out. However, in the Middle East a cease-fire has come to pass and in Vietnam efforts toward peace are continuing.

To take a look at the world economy, international economic interchange is becoming increasingly greater, but on the other hand, through the emergence of protectionism and regionalism, the trade structure based on free and nondiscriminatory principles which formed the foundation of the world's postwar economic development is now facing many problems. Again, the economic gap between north and south even shows signs of growing wider instead of lessening.

The present has been called the age of most rapid change since the dawn of human history, and the impact of rapid economic development, the progress of science and technology and the unfolding of the mass information-oriented society on the individual and on society as a whole is extraordinarily deep. A trend is in the making in many countries to try to solve these domestic problems peculiar to modern society by means of international cooperation.

The world is therefore now at a parting of the ways, and it can perhaps be said to be groping for a new stability and order. What, then, should be the guiding principle for our foreign policy in this unceasingly fluid international situation.

I firmly believe that there is no other way than to continue to strive for the promotion of a diplomacy for peace. In order to secure our country's safety and prosperity, the indispensable condition is the peace and prosperity of the whole world. To strive for the promotion of harmonious and friendly relations with all countries, irrespective of differences in ideologies or national circumstances; to promote mutual prosperity and to maintain peace through international cooperation; to contribute to the easing of international tensions--this, indeed, is the fundamental principle of our foreign policy dedicated to peace, and what I have in the past called a "struggle for peace."

However, in the formulation of foreign policy, it is especially necessary to act with the recognition that, in recent years, our country's national strength has grown tremendously, and that, therefore, our country's international responsibility is becoming increasingly heavier. Our country is now, in the international community, moving from the position of a recipient to that of a donor, and our country's decisions and actions will inevitably exert not a little influence on the general world situation. Therefore, it has become even more important that our country should strive for the extension of its long-term and broad national interests, not through pursuit of its own interests alone, but through the promotion of harmonious cooperation with all countries and the furthering of mutual interests.

On the other hand, any sudden changes in the existing order or balance in the international community should be avoided, and I believe that our country should adopt a sober foreign policy of gradual but steady achievement.

I should now like to say a few words about a few important current issues in our foreign relations. It is perhaps unnecessary to mention that our relations with the United States are more important to us than those with any other country from the viewpoint of maintaining our country's security and the prosperity of our economy.

It is my belief that the fact that the United States and Japan have relations of mutual understanding and trust in every field--political, economic, and cultural--not only contributes to the national interest of both countries but is also a major contribution to the peace and stability of the world as a whole and the progress and prosperity of mankind.

Concerning Okinawa, which in the joint communique by the leaders of the United States and Japan in the fall of 1969 it was decided would be returned to us during 1972, the various preparations for the return to the mainland and negotiations for the reversion agreement are progressing smoothly. The government intends to expedite these preparations even further; to try to sign the reversion agreement by the summer of this year at the latest; to have it thoroughly debated in the Diet in the latter half of this year, and thus to respond to the expectations of the entire nation, especially our 1 million fellow countrymen in Okinawa.

Concerning the U.S.-Japan textile problem, the government is conducting the negotiations with a view toward reaching an amicable solution in a spirit of mutual concession, while calmly assessing the national interest and observing the principles of the Diet resolutions concerning this matter. Since the United States and Japan are both ranking economic units in the world, it seems almost inevitable that some friction should arise the more economic interchange between the two countries grows; however, this should not be permitted to cast a shadow over the basic relationship of cooperation and mutual trust between the two countries. I am convinced that if both countries realize their respective responsibilities in maintaining and expanding the world economy, and cooperate with each other in a selfless manner, this type of problem can most certainly be solved.

The government believes that through the joint committee on trade and economic affairs, consultations at ministerial level on defense, environmental problems, and so forth, the exchange of opinions between the two governments should become even more close, and that it is important to further deepen mutual understanding and cooperation between various circles and strata of the two countries by promoting the interchange of personnel in the various fields of politics, economy, and culture.

The problem of China is the major problem of the 1970's, both for our country and for the world at large. At the same time, it should be noted that this China problem is an unusually difficult and complicated one.

The government is fully aware that both the Republic of China and the People's Republic of China take the position of "one China." We believe that this is the type of problem which should be solved by peaceful talks, avoiding at all costs the use of force between the parties concerned. The Government of Japan will, for its part, respect whatever result that may emerge from such talks.

The government has maintained friendly relations with the Republic of China, but also believes it desirable to improve its relations with mainland China under the principles of mutual respect for each other's position and noninterference in domestic affairs, and, to this end, wishes to have a dialog with the Government of the People's Republic of China. I believe that it will become possible to understand each other's position even better if intergovernmental contacts were to materialize besides the private civilian interchanges between Japan and China.

At the debate on the question of Chinese representation at the 25th UN General Assembly last fall, the Albanian draft resolution recognizing the representatives of the People's Republic of China as the sole legal representatives of China and calling for the expulsion of the Republic of China from the United Nations for the first time obtained more supporting votes than votes against. The government intends to devote careful study to the future handling of this problem after detailed analysis of the international situation which led to such a result and while carefully scrutinizing the trend of the international situation in this matter.

Concerning the situation on the Korean peninsula, it is extremely encouraging that the Republic of Korea continues to progress in its economic development. Our country will also continue its cooperation toward the development of the Republic of Korea and the elevation of its people's welfare, and it is our heartfelt wish that tensions on the Korean Peninsula will progress toward further easement.

In Indochina, we strongly hope that peace will materialize as early as possible, if there is any role that our country can play to this end; we intend to exert our positive efforts to the best of our ability. We also intend to promote our aid for the stabilization of the people's livelihood and for the economic development of this area as far as circumstances may permit.

In recent years, we are happy to see that a trend toward regional cooperation is gaining strength among the countries of the Asian-Pacific region, and that efforts are being made to solve problems common to the region through the international cooperation of these countries. The government rates such efforts very highly, and will continue to cooperate positively with such efforts.

From the standpoint that the maintenance and development of amicable friendly relations with our neighbor the Soviet Union is not only beneficial to both countries but also contributes to the peace and stability of the Far East, it is our intention to intensify our relations with the Soviet Union in various fields, such as trade, economy, and culture.

However, it is a matter for regret that the northern territorial issue remains unsolved between our country and the Soviet Union, and is a major obstacle in the way of developing our bilateral relations on a truly stable foundation. The government intends to work for the improvement of mutual understanding between the two countries even further, and with the strong desire and support of the entire nation, to patiently continue negotiations with the Soviet Government, hoping to bring about the conclusion of a peace treaty through the materialization of the return of the Habomai Islands and the islands of Shikotan, Kunashiri, and Etorofu.

The United Nations last year celebrated the 25th anniversary of its establishment. Our country, having been recently elected to a seat on the Security Council for the third time, wishes to take this opportunity to contribute toward the peaceful settlement of conflicts and the maintenance of world peace by making even more of an effort than before.

We also believe that, now the United Nations has been in existence for a quarter of a century, it is necessary to revise the United Nations to conform with the actualities of the world, and to expand its functions and strengthen its activities accordingly. At last year's UN General Assembly, I stressed the need to review the mode of functioning of the United Nations, and I also made concrete suggestions in such matters as the strengthening of peace-keeping operations, the raising of efficiency of activities in the economic and social field, and the deletion of the so-called "enemy state" clauses from the Charter. It is my hope that such a trend will grow even stronger, with the support of other countries of the world.

Our country has been participating, since the year before last, in the councils of the disarmament committee in Geneva.

It is our hope that we will be able to make a contribution to international peace and security through the deliberations of this committee and disarmament discussions elsewhere in the United Nations. Our country also signed the nuclear nonproliferation treaty in February last year, and it is our intention to take every opportunity to urge the nuclear powers to faithfully discharge their responsibilities of nuclear disarmament.

It goes without saying that we should continue our efforts to realize disarmament and arms control, but it is also our belief that it would be an important way to contribute to world peace if we were to pay serious attention to the economy.

consequences of armament races by the countries of the world and if we were to try to prevent the loss of human and material resources in such fashion by diverting them to the raising of the world's living standards instead. Our country, which has managed to achieve its present high stage of economic growth through its total dedication to peace, would like to make a special appeal on this point to the countries of the world.

The north-south problem is a problem of the times which should be solved in close partnership between the developed and the developing countries. In the final analysis the only way to bring about true peace and stability in the world is for the whole world to move toward prosperity as one body. Without cooperation in the economic field there can be no harmonious development of the world economy, and no power, however big, can expect long-term prosperity in a state of isolation from the international community.

In particular, it is the clear responsibility of our country, which has in recent years successively increased its economic strength, to make a contribution commensurate with its national strength, in concert with the other developed countries. From the long-term point of view, this will also be conducive to our own prosperity.

We have endeavored to increase our economic cooperation year after year, and in 1969 the actual figure reached 1.26 billion dollars, placing our country fourth in the world ranking of economic aid donor countries.

Our country has already made clear its attitude toward the achievement of the target of 1 Percent of GNP and the abolishment of tied aid in its economic cooperation. Furthermore, it is our intention to assist the nation-building aspirations of the developing countries through striving for such qualitative and quantitative improvements in economic cooperation as the easing of loan conditions, the enlargement of grants-in-aid, and the expansion of technical cooperation. It is also our intention to participate in a positive manner in the multilateral aid to be extended through the cooperation of the developed countries. As far as recipient areas are concerned, not only the neighboring areas of Asia, but also Southwest Asia, Central and South America, the Middle East, and Africa will also be considered for increased aid.

Concerning cooperative measures in the trade field, it is necessary to rectify so-called one-way trade and to promote development imports. In this connection it is most meaningful that preparations are under way to grant general preferential tariffs with July of this year as a target date.

The government also aims at reducing the remaining nontariff barriers on imports to the level of the Western European countries by September of this year. It is also intended to further expedite the liberalization of capital investment, thus contributing in increased measure to the maintenance and development of a world trade structure based on the principle of freedom and nondiscrimination.

In recent years, as our country's international interchange has grown, the necessity for measures to ensure that overseas public opinion obtain a true and accurate understanding of our country with its aspiration toward peace has grown even stronger. Cultural interchanges between nations contribute greatly toward promoting mutual understanding and friendly relations. The government therefore intends to strengthen the exchange of intellectual and personnel interchange for the purpose of introducing our culture abroad, especially cooperation in the field of education with the build-up of facilities to receive trainees from overseas, and to promote the further study of foreign countries in our own country.

I have tried to explain the various foreign policy issues which our country faces at present, and the various measures which the government intends to take. The international situation is now at a period of change, and the international responsibilities of our country, with its growing national strength, are gradually increasing in importance. At this juncture, it is my hope to carry out a positive diplomacy in the "struggle for peace," based on a clear recognition of Japan's position in the world, and with an attitude both calm and flexible. I therefore ask every member of the nation for understanding and support.

Opposition's Criticism.

Tokyo KYODO in English 0928 GMT 22 Jan 71 T

[Text] Tokyo Jan 22 KYODO--The Japan Socialist Party and other opposition parties Friday afternoon issued statements bitterly criticizing the policy speeches delivered earlier in the day by Prime Minister Eisaku Sato and other key ministers in the resumed Diet session.

The Japan Socialist Party termed Sato's speech as "oratory of the street" with an eye to winning the favor of general voters in the forthcoming local elections in April and the House of Councillors election in June. Sato, it said, failed to answer the question of how Japan should deal with China in the seventies.

The Democratic Socialist Party said that Sato's speech was merely rhetoric with no concrete and constructive measures outlined.

It said Sato only painted a rosy picture by mentioning plans to construct more super-express lines like the world-famous new Tokaido trunk line and a new network of subways. This was to win the hearts of the Japanese people for the coming local and upper house elections, it said.

It noted with regret that Sato failed to make any constructive propositions to meet the impasse in the current Japan-U.S. textile negotiations and to break the diplomatic ice between Japan and China.

The Komeito linked Sato's speech to a Japanese rice cake drawn on paper. It will never be able to satisfy the political hunger of the people, it said.

It said the prime minister had shown no reflection about the abuses stemming from the enforcement of what it called "the material prosperity first" policy of the Liberal-Democratic administration. The budget for fiscal 1971, it said, is designed to protect Japan's big-time enterprises on the basis of the priority given to the nation's economic development.

The Komeito also expressed opposition to the planned increase in Japan's defense power as an expression of people's patriotism.

The Japan Communist Party charged that the speeches showed lack of sincerity on the part of the government in dealing with such important problems as environmental protection, commodity prices and Okinawa's reversion to Japan.

It said the speeches showed the government's posture of neglecting the people's welfare and favoring big enterprises.

III. 14 Oct 71

B 3

USSR INTERNATIONAL AFFAIRS
MIDDLE EAST & AFRICA

It was a period of achievement of mutual agreement on further cooperation based on friendship and mutual understanding, cooperation which is a remarkable thing in the struggle against colonialism, discrimination and imperialism.

Our talks with you demonstrated again your involvement in the struggle for freedom and peace. We highly appreciated your attitude to us.

We also thank you for your constant support of the Arab peoples in their liberation struggle and in the struggle against imperialism. We thank you for your attitude to the people of the Middle East living in the occupied Arab territories and fighting for the legitimate rights of the people of Palestine.

We greet you, dear brothers, on behalf of the people of the Arab Republic of Egypt and send wishes of progress and wellbeing to all the peoples of the Soviet Union.

[M--Cairo Domestic Service in Arabic at 2100 GMT on 13 October carries the following version of this message:

[On my way home, I am happy to send you, the CPSU leaders, and members of the Central Committee in my name and in the name of the delegation accompanying me many thanks and profound gratitude for the warm official and popular welcome accorded us during our visit to the land of the great Soviet people. It was an eventful period in view of the work accomplished of the new strength added to the ties of Soviet friendship, which has consolidated the potentials of struggle against imperialism, its domination, and its plans to dominate and exploit.

[Our talks and meetings with you represent a new and strong contribution to the strengthening of the liberation movement and to the establishment of peace based on justice.

[We highly appreciate your stand on our side in one of the most critical situations faced by our nation. We also appreciate your determined support and continued backing to the Arab nation in its struggle against Israeli aggression, which is backed by imperialist power, as well as your sympathy with the Arab nation's stand that there can be no peace in the Middle East except on the basis of justice, complete withdrawal of the forces of aggression from the occupied Arab territories, and restoration of the legitimate rights of the Palestinian people.

[Sincerest regards to you, dear friends, coupled with best wishes for health and happiness. Please convey the affection and esteem of the people of the Arab Republic of Egypt to the peoples of the great Soviet Union and their wishes for dignity and prosperity.]

Text of Communique

Moscow T/SS International Service in English 1930 GMT 13 Oct 71 L

[Variations in version carried by Moscow Domestic Service in Russian at 1900 GMT on 13 October enclosed in brackets]

[Text] Moscow October 13 TASS--The president of the Arab Republic of Egypt and chairman of the Arab Socialist Union, Muhammad Anwar as-Sadat, stayed in the Soviet Union on an official friendly visit from October 11 to 13, 1971, at the invitation of the CPSU Central Committee, the Presidium of the Supreme Soviet of the USSR and the Soviet Government. He was given a hospitable and cordial reception by the leaders and peoples of the Soviet Union.

During his stay in the Soviet Union A. as-Sadat had negotiations and talks with L. I. Brezhnev, N. V. Podgorny, and A. N. Kosygin. Taking part in the negotiations were: From the Soviet side--Secretary of the CPSU Central Committee B. N. Ponomarev, Foreign Minister of the USSR A. A. Gromyko, minister of defence of the USSR, marshal of the Soviet Union A. A. Grechko, the ambassador of the USSR to the Arab Republic of Egypt V. M. Vinogradov, member of the collegium, head of the Middle East department of the USSR Foreign Ministry M. D. Sytenko. From the Egyptian side--The First Deputy Prime Minister, Minister of Industry, Oil and Mineral Resources 'Aziz Sidqi, Deputy Prime Minister and Foreign Minister Mahmud Riyad, Advisor to the President for National Security Hafiz Isma'il, first secretary of the Central Committee of the Arab Socialist Union, Advisor to the President for Political Affairs 'Abd as-Salam az-Zayyat, the War Minister General Muhammad Ahmad Sadiq, Minister of the State for Foreign Affairs Muhammad Murad Ghalib, Ambassador of the Foreign Ministry of the Arab Republic of Egypt Yahya 'Abd al-Qadir, the charge d'affaires of the Arab Republic of Egypt in the USSR Muhammad Wafaa Hegazi.

The negotiations and talks were held in an atmosphere of complete mutual understanding and friendship, which have been always characteristic of the meetings between Soviet leaders and President Anwar as-Sadat. They discussed in a spirit of frankness and cordiality questions of cooperation between the two countries in the political, economic, cultural and military-technical fields and had a detailed exchange of opinions on the situation in the Middle East as well as on other current international issues of mutual interest.

The two sides expressed satisfaction with the successful development of relations of friendship and close cooperation between the two countries in all fields and also stated their determination to further strengthen and widen them, which is facilitated by the treaty of friendship and cooperation between the Soviet Union and the Arab Republic of Egypt of May 27, 1971, that laid a sound foundation for strengthening these relations in the future.

The two sides reaffirmed their mutual desire to use the available broad opportunities to further develop and strengthen Soviet-Egyptian friendship, and mutually beneficial cooperation, based on the common aims of the struggle against imperialism and colonialism, and for the freedom, independence and social progress of the peoples. During the talks the two sides agreed on measures aimed at achieving the above-mentioned aims.

The president of the Arab Republic of Egypt as-Sadat stressed that the Egyptian leadership attaches great importance to the further development of Soviet-Egyptian friendship and cooperation with the Soviet Union in all fields, regarding them as an important factor for strengthening the positions of the Arab Republic of Egypt in the struggle against imperialism and Zionism, and for the further development of the country along the road of social progress.

During the talks the two sides reaffirmed a coincidence of their viewpoints in appraising the present tense situation in the Middle East. They stressed again that the main factor behind the continued strained [continuing dangerous] situation in the area is the aggressive policy of Israel which has the all-round support of the United States.

The two sides stated that by pointedly ignoring the UN Charter, the decisions of the UN Security Council and General Assembly, and the generally recognized standards of international law, Israel challenges world public opinion, creates a danger to world peace, continues the tactics of delay, (raises) obstacles to a peaceful settlement, and is thus clearly trying to drag out the Middle East crisis. In doing so the government of Israel relies on extensive financial and military aid from the United States.

The Soviet side noted with satisfaction that the constructive position of Egypt with regard to a peaceful settlement of the Middle East crisis and its clearly expressed desire to reach, through the mediation of the special representative of the UN secretary general, Gunnar Jarring, an agreement on a fair settlement on the basis of fulfillment of all the provisions of the Security Council's resolution of November 22, 1967, and pull-back by Israel to the lines of June 4, 1967, have support of all the peace-loving states and peoples.

The two sides said that Egypt's firm position with regard to the provocations of imperialism and Zionism and its determination to get Israel to pull out from all the Arab territories occupied after June 5, 1967, are a good barrier to the implementation of plans directed against the legitimate interests of the Arabs.

On behalf of the government and people of the Arab Republic of Egypt, President A. as-Sadat expressed sincere gratitude to the Soviet Union for its assistance and constant support to Egypt, support on which it can rely in its struggle against Israel and the imperialist forces supporting it.

The Soviet side reaffirmed that the Soviet Union will continue to give Egypt and other Arab countries all-round assistance and support in their just struggle against the imperialist Israeli aggression.

The two sides expressed deep conviction that a fair and lasting peace in the Middle East can be established only on the basis of fulfillment of all the provisions of the Security Council's resolution of November 22, 1967, withdrawal of Israeli troops from all Arab territories occupied in 1967, in accordance with the principle of illegality of the seizure of territories by war, and ensurance of the legitimate rights and interests of all countries of the area, including the Arab people of Palestine.

Taking into consideration the dangerous situation that has been created in the Middle East as a result of the aggressive policy of Israel, the two sides exchanged opinions on taking further joint steps in the struggle to eliminate the consequences of Israel's aggression and ensure a fair peace and security in the area. They agreed specifically on measures aimed at further strengthening the military might of Egypt.

The Soviet leaders informed President A. as-Sadat on the success of the Soviet people in carrying out the historic decisions of the 24th Congress of the Communist Party of the Soviet Union.

President A. as-Sadat, for his part, informed the Soviet leaders on the efforts of the government and people of the Arab Republic of Egypt to build a new life through a socialist reconstruction of society. President as-Sadat stressed that to achieve this aim Egypt will try to use the rich experience of the Soviet Union and other socialist countries and rely on their assistance and support.

The Soviet side highly appreciated the determination of the Egyptian people and the leadership of Egypt, as expressed by President A. as-Sadat, to follow the road of anti-imperialist struggle, national independence and social progress, which was chosen by the late President Jamal Abd an-Nasir. This is evidenced by the National Action Program which was approved by the General National Congress of the Arab Socialist Union of Egypt, a program which outlines the principal tasks confronting the government and people of Egypt at the present stage of the national-democratic revolution.

The two sides exchanged opinions on the situation in the Arab world and expressed conviction that the joining of efforts by all Arab states and peoples, mobilization of their potentialities in the struggle against the aggressive imperialist forces and their agents are now of great importance for strengthening their joint struggle against imperialism and Zionism, and for national and social emancipation.

President Anwar as-Sadat highly commented on the great assistance given to the Arab peoples and states by the Soviet Union and other socialist countries. He expressed the hope that the foundations of friendship and cooperation between the Arab countries and the Soviet Union will be strengthened in the name of fulfillment of the aspirations of the Arab peoples for liberation, in the name of their national interests and in the name of strengthening their anti-imperialist position.

In this connection it was stressed that the attempts to spread anti-communism and anti-Sovietism are designed exclusively to split the ranks of Arab revolutionary fighters. These attempts are also aimed at disrupting the solidarity and cooperation between the Arab peoples and their true friends, the countries of the socialist community. Therefore the two sides strongly condemn anti-communism and anti-Sovietism as prejudicing the peoples' urge for liberation and their national interests and as serving only the interests of the international imperialist forces.

President A. as-Sadat informed the Soviet leaders on the establishment of the Federation of Arab Republics, stressing that its main aim is to pool the efforts of states, members of the federation, in the struggle against imperialism and Zionism, against imperialist presence in the area and for overcoming political, economic and social backwardness.

The leaders of the Soviet Union stressed the need for strengthening the unity of the Arabs in the struggle against a common enemy--imperialism and Zionism--and expressed the hope that the Federation will fulfill the aspirations of the Arab peoples and become the bulwark of unity of all the truly progressive forces of the Arab world and will facilitate the rallying of Arab ranks and their cohesion in the anti-imperialist struggle.

The two sides exchanged opinions on major international problems, particularly on the problems of world peace and security. They noted a coincidence of views on the issues. In this connection they stressed the importance of the struggle of the peace forces for strengthening international security and cooperation [disarmament] as well as the importance of holding an all-European conference on European security and cooperation and of raising the role of the United Nations as an instrument of keeping world peace. The Egyptian side expressed its support for the Soviet proposal for calling a world conference on disarmament as well as a conference of the five nuclear powers on questions of nuclear disarmament.

Having stressed the great importance of the achievement of the four-power agreement on West Berlin for maintaining peace in Europe, the two sides believe that an earliest ratification of the treaties concluded between the USSR and the FRG, between the Polish People's Republic and the FRG will help further improve the situation in the European continent in line with the interests of world peace.

The two sides expressed concern over the situation in Southeast Asia, created as a result of American interference in the affairs of the peoples of Indochina and the U.S. aggression against the peoples of Indochina and the U.S. aggression against the peoples of Vietnam, Laos and Cambodia. The two sides demand an immediate and unconditional withdrawal of the armed forces of the United States and its allies from Indochina. They fully support the seven-point proposals which were put forward by the Provisional Revolutionary Government of the Republic of South Vietnam and which offer a realistic basis for a political settlement in the area.

The two sides strongly condemn the continued provocations of the imperialists against the Korean People's Democratic Republic. They voice full support for the eight-point program of the Government of the KDR, a program aimed at a peaceful unification of Korea.

The leaders of the Soviet Union and the Arab Republic of Egypt discussed in detail questions of the national liberation movement and reaffirmed their determination to fight for a complete, final and unconditional abolition of colonialism and neocolonialism. They also stated their determination to fight for the implementation of the U.N. declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples. Both sides expressed great concern over the subversive actions that are taken by imperialist states against African countries and peoples which are fighting for freedom and full independence.

They resolutely condemn the policy of racial discrimination pursued by the rulers of the Republic of South Africa and Rhodesia. They appeal to all states, members of the United Nations, to take effective measures to carry out the U.N. decisions aimed at ensuring the independence of Namibia and liberation of the peoples of Angola, Mozambique, and Guinea Bissau. The two sides unanimously appreciated the importance of the Organization of African Unity in rallying the independent states of the African continent and in full liberation of Africa from colonial oppression.

Both sides are convinced that the negotiations and talks held in Moscow during President A. as-Sadat's visit, marked a new important stage in widening and deepening the friendly relations existing between the Soviet Union and the Arab Republic of Egypt, between the Communist Party of the Soviet Union and the Arab Socialist Union. These relations, which meet the basic interests of the peoples of both countries and which stem from the community of their aims in the struggle against imperialism, for peace and social progress, rest on a strong treaty basis, on mutual trust and respect.

The two sides stress the importance of regular contacts and consultations between the leaders of the Soviet Union and Egypt in accordance with the Soviet-Egyptian treaty of friendship and cooperation and regard these contacts and consultations as an important factor in further strengthening their bilateral relations and in establishing a lasting and fair peace in the Middle East.

President Anwar as-Sadat expressed deep-felt gratitude to the Central Committee of the Communist Party of the Soviet Union, the Presidium of the Supreme Soviet of the USSR, the Soviet Government and the entire Soviet people for their hospitality and warm reception accorded to him and the delegation accompanying him during his visit to Moscow. President Anwar as-Sadat extended an invitation to the leaders of the Soviet Union L.I. Brezhnev, N.V. Podgorny and A.N. Kosygin to visit Egypt. The invitation was gratefully accepted.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

ARTICLE ASSESSES REASONS BEHIND PEKING'S ANTI-SOVIET COURSE

Moscow MEZHDUNARODNAYA ZHIZN in Russian No 10 Signed to Press 21 Sep 71 pp 23-33 L

[S. Yurkov article: "Peking's Policy With Respect to the Socialist Countries"]

[Text] Since the Ninth CCP Congress, in the course of which Mao Tse-tung succeeded in consolidating his victory over his enemies and confirming a Maoist course, the "Cultural Revolution" has subsided. Official Chinese representatives have noted that Peking has set about building a "new policy," both domestic and foreign.

Indeed, certain new themes gallantly echo from Peking. In some cases attempts are obviously being made to adopt a softer tone and conciliatory gestures are being made to some states. The Chinese leaders are resuming normal diplomatic relations with many countries and trying to give their policy an air of respectability. The press has begun avoiding criticism of the leaders of a number of states, leaders who in the past were subject to attack. Chinese propaganda depicts Peking as a fighter for justice against the "tyranny of the superpowers." In Peking they have again started talking about the principles of equality, noninterference in internal affairs, respect for sovereignty, and good-neighbor relations. PRC ambassadors have been dispatched to many countries. Exchanges of visits have increased and some guests have been favored with audiences by Mao Tse-tung. In 1970 90 foreign delegations visited China. Peking sent 50 delegations to various countries, mainly in Asia and Africa.

In turn, the new nuances in Peking's policy have met with a response abroad, and relations with China have been broadened. Some states have done this because they see in the normalization of relations a means for further consolidating the socialist community and all revolutionary forces for a more effective stand against imperialism and aggression. Others consider that the normalization of relations will bring an end to Peking's interference in their domestic affairs. Still others hope to receive aid from the PRC, given Peking's respect for the generally recognized norms of international law. Others wish to heat up anti-Sovietism, hinder the overcoming of the differences between the Chinese leadership and the USSR and the other socialist countries, and make more active use of Peking as an instrument for undermining the socialist community and the cohesion of the revolutionary forces of the age.

Analysis of Peking's practical actions leads international observers to the conclusion that the forms but not the essence of the Chinese leaders' policy have changed, and, while new tactics are being employed, earlier strategic goals remain unchanged. As before the leadership sees its main task in the foreign policy field as that of transforming the PRC into the world's chief "superpowers"--a "superpower" capable of imposing on other states decisions which insure China's interests as understood in Peking. Manipulating principles, the Chinese leaders adhere to a single criterion in their relations with other countries: that which furthers Peking's nationalist aspirations is good and that which contradicts these aspirations is bad. They betray friends just as lightly as they move toward reconciliation with yesterday's enemies.

The Chinese leaders accompany the departure from the extremism and vandalism of the "Cultural Revolution" with a hullabaloo about "great victories" and "grandiose successes." How they remind one of the embalmer in the funeral parlor of Evelyn Waugh's "The Loved One" who, depending on the mood, gave the corpses a smile of radiant childhood or an expression of inconsolable anguish. The CCP Central Committee's second plenum in August and September of 1970 stated that PRC relations with foreign countries were to be developed daily. In "striving to achieve peaceful coexistence with countries having different social systems on the basis of steadfast observance of the five principles of peaceful coexistence and of struggling against the imperialist policy of aggression and war, "China, allegedly, is constantly gaining new victories and has friends everywhere in the world. These themes were reiterated in the PEOPLE'S DAILY editorial which was reprinted in RED FLAG and LIBERATION ARMY DAILY on New Year's Day 1971 and in almost identical fashion in connection with May Day.

In references to revolutionary and liberation struggles, Maoists have tried to portray Peking as marching in the forefront of the struggle against U.S. and Japanese militarism. The far-fetched legend about the "hegemony of the two superpowers" has been repeated, and it has been pointed out that China does not aim to act as a superpower--it allegedly defends equality among all countries, great and small.

Thus, Chinese propaganda tries to prove that Peking is the center of the liberation and revolutionary movement, the defender of the weak and oppressed, and the selfless friend of the peoples. At the same time it is stressed that henceforth the Chinese leaders intend to pursue a policy hostile to the USSR.

The Policy of Anti-Sovietism Is Being Continued

Relations with socialist states are a central issue in the international activities of the communist party of each socialist country. In the entire complicated set of relations between the various members of the socialist community a special place is occupied by relations between the ruling fraternal communist and workers parties. It is precisely these relations between the ruling communist parties, as L.I. Brezhnev emphasized at the 24th CPSU Congress, which enable them to enrich each other's experience, jointly solve problems involving the building of socialism and communism, find the most rational economic links, determine the general line in foreign affairs collectively, and to exchange opinions on questions of work in the sphere of ideology and culture.

These tasks are fully covered by the line advanced by the CPSU for maximum expansion of cooperation with the socialist states in the sphere of international policy and economic relations, including the development of economic integration, and for constantly strengthening scientific and cultural links, the line for maximum consolidation of the friendship between the peoples of the socialist countries, for the development of direct contacts between them, and for thus insuring a firmer base for the joint struggle for the common cause.

Since it is one of the detachments of the international communist movement, the CPSU has always attached and attaches great significance to developing friendly links with the communist parties of all countries in the world. The 24th congress demonstrated with new force the development of the trend toward cohesion.

It was stressed in the CPSU Central Committee report that our party considers it its duty henceforth to promote the development of the trend toward unity. For this purpose it will do everything necessary to achieve even greater political cohesion in the international communist movement. This involves the problem of constantly developing the scale and depth of the fraternal parties' joint actions in the struggle for specific, realistic ends, such as aid and support for the struggling peoples of Indochina and the Arab East, strengthening solidarity with the peoples fighting against fascist and reactionary dictatorships and with all detachments of the revolutionary and national liberation movement, and the struggle for security in Europe and throughout the world.

The Chinese leaders are trying to act against this trend. True, this does not prevent them from time to time from declaring their fidelity to internationalism. The 1 May joint article published by the three press organs asserted that Peking, "guided by the principles of proletarian internationalism, favors the development of relations of friendship, mutual aid, and cooperation with the socialist countries."

In fact, the Chinese leaders continue to strive to weaken the socialist community and undermine the friendship of the fraternal countries with the Soviet Union and attract them into the orbit of Peking's policy. The Warsaw Pact and CEMA are targets for special attack. The strengthening of the cohesion of the socialist states, the growth in the might of their armed forces, the improvements in CEMA, the intensification of economic cooperation among the socialist states, and the acceleration of scientific and technical progress--all this evokes paroxysms of fury from the Peking figures who would like to shatter and weaken the socialist community. The Warsaw Pact, which serves as a powerful instrument for safeguarding the security of the socialist states, and CEMA are depicted in Peking propaganda as a weapon for "slighting and suppressing" allies and for "plundering the huge material riches created by the peoples' labor."

Even in the most difficult days in its relations with China the Soviet Union tried to halt the process of deterioration and to normalize interstate relations at the very least.

On 11 September 1969 a meeting took place at the airport at Peking between USSR Council of Ministers Chairman A.N. Kosygin, who was returning from Hanoi to Moscow, and PRC State Council Chairman Chou En-lai. The initiator of this meeting was the Soviet Government.

During the course of the talk which lasted for 3.5 hours and which took place calmly, questions pertaining to the restoration of a normal situation on the border, the exchange of ambassadors, the activation of economic links, and so forth were discussed. At that time agreement was reached in general that the Soviet Union and China would take steps toward normalizing interstate relations.

On 20 October 1969 talks on the border problem started in Peking. "As you know," L.I. Brezhnev said on 14 April 1970, "the question of normalizing the situation on the Soviet-Chinese border has become the subject of talks with the PRC Government. At these talks the Soviet Union is taking a clear and unambiguous position. We consider it essential to achieve an agreement on transforming the Soviet-Chinese border into a good-neighbor line and not one of hostility."

"Without yielding our legitimate positions based on principle, and safeguarding the interests of the Soviet motherland and the inviolability of its borders, we shall do everything required of us to normalize interstate relations with the PRC. Of course, as everyone understands, this does not depend solely on us."

Trade talks did not start immediately. It was only in June 1970 that the Chinese side answered the USSR Ministry of Foreign Trade's proposal to start talks on the size of mutual deliveries. After that, experts worked at Peking and agreed upon a list of commodities as well as on the basis for trade accounting. In November a delegation led by I.T. Grishin, deputy minister of foreign trade, went to Peking and a protocol on barter [tovarobmen] for 1970-71 was signed. Provision was made for trebling trade (turnover in 1970 was R42 million). In August 1971 a protocol on trade turnover for 1971-72 was signed in Moscow. The Soviet Union was to supply China with certain metals, civilian aircraft, lathes, and spare parts for tractors and automobiles. China was to export nonferrous metals, cotton textiles, tung oil, bristles, and fruit to the USSR.

In October 1970 the USSR dispatched V.S. Tolstikov as ambassador to the PRC, and Chinese Ambassador Liu Hsin-chuan arrived in Moscow that November.

As far as polemics are concerned, the Chinese leaders turned down the Soviet proposal to stop them. China continues to stir up waves of anti-Soviet war psychosis, construct military installations, and to dig trenches everywhere, instilling in the population the idea of the inevitability of war with the USSR.

The publication of a number of anti-Soviet materials was especially timed for the V.I. Lenin birth centenary. Following the lead of imperialist propagandists, Peking lied about the USSR's "aggressiveness" and the "crisis" in the Soviet economy, reactivated Trotsky's worthless, petty ideas of the "bourgeois degeneration of Soviet power" and equated American imperialism and the Soviet Union, the latter being labeled "social-imperialism."

The difficulties that arose in Poland in December were also used for attacks against the Soviet Union. NCNA and PEOPLE'S DAILY published articles in which they spoke of the "enslavement" of the countries of East Europe and launched a canard about the "possibility" of using the Soviet Armed Forces in Poland.

The next outbreak of hysteria occurred in March 1971 at the time when the centenary of the Paris Commune was being celebrated. Concerned by the fact that they had nothing with which to oppose the Soviet Union's huge successes in developing the economy and science and technology and in the sphere of foreign policy with which our country had at the time of the 24th CPSU Congress, the leaders of China prepared in their own way for the congress of the Soviet communists. On 18 March a lengthy editorial was published in the press, editorial filled with insulting attacks and slanders against the CPSU and other communist parties. The article's authors called for a struggle against the socialist system in the USSR and other countries. New anti-Soviet materials followed.

Peking's propaganda sabotage pleased the American imperialists. In Washington they sighed with relief, noting that "the enmity between Peking and the USSR has remained unchanged" and that the Chinese leaders would not take joint steps with the USSR in rendering support to Vietnam.

On 19 March 1971 the New York TIMES said that "Peking has torpedoed any tendency abroad to think that any real relaxation has taken place in Sino-Soviet relations."

Whereas the anti-Soviet statements in newspapers are measured depending on the particular tactical considerations of the Chinese leaders at any given time, booklets and pamphlets, including those aimed at a poorly literate population, are being published in China in growing quantities. In them a hatred of the Soviet Union is cultivated and the idea of the inevitability of war with the USSR is steadily dragged in. Even schoolchildren are taught to say in Russian "Hands up!" "Don't move!" and so forth.

Trying to compromise and isolate the USSR and evoke distrust in its policy, the Chinese leaders have concocted the legend about the "hegemony of the two superpowers." These two "superpowers" allegedly exploit other countries and try to share the world while at the same time fighting between themselves. It is of little concern to Peking that one of "these" powers is imperialist and the other socialist. One gives active support to the Israeli aggression in the Near East while the other acts as the reliable friend and bulwark of the Arab countries in their struggle to liquidate the consequences of the Israeli aggression. One has occupied the Chinese island of Taiwan and has a treaty of alliance with Chiang Kai-shek, indulges in piracy in Indochina, near the borders of the PRC, and makes constant provocations against the DPRK. The other supplies the Vietnamese people with weapons, ammunition, and material means, renders the peoples of Indochina political and diplomatic support, actively opposes the U.S. provocations against the fraternal DPRK, decisively condemns the U.S. occupation of the Chinese island of Taiwan, and consistently unmask attempts to create a "two Chinas" situation.

At the same time Peking propaganda tries to make out that China "will never behave as a superpower," and that it is the "defender of people of small- and medium-size countries." The absurdity of these "concepts" is so obvious that there is no point in refuting them, the more so since foreign friends have revealed in a fine manner the true state of affairs.

In an article published in RUDE PRAVO on 25 March 1971, Czechoslovak journalist Zdenek Horeni wrote that the term "superpower" is in itself non-Marxist and speculative. Behind this term is hidden the desire to accuse the Soviet Union of those faults which are characteristic of the U.S. aggressive policy which is aimed at achieving world domination and the wish to sow among the ranks of the progressive public mistrust of the Soviet Union.

The Peking leaders, whose entire policy is characterized by futile endeavors in the great-power spirit, are now attempting to delude the world public with their thesis about "the struggle between the two superpowers." The Chinese leadership is slanderously and maliciously tarring the Soviet Union--the strongest power of peace and socialism--with the same brush as the United States--the greatest imperialist predator. By its propaganda babblings about the two "superpowers," the Chinese press is preaching the same theses for which such imperialist mouthpieces as Franz Josef Strauss and others are fighting in their books and speeches aimed at justifying the West European--and particularly the West German--monopolies' hegemonist aspirations. From all this a conclusion inevitably suggests itself--the Chinese leaders are striving to sidestep the class struggle between the two world systems while thirsting in return for a military clash between the USSR and the United States.

This means that Mao Tse-tung's well-known course--a course which amounts to China having to "observe the two tigers fighting while sitting on the mountain"--is camouflaged in different clothing. In other words, with the aid of the two "superpowers" thesis the Mao Tse-tung group patently wishes to conceal its own great-power designs. In its essence this chauvinist thesis of the Chinese leaders overlaps with the revisionist concept of "bloc logic," whose champions tar the defensive alliance of the socialist community of states with the same brush as the aggressive NATO bloc. In the same way as this "theory," the Peking leaders' thesis with respect to the "superpowers" is aimed primarily not against imperialism but against the bulwark of world socialism--the USSR.

As Chinese folk wisdom states, "You can't judge a book by its cover." The Soviet communists and our people in no way associate the policy of enmity and hatred toward the USSR, which the Maoists are inculcating, with the Chinese people or the working people of China. L.I. Brezhnev pointed out in his report at the 24th CPSU Congress: "We resolutely sweep aside the slanderous fabrications about our party and state policy which are being disseminated from Peking and inculcated into the Chinese people. Sowing dissension between China and the USSR is especially absurd and harmful since this occurs in a situation in which the imperialists are activating their aggressive actions against the freedom-loving peoples. More than ever the situation now demands cohesion and not the charging of enmity between such states as the USSR and China."

Attempts To Shatter the Socialist Community with the Aid of a Differentiated Approach

As is well known, at the Ninth CCP Congress only Albania, apart from China, was included among the socialist countries. Peking had adopted a differentiated approach to the socialist countries, striving to extend and activate relations with some, feeding misinformation to others in the hope of causing distrust with regard to the USSR, while blackmailing and attacking others. The Chinese leaders have already made an infinite number of attempts to sow dissension in the socialist community, set some countries against others, and to isolate the Soviet Union.

Let us begin with China's relations with neighboring socialist countries.

The Chinese leadership has activated contacts with the DRV. In September 1969 Chou En-lai went to Hanoi in connection with the death of President Ho Chi Minh, and in early March 1971 the PRC premier again visited the DRV. Other PRC military and political figures have visited Hanoi. The talks on rendering military and economic aid to the DRV in 1971 have progressed more rapidly than in previous years. Reports that the volume of deliveries has increased somewhat have appeared, and critical allusions about the DRV and Republic of South Vietnam line aimed at combining armed struggle with political struggle and negotiation have disappeared from the Chinese press. A 13 December 1970 PRC Government statement reiterated the thesis advanced a few years ago that "any military adventures and military blackmail by U.S. imperialism against the Vietnamese also constitute a "provocation against the Chinese people."

As international commentators have noted, Chou En-lai's visit to Hanoi in early March 1971 was designed to demonstrate that, at a time when the U.S.-Saigon troops' invasion of Laos was in progress and R. Nixon and other U.S. leaders were threatening a resumption of mass bombings of North Vietnam and even raids by Saigon ground troops on DRV territory, China would not remain indifferent in the event of the implementation of such threats. The PRC premier stated in Hanoi on 5 March that "U.S. imperialism's arbitrary extension of the war in the Indochina region is a serious threat to China. The Chinese Government and Chinese people have paid sufficient heed to U.S. imperialism's madness and adventurism and are fully prepared for this...the 700-million-strong Chinese people are a firm bastion of the Vietnamese people, and the vast territory of China constitutes a reliable rear area for them."

However, Washington's attitude to the Chinese warning was calm. Touching on Chou En-lai's Hanoi statements, W. Rogers, U.S. secretary of state, said on 9 March: "I believe that this is to some extent propaganda. I do not believe that he has any fears about possible U.S. interest in any actions against communist China." In a 22 March interview President R. Nixon said that the press and television had again been mistaken in predicting the possibility of PRC intervention. He went on to note with satisfaction that "no such thing has happened. The Chinese have not intervened."

In light of the announced agreement on R. Nixon's trip to China this calmness on the part of the U.S. administration looks especially understandable. The Chinese leaders had frequently hinted at the possibility and desirability of the U.S. President coming to Peking. As White House officials stated, Kissinger's trip to Peking was preceded by 2 years of testing the ground by the president and by 3 months of preparation. Agreement on the visit was reached back in April.

The DRV is actively developing fraternal relations with the Soviet Union and the other socialist countries and relies on their aid in its struggle. Le Duan, Vietnam Workers Party Central Committee first secretary, stated at the 24th CPSU Congress: "The Soviet Union has invariably been on the Vietnamese people's side since the U.S. imperialists unleashed the aggressive war in South Vietnam and the destructive war against North Vietnam...This support constitutes a powerful stimulus inspiring our compatriots and fighters throughout our country to new and even greater victories, at the same time, it evokes in the Vietnamese people even more profound sympathetic feelings toward the Soviet people."

With respect to the DPRK, the unambiguous hints, threats, and even unfriendly actions which occurred during the "Cultural Revolution" have been replaced by smiles and bombastic declarations. Chinese propaganda has again begun to call the DRPK a socialist state. April 1970 witnessed an official visit to the DPRK by the Chinese premier. One month previously the new PRC ambassador had arrived in Pyongyang. The Chinese press covered the work of the Fifth Korean Workers Party Congress (2-13 November 1970). Trade and economic ties have expanded somewhat, and Peking has begun to display greater attention to the DPRK's economic requirements.

At the same time, the question arises as to how the Maoists will be able to coordinate their anti-imperialist declarations and promises to render support in the struggle against the U.S. military provocations and Japanese expansion in South Korea with the Chinese leaders' recently intensified flirtation with Washington and Tokyo.

Peking has halted its daily propaganda attacks on the Mongolian People's Republic, and now such attacks are only made occasionally. There are fewer provocations now on the border, although the construction of roads and military installations in the vicinity of the MPR continues. Trade turnover has increased a little. At the same time, the Chinese authorities have attempted to exert economic pressure on the MPR in connection with railroad shipments and financial transactions. The Chinese authorities are delaying the delivery to the Mongolian side of a number of projects which the Chinese have not completed, as well as of a polyclinic and two schools in Ulan Bator.

The MPR and the PRC have exchanged ambassadors. The MPR Government has expressed readiness to adopt further measures to normalize interstate relations with the PRC, but not at the expense of the MPR's interests or positions based on principle. Defending the purity of Marxism-Leninism, the Mongolian comrades have exposed the groundlessness and harmfulness of Peking's Maoist dogmas and splittist activity.

The anticommunist article published in Peking on 18 March in connection with the Paris Commune centenary was greeted with anger in the MPR. "Our party is waging a principled struggle against the Chinese leaders' anti-Marxist political line," Yu. Tsedenbal, MPRP Central Committee first secretary, stated at the 16th party congress. "By their splittist actions the Chinese leaders are striving to disunite the socialist countries, undermine and split the ranks of the communist movement, and disarm the working class and working people in various countries in the face of frenzied attacks by imperialist reaction. The course pursued by the Chinese leaders, who have adopted bellicose nationalism and anti-Sovietism as part of their armory, has led to China's isolation from the socialist countries and to armed provocations against Lenin's homeland--the USSR. Such a course radically contradicts the interests of the people's revolutionary struggle including the vital interests of the Chinese people themselves."

As previously, Peking incites the Albanian leaders to anti-Soviet outbursts, floods that country with its specialists, and attempts to assume control over Albania, tie it economically to China, and utilize it as an instrument for impairing relations between the socialist countries "from the Balkan corner."

Bulgaria displayed initiative in normalizing interstate relations, sending an ambassador to Peking and proposing an extension of economic, scientific, and technical ties. A trade turnover protocol was signed on 31 August 1970. The volume of trade was set at R eight million.

The new Chinese ambassador arrived in Hungary in August 1970. A Chinese delegation visited the all-Hungary agricultural exhibition. The Chinese side invited several Hungarian figures to visit the PRC. In connection with the floods in Hungary in the spring of 1970 the Chinese Red Cross Society granted the country 500,000 yuan in monetary aid. The trade turnover protocol signed in July 1970 provided for some extension of reciprocal deliveries, and the total volume of trade was set at R 22 million.

Chinese spokesmen are attempting to drum in the idea that Peking's hostile policy toward the USSR must not impede the development of relations with Bulgaria and Hungary. The Bulgarian and Hungarian comrades are rebuffing the Peking figures' attempts to create a chink in relations between the socialist countries and are waging a struggle against the Maoists' revisionist, splittist activity.

T. Zhivkov, Bulgarian Communist Party first secretary, stressed at the 10th Bulgarian Communist Party Congress: "The Bulgarian Communist Party resolutely condemns the Chinese leaders' attacks and slanderous fabrications and their efforts to split our movement and the ranks of the socialist countries and to weaken the anti-imperialist front. Our party will continue to struggle vigorously against right and "left" revisionism and nationalism and anti-Sovietism and to contribute to the further consolidation of the unity and cohesion of the world socialist system and the international communist and workers movement and of the solidarity and unity of action of all anti-imperialist forces throughout the world."

In his speech at the 24th CPSU Congress on 1 April 1971, Janos Kadar stressed that, defending the unity and proceeding from the common interests of socialism and peace, the MSZMP opposes in the most resolute manner any anticommunist and anti-Soviet trends and all varieties of right and "left" opportunism, no matter from which sides they manifest themselves.

With respect to the GDR, Chinese figures resorted first to blackmail and then to flirtation. Peking has agreed to a certain increase in trade. Chinese spokesmen have stressed their "readiness" to normalize relations with the GDR and even to render it support. At the same time, they have attempted to depict matters as if the USSR signed the FRG treaty without the GDR's agreement and to the detriment of its interests. Although it is well known that Moscow and Berlin maintain close contacts and that all their steps are coordinated, the Maoists have attacked the West Berlin agreement. They advise the Germans to grasp the settlement of German problems in their own hands and, if other powers are enlisted, to also enlist China, which allegedly "also fought against fascist Germany."

The German friends can see clearly the purpose of these maneuvers by Peking--to cause difficulties in the GDR's relations with the other fraternal countries. On 21 September 1970 NEUES DEUTSCHLAND published an article revealing the true state of affairs surrounding Chinese propaganda's provocative fabrications about the treaty between the USSR and the FRG. In March 1971 NEUES DEUTSCHLAND noted that the Chinese leaders' actions can only be interpreted as direct approval of the most aggressive imperialist forces.

The Mao Tse-tung group thus makes it known that, despite its repeated assurances, it directs its main blow not against imperialism but against the Soviet Union, the community of socialist states, and all revolutionary and progressive forces in the world. "We always proceed from the following principle," NEUES DEUTSCHLAND stated, "whoever attacks and slanders the Soviet Union also attacks us."

In the Central Committee report to the Eighth SED Congress, E. Honecker, SED Central Committee first secretary, stated: "The Mao Tse-tung group's great-power chauvinist and anti-Soviet policy is aimed against all the socialist countries and all the Marxist-Leninist parties. The SED resolutely condemns this policy aimed against Marxism-Leninism and the interests of socialism. The Central Committee and our party resolutely support the position of the CPSU and the other Marxist-Leninist parties on this question."

In relations with Poland the Chinese leaders have attempted to employ the tactics of "a wolf in sheep's clothing" and "the dragon's roar." The Peking authorities first depicted matters as if they wished to activate relations with Poland. A PRC ambassador arrived in Warsaw in August 1970, and a Polish ambassador to China was appointed. Trade was extended somewhat, although the volume of it remained small.

Alongside this Peking continued to interfere in Polish affairs, making references to a mythical "Polish Communist Party." The Maoists were not slow to react to the December 1970 events in Poland. PEOPLE'S DAILY and NCNA spoke repeatedly about the "revisionist" system in People's Poland and about the "restoration of capitalism." Pretending to be friends and benevolent advisers, the Peking propagandaists insidiously incited the Polish working people to struggle against the PZPR leadership and called for the "explosion from within" of the socialist system in the other East European countries. Particular irritation was caused in Peking by PZPR Central Committee First Secretary Gierek's statement about the Polish people's loyalty to friendship with the USSR.

It is indicative that, when a protest was made to the Chinese ambassador at the Polish Foreign Ministry, the Peking diplomat defended the right to interfere in other countries' affairs and even stated that the Polish Government was responsible for the deterioration in relations between Poland and the PRC.

The Polish comrades made a principled assessment of the Chinese leaders' anticommunist sallies on the eve of the 24th CPSU Congress. "One's attitude toward the CPSU and the land of the Soviets constitutes the most tested criterion of one's real attitude toward the unity of socialist and anti-imperialist forces," E. Gierek stated at the CPSU Congress on 31 March. "Those do not understand this truth, and especially those who, acting from anti-Soviet positions, are splitting the international communist movement, cause considerable harm to the general cause of socialism, peace, and the peoples' freedom and to the vital interests of their parties and peoples. The CCP leadership's present policy aimed against the unity of the socialist states and, in particular its attacks on the CPSU, are incapable of undermining the fraternal parties' unity with the Soviet communists; they can only lead to growing isolation for those who pursue this course."

The Chinese leaders attempt to stress the special nature of their relations with Romania. The PRC has granted considerable credits to Romania. The volume of trade between the two countries amounted to approximately R 100 million in 1970, and an agreement on trade turnover and payments for 1971 was concluded in February 1971. A protocol on deliveries of sets of equipment on credit was signed on 22 March. Delegations from Romania are given special attention in Peking.

In the course of the June visit to Peking by the Romanian party and government delegation led by N. Ceausescu, Chou En-lai, premier of the PRC State Council, and other Chinese figures charged the atmosphere with anti-Sovietism and chauvinism, their speeches reflecting the Chinese leadership's anti-Soviet and nationalist course. The Romanian side stated that the relations between the parties and states "are characterized by a spirit of comradeship and mutual respect, trust, and understanding," that "the talks have been crowned with success," that "the unity of closeness of views has been noted," and that "possibilities have been found for further deepening" Romanian-Chinese relations in the political, economic, and other spheres. In a joint communique the two sides stated with satisfaction that mutual relations between the CCP and the Romanian Communist Party and between the PRC and Romania have been greatly developed in recent years and that friendship will be further strengthened and cooperation further extended.

Unsettled by the rout of the revisionist and counterrevolutionary forces in Czechoslovakia, the Chinese leaders continue to make occasional attacks on the country's new leadership and conduct subversive propaganda. A probe by the Czechoslovak side of the possibility of normalizing interstate relations was ignored by Peking. The only occurrence has been a slight extension of commodity exchanges.

In purging the country and the party of revisionist elements, the Czechoslovak comrades do not ignore Chinese ideological subversion. Gustav Husak, Czechoslovak Communist Party Central Committee first secretary, stated at the 14th party congress: "...In the struggle against right opportunism and international revisionism one must not forget the danger to the interests of socialism, world communism, and the entire anti-imperialist struggle posed by the Chinese leadership's presentday theories and practice. Their essence amounts to anti-Sovietism masked behind leftist and pseudorevolutionary phraseology and to an orientation of splitting the unity of the socialist countries and intensifying the split in the international revolutionary movement."

For more than 10 years Peking propaganda sharply attacked Yugoslavia, bestowing abusive epithets upon it, and alleging that it was not a socialist country. After the Czechoslovak events, Peking's attitude toward Yugoslavia changed radically. Ambassadors were exchanged. A trade agreement was signed--trade turnover amounted to \$6.8 million in 1970. Some materials on Yugoslavia have begun to be published in the PRC and the Yugoslav press devotes ever increasing space to reports on China.

Prior to mid-1970, Sino-Cuban relations were extremely restricted in nature. Economic and technical cooperation had been cut back. Cultural and scientific ties had been severed. Since the second half of 1970 relations have become more active. The Chinese leaders calculate that an extension of ties with Cuba will provide them with additional opportunities for their activity in Latin America. Cuba supplies the PRC with sugar and nickel concentrates, while China exports rice (120,000 tons in 1970). In an attempt to stress the change in attitude toward Cuba, Premier Chou En-lai appeared at a Cuban Embassy reception on 2 January 1971.

However, the Cuban authorities do not tolerate any actions by Chinese representatives in Cuba which would signify interference in Cuban internal affairs or attempts to harm Cuba's relations with the fraternal countries.

Even a brief review of the PRC's relations with the socialist countries leaves not a shadow of doubt that there have been no substantial or essential changes in the Chinese leaders' policy--it remains a splittist, great-power, anti-Soviet policy designed to undermine the unity of the socialist countries.

The Chinese leaders' attempts to shatter the socialist community with the aid of "the differentiated approach" objectively constitute grist for the mills of the imperialist powers which are attempting to cause complications in the world socialist system by means of "bridge-building" and ideological subversion.

The further cohesion of the socialist community is the demand of the times, and no matter what difficulties may be encountered along this path, no matter what subversive activities the Chinese leaders may resort to, the process of consolidating the socialist countries' unity will develop. The only development of relations in keeping with the interests of each socialist country and the entire socialist community is one whereby all the peoples build and defend the new society as a harmonious, united, and strong family.

I. 23 Nov 71

A 19

PRC
INTERNATIONAL AFFAIRS

They were seen off at the railway station by Su Chieh, vice minister of communications, Kuo Pao-chung, chief delegate of the Chinese side, and others.

Kim Chae-suk, charge d'affaires a.i. of the Korean Embassy in Peking, was also present.

KIM IL-SONG GREETES CHINA ON SUCCESSFUL NUCLEAR TEST

Pyongyang KCNA International Service in English 0330 GMT 22 Nov 71 B

[Text] Pyongyang November twentysecond (KCNA)--Comrade Kim Il-song, the respected and beloved leader, sent a message of greetings to the party and government leaders of the People's Republic of China, in connection with the successful conduct of another nuclear test in China on November 18. The message of greetings reads:

Comrade Mao Tsetung, chairman of the Central Committee, Communist Party of China

Comrade Chou En-lai, premier of the State Council, People's Republic of China

Peking

On the successful conduct of another nuclear test in China on November 18, I, in the name of the Central Committee of the Workers Party of Korea, the Government of the Democratic People's Republic of Korea and the entire Korean people and in my own name, extend my warmest felicitations to you and, through you, to the Central Committee of the Communist Party of China, the Government of the People's Republic of China and the fraternal Chinese people and to the entire scientists, technicians, workers and commanders and men of the People's Liberation Army who participated in this nuclear test.

The nuclear test conducted this time in China is another great victory attained by the Chinese people under the wise leadership of the Communist Party of China headed by Comrade Mao Tsetung, their great leader, in the struggle for strengthening the defence capability and reliably defending the security of the country, holding aloft the revolutionary banner of self-reliance, and a clear demonstration of the might of the People's Republic of China which is daily growing and strengthening. This also constitutes a heavy blow to the imperialists headed by the U.S. imperialists who are frantic in the machinations of aggression and war and a new encouragement to all the revolutionary peoples in Asia and the rest of the world.

I heartily wish you and the fraternal Chinese people greater success in the struggle against U.S. imperialism and Japanese militarism and for further strengthening the general might of the country.

Kim Il-song, general secretary of the Central Committee, Workers Party of Korea, premier of the Cabinet, Democratic People's Republic of Korea

Pyongyang, November 20, 1971.

CHINA, BURMA SIGN TRADE, COMMODITY LOAN AGREEMENTS

Peking NCA International Service in English 2006 GMT 19 Nov 71 B

[Text] Peking, November 19 (HSINHUA)- Li Hsien-nien, vice premier of the State Council, and Pai Hsiang-kuo, minister of foreign trade, met and had a friendly conversation here this afternoon with all the members of the government trade delegation of the Union of Burma led by Colonel Maung Lwin, minister for trade.

After the meeting, a ceremony was held to sign the trade agreement and the commodity loan agreement between the Government of the People's Republic of China and the Government of the Union of Burma. Vice Premier Li Hsien-nien was present at the signing ceremony.

Chinese Minister of Foreign Trade Pai Hsiang-kuo and Burmese Minister for Trade Maung Lwin signed the agreements on behalf of their respective governments.

Present at the meeting and the signing ceremony were: deputy leader of the government trade delegation of the Union of Burma U Thein Maung and members of the delegation Untin Maung Gale, U Oo Htoon, U Sein Maung and Capt Nyunt Aung; and U Hla Yi, second secretary of the Burmese Embassy in Peking; and leading members of Chinese departments concerned Liu Chun, Chao Chung-ts, Wang Ming-chun, Cheng Fei and Chen Shu-tzu, and Shang Ko-lin, commercial attache of the Chinese Embassy in Burma.

FIRST AUSTRIAN AMBASSADOR TO PRC ARRIVES IN PEKING

Peking NCA International Service in English 0650 GMT 21 Nov 71 B

[Text] Peking, November 21 (HSINHUA)--Hans Thalberg, first ambassador extraordinary and plenipotentiary of the Republic of Austria to the People's Republic of China, arrived here by train today.

INDUSTRY TO PUSH TALKS WITH FRANCE ON ENRICHED URANIUM

Tokyo KYODO in English 1307 GMT 11 Jan 74 T

[Excerpt] Tokyo Jan 11 KYODO--Electric power industrial circles has decided to push talks with France on import and enriched uranium in order to meet an anticipated increase in demand, industry sources said Friday. Japan and France reached agreement in principle on the import of French enriched uranium through talks between Prime Minister Kakuei Tanaka and his French counterpart Pierre Messmer when Tanaka visited Paris last fall.

Under the agreement, Japan will receive an yearly supply of 1,000 to 1,500 tons of French enriched uranium for 10 years beginning in 1980.

Industrial leaders will discuss details of the import plan with the French counterparts who are scheduled to arrive in Japan January 21 for further negotiations, the sources said.

JOINT MEETING SETS SCHEDULE FOR 21 JAN DIET SESSION

Tokyo KYODO in English 0919 GMT 11 Jan 74 T

[Excerpts] Tokyo Jan 11 KYODO--The government and ruling Liberal-Democratic Party confirmed at a joint meeting Friday that the current regular Diet session, now in a new year recess, should be reopened January 21. Government and LDP leaders also agreed at the meeting that Prime Minister Kakuei Tanaka deliver his policy speech on January 21 in both the Upper and Lower Houses. Foreign Minister Masayoshi Ohira, Finance Minister Takeo Fukuda and Economic Planning Agency Director-General Tsuneo Uchida will also deliver their policy speeches the same day.

The ruling party leaders, including Acting Prime Minister Shigeru Hori, Vice-President Etsusaburo Shiina and Secretary-General Tomisaburo Hashimoto, agreed to begin deliberations in the Diet on the fiscal 1974 budget January 25.

BRIEFS

GAS FROM IRAN--Chu Itoh Company disclosed on 31 December that the company has decided to import 5 million tons a year of pollution-free liquefied natural gas from Iran and has already started concrete negotiations with the Iranian Government and the Iranian Gas Corporation in this connection. [Tokyo SANKEI SHIMBUN in Japanese : 1 Jan 74 Morning Edition p 2--FOR OFFICIAL USE ONLY]

MICROWAVE PROJECT FOR EGYPT--Nippon Electric Co Ltd announced on 9 January that it had received an order from Egypt for construction of a large-scale microwave circuit project. It will be constructed in an area along the Mediterranean Sea-- from the Egyptian-Libyan border to Cairo via Alexandria. It will be 700 kilometers in length. The contract amounts to 5 billion yen; 90 percent of the payment will be made at the time of the shipment of equipment, and the remaining 10 percent at the completion of construction. [Text] [Tokyo ASAHI SHIMBUN in Japanese : 10 Jan 74 Morning Edition p 6.T--FOR OFFICIAL USE ONLY]

CREDIT FOR CUBA--According to government sources on 28 December, the government has informally decided to use Export-Import Bank funds to finance two export contracts with Cuba. One will be extended to the export of a dry battery plant by Nissei Sangyo Co Ltd (general firm in Tokyo specializing in technical and industrial tools and machines). The plant is priced at 841 million yen. [paragraph continues]

It will be paid in 10 installments over a period of five years. The annual interest rate is 8.5 percent. The other fund will be provided for Sumitomo Shoji Co Ltd's six irrigation and flood prevention stations, costing 435.1 million yen. It will also be paid in 10 installments over a period of five years. The annual interest rate is eight percent. [Tokyo YOMIURI SHIMBUN in Japanese 29 Dec 73 Morning Edition p 7 T--FOR OFFICIAL USE ONLY]

ECUADOREAN OIL--According to Kawasaki Shipping Co Ltd on 28 December, the company will propose to Ecuadoran shipping and naval director (Sergio Vasquez Pacheco), who is to arrive in Japan on 20 January on a 10-day visit, that the shipping company inaugurated by Kawasaki and the Ecuadoran Government last year own oversize tankers and that Ecuador export crude petroleum to Japan through the Japanese company. [Tokyo NIPPON KEIZAI SHIMBUN in Japanese 29 Dec 73 Morning Edition P 7 T--FOR OFFICIAL USE ONLY]

PAPER FROM USSR--Major paper pulp companies decided on 28 December to import large quantities of pulp, paper and cardboard on a long-term contract from the Soviet Union. They hope to sign a formal contract in January. In the first year 100,000 tons and eventually 300,000 tons will be imported. [Tokyo SANKEI SHIMBUN in Japanese 29 Dec 73 Morning Edition p 7 T]

PRC STEEL MILL--Hong Kong Dec 29 KYODO--The Nippon Steel Corporation has reached agreement with Chinese authorities on the export of part of an integrated steel mill, estimated at more than yen 100,000 million in value. This was revealed here Saturday by Teruyoshi Tasaka, vice-president of the largest steel-making company in Japan. He made the disclosure while in Hong Kong en route home from a visit to Peking for talks on the export deal. Tasaka said he would visit Peking again early next year to sign a formal contract on the deal. Negotiations with the Chinese on export of the steel mill had been conducted by three Japanese firms--Nippon Steel Corp.; Hitachi Shipbuilding and Engineering Co. and Kawasaki Steel Corp. However, the talks had been stalemated over export prices due mainly to the oil crisis. [Tokyo KYODO in English 1058 GMT 29 Dec 73 T]

PRC ENERGY COOPERATION--Tokyo Dec 28 KYODO--An energy division has been set up in the Japan-China Economic Association to promote mutual cooperation in energy development between Japan and China. The new division is headed by Toshiwo Doko, board chairman of Tokyo Shibaura Electric Co. (Toshiba). At its first meeting Thursday, they agreed to actively extend technical cooperation to China in the development of natural resources in the country, including oil, coal, natural gas and hydraulic power. [Tokyo KYODO in English 0242 GMT 28 Dec 73 T]

CHINESE RICE PURCHASED--Tokyo Dec 28 KYODO--The food agency has signed a contract with a Chinese corporation for the purchase of 30,000 tons of glutinous rice from that country, it was announced Friday. The agency said 15,000 tons would arrive here between January and March and the remainder after April. [Tokyo KYODO in English 1244 GMT 28 Dec 73 T]

IMPORT DUTY EXEMPTIONS--Tokyo Jan 10 KYODO--Offshore drilling equipment and four other items of heavy machinery plus waste disposal equipment used in atomic power plants will be exempt from import duties, it was by the government Thursday. [as received] The heavy equipment and machinery will be additionally included in the import duties exempt list, effective Saturday. The other heavy machinery to be exempt from import tariffs are gas turbines for private power generating equipment, steel pipe rolling mills and high-speed balancers. [Text] [Tokyo KYODO in English 1047 GMT 10 Jan 74 T]

With firm belief that the sixth congress of the Vietnam United Buddhist Church will fulfill its glorious mission of contributing to the entire people's struggle to end the war and restore peace and happiness to the country, we pray to Buddha that he will protect and bring peace, happiness and success to all of you high priests, venerables, bonzes, monks, nuns and believers.

FRONT RADIO EXAMINES DECLINE OF U.S. ECONOMY

Liberation Radio [Clandestine] in Vietnamese to South Vietnam 1400 GMT 29 Dec 74 SG

[Unattributed commentary: "A Dark Shadow Over the United States"]

[Text] The American people are looking to the new year in a gloomy, worry-laden atmosphere. The increasing difficulties encountered by the United States are becoming undeniable truth. Not only has the American press expressed deep concern about these difficulties but also many responsible officials of the U.S. administration and the President himself have had to acknowledge them. In a televised press conference on the evening of 2 December, President Ford had to officially acknowledge that the U.S. economy is experiencing three major disasters--inflation, recession and unemployment. He also said that inflation remains a long-term enemy of the United States and that economic recession is becoming a serious threat.

Meanwhile, unemployment is increasing rapidly, hurting many Americans. As a matter of course, the official statement on the status of the U.S. economy that the U.S. President made on the evening of 2 December was not at all encouraging. To millions of Americans, it was like cold water on a winter night.

Obviously, the U.S. economy is experiencing three disasters. Recall that many White House economic experts once proudly described inflation as a normal bout of fever stimulating the economy. Today, however, inflation weighs heavily on the United States, with the inflation rate exceeding 10 percent. This double-digit inflation, which is rare in the history of U.S. economic crises, portends a lasting, serious and virtually insurmountable disaster.

It is noteworthy that since 1973 inflation has increased steadily. Worse still, soaring inflation is coupled with decreased production. Thus, a new phenomenon is emerging in the U.S. economic situation which is referred to as "stagflation"--a term used by economists to describe a situation in which inflation is coupled with economic stagnation or a decline in production. In fact, the growth rate of the U.S. economy has noticeably declined, especially since early 1974. According to statistics released by the Treasury Department, for the first time in 15 years, the U.S. gross national product has declined for three consecutive quarters, and this decline could continue until late 1975 or later.

Another notable phenomenon is that U.S. automobile industry, which used to be considered a most stable industry, has declined rapidly. Because of increased fuel prices, a decline in purchasing power, and international competition, the auto industry has had to close down many plants. By late 1974, the three major corporations--General Motors, Chrysler and Ford--had reduced production by 26 percent. The U.S. construction industry, the second principal industry, has also declined seriously and is experiencing its most serious crisis since 1930. The decline in the auto and construction industries has entailed a decline in production of cement, glass, timber, electrical equipment and steel.

The steel industry is the third principal industry in the United States. The decline in production has rapidly increased the rate of unemployment--the third calamity afflicting the American working people.

At a press conference on 17 December, Treasury Secretary William Simon bitterly complained: The recession is worsening and is rapidly increasing unemployment. It is highly unlikely that the situation will improve soon. He anticipated an additional million Americans unemployed in 1975 and said that the unemployment rate would reach 7.5 or 8 percent--the highest in many decades.

The major economic calamities that have repeatedly afflicted the average American are vividly reflected in soaring commodity prices. The U.S. NEWS & WORLD REPORT on 9 September complained: Day after day, unprecedented, galloping price increases have afflicted the United States. Worse still, it is not known when this calamity will end. Americans are paying more for cars and gasoline. Meanwhile, commodity prices have rapidly increased, the price of clothing has increased, and each month the price of electricity increases. As a result of soaring fuel prices, business expenses have increased rapidly. Many enterprises are in a precarious situation, and farmers also have had to spend more money to purchase equipment.

The intensifying economic difficulties engulfing the United States are adversely affecting many strata of the American people. This is the sixth time since the end of World War II that the U.S. economy has experienced a recession.

The history of U.S. capitalism shows that the U.S. economy has experienced many periodic crises. However, the current crisis of capitalism in general and of the U.S. economy in particular has many new aspects that have made this crisis more critical and complex than ever before. Apart from the intrinsic contradictions that have driven the capitalist economy into periodic crises, the U.S. economy has also been affected by external factors, especially the new characteristics of the present era, which have rendered the consequences of the current crisis virtually insurmountable and incalculable.

The world socialist system emerged and steadily developed after World War II. As a result, the markets of the Western capitalist world shrank and experienced many contradictions.

While the U.S. imperialists were bogged down in their war of aggression in Vietnam, taking advantage of their declining position, many other imperialist countries which were dependent on the U.S. archimperialists intensified their competition with the United States, thus confounding the United States even more. Specifically, the Vietnamese people's victory in their anti-U.S. national salvation struggle breathed encouragement into the Asian, African and Latin American countries and helped to intensify the anti-U.S. struggle on the three continents. Many nonaligned countries which formerly were colonies supplying cheap raw materials and manpower to the colonialist powers have followed Vietnam's example. They are no longer afraid of the United States but dare and know how to fight the U.S. imperialists.

Following the Arab countries' oil punch that staggered the United States and its lackeys, many nonaligned countries have exercised their right to control their own resources, thus driving the U.S. and other imperialists dependent on them into fuel and raw material crises and causing them economic difficulties even more critical and insurmountable.

PAKISTAN MINISTER'S OFFER FOR TALKS CONSIDERED

Bombay SAMACHAR NEWS AGENCY in English 1244 GMT 1 Apr 76 BK

[Text] New Delhi, April 1 (SAMACHAR)--The Indian Government has "taken note of" a statement by Pakistan's minister of state for defence and foreign affairs that this country was prepared to enter into negotiations with India on all outstanding matters of mutual interest, Parliament was informed today.

The deputy minister of external affairs, Mr. Bipinpal Das, said however that there had been "contradictory statements and attitudes by the Pakistan Government."

India on its part, he affirmed, "is always prepared to enter into negotiations with Pakistan to settle all differences bilaterally through peaceful means."

Asked whether some concrete proposals had been made by either side to resume the negotiations, Mr. Das said exchanges with Pakistan were continuing to explore further possibilities of normalising relations. "We cannot suppress Pak suggestion for overflights. [sentence as received] Exchanges have taken place on that also."

7 BILLION YEN COMMODITY LOAN FROM JAPAN

Bombay SAMACHAR NEWS AGENCY in English 0930 GMT 31 Mar 76 BK

[Text] New Delhi, Mar 31 (SAMACHAR)--Japan today extended to India an untied commodity loan of 7 billion yen which will carry a slightly reduced rate of interest.

Today's exchange of notes between the two governments here completes Japan's commitment of 30.2 billion yen--the 15th yen credit--for 1975/76.

Japan's new ambassador to India, Mr. Takashi Suzuki and the secretary, Department of Economic Affairs of India, Mr. M.G. Kaul, signed and exchanged notes on the commodity loan.

The Japanese ambassador, Mr. T. Suzuki, who presented his credentials only last week, said the signing of today's agreement was an "auspicious start" for his assignment in India. Mr. Suzuki expected the new features of the loan--softer terms and untying--to be maintained in future economic assistance by his country.

Mr. Kaul welcomed the new terms and said the commodity loan would help India to buy raw materials, fertilisers, spares and components for industrial production.

Referring to Indo-Japanese joint ventures, Mr. Kaul said there was scope for expansion in this sector and it would be to the mutual advantage of the two countries, especially with the lower infrastructure costs in India.

India and Japan last year exchanged notes on two other segments of the 15th yen credit--a debt relief loan for 12.3 billion yen and project loan for 10.9 billion yen.

Today's commodity loan will be extended by the Overseas Economic Cooperation Fund of Japan which is to take over the extension of commodity yen credits to India from the export-import bank of Japan. This is the first loan that the fund, which provides loans on softer terms compared to the Export-Import Bank, is extending to India.

The interest rate of the commodity loan will be 3.5 percent per annum compared to the previous rate of 4 percent. The loan is repayable over a period of 25 years including a 7-year grace period.

Kimura said this in an exclusive interview with the KYODO correspondent here Saturday adding that the proposal made by U.S. Secretary of State Henry Kissinger Thursday was worthy of close examination because it represents the U.S. stand on north-south economic relations.

His support to the U.S. plan will be contained in his policy speech on Tuesday, Kimura said.

Kimura pointed out that delegates from major industrial nations such as West Germany and Britain have already overwhelmingly supported the U.S. call.

Some poorer nations proposing the establishment of the common fund to stabilize primary products prices also would back Kissinger's proposal on condition that the new system would offset the deficiency of the common funds plan, Kimura said.

He also said that he would call on other advanced nations to participate (in the dollar) 1,000 million emergency fund to be set up by the UNCTAD organization to help promote trade between advanced and developing nations.

In his speech Kimura said he would make it clear that the Japanese Government would contribute dollar 52 million to the UN-proposed agriculture fund to secure stable supply of farming products to both developed and developing nations.

The amount that Japan would donate is equivalent to that the West German Government has pledged.

With regard to the UN-proposed integrated program on commodities which the UN conference is expected to take up for discussion during the current session, Kimura said that Japan was ready to participate in this project if the developing nations' demands on the UN project were taken into account.

JCP OPENS CENTRAL COMMITTEE MEETING 11 MAY

Tokyo KYODO in English 0349 GMT 11 May 76 TK

[Text] Tokyo, May 11 KYODO--The Japan Communist Party opened its eighth general meeting of the party Central Committee Tuesday to coordinate activities until the next party convention, scheduled for this fall or earlier.

During the two-day meeting, Chairman Kenji Miyamoto is to report on the Diet situation, the recent meeting between the heads of the ruling and opposition parties, prospects for a unified national front of opposition forces and preparations for the next election of the House of Councillors.

Miyamoto is also scheduled to report on the results of the recent meetings here with Spanish and French communist leaders.

Tetsuzo Fuwa, chief of the party Secretariat, will report on the current campaign for expansion of subscriptions to the party organ "RED FLAG" and other issues.

Discussion at the Central Committee is expected to center on deletion of the words "proletarian dictatorship" and "Marxism-Leninism" from the party platform, publicly proposed earlier by Chairman Miyamoto.

KYODO Reports Miyamoto Speech

Tokyo KYODO in English 1127 GMT 11 May 76 OW

[Text] Tokyo, May 11 (KYODO)--Kenji Miyamoto, chairman of the Japan Communist Party, Tuesday strongly criticized Komeito and the Democratic Socialist Party and said formation of a united front will be carried out only with the Japan Socialist Party.

Miyamoto made the statement in his address at the eighth general meeting of the JCP Central Committee held here.

He said the JCP is determined to step up its efforts for formation of such a united front, whatever obstruction the DSP and Komeito may attempt.

Miyamoto charged that the DSP is only a "fifth column of the ruling Liberal-Democratic Party."

He also said that the JCP does not think it can continue consultations with Komeito, which, he said, is not a renovationist party in the true meaning of the words, on the formation of a united front.

It is believed that these statements made by the JCP chairman have shattered the idea of a united front led by the JSP, the JCP and Komeito, an idea which has been supported chiefly by Akira Iwai, former secretary general of the General Council of Trade Unions of Japan (SOHYO), Japan's largest labor federation.

This general meeting of the JCP Central Committee, which is scheduled to last for two days, was held for the purpose of stepping up the party's preparations for the coming general election later this year and upper house election next year.

Miyamoto revealed the view that the regular party congress, which has been scheduled for this fall, should be held in the first half of next year, prior to the upper house elections, because a general election is likely to take place this fall.

From this standpoint, he proposed holding the 13th extraordinary party congress late in July or early in August.

Tetsuzo Fuwa, chief of the JCP Secretariat, reported to the meeting the JCP's membership, which was slightly more than 300,000 at the time of the 12th party congress (held in November 1973), is nearing 400,000 at present.

He also clarified that the circulation of the daily edition of AKAHATA, organ of the JCP, has decreased, though slightly, from the 660,000 in December last year to 650,000 at present, while that of the Sunday edition has increased slightly from the level of 2,400,000 in the same period.

MARITA: MIKI SHOULD DISSOLVE LOWER HOUSE

Tokyo KYODO in English 0921 GMT 10 May 76 OW

[Text] Tokyo, May 10 KYODO--Chairman Tomomi Marita of the Japan Socialist Party said Monday that Prime Minister Takeo Miki should dissolve the House of Representatives as soon as possible and hold a general election in order to seek the people's will on the Lockheed scandals.

Narita, speaking at a luncheon of the Nippon Kisha Club (Japan Press Club) at Imperial Hotel here, said emphatically that his party would strive to unseat Prime Minister Takeo Miki's cabinet, continue thoroughgoing investigations on the Lockheed payoff scandal and promote cooperation among opposition parties.

The leader of the No 1 opposition party indicated that his party had arranged to have a total of 167 candidates run in the next election, to be held before the end of this year, aiming to boost its strength in the house.

The Socialist Party has already selected 162 candidates for the upcoming election and five others will soon be chosen, Narita said.

The opposition parties, Narita said, should seek in their next election a sharp increase of more than 32 seats in order to narrow down to less than six the gap in the numerical strength between the LDP and the four main opposition parties--Socialist, Communist, Komeito and Democratic Socialist. This would shrink the margin held by the conservative party over the reformist parties to the same level as in the present upper house, Narita said.

At present, LDP dietmen hold 274 seats in the lower house, while the four opposition parties have a combined total of only 204 seats.

Narita stressed that the major opposition parties should further work for promotion of a unified front in the general election in order to secure an opposition majority in both houses of the Diet in the future.

He noted that the upper house election is scheduled to be held in June next year to replace one-third of the total of 252 seats.

The opposition parties should join hands to avoid controversies in the opposition camp during the next general election campaign, the Socialist leader suggested.

Narita urged the other opposition parties to avoid criticising other opposition parties during the general election campaign and to unify their stands to combat the LDP, taking advantage of the present political upheaval caused by the Lockheed scandal.

A unified front of the opposition parties should be further promoted on a long-term basis to a point previously unreachd, he said, as leaders of the Komeito and Japan Communist parties have already agreed with Socialist leaders to do so.

He bluntly denied the possibility of nationalization of private enterprises if his party should assume the reigns of government in the future although he said there was need to curb the activities of private sectors.

BRIEFS

MORINAGA RETURNS--Tokyo May 11 KYODO--Teiichiro Morinaga, governor of the Bank of Japan, Tuesday afternoon returned here from Peking by a CAAC plane after winding up his 10-day visit to China. Morinaga had visited China at the invitation of the People's Bank of China. While in China, Morinaga held talks with Chinese Government and financial leaders, including Chen Hsi-yu, president of the People's Bank of China. [Text] [Tokyo KYODO in English 0804 GMT 12 May 76 TK]

DAILY REPORT

People's Republic of China

Vol I No 057

22 March 1979

INTERNATIONAL AFFAIRS

GENERAL

RENMIN RIBAO Discusses Soviet-Turkish-U.S. Relations [12 Mar]	A 1
RENMIN RIBAO on Soviet-Japan Relations, Northern Islands [14 Mar]	A 3
RENMIN RIBAO on USSR-U.S. 'Scramble' for Middle East Oil [16 Mar]	A 4
XINHUA Reports Waldheim's Comments on International Situation	A 6
USSR, Vietnam Suffer 'Disastrous' Security Council Defeat	A 6
UN Negotiating Conference on Common Fund Ends Session	A 8

SOUTHEAST ASIA & PACIFIC

Memorandum on 10 June 1977 Li Xiannian-Pham Van Dong Talks	E 1
Geng Biao Meets New Zealand Ambassador to China	E 9
Chen Muhua in Fiji, Has Talks With Acting Prime Minister	E 9
Wang Bingnan Continues Philippines Visit, Sees Imelda Marcos	E 10
Cambodian Radio Claims Further Revolutionary Army Victories	E 11

WESTERN EUROPE

Deng Xiaoping Talks With Group of British Friends of China	G 1
Vice Premier Wang Zhen Meets FRG Space Researchers	G 1
Chief of Swiss Public Economy Department Departs PRC	G 1
Kang Shien Meets Belgian Industrial Delegation	G 1
PRC-Belgium, Luxembourg Trade Committee Meets in Brussels	G 2
Finnish Parties Gain in Election Despite PRAVDA Opposition	G 2

EASTERN EUROPE

Romania Supports Settlement of Disputes Through Talks	H 1
SCINTEIA Says Military Blocs Endanger World Security	H 1
XINHUA Report on Iraqi-Romanian Communique	H 1
Prime Minister Karamanlis Visits Yugoslavia	H 2

MIDDLE EAST & AFRICA

Beijing Radio on Cuban, Soviet Involvement in Yemeni War	I 1
Iran Seeks Membership in Nonaligned Movement	I 2
Armed Conflict Erupts Between Kurds, Iran Government Forces	I 2
Khomeyni Suspends Secret Trials in Tehran	I 3
Bazargan Urges Iranians To Work in Earnest	I 3
XINHUA Commentary Denounces Racist Southern African Regimes	I 4

RENMIN RIBAO ON SOVIET-JAPAN RELATIONS, NORTHERN ISLANDS

HK211250 Beijing RENMIN RIBAO in Chinese 14 Mar 79 p 5 HK

[Study notes on international affairs by He Li [0149 4539]: "Impossible Mission to Fulfill"]

[Text] Not long ago something new took place in the ancient campus of Hokkaido University in Japan. Polyanskiy, the Soviet ambassador to Japan, unexpectedly went there to give a "lecture."

Actually the normal diplomatic activities of a foreign diplomat can hardly be considered news. However, this move of the ambassador was rather unusual and created quite a bit of attention. First, Hokkaido University is the only Japanese national university with a center for Slavic studies. In the more than two decades since the center was established with the Soviet Union as the target of studies and despite endless visits by visitors and foreign students, Soviet diplomats had all along chosen to "ignore" it. Second, in the "lecture" which lasted more than 2 hours, the Soviet ambassador spoke for only 6 minutes and, including the translation, it did not last more than 15 minutes. The rest of the time was spent listening to the "views of the people."

Such extraordinary and unusual behavior by the Soviet ambassador has caused the Japanese press to ask: What was the purpose of the ambassador's visit?

According to Japanese press analysis, the ambassador's move "stemmed from the signing of the Sino-Japanese peace treaty." According to hearsay, during the Sino-Japanese treaty negotiations Polyanskiy did not report back to his country that the two sides "were ready to sign an agreement." As a result, he was criticized for sleeping on the job when he returned on extended "home leave." It seems that after returning to his post, Polyanskiy was only trying to produce some results to atone for his past mistakes. However, past facts have informed people: The ambassador is only wasting his time in trying to fulfill that laborious and thankless mission. Turning back to 1976 when the gentlemen first arrived in Japan to take up his appointment, with the "energy" of a "super ambassador" he constantly directed those under him to use both threats and blandishments, combined with hard and soft tactics, against the Japanese. It could indeed be said that he spared no effort in his work of winning over people and gathering intelligence. In Hokkaido alone he set up a "Soviet-Japanese Friendship Cultural Association" and a "Soviet-Japanese Friendship Trade Association" and actively carried out a conciliatory policy to indoctrinate pro-Soviet ideas. However, Soviet-Japanese relations have steadily deteriorated. That is the inevitable outcome of Soviet hegemonist behavior toward Japan and a case of evil being recompensed with evil. Now the ambassador is stepping up the promotion of the selfish policy of the Soviet Union and also hoping to open up a new situation in the relationship with Japan. However, how can the "super ambassador" of the Soviet Union change the iron-clad relations of causality and retribution of history?

According to reports, the specific mission of Polyanskiy's visit to Hokkaido was to "personally observe the response toward the establishment of the new military installations on the Kunashiri and Etorofu islands" and listen to the "true voice of the people." Naturally what he wanted to hear was definitely not a kind of "firm protest." If he had wanted to hear that, there would have been no need for him to leave his foxhole in the Soviet Embassy. All he had to do was to read the newspapers or turn on the television and radio and he could have seen and heard the kind of strong opposition reflected by the Japanese Government and people. What he wanted to find out about was what he called the "psychological factor" of the Japanese people, or "whether the Japanese citizens have any interest in the so-called territorial question." However, that is no different than climbing a tree to look for fish. [paragraph continues]

About the time of the Soviet ambassador's activities in Hokkaido, the cries of the Japanese people calling on the Soviet Union to remove its military installations from the Kunashiri and Etorofu islands and return the northern territories as soon as possible were resounding throughout all the islands of Japan.

The Japanese people have given him a clear and unmistakable answer: The return of the four northern islands is "in any case a kind of indispensable psychological ritual to begin the establishment of friendly relations with a treacherous country that will stab people in the back." That is the "psychological factor" of the Japanese people!

Polyanskiy has been working in Japan for more than 3 years, and despite all his efforts, he has met with little success. Now, based on the strategy of "psychological offense is the best tactic," he thought he could get Japan to look upon the Soviet Union as a "good neighbor" so that the Japanese people would both physically and mentally allow the Soviet Union to occupy the four northern islands. It goes without saying that that will be an impossible mission to fulfill.

RENMIN RIBAO ON USSR-U.S. 'SCRAMBLE' FOR MIDDLE EAST OIL

HK220315 Beijing RENMIN RIBAO in Chinese 16 Mar 79 p 6 HK

[Article by Gu Jin [6253 3160]: "The Oil Problem and Contention Between the Soviet Union and the United States"]

[Text] The Middle East situation and the political situation of the gulf region have been unstable. In particular, the temporary suspension of Iranian oil to the West has caused a chain reaction in Western countries. Warnings concerning "oil shortages" have been spread everywhere.

In the United States the prices of gasoline, domestic fuel and heavy oil for factories have all risen. U.S. President Carter has asked Congress to give him the authority to adopt various measures under certain conditions including imposing gasoline rationing, closing gasoline stations during weekends, setting a limit to the temperature of public buildings and forbidding unnecessary neon lighting.

The International Energy Agency organized by various oil importing countries including the United States, West Germany and Japan issued a communique in Paris which noted that "serious danger exists" in the international oil market. The United States, the largest oil consuming country, which uses 18 million barrels a day, promised to decrease its daily consumption by some 1 million barrels. Other capitalist industrialized countries including Japan and some West European countries have also decided to decrease their total daily oil consumption by 1 million barrels to achieve a balance of supply and demand in the oil market and to prevent a sharp increase in oil prices.

Is it true that the Western world is facing a serious oil shortage? To the present, it is estimated that the oil reserves of various big oil companies and governments in the West are quite sufficient for 1 year. Therefore, there is no danger of oil shortage at the moment. Moreover, so far as the oil market of the Western world is concerned, the cutoff of Iranian oil represents a difference of only 2.3 million barrels a day; that is, a fraction of the market's daily need of 52.6 million barrels. Even so, the issue of oil has evoked violent reactions. At one time public sentiment was kept in a state of nervousness like facing an imminent catastrophe. It is surely not a fortuitous phenomenon that Western countries are very much concerned about the oil supply. Everyone knows that oil is the lifeblood of the Western world. Power for industry, transportation, lighting and heating all need it. Without oil, heavy industry and the chemical industry would be in a very difficult situation. Moreover, it is also the source of motive power for the war machine.

Japan, which was atom-bombed at the end of World War II, has long been maintaining a government policy to ban the manufacture, possession and presence of nuclear weapons in its territory.

Jiji Press, however, quoted U.S. Defense Department officials in Washington as saying that the document does not necessarily mean there are nuclear weapons in Okinawa. It was natural that such a document was sent to U.S. military units in Okinawa as preparation for their transfer to other areas which store nuclear arms, the officials said. They noted that it is a U.S. Government policy not to make public where American nuclear weapons are stored.

The 24-page document contains reference items, definitions of terms, and criteria and standards for protecting nuclear arms--ranging from general rules to procedures for transportation--and refers to the aptitude of personnel charged with nuclear weapons, Jiji Press said.

DEFENSE AGENCY REPORTS SOVIETS RESUME 'BEAR' FLIGHTS

OW160601 Tokyo KYODO in English 0553 GMT 16 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 16 KYODO--The "Tokyo Express", the southward flight of Soviet military planes off the eastern coast of Hokkaido and Honshu Islands, was resumed Thursday after an interval of nearly two years, the Defense Agency announced. Two Soviet TU-95 "Bear" bombers were detected around 5:45 a.m. flying south off eastern Hokkaido at a speed of about 700 kilometers an hour and altitude of 10,000 meters, according to the agency. After traveling southward for some two hours, the planes turned north in the sea southeast off Kanto district and disappeared off eastern Hokkaido at around 9:30 a.m. The agency had confirmed the previous "Tokyo Express" by four Soviet anti-submarine aircraft in October, 1977.

AIR SELF-DEFENSE FORCES, U.S. TO CONDUCT JOINT COMBAT DRILLS

OW160607 Tokyo KYODO in English 0556 GMT 16 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, August 16 KYODO--The Air Self-Defense Force will conduct a joint air combat drill with the United States Air Force from August 27 using U.S. Misawa base in Aomori Prefecture as the staging point, the Defense Agency announced Thursday. The four-day drill, third of its kind this year, will be held in the "B" and "R129" training airspace over the Pacific east of Misawa with 32 Japanese and 36 American fighters carrying out simulated dogfights. F-104J's and F-4EJ's of the ASDF's 3rd and 6th air wings as well as F-4D's of the U.S. 18th Tactical Air Command deployed at Kadena base in Okinawa Prefecture, will take part in the drill.

CONTRACTS SIGNED WITH U.S. FIRMS FOR OIL EXPLORATION IN CHINA

OW160307 Tokyo KYODO in English 0259 GMT 16 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 16 KYODO--Japan National Oil Corp has signed contracts with U.S. oil firms to jointly explore offshore oil reserves in the South China Sea near China's Zhujiang River, the NIPPON KEIZAI SHIMBUN reported Thursday. The nation's state-run oil company signed the contracts separately with Exxon Corp, Mobil Oil Corp, the Standard Oil Co of California (Socal), Texaco Inc group and Phillips Petroleum Co, the paper said.

Under the contracts, the Japanese and American companies will equally share prospecting costs. The Japanese firm will receive data obtained through geophysical prospecting, it said.

Japan National Oil Corp, will also conclude similar arrangements with the British Petroleum Co., and Cie Francaise des Petroles (CFP) of France to jointly tap offshore oil deposits in China's Yellow Sea, the influential business journal said. Meanwhile, Japan and China will start talks in Tokyo or Beijing in September on details of joint development of oil reserves in the Bohai Bay, the same newspaper said. Japan has agreed with China to take all or half of prospecting risks in the Bohai Bay project, it said.

ANNUAL FISHERY TALKS WITH SOUTH KOREA TO BEGIN 20 AUGUST

OW160429 Tokyo KYODO in English 0410 GMT 16 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 16 KYODO--The 14th annual Japan-South Korea fishery talks will begin at the Foreign Ministry building August 20, the ministry announced Thursday. The meeting is based on the Japan-Korea fishery agreement and is held every year alternately in Tokyo and Seoul. This year, it will center on research into fishery resources and guidelines on handling maritime incidents between Japanese and Korean vessels, the ministry said.

The three-day talk will be attended by Shinkichi Katayanagi, advisor to the president of the Central Cooperative Bank for Agriculture and Forestry, as well as Kunio Yonezawa, deputy director-general of the Fishery Agency. South Korea will be represented by Chu Hong-chang, deputy director general of the country's fishery agency. An expert meeting is being held between the two countries at Nagasaki from August 15 to 18, it added.

TRANSPORT MINISTRY WANTS LOW-INTEREST LOANS FOR AIRLINES

OW160405 Tokyo KYODO in English 0235 GMT 16 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 16 KYODO--The Ministry of Transport has reportedly decided again to ask the Finance Ministry to revive the now-defunct special low-interest governmental bank financing system for purchase of foreign aircraft by Japanese airlines. According to informed sources, the Transport Ministry is to seek a yen 60 billion "special account" appropriation in the fiscal 1980 national budget to resurrect the system discontinued at the end of fiscal 1975.

The special governmental financing system, under which the Export-Import Bank of Japan provides low-interest loans to airlines buying foreign airplanes, was first adopted in fiscal 1973 and maintained in the following three fiscal years. Utilizing this system, Japanese airlines imported a total of 38 airplanes in the three-year period. But the system has been discontinued since fiscal 1976 because domestic commercial bank rates declined sharply and the U.S. Export-Import Bank relaxed the conditions of its loans for aircraft exports.

Last year, the Transport Ministry made its first request with the Finance Ministry for revival of the system from the standpoint of promoting the business of the Japanese airline industry. Although commercial bank rates remained low at that time, the system had been considered a decided financial help to Japanese airlines because easy new plane-buying loans were available under the system, regardless of their financial conditions. But the Finance Ministry rejected last year's request on the ground that abundant low-interest loans were available on the domestic money market.

Japanese airlines thus had floated convertible bond issues or turned to the Ex-Im Bank of the U.S. for raising their necessary aircraft purchase funds. Despite this, the Transport Ministry decided to seek revival of the system again this year because domestic bank interest rates have sharply gone up in the wake of two rounds of official discount rate hikes, carried out last April and last June.

Besides, the U.S. governmental bank's lending rates have also climbed under Washington's new tight-money policy, with the rate for a 10-year loan rising to 8.25 per cent, higher than the Japanese equivalent, and a great deal of funds is needed by Japan's three major airlines for their next fiscal 1980 aircraft purchasing plans. Japan Air Lines plans to buy 10 new planes, including DC-10's and Boeing 747's (Jumbos) in the fiscal year, All Nippon Airways Co (ANA) four Boeing 747 SRs (super jumbos) and Toa Domestic Airlines Co (TDA) five DC-9 Super 80's.

The sources said the system's revival could arouse a new conflict for leadership in financing aircraft purchases between two governmental banks, the Export-Import Bank of Japan and the Japan Development Bank, both eyeing such financing as replacement for their sharply declined financing of the shipping and shipbuilding industries. Whether aircraft purchase financing is "import financing" or "industrial development financing" is now a moot question, they added.

SELF-DEFENSE FORCE EARTHQUAKE CONTINGENCY TASKS OUTLINED

OW141015 Tokyo KYODO in English 0939 GMT 14 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 14 KYODO--The government's central anti-disaster council outlined Tuesday what it believes to be the task of the Self-Defense Forces in case of a major earthquake. The council will publish the recommendations in its "Fundamental Anti-Quake Plan" by early September.

According to a council spokesman, the defense forces, mobilized by a major quake warning issued by the prime minister, will be deployed at prospective disaster areas to conduct rescue operations and to move sick or injured persons smoothly to other areas. Using helicopters, they will also survey the sites, release information and guide people in evacuation orders. The details of the task will be studied by the Defense Agency with the council's plan as the guideline, the spokesman said.

The council, principally managed by the National Land Agency, has studied the task of defense force troops since the recent enactment of anti-quake measures that authorized them to go on rescue assignments at the request of the prime minister. The agency has been also urged by the Defense Agency to elaborate on the task of SDF troops in a disaster, he said.

The National Land Agency clearly recognized that in disasters, the SDF troops can provide precise information, smoothly guide evacuating population and sweep away vehicles on roads in cooperation with the police force, he added. The plan is being worked out by the council to guide central and municipal-level administrators as well as private enterprises concerned about anti-quake measures. However, observers speculated that the release of the council's report might lead to another round of political disputes in the Diet with the leftist camp fearing coercive security measures by the armed forces in emergencies.

U.S.-MADE PART BLAMED FOR NUCLEAR REACTOR SHUTDOWN

OW111315 Tokyo KYODO in English 1253 GMT 11 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 11 KYODO--The International Trade and Industry Ministry and Natural Resources and Energy Agency announced Saturday that the emergency stoppage of Kansai Electric Power Co's No 1 reactor July 14 was caused by a falsely specified pressure switch for steam escape in its cooling system.

They said part of the American-made switch was found to be of copper alloy instead of stainless steel as manifested in the specification document supplied by the manufacturers. The material of the Bourdon tube, the cord of the pressure gauge, being copper alloy, the tube developed a crack in its interior and misled the pressure switch into operation, they said.

As a result, one of primary steam escape valves opened and released steam, lowering the pressure in the steam pipe connecting the turbine with the steam generator and setting the emergency core cooling system (ECCS) in motion, the authorities said.

The authorities instructed the utility company to study seeking damages from the main contractor of the nuclear reactor, Westinghouse Electric Co. They issued the instruction since Japan chiefly depends on imported parts of nuclear generators, and that any defect might affect local nuclear power plants seriously. Kansai Electric Power estimates the loss at yen 100 million per day.

ENVIRONMENTAL AGENCY TO ANNOUNCE NEW VEHICLE EMISSION STANDARDS

OW121101 Tokyo KYODO in English 1049 GMT 12 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 12 KYODO--The Environmental Agency will Monday announce new emission levels for gasoline and liquefied petroleum gas (LPG)-fueled vehicles in line with the stricter second round of emission controls to be implemented from 1981. Under the new standards, nitric oxide emissions from small sized cars must be reduced 40 per cent from 1979 levels, while medium-sized cars must reduce emissions by 25 per cent.

The Transport Ministry will Tuesday announce the effective date of the new regulations after revising the safety standards for transport vehicles in line with the new emission controls. The new emission controls will apply to new Japanese-made vehicles models including light vans from January 1981. Cars already in production and new small trucks will have until December 1981 to comply. Other small trucks already in production will have to conform by November 1982. The new controls are particularly aimed at small gasoline fueled vehicles weighing under 1.7 tons, excluding passenger cars, and medium-sized gasoline-driven vehicles such as small trucks weighing between 1.7 and 2.5 tons.

The new maximum emission level is 0.84 gram of nitric oxide per one-kilometer run in the case of small cars, or a decrease of 0.56 gram from the present level. In the case of medium-sized cars, the maximum emission is 1.26 gram, down 0.34 gram from the existing level. The new emission controls will apply to small imported cars from April 1983 and to medium sized models from April 1984, the agency said.

BRIEFS

AID TO BANGLADESH--Tokyo, Aug 6, KYODO--Japan will extend \$7,920,000 to Bangladesh to purchase rice from Thailand, Burma and Japan under the food aid convention of the international wheat agreement 1971, the government announced Monday. It will also provide Bangladesh with a grant aid of yen 2,000 million for construction of a warehouse for food, and another totaling yen 700 million for medical equipment for the Circulatory Disease Research Institute in Dacca. Notes concerning the assistance were exchanged Monday in Dacca by Japanese Ambassador Hironori Ito and Bangladesh Finance Secretary A.M.A. Muhith, the government said. [Text] [Tokyo KYODO in English 1135 GMT 6 Aug 79 OW]

The team headed by Rep. Pak Il said today two questionable points have emerged surrounding the police announcement attributing the death to her plunging to the ground from the fourth-floor auditorium of the NDP headquarters when riot police stormed the building on Aug. 11. The two are on whether she actually plunged to her death and on the time of her death, said the team making public its interim report on Kim's case.

Meanwhile, warrants of arrest were sought today by the prosecution for the three leaders of the Y. H. Trading Company female workers for organizing illegal demonstration and sit-in protest at the NDP headquarters. The three are Miss Choe Sun-yong, 25, chief of the Y. H. Trading Company labor union chapter, her deputy Yi Sun-chu, 22, and chapter secretary general Pak Tae-yon, 22.

Choe's other deputy Miss Kwon Sun-kap, 25, was being sought for having led the employees' collective action. The four are charged with breaking the special measures law on the safeguard of national security and laws governing assembly and demonstrations.

OHIRA SUGGESTS EXPANSION OF JAPAN-ROK EXCHANGES

SK160246 Seoul HAPTONG in English 0234 GMT 16 Aug 79 SK

[Text] Tokyo, Aug. 15 (HAPTONG)--Saying South Korea and Japan still lack a full mutual understanding of each other, Japanese Prime Minister Masayoshi Ohira today suggested an expansion of economic and cultural exchanges between the two countries to further deepen mutual understanding. Ohira made the suggestion in his talks with Rep. Yi Tong-won, visiting chairman of the Korean National Assembly Foreign Affairs committee.

The prime minister welcomed the recent bilateral agreement on a program of regular exchange for members of the legislative foreign affairs panels of the two countries as a move expected to greatly contribute to the promotion of mutual understanding between the two neighboring nations and pledged his active support of it. He at the same time ruled out the possibility of his Korean visit in the immediate future by saying he would carefully consider a Korean visit by him.

'SALES MISSIONS' SENT TO JAPAN, U.S., EUROPE, MIDEAST

SK160300 Seoul HAPTONG in English 0256 GMT 16 Aug 79 SK

[Excerpt] Seoul, Aug. 16 (HAPTONG) -- The government has decided to dispatch ten large-scale sales missions to four regions including Japan, America, the European region and the Middle East during September and October in a move to launch sales promotion for Korean export products during the latter half of this year.

According to the Commerce-Industry Ministry today, a group of 20 businessmen representing the textile industry will leave here for Japan on Sept. 17 to stage trade negotiations for the sales of Korean textile products with Japanese wholesalers and department stores for about 20 days in major Japanese cities. Meanwhile, four other teams will also visit Japan to hold commodity shows on electronic products, leather goods and machineries, and to establish systematic supplying channel of the Korean products for Japanese traders, the ministry said.

Along with this, five separate Korean missions will be sent to America, the European area and the Middle East during the same period for the sales promotion of Korean light industrial products, among others.

BANKS SIGN \$8 BILLION LOAN PACT WITH PRC

OW161219 Tokyo KYODO in English 1158 GMT 16 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 16 KYODO--Japanese and Chinese bankers signed an agreement here Thursday for \$8 billion in short- and long-term loans to China by a private Japanese syndicate to be used for Chinese trade payments to Japan.

Thirty-one Japanese commercial banks including the Bank of Tokyo are jointly offering the syndicated loans, comprising \$6 billion in short-term loans and \$2 billion in long-term loans. The agreement took effect immediately.

Attending the signing ceremony were Yasushi Watanabe, vice president of the Bank of Tokyo, and other Japanese bank leaders representing the Japanese banks, as well as Zhang Yanqing, vice chairman of the Bank of China, and two other Chinese representatives.

The six-month short-term loans, participated in by 31 banks, charges the prevailing standard Eurodollar interest rate plus 0.25 per cent. The four-year-and-six-month long-term loan by 22 banks charges a 0.5 per cent premium on the Eurodollar interest rate. The loans were basically agreed upon in May to expedite China's four modernization programs. Shipments of Japanese exports of plants to China will start in autumn.

China will use the loans for trade payments to Japan to fulfill the Japan-China long-term trade agreement revised in March. The trade agreement, extended until 1995, aims at enlarging total bilateral trade volume to \$40-60 billion. The Export-Import Bank of Japan has already extended a loan to China for the development of resources. The EXIM Bank along with other city banks have also offered supplier's credit to Japanese exporters to China.

SENKAKU TALKS WITH PRC FACE DIFFICULTIES

OW170129 Tokyo KYODO in English 0010 GMT 17 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 17 KYODO--Japan and China cannot reach an agreement easily on joint development of undersea oil around the Senkaku islands in the East China Sea, according to sources close to the Ministry of International Trade and Industry. The sources noted the two countries differ in basic views on the continental shelf between China and Japan. Not only Japan but also China as well Taiwan claim ownership of the Senkaku group, called Diaoyu Islands in China. The sources believe no agreement will be reached before settling the dispute over dominion of the islands. The Foreign Ministry is ready to open talks soon with China on joint development of offshore oil around the Senkaku Islands.

TALKS ON BOHAI BAY OIL PROJECT TO RESUME IN BEIJING

OW161501 Tokyo KYODO in English 1251 GMT 16 Aug 79 OW

[Text] Tokyo, Aug 16 KYODO--Japan will resume negotiations with China in Beijing possibly in late September on joint development of undersea oil resources in south Bohai Bay, an International Trade and Industry Ministry official said Thursday. Re-negotiations will be a followup to the latest talks held in Beijing early this month, he said.

Agreement on Loan Sum

OW061235 Tokyo KYODO in English 1205 GMT 6 Dec 79 OW

[Text] Beijing, Dec 6 KYODO--Prime Minister Masayoshi Ohira agreed Thursday to extend yen 50 billion as the initial year's aid loan to China for six construction projects. At the same time, Ohira expressed Japan's readiness to assist China in building a memorial hospital as a symbol of friendship between the two nations. Ohira made these plans known in the second talks he had with Chinese Premier Hua Guofeng in the Great Hall of the People Thursday afternoon.

China believes it will take dollar 1.5 billion to put through the six projects that include construction of ports, railroads and a hydroelectric power station.

Ohira, who arrived in Beijing Wednesday on a five-day official visit as the first Japanese Prime Minister in office to make such a trip in 7 years, promised to put up yen 50 billion as the initial fund during the current fiscal year.

China figures the cost of the projects in terms of the dollar while Japan computes it in yen.

Ohira's agreement to help China build the hospital increases to seven the number of projects Japan will help the Chinese with in their determination to modernize their country before the turn of the century.

The yen 50 billion will be offered in principle in the form of an unsecured loan, allowing China to use the money to buy goods and services from anyone it chooses. The loan will carry annual interest of 3 percent to be repaid over 30 years after a 10-year grace period.

According to officials, Ohira told Hua and other Chinese leaders that the amount of money Japan will provide China in 1980 and beyond will depend on the financial situation. The officials said Hua told Ohira he respects the Japanese Government's view.

It was believed certain that Japan will give China grants for construction of the hospital.

In addition, Ohira told Hua Japan would offer China yen 1 billion over a 5-year period to assist China learn the Japanese language.

Officials said Ohira and Hua also agreed on Japan giving China preferential tariff treatment starting next April, promotion of joint development of oil, coal and nonferrous resources, and technical cooperation on the governmental level in the agricultural and fishery fields.

Hua expressed his support in principle of a Japanese request for visits to China's northeastern region (former Manchuria) by Japanese families to conduct memorial services.

The two prime ministers agreed to further promote cultural interchange as a result of the signing of a Japan-China cultural interchange agreement. They also reached agreement on Chinese cooperation in recovering the remains of the Japanese passengers aboard the sunken World War II transport ship Awa Maru.

I. 6 Dec 79

D 10

PRC INTERNATIONAL AFFAIRS
NORTHEAST ASIA

Officials said the two prime ministers and Foreign Ministers Saburo Okita and Huang Hua spent the first 40 minutes of the two-hour meeting Thursday discussing the situation in Korea and Indochina. Chinese Deputy Premier Ju Mu was also present.

Ohira was reported to have given in detail Japan's position on the international situation, expressing his belief that international disputes must be settled by peaceful means. He also told the Chinese that Japan would carry out its pledge to give Vietnam yen 14 billion in grants and credits but said the timing was undecided. Hua told Ohira, officials said, it was up to Japan to decide when it implements the aid to Vietnam but he hoped the Japan would take the Indochina situation into consideration.

Ohira said Japan would work to establish an international environment conducive to dialogue between South and North Korea. Taking note of Hua's reference to South Korea's democratization in the talks Wednesday, Ohira told the Chinese premier Japan considered it important that other nations' future course should be decided by themselves. Ohira said South Korea is making efforts for democratization. He appealed to Hua to urge the North to exercise restraint.

Concerning Japan's aid to China, Ohira said Japan must keep in mind its cooperation with various West European nations, maintain balance with Japanese assistance to the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), and that Japan could not offer China military cooperation.

OHIRA VISITS MEMORIALS TO MAO ZEDONG, ZHOU ENLAI

OW060637 Tokyo KYODO in English 0629 GMT 6 Dec 79 OW

[Text] Beijing, Dec 6 KYODO--Prime Minister Masayoshi Ohira and his party visited the Memorial Hall dedicated to Chairman Mao Zedong at Tiananmen Square Thursday morning and observed a moment of silent tribute to the late Chinese leader. They were accompanied by Han Nianlong, vice minister of foreign affairs, Fu Hao, ambassador to Japan and other Chinese officials.

Ohira, his wife Shigeko, Foreign Minister Saburo Okita, and adviser to the delegation Susumu Nikaide, who is a member of the Japanese House of Representatives, bowed deeply in front of the seated figure of the late chairman. Later, they saw the chairman's embalmed body in a crystal casket.

Ohira and his party then visited the Zhou Enlai memorial exhibition at the Historical Museum and placed a wreath of white chrysanthemums before the bust of the late premier. On display were various records and articles related to Zhou Enlai since his childhood to his death in 1976.

JAPAN, PRC SIGN CULTURAL EXCHANGE AGREEMENT IN BEIJING

OW061107 Tokyo KYODO in English 1019 GMT 6 Dec 79 OW

[Text] Beijing, Dec 6 KYODO--Japan and China signed a bilateral cultural agreement Thursday to promote mutual understanding and friendship in science, art, sports, and other fields. The signing at the Great Hall of the People was performed by Japanese Foreign Minister Saburo Okita and Chinese Culture Minister Huang Zhen and witnessed by Prime Minister Masayoshi Ohira and Premier Hua Guofeng. The agreement is based on the Article Three of the Japan-China peace and friendship treaty signed in October 1978. According to the article, the two nations "endeavour to further develop economic and cultural relations between the two countries and to promote exchange between the people of the two countries."

1. 6 Dec 79

0 11

PRC INTERNATIONAL AFFAIRS
NORTHEAST ASIA

In the agreement, the two nations also promised to cooperate in the exchanges of scholars, students, teachers, artists, and athletes and in joint science studies and research.

China harbors great expectations of Japan's science and technology for its "four modernizations" and plans to send about 450 students to Japan in fiscal 1979 ending next March. It has also requested Japan to increase the students' number to 700.

During his visit, Chira will promise to grant yen 1 billion to China to help Japanese language education.

JAPAN, PRC AGREE ON BOHAI BAY OIL DEVELOPMENT

060555 Tokyo KYODO in English 0543 GMT 6 Dec 79 OW

[Text] Beijing, Dec 6 KYODO--Japan and China signed a basic agreement here Thursday on their joint development of oil deposits in Bohai Bay, opening the way for China's first search for oil with a foreign interest.

The semi-official agreement on the dollar 1.2 billion project was concluded by the government-financed Japan National Oil Corporation and the China National Oil and Natural Gas Exploration and Development Corporation.

The accord laid down only an outline of the project, but informed sources said drilling of test wells is expected to start in the summer of 1980, with commercial production of crude oil to begin around 1984. Production will last for about 10 years, with total output during the period estimated at 100 million metric tons, the sources said. The agreement calls for a dollar 210 million Japanese investment in initial exploration for oil in the southern and western parts of Bohai Bay totaling 24,500 square kilometers. Japan and China will bear almost equally--49 and 51 percent, respectively, of the cost of development estimated at dollar 1 billion.

When an oilfield is discovered, a part of the output of each oilfield will be supplied to Japan over a 15-year period from the start of production. Of the output, 15 percent will go to China, and the remaining 85 percent will be equally shared by Japan and China. Hence, 42.5 percent of the output will go to Japan. Total output of crude in the area is estimated at 100 million kiloliters.

The Japanese corporation will set up a subsidiary to undertake the project. The subsidiary will sign a formal contract with the Chinese corporation.

The signing of the basic agreement, timed with Japanese Prime Minister Masayoshi Ohira's visit to Beijing, is expected to help step up bilateral cooperation in the development of oil, coal and other natural resources in China.

BRIEFS

JAPANESE GUESTS IN JIANGSU--A 10-member delegation from Japan's Kagawa Prefecture, the native home of Japanese Prime Minister Chira, visited Nanjing and Yangzhou cities of Jiangsu between 21 and 24 November. Led by the prefectural governor, the delegation was feted by (Zhou Yifeng), vice chairman of the Jiangsu Provincial Revolutionary Committee. [Nanjing Jiangsu Provincial Service in Mandarin 2300 GMT 24 Nov 79 OW]

NEW JAPANESE-CHINESE DICTIONARY--Shenyang, 23 Nov--A "New Japanese-Chinese Dictionary" was published recently by the Liaoning People's Publishing House. Compiled by teachers of the Dalian [Luda] Foreign Language Institute, the dictionary has nearly 70,000 entries, totalling 4.17 million words. [Beijing XINHUA Domestic Service in Chinese 0142 GMT 23 Nov 79 OW]

TA KUNG PAO DISCUSSES CHINA'S ECONOMIC CHANGE OF EMPHASIS

HK220350 Hong Kong TA KUNG PAO in Chinese 22 Mar 79 p 1 HK

[Special column by Kung Yao-wen: "The Emphasis in China's Economic Construction Is Being Readjusted"]

[Text] Just when China launched its counterattack in self-defense against the Vietnamese aggressors, circles concerned in Japan received information that discussions on prices for some orders concerning the Shanghai Baoshan iron and steel enterprise were being postponed for the time being. This incident immediately caused profuse debate.

A similar debate also took place in Hong Kong. Some people mentioned a specific figure, saying that the war of counterattack in self-defense had cost China \$200 million and that as a result the four modernizations had been affected and their pace slowed down.

Thus a border war which lasted only 16 days slowed down China's four modernizations. Do you think that China is really unable to withstand such a slight stir? Do you think that, when deciding to launch the counterattack in self-defense, the Chinese authorities failed to consider the four modernizations and then acted in a panic after the war started?

Obviously things did not happen that way. The four modernizations were not brought to a halt, nor did the counterattack in self-defense knock a hole in the economy. Many facts confirm this.

The Question of the Discussion on Prices for the Baoshan Iron and Steel Plant

The best instance of this is the agreement signed in Tokyo 2 days ago by Liu Xiwen, vice minister of foreign trade. This document not only extends the Sino-Japanese long-term trade agreement by 5 years, terminating it in 1990 instead of 1985, but also increases the value of trade by 100 to 200 percent. It was previously said that the total value of trade in the long-term agreement could be as much as \$20 billion; now they have decided to increase it to \$40 to 60 billion.

With regard to those orders for the Baoshan iron and steel enterprise, the two sides were only talking in general terms and have yet to hold detailed talks on the method of payment and the price. Liu Xiwen pointed out in Japan that the sole reason why the previous talks had been broken off was because of disagreements over the price, with the Japanese side setting too high a price. Since the relevant contracts have been signed, they will of course be carried out. However, the Chinese side hopes that the price will be reconsidered and also that it can be paid in installments.

All this makes it clear that the capital construction of the Baoshan iron and steel enterprise will go ahead and be completed, and there is no question of cancelling the project. In addition, apart from extending and expanding the Sino-Japanese long-term trade agreement, China also signed on 4 March--while the counterattack in self-defense was still going on--a Sino-British economic agreement with British Industry Minister Varley. This agreement is worth \$14 billion. This shows all the more clearly that large-scale construction for the four modernizations will continue to advance at high speed.

New Signs in Economic Work

However, on the other hand, we can see from documents issued by Beijing many new signs that China is taking certain new views in economic work.

NAKASONE STRESSES FRIENDLY JAPAN-PRC RELATIONS

OW161911 Beijing XINHUA in English 1835 GMT 16 Nov 83

[Text] Tokyo, November (XINHUA) -- Japanese Prime Minister Yasuhiro Nakasone said today Japan's friendly and good-neighborly relations with China cannot be shaken by any storm and stress in the world situation.

Nakasone said this to a visiting Chinese journalist delegation headed by An Gang, chief editor of the newspaper ECONOMIC DAILY. He reaffirmed the principles guiding Sino-Japanese relations, namely, peace and friendship, equality and mutual benefit, and long-term stability. Nakasone emphasized the importance of the contacts between the youth in the two countries. He said he is sure that the friendly Sino-Japanese relations will remain solid in his generation. He expects to discuss in depth with the general secretary of the Chinese Community Party, Hu Yaobang, when he visits Japan this month how to carry on the friendly relations from one generation to another.

Nakasone expressed the hope for greater economic cooperation between the two countries. He said the volume of trade can still be increased by filling each other's needs and making up for each other's deficiencies. On cultural interchange, the prime minister said the two nations should learn from each other and increase contacts in academic and scientific circles. The Chinese journalist delegation arrived here on November 6 and will leave on November 17.

LI PENG MEETS JAPANESE CONSTRUCTION DELEGATION

OW161407 Beijing XINEUA in English 1319 GMT 16 Nov 83

[Text] Beijing, November 16 (XINHUA) -- Vice-Premier Li Peng met here this afternoon with a Japanese delegation from the construction department of the Japan-China Association on Economy and Trade led by Saburo Yamamoto.

The delegation, made up of civil engineering experts, came here to study China's policies on capital construction planning, urban construction and environmental protection, and to discuss with their Chinese counterparts the technical exchange and cooperation between the two countries.

PRC, JAPAN REVIEW LONG-TERM TRADE AGREEMENT

OW162343 Beijing XINHUA in English 1650 GMT 16 Nov 83

[Text] Tokyo, November 16 (XINHUA) -- Japan hopes to import more energy and other resources from China in the future, said Japanese International Trade and Industry Minister Sosuke Uno this afternoon at a meeting with Liu Xiwen, chairman of the Chinese Committee for China-Japan Long-Term Trade Agreement.

Uno told Liu Japan's economy is recovering and oil and coal still make up two-thirds of its energy consumption, so it hopes to import more energy and other resources from its neighbor China. Liu held talks this morning with his Japanese counterpart Toshio Doko to review the execution of the Sino-Japanese long-term trade agreement and make future arrangements. The two sides signed a summary of talks.

The two sides explained the energy conditions in their own countries and agreed to revise the agreement on the export of Chinese coal to Japan signed on September 23, 1982. According to the revision, China will export 3.8 to 4.2 million tons of coal to Japan in 1984, at least 1.8 million less than the originally-set amount.

RENMIN RIBAO ON ZHUHAI SPECIAL ZONE DEVELOPMENT

HK020641 Beijing RENMIN RIBAO in Chinese 24 Dec 84 p 2

["Newsletter" by reporters Liu Shiping, Li Zelan, and Mu Yang: "The Road Taken by Zhuhai"]

[Text] When we arrived at Zhuhai, the topic people most often discussed with us was the inscription written by Comrade Deng Xiaoping while he was on an inspection tour of Zhuhai in January this year. The inscription was: "The Zhuhai Special Economic Zone is fine." This sentence not only affirmed the achievements scored by the special zone since it was run on a trial basis and the correctness of the special policies and flexible measures implemented in the special zone, but also showed clearly the orientation and guiding thought for further developing the special zone: "Our guideline is to open and not to withdraw."

Situated on the Nan Hai and at the mouth of the Zhu Jiang, the open coastal city has a vast expanse of sea area and wonderful views. It has 112 big and small islands in the surrounding area, with long coastlines extending 690 km and a flat and broad sandy bay. It is about 80 nautical miles, at the nearest point, from the central forward position of the Nanhai oil field, is accessible from Hong Kong by a 36-nautical mile water route in the east, is linked to Macao by land in the south, and is over 140 nautical miles from Guangzhou in the north. It is indeed an open port richly endowed by nature. However, the economic development and tempo of construction of the Zhuhai Special Economic Zone were slower than those of Shenzhen in the first 3 years of its establishment. It was not until January this year, after Comrade Deng Xiaoping inspected Zhuhai, that the leading cadres and the broad masses came to realize that the previous policy of development, which one-sidedly "laid stress on tourism," did not conform to the requirements of the CPC Central Committee, and that only by building the Zhuhai Special Economic Zone into a comprehensive special zone centering on industry and concurrently running various trades and professions, such as industry, commerce, agriculture, animal husbandry, houses, and tourism, was it possible for Zhuhai to have broad prospects. From then on the special zone started taking new steps in its capital construction.

From January to September this year, the gross industrial output value of the Zhuhai Special Economic Zone was 177 million yuan, an increase of nearly 100 percent against the 90 million yuan of the same period last year. Its financial revenue was 79.19 million yuan, an increase of 58.9 percent against the 46.65 million of the same period last year. In addition, October was also a busy season for Hong Kong and Macao compatriots returning to their native places to hold memorial ceremonies for their forefathers, to visit relatives and friends, and to go sightseeing, because the double ninth festival fell in that month. The financial revenue for that month alone reached 15 million yuan, equivalent to more than 200 percent of total revenue before the establishment of the city.

Now that Zhuhai City has initially created an investment environment, it imported \$190 million of foreign funds in the first half of this year, an increase of 1,300 percent over the same period last year. At the first Chinese open coastal cities investment symposium recently held in Hong Kong, Zhuhai Mayor Liang Guangda signed 43 contracts or letters of agreement with foreign businessmen, involving the import of foreign funds totaling \$300 million.

What made it possible for the Zhuhai Special Economic Zone to attain such notable results in a period of over 6 months?

Comrade Fang Bao, first secretary of the city CPC Committee, held that the key lies in grasping the elimination of "leftism," the policy of opening to the outside world, and reform.

Comrade Fang Bao was transferred from Shenzhen to Zhuhai a short time ago. He said: In eliminating "leftism" in the special zone, it is first necessary to implement the policy of opening to the outside world and, in implementing the policy of opening to the outside world, it is necessary to carry out structural reform. This is a dialectical relationship. In the past few years, however, some leading cadres and masses have failed to fully emancipate their minds. Being afraid of departing from the correct stand in importing foreign funds, they set forth stringent terms so that few transactions were concluded. In importing foreign investments and technology and straightening out economic relations, they were still fettered by the idea of state monopoly in business transactions and were afraid of competition. Being afraid of chaos, the management departments exercised excessive and rigid control and dared not transfer power to lower levels. On the question of distribution, there was a serious trend of egalitarianism. Proper reform was not carried out in various fields such as the personnel, labor, wage, bonus, and management systems. On the question of ownership, affected by the idea of being "large in size and collective in nature", they dared not fully develop the individual cooperative commerce, handicraft, and service industries. They dared not give preferential treatment in taxation or reduce or exempt from taxation as was necessary. All these were manifestations of "leftist" ideas. They hampered the implementation of the policy of opening to the outside world and the progress of reform.

Once minds are emancipated, reform and the policy of opening to the outside world can be carried out at a tremendous pace. To confirm this point, we interviewed the two engineers of the advisory group of the Nanshan industrial district, which was acclaimed by people as the "Nanshan speed." Their office was set up in the command shed of the work site. In the shed there was only a long table, on which a design blueprint could be spread, two sofas, and several chairs. There were eight people in the entire command post: four engineers, one accountant, one doctor, one nurse, and one driver. When putting us in the picture, the two engineers said: We have set up our command post at the work site so that we can solve problems on the spot and avoid buck-passing. The "Nanshan speed" derives not only from changes in the style and methods of leadership but, what is more important, from the reform of the leadership system. Since the beginning of this year, the city CPC Committee and the People's Government have transferred the power to make decisions on numerous major problems, such as making plans and designs, raising funds, requisitioning land, getting materials ready, and organizing manpower, to the command post. When things crop up, they consult directly with the leaders in charge of the work to find a solution. The previous phenomena of submitting numerous reports on a certain matter, of passing the documents from one department to another, and of affixing scores of seals to the documents, have disappeared and work efficiency has been greatly raised.

The newly developed Nanshan industrial district is in the center of the special zone. The new Xingang Street leads directly to Jiuzhou and Gongbei Ports. Having transport facilities, it is an ideal industrial district, covering an area of 230,000 square meters, with a usable land area of 148,000 square meters. Plans have been made to invest more than 44 million yuan and more than HK\$12 million for its construction. They requisitioned land in March this year, broke ground for the basic development project in May, and started the land construction project in July, before the basic project was entirely completed. They adopted the method of alternating the land construction project with the basic project.

At the same time, they instituted the systems of inviting tenders and signing contracts. They adopted the method of "meting out heavy punishment and granting light reward" toward the contracting units, giving them a reward of 500 yuan a day for each day ahead of schedule they completed the project according to the contract and fining them 1,000 yuan a day for each day they delayed the completion of the project. In this way they aroused the initiative of the construction units and quickened the pace of construction. The projects in the whole district are being undertaken under a contract system by the construction units from 8 cities and 11 counties,, using a total workforce of about 3,000. However, work on the construction sites is in good order and construction speed is also high. By the end of October, they had spent only 4 months completing the main body of the 25 blocks of a housing project which started in July. They took only 3 months to complete the third floors of the eight blocks of factory buildings whose construction was undertaken early in August. It is estimated that the 10 standard factory buildings will be available at the end of the year and the other necessary living facilities, such as storehouses, commercial service centers, and banks will be completed at the same time. The whole construction will be basically completed in February next year. It is said that the supply of dwellings and standard factory buildings falls short of demand. Although they are not finished, they have all been ordered by both foreign and domestic firms. Hence, they have managed to quicken the tempo of capital turnover and to attain better economic results by using diverse measures.

After listening to Comrade Fang Bao's briefing and visiting the construction sites, seething with excitement, we firmly believe that the Zhuhai Special Economic Zone, which has taken off economically, will surely score more brilliant achievements than have so far been scored and at a higher speed in the coming period.

GUANGDONG'S REN ZHONGYI ON OPEN-DOOR POLICY

HK070257 Guangzhou NANFANG RIBAO in Chinese 6 Jan 85 p 1

[Article by Ren Zhongyi, originally published in inaugural issue of KAIFANG [OPEN DOOR] "Written for KAIFANG"]

[Text] To run a publication that publicizes and serves the open-door policy seems to be highly essential in the new situation.

Practice in recent years has proven that it is not at all easy to make a success of carrying out a policy of opening up to the world, and especially to switch from a long period with the door closed to opening up to the world.

It is therefore essential to vigorously publicize the party's open-door policy, to enable the cadres and masses to clearly understand the necessity and importance of opening up to the world, to see why closing the door is bound to lead to backwardness, and to realize that we can only build a modern socialist country by opening up to the world.

It is also necessary to adopt a variety of forms of propaganda and education to enable the cadres and masses, including youths and juveniles, to understand the world and broaden their vision. We should not be afraid of them understanding foreign affairs; on the contrary, we should devise ways to enable them to acquire as much knowledge of the world as possible, so that certain people will change their ignorant and ill-informed state and get rid of their narrow-minded views of excluding and dreading foreign things. This will help in correctly carrying out external exchanges.

In particular, we must cultivate and train large numbers of economic work cadres, and ensure that they not only understand domestic economic affairs but are also familiar with international economic knowledge, acquire information about world markets, and learn how to conduct external economic exchanges. Of course, opening up to the world economically is closely related to culture. Science and culture are the common wealth of man. We cannot practice a closed-door policy in culture. We should let the cadres and masses get in contact with and get to know the culture of other countries, and study and absorb its useful things. We should exclude pollution without being anti-foreign.

At the same time, we must put the socialist legal system on a sound basis, improve management, enforce strict discipline, and strengthen ideological and political work, to ensure the smooth implementation of the policy of opening up to the world.

We have already done a lot of work to solve these problems, and we must continue to work hard at this in the future. I hope that the inauguration of KAIFANG will help our efforts in this respect. This means to say, it should help in further publicizing the party's open-door policy, in broadening the vision of its readers, and in increasing the knowledge and ability of those engaged in external economic and cultural activities, thus making its own contribution to implementing still better the policy of opening up to the world.

NANFANG RIBAO ON GUANGDONG WORK IN 1984, 1985

HK070749 Guangzhou NANFANG RIBAO in Chinese 2 Jan 85 p 1

[Commentator's article: "Guangdong Should Scale New Heights in All Fields of Its Work"]

[Text] In the new year, can Guangdong Province attain a yet higher goal in economic construction and other fields of work? This is the very question that the province's cadres and the masses are now thinking about.

Reviewing the year 1984, and making an analysis of the excellent situation, the people of our province are certainly fully confident of winning still greater victories.

The successes achieved by our province in economic construction in 1984 are really encouraging. According to incomplete figures, the gross output value of the province's industry and agriculture topped 50 billion yuan in 1984, an increase of 14.7 percent over 1983. This considerably surpassed the national average growth rate and caught up with Jiangsu Province. The province's annual income also increased by 7.3 percent over that of 1983. These great successes resulted from industrious work by the people of our province.

In the light of the policy of opening to the outside world and enlivening the domestic economy, formulated by the party Central Committee, and under the guidance of the decision made by the party Central Committee on the adoption of special policies and flexible measures in Guangdong, the province's economic construction in 1984 showed the following features:

First, boldly and properly introducing foreign funds and importing technology and equipment. By the end of November 1984, we had utilized \$350 million of foreign capital to import technology and equipment for industrial production and transport. Over the past few years we have imported over 300,000 sets of equipment, some of them attaining or approaching advance world levels. Enterprises mainly engaged in "processing materials supplied by customers, or according to samples received, and projects for compensation trade" have sprung up vigorously in the rural areas.

by the French Government. The three ruling parties have agreed in principle to act in unison in that direction. [passage omitted]

PRC Urges Cautious Approach Toward Taiwan

*OW2607085595 Tokyo KYODO in English
0832 GMT 26 Jul 95*

[FBIS Transcribed Text] Tokyo, July 26 KYODO — The head of the China-Japan Friendship Association, Sun Pinghua, urged Prime Minister Tomiichi Murayama on Wednesday [26 July] to avoid following in the tracks of recent U.S. policy toward Taiwan.

"Sino-U.S. relations are in a difficult state," he said in a meeting with Murayama at the Prime Minister's Official Residence. "We would be distressed if our relations with Japan took a turn that way."

Washington's granting Taiwanese President Li Teng-hui an entry visa for a private visit in June has strained bilateral ties between the U.S. and China.

In response to Sun's remarks, Murayama reaffirmed Tokyo's policy to further expand longstanding ties with China. "This will not only benefit China but also the entire Asia-Pacific (region)," he said.

Beijing, which views Taiwan as a rebel-held province with no right of self-government, has tried to isolate the island politically, but does not oppose economic and cultural exchanges.

Li has voiced interest in attending a summit of the Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) forum in Osaka in November, but Tokyo has said it will follow the precedent of previous summits where Taiwan was represented by economic officials.

Sun said Murayama's visiting the Marco Polo bridge during a trip to China in May had been greatly appreciated by the Chinese people since it showed that the prime minister had a "correct historic awareness."

The Marco Polo bridge incident, a skirmish between Japanese and Chinese forces in July 1937, set off the Sino-Japanese war. Murayama was the first Japanese premier to visit the bridge.

Fourth Yen-Denominated Loan to China Discussed

*952A0596A Tokyo ZAIKAI TEMBO in Japanese
Jun 95 pp 130-133*

[Article by Naoki Aoki, journalist: "Two Factions Within Chinese Leadership Have Their Eyes on 1.5 Tril-

lion Yen in Sino-Japanese Money; Numerous Environmental Projects, Legacy of Takeshita"]

[FBIS Translated Text] Yen-denominated loans to China have acted as a morale boost to the rapidly growing Chinese economy. And next year's fourth yen-denominated loan promises to be the largest ever. But where exactly is all this Japanese money going?

Last November before Prime Minister Murayama's state visit to China, Japanese and Chinese Government officials announced a fourth yen-denominated loan to begin in 1996. For Japan's Foreign Ministry, the prime minister's state visit was strictly ceremonial. The real intention of Murayama's visit should be to express a consistent diplomatic stance that the purpose of the yen-denominated loans is to assist in the reform and liberalization of the Chinese economy.

The fourth yen-denominated loan will total 580 billion yen during the first three-year phase from 1996 to 1998. The amount for the second phase, a two-year period from 1999 to 2000, has yet to be determined. Chinese officials, however, originally requested 1.5 trillion for the entire five-year period. It seems inevitable that the amount will be increased in the two-year second phase.

Some officials in the Foreign Ministry would like to decline ODA [official development assistance] requests as a means of restraining the Chinese Government, which in recent years has been pushing forward with nuclear testing and interfering in relations between Japan and Taiwan. A Foreign Ministry official in the Asian Affairs Bureau claims that it is Japan's only diplomatic card. "We have always shelled out more money in the second phase of ODA to China. During the second phase, the voice of Japanese politicians will be heard, as in the case of domestic public works projects. Sino-Japanese friendship is just an excuse given to the Japanese public," an official in charge of Chinese ODA at MITI states resignedly. "In the end politicians in both countries will use this money to serve their own interests and ensure capital flow."

The following is a brief list of the yen-denominated loans to China:

- 1st loan (1980-4): 330.9 billion yen. Prime Minister Masayoshi Ohira-Premier Zhao Ziyang;
- 2d loan (1984-90): 470 billion yen. Prime Minister Yasuhiro Nakasone-General Secretary Zhao Ziyang;
- 3d loan (1990-1995): 810 billion yen. Prime Minister Noboru Takeshita-Premier Li Peng.

The amount for all three loans combined exceeded 1.61 trillion yen. China, which needs huge amounts

This report may contain copyrighted material. Copying and dissemination is prohibited without permission of the copyright owners.

of foreign capital for Deng Xiaoping's reform plan, has used Japanese ODA to expand and upgrade its urban infrastructure. The infusion of foreign capital into China, with the exception of Japan, has not been as sizable as once expected. And since China has no source of domestic capital, it is safe to say that Japanese money has fueled Chinese modernization.

Chinese Officials' Hopes Tied to Loan

What are the details of the fourth yen-denominated loan and the aims of Chinese officials?

During the Hosokawa administration, the Japanese Government changed the payment method for Chinese ODA, from one lump sum for a five-to-seven-year period to a two-phase system. The intent was to restrain Chinese undemocratic behavior both at home and abroad.

There are 40 items in the first phase of the upcoming loan, including:

- Fifteen environmental projects such as those to curb air pollution appear for the first time.

The details have not been worked out, but an official in the economic cooperation bureau at the Japanese Foreign Ministry says they will promote the coexistence of environmental protection and economic development. The contents fall far short of this ideal because only new plants will be targeted under the policies. Existing plants, the source of the acid rain problem, will not be targeted.

Thirty-three infrastructure projects to install dams and telephone lines in interior provinces and minority regions.

Because China cannot expect the infusion of private domestic capital, it is not able to make a profit on a commercial basis. For this reason, the central government carries that investment as a deficit.

Most noteworthy are: Projects to expand Beijing and Shanghai airports and build a high-speed rail line between the two cities, using the yen loans.

The day is approaching when supreme leader Deng Xiaoping will no longer be alive. One after another, senior leaders from his generation, such as Chen Yun, have been added to the register of the dead. The regime of Jiang Zemin, far from being that of a strongman conquering the realm on horseback, is a small affair centered around technocrats. On the other hand, over the past 15 years of economic reform and liberalization, it has raised the level of economic activity gradually and encouraged regional decentralization. Central control from Beijing has been rapidly diminishing.

This is symbolized by the southern group, centered on the coastal provinces of Guangdong and Fujian. Guangdong Province, in particular, under the rule of former provincial Governor Ye Xuanping, the don of Guangzhou, has withheld 90 percent of the tax revenues. Payment of taxes to the central government in Beijing has all but ceased.

During the past 15 years, most of the infusion of capital from Hong Kong and Macao has been concentrated in Guangdong Province. Japanese corporations like Canon have also been expanding their operations in the province's special economic zones such as Shenzhen and Zhuhai. As a result, per capita income in the province is 10-20 times that of the surrounding provinces. It has made the complete transformation to a capitalist economy.

Supported by its economic clout, Guangdong has been moving toward independence. In response, Jiang Zemin and the central government in Beijing have been using Shanghai as a counterweight.

The central government has been using its influence to upgrade Shanghai's roads and airport infrastructure, which has lagged behind Guangdong, so that Shanghai will be able to attract some of the foreign capital that has been flowing into the southern region. Within the Chinese Government there is a consensus between the conservative and reform factions on this policy. Within the party, the so-called Zhonghuabei, or 'Chinese-style,' development of Shanghai is gaining sway.

Unlike Guangdong, Shanghai's payment of tax revenue to the central government has been exemplary. The Jiang Zemin regime itself, moreover, has an extremely strong Shanghai presence. Jiang is the former first secretary of Shanghai and Vice Premier Zhu Rongji is the former mayor of the city. Both have surrounded themselves with officials from Shanghai.

The fourth yen-denominated loan has a direct connection with this plan to modernize Shanghai's infrastructure, from expanding its airport to linking the city with Beijing via bullet train. Government officials reportedly are considering seeking money in the second phase of the loan to develop the Pudong section of Shanghai. The increasing independence of Guangdong is regarded as the most destabilizing scenario in the post-Deng era, and it is becoming clear that the leadership in Beijing intends to develop Shanghai with Japanese money in order to offset this trend. The plan is to counterbalance Guangdong with Beijing and Shanghai.

Will Beijing's ambitions succeed? There has been a rise in corruption and growing disparity in wealth. The Communist Party is also suffering from a loss

This report may contain copyrighted material. Copying and dissemination is prohibited without permission of the copyright owners.

of identity. The cancerous cells continue to spread unabated.

The first phase of the loan will total 580 billion yen, and the China into which 2.1 billion yen in ODA has already flowed is beset by many serious problems.

What exactly is the nature of the yen-denominated loans? A definitive answer is difficult to get, because Chinese ODA is not simply economic assistance but a form of war reparations for the Japanese invasion of China. Officially, the government is not obligated to pay reparations. As one official in the Foreign Ministry was heard to say, China relinquished its demand for war reparations when it normalized relations with Japan in 1972, and there is no mention of reparations in any foreign ministry or MITI document concerning ODA for China.

Thus, is ODA pure economic assistance and will it be scaled back and discontinued in the future by mutual agreement?

No, not exactly. It is difficult to explain. It is not a reparations payment because China officially relinquished such demands. However, it may be viewed as assistance in the form of an apology.

Now it makes even less sense.

According to another official, there is an official document from the time of normalization that is no longer extant, a secret agreement between Kakuei Tanaka and Zhou Enlai. According to this person, that is why Deng Xiaoping visited Tanaka at his private residence after Mao Zedong and Zhou Enlai had died and Tanaka was in public disgrace because of the Lockheed scandal.

Deng's aim was to receive reparations under the name of yen-denominated loans in order to undertake Zhou Enlai's last project, the four modernizations of agriculture, industry, defense, and science and technology. A year later, after the normalization of relations, the first yen-denominated loan was arranged by Tanaka's staunch ally, Prime Minister Masayoshi Ohira, and was administered by the Foreign Ministry. Since then, ODA for China has been linked to economic reform and liberalization and has been used to finance Deng Xiaoping's policies. The size of these loans has continued to grow. In accordance with the secret protocol, it was decided that all dealing with China would be handled through the Tanaka-Ohira faction, not the Foreign Ministry. The faction slipped money into the pockets of members of the Sino-Japanese Friendship and Cooperation Association.

At the time of the Tiananmen Square incident, the cabinet of then Prime Minister Sosuke Uno agreed

unanimously not to suspend ODA to China because of Japan's unique situation, which is unlike that of Western Europe and the United States. This decision may have been the result of these secret dealings.

Nakasone's Pipeline to China

The Sino-Japanese Youth Exchange Center was built in Beijing's Chaoyang ward, a 10.9-billion-yen project that was part of the third yen-denominated loan. It was to be an exchange base for the young people of China and Japan. A hotel was built to lodge Japanese young people comfortably while in China. The facility contains amenities such as a meeting hall and a pool. The center is managed ostensibly by the All-China Youth League. It supposedly receives all of the revenue from the hotel.

It has been open for four years. I visited the center last fall and frankly my impression is that this project was some kind of political kickback made in the name of friendship.

In 1984 Prime Minister Nakasone and General Secretary Hu Yaobang, under the slogan "a new generation of Sino-Japanese friendship," established the 21st Century Sino-Japanese Friendship Council. Tadao Ishikawa, the former headmaster [sic] of Keio University, was the prime minister's representative. Unlike previously established Sino-Japanese organizations, this council appeared to be Nakasone and Hu's private channel. It was staffed with members of Nakasone's brain trust on the Japanese side, including Gakushuin University professor Kenichi Kayama. Hu Yaobang staffed the Chinese side with influential members of the Communist Youth Organization, including its first secretary Wang Zhaoguo. The Communist Youth Organization was Hu's power base.

This Sino-Japanese channel was set up to challenge the Tanaka-Wang Zhen (Deng Xiaoping) connection. Wang Zhen had become the honorary chairman of the Sino-Japanese Friendship and Cooperation Association after the death of committee Chairman Miao Chengzhi.

The Tanaka faction viewed the 21st Century Sino-Japanese Friendship Council with suspicion and fiercely opposed it at the time. According to one member of the Tanaka faction, Nakasone had dipped his hand into our pockets.

Before long, the 21st Century Council proposed to send 3000 Japanese young people to China as part of a mutual exchange program. It set out to build the Sino-Japanese Youth Exchange Center in Beijing. In 1985 Tanaka suffered a brain infarction which effectively ended his political career. Two years later, Hu was removed from office by senior party officials in part because of his relationship with the militarist Nakasone.

This report may contain copyrighted material. Copying and dissemination is prohibited without permission of the copyright owners.

However, during a visit to China in March 1984, Nakasone decided upon the Sino-Japanese Youth Exchange Center as a gift of the Japanese people under the supervision of the Foreign Ministry. It was begun in 1989 by Kurokawa Design and the Takenaka Corporation in association with the All-China Youth League.

At the time, there was quite a bit of speculation about the relationship of Kurokawa to the project because it had no ODA experience. The Kurokawa insignia appears on the proposal for the center because of Prime Minister Nakasone and the new members of the 21st Century Council. At first many of the Chinese members of the Council were not enthusiastic about the project. They complained that they did not need such a fine building and that the funds could be put to better use elsewhere. In a word, politicians in both countries have feasted at the trough of development assistance.

A year and several months after his ouster, Hu Yaobang confessed to Japanese associates that he had been criticized for his connections to the Overseas Chinese and Japanese lobbies. Hu was censured by party elders, such as Wang Zhen and Bao Yibo, who were proud of their military records in the Sino-Japanese War. Hu's friendship with Nakasone, who had made an official visit to Yasukuni Shrine and had boosted defense spending above one percent of GDP, appeared to lend tacit approval to a new Japanese nationalism reminiscent of prewar years.

Said one Chinese associate: "Party elders had serious misgivings about Hu's friendship with Nakasone, which they believed had transgressed the principles governing Sino-Japanese relations. Under these governing principles, Japan was to reflect on its previous war of aggression and refrain from becoming a great military power."

With the fall of Hu Yaobang, Nakasone lost his channel to China in a single blow. To this day, it is taboo in China circles to talk about the relationship between Nakasone and Hu Yaobang. Nakasone no longer has any influence in China.

The Sino-Japanese Youth Exchange Center was completed in the fall of 1990. Nakasone and then Prime Minister Takeshita, who had inherited the project, were in attendance at the ground-breaking ceremony. Representing China was Wang Zhen, honorary chairman of the Sino-Japanese Friendship and Cooperation Association. Said an official who attended the ceremony: Nakasone and Takeshita did not utter a single word to each other. Wang Zhen was the only speaker at the ceremony. Few people from the Communist Youth Organization, the subject of the ceremony, were present.

Hu was purged and Nakasone was out of power. After the disintegration of the Tanaka faction, Takeshita inherited this China conduit, and he revived channels with Wang Zhen and the Sino-Japanese Friendship and Cooperation Association. The winners and losers were clearly on display at the ceremony.

After Tanaka's political career was ended and Nakasone had fallen from power, Takeshita made a grab for the China concession. Takeshita used official development assistance to establish the Sino-Japanese Friendship Environmental Protection Center in Beijing. This project was an item in the third yen-denominated loan which was arranged while Takeshita was prime minister. The center, which was completed this summer at a cost of ten billion yen, has been placed under the authority of the Chinese Government's State Environmental Protection Bureau. Deng Nan, the second oldest daughter of Deng Xiaoping, is in charge of it. The Takenaka Corporation, which built the youth center, was the primary contractor for the environmental center. Marubeni, with whom Takeshita and Deng Nan have close relations, was placed in charge of designing the interior. After completion, the Environmental Protection Bureau took over management of the convention center.

Connections to the Deng family do not end with Deng Nan. Deng Pufang, the oldest son of Deng Xiaoping and the honorary chairman of a foundation for the physically handicapped, had a role in a project to expand port facilities for stone mortar manufacturers under the second yen-denominated loan. The Chinese International Friendship Liaison Council, established in 1984 to encourage Japanese business investment in China, is another ODA project that has involved the children of influential Chinese leaders.

When the first yen-denominated loan was granted in 1980, the Sino-Japanese Friendship and Cooperation Association was established to act as an unofficial channel to Japanese leaders. The don of Sino-Japanese concessions is honorary chairman Wang Zhen. Deng Rong, Deng Xiaoping's third oldest daughter, and Yang Yi, the oldest daughter of former state Chairman Yang Shangkun, have also been named to the council. When they visit Japan they are entertained at the private residences of the prime minister and leading officials in the financial world. They are treated respectfully as representatives of their fathers.

The idea that superior parents produce superior children is a traditional belief, and the insidious custom of nepotism has been practiced for thousands of years. Its practice only seems to have intensified in the fifteen years since reform and liberalization was initiated in China. This had led to the current situation in which

This report may contain copyrighted material. Copying and dissemination is prohibited without permission of the copyright owners.

**ANEXO 3 SELEÇÃO DE DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS SOBRE A RELAÇÃO JAPÃO-CHINA
PUBLICADOS POR JAIN**

BY THE SAME AUTHOR

China, Pakistan, Bangladesh, 1950-1976

Detente in Europe: Implications for Asia

Japan's Postwar Peace Settlements

Soviet-South Asian Relations, 1947-1978: Volume 1 and 2

China-South Asian Relations, 1947-1980: Volume 1 and 2

China and Japan, 1949-1980 (2nd rev. ed.)

The USSR and Japan, 1945-1980

US-South Asian Relations, 1947-1981: Volume 1 and 2

(forthcoming)

**CHINA AND JAPAN
1949-1980**

R K JAIN

*Thoroughly revised and
expanded second edition*

MARTIN ROBERTSON • OXFORD

**1. Zhou Enlai's statement on the San Francisco Peace Treaty,
18 September 1951 (Extract)**

1. The separate peace treaty with Japan which was concluded under U.S. Government's coercion and without the participation of the People's Republic of China at the San Francisco Conference is not only not an over-all peace treaty but is in no way a genuine treaty. It is only a treaty for reviving Japanese militarism, a treaty of hostility towards China and the Soviet Union, a menace to Asia and a preparation for a new war of aggression. A few hours after the conclusion of the so-called peace treaty, the U.S. Government concluded a U.S.-Japan Bilateral Security Pact with the Yoshida Government of Japan which aims at clearing the road for the rearmament of Japan and turning it completely into an American military base. This Pact is unmistakable evidence that the U.S. Government is preparing for another war of aggression in Asia and the Far East on an even bigger scale. The Central People's Government of the People's Republic of China considers that the San Francisco Peace Treaty with Japan and the U.S.-Japan Bilateral Security Pact made under U.S. Government's coercion constitute a serious threat to the security of the People's Republic of China and of many other countries of Asia. . . .

**2. Zhou Enlai's statement on the US-Japanese "peace treaty,"
5 May 1952 (Extracts)**

2. This separate peace treaty with Japan which has been manufactured by the U.S. government alone is by no means a treaty to restore sovereignty and independence to Japan or to change her status as an occupied country. On the contrary, it is a treaty for war and enslavement by which Japan is turned completely into a U.S. military base and dependency. . . .

With the coming into effect of this illegal peace treaty, the so-called "U.S.-Japanese Security Pact," and "Administrative Agreement" also came into force on April 28. The "treaty," "pact" and "agreement" are deeds of betrayal of the Japanese nation and are American contraptions for enabling overall military, economic and political domination to be imposed

upon Japan. They are the means whereby, under the rule of the U.S. occupationists and their loyal lackeys, the Yoshida government, Japan becomes a U.S. military beachhead in the Far East. . . .

The whole economy of Japan becomes an appendage to the economy of U.S.A. and is compelled to serve this latter's war preparations. . . .

By the operation of these illegal treaties, Japan is dragged by the U.S. into a position of open antagonism to China, the Soviet Union and the other Asian states concerned, thus encompassing the isolation of Japan in Asia. . . .

The Central People's Government of the People's Republic of China considers it necessary to repeat the following statement. We insist that all occupation troops should be withdrawn from Japan; the illegal separate "peace treaty" with Japan which the U.S. has announced as coming into effect can in no way be recognised; we are firmly opposed to the Yoshida-Chiang Kai-shek "peace treaty" which is an open insult and act of hostility to the Chinese people. The announcement and conclusion of these illegal "treaties" demonstrate that the U.S. reactionaries and their lackeys have taken another step in their scheme of creating a new war in the Far East. The Chinese people are deeply convinced that if China, the Soviet Union and all other peace-loving states in Asia as well as their peoples, including the Japanese people, unite closely together to take the cause of preserving peace into their own hands, the U.S. war schemes in the Far East can undoubtedly be checked and the peace and security of the Far East and the rest of the world safeguarded.

3. Zhou Enlai's conversation with Prof. Ikuo Oyama, Chairman of the Japanese National Peace Committee, 28 September 1953 (Extracts)

We stand for the restoration of normal relations with all countries of the world and in particular, with Japan. If, however, the Japanese Government continues to act as the tool of the United States in aggression against China and other countries in the Far East, continues to pursue a hostile policy towards the People's Republic of China and the Chinese people, and

continues to maintain so-called diplomatic relations with the remnant Chiang Kai-shek gang, Japan would day by day become a factor of unrest in the Pacific, thereby creating obstacles to the possibility of her concluding a peace treaty with New China and establishing normal diplomatic relations. . . .

We welcome the Japanese people's delegation coming to visit China; simultaneously, our people are also willing to send delegations to visit Japan. But the American imperialists and the Japanese reactionaries are obstructing the development of friendly relations between the Chinese and Japanese people. The Japanese government which is openly carrying out the US government's "embargo," is trying its best to block the development of trade and cultural exchange between China and Japan. Therefore to surmount this obstruction requires the common efforts of the two peoples.

The trade relations between China and Japan must be built upon the basis of equality and mutual benefit. Some Japanese people hold that "there will be no prospects for Sino-Japanese trade with China's industrialisation." It must be pointed out that this is completely incorrect. For, only by China's industrialisation, will the past imperialism-semi-colony economic relations of so-called "industrialised Japan and raw material China" be completely changed. Only thus can trade relations be established between the two countries on a basis of genuine equality and mutual benefit, and of supplying each other's needs. As China is being industrialised step by step, her production and needs will become more and more expanded and the more she will need to develop international trade relations. Japan is China's close neighbour. Good prospects exist for development of Sino-Japanese trade and economic exchange on the basis of peaceful co existence. . . .

In order to defend peace and security of the Pacific, it is necessary to prevent the danger of new wars being increased by reason of Japan's transformation into a US military base and remilitarisation.

We consider that an independent, democratic, peaceful and free Japan should have her own defence power. Yet, it is very unfortunate that Japan is now occupied by US military forces dominated by the US and is proceeding with rearmament and

reviving Japan's militarism in compliance with the aims of the US aggressors. This threatens the peace and security of the Pacific and requires our careful attention. . . .

The Chinese people clearly understand the agony of the Japanese people under the occupation of foreign forces, and this agony is unprecedented in Japan's history. The Chinese people hope that the Japanese can achieve a new life and independence for their country and that China and Japan can really achieve coexistence and co-prosperity on the basis of living in peace with each other.

4. *People's Daily commentary on the signing of US-Japan "Mutual Defence Assistance Agreement," 13 March 1954 (Extracts)*

The signing in Tokyo on March 8th between the US and the reactionary Yoshida government of the "US-Japan Mutual Defence Assistance Agreement" and related agreements—a new yoke imposed on the Japanese people by the American imperialists—is obviously directed at stepping up the rearming of Japan and making use of Japan as a tool for US aggression against Far Eastern and other Asian countries. It is another step in the enslavement of the Japanese people by US and Japanese reactionaries. It will not only bring disastrous consequences to the Japanese people but will once again place the Far East and the rest of Asia under the menace of Japanese militarism. It, therefore, meets with the firm opposition of the Japanese people and the people of all other Asian countries as well as peace-loving people throughout the world.

The rearming of the Japan and the use of Japanese people as cannon fodder is only part of the US policy of aggression. . . .

To carry out the US-enforced policy of rearmament, the Yoshida government has not only signed this calamitous "Mutual Defence Assistance Agreement" but has also prepared a "national defence forces organisation bill" and a "national defence board organisation bill" in a coordinated effort to revive Japanese militarism. . . .

With the cessation of hostilities in Korea, tension in Asia has been somewhat relaxed. The increased US efforts to rearm Japan are obviously designed to maintain and create a tense

situation in Asia in order to menace the peace and security of all countries in the area. . . .

5. *Joint Declaration of the Governments of China and the Soviet Union, 12 October 1954*

As provided for in the Potsdam Declaration, after the conclusion of the Second World War, Japan should have received complete national independence, established its own democratic institutions, and developed its own independent and peaceful economy and national culture.

However, the United States of America, as the chief occupying power in Japan which had been charged with the main responsibility for implementing the Potsdam decisions crudely violated these decisions, trampled on the interests of the Japanese people and imposed upon Japan the San Francisco "peace treaty" and other agreements which run counter to the above-mentioned agreement between the Major Powers.

Nine years after the end of the war, Japan has still not received independence and remains in the position of a semi-colonial country. Its territory is covered with numerous American military bases, which have been set up for purposes having nothing in common with the task of maintaining peace and securing the peaceful and independent development of Japan. The industry and finances of Japan are made dependent on American war contracts, Japan suffers restrictions in its foreign trade. All this has ruinous effects on its economy, and particularly on the peaceful branches of its industry.

All this cannot but injure the national self-respect of the Japanese people, create an atmosphere of uncertainty among the Japanese, and fetter the varied abilities of the Japanese people.

The present situation of Japan has evoked a legitimate apprehension among the peoples of countries in Asia and the Far East that Japan may be used to carry out schemes of aggression which run counter both to the interests of the Japanese people and to the task of maintaining peace in the Far East.

The peoples of the People's Republic of China and the Soviet Union express their deep sympathy for Japan and the

Japanese people who have been placed in a difficult position as a result of the conclusion of the above-mentioned "treaty" and agreements which are dictated by foreign interests. They believe that the Japanese people will find adequate strength in themselves to take the course of freeing themselves from dependence on foreign power, the course of achieving the rebirth of their motherland and establishing normal relations and economic cooperation and cultural ties on a broad scale with other countries, first and foremost with their neighbours.

The policy of the Government of the People's Republic of China and the Government of the Soviet Union in their relations with Japan is based on the principle of the peaceful co-existence of states with different social systems and on the conviction that this conforms with the vital interests of all peoples. They stand for the development on mutually beneficial terms, of broad trade relations and the establishment of close cultural ties with Japan.

They also express their readiness to take steps to normalise their relations with Japan and declare that Japan will meet with the full support of the People's Republic of China and the Soviet Union in its efforts to establish political and economic relations with the People's Republic of China and the USSR as well as in all measures Japan undertakes to secure the conditions for its peaceful and independent development.

6. Xinhua report on Sino-Japanese Non-Official Agreement on Fishery in the Yellow Sea and the East China Sea, 15 April 1955 (Extracts)

Working on the principle of equality and mutual benefit and the reasonable use of the fishing grounds, with avoidance of fishing disputes, the people's delegations divided the fishing grounds in the Yellow Sea and East China Sea into six fishing areas and agreed on the number of fishing boats of both sides according to the fishing seasons. Understanding had been reached through memoranda exchanged by the delegations concerning those fishing grounds in which competitions may occur. The agreement also stipulates regulations that both sides should observe during fishing. . . .

The area covered by the agreement does not include the

patrolled areas near the Pohai Bay, the military areas under the Chousan Islands in which navigation is forbidden and the military operation areas south of 29 degrees North Latitude which are concerned with the liberation of Taiwan. Nor does the agreement include the "area forbidden to motor trawler fishing" established by the Chinese Government for the protection of fishery resources. The establishment of the "area forbidden to motor trawler fishing" is in the interest of the fishing population not only of China but also of Japan. The two sides have achieved understanding through exchange of letters that Japanese fishing motor boats will not fish in this area.

The agreement provides for fishing vessels of both sides to anchor in each other's harbours in case of emergency and for the rescue of fishing vessels of either side in distress and also for the exchange of data obtained through investigation and research into fishing resources and the exchange of technique. These provisions express the spirit of friendly co-operation and mutual assistance between the fishing circles of China and Japan. They create conditions favourable to growth of fishing in China and Japan.

This agreement between the people's fishery organisations of the two countries being provisional in character and limited, the China Fishery Association and the Japan-China Fishery Association of Japan have indicated their willingness in the agreement to try and urge their respective governments to enter into fishery negotiations promptly at a governmental level.

7. Zhou Enlai's speech at the Second Session of the First National People's Congress, 30 July 1955 (Extract)

Ten years have passed since the conclusion of the World War II, and yet even now the state of war between China and Japan has not ended. A joint declaration was made by China and the Soviet Union in October 1954 concerning their relations with Japan and since then, many further steps have been taken by the Chinese Government to promote the normalization of Sino-Japanese relations. But response from the Japanese Government is not entirely in the same direction. With the support and assistance of the Chinese Government, the Red

nists claiming sovereignty over mainland China, and until their contentions are adjusted, there can be no allaying of tension." This is not only an attempt to shield the United States in occupying Taiwan, but also to justify the United States plot of creating "two Chinas." This attempt has long been seen through by the Japanese people. For example, the Goodwill Delegation of the Japanese Social-Democratic Party, the Delegation of the Japanese National Council for the Restoration of Japan-China Diplomatic Relations and the Delegation of the Japan-China Friendship Association, which visited China in succession during 1957, all expressed a warm desire to promote normalization of relations between China and Japan, were of the opinion that the liberation of Taiwan is China's domestic affair and opposed the creation of "two Chinas." This shows that it is impossible to hoodwink the Japanese people by confusing right with wrong through false arguments about "two Chinas," nor is it possible to make the Japanese people's widespread movement for the restoration of Japan-China diplomatic relations serve the plot of creating "two Chinas."

15. Statement by Chinese Foreign Minister Chen Yi on Sino-Japanese relations, 9 May 1958 (Extract)

The Chinese people... are willing to live with the Japanese people on a friendly basis and have always worked for the promotion of Sino-Japanese friendship. As a result, the economic and cultural ties and friendly contacts between the two countries have developed greatly within the past few years thanks to the continuous efforts made by the people of both countries, despite the fact that the Japanese Government was subservient to the will of the United States and that the state of war between China and Japan has not been terminated. More than forty agreements concluded between people's organizations and semi-official bodies of the two countries played a notable part in promoting friendly relations between the two peoples. The Chinese Government has consistently given active support to friendly contacts between the Chinese and Japanese peoples and these agreements. Our attitude was welcomed by the Japanese people. But the Kishi government, in contrast, has always adopted a hostile and ill-intentioned attitude

towards our country, and has mistaken China's goodwill as a sign of weakness. Kishi, on the one hand, has expressed the intention of expanding Sino-Japanese trade in order to derive economic gains from China; but on the other hand, he crudely sabotaged the Sino-Japanese trade agreement, allowed thugs to insult the Chinese national flag in Nagasaki, and personally took the lead in repeatedly making slanderous statements against China. This outrageous attitude of Kishi's thoroughly exposes his true imperialist colours. . . .

16. Chen Yi's statement on the revision of the US-Japanese Security Treaty, 19 November 1958 (Extracts)

The Kishi Government of Japan is now negotiating with the United States Government for the revision of the Japanese-US "Security Treaty". Surely with no good intentions, the United States is anxious to get Japan involved and turn it into a tool for US aggression in Asia. The Kishi government of Japan on its part, is willing to enter into the service of the United States and tie Japan more tightly to the American war chariot so as to pursue its policy of continued hostility to China and of expansion in the direction of Southeast Asia. . .

The revisions which the United States and Kishi are planning to make in the Japanese-US "Security Treaty",... are diametrically opposed to the aspirations of the Japanese people. Taking advantage of the Japanese people's desire for independence and sovereignty, the US is trying in a fraudulent way to modify this treaty into one which is even more unequal for Japan. According to information already disclosed, this time the United States may make certain nominal concessions in exchange for even greater Japanese sacrifices in the US interest. The plan of the United States is obvious. The first step is to make Japan assume the obligation of defending US military bases under the name of mutual defence. The second step is to extend the mutual defence area to the West Pacific. The third step is to involve Japan in a nuclear war when the occasion arises, and make it pull the chestnuts out of the fire for the United States. In this way, the Americans can turn Japan into their permanent military base; they can stay on in Japan and lord it over the Japanese, ordering them to do this and that

and depriving Japan of its independent position for ever. . . .

17. Paper by Yi Li-yu, Member of Editorial Board, *World Culture* (*Shihze Chishih*) at a joint conference of the Editorial Boards of *International Affairs* (Moscow, and *World Culture*, January 1959 (Extract)

Japan fell under U.S. occupation following the Second World War. Her people demand independence, peace and neutrality, a demand which the country's ruling classes to a certain extent must reckon with. Japan, however, is a highly developed capitalist country, and her monopolies have their own ambitious imperialist aims. With U.S. assistance, they are gathering their forces again to attempt to secure a dominant position in Asia. As a result, a bitter struggle between two opposing tendencies has been raging in post-war Japan, the outcome of which will determine Japan's future development.

Because of their concern for peace and their desire to promote friendly relations between China and Japan, the Chinese people hope that Japan, having learnt the lesson of her defeat in the Second World War, will jettison U.S. control and pursue an independent policy. This would provide propitious conditions for peace. The Chinese people have repeatedly demonstrated their solidarity with the Japanese people, and actively supported their struggle for peace and independence, for friendship and the establishment of diplomatic relations with People's China. Guided by this policy, China has indicated her readiness to restore normal relations with Japan on the basis of peaceful co-existence.

Despite the fact that the state of war between China and Japan has still not been legally terminated, China's attitude is to let bygones be bygones, and she has taken a series of measures to develop friendly relations between the peoples of the two countries. Thus, China, for example, has repatriated about 30,000 Japanese emigrants who desired to return to their homeland, magnanimously settled the cases of more than 1,000 Japanese war criminals, and has warmly received large numbers of visiting public figures who represent different strata of Japanese society. Moreover, as a result of understandings reached between Chinese and Japanese organizations, questions

of trade, fishing and cultural exchange and other matters of mutual interest to the two countries have been settled to mutual satisfaction.

China's generosity and fair-mindedness was greeted with warm approval by wide sections of the Japanese public, including certain members of the ruling circles. But the Japanese monopolists mistook the goodwill of the Chinese people for a sign of weakness, and her desire to trade with Japan on the basis of equality and friendship as an indication of her inability to build socialism without Japan.

With the accession to power of the Kishi Government, it became particularly clear that Japanese monopolists were willingly trailing behind the United States. They began to revive Japanese militarism, reaching out for the Chinese territory of Taiwan, and nourishing expansionist aspirations in South-East Asia. The Kishi Government openly committed a whole series of acts hostile to China. During the past year, the Japanese Prime Minister has repeatedly come out against China and declared his support for the U.S. position regarding "two Chinas." Kishi has tried to bring about the rupture of trade between Japan and China and incited hooligans to commit outrages against the flag of People's China. By plotting provocations against People's China and other countries of the Far East, he has attempted to tie Japan more closely to the U.S. war chariot under the pretext of revising the Mutual Security Pact between Japan and the United States.

The Kishi Government's hostile policy towards People's China has already led to a deterioration in the relations between the two countries.

18. Joint statement by Chang Hsi-jo, President of the Chinese People's Institute of Foreign Affairs, and Inejiro Asanuma, General Secretary of the Japanese Socialist Party containing three political principles, 17 March 1959 (Extracts)

Owing to the Kishi government's policy of hostility towards China, relations between the two countries have greatly worsened, to the point of deadlock. This is entirely against the will of the peoples of the two countries.

The Chinese side holds that to break this deadlock the

following three principles must be put into effect and appropriate steps taken by the Kishi government: firstly, it must cease carrying out a hostile policy towards China; secondly, it must not take part in the "two Chinas" scheme; and thirdly, it must not obstruct the restoration of normal relations between China and Japan. If this is not done, it will also be impossible to resume Sino-Japanese trade.

The Japanese Socialist Party . . . not only fully agree with the above three principles put forward by the Chinese side, but unequivocally advocates non-recognition of "two Chinas"; holds that the liberation of Taiwan is China's internal affair; advocates recognition of the representation of the People's Republic of China in the United Nations Organization; and maintains that, to bring about the formal restoration of diplomatic relations between China and Japan, the "Japan-Chiang Kai-shek peace treaty" must first of all be abolished and a peace treaty signed with the People's Republic of China. The Chinese side welcomes these views of the Japanese Socialist Party.

The Chinese side further points out that the political and economic questions between the two countries cannot be separated. These questions of economics and politics must be negotiated and settled simultaneously. At the present moment, the political question must be given priority. The Japanese Socialist Party Delegation agrees with this. . .

After Japan puts an end to the Japan-U.S. "security" system, achieves complete independence and concludes mutual non-aggression agreements with China and the Soviet Union, then, it can be expected that the military clauses concerning Japan in the Sino-Soviet Treaty of Friendship, Alliance and Mutual Assistance directed against Japanese militarism will naturally become null and void. Following the conclusion of a collective security treaty between the Asian and Pacific countries, first of all between China, Japan, the Soviet Union and the United States, the neutrality of Japan will be further guaranteed. Both sides have reached a unanimity of views in these matters.

The Japanese Socialist Party Delegation stresses that although diplomatic relations between Japan and China have not yet been resumed and contacts between the two countries have been almost completely disrupted since spring last year,

nevertheless to foster the friendship between the peoples of the two countries and people's diplomacy, friendly contacts and cultural interchanges should be promoted as practical circumstances permit. The Chinese side has concurred in this and agreed to invite friendly Japanese cultural, art, academic, technological, peasants' and workers' delegations to visit China.

19. Zhou Enlai's Report on the Work of the Government to the First Session of the Second National People's Congress, 18 April 1959 (Extract)

In the East, the US imperialists have persisted in reviving Japanese militarism. The Japanese monopoly capitalist group on its part is counting on the support of the United States to realise its lurking imperialist ambitions. Recently, the Kishi Government has again stepped up preparations for revising the the Japan-US "Security Treaty," entered into new military plots with the United States, and attempted to equip the Japanese armed forces with atomic weapons. This poses a serious threat to the security of the Asian countries, and that of our country in particular. The Chinese people have always supported the Japanese people's just demand to shake off US control, follow a policy of peace and neutrality, and turn Japan into an independent, peace-loving and democratic country. To promote normalisation of Sino-Japanese relations, the Chinese Government, forgiving past misdeeds has treated with leniency the overwhelming majority of the Japanese war criminals in the Japanese war of aggression against China and given active assistance in the repatriation of Japanese nationals from China and the development of trade and friendly contacts between the two peoples. It was with such support of our Government that the fourth non-official Sino-Japanese Trade Agreement was signed on March 5, 1958 after clearing away many obstacles. The Kishi Government, however, refused to grant the proper assurances, thus making it impossible to implement the agreement. In May 1958, there occurred in Nagasaki the incident in which the Chinese national flag was insulted with the connivance of the Kishi Government. In October 1958, after our People's Liberation Army started shelling Quemoy, Kishi himself openly slandered our country as an "aggressor" and clamoured that

25. Joint statement by Chang Hsi-jo, President of the Chinese People's Institute of Foreign Affairs, and Mosaburo Suzuki, Adviser to the Japanese Socialist Party, 13 January 1962 (Extracts)

The Japanese Socialist Party Delegation holds that the conclusion of a collective security treaty among the countries of the Asian and Pacific region, particularly between China, Japan, the Soviet Union and the United States would be a guarantee for Japan's neutrality and for peace in Asia and the rest of the world. The Chinese side supports this view. Both sides also unanimously agreed that before the conclusion of such a collective security treaty, provided Japan abrogates the Japan-US "Security Treaty" and Japan-Chiang Kai-shek clique treaty, eliminates all foreign military bases and brings about the normalisation of Sino-Japanese relations, a bilateral treaty of friendship and mutual non-aggression between China and Japan may then be concluded as a first step. This is an effective way of achieving collective security. The Chinese side makes it clear that with the conclusion of a Sino-Japanese treaty of friendship and mutual non-aggression, the provisions of the Sino-Soviet Treaty of Friendship, Alliance and Mutual Assistance for the prevention of the resurgence of Japanese militarism will automatically become null and void. . . .

The Japanese Socialist Party Delegation notes that the normalization of Sino-Japanese relations is at present obstructed by the policy of hostility towards China pursued by US imperialism and its follower, the Ikeda government. The Japanese Socialist Party Delegation emphatically points out that at the 16th UN General Assembly, the Ikeda government, toeing the US line, was one of these countries which submitted the "important matter" resolution, actively obstructed the restoration to the People's Republic of China of its legitimate rights in the UN, and pushed ahead the "two Chinas" plot. The Japanese Socialist Party Delegation expresses its opposition to the policy of hostility towards China, declares its basic stand that there is only one China and will fight for Sino-Japanese friendship and restoration of normal relations between the two countries. The Chinese side expresses its endorsement and gratitude for this.

Both sides indicate that they will strive continuously to develop friendly trade between the peoples of the two countries and to promote the achievement of a trade agreement between governments on the basis of the three political principles on trade.

Both sides unanimously agree that to expand cultural contacts and the exchange of visits between the peoples of China and Japan, who have had close ties historically, geographically and culturally, will be conducive to the promotion of friendly relations between them.

26. Memorandum on Sino-Japanese Trade signed by Liao Cheng-chih and Tatsunosuke Takasaki, 9 November 1962

Mr. Liao Cheng-chih and Mr. Tatsunosuke Takasaki, in accordance with the tenor of the talks held between Premier Chou En-lai and Mr. Kenzo Matsumura in September 1962 concerning the expansion of Sino-Japanese trade and for the further development of non-governmental trade between the two countries on the basis of equality and mutual benefit and by gradual and cumulative methods, exchanged the following memorandum:

(1) The two sides agree to develop long-term, comprehensive trade by exchange of goods, with 1963-1967 as the first five-year period for the trade arrangements, during which the average annual total of import and export transactions shall reach about 36 million pounds sterling.

(2) The major goods to be exported by the two sides are as follows:

Goods to be exported by the Chinese side: Coal, iron ore, soyabans, maize, miscellaneous beans, salt, tin and other commodities;

Goods to be exported by the Japanese side: Rolled steel (including special rolled steel), chemical fertilizer, insecticides, agricultural machinery and farm implements, whole-set equipment and other commodities.

(3) Transactions based on this memorandum will be concluded through separate contracts to be signed between the parties concerned with each transaction on the Japanese side and the China National Foreign Trade Corporation (importers

and exporters.)

(4) Transactions based on this memorandum will be guaranteed by letters of credit or letter of gurantee, and the accounts will be settled, in pounds sterling or any other currency agreed by both sides.

(5) The two sides agreed that the methods of deferment of payments for certain commodities, and payment by instalments for whole-set equipment to be exported by Japan to China will be discussed and decided by the two sides on other occasions.

(6) The two sides will endeavour to promote the technical exchange and technical cooperation necessary for the implementation of this memorandum.

(7) Inspection of commodities, arbitration and the other questions necessary for the implementation of this memorandum will be discussed and decided by the two sides on other occasions.

(8) This memorandum and the agreements and contracts concluded in accordance with this memorandum shall not be annulled unless by agreement of the parties concerned on the two sides.

(9) This memorandum and the agreements concluded in accordance with this memorandum can be revised and readjusted after consultation between the two sides.

(10) This memorandum will be effective from the date of its signature and will remain valid until the 31st day of December 1967. It can extended by mutual agreement.

27. Vice-Premier Chen Yi's interview with Japanese journalist Hirosi Hasimoto, 20 June 1964 (Extracts)

At present, relations between China and Japan are being gradually improved by "accumulation." However the present state of Sino-Japanese relations still falls far short of the two people's strong desire for restoring diplomatic relations.

Normalizing relations between the two countries includes normalization of both political and economic relations. Therefore, in gradually improving relations in the form of "accumulation," it is, as a matter of course, necessary to improve simultaneously both political and economic relations. Moreover, the development of political and economic relations influence

and promote each other. The Chinese Government has always held that in relations between China and Japan, politics and economics are inseparable. In plain words what the so-called "separation of politics and economics" implies is, politically, to continue to adhere to the attitude of non-recognition of China and economically, to develop Sino-Japanese trade on a limited scale. Obviously, this is not in full accord with the demand for promoting the normalization of relations between our two countries, in the interests of their own peoples, to pursue an independent foreign policy and gradually do away with outside obstacles. Recently some influential Japanese papers and periodicals have explicitly pointed out that the guiding principles for the normalization of Sino-Japanese relations should be the Five Principles of Peaceful Coexistence. I believe this view is reasonable and realistic. . . .

The Chinese people suffered great losses during Japanese militarists' war of aggression against China. The Chinese people have the right to ask for reparations. Although the war has been over for nearly 20 years, China and Japan have not even concluded a peace treaty, there is no basis for the discussion of the question. In dealing with Sino-Japanese relations, the Chinese Government and people have always looked forward, instead of looking backward. What the Chinese and Japanese Government must do at present is first of all to make joint efforts to solve the question of how to help bring about the normalization of relations. If the Japanese Government respects the wishes of the Japanese people it must show its sincerity and be prepared to solve step by step the major question of normalizing diplomatic relations between China and Japan; once diplomatic relations are restored, it will be easy to settle other specific questions through friendly consultation.

28. Zhou Enlai's Report on the Work of the Government to the First Session of the Third National People's Congress, 21-22 December 1964 (Extract)

The Japanese people's momentous mass struggle against U.S. imperialism and domestic reactionaries has dealt a powerful blow to the U.S. imperialist policies of aggression and war in Asia. The Chinese people staunchly support the Japanese

against Viet Nam, Laos and Cambodia. All this shows that the revival of Japanese militarism is already a reality. The Japanese side states that it is determined to make still greater efforts to denounce and smash the revival of Japanese militarism

The Chinese side strongly condemns the Japanese reactionaries for their intensified collusion with the Chiang Kai-shek and Pak Jung Hi puppet cliques in rigging up a new military alliance in Northeast Asia and for directing the spearhead of their aggression against China and the Democratic People's Republic of Korea. The newly established Japan-Chiang-Pak "liaison committee" has gone so far as to decide on the "joint exploitation" of the resources of the shallow seas adjacent to China's coasts. This is a flagrant encroachment on China's sovereignty. The Chinese people absolutely will not tolerate this. The Japanese side states that it understands this solemn stand of the Chinese side. . . .

Both sides reiterate and affirm once again that the three political principles and the principle that politics and economics are inseparable must be adhered to in the relations between China and Japan, and they are the political basis of the relations between our two sides. To promote Sino-Japanese trade on this basis, the Chinese side puts forward four conditions in its trade with Japan, namely: The Chinese side will not have trade exchanges with factories, firms and enterprises belonging to any of the following categories:

First, factories and firms helping the Chiang Kai-shek gang stage a come-back to the mainland or helping the Pak Jung Hi clique intrude into the Democratic People's Republic of Korea;

Second, factories and firms with large investments in Taiwan or south Korea;

Third, enterprises supplying arms and ammunition to US imperialism for aggression against Viet Nam or Laos or Cambodia; and

Fourth, US-Japan joint enterprises or subsidiaries of US companies in Japan.

The Japanese side agrees to the stand of the Chinese side. . . .

Both sides maintain that promoting friendship between the two peoples and normal relations between the two countries conforms to the common desire of the Chinese and Japanese

peoples and is in the interests of safeguarding peace in Asia and the world.

The two sides reached agreement on 1971 memorandum trade matters, etc.

42. Joint statement of China-Japan Friendship Association and the visiting delegation of Komeito of Japan, 2 July 1971 (Extract)

The two sides fully exchanged views on China-Japan relations, the current situation and other questions of common concern, in the spirit of consultation on an equal footing and of seeking common ground while reserving differences.

The Delegation of the Komeito of Japan states: (1) There is only one China, and the Government of the People's Republic of China is the sole legitimate government representing the Chinese people; firm opposition to the scheme of creating "two Chinas" or "one China, one Taiwan." (2) Taiwan is a province of China and an inalienable part of Chinese territory. The question of Taiwan is China's internal affair; firm opposition to the assertion that "the sovereignty over Taiwan is unsettled." (3) The "Japan-Chiang treaty" is illegal and must be abrogated. (4) The occupation of Taiwan and the Taiwan Straits area by the United States is an act of aggression; the United States must withdraw all its armed forces from Taiwan and the Taiwan Straits area. (5) To the People's Republic of China must be restored her legitimate rights in all organizations of the United Nations and its legitimate right to the status of permanent member of the Security Council of the United Nations and the "representatives" of the Chiang Kai-shek clique must be expelled from the United Nations; firm opposition to all schemes obstructing the restoration of the above-mentioned legitimate rights to China.

The Chinese side holds that the 5-point position of the Komeito conforms to the desire and interests of the people of China and Japan, and expresses appreciation and support for it; it also holds that in the event of the Japanese Government's accepting the above-mentioned points and taking practical steps to this end, the state of war between China and Japan can be ended, diplomatic relations restored and a peace treaty

concluded; and then depending on developments, a mutual non-aggression treaty between China and Japan can be concluded on the basis of the Five Principles of Peaceful Coexistence, mutual respect for sovereignty and territorial integrity, mutual non-aggression, non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit, and peaceful coexistence.

43. Joint statement of China-Japan Friendship Association of China and visiting delegation of the Japanese Dietmen's League for Promoting Restoration of Japan-China Diplomatic Relations, 2 October 1971 (Extract)

The two sides unanimously affirm that the basic principles for the restoration of Japan-China diplomatic relations are:

1. There is only one China, that is People's Republic of China. The Government of the People's Republic of China is the sole legal government representing the Chinese people. "Two Chinas," "one China, one Taiwan," "One China, two governments" and other such absurdities must be firmly opposed.

2. Taiwan Province is an inalienable part of the territory of the People's Republic of China. The assertion that "the title to Taiwan remains to be settled" and the scheme of creating "an independent Taiwan" hatched by the US and Japanese reactionaries" must be strongly opposed. The Taiwan question is China's internal affair and brooks no interference by any foreign country.

3. The so-called "Japan-Chiang treaty" was signed after the founding of the People's Republic of China and therefore is illegal and invalid and should be abrogated.

4. It is imperative to restore all the lawful rights of the People's Republic of China in all the organs of the United Nations, including the seat in the Security Council as a permanent member, and expel the "representatives" of the Chiang Kai-shek clique from the United Nations.

The Japanese side expresses the view that the "Dietmen's League for Japan-China Relations" is a supra-party organization of Diet members aimed at restoring diplomatic relations between Japan and China.

44. Joint statement of China-Japan Friendship Association of China and visiting delegation of Japan-China Friendship Association (Orthodox), 16 October 1971 (Extract)

Both sides strongly condemn U.S. imperialism and the reactionary Sato government for their policy of hostility towards China, resolutely oppose "two Chinas," "one China, one Taiwan," "one China, two governments," "the status of Taiwan remaining to be determined" and other such absurdities and resolutely oppose the scheme hatched by the US and Japanese reactionaries to create an independent Taiwan.

The two sides unanimously reaffirm that the Government of the People's Republic of China is the sole legal government representing the Chinese people; Taiwan Province is an inalienable part of Chinese territory; the liberation of Taiwan is China's internal affair and brooks no interference by any foreign country; the illegal Japan Chiang treaty must be abrogated; the United States must withdraw all its armed forces and military installations from Taiwan and the area of the Taiwan Straits; and it is imperative to restore to China all its legitimate rights in all the organs of the United Nations and resolutely expel the "representatives" of the Chiang Kai-shek clique from the United Nations.

45. Communiqué on talks between representatives of the Chinese and Japanese Memorandum Trade Offices, 21 December 1971 (Extract)

During the talks the two sides hold the identical view that the rapid development of the international situation has further proved the complete correctness of the communiqués on the talks issued by the two sides in recent years. The political principles concerning China-Japan relations and the viewpoints on the revival of Japanese militarism, the fraud of "reversion of Okinawa" designed by the US and Japanese reactionaries, the Japan-US military collusion and other questions as expounded in the previous communiqués have won ever wider support. A new high tide is rising in Japan to promote Japan-China friendship and restore the diplomatic relations between Japan and China.

46. Xinhua commentary on Soviet Foreign Minister Gromyko's visit to Japan, 3 February 1972 (Extracts)

Nominally, Gromyko's visit to Japan was to resume the Soviet-Japanese "regular consultations at Ministerial level" but actually it was an important step taken by Soviet revisionist social-imperialism to step up its collusion with the Japanese reactionaries to oppose the people of China and other Asian countries and to contend with US imperialism for spheres of influence in Asia. This act has aroused the vigilance and attention of the people of the Asian countries. . . .

The Japanese press disclosed that during his stay in Japan Gromyko showed "extraordinary interests" in Japan's policy towards China and had deep-going discussions on the China question" with the Japanese side. . . .

After conspiring against China with Sato, Fukuda and their ilk, Gromyko clamoured that the Soviet Union and China "used to be very friendly but relations have worsened. This should be blamed on China." With this clumsy trick of "a thief crying 'stop thief,'" Gromyko tried to cover up his criminal design to oppose socialist China in collusion with Japanese militarism.

Japan has long been the main object of contention between US imperialism and Soviet revisionism in Asia. Gromyko's visit to Japan, which took place after the talks between the heads of the US and Japanese governments in San Clemente not long ago, has its ulterior motives.

When Soviet revisionism saw that the US-Japanese talks did not solve the increasingly acute contradictions in economy, trade and other fields between the United States and Japan, Gromyko scurried to Japan to woo it at this juncture, so as to expand the positions of Soviet revisionism in Asia. Since the latter half of last year, when the contradictions between Japan and the United States were sharpened as a result of the "new economic policy" announced by the US Government, Soviet revisionist journals have made a great fuss about it and tried their best to sour the relations between Japan and the United States. . . .

One of the questions for which Gromyko had shown great concern during his visit in Japan is that of "Soviet-

Japanese economic cooperation" and "economic cooperation guaranteed by the (Japanese) Government" in exploiting the Soviet Tyumen oil field. . . .

The Soviet Union is in urgent need to promote economic cooperation with Japan because it wants to get out of the economic difficulties at home and solve the problem of scanty resources and backward technique and because it wants to further attract Japan economically and restrain Japanese-US relations by seizing the opportunity when the contradictions between Japan and the United States in economy and trade have sharpened and when Japan is eager to find abroad a way out for her trade.

47. Joint statement of China-Japan Friendship Association of China and visiting delegation of Democratic Socialist Party of Japan, 13 April 1972 (Extract)

The Democratic Socialist Party, for its part, stated: In order that the two countries may end the state of war, conclude a peace treaty and restore diplomatic relations at an early date, it is necessary, first of all, to acknowledge the following basic principles:

1. There is only one China in the world and that is the People's Republic of China. The Government of the People's Republic of China is the sole legal government representing the Chinese people. Such absurdities as "two Chinas," "one China, one Taiwan" and "one China, two governments" should be firmly opposed.

2. Taiwan is an integral part of the territory of the People's Republic of China, and has already been returned to China. The Taiwan question is purely China's internal affair which brooks no interference by any foreign country. Advocacy of "the status of Taiwan remains to be determined" and the plot to engineer an "independent Taiwan" should be firmly opposed.

3. The "Japan-Chiang treaty" is illegal and invalid, and must be abrogated.

Both sides maintained that the above-mentioned principles are the prerequisites to the restoration of diplomatic relations between China and Japan and must be firmly implemented.

The Chinese side sternly condemn the Sato government for

countries through consultations. The so-called Japan-south Korea "agreement on joint development of the continental shelf" signed by the Japanese Government, with the south Korean authorities unilaterally behind China's back is entirely illegal and null and void. Without the consent of the Chinese Government, no country or private person may undertake development activities on the East China Sea continental shelf. Whoever does so must bear full responsibility for all the consequences arising therefrom.

57. "Chairman Mao's Theory of the Differentiation of the Three Worlds is a Major Contribution to Marxism-Leninism," article by Editorial Department of People's Daily, 1 November 1977 (Extract)

In the Far East, Japan is also faced with a serious threat. The massive Soviet military build-up in the Far East aimed at China as it is, is directed primarily against the United States and Japan. The Soviet Union has forcibly occupied Japan's northern territorial seas, and it is posing a growing threat to Japan and intensifying its infiltration of the latter. This has aroused strong indignation and resistance on the part of all Japanese patriotic forces.

58. China-Japan Long-Term Trade Agreement, 16 February 1978

In accordance with the spirit of the Joint Statement issued by and the Trade Agreement reached between the governments of both Japan and China the Japan-China Long-Term Trade Consultation Committee of Japan and the China-Japan Long-Term Trade Consultation Committee of China have consulted in a friendly manner in order to develop economic and trade relations between the two countries over a long period of time and in a stable manner, and with the backing of the respective governments, conclude, as a part of the trade between Japan and China, a long-term trade agreement wherein technology and industrial plants, as well as construction materials, machinery and equipment will be exported from

Japan to China, while crude oil and coal will be exported from China to Japan, as follows:

Article 1. The term of validity for this Agreement shall be eight years from 1978 to 1985. The total value of exports by both parties during the term of validity for this Agreement shall be about U.S. \$10 billion respectively.

Article 2. The value of technology and industrial plants to be exported from Japan to China from the first year (1978) of this Agreement to the fifth year (1982) thereof shall be about U.S. \$7-8 billion and that of construction materials, machinery and equipment, about U.S. \$2-3 billion.

Both parties agree that the contract value to be agreed upon each year constitutes the final value. Commodities and quantities thereof to be exported from China to Japan from the first year (1978) of this Agreement to the fifth year (1982) thereof are as follows:

Year	Unit	Crude Oil	Coking Coal	Ordinary Coal
1978	10,000 tons	700	15-30	15-20
1979	10,000 tons	760	50	15-20
1980	10,000 tons	800	100	50-60
1981	10,000 tons	950	150	100-120
1982	10,000 tons	1,500	200	150 170

Both parties agree to consult each other on and finalize in 1981 commodities and quantities thereof to be exported from China to Japan from the sixth year (1983) of this Agreement to the eighth year (1985) thereof. Quantities of crude oil and coal to be exported from China to Japan in the last three years of this Agreement shall increase year after year based on the quantities for the fifth year of this Agreement.

Article 3. Both parties agree in principle that technology and industrial plants, as well as construction materials, machinery and equipment shall be exported from Japan to China on a deferred payment formula.

Article 4. Transactions based on this Agreement shall be conducted in accordance with individual contracts to be concluded between the Japanese parties concerned and the Export & Import Corporations concerned, of China.

Both parties agree that transactions shall be conducted on the basis of reasonable international prices and international trade practices.

Article 5. Both parties agree to extend technological cooperation to each other in necessary fields of scientific technology for the purpose of implementing this Agreement and expanding economic exchanges between Japan and China.

Article 6. Both parties agree to designate one authorized foreign exchange bank respectively and to place it in charge of the statistical compilation necessary in order to grasp the progress of settlements of transactions based on this Agreement.

The banks designated are the Bank of Tokyo for Japan and the Bank of China for China.

Both banks shall take necessary measures for compiling statistics and shall consult with each other on these measures.

Article 7. Written contracts for transactions, letters of credit, bills of exchange and letters of guarantee based on this Agreement shall carry the following designations LT-1 for the first year, LT-2 for the second year, and so forth.

Article 8. Both parties shall respectively establish a secretariat, which handles liaison and relevant business matters in order to implement this Agreement.

The Japanese side shall establish in Tokyo the Secretariat of the Japan-China Long-Term Trade Consultation Committee of Japan and the Chinese side shall establish in Peking the Secretariat of the China-Japan Long-Term Trade Consultation Committee of China.

Article 9. Both parties agree that their respective representatives shall hold a conference alternatively in Tokyo and Peking each year in order to deliberate on the

implementation of and problems related to this Agreement.

Article 10. This Agreement shall not be annulled unless by mutual consent.

Contracts concluded based on this Agreement shall not be annulled unless by mutual consent of both parties concerned.

Article 11. This Agreement shall be valid on and after the date of signing until December 31, 1985.

This Agreement may be modified by mutual consent upon consultation.

Article 12. This Agreement was signed on the 16th day of February, 1978, in Peking. The written Agreement has been made out in duplicate in Japanese and Chinese, and both parties shall retain one copy each.

59. Hua Guofeng's Report on the Work of the Government to the First Session of the Fifth National People's Congress, 26 February 1978 (Extract)

China and Japan are close neighbours separated only by a strip of water, and the friendship between their two peoples goes back to ancient times. Since the normalization of relations, contacts and exchanges have been growing in many fields and a long-term trade agreement was recently signed. It is in the fundamental interests of the people of China and Japan to conclude at an early date a treaty of peace and friendship based on the joint statement of the two governments. We firmly support the Japanese people in their just struggle to recover their four northern islands. The people of China and Japan should live in friendship for countless generations.

60. "Motive behind the Draft Soviet-Japan Good Neighbourliness and Co-operation Treaty," Peking Review commentary, 17 March 1978 (Extracts)

The Kremlin unilaterally and suddenly made public in *Izvestia* on February 23 the draft of the "Soviet-Japan good neighbourliness and co-operation treaty" without consulting Japan. Such an act of power politics is indeed a rare occurrence in the annals of international relations. It reflects Soviet impetuosity in its contention with the United States over Japan.

The draft treaty was aimed in the first place at legalizing Soviet occupation of Japan's northern territories. The text makes no mention of the pending territorial issue between the two countries in a vain attempt to fix by treaty the proposition that "the territorial issue has been solved" between the Soviet Union and Japan—a proposition which the Kremlin has been obstinately pursuing for many years. . . .

Proceeding from its policy of aggression and expansion as well as its strategic need in its contention with the United States for hegemony, the Soviet Union has kept a firm grip on Japan's northern territories. Strategically the four northern islands are very important. In World War II, Japan attacked Pearl Harbour, a U.S. naval and air base in the Pacific, from its stronghold in the Kitokappu Gulf of Etorofu Island. Today, the Soviet Union has not only turned the Kitokappu Gulf into a naval base but has established military bases and installations on all the four islands for providing protection to vessels of the Soviet Pacific Fleet passing through the Soya and Tsugaru Straits into the Pacific. According to the Japanese press, in the Sea of Okhotsk the Kremlin has set up military bases for submarine-launched long-range guided missiles with multiple warheads. Japan's four northern islands and all of the Chishima Islands form a natural screen for this sea area. . . .

In trying to impose such a treaty on Japan, the Soviet Union does not limit itself to occupying these Japanese islands. The contents of the draft treaty reveal that Moscow contemplates bringing the whole of Japan under its control. Suffice it to compare a few articles of the "Japanese-U.S. treaty of mutual cooperation and security" (1960) and the Soviet-proposed treaty:

Article 6 of the Japanese-U.S. "security" treaty stipulates that "the United States of America is granted the use by its land, air and naval forces of facilities and areas in Japan"; while article 3 of the Soviet-proposed treaty states that "the Union of Soviet Socialist Republics and Japan undertake not to allow the use of their territories for any actions, which could prejudice the security of the other party." These two articles are obviously conflicting. If the Soviet-proposed treaty is signed it will undermine the Japanese-U.S. "security" treaty.

Another instance is that the Japanese-U.S. "security" treaty provides for the forming of a military alliance between the two

countries. Article 4 stipulates that "the parties will consult together from time to time regarding the implementation of this treaty and at the request of either party, whenever the security of Japan or international peace and security in the Far East is threatened," while article 5 of the Soviet-proposed treaty says that "should a situation arise, which in the opinion of both sides is dangerous for maintaining peace, or if peace is violated, the two sides shall immediately contact each other with the aim of exchanging views on the question of what can be done for improving the situation." It is not difficult to see that in proposing such a treaty the Soviet Union aims not only at weakening the Japanese-U.S. "security" treaty but at disintegrating or replacing the Japanese-U.S. military alliance by a Soviet-Japanese military alliance so as to put Japan in the orbit of Soviet strategy for world domination.

Article 12 of the draft "Soviet-Japan good neighbourliness and co-operation treaty" provides that the Soviet Union and Japan "do not claim and do not recognize anyone's claims to any special rights or advantages in world affairs, including claims to domination in Asia and in the area of the Far East." It is quite clear that in the world today only the United States is in a position to contend with the Soviet Union for "special rights" and "advantages" in world affairs including claims to so-called "domination" in Asia and in the area of the Far East. While only revealing its dishonesty in disowning its "claims," the Soviet Union is in reality refusing to recognize the "special rights" and "advantages" of and "domination" by the United States. Moscow is trying to utilize this stipulation to edge out and replace U.S. influence. The Japanese press noted that this is intended to drag Japan into the Soviet-proposed "Asian security system."

The Soviet scheme to perpetuate the occupation of Japan's four northern islands and to replace the Japan-U.S. military alliance has torn to shreds the veil of "good neighbourliness and co-operation." Having obtained certain hardwon improvements in its relations with the United States, Japan will not allow itself to be ordered about by the Soviet Union through the "Soviet-Japan good-neighbourliness and co-operation treaty." The fact that the Soviet-proposed draft treaty met with strong opposition from both the ruling and opposition parties as soon as it was

trotted out reflects the true feelings of the Japanese people.

61. Chinese Foreign Ministry statement protesting against exchange of instruments of ratification of Japan-South Korea agreement on joint development of the continental shelf, 26 June 1978 (Extract)

The unilateral marking off of a so-called Japan-ROK "joint development zone" on the continental shelf in the East China Sea by the Japanese Government and the south Korean authorities through signing behind China's back the "Japan-ROK Agreement on Joint Development of the Continental Shelf" is an infringement on China's sovereignty to which China will never agree. The Chinese Government has also repeatedly expressed its hope that the Japanese Government would set store by the friendly relations between China and Japan and not act arbitrarily and do such harmful things to the development of the relations between the two countries. The Japanese Government has now, in utter disregard of the solemn position repeatedly stated by the Chinese Government, exchanged with the south Korean authorities instruments of ratification of the so-called "Japan-ROK Agreement on Joint Development of the Continental Shelf." This obdurate act of infringement on China's sovereignty is what the Chinese Government cannot tolerate. In this connection the Chinese Government solemnly reiterates that the so-called "Japan-ROK Agreement on Joint Development of the Continental Shelf" is entirely illegal and null and void and that should any country or private person undertake development activities in the so-called "joint development zone" marked off by the "agreement," it or he must bear full responsibility for all the consequences arising therefrom.

62. Treaty of Peace and Friendship between the People's Republic of China and Japan, 12 August 1978

The People's Republic of China and Japan,

Recalling with satisfaction that since the Government of the People's Republic of China and the Government of Japan issued a Joint Statement in Peking on September 29, 1972, the friendly relations between the two Governments and the peoples of the

two countries have developed greatly on a new basis,

Confirming that the above-mentioned Joint Statement constitutes the basis of the relations of peace and friendship between two countries and that the principles enunciated in the Joint Statement should be strictly observed.

Confirming that the principles of the Charter of the United Nations should be fully respected,

Hoping to contribute to peace and stability in Asia and in the world,

For the purpose of solidifying and developing the relations of peace and friendship between the two countries,

Have resolved to conclude a Treaty of Peace and Friendship and for that purpose have appointed as their Plenipotentiaries:

The People's Republic of China: Huang Hua, Minister of Foreign Affairs

Japan: Sunao Sonoda, Minister for Foreign Affairs

Who, having communicated to each other their full powers, found to be in good and due form, have agreed as follows:

Article I

1. The Contracting Parties shall develop durable relation of peace and friendship between the two countries on the basis of the principles of mutual respect for sovereignty and territorial integrity, mutual non-aggression, non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit and peaceful coexistence.

2. In keeping with the foregoing principles and the principles of the United Nations Charter, the Contracting Parties affirm that in their mutual relations, all disputes shall be settled by peaceful means without resorting to the use or threat of force.

Article II

The Contracting Parties declare that neither of them should seek hegemony in the Asia-Pacific region or in any other region and that each is opposed to efforts by any other country or group of countries to establish such hegemony.

Article III

The Contracting Parties shall, in a goodneighbourly and friendly spirit and in conformity with the principles of equality and mutual benefit and non-interference in each other's internal affairs, endeavour to further develop economic and cultural

relations between the two countries and to promote exchanges between the peoples of the two countries.

Article IV

The present Treaty shall not affect the position of either Contracting Party regarding its relations with third countries.

Article V

1. The present Treaty shall be ratified and shall enter into force on the date of the exchange of instruments of ratification which shall take place at Tokyo. The present Treaty shall remain in force for ten years and thereafter shall continue to be in force until terminated in accordance with the provisions of Paragraph 2 of this Article.

2. Either Contracting Party may, by giving one year's written notice to the other Contracting Party, terminate the present Treaty at the end of the initial ten-year period or at any time thereafter.

In witness whereof the respective Plenipotentiaries have signed the present Treaty and have affixed thereto their seals.

Done in duplicate in the Chinese and Japanese languages, both texts being equally authentic, at Peking this twelfth day of August 1978.

63. Chinese Foreign Minister Huang Hua's statement on the signing of the China-Japan Treaty of Peace and Friendship, 12 August 1978 (Extracts)

The conclusion of the China-Japan Peace and Friendship Treaty is a political summing-up of relations between China and Japan, and demonstrates that the good neighbourly relations between the two countries have achieved a new starting point. It is of important and practical significance and of far-reaching historical importance. The conclusion of the treaty will further consolidate and develop peaceful and friendly relations between the two countries. This not only conforms to the common aspirations and fundamental interests of the two peoples, but will also help to improve the situation in the Asia-Pacific region and to defend world peace. We are confident that the treaty will be supported not only by the peoples of China and Japan but will also be welcomed by all the Asian people and by other countries throughout the world who are

bullied and undermined by hegemony. . . .

Though China and Japan have different social systems, we express our belief that so long as both sides abide by the various principles of the treaty, the peaceful and friendly relations of cooperation between China and Japan will certainly expand and develop. The peoples of China and Japan will surely live in friendship for generations to come.

64. Japanese Foreign Minister Sonao Sonoda's statement after the signing of the Japan-China Peace Treaty, 12 August 1978 (Extracts)

Article 2, like paragraph 7 of the Japan-China Joint Communiqué, provides that neither Japan nor China should seek hegemony and that each is opposed to efforts by any other country or group of countries to establish such hegemony. This article goes one step beyond paragraph 7 of the Joint Communiqué in that the area of application is not restricted to 'the Asia-Pacific Region' having especially close relations with Japan and China but is broadened to 'any other region' as well. The treaty's statement is that each is opposed to efforts by any other country or group of countries to establish hegemony, and this is clearly not directed against any specific country. . . .

Article 4 stipulates that the treaty shall not affect the position of either contracting party regarding its relations with third countries. This provision is the logical converse of the treaty's having as its purpose in the preamble solidifying and developing the relations of peace and friendship between the two countries. For Japan, this means that the basic position of Japanese foreign policy based upon the Japan-U.S. relationship and seeking to maintain and develop friendly relations with all nations regardless of their social systems will be secured for posterity by this article. . . .

Concerning the treaty of friendship, alliance and mutual assistance between the Union of Soviet Socialist Republics and the People's Republic of China, the views which had been unofficially expressed by the Chinese leaders were confirmed as the official position of the Chinese Government. It is my strong impression from my meetings with Chinese leaders that the Government of China will take necessary measures to terminate